



Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha

O Exemplo da Serra da Lousã

Paulo Carvalho

Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha

O Exemplo da Serra da Lousã

Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha

O Exemplo da Serra da Lousã

Paulo Carvalho



2021

FICHA TÉCNICA:

Título: Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã

Autor: Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Universidade de Coimbra, CEGOT, FLUC

Edição: Câmara Municipal da Lousã, março de 2021

Fotografia da capa: Cerdeira (Lousã, 2019/02); Paulo Carvalho

Copyright: © Câmara Municipal da Lousã e Autor

Impressão e Acabamentos: Tipografia Lousanense

ISBN: 978-972-8572-30-3

Apresentação da 2.ª Edição

A Câmara Municipal da Lousã, no âmbito da sua política editorial, de empenhado apoio a autores Lousanenses, ou a autores que se debruçam sobre temáticas alusivas ao Concelho, apoiou a edição da presente obra, em 2009, resultado da dissertação de doutoramento do Doutor Paulo Carvalho.

Volvidos 12 anos sobre esta edição, esta abordagem sobre a Serra da Lousã, território de excelência sobre o qual o Doutor Paulo Carvalho se tem incessantemente debruçado e ao qual tem devotado muita da sua investigação, mantém-se atual.

Com a introdução de novos meios e hábitos de leitura, nomeadamente o digital, entendemos, o autor, Doutor Paulo Carvalho e a Câmara Municipal da Lousã, que era hora de possibilitarmos, à comunidade em geral, a fruição deste estudo, de forma aberta e livre de condicionalismos. A edição física, em papel, mantém-se disponível para aquisição, consulta ou requisição, na Biblioteca Municipal Comendador Montenegro e a edição digital ficará disponível, de forma gratuita, para aqueles que optem por esta opção de acesso a esta informação, com todas as possibilidades de pesquisa associadas. Uma complementarará a outra, numa coexistência que a todos beneficiará.

Esta opção é também a tradução de uma aposta no digital como meio de divulgação e de aproximação, uma ferramenta cada vez mais procurada e utilizada, procurando-se assim responder às atuais tendências da sociedade do séc. XXI e de uma significativa franja da população. Esta tem sido uma opção da Autarquia, quer através do site oficial da Câmara Municipal da Lousã, onde estão presentes diferentes ferramentas para uso e conhecimento do território, quer através das mais diferentes plataformas das redes sociais.

Parafraseando o meu antecessor, Fernando dos Santos Carvalho, “*Às autarquias está reservado o papel de se adequarem, com rigor, para poderem enfrentar os desafios do séc. XXI.*”. Cremos estar a cumprir esse desígnio com a presente edição.

Bom download.

O Presidente da Câmara Municipal da Lousã

Luís Miguel Correia Antunes

Nota de Apresentação

A História dos países, das nações e dos homens é feita de histórias, de factos e de acontecimentos. Mas, para além disso, é também o resultado de muito esforço, muita dedicação e muito trabalho árduo por parte daqueles que são movidos pelo porquê das coisas. Dos que entendem que os acontecimentos estão, sempre, de alguma forma, interligados e acham que, mais do que a história geral, é a história local que gera estes movimentos.

A história local, ao nível das pequenas regiões e dos municípios, procura responder às questões ligadas aos seus próprios fluxos de desenvolvimento. E é nestas análises, nestes estudos, que nos revemos.

O Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás é um destes investigadores, na área da Geografia Urbana, de cariz algo interdisciplinar, que tanto nos tem dado, movido por uma infatigável sede de saber mais, de perceber os porquês, entende que desta forma poderá contribuir para um desenvolvimento mais harmonioso da comunidade em que se insere, apontando caminhos e sugerindo soluções.

A sua colaboração com a Câmara Municipal da Lousã, com as Gentes deste município não é de hoje, quer escrevendo, quer intervindo nos mais diversos locais, sempre tendo como tema esta região.

Para além de numerosos artigos na imprensa local, a Revista ARUNCE, n.º 7-10, relativa aos anos de 1992-1995 inseriu um seu artigo, em parceria com Filomena Simões, “A Lousã nas informações paroquiais de 1721”. Mais tarde, em 1999, a Câmara Municipal edita a sua tese de Mestrado, “A Vila da Lousã – Contributo para um estudo de Geografia Urbana”, a qual tem sido obra fundamental para aqueles que querem documentar-se sobre a evolução desta urbe e dos seus territórios adjacentes, de oitocentos até à actualidade.

“Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã”. É este o título do presente trabalho que segue a linha de clareza e objetividade do anterior. Esta obra, resultante da sua Tese de Doutoramento, cuja edição empenhadamente apoiamos, continua a debruçar-se sobre este território.

A Serra da Lousã é o mote para uma reflexão fundamentada e aprofundada sobre a região e sobre as potencialidades que este imenso território pode proporcionar às suas gentes no início deste milénio e face aos novos desafios que se nos colocam, atravessando que estamos uma época de alterações estruturais significativas e de viragem, em que ambiente, economia e população se combinam de forma nunca antes sentida.

Às autarquias está reservado o papel de se adequarem, com rigor, para poderem enfrentar os desafios do séc. XXI. Tal só pode ser executado munidas de instrumentos que possam permitir perceber os resultados das intervenções efectuadas e que indiquem as soluções para responder a estes desafios. Este estudo que agora é dado à estampa, em muito contribuirá para que todos possamos ter uma visão mais clara sobre as opções que se nos apresentam.

Ao Doutor Paulo Carvalho Tomás o nosso obrigado pelo estudo e pelo contributo que nos lega, mas também pela sua enorme disponibilidade para com a Lousã.

O Presidente da Câmara Municipal da Lousã

Fernando dos Santos Carvalho

Prefácio

Em Junho de 2005 Paulo Manuel de Carvalho Tomás defendeu em provas públicas, na Universidade de Coimbra, um trabalho de investigação que lhe conferiu o grau de doutor em Geografia. Este trabalho, com o título *PATRIMÓNIO CULTURAL E TRAJECTÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS DE MONTANHA - o exemplo da serra da Lousã*, teve como ponto de partida questionar a contribuição do património cultural nas políticas de desenvolvimento, nos instrumentos e nas iniciativas que permitem promover, à escala local, áreas rurais de montanha e por esta via o bem estar das populações.

O livro que dele agora resulta está estruturado em duas partes. Na primeira, e depois de uma breve introdução, o autor desenvolve nos 4 capítulos seguintes uma reflexão teórica a propósito do debate actual no contexto da sustentabilidade territorial em áreas rurais de montanha. Discute os principais eixos de análise que percorrem o ordenamento e o desenvolvimento sustentável e faz a arquitectura de alguns dos caminhos a percorrer para o desenvolvimento em áreas marginais, como são, quase sempre, as de montanha.

No último capítulo desta primeira parte o Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás faz o enquadramento e trás à discussão os instrumentos que no âmbito do quadro comunitário pode e devem ser os suportes para “a reconversão e reorientação funcionais” de modo a que estas áreas possam ser integradas em territórios mais vastos onde a sociedade urbana e os tempos livres constituam ancoras para o desenvolvimento.

A segunda parte deste importante trabalho de investigação conduz-nos pelos territórios da Serra da Lousã, com as suas dinâmicas económicas e sociais, onde o exemplo das aldeias serranas pode constituir um “estímulo ao (des)envolvimento” das populações.

O estudo que realiza neste âmbito constitui um exemplo a seguir no que se refere à importância do trabalho de campo na investigação geográfica. De resto, o trabalho que desenvolveu traduz um profundo conhecedor destes territórios de montanha e neste sentido as estratégias que apresenta devem constituir um importante instrumento de trabalho para os decisores/gestores do território. É neste contexto “que este contributo científico e social pode vir a suscitar novas reflexões a ajudar ao (des)envolvimento dos territórios serranos e das suas populações”.

Pela importância que este trabalho revela, pelo contributo que trás à ciência geográfica, uma palavra final para a Câmara Municipal da Lousã responsável por esta edição que assim também se prestigia.

Coimbra, Novembro de 2007.



Fernanda Maria da Silva Dias Delgado Cravidão
(Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Resumo

O tema desta dissertação está relacionado com a contribuição do património cultural edificado ao nível local para a prossecução de objectivos de sustentabilidade territorial em áreas rurais de montanha, através da análise de políticas, instrumentos e projectos/iniciativas de promoção do desenvolvimento. Trata-se de um assunto, de reconhecida dimensão territorial (e de enorme potencial para a afirmação do valor social da Geografia), que tem merecido pouca atenção por parte dos geógrafos.

A organização do trabalho inclui duas partes principais. Depois de um capítulo introdutório que situa a temática em análise no contexto da Geografia (explicando, também, as considerações metodológicas e as razões do estudo empírico), procura-se na primeira parte (capítulos 2 a 5), através de uma revisão de literatura e de exemplos a várias escalas, caracterizar o actual debate conceptual e anotar as principais orientações/tendências. Os grandes eixos de análise percorrem o ordenamento e o desenvolvimento sustentável (bem como os requisitos para a sua operacionalização), o património cultural e a sua ligação aos objectivos do desenvolvimento (enfatizando-se o conceito e sua evolução; a protecção, a valorização e a interpretação), e os caminhos para o desenvolvimento rural e das áreas montanhosas.

No actual contexto de (re)descoberta dos territórios rurais, o património e a paisagem, constituindo também o cerne de preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, emergem como recursos territoriais de grande importância que podem configurar novos caminhos/ferramentas úteis de desenvolvimento, tendo, nomeadamente, a possibilidade de ser utilizados como referência de memória e identidade e como motor de activação de meios de vida e de capacidades de fixação.

Os territórios montanhosos, devido às fragilidades estruturais, aos desequilíbrios e situações de marginalidade, suscitam preocupações prioritárias de ordenamento e desenvolvimento territorial. O quadro eurocomunitário permite identificar instrumentos e intervenções que podemos relacionar, numa primeira fase, com as perspectivas sectoriais agrícolas, e nos últimos anos com os novos programas e instrumentos territorializados de desenvolvimento rural. A reconversão e a reorientação funcionais que procuram ultrapassar a crise social, económica e territorial das áreas de montanha aparecem relacionadas com a emergência de um novo sistema social de valores (ligado à sociedade urbana e aos tempos livres) e com o “culto” do património.

Na segunda parte da dissertação, analisam-se, com base no estudo da Serra da Lousã, as dinâmicas territoriais e as perspectivas de desenvolvimento relacionadas com o património cultural, enfatizando-se, em particular, o exemplo das aldeias serranas da Lousã, e mostra-se como esse recurso pode servir de estímulo ao (des)envolvimento dos seus territórios/populações.

Pretende-se fazer a transição entre as teorias, os quadros orientadores e normativos (que se produzem às escalas internacional e nacional) e as condições concretas de activação, salvaguarda e valorização do património, bem como mostrar o modo como os contextos locais interferem nesses processos. Depois da abordagem atinente aos processos de construção da imagem e divulgação da paisagem serrana, e aos traços diferenciadores do mosaico serrano (capítulo 6), as linhas orientadoras da dissertação incidem na ligação do património construído com os processos de tomada de decisão (envolvendo regulamentos de uso do solo) e com as iniciativas de patrimonialização/requalificação territorial, a partir dos exemplos da vila (capítulo 7) e das aldeias serranas (capítulos 8 a 10) da Lousã, respectivamente.

Pensando nos territórios polarizadores, como é o caso da vila da Lousã, percebe-se que o dinamismo urbano recente, caracterizado por uma intensa e rápida transformação dos usos do solo e orientado segundo critérios quantitativos, face ao atraso/insuficiência do quadro normativo (instrumentos de planeamento territorial), contribuiu de forma negativa para a renovação de uma imagem territorial secularmente ancorada em edifícios e quintas de grande expressão patrimonial. O território não foi utilizado como um instrumento de política do património para a salvaguarda e a protecção de bens culturais de interesse público relevante.

Por sua vez, as aldeias serranas da Lousã exemplificam a patrimonialização de paisagens culturais, a partir da reabilitação das antigas estruturas edificadas (abandonadas), processo espontâneo iniciado em meados dos anos 70 e em particular relacionado com a residência secundária. As condições locais de implementação da requalificação territorial lançada recentemente no âmbito da AIBT do Pinhal Interior (QCA III), a dinamização sócio-económica das aldeias e a sua integração na “Rede de Aldeias do Xisto”, a articulação dessas iniciativas com outros projectos/acções com incidência temática e territorial paralela/complementar, a cooperação entre os municípios que partilham a montanha, na perspectiva de estruturar e implementar acções patrimoniais conjuntas (no espectro da salvaguarda, valorização e interpretação do património), são alguns dos mais importantes desafios que marcam os caminhos do desenvolvimento das aldeias (e da Serra) e, também por isso, são alvo de atenção analítica no derradeiro capítulo (conclusões) da dissertação.

Abstract

The topic of this thesis is concerned with how building heritage at local level helps the pursuit of the goal of territorial sustainability in rural highland areas by analyzing policies, instruments and projects / initiatives that promote development. This issue has aroused little interest among geographers, even though it has a recognized territorial dimension, and enormous potential to affirm the social value of Geography.

The work is organized into two main parts. After an introductory chapter, which places the topic being studied in the general field of Geography and explains the methodological considerations and reasons underlying the empirical study, the first part (Chapters 2 to 5) uses a literature review and examples, on varying scales, to characterize the current conceptual debate and present the chief orientations / tendencies. The pivotal points of the analysis concern sustainable planning and development (including the requirements for its operationalization), cultural heritage and its connection with the goals of development (stressing the concept and its evolution; protection, valorization and interpretation), and the routes towards the development of rural and highland areas.

In the current context of (re)discovering rural territories, heritage and landscape are not only at the heart of aesthetic and lifestyle preoccupations of people in postmodern societies, they are also emerging as highly important territorial resources. They may provide new ways / tools that can help development, and could well be employed as a reference for memory and identity, and as an engine to activate means of living and capacities for settling local populations.

Highland regions are raising priority concerns in terms of land use planning and development, because of their structural fragilities, imbalances and situations of marginality. The Eurocommunity framework makes it possible to identify instruments and interventions that we could relate, in an initial phase, to the farming sector perspective, and in recent years to new territorialized programs and instruments for rural development. The functional conversion and re-orientation that are designed to overcome the social, economic and territorial crisis suffered by highland areas seem to be related to the emergence of a new system of social values (linked to the urban society and leisure time), and to the heritage “cult”.

The second part of the thesis analyzes the territorial dynamics and development perspectives related to cultural heritage, on the basis of a study of the Serra da Lousã.

It focuses particularly on the example of hill villages in Lousã and reveals how this resource can stimulate both the development and involvement of their territories / people.

The aim is to make the transition between theories, regulatory and guidance frameworks (which are produced on international and national scale) and the actual conditions for activating, safeguarding and valorizing heritage. It is also intended to show how local contexts interfere in these processes. Chapter 6 tackles the processes for constructing the image of and publicizing the highland landscape, and looks at the distinguishing features of the highland mosaic. Next, the work focuses on the link between built heritage and decision-making processes (involving land use regulations) and with territorial heritagization / rehabilitation initiatives, using examples from the town (Chapter 7) and from hill villages (Chapters 8 to 10) of Lousã.

Considering polarized regions, like the town of Lousã, it can be seen that the recent urban dynamism, characterized by the intense and rapid transformation of land use and guided by quantitative criteria, in the light of the delay / inadequacy of a regulatory framework (regional planning instruments), has played a negative role in the renewal of a territorial image anchored for centuries in buildings and country estates of considerable heritage merit. The area has not been used as an instrument of heritage policy to safeguard and protect cultural assets of relevant public interest.

Lousã's hill villages, however, exemplify the heritagization of cultural landscapes since their ancient (abandoned) buildings began to be spontaneously restored in the mid-1970s, often for use as second homes. Among the more important challenges along the road to seeing these villages (and the Serra) develop are: the local conditions for implementing the territorial rehabilitation recently launched under the AIBT Pinhal Interior (CSF III), the socio-economic revitalization of the villages and their integration in the *Rede de Aldeias do Xisto* (Schist Villages Network), the articulation of these initiatives with other projects and actions with parallel / complementary thematic and territorial impact, and cooperation between the municipalities sharing the hills, in terms of organizing and implementing joint heritage actions (safeguarding, valorizing and interpreting the heritage). And this is also why they are the focus of analytical attention in the final Chapter, containing the conclusions of this thesis.

Agradecimentos

Ao longo dos últimos anos vários foram aqueles que acompanharam e ajudaram a realizar este trabalho.

Embora com alguma omissão (involuntária), é da mais elementar justiça referenciar as instituições e as personalidades que colaboraram de forma activa nas diversas fases da investigação:

- Câmara Municipal da Lousã (Dr. Fernando Carvalho; Engenheira Edite Veríssimo; Sr^a. Adelina Parreira);
- Biblioteca Municipal da Lousã (Dr. José Alberto Matos Silva; Dr. Vítor Maia e Costa);
- Dueceira, Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça (Dr^a. Ana Souto);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Engenheiro Armando Carvalho);
- Associação de Recuperação do Talasnal (Dr. Mário Meira Santos);
- Associação Grupo de Trabalho da Cerdeira (Sr^a. Kerstin Thomas);
- Gabinete Técnico Local de Góis;
- Gabinete Técnico Local da Lousã;
- Câmara Municipal de Góis (Dr^a. Lurdes Castanheira);
- Câmara Municipal de Miranda do Corvo (Arquitecta Teresa Pereira);
- Américo Lopes.
- Manuel Louzã Henriques.

Os proprietários de casas nas aldeias serranas e os residentes na vila da Lousã que responderam ao nosso inquérito e/ou prestaram alguns esclarecimentos, bem como todos aqueles que se encontraram disponíveis para ajudar e para responder às nossas questões, foram também imprescindíveis colaboradores anónimos deste trabalho. A todos, e a muitos outros que não podemos nomear, mas que seria injusto esquecer, agradecemos profundamente.

Agradeço ao Dr. Francisco Choupina a informação e os esclarecimentos sobre a obra e o percurso de Miguel Torga, nomeadamente a sua passagem por Vila Nova (Miranda do Corvo) e os registos literários relativos à Cordilheira Central.

Desejo também agradecer ao Colega João Luís Fernandes os ensinamentos de longas jornadas de trabalho, assim como os momentos enriquecedores de discussão em torno dos caminhos do desenvolvimento.

Não posso deixar de agradecer à Professora Doutora Roser Majoral Moliné (que entretanto deixou o nosso convívio), da Universidade de Barcelona, as informações preciosas que gentilmente disponibilizou e as respostas sempre prontas às nossas solicitações de bibliografia sobre a temática do ordenamento/desenvolvimento das áreas de montanha. Na mesma linha de raciocínio, reconheço o contributo do Doutor Hugo Capella y Miterrique (Universidade de Laval).

Dedico uma palavra de apreço ao Professor Doutor José Manuel Pereira de Oliveira, pelo interesse em acompanhar o progresso da investigação. No momento de publicação deste trabalho, evoco também, com a saudade e o tributo que é devido aos grandes, a memória e o espírito humanista de um Geógrafo que tendo partido nunca deixará de estar presente entre nós.

A Senhora Professora Doutora Fernanda Cravidão, que teve a coragem de aceitar a nossa proposta de trabalho e desempenhou a árdua tarefa de orientar a investigação, merece uma palavra especial de profundo agradecimento e reconhecimento pela disponibilidade e a forma interessada e esclarecida como acompanhou a preparação, realização e apresentação da dissertação. Toda a actividade científica desenvolvida nos últimos anos deve muito aos seus conselhos, sugestões e incentivos. Por outro lado, devemos-lhe o facto de muitas insuficiências terem sido ultrapassadas, sem que lhe possa caber qualquer responsabilidade em algumas outras que possam ainda persistir.

Agradeço à Faculdade de Letras, ao Instituto de Estudos Geográficos e ao Centro de Estudos Geográficos de Coimbra o apoio logístico e financeiro concedido, imprescindível para realizar parte da nossa investigação e participar em diversas reuniões científicas no país e no estrangeiro.

Agradeço também a todos os Professores, Colegas e Amigos, que acompanharam esta “caminhada” e nunca deixaram de nos transmitir palavras de incentivo e de solidariedade, e que, por via das suas sugestões, dúvidas e críticas, ajudaram a tornar menos incompleta e mais esclarecida a informação presente neste trabalho.

À Dr^a. Ana Paula Job agradeço a disponibilidade que manifestou para ler a dissertação e todas as sugestões que contribuíram para tornar mais clara a exposição das nossas ideias.

E no final de um percurso como este, fica sempre (mais) um desejo: que as nossas ideias e reflexões possam tocar e entusiasmar em particular aqueles mais interessados pelas temáticas e paisagens abordadas.

A edição deste trabalho, numa conjuntura muito desfavorável no plano das oportunidades de candidatura relacionadas com a publicação de obras científicas, só foi possível com o apoio da Câmara Municipal da Lousã.

Dedicatória

As tarefas de docência/investigação induzem, vezes sem conta, momentos de solidão e afastamento muito sentidos em particular pela família.

Sem esquecer tudo o que deixámos de viver e construir em comunhão de esforço e vontade, e a importância da partilha solidária dos anos de vida consumidos nesta trajetória, seja-nos permitido dedicar este trabalho à **Filomena**, ao **Francisco** e ao **Eduardo**.

À **Filomena**, agradeço infinitamente todo o amor, suporte emocional, apoio, colaboração, confiança e solidariedade que desde sempre alicerçaram a nossa relação e me ajudaram tanto neste percurso longo e sinuoso pelos caminhos e veredas do saber/aprender.

Ao **Francisco** e ao **Eduardo**, estou eternamente grato por tudo aquilo que me ensinam todos os dias e deixo um pedido: que mais tarde consigam compreender as minhas presenças ausentes e alguns dos nossos desencontros e mensagens povoadas de silêncios.

Não obstante algumas dificuldades, todos nós percebemos, cada um do seu modo, o sentido da vida e a importância de aceitar a dádiva de cada dia. Sim, nós somos uns privilegiados: temos palavras, sorrisos, ternura, vontade e esperança; podemos semear o sol onde há tristeza/sombra e sentir dentro de nós um mar de felicidade! Mas também escolhemos um terreno onde foi possível plantar uma árvore e acompanhar o seu crescimento. São estes laços e vínculos o nosso maior património! Assim, «Não Há Longe Nem Distância» (BACH, 1985).

E por entre mapas, lugares, mares, rios, vales e montanhas, continuaremos a descobrir o encanto de saber/aprender e a crescer, na nossa dimensão de bípedes que falamos e sentimos, em humildade, dedicação e solidariedade.

Em jeito de remate, evoco um pensamento de Miguel TORGA (1950: 60), bordado no poema “Confiança”, para soltar da alma o maior de todos os desejos: não deixemos perder a esperança e a vontade de viver, pois:

«O que é bonito neste mundo, e anima,

É ver que na vindima

De cada sonho

Fica a cepa a sonhar outra aventura...»

Que seja sempre assim a grandeza da nossa geografia dos afectos, com o perfume de tantos projectos e sonhos mais!

1. Introdução¹

«Trago a lei que a montanha me consente: tudo o que vejo tem raiz e altura»

Miguel Torga, 2007 [1950]: 47

1.1 Tema e objectivos da investigação

A **temática** desta dissertação está relacionada com o contributo do património cultural edificado (como recurso territorial) ao nível local, para a prossecução de objectivos de desenvolvimento (em áreas montanhosas), através do estudo de documentos orientadores, quadros normativos, políticas, instrumentos, projectos e/ou iniciativas, assunto que, embora já se tenha revelado importante no País, tem merecido pouca atenção por parte da generalidade dos geógrafos².

O recente debate científico em torno do desenvolvimento das áreas rurais e em particular das áreas de montanha suscita reflexões sobre novos usos e recursos territoriais interpretados como motores ou indutores de trajectórias/dinâmicas de desenvolvimento e de novas formas de viver a ruralidade.

De facto, as novas orientações e políticas europeias de desenvolvimento rural revelam alterações profundas na forma de pensar e actuar sobre os territórios: de um modelo essencialmente produtivista, lançado no alvor dos anos 60, orientado por critérios meramente económicos (crescimento dos rendimentos, formação de economias de escala, competitividade das explorações, liberalização dos mercados), para uma

¹ O texto deste livro corresponde, com ajustamentos de pormenor, à dissertação de doutoramento em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra apresentada em provas públicas realizadas a 30 de Junho de 2005, perante o júri constituído pelos Professores Doutores José Maria Amado Mendes (Presidente), José Alberto Rio Fernandes, Luís Manuel Costa Moreno, Fernanda Maria da Silva Dias Delgado Cravidão, Ana Paula Santana Rodrigues, Luciano Fernandes Lourenço e Norberto Nuno Pinto dos Santos, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com *distinção e louvor*.

² Porém, importa recordar que as serras constituem o quadro de análise territorial em diversos trabalhos de investigação. A título de exemplo, reportando-nos às dissertações apresentadas em Coimbra, podemos referir TABORDA (1932), Fernandes MARTINS (1949), REBELO (1975), CUNHA (1988), Silva PEREIRA (1988), LOURENÇO (1996) e Rochette CORDEIRO (2004).

De igual modo, reconhecem-se alguns contributos conceptuais (directos e indirectos) muito relevantes, como o de MORENO (2002), que enfatiza o tema do desenvolvimento local em meio rural, e o de HENRIQUES (2003), que, por sua vez, aborda o património histórico-arquitectónico e a sua salvaguarda, na perspectiva das políticas e intervenções culturais (urbanas).

abordagem pós-produtivista que outorga ao mundo rural e aos seus habitantes um papel mais ambientalista, ecológico e participativo (LARRINOVA, 2001; PUENTE FERNANDEZ, 2002).

A passagem de um discurso produtivista e economicista a um discurso ambiental e territorial significa também que os espaços rurais europeus, com as suas fragilidades e respectivas propriedades difusas, deixaram de ser exclusivamente olhados e sentidos sob a óptica das suas potencialidades produtivas para, num contexto diferente, poderem ganhar complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade.

No caso dos espaços rurais periféricos, como acontece em muitas áreas montanhosas, a dinâmica territorial recente tem, regra geral, acentuado os processos de abandono e a degradação das estruturas edificadas e das paisagens rurais. Mas, alguns desses territórios são agora reocupados e apropriados, particularmente por populações urbanas que valorizam os elementos culturais e paisagísticos outrora entendidos como sinal de arcaísmo, na génese de processos espontâneos de activação do património cultural ou envolvendo iniciativas públicas com o objectivo de requalificar esses territórios e promover as suas potencialidades originais.

Assim, a paisagem e o património constituem recursos activos territoriais, na medida em que podem configurar um recurso/ferramenta útil de desenvolvimento e um valor a conservar para novos usos do território, como as actividades que aparecem relacionadas como os tempos livres (CARVALHO, 2003-a).

A valorização do património e das paisagens de elevado valor cultural, fundamental para a sustentabilidade dos territórios e das populações, quando adoptada pela política de ordenamento/desenvolvimento territorial pode desempenhar um papel destacado na preservação e activação das memórias e identidades, e assumir também significado estratégico na perspectiva da educação ambiental (ANDRESEN, 1999) e da interpretação patrimonial.

Quanto aos **objectivos**, esta dissertação tem como finalidade principal explicitar o papel do património cultural (e das preocupações patrimoniais e paisagísticas) no quadro do desenvolvimento local em áreas de montanha. Através da revisão bibliográfica e da análise casuística de processos de regulação dos usos do solo e de iniciativas de activação/valorização do património, pretende-se:

- Identificar o quadro de documentos orientadores, políticas e instrumentos operacionais que enfatizam o património cultural, a sua defesa, valorização e integração nos objectivos do desenvolvimento sustentável;

- Discutir os “caminhos” do desenvolvimento rural na era pós-produtivista;
- Explicar a especificidade dos territórios montanhosos e a sua importância estratégica, em particular no que concerne aos recursos patrimoniais e paisagísticos;
- Identificar processos de patrimonialização das paisagens, bem como os actores, os meios e os instrumentos territoriais envolvidos;
- Analisar qual é o papel do poder público nas estratégias locais de requalificação territorial/valorização do património cultural e na sua aproximação relativamente aos cidadãos;
- Indagar sobre o envolvimento da população com as paisagens culturais e interpretar a sua percepção em relação às imagens e aos elementos patrimoniais mais relevantes;
- Avaliar em que medida existem e se manifestam preocupações patrimoniais e paisagísticas, no âmbito das trajectórias de crescimento/desenvolvimento;
- Questionar o papel dos instrumentos de gestão territorial na defesa e valorização do património cultural, ao nível local, através da análise de processos de tomada de decisão que envolvem a construção de novas paisagens e a renovação da imagem territorial;
- Contribuir para a definição e a operacionalização de acções integradas de desenvolvimento local a partir do património cultural.

1.2 Âmbito da Investigação

O **enquadramento científico** deste trabalho reporta-se à área da Geografia, em particular o ordenamento do território e o desenvolvimento local em áreas de montanha. Na perspectiva desta investigação, o processo de gestão territorial envolve três patamares: a elaboração de políticas, a preparação de planos e as iniciativas ou acções que pode desencadear, sendo que todos eles devem ser ajustados às especificidades do território, geridos de modo flexível e envolver os diversos actores/colectividades territoriais.

A ligação do recurso património cultural (na perspectiva da patrimonialização e das preocupações patrimoniais e paisagísticas) aos projectos/iniciativas de promoção do desenvolvimento local e aos processos de tomada de decisão (envolvendo regulamentos de usos do solo) são dimensões pouco exploradas na literatura especializada.

Ao mesmo tempo, podemos dizer que os motores de discussão desta tese são orientações relativamente recentes no quadro da Geografia.

Com efeito, o **ordenamento** e o **desenvolvimento** assumem-se como temas novos (ou pelo menos renovados) no contexto das actuais tendências dos **estudos rurais** em Geografia. Sob o título “Da geografia das paisagens rurais à geografia ecológica: a problemática clássica”, BAILLY e BÉGUIN (1991) enquadram o período que corresponde à primeira metade do século passado, muito marcado pela geografia regional, através do estudo da influência do passado e do “meio físico” na organização espacial. «Vinculada às características físicas, a geografia regional busca a expressão das regiões naturais na homogeneidade fisionómica da paisagem» (BAILLY e BÉGUIN, *op. cit.*, 96). Pretendia-se identificar mosaicos de conjuntos uniformes que reflectissem o estado de equilíbrio entre condições naturais e adaptações humanas, ao mesmo tempo que a investigação das causalidades foi orientada segundo os factores “mais visíveis”. Os estudos geográficos das paisagens rurais ilustram bem esta orientação que explica, a partir do estudo dos factores físicos (factores endógenos), as práticas agrícolas e as técnicas.

Mas a organização da paisagem rural depende também dos factores “invisíveis” da vida colectiva: valores sociais; fluxos económicos; difusão de informação, entre os mais importantes. De igual modo importava atender às dinâmicas das colectividades, tal como a economia regional depende das correntes de circulação (bens, capitais, serviços, pessoas). Assim, mostrava-se pertinente uma concepção mais global da paisagem e da economia rural.

Em meados do século XX, a perspectiva neo-positivista considera as estruturas espaciais de forma global para encontrar uma explicação sob a forma de uma teoria ou de um modelo. A via dedutiva permite, então, a partir de hipóteses sobre os mecanismos de evolução das paisagens, encontrar expressões quantificáveis para explicar a probabilidade de transformação. Conceitos como distância, acessibilidade, interacção são nessa fase os elementos fundamentais de explicação das paisagens rurais. No ambiente quantitativista é a funcionalidade das paisagens que ganha expressão e a geoeconomia afirma-se como corrente dentro da Geografia.

Menos de um quarto de século depois, estavam lançadas as bases do movimento contestatário ao ideal neo-positivista. O estudo da paisagem rural como resultado de lutas sociais, políticas, económicas, entre as diversas classes da sociedade, a abordagem dos capitais, investimentos, grupos dominantes e estratégias de manipulação do espaço, as relações centro-periferia e a dominação do rural estão entre os novos temas. Por outro lado, o estudo das motivações dos indivíduos como explicação para a compreensão da lógica dos discursos e das práticas, no seio da geografia da percepção, influenciou também as abordagens das paisagens rurais.

Desde o início dos anos 80, reportando-nos apenas ao panorama da geografia portuguesa, entre artigos publicados, livros e dissertações (mestrado e doutoramento), podemos dizer que os trabalhos sobre as paisagens rurais incluem a temática da geografia da agricultura (centrada nas questões económicas da produção e do rendimento) e, mais recentemente, do desenvolvimento local (na perspectiva dos novos usos/funções dos territórios rurais e da participação dos actores na construção social das paisagens), com as investigações sobre o turismo em espaço rural a ocupar um lugar destacado entre os trabalhos publicados sobretudo nos anos 90.

Nos últimos anos reconheceu-se também a importância da **dimensão territorial**³ como perspectiva para investigar, interpretar e ajudar a conduzir o **desenvolvimento**. Esta perspectiva territorial é dotada de utilidade, de carácter imediatamente prático para a população, e, segundo o interesse geral, considera o desenvolvimento como um processo participativo em que o território é um espaço de valores (liberdade, autonomia, segurança) sintetizado no conceito *civitas*. As localidades, o espaço imediato aos indivíduos, às comunidades, configuram unidades territoriais que aparecem ligadas em múltiplas redes que facilitam a interacção global (RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, 2003).

A Geografia, através da sua capacidade para compreender a integração que se produz no território e prefigurar um conhecimento que permita concretizar estratégias territoriais sustentáveis, é uma das ciências que tem contribuído para a reflexão e a definição de experiências e instrumentos para melhorar a qualidade do território e para orientar a acção de todos os que participam na construção social do território em busca da excelência territorial. De igual modo, aparece comprometida no domínio da formação e na aproximação aos actores territoriais de modo a contribuir para melhorar a condução política dos processos de desenvolvimento por parte de diversas organizações e instituições.

Por sua vez, o actual interesse geográfico pelas áreas de montanha está relacionado com o conhecimento deste tipo de espaços e dos seus modos de organização, das suas dinâmicas territoriais, bem como do património (natural e cultural) que define as suas paisagens e constitui o seu principal elemento de valorização social. A fragilidade dessas áreas e os seus recursos naturais e culturais estão entre as principais preocupações, bem como a reconversão e a reorientação funcionais que procuram ultrapassar a crise social, económica e territorial, e que são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores (ligado à sociedade urbana e aos tempos livres) que reconheceu como

³ O desenvolvimento local foi reconhecido em 1998 (na reunião de Lisboa) como grupo de trabalho da União Geográfica Internacional.

excepcionais as qualidades culturais (e naturais) que melhor identificam secularmente as montanhas. As intervenções institucionais desenhadas na amplitude do quadro euro-comunitário configuram outra linha de investigação que tem despertado algum interesse entre os geógrafos.

Ao mesmo tempo, o estudo da **dimensão cultural** do espaço reavivou-se. Com efeito, a geografia cultural⁴, impulsionada e consolidada por Carl SAEUR (o fundador da Escola de Berkeley), partindo de análises centradas nas sociedades tradicionais e nas relações entre sociedade e natureza (e da ideia de que a cultura é feita de elementos que a actividade humana inscreve de maneira visível no território) conheceu nos últimos trinta e cinco anos um movimento regenerador, depois de ter passado por um período de relativo desprestígio (1940-1970) (CLAVAL, 1999). Os trabalhos reflectem «uma certa sofisticação, agrupando pesquisas bastante heterogéneas, mas que têm em comum a ênfase no papel das representações, crenças e sistemas de ideias na formação das paisagens e na organização do espaço». Numa palavra, permitem compreender o papel do homem na diferenciação espacial, na organização regional da crusta terrestre e na afirmação da identidade dos lugares ou ainda «apreciar na paisagem, o contexto das modificações que o homem trouxe para o meio ambiente» (CLAVAL, 2002-a: 137).

O movimento designado por *nova geografia cultural* inclui, além dos estudos sobre a dimensão material da cultura, caracterizadora da fase inicial da geografia cultural (1890-1940), «os estudos sobre a dimensão não material da cultura» (ROSENDHAL e CORRÊA, 1999: 8), o que revela a influência das matrizes não positivistas da ciência. Aparece, assim, um elemento de diferenciação e, simultaneamente, de enriquecimento da geografia cultural pós-1970 (CLAVAL, 1995). Os trabalhos actuais de geografia cultural diferem dos anteriores por um traço fundamental: «a ideia que temos de cultura tornou-se mais precisa, sendo concebida como o conjunto daquilo que os homens recebem de herança ou que inventam» (CLAVAL, 2002-a: 141), ou seja, de tudo aquilo que é transmissível.

A renovação temática (DUNCAN, 1995) inclui novas perspectivas para temas antigos, ao mesmo tempo que novos temas são adicionados (CORRÊA, 1999:52). Assim, a paisagem cultural, o conceito mais antigo da geografia cultural⁵, abordada segundo uma

⁴ Entre os primeiros contributos estão alguns trabalhos realizados em França (Paul Vidal de la Blache, Max Sorre, Jean Brunhes e Pierre Deffontaines) e em particular na Alemanha (Siegfried Passarge e Otto Schlütter).

⁵ O termo alemão “landschaft”, referindo-se a uma associação entre o território e os seus habitantes, foi transmutado em “landscape” e incorporado por SAUER (1998 [1925]), na perspectiva de uma associação das formas físicas e culturais. Este novo conceito geográfico, tendo subjacente uma área

perspectiva morfológica⁶, passa a ser interpretada com «uma maior flexibilidade e contextualidade» (COSGROVE, 1999: 34). Uma vez que muitos dos elementos que compõem a paisagem modelada pelos homens desencadeiam a transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos, a paisagem é a matriz da cultura, ao mesmo tempo que carrega as marcas da cultura que a formaram (CLAVAL, *op. cit.*, 146). A paisagem como marca e como matriz cultural (BERQUE, 1984) significa, para os geógrafos que se interessam pelos factos culturais, um elemento de mediação na transmissão de valores. De acordo com MELO (2001: 35), a nova geografia cultural aborda a paisagem em um contexto de *heterotopia*, representada por diferentes linguagens (DUNCAN, 1994), na tentativa de revelar o significado da paisagem a partir da prática social.

A paisagem geográfica é uma estrutura visual na qual se lêem, ao mesmo tempo, «o dinamismo e as relações entre diversos elementos físicos, económicos e sociais» (BONNEMAISON, 2002: 84) e pode ser interpretada como a expressão das relações estabelecidas ao longo do tempo entre os factores naturais e humanos num determinado território. Além das estruturas geográficas ou “geoestruturas” (RAFFESTIN, 1977), descodificadas pela linguagem regionalista, paisagista, é fundamental considerar outros níveis de percepção (ou dimensões subjectivas da paisagem): o vívido (FRÉMONT, 1976), uma vez que o espaço é vívido e avaliado diferentemente pelas diversas culturas, e o simbólico, pois a paisagem é portadora de significados⁷, expressando valores, crenças, mitos e utopias (COSGROVE, 1978, LOWENTHAL, 1976; CORRÊA e ROSENDHAL, 1998).

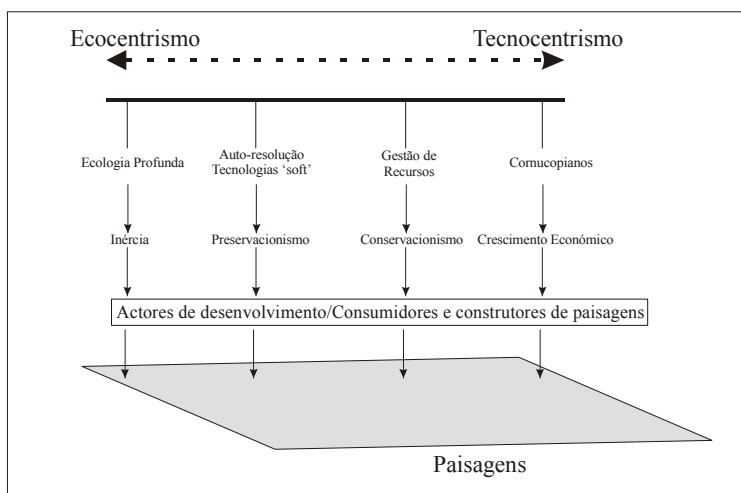
O modo de apropriação da paisagem pelas comunidades «varia tanto pelo sistema natural, como com os valores da sociedade que sobre ela actua» (PINTO-CORREIA *et al.*, 2001: 196). Estes reflectem diferentes modos de estar, sentir, perceber, apropriar, consumir e (des)valorizar os territórios, gerando frequentemente conflitualidades, pois a artificialização da Terra (que tem sido, no fundo, a primordial tarefa do Homem ao longo do seu ainda curto período de permanência no globo terrestre) nem sempre é um processo linear, monocromático, homogéneo e conciliador.

fisicamente e culturalmente reconhecível (HOLZER, 1999), afasta-se do sentido original renascentista (“espaço que se observa com um golpe de vista” ou “cena” que é vista por um observador), pois a individualidade da paisagem só é reconhecível quando comparada com outras paisagens.

⁶ A paisagem cultural ou geográfica resulta da acção, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Nas palavras de SAEUR (*op. cit.*, 59): “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural, por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado».

⁷ A simbologia da paisagem pode ser analisada por meio de «obras literárias, pintura, música e cinema, considerada sua representação a partir de diferentes grupos sociais» (MELO, 2001: 35).

SARAIVA (1999) esquematizou estas tensões (figura 1) a partir de um eixo de continuidade entre o que a autora denominou de *Ecocentrismo*, para traduzir as concepções ético-filosóficas e pragmáticas centradas nos valores ecológicos da paisagem, e o *Tecnocentrismo*, que procura, no outro extremo, juntar as atitudes mais materialistas e confiantes numa tecnologia capaz de resolver os problemas e atenuar as externalidades negativas de uma actividade económica desenfreada quase em exclusivo centrada na busca do progresso material (CARVALHO e FERNANDES, 2002). «Estas diferentes éticas projectam-se, em primeiro lugar, nos diferentes consumidores e construtores dos espaços geográficos, traduzindo-se em diferentes territorialidades, na medida em que estruturam actores de desenvolvimento com diferentes posturas e enquadramentos ético-filosóficos ou com “(...) prioridades contraditórias”, nas palavras de Dominique DRON (1998: 56). A jusante, todas estas tensões se materializam nas tipologias paisagísticas que assim se vão edificando e organizando» (CARVALHO E FERNANDES, *op. cit.*, 281).



Fonte: Adaptado de SARAIVA (1999). Publicado em CARVALHO e FERNANDES (2002: 282).

Figura 1 – A paisagem como quadro de conflitos entre atitudes ético-filosóficas diferenciadas

A paisagem deve então ser entendida, não como um quadro homogéneo e estável, mas como um cenário dinâmico e em constante evolução. A sua inevitável transformação pode controlar-se e planificar-se, respeitando os traços essenciais que lhe dão carácter e personalidade (NOGUÉ, 2004). Esta concepção não apenas reafirma as paisagens como

objectos fulcrais na ciência geográfica, como também sublinha a sua importância como eixo incontornável de reflexão sobre o desenvolvimento (dos territórios e das populações), e um espelho da prossecução (ou não) dessas metas.

Efectivamente as paisagens têm carácter, personalidade própria e exclusiva, que não deve ler-se como algo inequívoco, permanente e estático. Segundo LOMBA GUTTIÉRREZ (2002: 77), as dimensões histórica e natural do património «(...) dão conteúdo a uma paisagem cultural em toda a acepção da palavra; mas não são apenas o património construído, nem o meio natural de modo isolado; é a atmosfera comum, onde está a síntese dos valores naturais, artificiais e antrópicos, que em definitivo marca a paisagem cultural [na qual se pretende intervir].

Como se descobriu e tomou consciência de que somente na identidade do território está a sua alternativa, chegando mesmo a afirmar-se que cada território tem um código genético, então só conhecendo e apreciando esse código genético podemos intervir nele».

Daí a necessidade de uma política de protecção e valorização da paisagem (cultural) que se repercute também no ordenamento do território, baseada no reconhecimento da riqueza e da complexidade cultural herdada, entendendo os lugares e os territórios segundo as suas dimensões histórico-geográficas.

A assumpção da paisagem cultural como dimensão integradora decorre do facto de esta ser um valor, um legado e, portanto, um património (que aparece como valor estruturante da sua invenção – TELES, 2002), pois nela se materializam a espacialidade e o tempo (MARTINEZ de PISÓN, 1998).

A vinculação da dimensão patrimonial às políticas de desenvolvimento local e de valorização dos territórios está relacionada com a ideia de que estes são recursos importantes para a criação de imagens renovadas dos territórios, de estímulo ao investimento e à elevação da auto-estima das populações, e elementos essenciais do bem-estar individual e social e da qualidade de vida das populações.

De facto, «o património situa-se (...) na confluência das problemáticas mais actuais da abordagem cultural em Geografia – a relação entre cultura e poder, entre cultura e economia, o aparente conflito globalização vs. localismo, a questão premente da (re) construção das identidades» (HENRIQUES, *op. cit.*, 60) e dos sentimentos de pertença aos lugares. Importa também aprofundar outras dimensões menos exploradas nas abordagens geográficas, como a identificação do património; a interpretação e a aproximação do património em relação aos cidadãos; a leitura das preocupações patrimoniais nas políticas/instrumentos de gestão territorial (na amplitude do desenvolvimento ao

planeamento) e a utilização do património como recurso (activo) para o desenvolvimento dos territórios e das populações.

Relativamente ao caso de estudo, quisemos trazer ao trabalho a **Serra da Lousã** (Cordilheira Central), porque as suas paisagens são, em nosso entender, um espelho através do qual poderíamos analisar e interpretar o papel do património cultural e a sua ligação aos processos de desenvolvimento (dinâmicas e perspectivas).

Tratando-se sobretudo de territórios periféricos (baixa densidade demográfica, social, económica e institucional), em geral muito marcados pelo despovoamento e abandono, fomos tocados pela patrimonialização de algumas das suas paisagens, bem como pelo interesse recente dos actores públicos, no sentido de requalificar, dinamizar e articular alguns dos seus lugares. De igual modo, procurou-se avaliar as preocupações patrimoniais e paisagísticas, no âmbito das trajectórias de desenvolvimento que marcam os seus territórios mais dinâmicos.

Neste contexto, as **aldeias serranas da Lousã** reflectem trajectórias de desenvolvimento originais. A apropriação das estruturas edificadas por população urbana e o processo de reabilitação (e reocupação sazonal) que relacionamos com a temática da patrimonialização são contributos incontornáveis na construção e projecção de uma imagem renovada da Serra e na elevação das aldeias ao estatuto de património cultural. A residência secundária aparece, então, muito comprometida nesta redefinição funcional da montanha.

Por sua vez, a **vila da Lousã**⁸, no sopé da Serra, conheceu nos últimos anos uma dinâmica de crescimento muito elevada, de certa forma desligada de instrumentos de gestão territorial eficazes ou adequados. A renovação da sua imagem decorre da urbanização de antigas quintas que durante séculos foram o elemento mais marcante da organização espacial da bacia topográfica da Lousã, sem que os edifícios notáveis (quase todos classificados ou em vias de classificação) tenham sido relevantes para orientar ou estruturar a sua recente evolução urbana.

Importa sublinhar que as montanhas são entidades únicas e apresentam uma grande diversidade interna, configurada por sistemas de espaços de singular valor, embora muito sensíveis e com uma estrutura territorial frágil.

No âmbito da definição do modelo de ordenamento e desenvolvimento territorial, é necessário contar com todo o sistema! É necessário entender a articulação da montanha

⁸ Trata-se do lugar urbano mais importante e de maior dinamismo territorial das sub-regiões do Pinhal Interior.

no tempo e no espaço. Assim, interpretamos os territórios e os lugares como portas e janelas abertas, como capítulos, escritos uns após outros, de um grande livro que não tem fim, e deste modo são as ligações dos territórios e das populações com as várias esferas ou escalas do mundo global, na perspectiva do quadro conceptual da nossa investigação, que marcam a plasticidade da serrania⁹.

Visto que estamos interessados na compreensão das trajectórias de desenvolvimento, em particular nos projectos/iniciativas relacionados com o património cultural e a patrimonialização (envolvendo actores e esferas de acção diversas), fomos ao encontro daqueles que na montanha ou com a montanha se cruzam, seja vivendo ou fruindo as suas paisagens.

Por outro lado, podemos afirmar que a Serra da Lousã tem funcionado quase sempre como fronteira ou linha divisória sob diferentes perspectivas:

- No plano administrativo, repartindo-se por sete municípios (Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande), a Serra demarca os distritos de Coimbra e Leiria, assim como no passado estabeleceu a separação das províncias das Beiras e da Estremadura (tal como é possível observar no *Numeramento de 1527*) e mais recentemente aparece na encruzilhada das sub-regiões do Baixo Mondego e das Terras do Zêzere, ou das províncias da Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa, conforme o *Esboço duma Carta Regional de Portugal* (1933) de Aristides de Amorim GIRÃO, que serviu de base à divisão provincial do novo código administrativo.
- No domínio hídrico, a Serra marca a separação das bacias hidrográficas do Mondego e do Zêzere que alimenta através de pequenos rios como o Arouce e o Sótão, e das ribeiras de Alge, Pêra e Mega, respectivamente.

⁹ Esse carácter reflecte as diferentes iniciativas que se cruzam na ou com a Serra, como, por exemplo, a área de produção de mel (denominação de origem protegida) da Serra da Lousã (Penela; Miranda do Corvo; Lousã; Góis; Arganil; Pampilhosa da Serra; Figueiró dos Vinhos; Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande); a “zona de intervenção” ELOZ (Entre Lousã e Zêzere) no quadro do Programa LEADER+, com os municípios de Miranda do Corvo, Lousã, Vila Nova de Poiares, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra); a Rede Natura (Lousã, Miranda do Covo, Góis, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos); os municípios (de Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis e Figueiró dos Vinhos) com aldeias serranas envolvidas no “Programa das Aldeias do Xisto”, como também seria diferente se partíssemos de um inquérito realizado no terreno para obter a percepção da população sobre a identidade e os vínculos culturais à montanha. Enfim, estes e outros elementos (critérios), não sendo coincidentes, têm a particularidade de acrescentar alguma coisa ao entendimento das novas relações dos e nos territórios serranos.

- Ao nível institucional, são raros os exemplos de cooperação entre os municípios serranos, embora se reconheça algum trabalho recente, relacionado com os novos caminhos para o desenvolvimento rural, que tenderá a alinhar, debaixo do mesmo tecto, instrumentos de interacção e coordenação entre as diversas partes, bem como projectos/iniciativas comuns.

Com efeito, a União Europeia, com os seus instrumentos específicos de política regional, introduziu uma nova abordagem dos territórios, por via do desenho de uma nova paisagem institucional, com novos agentes e formas de intervenção territorial que procuram conduzir uma acção eficaz e integrada sobre os territórios.

Nos nossos dias é importante encontrar mecanismos que assegurem a coerência de medidas e acções a empreender e garantam a necessária unidade de um processo no qual se articulam as competências e as responsabilidades de diferentes níveis de administração. Os problemas e as oportunidades dos territórios serranos devem constituir o elemento unificador.

Se bem que não disponham actualmente de todos os instrumentos que serão desejáveis para exercer uma política de ordenamento e de desenvolvimento coordenado, não é menos certo que, a partir dos instrumentos definidos ao nível comunitário, estatal, regional e local, é possível construir um sistema instrumental baseado na referência à globalidade da montanha e no desenho dos mecanismos de coordenação entre os diversos níveis administrativos.

Noutro sentido, devemos dizer que a investigação realizada nos últimos anos e a presente dissertação reflectem uma trilogia estruturante que gravita em torno dos **territórios do conhecimento**, da **afectividade** e do **quotidiano**.

Os primeiros revelam-se nos temas e nas orientações da investigação que desenvolvemos desde meados dos anos 90: da geografia urbana e da geografia histórica aos estudos no âmbito do ordenamento do território, do desenvolvimento local e do património cultural.

As vivências e as afectividades territoriais influenciaram a escolha dos casos de estudo. A Serra da Lousã, e em especial as aldeias serranas da Lousã, estão muito presentes no nosso pensamento desde que a memória nos permite recordar vivências e afectos. Se não conhecemos a Serra desde que nos conhecemos, pelo menos encontramos nela o espelho de algumas das nossas mais remotas recordações e o interesse que nos conduziu ao encontro da Geografia.

Na verdade, convivemos e partilhámos memórias, afectos e narrativas com alguns dos últimos habitantes originais das aldeias serranas, trabalhámos (nos períodos de

férias escolares) na Serra em tarefas relacionadas com a floresta e, nos últimos anos, no âmbito deste trabalho, percorremos vezes sem conta os caminhos da montanha, procurando ler, em cada detalhe e no diálogo com os residentes/proprietários e os visitantes, os sinais e as respostas para as nossas preocupações.

1.3 Metodologia

Para responder aos objectivos da investigação recorreremos a uma metodologia composta por várias técnicas:

- Análise documental, no amplo espectro das publicações (livros e revistas) em formato papel e em formato digital (edições em cd-rom), dos textos e documentos diversos (incluindo alguns do foro jurídico) consultados na *internet*.
- Entrevistas a diversos actores regionais e locais, entre entidades públicas, de natureza associativa e privados.
- Inquéritos (por questionário) aos residentes/proprietários de imóveis nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Talasnal e Vaqueirinho (concelho de Lousã) e aos (novos) residentes na vila da Lousã.
- Análise de instrumentos de gestão territorial a diversas escalas: Plano de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006); Programa Operacional da Região Centro (2000-2006); Planos Directores Municipais; Planos de Urbanização; Planos de Pormenor; Planos das Aldeias Serranas, entre outros.
- Análise de diversos elementos estatísticos publicados, e não publicados, como as licenças de construção e utilização, e os alvarás de loteamentos urbanos emitidos pelas câmaras municipais, assim como registos de natureza estatística e outra, no âmbito de iniciativas de desenvolvimento regional e local.

Oportunamente, as fontes utilizadas e algumas questões metodológicas serão objecto de notícias explicativas, designadamente no âmbito do caso de estudo, conforme a especificidade das problemáticas estudadas e as soluções preconizadas para a prossecução dos nossos objectivos.

1.4 Estrutura da Dissertação

A dissertação está organizada (informalmente) em duas partes, que por sua vez articulam **onze capítulos**. Neste **capítulo inicial**, apresentou-se uma síntese da temática

e dos objectivos operacionais da tese, do âmbito e da metodologia de investigação e da respectiva organização.

O **segundo capítulo** enfatiza os conceitos de ordenamento do território e desenvolvimento. Discutindo os principais contributos da literatura especializada, sublinha-se que o território e a população foram elevados à categoria de recursos activos, e conclui-se acerca da ênfase nacional das políticas de ordenamento do território. Neste capítulo são ainda apresentadas as características do sistema de gestão territorial português, articulando objectivos, recursos territoriais e instrumentos operacionais.

No **terceiro capítulo**, é abordado o recurso património cultural. Nele é discutido o conceito de património e a sua evolução. Depois dessa perspectiva inicial, o capítulo explicita o fenómeno da patrimonialização, as pontes com a memória, a identidade e a imagem territorial, assim como mostra que a interpretação e a pedagogia do património são ferramentas de grande alcance para a vinculação sociedade-território. Neste capítulo são ainda abordados diversos documentos orientadores, políticas e instrumentos de defesa e valorização patrimonial, percorrendo a escala mundial, europeia e nacional, que permitem compreender a inclusão de preocupações e medidas direccionadas para os territórios e as paisagens, sendo estas últimas, por via da sua dimensão cultural, a escala de leitura/intervenção mais aconselhada. Por fim, mas não menos importante, referem-se algumas propostas de interpretação do património cultural e de participação da população, através de exemplos como os ecomuseus e os parques culturais, entre outros, de grande significado quer para a conservação e valorização de diferentes elementos de património cultural, quer na perspectiva da participação activa da população. A encerrar o capítulo, mostra-se que as novas perspectivas de (des)envolvimento dos territórios, relacionadas com o património, passam cada vez mais pela sua integração em redes, segundo temas de vinculação ou de afinidade temática.

No **quarto capítulo** discutem-se os caminhos do desenvolvimento dos territórios rurais. Depois do declínio da via produtivista, mostra-se o alcance das abordagens de cariz territorial e ambiental, e a emergência dos valores paisagísticos e patrimoniais. Neste capítulo é ainda analisada a importância do turismo e da residência secundária, enquanto motores da (re)descoberta de certos territórios rurais, na perspectiva dos processos de reabilitação, revitalização e patrimonialização que podem induzir.

O **quinto capítulo** analisa a especificidade das áreas de montanha, enfatizando o significado e o modo como a montanha se manifesta, as dinâmicas territoriais e as perspectivas de desenvolvimento na era pós-produtivista. Reflecte-se ainda acerca da importância da montanha nas preocupações políticas a nível nacional e internacional, a

partir de alguns exemplos pertinentes, e conclui-se este capítulo com o estudo do papel da União Europeia na (desejável) definição de uma política comum para as regiões de montanha.

No **capítulo sexto** apresentam-se o retrato e as dinâmicas territoriais da Serra da Lousã, a partir da análise dos processos de construção da imagem e de divulgação das paisagens serranas, e da leitura do mosaico serrano e suas trajectórias de desenvolvimento. Estas repartem-se entre situações de decréscimo demográfico, despovoamento e abandono de inúmeros pequenos lugares (alguns deles foram entretanto reocupados e reabilitados por neo-rurais e por população, no âmbito da residência secundária), sobretudo no interior da montanha, e casos de forte dinamismo urbano (acrécimo da população residente e das estruturas edificadas), particularmente nas sedes dos concelhos do sector noroeste da Serra.

O **sétimo capítulo** retrata as trajectórias urbanas recentes e questiona as (des)preocupações patrimoniais e paisagísticas, a partir da análise da vila da Lousã. Recorrendo a diversos indicadores urbanísticos, mostra-se o sentido da dinâmica urbana e a renovação da imagem da vila, e a sua relação com o património construído e os instrumentos de planeamento territorial. Neste capítulo são ainda apresentados os resultados de um questionário dirigido aos novos residentes, que permitem conhecer as suas características, trajectórias, relação com os instrumentos de gestão territorial e com o território, e percepção relativamente à imagem da Lousã e ao seu património cultural.

No **oitavo capítulo**, introduzindo as aldeias serranas da Lousã, enfatiza-se a construção e os construtores das paisagens culturais serranas, a partir da leitura retrospectiva das suas dimensões estruturantes. Este capítulo, centrado na dinâmica territorial das aldeias, abre caminho ao estudo dos novos usos da montanha e dos processos de patrimonialização e de requalificação territorial.

O **capítulo nono** analisa as permanências e as mutações recentes, as nostalgias e os refúgios criados que correspondem a um certo regresso à montanha. A base metodológica é constituída por inquéritos (por questionário) dirigidos à população residente (serranos e neo-rurais) e aos proprietários de residência secundária (e de imóveis para esse efeito). Estes últimos, uma vez que são os motores principais do processo de patrimonialização das aldeias serranas, merecem amplo espaço de análise, percorrendo questões relacionadas com a caracterização dos proprietários/utilizadores; as características e a utilização dos imóveis; os problemas, as potencialidades e as imagens marcantes das aldeias e da Serra; o (des)conhecimento em relação aos instrumentos de planeamento

e aos planos de desenvolvimento que se anunciam para as aldeias; o envolvimento desta população com a montanha.

No **capítulo décimo** mostra-se o interesse recente dos agentes institucionais públicos pela requalificação das paisagens serranas e apresentam-se os planos elaborados para as aldeias, segundo as orientações da Acção Integrada de Base Territorial do Pí-nhal Interior (Programa Operacional da Região Centro – QCA III), na perspectiva de se constituir uma Rede de Aldeias do Xisto. Analisam-se as diferentes fases dos Planos de Aldeia, discute-se o sentido da intervenção e os lugares seleccionados e anota-se um conjunto de preocupações que se prendem com as intervenções a realizar, a dinamização da futura rede e o modo como este investimento se articula com outros programas que têm incidência nestes territórios (por via dos projectos/iniciativas que podem apoiar).

O **derradeiro capítulo** apresenta as conclusões, respondendo aos objectivos da investigação, e formula algumas recomendações sobre o modelo de desenvolvimento na área em estudo, e as formas de proteger, valorizar e dinamizar o seu património cultural, na perspectiva de o aproximar da população e de a envolver nessas tarefas.

2. Território, ordenamento e desenvolvimento sustentável

«Não esqueçamos que o território é um bem precioso e que o seu planeamento é a melhor forma de engendrar o seu desenvolvimento respeitando a dignidade do ser humano».

Manuel da Costa Lobo, 1998: 5.

O desenvolvimento, um dos principais temas em discussão no quadro científico contemporâneo, assume-se, recorrentemente, como um processo, uma dinâmica sobre a qual se questionam hoje variáveis como, o sentido da mudança, os actores, o ritmo, os valores e a ética subjacentes, as avaliações a curto e, cada vez mais, a longo prazo.

A componente territorial revela-se como dimensão indissociável do desenvolvimento. De facto, as trajectórias de desenvolvimento envolvem esferas de âmbito social, económico, cultural, institucional e territorial. «Nos caminhos do desenvolvimento tomam-se decisões, organizam-se e concretizam-se projectos e, com isso, mudam também as territorialidades das populações, muda o seu envolvimento com os espaços geográficos. Directa ou indirectamente, de modo mais ou menos pronunciado, intervém-se sobre o ordenamento do território e, por via desta intervenção, modelam-se as paisagens» (FERNANDES e CARVALHO, 2003: 193).

Aos geógrafos interessam também estas discussões e, dada a abrangência destas dinâmicas, a estes deve estar reservado um papel importante na análise dos processos de desenvolvimento, uma vez que envolvem a qualidade de vida das populações, mas sobretudo, porque se conjugam aqui factores territoriais, modeladores de espaços geográficos e construtores de paisagens. Na verdade, os processos de desenvolvimento (des) (re)estruturam territórios, ao mesmo tempo que, reconhece-se hoje, não são indiferentes ao valor dos contextos espaciais e temporais, das especificidades de cada lugar (FERNANDES e CARVALHO, *op. cit.*).

Com efeito, neste mundo aberto e em mudança, nesta contemporaneidade de riscos e inseguranças, neste sistema global caracterizado também pela tensão entre tendências de uniformização e reacções mais ou menos localizadas de afirmação das diferenças e das individualidades, os espaços geográficos assumem-se como entidades complexas, pluridimensionais e não isotrópicas. Assim, os lugares não perdem interesse de investigação. Contudo, devemos entendê-los como resultantes da interacção entre diferentes escalas geográficas. «Cada um é o resultado de um especial encontro entre o localismo e os fenómenos, os processos e os actores que se movem noutras escalas» (regional, nacional, internacional, global). Ao mesmo tempo, «não se entende um lugar sem o reconstituir no

tempo, sem ter em consideração o seu percurso. Um lugar está também marcado pela sua História, pelos contextos espaciais do passado, pelo que se constrói (e destrói) no decurso do tempo» (*idem*: 194). A ideia de CLAVAL (2002-b), sobre o percurso da Geografia (dos espaços aos lugares) exemplifica esta linha de pensamento.

Mas essa especificidade dos lugares deve ser entendida sob uma óptica bi-dimensional: um lugar é a síntese local de um complexo jogo de escalas geográficas, numa relação que muda com o Tempo. «Entender um lugar, penetrar na sua intimidade, envolvermo-nos com as suas estruturas e assegurarmos as leituras das suas variações conjunturais implica uma necessária interação entre Espaço e Tempo» (FERNANDES e CARVALHO, *op. cit.*, 195). É por isso que associamos ao trabalho intelectual do geógrafo e, por inerência, à sua abordagem sobre as dinâmicas de desenvolvimento, realidades como: a identidade (em mudança e em constante construção) dos lugares, as diferenças que os caracterizam, o seu enquadramento muito particular nas lógicas orgânicas traduzidas em várias escalas de análise e, associados a tudo isto, os seus percursos individuais. Deste modo, (re)pensar o desenvolvimento implica a abordagem e o cruzamento das escalas, do tempo, das identidades, dos recursos identificados em cada momento (*idem, ibidem*). Como o valor dos recursos é consequência da aceitação social e do desenvolvimento tecnológico, estamos perante um conceito dinâmico, cujos factores são, por um lado, o desenvolvimento científico e tecnológico, isto é, o “arsenal” de conhecimentos e tecnologias disponíveis, e por outro lado, os novos hábitos de consumo e as novas necessidades da sociedade, e assim podemos concluir, utilizando a expressão de RIBA VILÀS (1992: 252), que «(...) lo que puede considerarse un recurso en un lugar y en un momento dado, puede no serlo en outro lugar o en outro tiempo».

A definição e a promoção de uma imagem territorial de individualidade e especificidade, alicerçada em características únicas e exclusivas, em muito centrada nas identidades e recursos simbólicos de cada lugar, sem que a questão da escala geográfica seja relevante, é um dos caminhos de revalorização dos territórios – na lógica da sua integração e afirmação na nova ordem mundial – onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade (FERNANDES e CARVALHO, 1998).

A salvaguarda e a valorização do património natural e cultural são condições necessárias para a existência de paisagens mais equilibradas, qualificadas e atractivas e podem constituir recursos importantes para a afirmação dos territórios e reforço da auto-estima das populações (CARVALHO, 2002-a).

A gestão deste recurso, de certa forma limitado, é um desafio da sustentabilidade, interpretada como forte preocupação em conciliar sociedade, ambiente e economia,

mediante uma utilização equilibrada de recursos, e numa perspectiva de solidariedade com as gerações futuras, às quais pretendemos legar um ambiente natural e construído mais rico, diversificado e qualificado do que o actual, fundamental para a melhoria da qualidade de vida – «que envolve os níveis de bem-estar individual, familiar e social, incluindo aspectos psicológicos, culturais e históricos que se prendem com a identidade e o sentimento de pertença» (ROSETA, 1999: 13).

2.1 Uma nova visão e valorização do território

Reconhecer a heterogeneidade, fluidez e complexidade das sociedades e dos espaços geográficos, talvez as principais linhas que identificam a pós-modernidade, é ao mesmo tempo «reconhecer que não se desenham vias únicas e uniformes de leitura, de organização e de actuação sobre os territórios» (CARVALHO e FERNANDES, 2001: 241).

Com efeito, os territórios atravessam uma fase de recomposição decorrente de tensões (GAGNON, 1994) desenhadas na amplitude dos processos de dinamismo sócio-económico: regulação/desregulação (LEIMGRUBER, 1998); marginalização *versus* equidade (SCOTT, 1998; LEIMGRUBER, *op. cit.*); globalização ou mundialização das relações económicas, sociais e culturais *versus* afirmação da singularidade do local, esta última frequentemente associada às tentativas da sociedade civil de se (re)apropriar do processo de desenvolvimento, numa perspectiva endógena e autónoma (AROCENA, 1986).

Como notou PECQUER (1996: 13) no contexto de mutações irreversíveis atinentes às tecnologias e aos modos de organização da produção, a «globalização provoca novas mobilidades de pessoas ou de actividades que participam na recomposição dos espaços e não levam ao desaparecimento dos pequenos espaços locais e regionais, antes ao seu reforço».

Parte importante da investigação (geográfica, económica, sociológica, etc.) aparece centrada em reflexões económicas sobre as dinâmicas territoriais e as modalidades de respostas estratégicas dos actores, face à globalização das actividades e dos mercados.

Segundo a perspectiva económica, na questão da localização das actividades e da optimização dos factores de produção, o debate deslocou-se sem verdadeira solução de continuidade para as novas formas de organização da produção que podem explicar as disparidades regionais. Deste debate nasceram os novos paradigmas da ciência regional:

as regiões que ganham e as que perdem (BENKO e LIPIETZ, 1992). Foi a partir da análise, conduzida, em particular, em Itália por BECATTINI (1979), sobre os distritos marshalianos, que estes autores passaram a questionar o papel das novas formas de organização industrial na competitividade das regiões. Os distritos ou sistemas produtivos locais fizeram figura de modelo de desenvolvimento, mas não são a única via a servir de base explicativa para as mutações industriais pos-fordistas em curso.

A amplitude das alterações é de tal forma que LACOUR (1996) utiliza a expressão “tectónica dos territórios”, metáfora inspirada nas placas tectónicas dos geofísicos, e explica que este termo foi utilizado pela primeira vez nos anos 80, no seio de trabalhos no âmbito do desenvolvimento local. A “tectónica dos territórios” vem traduzir um sentimento largamente partilhado no final dessa década, quando os territórios foram muito marcados por fracturas, mutações e crises. A tectónica é, pois, uma metáfora para tentar representar esta complexidade, esta amplitude de interpretação que veicula o termo de dinâmica, termo que está cada vez mais em moda e no centro do debate científico.

As contradições (e o fracasso) do modelo de desenvolvimento economicista (produtivista), dominado por um poder técnico-económico centralizado, inspirado na filosofia do crescimento (de base industrial) a “qualquer preço” e na utilização incondicional dos recursos, conduziram a um conjunto de fracassos e desilusões sociais, nomeadamente a incapacidade de assegurar uma redistribuição equitativa da riqueza entre as regiões e as gerações; o aumento do desemprego e a crescente precarização das formas de emprego; o agravamento e alargamento das formas de pobreza e exclusão social; o aumento do número de “dependentes” nas sociedades modernas e os problemas ambientais (AMARO, 1998).

Estes problemas, de carácter ainda mais significativo, uma vez que acompanham os processos de globalização económica e cultural, estão na génese da afirmação do papel activo das comunidades locais na construção dos territórios e, afinal, de um novo paradigma expresso na ideia de desenvolvimento durável ou viável, inscrito no processo global de reestruturação das relações sócio-espaciais e de afirmação da especificidade dos territórios, que convém examinar concretamente à luz das estratégias e práticas dos actores locais.

A reestruturação do território, tributária de várias categorias de actores, segundo relações de hierarquia e poder é, então, marcada por duas lógicas espaciais diferenciadas. Por um lado, o modelo funcionalista, alicerçado nos imperativos do modo de produção fordista, comanda uma mobilidade de capitais, de bens e de pessoas, fortemente acelerada nos últimos anos. Por outro lado, o modelo territorialista valoriza os recursos e os

valores humanos, as iniciativas e a criação de emprego local, participando no paradigma do desenvolvimento local.

Contudo, não estamos perante duas linhas de pensamento inconciliáveis. As estratégias de desenvolvimento local, baseadas numa abordagem territorial e numa execução de tipo “ascendente”, completam e reforçam, substancialmente, as políticas macro-económicas e estruturais de desenvolvimento.

Os grandes debates sobre os problemas (externalidades negativas) do desenvolvimento, antes centrados na redistribuição da riqueza e na necessidade de democratização das conquistas materiais, trouxeram a si, no final do século passado, novas preocupações: os efeitos nefastos do crescimento económico, particularmente no que concerne ao ambiente.

Neste contexto em que se articulam as manifestações da economia com as mudanças do papel do Estado e dos actores institucionais de desenvolvimento, emerge em crescendo o interesse dos geógrafos pelas respostas locais (iniciativas assentes nas capacidades de resposta e de organização dos actores locais) aos desafios e mudanças globais, «(...) paradoxo articulável, pois a construção do global só é viável sobre raízes locais, da mesma maneira que as entidades e as lógicas locais só ganham sentido se referidas e articuladas com as dinâmicas globais» (AMARO, 1996: 227-228).

As dimensões locais dos processos de mudança, expressão dos comportamentos e dinâmicas territoriais, revestem-se de grande interesse, uma vez que se trata de processos diferenciados com dinamismos e velocidades variáveis (JACINTO, 1998). A distribuição e o comportamento evolutivo da população, a reestruturação das economias locais e as estratégias de investimento (que explicam a urbanização e as mudanças na repartição da população pelas actividades e profissões) são indicadores indissociáveis das transformações que atravessam a sociedade e o território; o traçado dos principais eixos rodoviários da rede fundamental, bem como a capacidade mobilizadora de agentes económicos e actores locais, são igualmente significativos em todo o processo de mudança.

«Por isso, a coesão do território e dos tecidos económico e social reclamam intervenções cada vez mais territorializadas, isto é, concebidas à luz duma geografia mais cuidada, mais adequadas aos territórios e aos actores que aí protagonizam as suas iniciativas. Esta é, aliás, a forma das políticas de desenvolvimento não acentuarem a fragmentação dos territórios» (JACINTO, *op. cit.*, 321).

No caso da Europa as políticas e as iniciativas de desenvolvimento revelam a importância crescente da dimensão territorial, de tal modo que alguns autores utilizam a expressão “nova cultura e governo do território”. A revalorização da cultura e do capital

social dos territórios, como factor de competitividade e coesão, foi acompanhada de novas formas de relação entre os cidadãos e os governos, num contexto de processos mais democráticos de organização da acção colectiva e o início de uma nova etapa de desenho, aplicação e avaliação das políticas públicas.

O processo de globalização tem contribuído para modificar a estrutura e o papel tradicional do Estado-nação. A perda de soberania em favor de entidades supra-estatais é acompanhada pelo processo paralelo de reforço do poder político ao nível regional e local. Assim, «junto a la agenda de la política regional y ciertas iniciativas comunitarias más concretas (de apoyo a regiones atrasadas o con dificultades estructurales específicas, de desarrollo rural, de regiones fronterizas, de regiones de montaña...), las agendas locales han adquirido una creciente complejidad en su dimensión socioeconómica, socio-cultural y socio-ambiental en las estrategias de desarrollo territorial» (PLAZA GUTIÉRREZ *et al.*, 2003: 230).

A centralidade e o protagonismo do território são particularmente significativos na União Europeia, como demonstram o processo de construção política, as políticas públicas de desenvolvimento e os princípios/orientações para o (novo) modelo de desenvolvimento europeu.

No primeiro caso, estão em causa a definição do futuro político da Europa (teoricamente desenhado entre soluções como a Europa dos Estados, a Europa Federal ou a Europa das Regiões e Cidades), no seio de um debate sobre a forma e a função do território europeu (em que as regiões têm ganho amplo protagonismo); a maior distribuição espacial do poder de decisão, decorrente do impulso descentralizador dos últimos anos; a segmentação e a pluralidade de actores e esferas de decisão, e a multiplicidade de instâncias entre as quais se produzem diversas e múltiplas interdependências nas funções de governação territorial. Por outro lado, a coesão converteu-se (pelo menos desde o Acto Único) em objectivo fundamental do processo de integração europeia. O eixo de actuação centrado em medidas económicas e sociais dirigidas às regiões com maiores dificuldades estruturais integra nos últimos anos preocupações acentuadamente territoriais. A coesão territorial e a incorporação do território como variável fundamental pressupõem mecanismos de articulação social, económica e física do território (PLAZA GUTIÉRREZ *et al.*, *op. cit.*) com vista a alcançar um desenvolvimento territorial europeu equilibrado.

O segundo item reflecte novas formas e métodos de governação do território, enfatiza os critérios de sustentabilidade ambiental e coesão social e a necessidade de uma visão integrada e transversal das diferentes políticas sectoriais que actuam sobre o

mesmo território. A ênfase atribuída ao território como objectivo de actuação por parte da política comunitária, tendo antecedentes (como já se referiu) pode servir de referência para a formulação de políticas comuns e de instrumentos precisos de articulação social do território e de orientação do seu desenvolvimento. O exemplo da Política Agrícola Comum (PAC) é muito expressivo: de uma política de preços evoluiu para outra de estruturas e finalmente de desenvolvimento rural, sendo este assumido como um tema verdadeiramente territorial (e não como uma política sectorial), ao mesmo tempo que a dimensão territorial e integral revalorizou o espaço rural como factor de ordenamento do território, sem esquecer a sua vinculação com a política de desenvolvimento regional. Esta última é cada vez mais territorializada, assume uma perspectiva integrada e multi-sectorial de desenvolvimento com forte dimensão espacial.

Por fim, o território aparece como centro de um projecto ou modelo (em construção) de orientação estratégica do desenvolvimento territorial europeu para os próximos anos, segundo uma perspectiva de ordenamento e um esquema de desenvolvimento que (embora não vinculativos) comprometem politicamente os quinze Estados membros que ratificaram a Estratégia Territorial Europeia (1999). Esta nova orientação territorial da política da União Europeia visa igualmente a coordenação intersectorial dos efeitos territoriais das políticas sectoriais e a vinculação da política regional com o ordenamento/desenvolvimento territorial.

Em síntese, afirma-se uma nova visão/cultura territorial e uma valorização do território como entidade de referência na definição de políticas de desenvolvimento, abrindo caminho a novas formas de participação e coordenação dos diversos actores na definição de objectivos, elaboração de estratégias e governação do território. Reconhecendo a especificidade de cada território e de cada contexto, pretende-se reduzir as desigualdades entre as unidades territoriais, em particular as disparidades em oportunidades de desenvolvimento.

2.2 Desenvolvimento local: o território e a população em contexto de participação

O conceito de desenvolvimento aparece ligado a diversas conotações: social; económica; territorial; cultural e tecnológica, entre as mais importantes.

Uma das interpretações mais recorrentes é aquela que encara o desenvolvimento como um movimento, uma dinâmica que se traduz na passagem de um estágio a outro, um processo ao qual se associam ideias de construção, destruição, reconstrução ou

reintegração (FERNANDES, 2003: 230). De igual modo, os termos progresso e dinâmica histórica, visando atingir a melhor qualidade de vida para a população, aparecem recorrentemente associados a este conceito e expressam a ideia básica de aumento da capacidade de prover o bem-estar material.

A expressão mais utilizada nos últimos anos é a de “desenvolvimento humano”¹⁰. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), significa um «processo de alargamento das escolhas das pessoas (...) através da expansão das capacidades e funções humanas».

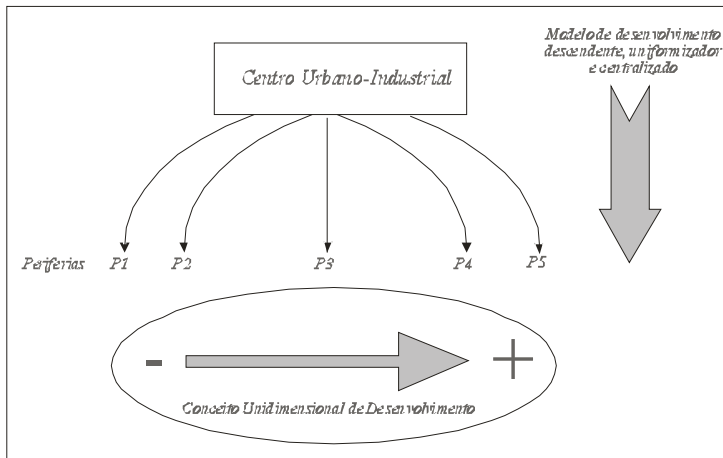
O “desenvolvimento humano” tem raízes numa longa história em que a diferentes condições de exercício do poder e da regulação corresponderam ideias políticas de legitimação, de expressão de conflitos, de rupturas, bem como da sua superação. Assim, é possível identificar três dimensões básicas e interdependentes deste desenvolvimento humano (MORENO, 2002: 27): pessoal (individual); social (comunitária) e ambiental (ecológica).

Quer o conceito de desenvolvimento, quer os caminhos do desenvolvimento não são estáticos e foram moldados segundo os valores de cada sociedade e de cada época. Ainda segundo MORENO (*op. cit.*, 151), as concepções reducionistas «assimilaram o desenvolvimento ao crescimento económico, a um certo bem-estar material ou mesmo ao desenvolvimento económico». Segundo o paradigma capitalista, o progresso é entendido como crescimento económico e prosperidade infinitos baseados na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos. Contudo, «isto não significa que estes conceitos se possam isolar do “desenvolvimento humano”, na medida em que se postula este como multidimensional e dependente do bem-estar económico e social desejado pelas pessoas» (*idem, ibidem*).

Com efeito, ganharam visibilidade estratégica, sobretudo após o conflito mundial de 1939-1945, as teses desenvolvimentistas de cariz difusionista (figura 2). Assente num sistema fordista, de produção em massa e de aparente pleno emprego, este modo de intervenção pressupôs, mesmo para os espaços rurais em despovoamento, uma actuação descendente, pouco participada, acrítica (por parte da população local) e uniformizadora. Pressupunha-se, assim, a aplicação de uma linha de desenvolvimento seguidista, segundo a qual as “regiões mais atrasadas” deveriam atingir o progresso percorrendo

¹⁰ Segundo o *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 2003, o Índice de Desenvolvimento Humano resulta da média aritmética de três indicadores: índice de esperança de vida; índice de nível educacional e índice real *per capita* ajustado.

o caminho já trilhado pelas “regiões mais avançadas” do centro. Sendo estas últimas quase exclusivamente urbanas, do espaço rural mais não se esperaria senão que se desenvolvesse segundo os critérios do progresso urbano-industrial. O desenvolvimento difundir-se-ia, deste modo, a partir de pólos projectados para o efeito, num processo conduzido pelas principais elites de decisão, com pouco espaço de reflexão, acompanhamento ou reacção por parte das populações locais (CARVALHO e FERNANDES, *op. cit.*).



Fonte: FERNANDES, 2003: 234.

Figura 2 – Modelo de desenvolvimento difusionista

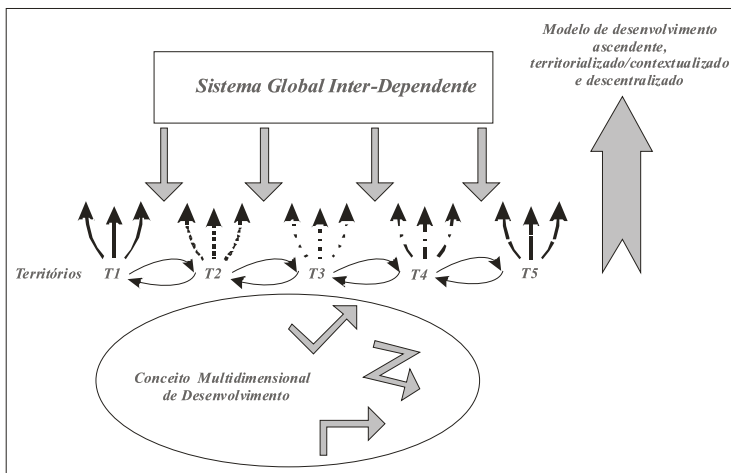
Vivia-se um ambiente quantitativista e um período de euforia e de optimismo: produtivista e economicista, industrialista e tecnologista (MORENO e MORENO, 1998). Por outro lado, qualquer distorção de desenvolvimento seria compensada por práticas assistencialistas, de inspiração keynesiana, também estas organizadas a partir de centros.

Foi o mito do crescimento económico (confundido com o desenvolvimento, aqui interpretado de um modo redutor, pelo menos à luz dos critérios actuais) e a fé inabalável nos avanços tecnológicos. Neste contexto, com facilidade se atribuíam os epítetos redutores de “centros” e “periferias”, sendo os primeiros os depositários do progresso, a partir dos quais se difundiriam para as periferias, consideradas por isso mais atrasadas (enquanto não adoptassem o “modelo natural de eficiência”), segundo uma linha unívoca de desenvolvimento (*idem*).

Ainda pelas palavras de MORENO (*op. cit.*, 125-126), esta concepção difusionista contém pressupostos etnocêntricos e elitistas, pois a capacidade de desenvolver

é apenas inerente aos que dominam os “meios”, nos principais centros de poder. Esta forma de pensar e implementar o desenvolvimento acabou por ter repercussões directas no modo de entender e organizar os territórios. Se o desenvolvimento se resume e se pode simplificar ao conceito abrangente de desenvolvimento urbano e industrial, num sistema competitivo, racional, selectivo e hierarquizante, os territórios menos adaptados a esta realidade acabam por sucumbir, definhar e perder poder e relevância económica, com a consequente perda de protagonismo político. A aceitação desta ordem não foi difícil, enquanto o sistema conseguiu satisfazer as necessidades e alimentar as expectativas. Mas a acumulação de insucessos – já assinalados – conduz a desilusões, formas de reacção e procura de alternativas. As ciências sociais e humanas estão na primeira linha como responsáveis pela percepção crescente do aprofundamento das desigualdades e da dependência (a diferentes escalas).

Assim, o paradigma do desenvolvimento endógeno começa a despontar (figura 3), alicerçado no encontro das ideias de teóricos do planeamento (como, por exemplo, STÖHR, 1974; FRIEDMANN e WEAVER, 1979), com os resultados da investigação de economistas, em especial italianos (como é o caso de BECATINI, *op. cit.*).



Fonte: FERNANDES, 2003: 235.

Figura 3 – Modelo territorialista de desenvolvimento

Outros conceitos surgem a partir dos anos 70 e fazem multiplicar a ligação ao termo desenvolvimento, para traduzir «a rejeição de uma lógica social/económica/

/cultural geradora de mal-estar» (*idem*), como, por exemplo, “eco”¹¹, “auto”, “alternativo”, “ascendente”. Trata-se de conceitos que o desenvolvimento local irá absorver e à medida que este é apropriado por actores e agentes geram-se acréscimos que revelam a existência de muitas formas e níveis de actuação descentralizada (*idem*).

Segundo SYRETT (1995: 3) o termo iniciativa económica local é apenas um de entre vários termos similares (iniciativas locais de emprego, iniciativas de desenvolvimento local; estratégias económicas locais, etc.) que aparecem no início dos anos 80, configurando acções ao nível local, envolvendo a mobilização e o desenvolvimento de recursos locais, estimulados pela necessidade de resolver problemas económicos e sociais. Essa heterogeneidade de acções resulta da dificuldade em definir o que constitui uma iniciativa económica local. A distinção em relação ao desenvolvimento económico local prende-se com o facto de este último poder ser despoletado por forças exteriores (como, por exemplo, políticas do governo central), ao passo que a iniciativa económica local se refere a acções originadas a nível local. SYRETT (*op. cit.*, 4), citando STÖHR (1990), recupera a seguinte definição de iniciativa de desenvolvimento local: «a local initiative using mainly local resources under local control for predominantly local benefit». Ainda pelas palavras do autor: «In policy terms, LEIs [local economic initiative] are often viewed as a positive means of harnessing endogenous potential and tapping latent skills and interests of the population to exploit diversity between localities. The local arena is seen as an appropriate level for responding to economic change, providing a basis for mobilising local populations and developing social solidarity».

De qualquer forma, estamos perante duas vias complementares de desenvolvimento: uma do tipo “top-down”, orientado para a redistribuição espacial da actividade económica e a redução das diferenças regionais de níveis de rendimento; a outra, do tipo “bottom-up”, orientada para o desenvolvimento (económico) dos territórios (VÁZQUEZ BARQUERO, 1999).

Por sua vez o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como panaceia capaz de aproximar diferentes perspectivas. Na sequência dos movimentos ecologistas desencadeados a partir dos anos 70 e de toda uma crise do próprio ordenamento do território e das ideias sobre o desenvolvimento, o “Relatório Brundtland” (*World*

¹¹ De acordo com RUBIO ROMERO (1997: 36), o «codesenvolvimento é a simbiose entre o homem e o sistema natural, quer dizer, o equilíbrio entre tecnosfera e ecosfera com idênticos ciclos, em definitivo é a ideia promotora do desaparecimento do actual *homo economicus* e suas equivocadas ideias de produção com ciclos lineares».

Commission on Environment and Development, 1987) teve grande impacto nas esferas intelectuais e científicas e nos meios políticos, a ponto de se tornar um documento influenciador das políticas de desenvolvimento (LOBO, 1999: 165). Partindo da tese de que o desenvolvimento das actuais gerações não deve retirar às próximas gerações a possibilidade de prosseguir o seu desenvolvimento em condições análogas, o seu grande mérito é chamar a atenção para o risco de um crescente consumo do espaço e dos seus elementos vitais, no esteio do desenvolvimento perdulário e comprometedor do futuro. Integrar ambiente e economia a todos os níveis de decisão é, desde então, um desafio incontornável.

Segundo TROUGHTON (1999: 27), «Sustainability, as conceived by World Conservation Strategy (IUCN *et al.*, 1980) and by the World Commission on Environment and Development (WCED 1987), involves explicit ecological relationships between human activity and natural systems. Sustainability must be based on the recognition and maintenance of these relationships: ideally a symbiosis between human and physical landscapes and communities».

BUTTNER (1998: 1-2) explica que o termo sustentabilidade «is increasingly used to express a universal need to transcend tensions between economy and ecology, the local and the global, and to reconcile the needs of present and future generations». «At the heart of sustainable development lies the challenge of reconciling three deeply-held sets of values: economic growth, social vitality, and ecological integrity. For each of these realms of experience there may be an optimal “scale horizon”; tensions among them vary over time and across cultures».

Para BRYANT (1999-a: 224), «Sustainability emerges more and more as social construct, driven by society’s values». No mesmo sentido aponta LAZAREV (1993: 3): «il ne peut y avoir de “développement durable” si celui-ci se fait au détriment de notre environnement, ce qui implique une notion de responsabilité collective ; il ne peut pas, non plus, y avoir de «développement durable» si celui-ci n’est effectivement pris en charge par la population qu’il concerne».

Com efeito, ao conciliar, num equilíbrio necessariamente instável, as componentes de progresso económico, inovação e conservação, reduzindo ao mínimo possível as agressões ambientais, a problemática da sustentabilidade alarga o conceito de solidariedade, entendida enquanto equidade, não apenas entre as diferentes populações e indivíduos que na contemporaneidade as compõem, mas também entre os actuais agentes de desenvolvimento e as futuras gerações (CARVALHO e FERNANDES, 2002: 279).

Fazendo nossas as palavras de BECKER (2001: 226), trata-se de encontrar a «eficiência máxima e o desperdício mínimo no uso dos recursos naturais, na valorização da diversidade e na descentralização. O desenvolvimento sustentável é a expressão e o «instrumento de um novo modo de produzir e um novo modo de regulação». O novo modo de produzir valoriza a natureza como capital de realização actual e/ou futura. Isto significa uma mudança na política territorial a partir de meados dos anos 80. A componente ambiental – recursos naturais, património natural e cultural – foi incluída no discurso e na definição de políticas para os territórios.

Por outro lado, às dimensões fundamentais e integradas do desenvolvimento sustentável (a ecológica, a económica e a sócio-cultural), junta-se agora «uma novidade (um aspecto anteriormente não contemplado): a perspectiva territorial, que entronca na nova concepção da temática ambiental em que o suporte físico e natural é concebido numa relação estreita com os demais aspectos que circunscrevem a actividade humana» (REIGADO, 2000: 177). O equilíbrio territorial emerge, assim, como elemento estrutural da sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade foi adoptado pelas Nações Unidas e consagrado pela Cimeira da Terra (1992), na Declaração do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento. Os países participantes acordaram a Agenda 21, estabelecendo um programa de acção internacional para implementar o desenvolvimento sustentável. Cada Governo adoptou as recomendações mais relevantes a nível nacional. A tarefa de concretizar este processo foi deixada aos governos locais, uma vez que grande parte dos problemas que impedem a sustentabilidade têm as suas raízes a este nível. Assim nasceu a Agenda Local 21 (VASCONCELOS, 2003). Trata-se, pois, de um desafio que visa criar planos de acção local para a sustentabilidade, fortalecendo ao mesmo tempo a cooperação entre as partes envolvidas, pois implica envolvimento alargado da comunidade através de uma atitude participativa.

Deste modo, o desenvolvimento local (DL) pode ser entendido como «um processo continuado de melhoramento das condições dos territórios e das populações, sempre que tal seja reconhecido pelos actores sociais» (MORENO, *op. cit.*, 170), processo que compreende a acção de actores individuais e institucionais, partilha de responsabilidades e negociações e confronto de ideologias. Trata-se, então, de um conceito operativo que serve para conduzir a acção (pública), «según pautas racionales no espontáneas, para conseguir los objetivos en los que actua la palabra desarrollo» (RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, 1996: 58).

A prossecução destas metas envolve a identificação de certas características da comunidade, designadamente: «First, it is clear that the local actors need to be mobilised and their energies harnessed towards achieving sustainable community goals. (...) Second, participation of the population is important in being able to bring different values and ideas to the table for discussion. It is indeed an essential step in communicating and eventually integrating economic, social and environmental values» (BRYANT, 1999-b: 211-212).

Como lembra BACHELARD (1993: 11), «Les composantes les plus fortes de ce développement sont sociales et culturelles et relèvent de l'affirmation collective nuancée par l'opinion jamais unanime des intéressés. On pourrait presque parler d'acte de foi. Quand une population affirme qu'elle ne veut pas renoncer, et manifeste un esprit d'entreprise à travers de nombreuses actions dont certaines relèvent du symbole, on parlera de développement local».

Mas o desenvolvimento local aparece também como estratégia para melhorar a eficiência dos recursos públicos, fomentar a equidade na distribuição da riqueza e do emprego e satisfazer as necessidades presentes e futuras da população com o uso adequado dos recursos (CAETANO, 2003). Assim, a administração local tem uma responsabilidade acrescida e deve desempenhar o papel de animadora e de catalizadora estratégica de iniciativas concertadas com o sector privado, isto depois de uma primeira geração de políticas de desenvolvimento em que o actor estratégico de desenvolvimento era a administração central.

Com efeito, na perspectiva da promoção de políticas de desenvolvimento local afirma-se cada vez mais frequente uma intervenção articulada entre a administração pública e outras entidades de direito público e de direito privado, em diferentes escalas, visando alcançar um conjunto de objectivos múltiplos. Esta (nova) situação, caracterizada por *governance local*, reflecte o papel central de outros tipos de organização na prossecução dos objectivos das políticas públicas. «Estas mudanças significam o aparecimento de novas formas de intervenção das autarquias locais e de novos mecanismos de regulação dos territórios, envolvendo de forma articulada diferentes níveis da administração e dos diversos sectores, público, privado e voluntário» (SILVA, 1999: 70). No caso das autarquias portuguesas, é crescente a importância atribuída à oferta de acções municipais de desenvolvimento local, em campos como a criação ou participação em agências de desenvolvimento, iniciativas de marketing territorial, ou as medidas de apoio ao estabelecimento de empresas, isto com o estímulo da União Europeia, e depois de uma fase (lançada em 1974 e consolidada nos

anos seguintes) em que a actividade das autarquias seguiu o modelo de prestação de serviços públicos.

Numa palavra, sublinhamos, tal como VASCONCELOS (*op. cit.*), que a questão central do desenvolvimento local sustentável é o desafio da sustentabilidade ao nível local, portanto, o repto dos territórios e das populações em contexto de participação.

2.3 Ordenar para desenvolver... de modo sustentável

2.3.1 O ordenamento do território como instrumento da política de desenvolvimento sustentável

As alterações que o conceito de desenvolvimento sofreu ao longo do tempo, «mercê de um aprofundamento da reflexão e investigação, centrada no homem e no seu poder de transformação do território, tiveram reflexos mais ou menos directos, na forma de encarar o planeamento, de conceber os seus instrumentos – “planos” – e nos muitos problemas com que um e outros se debatem hoje» (VAZ e SACADURA, 2000: 96).

Na expressão de PARDAL e LOBO (2000: 1), a «apropriação do território requer uma consciência organizadora e alcança a sua principal dimensão útil através de transformações arquitectadas do espaço». O planeamento do território constitui um processo racional de contínua previsão como resultado da necessidade de resolver problemas espaciais (JOHNSTON *et al.*, 2000). A crescente necessidade de planear de modo mais sistemático e formal decorre do aumento de complexidade do sistema antrópico e da sua crescente divergência com o sistema natural (PARTIDÁRIO, 1999).

No plano metodológico, «o ordenamento situa-se a montante e apresenta-se, normalmente, com maior agregação do que o planeamento, sendo este mais operativo ao visar o enquadramento de acções de projecto e obra e ao prever medidas para a dinamização do desenvolvimento. De facto, tanto o ordenamento como o planeamento têm por objectivo a organização e gestão do espaço territorial, mas operam a escalas diferentes. Cabe ao planeamento assegurar a execução do modelo de ordenamento» (LOBO *et al.*, 1995: 200-201).

PARTIDÁRIO (*op. cit.*, 35) explica que o ordenamento do território se destaca das funções atribuídas ao planeamento (muito fixado nas perspectivas urbanísticas), «entendendo-se o ordenamento do território como uma visão, um objectivo e um conjunto de acções, devidamente articuladas no espaço e no tempo, que resultam na tradução

espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade, conforme reconhece a Carta Europeia do Ordenamento do Território [1983]».

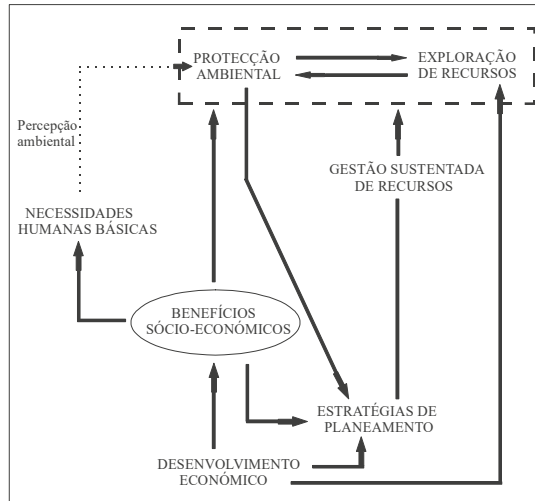
Quanto às características fundamentais do ordenamento territorial, a referida Carta assinala o carácter democrático (de forma a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos), integrado (deve assegurar a coordenação das diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global), funcional (deve ter em conta a existência de especificidades regionais, assim como a organização administrativa dos diferentes países) e prospectivo (deve analisar e considerar as tendências de desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais).

Em relação aos objectivos fundamentais o ordenamento do território procura, simultaneamente, o desenvolvimento sócio-económico equilibrado das regiões, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e a protecção do ambiente e a utilização racional do território. A realização destes objectivos é essencialmente uma questão política, que deve passar pela integração e coordenação entre as autoridades públicas envolvidas, e ainda com os numerosos organismos privados que contribuem, pelas suas acções, para (re)desenhar a organização do espaço.

O ordenamento do território, sem ser uma prática plenamente estabelecida e diferenciada de outras como o urbanismo, a planificação económica e a ambiental, orienta-se progressivamente para a definição e gestão de modelos territoriais correspondentes a âmbitos supra-locais nos quais se identificam as estruturas e sistemas territoriais que contribuem para lhe dar coesão e para a sua integração em espaços de maiores dimensões (ZOIDO NARANJO, 1996).

Ainda segundo PARTIDÁRIO (*op. cit.*, 36-37), a prática do ordenamento do território tem-se fundamentado na concepção, no desenvolvimento e na gestão de um conjunto de actividades que procuram a adaptação do território à satisfação de objectivos de desenvolvimento social e económico. «O reconhecimento da limitação na capacidade de utilização de recursos, no quadro da sua renovabilidade, é um pressuposto urgente a ser integrado, em termos metodológicos na prática do ordenamento do território».

Assim as perspectivas, os conceitos e os critérios tradicionalmente usados em planeamento têm sido modificados e adaptados às novas abordagens de desenvolvimento nomeadamente a sustentável. O termo “ambiental” aparece cada vez mais ligado ao planeamento e reflecte uma nova prática de planeamento que procura integrar as componentes económica, social e de protecção do ambiente (figura 4).

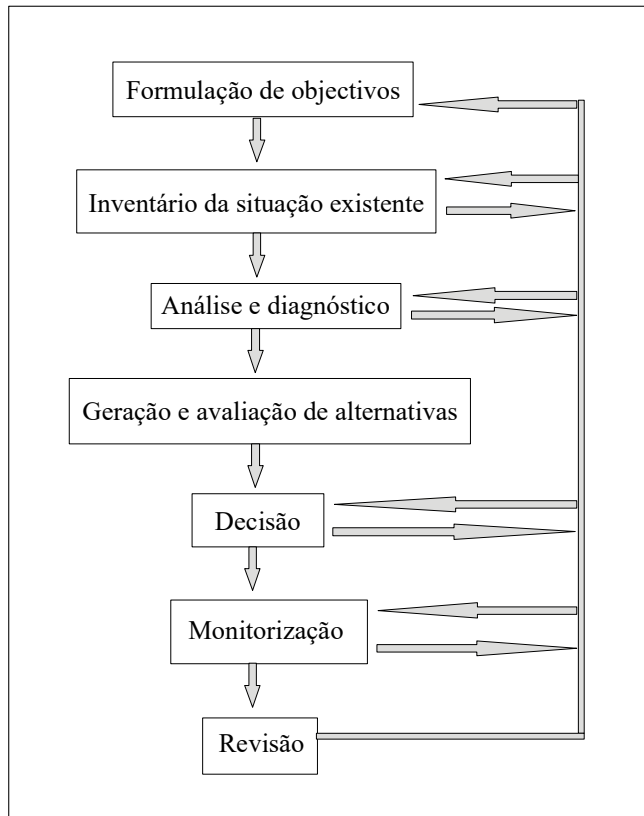


Fonte: PARTIDÁRIO, 1999: 41

Figura 4 – Modelo de planeamento ambiental integrado

FIDÉLIS (2001) refere que o planeamento territorial inclui como objectivos intrínsecos três dimensões fundamentais do conceito de desenvolvimento sustentável, a saber: questionar modelos de desenvolvimento; prevenir a degradação ambiental e proteger valores ambientais; democratizar o processo de tomada de decisão.

Independentemente da abordagem metodológica, é possível identificar diversas fases ou actividades de um processo de planeamento, quer em termos temporais quer em termos de recursos afectados e da relevância dos resultados para a decisão (figura 5), cuja importância vai variar conforme a abordagem. Trata-se de um processo contínuo e sistemático, desenhado na amplitude da definição dos objectivos até à revisão de um plano e da situação de planeamento que conduz a nova formulação de objectivos (PARTIDÁRIO, *op. cit.*). Como lembra LOBO (1995), a estrutura de planeamento (urbanístico) envolve acções (diversas operações, como parcelamento, infra-estruturas, edifícios e espaços verdes; estudo de projecto e planos urbanísticos a várias escalas); promotores (agentes de construção do espaço urbano); profissionais; suporte legislativo e instituições. Ainda pelas palavras do mesmo autor, «O planeamento deve preceder os projectos e as acções construtivas, mas sempre numa visão estratégica e de acompanhamento/monitorização, indo por isso até para lá da construção e da vivência dos sítios, num sistema de continuidade de acção» (*idem*: 11). Por outro lado, compreende diversos actores sociais e as vertentes decisional e técnica aparecem de forma interactiva e dinâmica.



Fonte: PARTIDÁRIO, 1999: 41

Figura 5 – O ciclo do processo de planeamento

De qualquer forma, não há dúvida que estamos perante uma acção voluntária da administração e uma atribuição pública (VILLALÓN, 2002). Como função pública, o ordenamento do território começa cerca de 1920-1930 nos Estados Unidos e em alguns países europeus (Alemanha, França, Reino Unido, Suíça, Holanda) e desenvolve-se após a Segunda Guerra Mundial, sendo factos significativos dessa afirmação a promulgação no Reino Unido da *Town and Country Planning Act* (1947) e a criação em França da Direcção Geral de Ordenamento do Território (1949) (ZOIDO NARANJO *et al.*, 2000). Nos anos 60, conheceu uma fase de grande actividade que, como outras manifestações planificadoras, entra em declínio na sequência da crise (económica) de 1973. Na década seguinte, o ordenamento do território reassume um certo protagonismo, ao ser politicamente impulsionado pelo Conselho da Europa e pelas Comunidades Europeias. Estas

têm levado a efeito vários trabalhos de ordenamento relativos ao conjunto do espaço comunitário ou a partes do mesmo, como as chamadas regiões transnacionais do Arco Atlântico e Arco Mediterrâneo, entre outras (ZOIDO NARANJO *et al.*, *op. cit.*).

Contudo não existe (ainda) uma verdadeira política europeia (comum) nesta matéria, uma vez que o território tem sido encarado como uma questão essencialmente nacional. Como reconhece a União Europeia, «Aunque la ordenación del territorio no sea competencia comunitaria, la dimensión espacial de las políticas comunitaria y nacionales no deja de tener importancia: toda decisión política se aplica en un territorio determinado. El territorio y su desarrollo son las líneas a través de las cuales se expresa la coherencia de las políticas comunitarias ante los ojos de los ciudadanos» (UE, 2002: 2).

Assim, a União Europeia, desde finais dos anos 80, promove um debate político profundo sobre a importância da dimensão espacial das políticas comunitárias e nacionais que se concretizou na adopção (versão definitiva) do “Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário” (EDEC), no *Conselho de Postdam* (Alemanha) em Maio de 1999. A “Estratégia Territorial Europeia” (ETE) pretende constituir «(...) un cadre d’orientation approprié pour les politiques sectorielles à impact spatial de la Communauté et des Etats membres ainsi que pour les collectivités régionales et locales en vue de parvenir à un développement équilibré et durable du territoire de l’Europe» (UE, 2001).

Como nota VAZ (1999: 25), trata-se de uma proposta para «melhorar e reforçar a análise territorial a nível europeu, sabendo que a este se colocam desafios resultantes da necessidade de dar resposta, num quadro de características geográficas específicas e diversificadas, aos imperativos do desenvolvimento económico, social e territorial a longo prazo». Este será influenciado pelo avanço da integração económica e o correspondente aumento da cooperação entre os Estados membros, pela papel cada vez relevante das autoridades regionais e locais, e pelo alargamento da União Europeia e a evolução das relações com as novas fronteiras que se desenham.

Os pilares deste projecto e esquema de desenvolvimento territorial europeu, que correspondem também a objectivos fundamentais da política comunitária, são a coesão económica e social, a competitividade mais equilibrada do território europeu e a salvaguarda dos recursos naturais e do património cultural.

O desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e mais equilibrado, e o reforço da relação/colaboração entre os territórios rurais e urbanos; o incremento de estratégias integradas de transporte e comunicação; a gestão e o desenvolvimento sustentável do património natural e cultural representam os três eixos estruturantes (grandes directrizes orientadoras) da ETE.

O desenvolvimento das cidades e as relações entre elas é mesmo considerado (segundo o referido documento) o factor mais importante que afecta o equilíbrio territorial europeu. Não é por acaso que as preocupações com as cidades e o ambiente urbano¹², na perspectiva da sustentabilidade, se intensificaram nos últimos anos.

O processo de gestão urbana sustentável requer uma série de instrumentos orientados para as dimensões ecológica, social e económica com vista a alcançar a integração, neste caso horizontal, mas também vertical (entre todos os níveis da União: Estados membros, poderes regionais e locais), mediante a combinação do princípio da subsidiariedade com o conceito mais vasto da responsabilidade partilhada.

Os sistemas de ordenamento do território, considerados essenciais para a execução das políticas urbanas de desenvolvimento sustentável¹³, deverão ser consolidados, encorajando abordagens de inspiração ecológica e o abandono de sistemas rígidos na afectação do solo. A utilização de metas e indicadores, o melhoramento dos sistemas de participação pública no planeamento e a ligação potencial entre o ordenamento do território e os processos da Agenda 21, marcam uma nova etapa nos processos de ordenamento e gestão do território (CE, 1998: 8).

A troca de informações e experiências no quadro desta nova forma de abordar a sustentabilidade urbana está a ser incentivada através da Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, desenvolvida nos anos 90 do século passado, e no contexto da qual resultaram três documentos orientadores: a *Carta de Aalborg* (1994); o *Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção* (1996) e a *Declaração de Hannover* (2000), esta última assinada por 250 presidentes de municípios de 36 países europeus e regiões vizinhas.

Por último, importa sublinhar que o lançamento da ETE decorreu num contexto de crise nos objectivos e formas tradicionais de ordenamento do território. Segundo

¹² A elaboração e a discussão de um conjunto de documentos orientadores e de relatórios preparados pela Comissão Europeia, assim como a Conferência Habitat II organizada pela ONU (Istambul, 1996), foram contributos decisivos para enquadrar e orientar as linhas de acção, no âmbito do ordenamento sustentável das cidades. O “Livro Verde sobre o Ambiente Urbano” (1990) e os relatórios “Europa 2000: perspectivas de desenvolvimento do território da Comunidade” (1991), “Europa 2000+. Cooperação para o desenvolvimento territorial da Europa” (1994) e “Cidades Europeias Sustentáveis” (1996), entre outros, são disso exemplo.

¹³ Os processos de “regeneração” urbana centrados na reabilitação e renovação das estruturas edificadas, enquanto formas de “reciclagem” do solo anteriormente utilizado ou dos edifícios existentes, a conservação e melhoria dos espaços verdes públicos, a protecção da paisagem cultural e natural, a melhoria das condições de mobilidade e de acessibilidade urbana são outras linhas de acção no esteio da ambicionada sustentabilidade urbana.

PLAZA GUTIÉRREZ *et al.* (*op. cit.*, 239), «coincide con una lenta, pero progresiva, transición hacia una nueva cultura de las estrategias de desarrollo para el territorio manifestada a dos niveles (...): a) la transición desde unos instrumentos técnicos de planeamiento (enfoque tecnocrático) a otros más políticos de estrategia: b) la sustitución de los objetivos para las políticas territoriales, dados los negativos efectos acarreados por el modelo de desarrollo territorial impuesto desde los planes de reconstrucción europea que siguieron al final de la segunda guerra mundial».

Assim, desenha-se uma nova forma de planeamento, integral (ao considerar conjuntamente a dimensão física, a sócio-económica e ambiental) e estratégica ou participativa (ao envolver na sua definição, implementação e avaliação, diversos actores), que reflecte a necessidade de dotar as políticas públicas de uma dimensão territorial e entender a elaboração das estratégias territoriais como um processo participativo, de concertação (processo de diálogo entre os diversos actores, redes e instituições), cooperação (entre os diversos níveis de governação) e coordenação (entre as diferentes intervenções sectoriais e entre os diversos territórios).

2.3.2 Políticas de ordenamento territorial: o exemplo de Portugal

O objectivo de analisar a organização e os instrumentos de suporte do processo de ordenamento do território leva-nos ao encontro da escala nacional (e do exemplo de Portugal), uma vez que a política de ordenamento do território tem sido considerada como uma questão essencialmente nacional (que diz respeito aos Estados membros e que em alguns casos se trata de uma competência exclusiva das regiões¹⁴).

2.3.2.1 Bases estruturais

O ordenamento do território é referido na Constituição portuguesa nos artigos 9.º (dedicado às tarefas fundamentais do Estado), 65.º e 66.º (dedicados aos direitos e deveres fundamentais). Como nota FIDÉLIS (*op. cit.*), é possível observar-se uma evolução no sentido do reconhecimento da importância de um correcto ordenamento do território e, mais recentemente, das regras de ocupação do solo, instrumentos de planeamento e planos, bem como do desenvolvimento harmonioso e sustentável do território nacional.

A lei de bases do ordenamento do território e o respectivo desenvolvimento regulamentar, publicados no final dos anos 90, visam reestruturar e consolidar o quadro

¹⁴ Estamos a referir-nos, por exemplo, ao caso Espanhol.

normativo nacional, processo marcado por acentuada dispersão e desarticulação de diplomas, crescentes conflitos de uso do solo e crescimento urbano desregrado. A política de ordenamento do território e de urbanismo define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar «uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável, do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos» (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto).

As bases estruturais da política de ordenamento do território e urbanismo assentam no sistema de gestão territorial, organizado num quadro de interacção que envolve os âmbitos nacional, regional e municipal, e a sua concretização envolve instrumentos de gestão territorial de natureza diversa, de acordo com as funções diferenciadas que desempenham: estratégica, programação ou concretização das diversas políticas, e regulamentar.

De forma mais detalhada, podemos referir que o novo quadro regulamentar visa a prossecução dos seguintes objectivos:

- Reforçar a coesão nacional, corrigir assimetrias e assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- Assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais;
- Assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural;
- Promover a qualidade de vida;
- Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos e promover a coerência dos sistemas em que se inserem;
- Salvaguardar e valorizar as potencialidades do espaço rural.

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro¹⁵, ao desenvolver as bases desta política, definiu o regime de coordenação dos “níveis” do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

¹⁵ O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial foi, entretanto, modificado, em questões de pormenor, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, em particular no domínio do procedimento de formação dos planos municipais de ordenamento do território.

O recente Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, pretende introduzir medidas de simplificação e eficiência dos processos e dos instrumentos de gestão territorial, e concretiza, assim, uma das medidas previstas no SIMPLEX (Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa).

De igual modo estabeleceu as responsabilidades dos vários agentes públicos e privados, assim como o direito de participação de todos os cidadãos nas vertentes de intervenção e divulgação, alarga o dever de publicitação do processo, assume a necessidade de assegurar a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intergeracional na ocupação e utilização do território.

São também os instrumentos de gestão territorial que identificam os recursos territoriais: as áreas afectas à defesa nacional, segurança e protecção civil; os recursos e valores naturais; as áreas agrícolas e florestais; a estrutura ecológica; o património arquitectónico e arqueológico; as redes de acessibilidades; as redes de infra-estruturas e equipamentos colectivos; o sistema urbano; a localização e a distribuição das actividades económicas.

Em relação aos recursos e valores naturais (e seus sistemas) o quadro jurídico identifica a orla costeira e áreas ribeirinhas, as albufeiras de águas públicas, as áreas protegidas, a rede hidrográfica, e outros recursos territoriais relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, e determina que os instrumentos de gestão territorial estabelecem os princípios e directrizes que concretizam as orientações políticas neste domínio (plano nacional da política de ordenamento do território, planos regionais, planos intermunicipais e planos sectoriais), os parâmetros de ocupação e utilização do solo adequados à sua salvaguarda e valorização (planos municipais), e os usos preferenciais, condicionados e interditos, segundo critérios de conservação da natureza e da biodiversidade, de maneira a compatibilizá-la com a fruição pelas populações (planos especiais).

Quanto às áreas agrícolas e florestais os instrumentos de gestão territorial identificam as áreas afectas a usos agro-florestais, assim como as áreas fundamentais para a valorização da diversidade paisagística, nomeadamente as áreas de reserva agrícola¹⁶ que compreendem os solos de melhor aptidão agrícola.

¹⁶ A Reserva Agrícola Nacional (RAN) foi instituída na sequência do Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de Novembro, com o objectivo de «proteger os solos com maior aptidão para a produção de bens agrícolas indispensáveis ao abastecimento nacional, para o pleno desenvolvimento da agricultura e para o equilíbrio e estabilidade das paisagens».

O Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, conduziu à adopção de um regime jurídico, visando proteger as áreas com maior potencialidade agrícola, nomeadamente das investidas de natureza urbana, e contribuir para o desenvolvimento da agricultura e para o correcto ordenamento do território.

Os solos são classificados em classes de uso A, B, C, D e E, por ordem decrescente de potencialidade agrícola. Segundo o artigo 4.º, as áreas da RAN «são constituídas por solos das classes A e B, bem como por solos de baixas aluvionares e coluviais, e ainda por solos de outros tipos cuja integração nas mesmas se mostre conveniente para a prossecução dos fins».

Mas os instrumentos de gestão territorial identificam também as áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, nomeadamente as áreas de reserva ecológica¹⁷ (áreas costeiras e ribeirinhas; águas interiores; áreas de infiltração máxima e áreas declivosas), assim como os elementos e conjuntos construídos que representam testemunhos da história da ocupação e da utilização do território e assumem interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades, e neste caso estabelecem as medidas indispensáveis à protecção e valorização daquele património, acautelando o uso dos espaços envolventes, e determinam que os planos municipais de ordenamento do território estabelecerão os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação das “zonas” de protecção (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro).

2.3.2.2 Instrumentos de gestão territorial

Como referimos, o “sistema de gestão territorial” é o alicerce fundamental da política de ordenamento do território e de urbanismo em Portugal. Por sua vez, os

¹⁷ A Reserva Ecológica Nacional (REN) foi criada em 1983 (Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de Julho) com o objectivo de assegurar um desenvolvimento ecológico equilibrado do território nacional. Introduce no ordenamento do território um mecanismo de regulação do uso racional dos recursos naturais por via do reconhecimento da incapacidade do Serviço de Áreas Protegidas de 1976 de fazer face ao crescimento urbano descontrolado dos anos 70, no que respeita à manutenção de uma reserva de espaços naturais de elevada qualidade e sensibilidade.

Com a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril) a REN foi reconhecida como instrumento de ordenamento do território e gestão ambiental.

O Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, estabelece uma revisão do enquadramento jurídico da REN, em resposta às dificuldades operacionais da mesma – embora sem alterar os princípios e objectivos originais/fundamentais. Deste modo, a REN representa a estrutura biofísica básica, com incidência na protecção de ecossistemas fundamentais e no enquadramento das actividades humanas, isto é, estabelece uma «rede ecológica fundamental e integra todas as áreas consideradas fundamentais à manutenção da estabilidade ecológica do território e ao uso racional dos recursos naturais nos processos de ordenamento do território».

A recente revisão do regime jurídico da REN, segundo o Decreto-Lei nº 180/2006, de 6 de Setembro, visa «preservar o seu âmbito nacional e introduzir incentivos para uma gestão mais flexível mas coerente com o seu interesse nacional». Assim, consagra a possibilidade de viabilizar usos e acções compatíveis que, «por não porem em causa a manutenção dos recursos, valores e processos a salvaguardar, se justificam para a manutenção de actividades que podem e devem existir nestas áreas», designadamente as relacionadas com o sector agrícola, sector florestal, exploração de recursos geológicos, turismo, recreio e lazer, produção de energia a partir de fontes renováveis e beneficiação de vias rodoviárias e ferroviárias.

instrumentos de gestão territorial estão organizados segundo âmbitos (nacional, regional e municipal).

Assim, o âmbito nacional é concretizado através dos seguintes instrumentos:

- O programa nacional da política de ordenamento do território;
- Os planos sectoriais com incidência territorial;
- Os planos especiais de ordenamento do território, compreendendo os planos de ordenamento de áreas protegidas, os planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas e os planos de ordenamento da orla costeira.

Por sua vez o âmbito regional é concretizado através dos planos regionais de ordenamento do território.

No que diz respeito ao âmbito municipal, a sua concretização envolve os seguintes instrumentos: os planos intermunicipais de ordenamento do território e os planos municipais de ordenamento do território. Estes últimos compreendem os planos directores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.

Na perspectiva do alcance em matéria de ordenamento do território e da relação com o processo de desenvolvimento, é oportuno sistematizar o essencial em relação a cada uma destas figuras.

O *programa nacional da política de ordenamento do território*¹⁸ (PNPOT) estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional,

¹⁸ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, visando impulsionar a elaboração do PNPOT, reconheceu a necessidade de conter a expansão urbanística, de acompanhar a elaboração ou revisão dos PMOT, sobretudo dos PDM (segunda geração), e de responder aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado. Assim, cometeu à Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) a elaboração deste instrumento com o apoio de uma equipa de projecto, ao mesmo tempo que reconheceu tratar-se de um documento estratégico de referência para a elaboração da segunda geração dos PDM, bem como para a elaboração ou revisão de diversos PROT. A importância deste documento transparece na composição da comissão consultiva, composta por representantes de 17 entidades, como, por exemplo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses; a Confederação Nacional da Agricultura; a União Geral de Trabalhadores; a Ordem dos Arquitectos; a Associação dos Urbanistas Portugueses e a Associação Portuguesa de Geógrafos.

A proposta do PNPOT, concluída formalmente em Abril de 2005, depois de ter passado por um período de concertação com as entidades públicas e da sociedade civil que integraram a comissão consultiva, e um período de discussão pública (lançado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, de 27 de Abril, foi finalmente aprovada e publicada em Diário da República.

A Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, aprova o PNPOT, acompanhado de um relatório e programa de acção (documentos em anexo), e incumbe o Governo de promover «o desenvolvimento e a concretização do programa de acção, designadamente através da execução das medidas prioritárias constantes do mesmo, devendo a respectiva execução ser descentralizada aos níveis regional e sectorial».

consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-membros para a organização do território da União Europeia.

Naquilo que diz respeito às orientações no âmbito da estruturação do território nacional, o PNPOOT pretende: alcançar uma visão supranacional que respeite os princípios de desenvolvimento equilibrado e sustentável; implementar um modelo de crescimento policêntrico, alicerçado em políticas de cidades, políticas para o “mundo rural” e estratégias de relacionamento entre centros urbanos e áreas rurais; definir e aplicar medidas de discriminação positiva, no quadro das políticas de desenvolvimento regional e local; influenciar a distribuição territorial das principais infra-estruturas e das redes estruturantes da organização das actividades económicas (*idem*).

Em relação aos *planos sectoriais*, trata-se de instrumentos de programação ou concretização das diversas políticas com incidência na organização do território, abrangendo diversos domínios: transportes, comunicações, energia, recursos geológicos, educação e formação, cultura, saúde, habitação, turismo, agricultura, comércio, indústria, florestas e ambiente. Estabelecem, nomeadamente: as opções sectoriais e os objectivos a alcançar no quadro das directrizes nacionais aplicáveis; as acções de concretização dos objectivos sectoriais estabelecidos; a expressão territorial da política sectorial definida e a articulação da política sectorial com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão aplicáveis (Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro).

Por sua vez os *planos especiais de ordenamento do território* são instrumentos de natureza regulamentar, elaborados pela administração central, que pretendem estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e assegurar a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território. Está em causa salvaguardar objectivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada, bem como a tutela de princípios fundamentais consagrados no PNPOOT não assegurados por PMOT. Como já se referiu, as figuras em causa são os *planos de ordenamento de áreas protegidas*¹⁹

¹⁹ Os POAP foram introduzidos e estatuídos com base no regime jurídico da Rede Nacional de Áreas Protegidas (Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro). A apreciação do processo de elaboração e de revisão dos POAP revela o incumprimento dos prazos estabelecidos para o efeito. A realidade é que a maior parte dos POAP estão em curso, muitos deles apenas numa fase inicial. O Decreto-Lei n.º 204/2002, de 1 de Outubro, reconhece esta situação, mantém em vigor a classificação das áreas protegidas, operada pelos diplomas que procederam à sua classificação ou à respectiva reclassificação, e estabelece, ao mesmo tempo, o prazo de dois anos para a aprovação dos «(...) planos de ordenamento das áreas protegidas que ainda não disponham de tais instrumentos especiais de gestão territorial».

(POAP), os planos de ordenamento da orla costeira²⁰ (POOC) e os *planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas*²¹ (POAAP).

No âmbito regional, os *planos regionais de ordenamento do território* definem a estratégia regional de desenvolvimento, integram as opções estabelecidas no plano nacional e consideram as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos PMOT. Traduzir, em termos espaciais, os objectivos do desenvolvimento económico e social formulados no PDR; equacionar as medidas tendentes a atenuar as assimetrias de desenvolvimento intra-regionais; servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento do território e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território, configuram os seus objectivos centrais (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro).

No âmbito municipal, o *plano intermunicipal* de ordenamento do território (que é de elaboração facultativa) é o instrumento de desenvolvimento que assegura a articulação entre o plano regional e os planos municipais de ordenamento do território. No essencial visa articular estratégias de desenvolvimento económico e social dos municípios envolvidos, designadamente nos seguintes domínios: protecção da natureza e garantia da qualidade ambiental; coordenação dos projectos de redes, equipamentos, infra-estruturas e distribuição de actividades industriais; definição de objectivos em matéria de acesso a equipamentos e serviços públicos (*idem*).

²⁰ Os POOC (Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto) dizem respeito às águas marítimas costeiras e interiores, aos respectivos leitos e margens e definem uma faixa de protecção que não excede 500 metros na faixa terrestre. O objectivo central é planear de forma integrada os recursos do litoral e para tal os POOC definem os condicionamentos, vocações e usos dominantes e a localização de infra-estruturas de apoio a esses usos, orientando também o desenvolvimento de actividades conexas.

²¹ Os POAAP (Decreto-Lei n.º 521/71, de 18 de Novembro; Decreto-Lei n.º 2/88, de 20 de Janeiro, e Decreto Regulamentar n.º 37/91, de 23 de Julho) têm como objectivo: definir as regras de utilização da água e da área envolvente da albufeira, salvaguardando a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água; garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional; compatibilizar os diferentes usos e actividades existentes ou a serem criados e identificar as áreas mais adequadas à prática de actividades recreativas. A gestão das albufeiras assume especial importância tendo em conta que o armazenamento de água implica a criação de barragens, bem como a captação e o desvio de caudais, o que provoca alterações significativas no regime hidrológico dos rios. Há em Portugal mais de uma centena de albufeiras classificadas, mas só uma dezena tinha planos aprovados no final dos anos 90, quando estavam em elaboração cerca de três dezenas de planos.

Por outro lado, os *planos municipais de ordenamento do território* são instrumentos de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios, que estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental.

O *plano director municipal* (PDM) tem como objectivo estabelecer o modelo de estrutura espacial do território municipal²², constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção²³.

Actualmente encontram-se em fase de revisão uma parte importante dos PDM's sobretudo nos concelhos a norte do Tejo (figura 6), preparando-se uma nova geração de instrumentos de gestão territorial que se pretende mais ajustada aos objectivos estratégicos do planeamento.

Por sua vez, o *plano de urbanização* (PU) define a organização espacial de parte determinada do território municipal, integrada no perímetro urbano, que exige uma intervenção integrada de planeamento. Segundo o quadro jurídico, o plano de urbanização²⁴ prossegue o equilíbrio da composição urbanística, como por exemplo identificando os

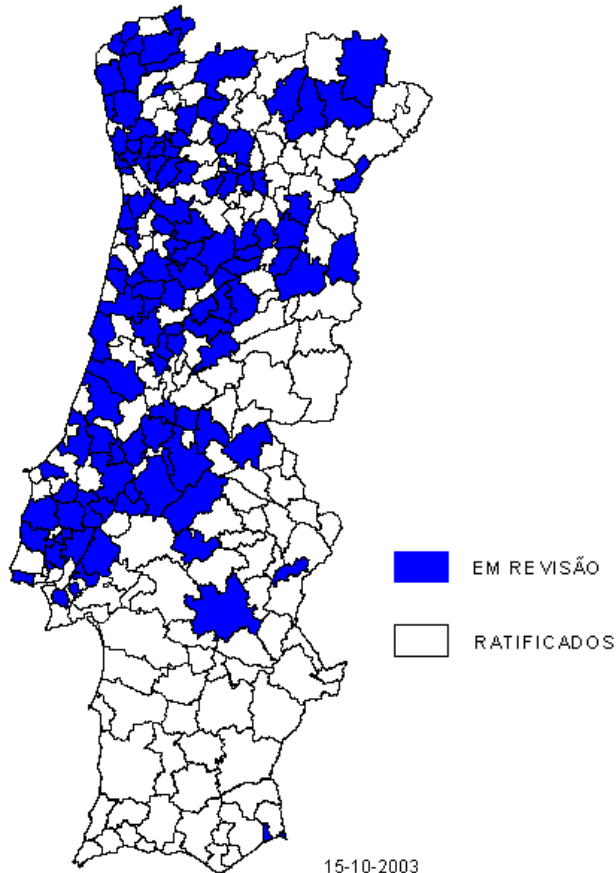
²² O modelo de estrutura espacial do território municipal assenta na classificação do solo (destino básico dos solos, segundo a diferenciação fundamental entre solo rural e solo urbano) e desenvolve-se através da qualificação do mesmo (aproveitamento em função da utilização dominante), como, por exemplo, solos urbanos, urbanizáveis e solos afectos à estrutura ecológica (isto no caso da qualificação do solo urbano).

²³ O PDM é constituído por regulamento, planta de ordenamento que representa o modelo de estrutura espacial do território municipal, bem como as unidades operativas de planeamento e gestão definidas, e planta de condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento. É acompanhado por estudos de caracterização do território municipal, relatório fundamentando as soluções adoptadas e programa contendo disposições indicativas da execução das intervenções municipais previstas, bem como dos meios de financiamento das mesmas.

²⁴ Este instrumento é constituído por regulamento, planta de zonamento que representa a organização urbana adoptada, e planta de condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro).

Estas últimas são «acontecimentos ou factores que, à partida, têm um estatuto de permanência e que se sobrepõem à capacidade operativa de uma figura de plano ou mesmo de um projecto» (PARTIDÁRIO, *op. cit.*, 57). Como exemplos apontam-se as redes de distribuição de água, energia eléctrica e telecomunicações, os edifícios públicos, o património construído classificado, a RAN e a REN.

valores culturais e naturais a proteger, estabelecendo a concepção geral da organização urbana, a partir da qualificação do solo ou definindo o “zonamento” para localização das diversas funções urbanas, designadamente habitacionais, comerciais, turísticas, de serviços e industriais.



Escala: 1/4 300 000

Fonte: DGOTDU (<http://www.dgotdu.pt>)

Figura 6 – Planos Directores Municipais em Portugal: situação em 15-10-2003

Por último, o *plano de pormenor* (PP) desenvolve e concretiza propostas de organização espacial de qualquer área específica do território municipal, definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do PDM e do

PU. Prefigura-se como instrumento²⁵ para desenvolver e concretizar programas de acção territorial.

Em resumo, de acordo com as funções diferenciadas que desempenham, os instrumentos de gestão territorial integram:

- Instrumentos de **desenvolvimento territorial**, de natureza **estratégica**, que traduzem as grandes opções com relevância para a organização do território (PNPOT; PROT; PIMOT);
- Instrumentos de **planeamento territorial**, de natureza **regulamentar**, que estabelecem o regime de uso do solo (PDM, PU, PP);
- Instrumentos de **política sectorial**, que programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial (planos sectoriais);
- Instrumentos de **natureza especial**, que estabelecem um meio supletivo de intervenção do Governo apto à prossecução de objectivos de interesse nacional (POAP, POAAP e POOC).

A encerrar este capítulo importa sublinhar que o território emerge no centro da definição e coordenação de novas estratégias de desenvolvimento. No caso da União europeia, a dimensão territorial desempenha um papel estrutural na definição de um projecto/esquema de desenvolvimento que pretende também resolver o problema da descoordenação dos efeitos territoriais das políticas sectoriais de forma a promover o desenvolvimento territorial equilibrado, em ligação com a política regional, que por sua vez, concentrando objectivos e iniciativas afirma a sua dimensão territorial. Por outro lado, a escala regional e local aumentou o seu nível de competências na gestão de políticas públicas.

O ordenamento do território, como processo racional de tomada de decisão (política), visa assegurar o desenvolvimento harmonioso dos territórios, através de diversos instrumentos (estratégicos, sectoriais, regulamentares e especiais, para referir o caso de Portugal) que tendem a desviar-se de uma natureza essencialmente regulamentar e restritiva, ligada à perspectiva física do desenvolvimento e da ocupação do solo, em direcção às perspectivas mais abrangentes como são aquelas associadas às dimensões social e económica, e mais recentemente, à integração da dimensão ambiental, territorial e estratégica.

²⁵ O PP pode ainda, por deliberação da câmara municipal, adoptar uma das seguintes modalidades simplificadas: projecto de intervenção em espaço rural; plano de edificação em área dotada de rede viária; plano de conservação, recuperação ou renovação do edificado; plano de alinhamento e cêrcea, definindo a implantação da fachada face à via pública; projecto urbano, definindo a forma e o conteúdo, estabelecendo a relação com o espaço envolvente (*idem*).

O êxito da contribuição do ordenamento do território para o desenvolvimento sustentável depende, em larga medida, da definição de estratégias políticas integradas e do desenho de planos em que o (equilíbrio do) território apareça como o quadro de referencial das opções de desenvolvimento. «O uso do solo sustentável é aquele que garante que o tipo de utilização, localização e intensidade é seleccionado de forma a melhorar as condições territoriais e respeitar os limites da capacidade de carga» (FIDÉLIS, *op. cit.*, 75).

A resposta ao repto da sustentabilidade passa também pela tomada de decisões ao nível mais próximo da população e a participação desta na elaboração, implementação e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Significa que o ordenamento e o desenvolvimento devem ser, cada vez mais, processos abertos, flexíveis, transparentes e participados, procurando co-responsabilizar os cidadãos no âmbito da tomada de decisões.

Depois desta reflexão inicial sobre os caminhos conceptuais do ordenamento e do desenvolvimento territorial, enfatiza-se o património (como recurso territorial) através de eixos de análise que percorrem o conceito e a sua evolução, as orientações estratégicas, as políticas e os instrumentos relacionados com a salvaguarda, valorização e activação patrimonial, bem como algumas das principais propostas/iniciativas no quadro da divulgação e interpretação do património.

3. Património cultural: das preocupações de salvaguarda e valorização aos processos de activação e interpretação

«Les patrimoines culturel et naturel constituent un élément d'identité et de différenciation dans le contexte de la mondialisation. Ils sont à la fois un instrument de découverte et de compréhension mutuelle pour les communautés culturelles et une ressource de développement.»

Conseil de l'Europe, 2002-a.

3.1 Património, território e cultura

3.1.1 Do monumento... ao território

A rápida delapidação dos recursos não renováveis, a degradação progressiva das condições de vida e de fruição do planeta rumo ao caos que parece inevitável – «um teatro de catástrofe possível», segundo a expressão de JEUDY (1990) – explica o crescente interesse da sociedade (mais instruída e exigente) pelo património (CARVALHO, 2002-b; 2003-b), tanto natural como cultural.

Contudo, a utilização generalizada do conceito de património é relativamente recente (afirmou-se no decurso das últimas três décadas), tal como acontece com a moderna preocupação patrimonial (LOWENTAL, 1998) – e com a sua profunda renovação (LAMY, 1995). IGLESIAS GIL (2001) entende que a cada vez maior consciência e atenção institucional para o património foi uma evidência nas últimas décadas do século passado, preocupação que permanece por via da ampliação dos horizontes das discussões teóricas centradas nesta questão – cada vez mais transversal e universal.

Por outro lado, a universalidade do património é também uma conquista relativamente recente (de meados da centúria anterior), no quadro da constituição da UNESCO (AUDRERIE *et al.*, 1998). Porém, não devemos esquecer que a conservação do património esteve inicialmente confinada, no essencial, à escala nacional (LEIMGRUBER, 2000).

O binómio necessidade/responsabilidade traduz com grande acuidade a trajetória do património. O património, enquanto realidade de dimensão plural e vocação identitária, tem vindo a adquirir visibilidade por via da necessidade: «o Homem moderno olha o património edificado como garante de solidez e estabilidade e, concomitantemente, como objecto mediador do processo de articulação entre tradição e modernidade; o património enquanto ideal emerge, por conseguinte, das contradições do presente –

tempo de vidas consumistas, individualistas, em que nada – ou quase nada – interpela à transcendência» (REBELO, 2001: 117).

Ainda em relação à necessidade, e de um ponto de vista cronológico, é possível «fazer remontar as invenções de ordem teórica, jurídica e técnica, em torno dos quais o campo do património se estruturou, ao contexto revolucionário francês que, a partir dos finais do século XVIII, transforma o estatuto dos monumentos nacionais uma vez integrados no património da Nação sob o efeito das nacionalizações: de bens materiais que, a todo o custo, importa manter sob pena do desastre financeiro...; a partir de imperativos de conservação que decorrem de razões práticas – o interesse utilitário – vai-se consolidando a noção de que identidade não existe senão na duração e pela memória e que romper com o passado (...) não significa nem abolir a memória nem destruir os seus símbolos, antes conservar uns e outros num processo dinâmico que, alternadamente, assume, integra e ultrapassa o significado histórico original» (*idem*: 118). No que concerne à responsabilidade, tendo por horizonte uma abordagem prospectiva do fenómeno patrimonial, a aproximação ao conjunto de bens «deverá ser feita a partir da consciência de que o património é uma construção social (ou cultural)», ou dito por outras palavras, «o património não existe na natureza, não é um fenómeno social universal, não se produz em todas as sociedades em todos os períodos históricos» (*idem*: 19).

O termo património tem sido conotado com significados bastante distintos dos elementos da cultura e da natureza que hoje valorizamos. O sentido original – ancorado ao *patrimonium* romano – apareceu ligado à ideia de herança material (bens móveis e imóveis, capitais...) e de transmissão legal de pais para filhos. Mais tarde, o conceito veio a aplicar-se também ao intangível: ao conhecimento e a todo o acervo histórico e cultural de uma colectividade (MORALES MIRANDA, 1998). As tradições populares, rituais, crenças e todo um conjunto de actos sociais estão incluídos neste conceito.

Françoise CHOAY (1992-a), a respeito das qualidades que transformam os bens em património, identifica três grupos de valores que caracterizam uma determinada estrutura edificada e lhes conferem o estatuto de património: o valor económico, o valor artístico ou estético e o valor cognitivo ou de memória.

O valor económico é o que há mais tempo se encontra associado ao conceito de património. «Consiste na mensuração financeira, ainda que tal consideração seja essencialmente subjectiva, atendendo à “carga afectiva” a que o património está sujeito» (FLORES, 1998: 11).

A consideração económica torna-se pertinente, sobretudo na arquitectura, envolvendo interesses dos proprietários de imóveis que ficam sujeitos a condicionalismos por

via da patrimonialização, e interesses dos agentes de produção do espaço urbano que normalmente são pouco sensíveis aos valores imateriais dos bens. «A indústria do turismo cultural, em franco crescimento, adicionou uma nova perspectiva ao valor económico, extrínseca ao património mas gerada por ele. É deste modo que os habitantes dos nossos “centros históricos” e núcleos rurais podem retirar ganhos e inverter situações de desfavorecimento em que amiúde se encontram» (*idem*: 12), embora os perigos da desvirtuação e artificialização de ambientes, assim como da degradação física que a massificação turística pode provocar, têm necessariamente de ser acautelados.

O valor artístico ou estético é uma característica intrínseca do bem arquitectónico ou arqueológico, que acompanhou as atitudes de apreciação ao longo dos séculos: da aplicação quase exclusiva ao legado da antiguidade clássica, ao interesse pelas estruturas arqueológicas e por todos os vestígios do passado, e ao alargamento a outras dimensões da arquitectura (como, por exemplo, industrial e vernacular).

O valor cognitivo ou de memória sugere que o património tem a qualidade de configurar a memória ou imaginário colectivo, e portanto, pode actuar como elemento gerador da imagem e da identidade territorial. Este valor memorial tem hoje um grande peso na definição de património, tornando-o tão alargado, genérico e democrático que comporta em si quer a obra erudita, quer a obra vernacular, não perdendo nem uma nem outra, nenhuma das características específicas.

O percurso do conceito de património arquitectónico está fortemente ligado ao trajecto do monumento histórico²⁶. CHOAY (*op. cit.*) diz-nos que o conceito de monumento histórico foi progressivamente construído entre o século XV e a primeira metade do século XIX (quando atinge a sua máxima expressão). Numa primeira fase, que podemos situar na Idade Média, surgem os primeiros sinais de interesse pelo passado edificado. O período da Renascença veio trazer um novo impulso ao estudo sobre o edificado e conciliar a visão histórica (que dominara o período anterior) com a

²⁶ Como bem faz notar FLORES (*op. cit.*), impõe-se, desde logo, a distinção conceptual entre monumento e monumento histórico. A palavra monumento significa aquilo que se destina a transmitir; «aprioristicamente, factos, ritos ou crenças que se pretendem legar às gerações futuras de modo a contrariar a acção dissolvente do tempo, perpetuando a identidade e os caracteres distintivos de uma cultura. Inversamente, o monumento histórico adquire este valor à posteriori. Ou seja, é eleito por uma sociedade de entre um conjunto de obras por representar valores que lhe conferem uma identidade própria (...). Esta visão globalizante, que o efeito da memória adquire na significação e caracterização da individualidade que cimenta uma determinada sociedade em torno do seu património construído, tem vindo a ser transmitida desde o início dos anos 80 por autores como Norberg-Schulz e Pierre Nora, em obras como *Genius Loci* e *Les Lieux de Mémoires*» (*idem*: 12-13).

visão estética e pedagógica. É nesta época que se fundam as bases da salvaguarda do património, promulgados que foram os primeiros decretos papais com o objectivo de protegerem os imóveis da época imperial. Embora os resultados sejam dúbios, o que ressalta é a introdução do conceito de protecção ao edifício considerado património, nas suas vertentes histórica, estética e material e como exemplo de erudição (FLORES, *op. cit.*, 13).

Lentamente, com a mobilidade que a nova Europa permite, alarga-se o leque de intervenção aos eruditos, e com eles o monumento é englobado num processo mais abrangente e ao mesmo tempo alarga-se a dimensão patrimonial, como aconteceu com a noção de “património urbano histórico”, fundada pelo inglês John Ruskin, numa época em que a expansão urbana impulsionada pela indústria colocava em evidência certas qualidades das cidades pré-industriais, e quando a própria arqueologia alargava o seu campo de acção e começava a desvendar culturas diversas da clássica.

Já na primeira metade do século XX, Giovannoni defende na *Carta Italiana del Ristauro* (1931) uma visão do património urbano, mais alargada que a dos seus antecessores, que deveria englobar a salvaguarda do “tecido menor”, «remarcável não em si mas pela harmonia que o conjunto patenteava, integrando-o numa concepção geral de ordenamento do território» (*idem*: 14). Trata-se de um contributo inovador para a perspectiva da intervenção urbana global no “centro histórico”, em que o monumento e o conjunto eram realidades que se complementavam e contextualizavam e por isso indissociáveis, no esteio da designada “conservação integrada” que, trinta anos mais tarde, na *Carta de Venezia*, iria ser assumida. As operações de intervenção no tecido urbano assumiam importância conceptual, embora sem ser largamente aplicadas, pois o contexto político privilegiou as grandes realizações urbanas.

Com a *Carta de Venezia*, aprovada em 1964, foi “oficialmente” reconhecido um novo conceito de monumento. Segundo o artigo 1.º, «La notion de monument historique comprend la création architecturale isolée aussi bien que le site urbain ou rural qui porte témoignage d’une civilisation particulière, d’une évolution significative ou d’un événement historique. Elle s’étend non seulement aux grandes créations mais aussi aux oeuvres modestes qui ont acquis avec le temps une signification culturelle» (IPPAR, 1996 : 41).

Ultrapassada que estava a visão historicista e monumentalista centrada na criação arquitectónica isolada, a noção de património incorpora novos elementos como os sítios urbanos ou rurais, e passa a englobar realidades eruditas e vernaculares (as referidas obras modestas que adquiriram com o tempo uma significação cultural).

Esta evidente plasticidade cronológica e tipológica, afinal, evoluções paralelas e complementares, acompanhará o conceito até aos nossos dias, que no caso das cidades integrará também a componente social (cada vez mais valorizada no âmbito das políticas de intervenção no património urbano, que conheceram especial estímulo na Europa desde os anos 80). Ao mesmo tempo, embora com maior ênfase nos últimos anos, o conceito de património, alarga-se às componentes imateriais²⁷ como a língua e os costumes, o folclore, as tradições musicais e artísticas, as danças, os produtos caseiros, as especialidades gastronómicas²⁸, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer.

²⁷ Nesta linha enquadra-se a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular” adoptada pela UNESCO em 5 de Novembro de 1989. A Recomendação reflecte a ideia de que a cultura tradicional e popular faz parte do património universal da humanidade e que é um poderoso meio de aproximação entre os povos e grupos sociais e de afirmação da sua identidade cultural. De igual modo, reconhece a extrema fragilidade de certas formas da cultura popular e tradicional e, particularmente, a dos seus aspectos correspondentes às tradições orais.

Segundo a UNESCO (2003), a cultura tradicional e popular é definida como «el conjunto de creaciones que emanan de una comunidad cultural fundadas en la tradición, expresadas por un grupo o por individuos y que reconocidamente responden a las expectativas de la comunidad en cuanto expresión de su identidad cultural y social; las normas y los valores se transmiten oralmente, por imitación o de otras maneras. Sus formas comprenden, entre otras, la lengua, la literatura, la música, la danza, los juegos, la mitología, los ritos, las costumbres, la artesanía, la arquitectura y otras artes». Recomenda-se, então, aos Estados-membros a sua salvaguarda por e para o grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico, etc.) cuja identidade expressa, e por isso devem incentivar investigações com o objectivo de elaborar um inventário nacional de instituições interessadas no assunto e criar sistemas de identificação e registo tendo em vista a necessidade de coordenar os sistemas de classificação utilizados por diferentes instituições.

²⁸ No caso de Portugal, a gastronomia foi considerada valor integrante do património cultural (Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000, de 26 de Julho).

Nesse âmbito foi criada a Comissão Nacional da Gastronomia, «à qual compete, designadamente, coordenar a criação, desenvolvimento e utilização de uma base de dados de receitas e produtos tradicionais portugueses» (Portaria n.º 312/2002, de 22 de Março). De acordo com esta portaria foi criada uma base de dados, designada «Gastronomia, património cultural», a qual inclui os seguintes elementos de informação: receituário classificado; produtos agrícolas e agro-alimentares qualificados. A referida base de dados é coordenada e desenvolvida pela Comissão Nacional de Gastronomia com o apoio logístico da Direcção Geral do Turismo.

Nos últimos anos nota-se a criação de confrarias que visam defender, estudar e divulgar determinadas especialidades gastronómicas locais e regionais, como acontece com a chanfana (Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares), a broa (Avintes), os ovos-moles (Aveiro) e a lampreia (Penacova), entre muitos outros exemplos.

Mesmo assim, insiste-se actualmente na necessidade de rever o conceito de património, abandonando a ideia de “tesouro” – «(...) superada ya la visión monumentalista del patrimonio (que era también una visión estática)», segundo as palavras de PEREIRA (2000) – e adoptando uma visão integral, que inter-relacione os diferentes testemunhos da acção do homem e da natureza (GARRIGÓS, 1998). De igual modo, enfatiza-se o contexto original (*in situ*) e simbólico do património (AMIROU, 2000).

Durante muito tempo o património (porque ancorado à dimensão monumental e edificada) foi conotado e interpretado em estreita ligação com as cidades. Geógrafos, urbanistas, sociólogos e arquitectos reconhecem o seu papel como elemento fixador da imagem, identidade e expressão urbanística da cidade.

CHOAY, num outro texto (1992-b), citado por AGUIAR (2000: 43), define de forma sintética o conceito de património urbano e o seu enquadramento: «Para ser apreendida em toda a riqueza semântica, a noção de património urbano exige ser colocada em perspectiva, ou melhor ainda em corte, através dos estratos da sua história na tradição europeia». Com origem mais recente (início do século XIX), em relação ao conceito de monumento histórico, o seu conteúdo é igualmente diferente pois não se trata de salvaguardar elementos singulares, mas de cidades, de bairros ou mais frequentemente de antigos tecidos urbanos, apreendidos como unidades autónomas, objectos específicos não redutíveis à soma dos seus componentes, mas caracterizados pelo modo de articulação e de diferenciação dos seus componentes (segundo a ideia de CHOAY, *op. cit.*).

Nos nossos dias é a arquitectura monumental (igrejas, conventos, mosteiros, palácios e palacetes, e algumas construções relacionadas com infra-estruturas e obras públicas) a que mais perdura no tecido urbano em razão da sua maior qualidade construtiva e por ser tradicionalmente a mais valorizada e conservada (FERNANDES e CARVALHO, 2003). Essas paisagens históricas revestem-se de poderosos significados simbólicos (VINCENT, 1997; MARQUES e MARTINS, 1998), exercendo um papel vital na construção e manutenção das culturas e na coesão das identidades ou de grupos sociais específicos (LYNCH e LE GOFF, cit. por SILLOS, 2003).

As políticas culturais urbanas têm incorporado a preservação do património edificado, sobretudo nas áreas antigas nas mais diversas cidades do mundo, onde se encontra a maior parte dos edificios e monumentos com carácter simbólico (TROI TIÑO VINUESA, 1998), como estratégia de valorização e projecção da sua imagem e estratégia de desenvolvimento (SANTANA, 1995; LABORIE, 1998; FERREIRA, 1998), no plano nacional e internacional (ROMANCINI, 2003; SILVEIRA, 2003).

A destriça entre o património urbano e o património rural, outra dimensão de análise a considerar, é hoje ancorada a três campos fundamentais, segundo argumentos centrados no próprio património rural: 1. a maior pobreza material (quando comparado com a grandiosidade e os valores arquitectónico, histórico e económico do património urbano, mormente aquele indutor de grandes iniciativas culturais) e a maior exposição e vulnerabilidade aos efeitos negativos da acção antrópica; 2. o esquecimento e o abandono de que foi alvo; 3. o ritmo acelerado de degradação e desaparecimento (CARVALHO, 2003-b).

Segundo DEWAILLY (1998) é inquestionável que o património rural seja hoje objecto de grande atenção, mais pelo seu valor sócio-cultural do que pela sua importância económica. O património rural vai muito para além do mero património agrícola. É o resultado de uma união mais ou menos harmoniosa entre património natural e património cultural, resultado de uma longa interacção Homem/Meio.

Hoje aceitamos uma visão multidimensional do património rural que envolve diferentes manifestações: arquitectónicas, festividades, modos de fazer, artes tradicionais, idiomas locais, lendas (*idem*). O problema do património e das tradições arrasta consigo a questão da raridade, da autenticidade e da identidade, afinal, o primado dos critérios neste domínio.

CHIVA (1997), a respeito do património cultural rural, refere a diversidade das paisagens rurais, a sensibilidade crescente do grande público (e também da classe política) para as questões do rural (e da natureza), e a propensão ao seu estudo interdisciplinar. A noção de património, na sua relação com a cultura rural, envolve duas características principais: a heterogeneidade dos seus elementos constitutivos, que compreende os modos de existência material e de organização social, os saberes técnicos e simbólicos, o imaginário social, as formas de comunicar; e a urgência imposta ao nível da observação e intervenção pela amplitude do processo incessante de desaparecimento e criação dos bens culturais.

A urbanização, a diminuição da população agrícola, as mutações técnicas e económicas que afectaram a agricultura, a decomposição e a perda de diversidade das paisagens agrárias (devido ao avanço da agricultura produtivista), sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e quando se desenvolve o grande movimento do turismo de massas na Europa, sem esquecer a preocupação/motivação ambiental lançada nos anos 70, são os principais argumentos para que a protecção e a conservação do património rural se tenham imposto como imperativos inadiáveis.

Por isso, a conservação do património rural tem origem na Europa, sobretudo em áreas onde o modo de vida rural foi mais afectado pelo êxodo rural e pela Revolução Industrial. DEWAILLY (*op. cit.*) refere os *folk museums* na Escandinávia, principalmente a criação do Museu Nórdico, em Estocolmo, por Hazelius, em 1873, e o primeiro museu mundial ao ar-livre, em Skansen, aberto em 1891, reconstituindo aldeias características e mostrando actividades tradicionais da população, que evoluíram rapidamente para novos padrões da sociedade tecnológica moderna.

3.1.2 Património como representação; patrimonialização como processo

Como bem explica PEREIRO PÉREZ (2003: 233), «o que distingue a noção de património cultural da de cultura²⁹ é a forma como a primeira se manifesta na representação da cultura, através da conservação e da transformação do valor dos elementos culturais. Da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo, daí que o património cultural seja só uma representação simbólica da cultura, e por isso mesmo, dos processos de selecção, negociação e delimitação dos significados».

Como explica REBELO (*op. cit.*, 118), uma das especificidades do conceito de património reside no facto de este não existir *a priori*. A patrimonialização é entendida como o processo que apropria um determinado bem para o campo patrimonial, ou seguindo as palavras de HENRIQUES (2003: 60), o processo de patrimonialização é a «forma como se constrói socialmente o património, dos mecanismos e dos jogos de poder envolvidos na selecção dos objectos que se decidem “sacralizar”, instituindo-os de um valor simbólico superior ao da sua utilidade».

Principalmente nos últimos anos assistimos a tentativas de activação do património cultural (em contextos rurais e urbanos, e neste último essencialmente macro-intervenções no âmbito do património construído), à génese de estratégias de desenvolvimento cada vez mais ligadas ao turismo (cultural e de natureza), à tentativa de preservar e activar memórias, aprofundar identidades e fortalecer os territórios na óptica

²⁹ A noção de cultura diz respeito ao conjunto de valores, atitudes, crenças e identidade partilhados por uma determinada comunidade, isto é, a cultura é uma expressão de identidade distintiva do grupo e de pertença a um território (PUEBLA, 2003; CAPELLÀ, 2003; LEIMGRUBER, 2003). Pedindo de empréstimo a expressão de BERDOULAY (2003:57), a cultura pode ser entendida como «un enorme almacén, un patrimonio en el propio sentido de la palabra, tanto ideal como material o biofísico; pero al mismo tiempo, también incluye algo vivo, algo que se trabaja, algo sobre lo cual la acción del sujeto es inevitable, indispensable».

da sua inserção na nova ordem global. A participação dos diferentes especialistas (sobretudo do conhecimento social) é muito importante no processo de activação do património cultural, no sentido de certificar o valor dos elementos culturais a patrimonializar.

PEREIRO PÉREZ (2001) investigou a patrimonialização e a transformação das identidades culturais, com base em micro-intervenções patrimoniais centradas em quatro casos de estudo do noroeste ibérico. Segundo o investigador, as acções de reconhecimento, conservação, valorização e consumo turístico do património cultural, em quadros rurais de baixa densidade, reduzida pressão na paisagem rural e menor conflitualidade entre os actores, conduziram a que os diferentes elementos patrimoniais, antes símbolo do atraso, representassem na actualidade o progresso e o futuro, graças a uma mudança de função, significado e valor social desses bens patrimoniais.

Por sua vez, GODINHO (2004), utilizando o exemplo da recriação das rotas do contrabando (Nordeste Transmontano e Galiza), mostra o papel de um conjunto de agentes que tentam «transformar o que foram banalidades quotidianas do passado em poderosos elementos que servem de suporte à memória recriada da ruralidade», sendo certo que esta «passou a constituir sobretudo um património de projecção para fora» (GODINHO, *op. cit.*, 9).

A partir de referências como CHEVALIER (2000), BENZA (2001) e RAUTENBERG (2000), a autora conclui que «à sombra da história, o património, com um marketing próprio, torna-se um destino dos tempos de lazer citadinos (...), na busca de um tempo sem rupturas, numa ruralidade delineada pelo urbano» (*idem*: 9-10).

Assim, a patrimonialização é um instrumento para enquadrar a dimensão local num todo que o transcende. A promoção do local e a sua patrimonialização estão muito marcadas pelo esbater das distâncias simbólicas que separavam o rural do urbano.

A ruralidade emerge também como construção simbólica. «A nova ruralidade distingue-se não pelo modo como espaço e produção são socialmente geridos ou territorializados, mas pelo revalorizar das componentes ecológicas e culturais dos espaços rurais e pela afirmação externamente qualificada das culturas, tradições e autonomias locais» (NAVE, 2003: 142-143).

Do ponto de vista simbólico-ideológico, a revalorização social da dimensão não agrícola do mundo rural tem como mecanismo operatório a patrimonialização do espaço rural, quer na sua vertente ambiental, quer cultural. «Por um lado, o debate sobre o desenvolvimento sustentável sugere a valorização das dinâmicas de transformação e mudanças centradas em estratégias de renaturalização ou de conservação da natureza. Por outro lado e em paralelo, a revalorização da conservação e recuperação dos patrimónios

históricos e culturais da memória local (...) dá satisfação à manifestação e exposição da diferença do local» (*idem, ibidem*). Mas, como alerta o citado autor, a reconstrução do rural como projecto cultural, assente nesta concepção patrimonialista e naturalista de ruralidades simbólicas tornadas reais, e portanto na «diversidade natural, na ecologia da paisagem e na reinvenção patrimonial das identidades do lugar esbarra, contudo, com um obstáculo enorme: ela tem vindo a ter como pressuposto o esvaziamento económico e social da ruralidade existente». Por isso é importante reintroduzir uma componente económica de carácter produtivo e incentivar a fixação da população, que são componentes decisivas na consolidação dos projectos de vivificação da ruralidade assentes na visão patrimonialista do mundo rural.

3.1.3 Interpretação e pedagogia do património: caminhos para a vinculação sociedade-território

A sociedade actual procura a sua identidade, exercendo um direito fundamental dos povos, que só pode ser satisfeito graças aos especialistas capazes de interpretar a informação e ajudar os povos a encontrar o seu património. Esta perspectiva entronca «(...) na problemática mais geral da discussão sobre a viabilidade do nosso planeta enquanto pátria comum de uma Humanidade cada vez mais considerada no seu sentido global» (CARVALHO e FERNANDES, 2002: 279).

As principais organizações mundiais dão eco desta nova “filosofia”, ao promoverem nos seus textos fundamentais objectivos no sentido de desenvolver a noção de partilha de responsabilidades, mediante a integração da dimensão patrimonial nas estratégias económicas, sociais e educativas³⁰.

Ao mesmo tempo, a literatura dos últimos anos enfatizou a “arte” de aproximar o património natural e cultural do público visitante, e a pertinência da interpretação do património, «(...) enquanto estratégia de comunicação [educação informal] destinada ao

³⁰ A Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo património cultural, no seio do Conselho da Europa, realizada em Portoroz (Eslovénia; Abril de 2001), é disso exemplo. Veja-se a Resolução n.º 1. “*On the role of cultural heritage and the challenge of globalization*”, que dá conta da adopção de medidas adequadas, ao nível nacional e transnacional, de protecção do património cultural europeu comum e da promoção e aplicação de uma política comum. Os mentores deste documento reconhecem o contributo do património para a cidadania e democracia, na perspectiva de cidadãos activos, participativos e esclarecidos, assim como defendem que as políticas de património cultural «(...) should aim to preserve cultural diversity and encourage inter-cultural dialogue, and should be focussed on initiatives in the field of education, awareness-raising and life-long training» (Council of Europe, 2002- c).

público geral visitante (...)), isto é, indivíduos ou grupos que visitam algum sítio com valor patrimonial (áreas naturais protegidas; sítios e conjuntos históricos; parques arqueológicos; museus de sítio; museus temáticos; ecomuseus; itinerários temáticos; miradouros de paisagem; áreas recreativas), durante o seu tempo de ócio, e «(...) que revela o significado do lugar com o fim de que o apreciem e adoptem uma actualidade favorável à sua conservação» (ALDRIGE, 1989, cit. por MORALES MIRANDA, *op. cit.*).

A interpretação é a maneira mais comum de produzir um significado. Como o presente é sempre o ponto de partida para a interpretação do passado, isto reforça o vínculo com o passado. Mas o objecto patrimonial não fala por si só, é necessário interpretá-lo, para que ele possa suscitar alguma reacção, isto é, dar a conhecer, tornar acessível e explicar o sentido e o significado do património. A democratização dos bens culturais, a procura de lazer cultural e a protecção do legado histórico, relativamente às investidas das políticas de comercialização e exploração turística e a decadência em que se vêem envolvidas algumas instituições do património (pelo menos do ponto de vista da difusão), favoreceu a interpretação como uma alternativa valiosa para a comunicação e o desfrute do património (MARTÍN, 2001).

A interpretação do património aparece, assim, como resposta à cada vez maior procura do desfrute e conhecimento de espaços protegidos, sítios históricos e culturais. Informar os visitantes das qualidades do espaço que interpretam e incentivá-los a apreciar essas qualidades, segundo uma perspectiva de educação informal, responde também à responsabilidade de dar solidez às mensagens e conteúdos de um turismo de forte cariz cultural e ambiental.

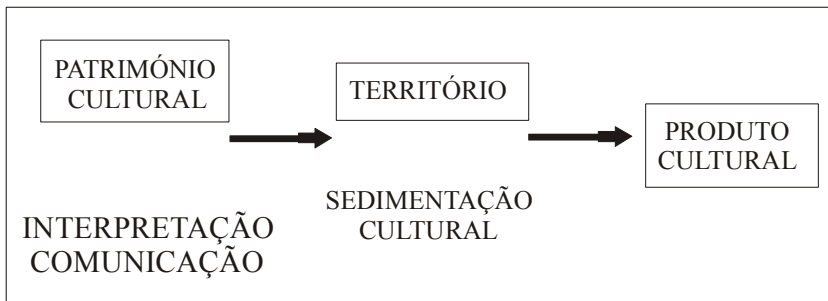
A interpretação é mais uma ferramenta (a par da museografia, da animação cultural e das técnicas educativas não formais) dentro da estratégia de difundir o património e da tarefa de estabelecer vínculos (afectivos, educativos, lúdicos e identitários) entre o património e a sociedade, que vai ganhando peso e protagonismo cada vez mais destacado no âmbito da gestão do património cultural.

Ainda segundo MARTÍN (*op. cit.*), o termo “interpretação do património” tem a sua origem nos EUA nos finais do século XIX, em estreita ligação aos parques nacionais, e aparece de forma explícita em 1957 com a publicação do livro *Interpreting our heritage*, de Freeman TILDEN.

É oportuno sublinhar que o próprio conceito de “espaço protegido” está em evolução: defende-se a inclusão dos fenómenos históricos e culturais a um mesmo nível de importância dos aspectos naturais; a concepção das áreas protegidas como instrumentos de estudo e de diagnóstico, ao invés do conceito de espaço protegido como “ilha” de

carácter virgem (tendência originária dos parques nacionais dos EUA); e a utilização dos seus recursos mais importantes em ligação ao processo de educação, envolvendo visitantes e a população residente.

Hoje em dia é imprescindível incluir a variável humana nesses espaços e aplicar as melhores estratégias para comunicar com eles. No mesmo sentido, também o conceito de interpretação conheceu alteração conceptual: depois do 1.º Congresso Mundial de Interpretação (1985) consolidou-se o termo de interpretação do património em relação ao conceito de interpretação ambiental até então mais utilizado, o que se compreende, pois a «interpretação do património é a arte de revelar *in situ* o significado do legado natural, cultural ou histórico, ao público que visita esses lugares durante o seu tempo de ócio» (segundo a definição da Associação Espanhola para a Interpretação Patrimonial).

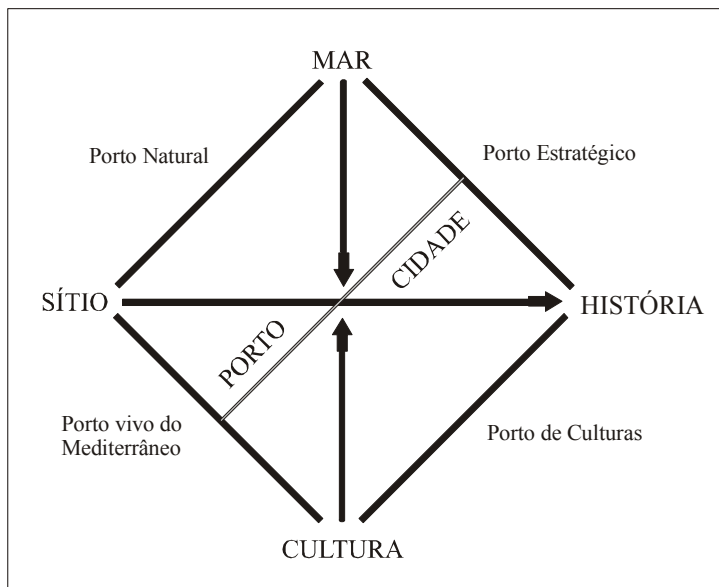


Fonte: MIRÓ ALAIX, 1998: 81

Figura 7 – Território, interpretação do património e produto cultural

O conceito de interpretação do património pode aparecer ligado a estratégias de oferta turística, nomeadamente como método para o planeamento de novos produtos turísticos, como sugere MIRÓ ALAIX (1998) através de uma proposta para Cartagena (Múrcia). Na perspectiva desse autor, a interpretação do território é um processo através do qual um território passa a ser percebido como produto cultural (figura 7). «Este camino entre el recurso y el producto se inicia con la idea de territorio, espacio físico en el cual al sedimentarse las aportaciones de las diferentes culturas que lo han habitado pasa a entenderse como yacimiento cultural. Este yacimiento, percibido en el presente como un gran rompecabezas compuesto por los restos fragmentados del pasado, requiere de un conjunto de elementos que “fabriquen un sentido” (centros de información, dispositivos explicativos, sugerencias sensitivas, etc.) para su comunicación e interpretación. Mediante estos elementos o “conjunto” interpretativo” el visitante puede adentrarse en

el territorio y disfrutarlo escogiendo los “fragmentos” de patrimonio que antes existían desordenadamente. Es el momento en que hablamos de producto cultural o territorio-
-museo» (MIRÓ ALAIX, *op. cit.*, 81).



Fonte: MIRÓ ALAIX, 1998: 83

Figura 8 – Interpretação do património: uma proposta para Cartagena

O conceito de interpretação de Cartagena, centrado na especificidade do território (figura 8), compõe-se de três níveis de mensagens: o critério-chave de interpretação ou quadro conceptual comum, subordinado ao título “Cartagena: a cidade-porto”; os temas básicos ou elementos centrais da oferta turístico-cultural (porto natural; porto estratégico; porto de culturas; porto vivo do mediterrâneo); e os temas específicos que desenvolvem a temática básica (por exemplo, a identidade de Cartagena bebe da cultura mediterrânea e manifesta-se na permanência de intensas tradições ligadas à religiosidade e à festa). Assim, «La relación entre los cuatro elementos plantea dos líneas-fuerza temáticas cuyas relaciones entre Cultura-Mar y Emplazamiento- Historia, recogen los diferentes patrimonios natural, cultural, histórico y arqueológico de la ciudad» (*idem*: 83).

Dentro do património cultural, o património imóvel, possui uma capacidade de evocação (EDWARDS, 2001) que motiva uma espécie de “experiência de passagem”, uma experiência não apenas estética mas existencial, que está ligada ao resgate

do tempo (e das coisas) (PEREIRA, 2001). O património, por via da interpretação, configura “lugares de passagem”, pequenas máquinas do tempo, capacitadas para nos darem conta de que é possível entender e ler o passado. É essa, então, a “passagem” mais importante: «a “passagem” de um mundo tridimensional e reconhecível, relativamente codificado e físico, para esse outro mundo, feito de memória, e conhecimento, muitas vezes imaterial e incorpóreo, o da cultura, simbolizado pela “aura” do lugar» (PEREIRA, *op. cit.*, 15).

Por outro lado, a perspectiva da educação formal envolvendo o património não é menos importante, tal como se depreende da “*Recommandation relative a la pédagogie du patrimoine*”, aprovada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, em Maio de 1998, documento orientador que recomenda aos governos dos Estados-membros a adopção de medidas apropriadas, legislativas, regulamentares, administrativas, financeiras e outras para iniciar e para desenvolver acções de pedagogia e de sensibilização dos jovens no âmbito do património³¹.

3.2 Documentos orientadores, políticas e instrumentos de defesa e valorização patrimonial

A salvaguarda (e a valorização) do património cultural é uma preocupação que atravessa um conjunto significativo de documentos orientadores³², políticas e

³¹ Do texto original retemos quatro ideias principais:

– «(...) pédagogie du patrimoine [est] une pédagogie fondée sur le patrimoine culturel, intégrant des méthodes d’enseignement actives, un décloisonnement des disciplines, un partenariat entre enseignement et culture, et recourant aux méthodes de communication et d’expression les plus variées.

– (...) [les] intervenants [sont] associations ou organismes «culturels», les professionnels, associations ou organismes habilités travaillant dans le domaine culturel et de l’environnement, du patrimoine à la création contemporaine.

– La pédagogie du patrimoine, interdisciplinaire par nature, devrait être promue dans le cadre des disciplines scolaires à tous niveaux et dans tout type d’enseignement.

– (...) La participation à des actions de pédagogie du patrimoine devrait être rendue possible pour tous les jeunes, quelle que soit leur situation familiale ou financière» (Conseil de l’Europe, 2002-d).

Aliás, a preocupação pedagógica pelo património cultural foi reconhecida, dois anos antes, no âmbito da “Quarta Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Património Cultural” (Conseil de l’Europe, 2002-e).

³² Sob esta designação englobamos as *convenções*, as *recomendações* e as *cartas*. As *convenções* correspondem a documentos com peso jurídico produzidos no âmbito de organizações supranacionais que vinculam os Estados seus subscritores. As *recomendações*, por sua vez, «estabelecem princípios que

instrumentos, em esferas que percorrem níveis espaciais desde o global ao local. Sem pretender realizar uma análise exaustiva, convocamos as principais referências no plano das instituições internacionais (de representação universal ou europeia) e no caso de Portugal.

3.2.1 UNESCO

Na defesa e valorização do património cultural os organismos internacionais tiveram e têm um papel muito relevante. Do mesmo modo podemos dizer que o interesse pela identificação e divulgação do património tem sido crescente nas últimas décadas.

A UNESCO³³, instituição da ONU, com preocupações de estimular o desenvolvimento e a cooperação no domínio da educação, da ciência e da cultura, é uma das grandes referências neste domínio. A *Convenção para a Protecção dos Bens Culturais*³⁴ em caso de Conflito Armado (Convenção de Haia, 1954), partindo da experiência dolorosa da II Guerra Mundial, marca uma etapa fundamental no quadro de defesa do património cultural. Reconhece-se, neste documento, o efeito devastador dos novos instrumentos bélicos e a necessidade de organizar medidas em tempo de paz. «É importante, nesta

deverão orientar as diversas políticas nacionais na matéria a que se referem, mas apenas têm valor político e não jurídico. Umas e outras distinguem-se das cartas (...) na medida em que o significado destas é de natureza mais técnica ou doutrinária: estabelecem os princípios e conceitos que devem ser seguidos numa disciplina, correspondendo portanto aos textos que balizam a sua correcta prática» (HENRIQUES, *op. cit.*, 235).

³³ A UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* ou Organização das Nações Unidas Para a Educação Ciência e Cultura) foi criada em 1945 e tem sede em Paris.

³⁴ Os bens culturais, conceito central da Convenção, são definidos no seu artigo 1.º, de modo amplo e preciso:

a) «Les biens, meubles ou immeubles, qui présentent une grande importance pour le patrimoine culturel des peuples, tels que les monuments d'architecture, d'art ou d'histoire, religieux ou laïques, les sites archéologiques, les ensembles de constructions qui, en tant que tels, présentent un intérêt historique ou artistique, les oeuvres d'art, les manuscrits, livres et autres objets d'intérêt artistique, historique ou archéologique, ainsi que les collections scientifiques et les collections importantes de livres, d'archives ou de reproductions des biens définis ci-dessus».

b) Les édifices dont la destination principale et effective est de conserver ou d'exposer les biens culturels meubles définis à l'alinéa a), tels que les musées, les grandes bibliothèques, les dépôts d'archives, ainsi que les refuges destinés à abriter en cas de conflit armé les biens culturels meubles définis à l'alinéa a).

c) Les centres comprenant un nombre considérable de biens culturels qui sont définis aux l'alinéas a) et b), dits "centres monumentaux"» (IPPAR, 1996: 27).

convenção, verificar o fortalecimento de uma ideia chave: a de que a conservação do património cultural apresenta uma grande importância para todos os povos do mundo, pelo que convém que a esse património seja assegurada uma protecção internacional» (LOPES, 1996: 14).

Com efeito, trata-se de um dos primeiros documentos que procura impor, no plano internacional e com ampla participação de Estados, o património cultural como valor a salvar e a respeitar³⁵. A responsabilidade incumbe aos Estados atacados e atacantes que se comprometem a proteger os bens culturais e precaver os “danos colaterais”. Os episódios das guerras na ex-Jugoslávia, no Afeganistão e mais recentemente no Iraque, vieram mostrar as fragilidades da Convenção, uma vez que não foi possível impedir a destruição em larga escala de bens patrimoniais relevantes.

No início dos anos 70, a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*³⁶ reconheceu, pela primeira vez, que a protecção e a manutenção de alguns bens naturais e culturais com valor universal excepcional, que constituíam o “património mundial”, eram da responsabilidade dos povos do mundo inteiro³⁷.

Como escrevemos no texto da comunicação apresentada no âmbito da “Conferência do Rio de Janeiro” (IGU – Cultural Study Group), em 2002, cerca de cento e setenta Estados eram parte na Convenção, que protegia mais de 700 sítios no mundo inteiro (CARVALHO, 2003-a). Segundo os critérios de classificação da UNESCO, um sítio pode ser inscrito enquanto bem cultural ou natural ou enquanto sítio misto. Os bens culturais (cerca de 563, em meados do referido ano, portanto 77.1% do total) encontravam-se definidos pela Convenção como monumentos, conjuntos ou sítios excepcionais de um ponto de vista histórico, artístico ou científico. Os sítios naturais (144 – valor que corresponde a quase 20% dos bens inscritos na Lista) são formações físicas e biológicas que têm um valor fora do comum, de um ponto de vista histórico ou científico. Os sítios mistos (23, ou seja apenas 3.2% do total), resultado da acção combinada da natureza e

³⁵ O texto da convenção inspirou-se em princípios firmados em textos jurídicos do século XIX e inícios do século XX – Convenção de Haia (1899; 1907) e Pacto de Washington (1935).

³⁶ A Convenção foi aprovada em Paris, no dia 16 de Novembro de 1972, por ocasião da 17.ª Conferência Geral da UNESCO, e entrou em vigor em 1975 com vinte Estados-membros. Portugal assinou a Convenção em 6 de Junho de 1979.

³⁷ O movimento a favor do “património mundial” resulta da campanha internacional desenvolvida no princípio dos anos 60 (e na qual participaram 50 Estados-membros da UNESCO) «para salvar os monumentos da Núbia no Egipto e no Sudão, que a construção da barragem de Assuão ameaçava submergir» (UNESCO, 2000).

do ser humano, heranças de modos de vida tradicionais, representam a ligação entre a natureza e a cultura que constitui uma característica central da Convenção.

Importa referir que este último conceito foi introduzido em 1992, quando a UNESCO fez a revisão dos critérios de inclusão de bens na Lista do Património Mundial, «de acordo com proposta elaborada conjuntamente pelo Comité ICOMOS- IFLA (Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas) e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Até aqui eram classificados de forma separada os bens naturais e os bens culturais³⁸. «A partir da reunião do grupo de peritos em paisagens culturais realizada em *La Petite Pierre*, sob o auspício da UNESCO (1992), fica definido pela primeira vez o conceito de “paisagens culturais” como sendo “as obras conjuntas do homem e da natureza (...) abrange a diversidade de manifestações resultantes da interacção entre o Homem e o ambiente natural”» (GONÇALVES, 2001: 111).

Nesta perspectiva as paisagens culturais «(...) illustrent l'évolution de la société et des établissements humains au cours des âges, sous l'influence de contraintes et/ou des atouts présentés par leur environnement naturel et les forces sociales, économiques et culturelles successives, internes et externes. Ils devraient être choisis sur la base de leur valeur universelle exceptionnelle et de leur représentativité en terme de région géo-culturelle clairement définie et de leur pouvoir d'illustrer les éléments culturels essentiels et distincts de telles régions» (UNESCO, 2003).

Ainda segundo o texto da Convenção (designadamente os parágrafos 35 a 39), dos novos critérios para a classificação de sítios na lista do Património Mundial da UNESCO, as paisagens culturais dividem-se em três categorias : as paisagens desenhadas e criadas intencionalmente pelo Homem (jardins e parques, estes muitas vezes associados a construções ou conjuntos religiosos); as paisagens que evoluíram organicamente (repartidas entre as que se mantêm vivas e as que representam relíquias do passado) e a paisagem cultural associativa. Desta forma, constitui uma das mudanças mais significativas para a protecção do património paisagístico, principalmente em resultado da aceitação da necessidade de protecção de paisagens como entidades em evolução permanente, logo, dinâmicas, quer como resultado dos fenómenos naturais, quer da acção do Homem e não como um objecto estático e/ou pictórico. «Está implícito nas definições apresentadas um conceito mais abrangente da paisagem, tendo em conta não só os processos relativos à

³⁸ Até 1992 a inclusão de bens na Lista do Património Mundial da UNESCO apoiou-se no património natural (monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas, e sítios de interesse natural) e no património cultural (monumentos, conjuntos e sítios de interesse cultural).

sua construção (humana e natural), como também o valor que lhe é atribuído pelo Homem» (GONÇALVES, *op. cit.*, 112).

A “Convenção para o Património Mundial” envolve uma mudança de perspectiva e representa um grande avanço no âmbito da defesa e valorização do património e da paisagem. A protecção decorre não apenas pelas causas mais tradicionais da evolução, mas devido a factores ainda mais temíveis: os perigos de um certo desenvolvimento económico e social. Com efeito, a Convenção é «inovadora pois sabendo que a agressão ao património edificado normalmente arrasta consigo igual atentado ao mundo natural, a Convenção associa num mesmo mecanismo os bens naturais e culturais; depois, porque ao ratificar a Convenção, um Estado reconhece e admite, a uma delegação, uma autoridade supranacional no domínio patrimonial» (PINTO-COELHO, 1997: 40).

A partir da análise da “Lista do Património Mundial” (2002) constatamos que a tendência de crescimento do número de bens inscritos, sobretudo nas últimas duas décadas, é acompanhada de preocupações e discussões, nomeadamente:

- A desigual distribuição geográfica. Com base na listagem relativa a meados de 2002 (CARVALHO, *op. cit.*), podemos afirmar que (apenas) 8 países (6,4% do total dos Estados-membros com bens inscritos) têm mais de duas centenas de bens inscritos (precisamente 222), isto é, um pouco mais de 30% do total de bens da “Lista do Património Mundial”. Espanha (36), Itália (35), China (28), Alemanha (27), França (17), Reino Unido (24), Índia (23) e México (22) encontravam-se entre os mais importantes. A análise da distribuição por classes representativas do número de bens inscritos em cada país permite concluir que: a classe relativa a um bem inscrito representa quase 30% do total; 24% é a expressão do peso relativo da classe de dois a três bens inscritos; a classe seguinte (4 a 6) diz respeito a 21% dos países; 12% dos países com bens inscritos na Lista distribui-se na classe de 7 a 10, e com onze ou mais bens inscritos³⁹ estão quase 15% dos países. De igual modo, reconhecemos 65 países com menos de quatro bens inscritos, o que corresponde a mais de 50% do total dos países com bens inscritos na Lista.

³⁹ Portugal contava em Dezembro de 2004 com treze bens inscritos: Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha, 1983); Convento de Cristo (Tomar, 1983); Mosteiro dos Jerónimos e Torre de S. Vicente de Belém (Lisboa, 1983); Área Central de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira, Açores, 1983); Centro Histórico de Évora (1986); Mosteiro de Alcobaça (1989); Paisagem Cultural da Serra e Vila de Sintra (1995); Centro Histórico do Porto (1996); Sítios de Arte Rupestre Pré-histórica do Vale do Côa (1998); Floresta de Laurissilva da Madeira (1999); Alto Douro Vinhateiro (2001); Centro Histórico de Guimarães (2001); Paisagem Cultural Vinhateira da Ilha do Pico (Açores, 2004).

- Segundo alguns especialistas na matéria, o crescimento da Lista para lá de um determinado número razoável atingirá uma certa banalização. A leitura do aumento do número de bens inscritos, desde 1972, permite destringir a importância de cada década e o seu contributo quantitativo para a Lista: 11,6% nos anos 70; 34,7% nos anos 80; 48,3% na década de 90, e 5,4% nos primeiros dois anos desta nova década.
- O alargamento do fosso entre o número dos bens inscritos e a capacidade técnica (e até económica) do Comité do Património Mundial.
- A necessidade de reconsiderar os conceitos e as normas (critérios para a classificação) que não são dogmas e certezas inamovíveis (AURÉLIO, 2002); as normas – inseridas no direito internacional público – são o resultado de decisões políticas e conclusões científicas; se estas reflectem o estado da investigação e estão sujeitas a revisões, as primeiras são ainda mais instáveis e também não deixam de evidenciar as pressões da sociedade.

Desta forma, o texto da Convenção é um compromisso em que a protecção surge na sequência do reconhecimento do valor cultural e simbólico do património por parte da comunidade internacional.

3.2.2 Conselho da Europa e União Europeia

No plano europeu, o Conselho da Europa⁴⁰ tem marcado posição de relevo no âmbito da evolução do pensamento contemporâneo sobre o património cultural. Em cinco décadas, a organização produziu um extenso material doutrinário – mais de meia centena de textos de referência – repartidos por “convenções” (3), “resoluções e recomendações” (31), e “resoluções e declarações” (19).

⁴⁰ O Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo, foi constituído em 1949 por uma dezena de países europeus, com o intuito de propor a adopção de acções conjuntas em matérias de âmbito social, económico, cultural, científico, jurídico e administrativo, de modo a contribuir para uma união europeia mais estreita, para a defesa da democracia parlamentar e dos direitos do homem e para a melhoria das condições de vida, no respeito pelos valores humanos.

Em 2004 o número de países membros era de 42, incluindo Portugal, o que constitui a maior instituição política do “velho continente”.

A *Convenção Cultural Europeia* (Convenção de Paris), assinada em 19 de Dezembro de 1954, está na origem de todos os posteriores estudos, reflexões e recomendações desenvolvidas no seio da organização. Cada Estado aderente assumiu o compromisso de adopção de medidas tendentes a salvar a sua contribuição para o património cultural comum da Europa.

Começamos por assinalar a “Declaração de Helsínquia” (Maio de 1996), sobre a dimensão política da conservação do património cultural na Europa. Com base num conjunto de princípios considerados referenciais comuns na condução das políticas de património cultural no espaço europeu, a organização reconhece:

- A dimensão alargada do conceito de património (que engloba não apenas os patrimónios arquitectónico e arqueológico mas também as paisagens culturais, os bens móveis e o património imaterial.
- A existência de um património cultural comum e a vantagem da sua diversidade como um dos factores da construção e da consolidação da nova Europa.
- «La diffusion de la connaissance du patrimoine, qu’il importe d’assurer à l’échelon local, régional, national et international, devra mettre en relief les éléments d’unité de l’Europe ainsi que la variété des identités culturelles qui s’y manifestent. La compréhension en profondeur des valeurs inhérentes au patrimoine est susceptible de faciliter la reconnaissance des diversités, de favoriser la tolérance et de dépasser les seules différences. La notion désormais admise d’un patrimoine culturel commun doit conduire les individus et les communautés à admettre la responsabilité partagée de sa protection quels que soient le territoire d’implantation de ce patrimoine et le contexte politique actuel dans lequel il s’insère» (COE, 2002-e).

Duas décadas antes, mais precisamente em 1975, havia sido produzida, no âmbito do Conselho da Europa, a *Carta Europeia do Património Arquitectónico* (Carta de Amsterdão). Tinha passado pouco mais de uma década após a aprovação da *Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios* (Carta de Veneza, 1964) – por iniciativa da UNESCO –, documento que consagrou a nível internacional a ideia da salvaguarda dos conjuntos históricos, «distendendo a estes a noção de património» (HENRIQUES, *op. cit.*, 252), ou seja, alargou aos conjuntos e sítios a aplicação de um quadro de estratégias, visando a sua salvaguarda, conservação e valorização e que até então se reservava aos monumentos isolados dos respectivos contextos urbano-paisagísticos (COUCEIRO, 1998).

A Carta de Amsterdão reflecte «uma visão mais articulada das políticas do património e das políticas urbanas» e consagra de modo mais evidente «aspectos do novo urbanismo “humanista” emergente e, por outro lado, uma consciência mais profunda e alargada do significado do património edificado, nela se invocando quatro razões para que se impusesse às sociedades a obrigação da salvaguarda dos centros históricos» (HENRIQUES, *op. cit.*, 253-254): o facto deste património deter uma função filosófica e memorial

vital para a construção das identidades; o facto de encerrar um valor educativo insubstituível; o facto de constituir um recurso para as sociedades; e, finalmente, o argumento de que a estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades.

O essencial das ideias veiculados neste documento inovador será retomado em 1976, com a Recomendação de Nairobi, que surge no quadro da UNESCO, documento que consagra também preocupações no que diz respeito ao envolvimento e participação dos cidadãos no projecto de salvaguarda do património. Onze anos depois, portanto, em 1987, a Carta para a Salvaguarda das Cidades e Áreas Históricas (aprovada pelo ICOMOS⁴¹), também conhecida por Carta de Washington, pretendia «estabelecer os princípios gerais, os objectivos e as metodologias a serem prosseguidos no exercício da conservação dos conjuntos urbanos de valor histórico, assumindo-se como uma adenda ou complemento da Carta de Veneza», assim como «recuperava da de Amesterdão a ideia da necessidade de articular as políticas de património e de ordenamento do território, assim como a de incentivar o envolvimento e a participação das populações locais na definição e implementação das políticas» (*idem*: 257).

Com efeito, a Carta de Washington vem articular as cidades com os monumentos históricos e os valores a proteger, dando assim, continuidade ao mote lançado pela Carta de Veneza: uma cidade deverá evoluir no tempo e no espaço a fim de salvaguardar equilíbrios e harmonias materiais e espirituais (PINTO-COELHO, *op. cit.*), e ao mesmo tempo afirma a ideia de a protecção das cidades históricas e conjuntos ser considerada uma actividade que deverá associar não só as políticas económicas e sociais do desenvolvimento como o planeamento (nas suas diversas escalas) à própria protecção dos monumentos históricos. Isto sugere uma outra compreensão da complexidade do espaço urbano como veículo que, ao transportar e conter um conjunto animado de referências e histórias, demonstra a capacidade de o sistema assimilar e articular o tempo e o espaço (*idem*: 18).

Sendo os centros históricos uma preocupação central nestes documentos, as últimas duas décadas não deixam de evidenciar a trajectória de crescente imbricação das políticas culturais e económicas, e esta «traduziu-se por uma certa subjugação das políticas do património aos objectivos da reanimação urbana». «Perante a necessidade de reanimar os centros históricos, de chamar a eles novas funções e residentes, e em face

⁴¹ O Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios é uma organização não governamental, criada em 1965, que agrupa individualidades e instituições que trabalham no âmbito da conservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos. Perseguindo objectivos de promover a conservação, a protecção, a utilização e a valorização dos monumentos, conjuntos e sítios, a instituição tem «desempenhado junto da UNESCO um papel importante, de consultadoria, nomeadamente no âmbito da construção da Lista do Património Mundial e na preparação de diversas recomendações» (LOPES, *op. cit.*, 10).

da impossibilidade física, objectiva, de muitos edifícios, nas suas condições presentes, responderem a esse desiderato, a tendência geral parece ter ido no sentido de se consentir que se sacrificasse a autenticidade a favor da utilidade (...), e, ao mesmo tempo, em certa medida, de valorizar a imagem sobre a matéria, a aparência sobre a substância» (HENRIQUES, *op. cit.*, 261).

Por outro lado, como já se referiu, o alargamento da noção de património não deixou de fora o mundo rural. A ideia de património rural surge em documentos internacionais a partir dos anos 60 – recordamos a referência da Carta de Veneza – não sem relação com movimentos de opinião que iniciaram a reflexão sobre as rápidas transformações em curso: nos modos de produção, nos hábitos de vida e na massiva alteração da paisagem (LOPES, 1996).

É sobretudo a partir da década de 70 que assume especial importância a temática da arquitectura rural e a sua paisagem, ameaçadas de desaparecimento. O *Apelo sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território* (Granada, 1976) está entre os primeiros documentos que trata de maneira específica esta problemática. O documento, aprovado pelo Conselho da Europa, começa por reconhecer que a arquitectura rural e a sua paisagem estão em risco de desaparecer por causa de desequilíbrios ecológicos que decorrem da lógica de desenvolvimento industrial da agricultura e do abandono parcial ou total de regiões onde a actividade agrícola deixou de ser rendível.

A proposta de mudança de orientação passa pelo ordenamento integrado do território. A salvaguarda do património construído e da paisagem que o sustenta só parecem possíveis à luz da “conservação integrada”, isto é, segundo as teorias que preconizam a necessidade de planear e agir em simultâneo sobre as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e a articulação de actividades diversificadas, tais como a agricultura tradicional, o artesanato, as pequenas indústrias, as actividades de lazer, etc. Preconiza-se, assim, o desenvolvimento global das regiões rurais, no plano económico, social e cultural (LOPES, *op. cit.*, 18).

A preocupação no campo do património arquitectónico não mais abandonará a reflexão e os documentos orientadores aprovados em sede das instituições internacionais, em particular o Conselho da Europa. Ela transparece, por exemplo, na já referida Carta de Amesterdão (1975), documento que expressa uma “filosofia” europeia de salvaguarda do património, alicerçada numa concepção dinâmica e abrangente da noção de património arquitectónico, constituído não somente pelos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as cidades antigas e as aldeias tradicionais integradas nos seus ambientes natural ou construído.

Essa preocupação é retomada na Convenção de Granada (1985), no âmbito da definição do conceito de património arquitectónico, ao incluir entre os conjuntos agrupamentos homogéneos de construções rurais, remarcáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e também através da definição de sítio (obras combinadas do homem e da natureza).

De facto a paisagem, tem sido «considerada como uma das bases mais adequadas para a gestão integrada e equilibrada do espaço europeu» (PINTO CORREIA *et al.*, 2001: 196).

Em meados dos anos 90, o Conselho da Europa recomenda aos governos dos Estados membros a orientação das suas políticas de conservação e de evolução controlada dos sítios culturais, no contexto da política da paisagem, segundo um duplo objectivo:

- «Formuler des orientations relatives aux politiques du paysage dans le respect et la valorisation des identités culturelles européennes.
- Proposer des mesures s’appliquant à la conservation et à l’évolution contrôlée des sites culturels. La politique de conservation et de mise en valeur les concernant devrait être intégrée dans les politiques relatives à l’aménagement de l’espace, la politique agricole et sylvicole et s’articuler avec les politiques globales du paysage au sens large dont ils sont un aspect particulier» (COE, 1995).

Cinco anos depois, na “Convenção Europeia da Paisagem” (Florença, 2000) «(...) todos os países signatários comprometem-se a considerar juridicamente as paisagens como factores fundamentais da identidade europeia incorporando-a no seu património natural e cultural. Esses países comprometeram-se ainda, a definir políticas paisagísticas e a incluir a paisagem nas suas políticas sectoriais» (APEP, 2001).

Parte-se da constatação de que as paisagens europeias, devido a uma diversidade de factores, se encontram num processo acelerado de transformação em várias e diferentes direcções, o que justifica a necessidade de intervenção segundo linhas de orientação e de acção compatíveis com a dimensão do problema. No caso das paisagens culturais de matriz rural, o que está afinal em causa, prende-se com as seguintes questões: Como mantê-las funcionais? Como fazê-las evoluir de forma harmoniosa? Como quem? E para quem?

Importa pois entender a sua linguagem de estruturação, isto é, os acontecimentos e os valores e a forma como se manifestam nos laços sociedade- território, ultrapassando uma fase de um certo analfabetismo (incapacidade ou desinteresse em ler e interpretar as paisagens).

Em suma, o Conselho da Europa desenvolveu uma acção destacada, sobretudo a partir dos anos 70, tendente a encontrar e aplicar novos princípios e perspectivas de abordagem do património⁴², que defendem uma visão mais alargada, uma vez que não a circunscreve aos grandes monumentos históricos (catedrais, palácios, castelos, casas senhoriais), mas integra todas as «componentes do ambiente humanizado e edificado (centros históricos, conjuntos rurais, património de interesse técnico e industrial, arquitectura dos séculos XIX e XX» (LOPES, *op. cit.*, 11). Reconhecemos nestes textos sobre património arquitectónico a evolução de conceitos como: a necessidade de articulação da protecção do património cultural com o ordenamento do território; a defesa dos princípios da conservação integrada; a participação activa das populações.

Por sua vez, no seio da União Europeia os últimos anos indicam novas abordagens do desenvolvimento no sentido de estabelecer compromissos políticos reveladores de preocupações espaciais no âmbito das políticas sectoriais. As paisagens e o património são hoje referências incontornáveis, em particular no quadro das políticas culturais (CARVALHO, 2003-a).

Naquilo que diz respeito à “gestão da natureza e do património cultural”, preconiza-se, através do EDEC, que «O desenvolvimento espacial está em condições de desempenhar um papel motor a favor da manutenção e da utilização sustentável da biodiversidade à escala local e regional. Se é certo que, por vezes, se justificam ainda medidas estritas de protecção, é frequentemente mais judicioso incluir a gestão dos sítios ameaçados em estratégias de ordenamento do território relativas a zonas mais vastas. Respeitadas e valorizadas, a natureza e a cultura constituem, com efeito, um factor económico não negligenciável para o desenvolvimento regional» (UE, 2001).

Por outro lado, «A riqueza do património e das paisagens culturais da Europa constitui a expressão da sua identidade e reveste-se de uma importância universal.

⁴² A evolução dos conceitos sobre a protecção do património arqueológico tem, em certa medida, acompanhado as tendências de maior abrangência e integração já registadas relativamente ao património arquitectónico.

«A *Convenção de Malta*, ou *Convenção para a Protecção do Património Arqueológico*, adoptada pelo Conselho da Europa em 1992, bem como a *Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico*, aprovada pelo ICOMOS em 1990, constituem (...) dois textos de referência obrigatória para todos os profissionais e demais interessados» (LOPES, *op. cit.*, 19), documentos que retomam e aprofundam alguns dos princípios já expressos na *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico* (Convenção de Londres, 1969 – Conselho da Europa) e clarificam ao mesmo tempo alguns conceitos expressos em documentos internacionais anteriores, como a *Carta de Veneza* e a *Carta de Atenas*.

A fim de inverter as eventuais tendências ao abandono e à degradação e de transmitir este património às gerações futuras nas melhores condições, impõe-se uma abordagem criadora. Esta passa pela definição de estratégias integradas de preservação e de reabilitação que afectam as paisagens e o património e pela sensibilização do público para a contribuição das políticas de ordenamento do território para a defesa da herança das gerações futuras» (UE, 1999).

Assim, a temática do património é objecto de maior atenção e essa preocupação decorre também do reforço da sua importância, especialmente no quadro das políticas culturais. Neste particular devemos recordar que data de 1974 uma primeira resolução do Parlamento Europeu que menciona a necessidade de empreender acções comunitárias no âmbito da cultura e especialmente da conservação do património. Desde o início dos anos 90, o Tratado da União Europeia oferece uma base jurídica das actividades relativas à conservação e valorização do património cultural. «O seu artigo 151 indica de forma concreta que a Comunidade apoiará e completará a acção [dos Estados membros] para a conservação e protecção do património cultural de importância europeia» (UE, 2003-a). De igual modo, esse documento outorga oficialmente um lugar à cultura na construção europeia: a União deve contribuir para «(...) al florecimiento de las culturas de los Estados miembros, dentro del respectivo de su diversidad nacional y regional, poniendo de relieve al mismo tiempo el patrimonio cultural común. Se trata para ello de favorecer la cooperación entre los Estados miembros y, si fuere necesario, apoyar y completar su acción. Esta cooperación debe conducirnos hacia un verdadero “espacio cultural europeo”, como lo subraya el Parlamento Europeo en su resolución de 5 de Septiembre de 2001 sobre la cooperación cultural en Europa» (UE, *op. cit.*).

As primeiras acções comunitárias limitavam-se a apoiar operações de restauro do “património monumental” como a Acrópole de Atenas ou o Centro Histórico do Chiado (Lisboa). Actualmente, incluem o património imóvel e móvel (museus e colecções, bibliotecas, arquivos); o património arqueológico e arquitectónico; o património natural, assim como o património linguístico, gastronómico e o artesanato. Isto significa que as intervenções acompanharam a mudança de enfoque do próprio conceito de património. Estas diferentes acções abordam duas dimensões do património: a cultural e a económica.

Quanto à primeira, a União Europeia reconhece que o património é um vector de identidade cultural; o conhecimento do património depende em grande medida da qualidade da sua promoção e da capacidade dos europeus para reconhecer e apreciar o património nacional e o dos outros países da União Europeia. Por isso a União financia

projectos de conservação e valorização do património (por exemplo, no âmbito do programa de cooperação cultural “Cultura 2000”), participa em acções de educação e formação, assim como em acções de sensibilização sobre o património, através de iniciativas próprias ou de campanhas realizadas conjuntamente com o Conselho da Europa – como acontece com a campanha “Europa, um Património Comum” e as “Jornadas Europeias do Património”. Como a protecção e a valorização do património ultrapassam as fronteiras europeias, a União colabora com organizações internacionais e países terceiros com os quais celebrou acordos de cooperação (como é o caso da UNESCO, no âmbito da conservação do legado cultural e do património mundial) e associação.

Por outro lado, o património é considerado como factor de desenvolvimento económico, mormente na sua ligação com o desenvolvimento regional e o emprego. Neste último caso, é preciso dizer que o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financia projectos de valorização do património no âmbito dos programas de desenvolvimento regional, acções inovadoras e as iniciativas comunitárias: URBAN, dirigida para certas áreas urbanas em crise, e INTERREG, que fomenta a cooperação entre as regiões fronteiriças da União Europeia em diferentes domínios como o desenvolvimento urbano. O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), que apoia acções de desenvolvimento em áreas rurais, e a iniciativa LEADER, contribuem também para a renovação e revalorização cultural dos territórios abrangidos pelo programa. A valorização do património atravessa também a política de apoio ao turismo e o programa LIFE, este no seio da política ambiental da União Europeia, favorecendo em particular a gestão turística de “sítios” naturais e culturais (UE, 2003-a).

3.2.3 Portugal

No plano nacional podemos afirmar que a preocupação com o património transparece no texto da Constituição, nomeadamente no seu artigo 9.º (“Tarefas fundamentais do Estado”) que assinala, entre outras, a função de «Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território».

A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril), no artigo 17.º, identifica a paisagem e o património natural e construído como componentes que «definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a actividade do homem», e no artigo 20.º, estabelece que o «património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defe-

sa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das acções a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa». No âmbito dos objectivos e medidas o diploma consagra, entre outros, o reforço das acções e medidas de defesa e recuperação do património cultural, quer natural, quer construído, assim como preconiza a protecção e valorização da paisagem como unidade estética e visual. É ainda o mesmo diploma que determina a implementação e regulamentação de uma rede nacional de áreas protegidas (RNAP), o que na realidade aconteceu no início de 1993 com a “Lei-Quadro das áreas Protegidas” (Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro).

Os conceitos estruturantes da RNAP revelam o objectivo de protecção da natureza (parque nacional, reserva natural, monumento natural e sítio de interesse biológico) assim como a preocupação de incluir áreas com grande valor estético e cultural (parque natural e áreas de paisagem protegida), e repartem-se segundo o âmbito nacional, regional ou local (conforme os interesses/valores que procuram salvaguardar).

Com efeito, procurou-se (re)encontrar o equilíbrio entre conservação da natureza⁴³, bem-estar local e presença da população, e para isso foi necessário instituir

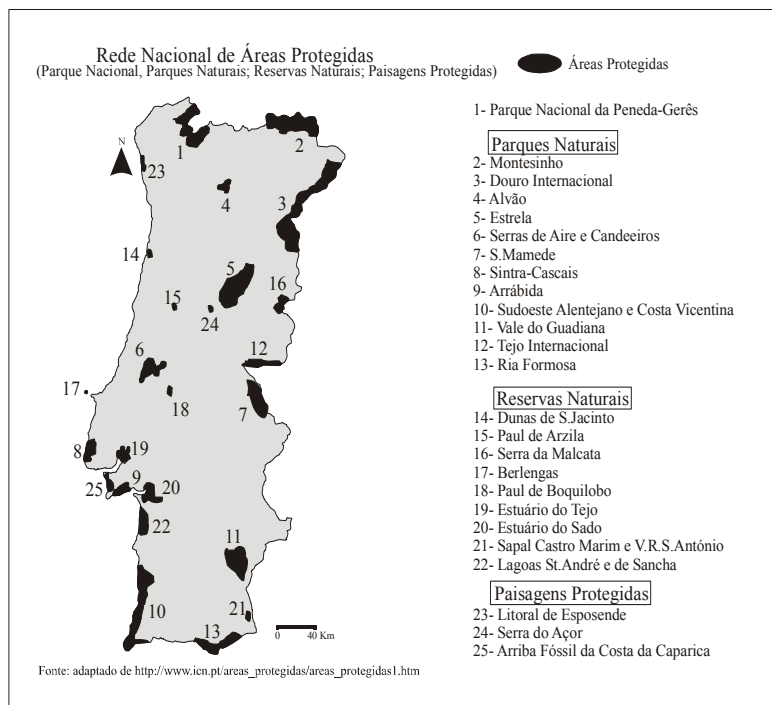
⁴³ Nesse plano importa também referir a Rede Natura 2000. Resultando da aplicação de duas directivas comunitárias distintas, tem como objectivos fundamentais contribuir para assegurar a conservação dos habitats de espécies de aves listadas no anexo I da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Directiva Aves), bem como dos habitats naturais do anexo I e das espécies da flora e da fauna do anexo II da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Directiva Habitats), considerados ameaçados ou significativos no espaço da União Europeia. O processo, iniciado em 1992, deveria estar concluído em meados de 2004.

Tendo em vista a prossecução destes objectivos, aos Estados-membros compete designar “zonas de protecção especial” (ZPE), ao abrigo da Directiva Aves, e “sítios nacionais”, no âmbito da Directiva Habitats. A partir das várias listas nacionais de sítios serão posteriormente seleccionados os “sítios de importância comunitária” (SIC) que darão lugar a “zonas especiais de conservação” (ZEC).

No caso de Portugal o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, ao efectuar a transposição conjunta para o direito interno das Directivas Aves e Habitats – e portanto ao contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos *habitats* naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável no território nacional, tendo em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais –, estabeleceu que a gestão dos sítios e das ZPE há-de decorrer dos instrumentos de gestão territorial, devendo estes conter as medidas necessárias à garantia da conservação dos habitats naturais e das espécies da fauna e da flora selvagens (CARVALHO e FERNANDES, 2002).

Tendo em conta os valores ambientais a proteger e o desenvolvimento económico e social das áreas integradas no processo da Rede Natura 2000, foi determinada a elaboração de um plano sectorial, sob responsabilidade do ICN, instrumento que envolve 180 municípios (Resolução do Conselho de

instrumentos de gestão territorial no seio do planeamento e do desenvolvimento integral, como acontece com os planos de ordenamento de áreas protegidas, embora, como referimos no capítulo anterior, a maioria esteja ainda em fase de elaboração.



Fonte: CARVALHO e FERNANDES, 2002: 288

Figura 9 – A Rede Portuguesa de Áreas Protegidas (Continente)

Em meados de 2004, a Rede Nacional de Áreas Protegidas inclui, em Portugal Continental (figura 9), 25 “áreas”⁴⁴ repartidas do seguinte modo:

- Um Parque Nacional;
- Doze Parques Naturais;
- Nove Reservas Naturais;
- Três Áreas de Paisagem Protegida.

Ministros n.º 66/2001, de 6 de Junho). Ultrapassada a data prevista para a sua conclusão (meados de 2002), existem motivos de preocupação em relação aos mecanismos de salvaguarda desses valores e compatibilização com os demais instrumentos de gestão territorial, pois a sua gestão deve constituir matéria da maior prioridade e relevância nacional.

⁴⁴ Não foram considerados os monumentos naturais.

Mas a grande referência jurídica naquilo que concerne ao património cultural assenta na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, ao estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural português. Sucede, assim, ao quadro jurídico da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, também designada de “Lei do Património Cultural Português”, marcada pelo incumprimento ao nível da publicação de legislação de desenvolvimento indispensável ao diploma.

A propósito da reflexão em torno do actual enquadramento de salvaguarda e valorização dos bens culturais em Portugal é interessante e importante conhecer as linhas gerais da evolução do conceito de património e das situações jurídicas que se lhe adequaram no decurso dos séculos.

3.2.3.1 Das primeiras preocupações patrimoniais à Lei do Património Cultural (1985)

A ideia de preservar, e até estudar, alguns testemunhos do passado, sobretudo clássicos, então designados por “antiquilhas”, tem origem no período Renascentista. «Os estudiosos citam, com frequência, as obras de André de Resende e Francisco D’Hollanda, que viveram no século XVI, para demonstrar a preocupação, já então existente, da valorização do património monumental, enquanto documento, nomeadamente o da Antiguidade Clássica» (IPPAR, 1994: 6).

No século XVIII surgem as primeiras acções de enquadramento legal para a conservação do património monumental. Pelo Alvará de 20 de Agosto de 1721, o monarca D. João V atribui à Real Academia de História Portuguesa a inventariação e conservação dos «monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no Reino, dos tempos em que nele dominaram os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Árabios» e ordena que daí em diante «nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edificio que mostre ser daqueles tempos ainda que em parte esteja arruinado e da mesma sorte as estátuas, mármores e cipós»⁴⁵. De igual modo, incumbe as Câmaras das cidades e vilas do Reino o especial cuidado de conservar e guardar todas as referidas antiguidades, assim como dar conhecimento à Academia de qualquer nova descoberta (monumental) no seu termo.

Trata-se, pois, do primeiro instrumento legal com alcance no domínio do património, articulado com a acção da Real Academia de História, instituição fundada em

⁴⁵ Transcrição a partir do documento original publicado pelo IPPAR (*op. cit.*).

1720 com o objectivo de retratar a história eclesiástica e secular – e neste particular de providenciar sobre a conservação dos monumentos. «Assim nasce o sistema português de protecção do Património, que se tivesse sido implementado teria poupado muitos elos da nossa identidade nacional os quais seriam hoje testemunhos vivos do passado do povo português» (IPPAR, 2002).

Ainda no século XVIII, podemos destacar outras acções de identificação do património, sobretudo no âmbito dos inquéritos remetidos do Ministério do Reino ou sob instância da Real Academia de História, ou ainda por iniciativa do padre Luís Cardoso, e por norma preenchidos pelos párocos. Embora servindo planos e objectivos distintos, notamos em alguns deles a preocupação de conhecer as “antiguidades, ou outras coisas dignas de memória” (conforme o quesito 22.º, relativo à “terra”, do *Inquérito de 1758*) das terras de Portugal.

Mas é na centúria de Oitocentos que assistimos a uma maior consciencialização da importância do património cultural⁴⁶, nomeadamente a necessidade de salvaguarda dos bens imóveis. O grande historiador Alexandre Herculano (1810-1874) teve um papel pioneiro e destacado nesse movimento de identificação e salvaguarda do património arquitectónico e artístico⁴⁷, «e a ele se devem importantes textos que, em revistas como “O Panorama”, tiveram o mérito de generalizar as preocupações com o património» (IPPAR, 1994: 7), quer em relação aos espólios artísticos e literários, mas também com a degradação do património construído, nomeadamente eclesiástico. O período do Liberalismo foi um dos ciclos mais influentes na alteração (destruição ou ablação) do

⁴⁶ As primeiras preocupações patrimoniais com o mundo rural português são praticamente contemporâneas da implantação do Liberalismo, e aparecem associadas a iniciativas e textos da intelectualidade desde o primeiro terço de Oitocentos. O olhar nostálgico lançado sobre algumas dimensões associáveis ao mundo rural está presente nas *Viagens na Minha Terra* (1846), de Almeida Garrett (1846), em *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), de Júlio Dinis, e em muitas outras obras.

«Na verdade, as expressões literárias da idealização romântica do mundo rural são quase contemporâneas das primeiras recolhas etnográficas da cultura popular. Também às grandes rupturas políticas e institucionais oitocentistas se sucede rapidamente a preocupação com a identificação de um legado cultural associado a regiões e a localismos então já reputados em vias de desaparecimento» (MONTEIRO, 2003: 219). Ainda segundo MONTEIRO, estas iniciativas combinam-se «no objectivo declarado de descobrir no legado da história portuguesa e da cultura popular as raízes de uma identidade da nação, fundamento da ordem política que se buscava consolidar» (*idem, ibidem*).

⁴⁷ O contributo do historiador revela-se ainda através da viagem que realizou pelo país, «em 1853 e 1854, para consultar os arquivos existentes nas várias terras». Desse périplo «Deixou um diário de viagem, repleto de curtas anotações de grande interesse, que foi publicado em 1934 por Vitorino Nemésio» (DAVEAU, 1988: 105).

património e da paisagem portuguesa. «A extinção das ordens religiosas em Portugal em 1834 e a venda em hasta pública dos seus bens levando a uma dramática dispersão de propriedade (e de bens!) transformou uma grande parte dessas casas de tesouro em desertos ou ruínas» (CALADO *et al.*, 2002: 15). Outros autores, como por exemplo ALARCÃO (1987), associam também a esse período (ligado à extinção dos morgadios) as consequências mais graves para a gestão contemporânea do património histórico, muito por causa da utilização dos edifícios – frequentemente albergando serviços da administração pública – para fins diferentes daqueles que presidiram à sua fundação ou utilização regular até essa época.

Nos finais do século XIX afirma-se o conceito de monumento histórico, refletindo as posições da burguesia cultural e ideologicamente afirmativa nos seus valores e princípios. Revelador do novo conceito e também das novas preocupações de salvaguarda do património monumental, é um projecto de Decreto (1876) que apontava para a necessidade de habilitar técnicos para intervir nos monumentos, definindo o papel que competiria ao Estado no inventário, conservação e reparação dos monumentos históricos (IPPAR, *op. cit.*, 8).

Em 1880, a pedido do Ministro das Obras Públicas, a Real Associação de Arquitectos e Arqueólogos Portugueses apresentava a primeira relação de monumentos a classificar, agrupados em seis classes, abrangendo:

- As obras-primas da arquitectura e da arte portuguesas.
- Os edifícios com significado para o estudo da história das artes.
- Os monumentos militares.
- A estatuária.
- Os padrões e arcos comemorativos.
- Os monumentos pré-históricos.

Contudo, as classificações nascem e sucedem-se no alvore do século XX. Em 1901 foi instituído o Conselho dos Monumentos e definidas em decreto as bases para a classificação de imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais. Cinco anos depois era publicado o Decreto que formalizava a primeira classificação de imóveis em Portugal. Em 1907, iniciada que estava a fase de classificação, foram classificados os monumentos considerados mais emblemáticos, como os mosteiros da Batalha, Jerónimos, Alcobaça, o Convento de Cristo (Tomar), as Sés da Guarda, Lisboa, Évora e Coimbra e a Torre de Belém. Em 1910 publica-se um extenso decreto de classificação ordenado de forma sistemática segundo tipologias: monumentos pré-históricos, monumentos militares, monumentos civis, templos, inscrições, túmulos e sepulturas, marcos miliários,

pontes, arcos, aquedutos, chafarizes, padrões comemorativos, pelourinhos, estátuas, entre outros (*idem*: 9).

O eixo arqueológico assume primazia no quadro de alargamento do conceito de monumento, numa época em que, por toda a Europa, imperavam os nacionalismos e se procurava encontrar as raízes mais ancestrais e a persistência e permanência dos povos num território, assim como justificações históricas para determinadas acções ou reivindicações políticas.

Na década de trinta, a legislação introduziu a figura de “Imóvel de Interesse Público”⁴⁸, concretamente em 1932 (Decreto n.º 20 985, de 7 de Março), e no final dos anos 40 (Lei n.º 2 032, de 11 de Junho de 1949) foi reconhecida a possibilidade dos municípios classificarem património através da criação da figura denominada de “Valor Concelhio” (que teria valor legal após a ratificação pelo governo), categoria que todavia não teve expressão até ao final do Estado Novo. Estes graus representam uma estratificação e uma diferenciação do mérito artístico, histórico e social dos imóveis classificados, marcando novas etapas de alargamento da noção de património cultural. Contudo, nada impede que os municípios «(...) definam sem intervenção daquele instituto, conjuntos aos quais decidam aplicar regulamentos especiais de gestão urbana, tendo em vista a sua salvaguarda» (ALARCÃO, *op. cit.*, 64).

Em 1985, com a publicação da Lei do Património Cultural Português (Lei n.º 13/85, de 6 de Julho), foram estatuídas as categorias de “Monumento”, “Conjunto” e “Sítio” (segundo as convenções internacionais), graduadas ainda através de importâncias relativas: “Valor Local”, “Valor Regional”, “Valor Nacional” ou “Valor Internacional”. A classificação de um bem imóvel visa distingui-lo pelo seu valor histórico, cultural ou estético, e garantir a sua conservação e fruição pela comunidade, conferindo-lhe uma protecção legal e um estatuto privilegiado. As decisões de classificação dos bens imóveis são fundamentadas segundo critérios de autenticidade, qualidade e originalidade, ou também pela possibilidade desses bens constituírem testemunhos documentais de natureza histórica, arquitectónica, arqueológica, artística, científica, técnica ou social.

⁴⁸ Segundo o artigo 30.º do Decreto n.º 20 985 (1932), a categoria de “Imóvel de Interesse Público”, seria atribuída aos imóveis «(...) que, sem merecerem a classificação de monumento nacional, ofereçam todavia considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico».

3.2.3.2 O novo regime de protecção e valorização do património cultural (2001)

Será necessário esperar mais de década e meia para ver finalmente aprovada a nova Lei sobre o património cultural português.

Nos termos do novo quadro jurídico⁴⁹, o património cultural é constituído por todos os bens (materiais e imateriais) que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização, mas, também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa. «O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade» (Lei 107/2001, de 8 de Setembro).

Ainda segundo este diploma, são definidas categorias de protecção dos bens imóveis e móveis: os primeiros podem pertencer às categorias de *monumento*, *conjunto* ou *sítio*⁵⁰, e os segundos, entre outras, às seguintes categorias: património arqueológico, arquivístico, audio-visual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico.

⁴⁹ As finalidades da protecção e valorização do património cultural, enquanto tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos, são: «incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; vivificar a identidade cultural comum de Portugal e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional; promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; defender a qualidade ambiental e paisagística» (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

Este diploma revela a concretização de uma concepção personalista de direito cultural, ao colocar no centro do sistema de valores a dignidade do ser humano e a sua plena realização (ALEXANDRINO, 2000).

⁵⁰ Importa explicar, segundo a Lei n.º 13/85, o significado dos referidos conceitos. Assim, os *monumentos* são «obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante dessas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental». Os *conjuntos* dizem respeito a «agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social». Os *sítios* correspondem às «obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social».

Esta terminologia decorre sobretudo da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico Europeu (Convenção de Granada, 1985).

De igual modo são considerados os bens imateriais, «realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas, tais como as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar alimentos» (Lei n.º 107/2001).

As formas de protecção dos bens culturais assentam na classificação e na inventariação, a primeira entendida como o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que determinado bem possui um inestimável valor cultural. Com a nova Lei foram finalmente assumidas as categorias e os níveis de protecção antevistos em meados dos anos 80. Segundo este instrumento jurídico, o interesse nacional de um bem (móvel ou imóvel) é considerado «(...) quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação»; «consideram-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado»; «consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município» (*idem*).

Na perspectiva da nossa investigação é oportuno questionar: serão as categorias e os níveis de protecção eficazes no plano do ordenamento do território e das políticas e acções de desenvolvimento? E em que medida eles representam um estímulo para a abordagem integrada do território, ou para a articulação das diversas políticas sectoriais, ou ainda para o processo de participação e envolvimento da sociedade na defesa e valorização do património?

A nova lei do património cultural português alicerça-se num conceito alargado, abrangente e multidimensional que envolve diferentes manifestações de património cultural, e reflecte as principais tendências internacionais e os compromissos assumidos pelo Estado neste domínio.

O quadro jurídico determina (na sequência da legislação anterior) que os bens imóveis classificados ou em vias de classificação como tal beneficiarão automaticamente de uma “zona de protecção” de 50 metros, contados a partir dos seus limites externos, e devem dispor ainda de uma “zona especial de protecção”, que podem incluir “zonas *non aedificandi*”. Trata-se, portanto, de servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pela autoridade municipal licenças para obras de construção e para

quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, as cérceas e a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios, sem o prévio parecer favorável da administração do património cultural competente. No caso concreto, o IPPAR é chamado a emitir pareceres sobre um vasto universo (potencial) de mais de quinze mil imóveis (CALADO *et al.*, 2001) relacionados com os cerca de três mil e quinhentos imóveis classificados e cerca de outros quinhentos em vias de classificação, segundo dados de 2001.

Por outro lado, a abertura do procedimento de classificação de bens imóveis determina a suspensão dos procedimentos de concessão de licença ou autorização de operações de loteamento, obras de urbanização, edificação, demolição e movimentos de terras, bem como a suspensão dos efeitos de licenças ou autorizações já concedidas, pelo prazo mínimo de 120 dias.

Ao mesmo tempo a Lei reconhece o valor extraordinário do enquadramento paisagístico dos novos bens a proteger: o acto de classificação de monumentos, conjuntos ou sítios, ou em vias de classificação como tal, “obriga” o município, em parceria com outros serviços centrais ou regionais responsáveis pelo património cultural, ao estabelecimento de planos de pormenor de salvaguarda para as áreas de protecção dos imóveis classificados, cujo conteúdo será definido em legislação de desenvolvimento. Apela-se à acção de levantamento da realidade envolvente, valoriza-se o estudo científico e reforça-se o conhecimento do património. É neste particular que o planeamento e o recurso a figuras de gestão territorial adequadas (centradas em preocupações culturais) devem passar a intervir.

Desta forma, é um contributo positivo para ultrapassar a fase secular do policiamento e da simples interdição – e nem a eventual aplicação de coimas pecuniárias tem efeito dissuasor sobre os que não respeitam a lei. Com efeito, grande parte do significado e do valor cultural de alguns importantes imóveis resulta da relação harmónica que estabelecem com a sua envolvente urbana ou natural. O diálogo que se estabelece entre um castelo, uma igreja ou uma mata com o quadro urbano ou rural onde se inserem, é imprescindível para a compreensão da sua história e do seu valor estético e cultural. Mas para que estes instrumentos sejam uma realidade «é fundamental uma vontade política (no sentido mais abrangente da palavra) e um comprometimento franco e aberto de todos os cidadãos. (...) A salvaguarda do património não deve ser um caso de polícia (ou de policiamento), mas antes um caso de esclarecimento, de regulação e – nos casos mais arriscados – de prevenção. Para evitar desastres» (CALADO *et al.*, *op. cit.*, 105).

A defesa da qualidade ambiental e paisagística é consagrada mediante a definição de outras formas para assegurar que o património cultural se torne um elemento potenciador – e também da coerência das categorias que o integram. Neste particular, a legislação obriga os diversos níveis de organização (pública) do país a promover a adopção de providências tendo em vista a recuperação de centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem. Abre-se ainda uma “porta”, embora em sede de quadro legislativo complementar, para estabelecer os critérios exigidos para o reconhecimento legal dos conjuntos e sítios e os benefícios e incentivos daí decorrentes, assim como os sistemas de incentivo e apoio à gestão integrada e descentralizada. Isto parece significar também o reconhecimento da necessidade de aperfeiçoamento das instâncias da gestão territorial no sentido de configurar políticas e instrumentos de ordenamento e valorização das paisagens (rurais e urbanas) atravessadas por preocupações culturais.

A Lei reconhece também a importância da participação dos cidadãos interessados na gestão efectiva do património cultural pela administração pública, e sugere que esta poderá ser assegurada por estruturas associativas de defesa do património (isto é, associações sem fins lucrativos, em cujos estatutos conste como objectivo a defesa e valorização do património cultural ou deste e do património natural e promoção da qualidade de vida), e também o papel destas no domínio da formação e informação aos cidadãos ao admitir formas de apoio do Estado a iniciativas levadas a cabo por estas últimas. O objectivo principal é incentivar a colaboração em planos e acções no âmbito da protecção e valorização do património cultural. Assim saibam as entidades públicas estimular a participação dos cidadãos (e estes se mobilizem em torno das causas patrimoniais).

Noutro sentido, as novas tipologias – a arquitectura do espectáculo, o património industrial, as cercas monásticas, os jardins, o património vernacular – que são cada vez mais importantes, representam um dos grandes desafios no âmbito da salvaguarda e protecção do património cultural.

As novas linhas de orientação da política do património cultural para o período 2000-2006 decorrem do plano estratégico a desenvolver por um conjunto de programas específicos dos quais se destaca o “Programa Operacional de Intervenções no Património”, com incidência em:

- Palácios Nacionais.
- Conjuntos Monásticos.
- Sés Catedrais.

- Outros Monumentos.
- Castelos.
- Sítios arqueológicos.
- Pontes Históricas.
- Arte Nova.

Por último, merece ainda reflexão a evolução e a repartição espacial do universo dos bens patrimoniais sujeitos a regimes de protecção. Em Portugal, a classificação é o mais importante instrumento usado pelos poderes públicos na protecção do património. Contudo, importa explicar que o universo dos bens patrimoniais sujeitos a regimes especiais de protecção não se esgota na classificação (política nacional de património), pois decorre também de instrumentos específicos que as autarquias podem fazer aprovar (como é o caso dos PU, PP, ou mesmo em sede de PDM) no sentido de salvaguardar valores patrimoniais de relevante interesse público, situação que tem levado alguns autores (como, por exemplo, ALEXANDRINO, *op. cit.*) a admitir que os instrumentos e entidades que asseguram essa protecção operam predominantemente no quadro jurídico mais amplo do Direito do Urbanismo, e até do Direito Administrativo, e não no quadro específico do Direito do Património.

A partir do trabalho de HENRIQUES (*op. cit.*)⁵¹, que por sua vez se baseou no sistema nacional de protecção do património, reportado a 2000, podemos concluir que quase metade dos cerca de 3000 bens classificados no Continente (quadro 1) recebeu essa distinção após o 25 de Abril de 1974, período que corresponde ao crescimento mais acelerado do número de imóveis classificados.

Até meados dos anos 70, nota-se o lançamento e o primeiro grande impulso de classificação que corresponde ao final da Monarquia; o comedimento da I República em termos de competência para classificar bens (apenas três escassas dezenas de bens que se somaram aos 464 classificados pelo regime anterior); o alargamento do número de bens classificados durante o período de vigência do Estado Novo, que acrescentou mais de um milhar de bens à lista do património classificado, «o que em parte se explica por razões ideológico-propagandistas: a defesa e a exaltação do património representou, com efeito, um instrumento importante da estratégia política do regime, de cuja doutrina o nacionalismo era uma peça fundamental (...). Logo em 1933 (...) as autoridades nacionais

⁵¹ Neste particular realizado a partir das fontes IPPAR (*Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*) e DGEMN (*Inventário do Património*), e com actualização do autor para as classificações posteriores a 1993.

estendem de uma só vez a classificação a mais de 300 pelourinhos» (HENRIQUES, *op. cit.*, 300).

Quadro 1 – Património histórico-arquitectónico classificado, segundo o tipo de imóvel, em Portugal Continental (2000)

	Edifícios religiosos	Edifícios militares	Edifícios residenciais	Arte rupestre e funerária	Ruínas e estações arqueol.	Pelourinhos e cruzeiros	Infra-est.	Edifícios de equipam	Edifícios industriais	Conj.	Total	Variação decenal
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	N.º	N.º
1920	31,8	14,1	7,3	13,5	4,5	16,1	10,6	1,2	0,2	0,6	489	–
1930	35,6	15,0	7,7	10,9	4,0	14,0	9,6	2,5	0,2	0,5	605	116
1940	25,8	10,1	5,2	8,2	2,5	38,9	6,5	2,3	0,1	0,4	1005	400
1950	26,6	9,6	5,4	7,7	3,1	37,7	7,2	2,0	0,1	0,6	1272	267
1960	29,0	10,4	5,6	7,4	4,1	33,8	6,9	2,1	0,1	0,7	1466	194
1970	30,4	10,6	6,4	7,0	4,3	31,6	6,9	2,0	0,1	0,7	1596	130
1980	29,6	10,3	13,4	6,7	4,6	24,6	6,9	2,5	0,3	1,1	2094	498
1990	30,2	9,1	15,1	6,3	5,3	21,3	7,2	3,4	1,0	1,2	2458	364
2000	29,4	7,9	16,4	7,8	6,5	17,8	7,4	4,0	1,5	1,3	2967	509

Fonte: HENRIQUES, *op. cit.*, 303 (com modificação)

Ao aumento do número de bens classificados associou-se a diversificação do tipo de imóveis contemplados pelo regime de protecção nacional. «Os dois factos estão correlacionados: dilata-se a lista do património oficial porque, pelo menos em parte, se alargam ou flexibilizam também os critérios que balizam o que deve e não deve (ou o que pode e não pode, de acordo com os estereótipos dominantes em cada momento) ser considerado património» (*idem*: 300-301).

A respeito da alteração da composição do património histórico-arquitectónico classificado, ainda segundo HENRIQUES (*op. cit.*) assistiu-se a um processo de «distensão tipológica do património classificado», em boa parte relacionado com a valorização dos patrimónios locais, que aparece em estreita ligação com o processo de descentralização e o reforço do poder municipal após 1974. Dito de outra forma, a «prioridade da patrimonialização desloca-se da sacralização dos *espaços de origem* e dos monumentos de relevância nacional para a preservação da memória e do carácter dos lugares, e o acto político de classificar perde com isso significado ideológico para se tornar essencialmente num factor de valorização dos territórios» (*idem*: 319).

Se até 1920 os imóveis classificados apareciam associados aos elementos da arquitectura religiosa, militar (como, por exemplo, castelos, muralhas, torres), e aos vestígios arqueológicos (monumentos megalíticos, arte rupestre, castros, ruínas romanas, etc.), que no seu conjunto perfazem cerca de 64% do total de bens classificados, em 1970, praticamente no final do Estado Novo, é o número de pelourinhos e cruzeiros (31.6%) que se destaca (a par dos edifícios religiosos – com pouco mais de 30%). Ainda

hoje esta herança, ancorada aos edifícios religiosos, militares, vestígios arqueológicos, pelourinhos e cruzeiros, está bem marcada em termos de número de bens classificados, atingindo quase 70 % dos bens da lista nacional (80% em 1920; 83.9% em 1970). Embora se reconheça o alargamento das tipologias de classificação, nomeadamente os elementos da arquitectura civil, e em particular residencial (com especial atenção para os anos 70), os edifícios de equipamento, os edifícios industriais e os conjuntos, a sua expressão quantitativa é ainda pouco relevante no conjunto (quadro 1).

Finalmente, a leitura da incidência regional permite assinalar diferenças significativas entre os municípios no que concerne ao número de bens protegidos, apesar de quase todos os municípios aparecerem no início do século XXI representados na lista do património classificado. «Esse padrão territorial, contudo, pouco se alterou desde 1910; comparando a distribuição dos bens imóveis classificados em diferentes momentos do século, o que constatamos é que foi sobretudo a quantidade do património protegido que variou e não tanto a sua incidência territorial, donde que sejamos levados a concluir que – embora ambas as razões estejam sempre presentes – as causas dessa diferenciação residirão mais na própria distribuição dos elementos patrimonializáveis do que no conhecimento que deles se tem» (*idem*: 312).

Neste domínio seria interessante uma análise que partisse de uma base de igualdade estatística e considerasse o significado dos imóveis classificados em relação ao número de edifícios de cada município, critério que nos parece mais aceitável para interpretar a expressão territorial do património classificado.

Em síntese, a defesa e a valorização do património cultural são preocupações assumidas nos textos jurídicos, nos compromissos políticos e no teor doutrinário das mais importantes instituições (internacionais, europeias e nacionais) nomeadamente com responsabilidade nos campos do ordenamento, urbanismo, cultura e ambiente. A paisagem destaca-se como um excelente quadro de análise do modo como essas preocupações atravessam a gestão do território e os caminhos do desenvolvimento.

3.3 Património, paisagem e cultura: algumas propostas de interpretação e de participação

O património, recurso endógeno para o desenvolvimento (DOWER, 1998; CARVALHO, 2002-a), pode ser utilizado segundo a sua dimensão cognitiva (FILIPE, 1998), centrada na identificação, interpretação e estudo do território, cruzando-se assim com o campo de trabalho da (nova) museologia, e desta forma constituir um meio de

divulgação dos valores culturais e uma excelente forma pedagógica de motivar a consciência colectiva para a problemática da sustentabilidade do desenvolvimento (CARVALHO, 2002-b).

3.3.1 Ecomuseus: a paisagem como matriz cultural

A renovação do panorama museológico nos últimos trinta anos reflecte a componente mais dinâmica inerente ao (novo) conceito de museologia centrado na sua projecção no espaço exterior. Neste particular e nos últimos anos, destaca-se o MINOM (*International Movement for a New Museology*), um dos grupos de trabalho do ICOM (*International Council of Museums*). As suas diferentes formas de expressão (museus de comunidade, ecomuseus e museus integrais) contribuíram de forma decisiva para a renovação conceptual e das práticas museológicas (formas diferentes de actuar em museologia).

O conceito actual de museu, segundo o ICOM, assenta na seguinte ideia: «A museum is a non-profit making, permanent institution in the service of society and of its development, and open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits, for purposes of study, education and enjoyment, material evidence of people and their environment» (*ICOM Statutes*, 2002, Art. 2º).

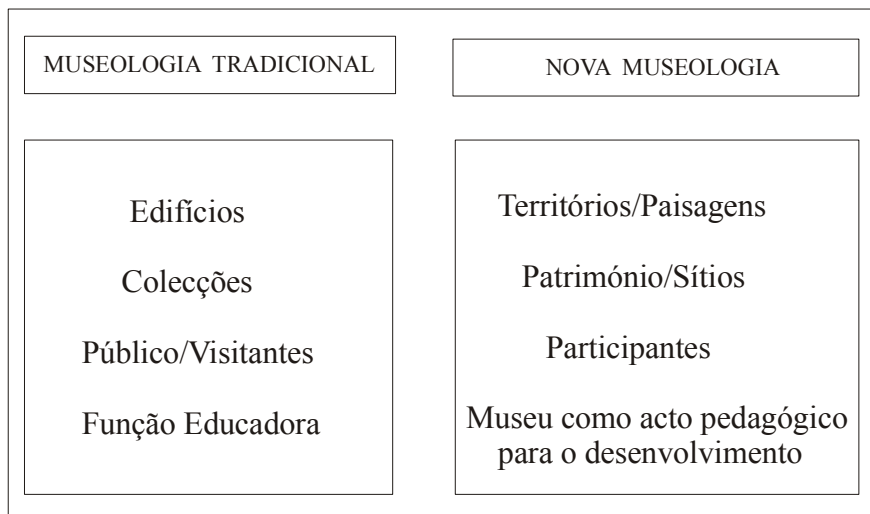
Relativamente às perspectivas neo-museológicas importa conhecer os seus traços mais visíveis de ruptura com os princípios da museologia tradicional.

Como explica PRIMO (1999) a “Museologia Tradicional” é aquela que se exerce dentro de um edifício, com uma colecção, para um público determinado, exercendo uma função educadora (educação formal), enquanto a “Nova Museologia” é exercida dentro de um território, trabalhando o património cultural com uma comunidade participativa (figura 10). O alargamento da noção de património; a valorização e o papel central da paisagem enquanto matriz cultural; a abertura dos museus aos mais novos e a preocupação de os tornar espaços de fácil e didáctico contacto com o passado; a forma dinâmica, agradável, aliciante de expor peças e materiais, com um fio condutor no percurso do visitante; a investigação da realidade cultural do território numa perspectiva de interdisciplinaridade, e o envolvimento das populações num processo conducente à sua promoção são as características mais expressivas dessa ruptura com os cânones da museologia tradicional.

Os esquemas conceptuais e a prática ecomuseológica são indissociáveis do pensamento e da actividade pioneira desenvolvida por Georges-Henri Rivière, nomeadamente a criação dos parques naturais franceses (CARVALHO, 2003-b). Mais do que túmulos

nos quais se fossilizavam os objectos de arte, ou depósitos de peças misturadas entre si, normalmente segundo critérios decorativos e estéticos, o grande mestre RIVIÈRE (1989) pensava que os museus deviam ser fontes vivas de cultura, testemunhos das civilizações.

Segundo PESSOA (2001), o conceito de parque natural (com origem na Alemanha, no final da década de 20 do século passado) procura preservar certos aspectos de algumas regiões rurais onde se mantinha uma relação harmoniosa das acções humanas, protegendo pontualmente alguns aspectos mais significativos da flora e da fauna e tentando manter actividades tradicionais da população que estavam na origem da paisagem criada. Recordamos que anteriormente tinham surgido na Escandinávia os museus ao ar livre, reconstituindo aldeias características e mostrando actividades tradicionais das populações nórdicas, que evoluíram rapidamente para novos padrões da sociedade tecnológica moderna (CARVALHO, *op. cit.*). Por outro lado, no final do século XIX e início do século XX, as preocupações de conservação da natureza, centradas na preservação das espécies animais e vegetais ameaçadas pelo desenvolvimento da sociedade industrial, conduziram ao aparecimento dos parques nacionais, primeiro na América (o famoso Parque Nacional de Yellowstone, declarado área protegida em 1872), depois em África e mais tarde na Europa (como aconteceu em Espanha, no Parque Nacional de Ordesa, em 1918), uma espécie de santuários da natureza, estritamente biológicos, ao contrário do parque natural.



Fonte: Adaptado de PRIMO (1999); publicado em CARVALHO (2003-b: 211)

Figura 10 – Museologia tradicional e nova museologia

Mas é através da evolução dos parques naturais, que em França adquirem a sua melhor expressão como instrumentos de ordenamento do território e de pedagogia do ambiente, que se consolidam as ideias de Rivière sobre o ecomuseu, conceito que, no entanto, só apareceu em 1971 – na conferência geral do ICOM, em Grenoble – graças a Hugues de Varine Boham, sucessor de Rivière na direcção desse organismo (fundado em 1946), e que, dessa forma, designou a concepção museológica evolutiva através da qual se revela a natureza e a evolução do homem no território onde vive (PESSOA, *op. cit.*).

Ecomuseu, segundo Rivière, não tem uma definição acabada nem uma expressão fixa, pois varia com a dinâmica dos próprios ecossistemas e das sociedades humanas que neles se integram. «C'est un miroir où une population se regarde pour s'y reconnaître, où elle cherche l'explication du territoire auquel elle est attachée, jointe à celle des populations qui l'y ont précédée dans la discontinuité ou la continuité des générations; un miroir que cette population tend à ses hôtes, pour s'en faire mieux comprendre, dans le respect de son travail, de ses comportements, de son intimité... C'est une expression de l'homme et de la nature...» (RIVIÈRE, *cit. por AMIROU, op. cit.*, 45.).

Assim, o ecomuseu revela a história do território, a sua formação geológica, os dramas tectónicos da sua origem, o aparecimento e a evolução dos ecossistemas naturais; depois, o homem através do tempo, com as suas técnicas, os seus utensílios, a sua cultura, até aos nossos dias. Do ecomuseu, das suas salas de exposição novas e dinâmicas partem os percursos de descoberta da Natureza e do Homem, por onde os visitantes poderão admirar e aprender “in loco” o que o museu lhes ensinou (PESSOA, *op. cit.*). Uma série de actividades completam o ecomuseu, que envolve desde o início a participação activa da população (quer através da cedência de peças para as exposições quer trabalhando nas diferentes estruturas que funcionam no seu âmbito, como sejam as oficinas artesanais), a que, na realidade, se destina em primeiro lugar.

Desta forma, se revelam as componentes fundamentais do ecomuseu: o museu do tempo e o museu do espaço; o primeiro é o palco do relato cronológico da génese e da evolução da paisagem, através de peças seleccionadas para estabelecer o fio condutor do museu; o segundo, tradução espacial dos ensinamentos do museu do tempo, envolve os valores autênticos e originais da cultura e natureza em contexto próprio, afinal, toda a região em causa.

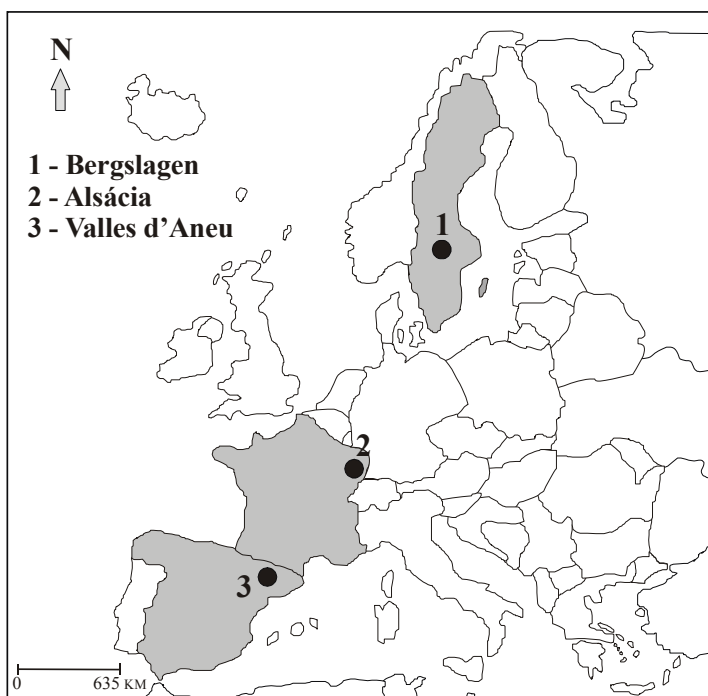
A evolução do conceito francês écomusée colocou em evidência a crescente dificuldade em envolver todos os pressupostos enunciados e os contextos definidos pelos seus teorizadores (HUDSON, 1996), nomeadamente a componente de participação activa e quotidiana da população. PESSOA (*op. cit.*), reconhecendo as dificuldades em

aplicar a designação de ecomuseu (no sentido original), sugere a vantagem de utilizar o conceito de “museu de interpretação da paisagem”.

Contudo, grande parte dos seus traços inovadores – como sejam o envolvimento do território, do património, da população, segundo uma perspectiva de partilha de poderes, e a «(...) ideia de realçar os valores locais dentro de uma perspectiva de cultura integrante de todos os valores (a cultura como uma vivência global integrada)» (JORGE *et al.*, 2001: 56) – assumiram foros de importância e percorreram diferentes formas de expressão na nova museologia, em vários continentes e em latitudes diferentes.

3.3.1.1 Distribuição geográfica: exemplos a várias escalas

Na Europa podemos assinalar, a título de exemplo, os ecomuseus de Bergslagen (Suécia), Alsácia (França) e Valles d’Aneu (Espanha) – figura 11.



Elaboração própria

Figura 11 – Ecomuseus na Europa: os exemplos de Valles d’Aneu, Alsácia e Bergslagen

As iniciativas ecomuseológicas suecas apresentam particularidades próprias, que as distinguem do sentido original do conceito francês (HAMRIM, 1996), e revelam

também a influência de anteriores iniciativas como, por exemplo, o primeiro “open-air museum” da história industrial, fundado por Karl-Erik Forsslund, em Ludvika, no ano de 1938. O contexto político e cultural do país foi favorável ao processo de descentralização das actividades museológicas. Nos anos 70 surge a figura do “museu-fundação” como organização abrangente (do tipo *umbrella*) para diversos pequenos museus, sítios e colecções, que afinal servirá de modelo ao chamado “ecomuseu escandinavo” (HAMRIN, *op. cit.*)

O *Ekomuseum Bergslagen*, localizado a cerca de duas centenas de quilómetros a ocidente de Estocolmo, é uma iniciativa de base intermunicipal alicerçada no turismo cultural, na valorização das paisagens e no reforço da identidade regional, centrada num espaço “rural” com remota e profunda tradição mineira (cobre, prata e, sobretudo, ferro). Está repartido por uma área de 7500 km², envolvendo sete municípios e meia centena de sítios. Percorre as margens setentrionais do *Läke Malar* até às regiões de *Dalarna* e *Västmanland*, no velho coração industrial da Suécia. Minas, fundições, ferrarias, centrais de energia, casas de trabalhadores, mansões dos antigos proprietários das fundições, aldeias, e muito mais da história de *Bergslagen* estão integradas neste projecto cultural, que foi também uma resposta ao declínio e crise da actividade mineira na região. Em 2000 contava com 1500 colaboradores voluntários, tendo acolhido mais de 500 mil visitantes. A colaboração com associações locais, fundações e outros actores é prática corrente do Ecomuseu que organiza igualmente cursos, viagens e seminários.

Localizado no Sul da Alsácia, entre *Colmar* e *Mulhouse*, o Ecomuseu da Alsácia assume importância nacional e europeia, pela forma como recriou o ambiente rural tradicional da Alsácia. Cerca de cinco dezenas de casas servem o objectivo de reconstituir atmosferas interiores e evocar temáticas (água, pesca, actividades artesanais). Animação diária com artesãos a trabalhar nas suas aldeias, animações excepcionais (como a recolha e secagem do tabaco, a festa das vindimas, as músicas e danças tradicionais), exposições e espectáculos, serviços de apoio (restauração e lojas de produtos artesanais e da terra, passeios de barco) completam o quadro de oferta de um espaço aberto ao público todos os dias do ano, e que também é escolha de empresas e colectividades para a organização de seminários e reuniões de trabalho, colóquios, apresentação de produtos e exposições.

Por sua vez, o *Ecomuseu de Valls d'Àneu* desenvolve-se nas montanhas pirenaicas da Catalunha, entre Andorra e o Parque Nacional de *Aigues-Tortes*. Inaugurado em Junho de 1994, está aberto de 15 de Julho a 15 de Setembro, e o resto do ano apenas com visitas marcadas. Pretende ser uma reflexão sobre o tempo e o espaço, a partir de realidades diversas: a *Casa Gassia* (casa agropecuária típica de Oitocentos, em *Esterri*); a

serração hidráulica de *Alós d'Isil* (antiga serração tradicional, totalmente restaurada e em funcionamento); o conjunto monumental de *Son* (igrejas emblemáticas do Românico); o mosteiro beneditino (séc. XII) de *Sant Pere de Burgal* (em *Escalo*) e a central hidroelétrica de *Sant Maurice de Espot*.

No caso de Portugal (figura 12) é possível assinalar também algumas iniciativas (acções) e propostas neomuseológicas⁵² (ainda no campo das conjecturas e na fase de projecto, em elaboração ou em apreciação) – (CARVALHO, 2002-b; 2003-b).

O “Ecomuseu Municipal do Seixal” – designação assumida em 1983, um ano depois da Câmara Municipal do Seixal ter instituído o Museu Municipal – define-se como instituição cultural que assegura, de forma permanente, no território que contextualiza o actual município (localizado na margem sul do estuário do rio Tejo), com a participação da população, as funções de investigação, de conservação e de valorização dum conjunto de bens naturais e culturais, representativos das relações do homem com o meio, crescendo ou construindo-se a partir de memórias preservadas e da activação de memórias junto dos indivíduos e da sociedade, numa dinâmica de desenvolvimento local (FILIPE, *op. cit.*, cit. por CARVALHO, 2002-b).

Na génese da iniciativa (a primeira deste género concretizada em Portugal) estão as profundas alterações da paisagem, da ocupação do solo, do tecido económico e social decorrente do processo de desindustrialização, intensa urbanização (ocupando antigas quintas e pinhais, e arrasando todos os testemunhos materiais de ocupação e utilização secular) e os fluxos migratórios internos para um sector da área metropolitana de Lisboa que oferecia habitação de custos mais baixos (NABAIS, 1998).

A estrutura territorial envolve um grupo de núcleos (ou antenas museológicas) e recursos museológicos (propriedade do município), tal como o núcleo sede, situado na Torre da Marinha, que integra uma área de exposição – o “Território, o Homem e a História” – e espaços de animação abertos regularmente ao público); o núcleo naval de Arrentela (antigo estaleiro naval dedicado à construção artesanal de modelos de barcos do Tejo); três embarcações tradicionais do Tejo, recuperadas, conservadas e reutilizadas como barcos de recreio; as instalações da antiga corticeira Mundet; a quinta da Trindade, imóvel de interesse público, onde estão instalados o serviço de museografia e o

⁵² Apesar do número de existências publicitadas (por exemplo através dos media e da internet) ultrapassar as referências que vamos realizar, a verdade é que certos contactos realizados com o objectivo de obter informação sobre projectos e/ou as iniciativas deste tipo mostraram-se infrutíferos: desde a ausência de resposta até respostas muito vagas e sem qualquer elemento válido capaz de fazer luz sobre o assunto. Sinais das fragilidades conceptuais ou do carácter virtual de alguns projectos?

laboratório de conservação e restauro; e o moinho de maré de Corroios, classificado como imóvel de interesse público, suporte de actividades ligadas à moagem de cereais e também um espaço onde decorrem exposições temporárias e outras actividades relacionadas com as temáticas de estudo e divulgação do ecomuseu. A Companhia de Lanifícios de Arrentela (fundada em 1855 e encerrada desde o início dos anos 90), a Sociedade Africana da Pólvora (com origem em 1898) e a igreja de Arrentela (exemplo relevante de arquitectura religiosa), representam outros pólos de interesse histórico, segundo a informação disponível no *site* do Ecomuseu.



Fonte: CARVALHO, 2003: 214; publicado em CARVALHO (2003-b: 214)

Figura 12 – Alguns projectos e iniciativas ecomuseológicas em Portugal

Por sua vez, o “Ecomuseu Rural das Serras do Algarve” é uma estratégia integrada de desenvolvimento para o interior do Algarve, idealizada e implementada pela “Associação In Loco”, com o objectivo de promover a valorização dos patrimónios cultural e natural e das práticas do mundo rural algarvio, e, assim, contribuir para a melhoria das condições de vida da sua população e para o ordenamento do seu território. O turismo sustentável é entendido como fio condutor capaz de ligar as perspectivas cultural e ambiental.

Os “Centros de Descoberta do Mundo Rural”, no concelho de Tavira, em plena Serra do Caldeirão, são disso exemplo. Trata-se de antigas escolas primárias, recuperadas

e transformadas em unidades de apoio ao Turismo Ambiental em Espaço Rural pela Câmara Municipal de Tavira. Através de um protocolo de cooperação entre a autarquia e a “Associação In Loco”, o Ecomuseu assumiu em 1999 a gestão dos Centros e a coordenação das actividades e passou a envolver as populações locais no acolhimento e orientação dos visitantes e na manutenção e serviços de alojamento nos Centros.

A inovação da iniciativa, para além da abrangência territorial (supra-municipal), decorre da ideia de articular, integrar e dar coerência global às situações existentes no interior algarvio, onde decorram acções concretas, no âmbito das perspectivas anunciadas, por parte de agentes locais, públicos e privados.

Na Cordilheira Central assinalamos o projecto de criação de um ecomuseu no contexto do Parque Natural da Serra da Estrela, inovador em Portugal, idealizado pelo arquitecto paisagista Fernando Santos Pessoa, na segunda metade dos anos 70, quando exerceu funções de responsabilidade no organismo que tutelava as áreas protegidas. O “Ecomuseu da Serra da Estrela” revela a influência das linhas estruturais teorizantes da concepção europeia de parque natural e do conceito ecomuseológico francês.

Fernando Pessoa procurou que os parques naturais portugueses fossem experiências-piloto de desenvolvimento sustentável, e de reforço dos valores culturais das paisagens. As características apontadas vinham colocar este projecto no âmbito que teorizadores da matéria, como Hugues de Varine ou René Rivard, viriam a considerar como uma primeira geração ou categoria de ecomuseus (GOUVEIA, 2001). O projecto reuniu uma equipa multidisciplinar de reputados investigadores universitários portugueses e contou com a orientação e a colaboração estreita do próprio Rivière. Apesar do trabalho realizado (e hoje são reconhecidos os efeitos positivos das medidas de promoção e apoio dos produtos originais de elevada qualidade, de que é exemplo o queijo da Serra da Estrela), o projecto não teve continuidade, segundo o próprio, pelo facto de a política de ambiente e dos parques naturais em Portugal mergulhar nas ideias conservacionistas que defendem a protecção biológica das espécies no esteio da conservação da natureza.

Mais tarde, reconhecendo que o contexto sócio-cultural e paisagístico dos parques naturais portugueses, após duas décadas de profundas alterações, não permitia aplicar mais o conceito original de ecomuseu (e em resposta ao pedido de elaboração de um estudo destinado a uma maior dinamização da museologia nas áreas protegidas portuguesas), o referido autor desenvolveu a concepção inovadora de “museus de interpretação da paisagem”, na génese de uma proposta de rede museológica nacional.

No plano das realizações assinalamos o chamado “Ecomuseu do Zêzere” (inaugurado no dia 26 de Abril de 2001). Trata-se da concretização de um projecto, da

autarquia de Belmonte, que data dos meados dos anos 90, e que contou com o apoio financeiro do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Empresa Portuguesa das Águas Livres (EPAL), Electricidade de Portugal (EDP) e Ministério do Ambiente. Instalado na Tulha dos Cabrais (edifício reabilitado para o efeito), no centro da vila de Belmonte, o “Ecomuseu do Zêzere” é inspirado na geografia física e humana e nos problemas que gravitam em torno do rio Zêzere, em especial na sub-região da Cova da Beira, sob a forma de uma exposição permanente, envolvendo diversos meios (audio-visuais, maquetas, aquários), de grande valor pedagógico.

Por seu lado, o “Ecomuseu da Serra da Lousã” corresponde a uma iniciativa da Câmara Municipal da Lousã (entidade que também idealizou o projecto), em execução desde o último trimestre de 2000 (quadro I). Pretende constituir uma rede articulada de espaços com particularidades próprias: as aldeias de xisto; o núcleo de pintura serrana; o núcleo de gastronomia e doçaria regional (fotografia 1) – edifício construído de raiz, inaugurado no final de 2001; os núcleos sede e de investigação (ambos em fase de intervenção urbanística em 2004, mediante reconstrução e ampliação de edifícios pré-existent); fornos de (cozer) telha; moinhos de água; lagar de azeite e casa “serrana” (na aldeia do Candal, imóvel recuperado com o apoio do LEADER II) são disso exemplo. O seu outro propósito é desempenhar as funções principais de «investigação, conservação, valorização do património e desenvolvimento local» (CML, 2000), no quadro da matriz territorial do município.

«As linhas de acção para o desenvolvimento do projecto alicerçam-se no estabelecimento de uma rede sustentada de parcerias, com entidades públicas e associações locais» (CML, *op. cit.*). As actividades a desenvolver estendem-se a outras áreas, tais como: criação de circuitos pedestres temáticos; promoção de produtos típicos da Serra da Lousã; edição de publicações.

Importa sublinhar que o calendário inicialmente previsto sofreu atrasos e alterações, por razões conjunturais, mas também estruturais. Se as primeiras decorrem das dificuldades económicas das autarquias em assegurar a sua participação financeira em projectos (mesmo comparticipados pela União Europeia), as razões estruturais prendem-se com o ajuste que este tipo de projecto conhece ao longo do tempo por influência de investigadores e técnicos, seja por iniciativa própria do promotor, seja em resultado das exigências e garantias para aprovação do financiamento em sede do III QCA que, assim, concorrem para a abertura do projecto à participação de especialistas.

Em nosso entender, o papel de uma equipa técnica multidisciplinar, a quem caberá a definição das grandes questões de funcionamento da iniciativa bem como a

implementação e acompanhamento da mesma, é condição necessária para o sucesso deste tipo de iniciativa, como também seria benéfico que esta lógica tivesse acompanhado o quadro de estruturação e preparação do projecto (CARVALHO, 2001). De facto, a utilização e a dinamização dos espaços a integrar no Ecomuseu exigem planeamento e afectação de recursos humanos. De outra forma, estaremos perante sítios e espaços sem função, fechados ou semi-moribundos, como acontece actualmente com alguns edifícios – património municipal – que permanecem encerrados e sem utilização. Outra questão pertinente é a da escala territorial de intervenção (CARVALHO, *op. cit.*)

Em resumo, a valorização do património (natural e cultural) e das paisagens de elevado valor cultural, fundamental para a sustentabilidade dos territórios e das populações, quando assumida pela política cultural, pode desempenhar um papel destacado na preservação e activação das memórias e identidades, e assumir também significado estratégico na perspectiva da educação ambiental (ANDRESEN, *op. cit.*) e patrimonial.

Em Portugal, destaca-se, neste contexto, a intervenção cultural dos municípios (e também de algumas associações de desenvolvimento local) na génese de projectos e iniciativas museológicas, com objectivos de investigação, salvaguarda e divulgação do património cultural (e natural), no quadro de uma prática museológica tendencialmente activa e participativa.



Fotografia 1 – Núcleo de (gastronomia e) doçaria do Ecomuseu da Serra da Lousã

Com efeito, o papel das autarquias no contexto museológico português reintensificou-se nos últimos anos, sendo esta uma das facetas de afirmação do poder local como instância de construção cultural da sociedade. Os últimos elementos estatísticos sobre os museus em Portugal, nomeadamente os que resultam do “Inquérito aos Museus em Portugal”, trabalho conjunto do Instituto Português de Museus (IPM) e do Observatório das Actividades Culturais (OAC), permitem concluir que, em 1999, dos quinhentos e trinta museus existentes em Portugal cerca de 35% estavam sob a tutela da administração local (dos quais 90% estavam sob alçada das câmaras municipais).

3.3.2 Parque cultural e “território-museu”: defesa, fruição e interpretação de valores culturais e naturais

As pontes entre o património, a paisagem e a cultura manifestam-se, também, através de outro tipo de propostas conceptuais. A preservação da memória do território tem levado alguns autores a defender projectos e realizações no âmbito dos parques culturais.

BARATA e MASCARENHAS (2002) advertem para a possibilidade de valorizar estruturas patrimoniais, históricas e naturais, numa perspectiva que obedece a critérios diferentes dos usualmente considerados em Portugal, promovendo formas de defesa, ordenamento e fruição de um conjunto de bens, na sua generalidade pouco conhecidos. Estes investigadores do Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos da Universidade de Évora apresentam o projecto (na fase de estudo e concepção) de criação do parque cultural de Tourega/Valverde (situado nos arredores de Évora).

A criação dos parques culturais insere-se no movimento dos últimos anos, que ocorre nos países mais desenvolvidos, no sentido da criação de parques temáticos, de que os parques ecológicos e ecomuseus são exemplo (*idem*, 17), muitas das vezes com apoios no âmbito de políticas de reanimação e requalificação de áreas rurais deprimidas. Este movimento é também o resultado, nos atrás citados países, «do crescente interesse que a sociedade tem atribuído a tudo o que é cultura, de que são exemplo o turismo rural, os grandes projectos de recuperação do património e o desenvolvimento das indústrias de cultura» (*idem, ibidem*).

Nas palavras de TELLES (2002: 9) a figura de parque cultural persegue o objectivo de «defesa de um significativo arquivo histórico e biológico bem como estético», e responde aos «propósitos museológicos e pedagógicos, não apenas como refúgio cultural, mas também como “laboratório” que proponha soluções para um ordenamento coerente que considere as potencialidades naturais e culturais do território».

BARATA e MASCARENHAS (*op. cit.*, 10) partem da constatação de que as questões do património e do ambiente são marcadas por ineficácia, tal como acontece com a gestão territorial que revela a ineficácia das regras e dos instrumentos de intervenção desenhados no quadro jurídico do ordenamento do território. De igual modo, entendem que é difícil aceitar o abandono, a degradação e quantas vezes a destruição do património, como acontece, talvez com mais nitidez, no interior do país. «Assim, ao envelhecimento, desertificação e empobrecimento das populações, ainda vemos juntar-se a perda das suas raízes e das suas memórias».

A noção de parque cultural pretende ser um instrumento de gestão do território que contribua «não só para a revitalização das áreas rurais deprimidas, como também para a preservação dos principais valores patrimoniais edificados e naturais, em especial dos mais frágeis e que estão mais expostos aos riscos de deterioração e desaparecimento.

Na perspectiva dos investigadores, o projecto de parque cultural afasta-se dos mecanismos restritivos e de musealização tradicional, pois aponta para uma lógica de promoção e conservação, de forma articulada, dos valores patrimoniais – construídos e naturais – e de novas possibilidades de educação ambiental e patrimonial. Por outro lado, a ligação ao ordenamento do território decorre em boa parte da «promoção e protecção ambiental, visto que o parque cultural implica uma atitude que não se esgota na acção tradicional do Estado. Agora, a presença do cidadão passa a ser uma exigência, ganhando um valor insubstituível.

Em síntese, a criação de um parque cultural como instrumento de intervenção, enquadra-se, como já se referiu, «numa lógica de ordenamento do território, em que se procuram valorizar aspectos múltiplos relacionados com a cultura, com objectivos museológicos, pedagógicos, científicos, lúdicos e turísticos» (*idem*, 18). Pressupõe também novas formas de promoção e protecção ambiental e de gestão do património, ultrapassando as perspectivas conservacionistas e restritivas anteriores, ao mesmo tempo que sensibiliza o cidadão para os problemas do património e o envolve na gestão dos bens, cuja maior parte não possui qualquer estatuto de protecção.

Por sua vez, o conceito de “território-museu” foi apresentado por MIRÓ ALAIX e PADRÓ WERNER (2001) e enquadra-se também na discussão acerca do papel que o património deve desempenhar na sociedade actual, e qual a função da interpretação do património. Os autores têm reflectido sobre os modelos de valorização do património no quadro da Península Ibérica. Partindo da constatação de que uma das principais questões relacionadas com o património se prende com a alteração dos seus usos e, em consequência disso, com a transformação do seu valor simbólico, social e cultural, e reconhecendo

que a ocupação do território aparece como um dos grandes conflitos actuais, os autores apresentam exemplos de três modelos de abordagem relativos ao valor do património:

1. O modelo “fazer tábua rasa do passado” parte da ideia de que o crescimento e o desenvolvimento do território não podem ser hipotecados pelos vestígios do passado que perderam a sua utilidade; neste cenário, o que não serve pode ser aniquilado.

Muitas áreas costeiras exemplificam este modelo de desenvolvimento, assente em práticas de “terra queimada” e destruição de recursos. O património, quando muito, chega a ser considerado um elemento decorativo.

2. Existe um segundo modelo que os autores denominam “jóia da coroa”, pois a valorização do património assenta numa óptica de prestígio. Este modelo, muito utilizado, implica uma visão estreita e antiquada do património. Por exemplo, se se pretende desenvolver o turismo cultural num centro histórico, elege-se o monumento mais conhecido e famoso e actua-se sobre ele, sem ter em conta o seu contexto social.
3. Finalmente, existe um terceiro modelo que os autores baptizam de “terra incógnita”, expressão latina utilizada pelos cartógrafos para designar aqueles territórios cuja existência se supunha mas que não tinham ainda sido explorados. “Terra incógnita” é uma metáfora que ilustra a vocação de explorar novas vias de conhecimento do território, quer dizer, o intuito de descobrir novos valores na relação com o território que habitamos e exploramos, desde uma perspectiva sustentável de desenvolvimento.

Ligado a este terceiro modelo, os autores desenvolvem o conceito de território-museu”. Este conceito, herdeiro dos princípios originais dos ecomuseus franceses e da tradição anglo-saxónica da interpretação do património, parte de uma reflexão prévia sobre os valores que o património pode oferecer à sociedade contemporânea, e assume o objectivo de conceber o território como espaço vivo da memória, de uma memória que deve ser conhecida pelos actuais herdeiros e deve ser acessível a todos aqueles que sintam curiosidade em conhecê-la.

O “território-museu” tem um duplo significado. Por um lado, é aplicado num sentido físico, para designar um espaço de consumo cultural que se manifesta como um grande museu ao ar livre aberto e habitado, em contínuo movimento e transformação, composto de centros de interpretação, monumentos, itinerários sinalizados. Ao invés de muitos museus ao ar livre, o “território-museu” não está situado num recinto de uso exclusivo (delimitado por uma barreira física), embora pretenda integrar a vida quotidiana

do território e dos seus habitantes. Portanto, é fundamental facilitar ao utilizador (seja visitante ou residente) os instrumentos que o ajudarão a situar-se, a ver e a aprender aquilo que o território oferece. Por outro lado, e esta é a novidade metodológica mais importante, é utilizado para designar uma “estrutura organizativa” capaz de liderar um «processo de desenvolvimento sustentável, responsável pela gestão do uso do património e dedicada à aplicação de uma estratégia de interpretação do território cuja elaboração deve ser o aspecto metodológico central de qualquer projecto de valorização do património» (*idem*: 39). Como espaço de lazer cultural, o “território-museu” serve para articular, sob um quadro conceptual comum, o conceito-chave de interpretação, as diferentes temáticas e os recursos presentes em todos os territórios.

Os citados autores entendem que este conceito «puede ser especialmente atractivo en una propuesta que difundir la idea de “marca-territorio” en diferentes mercados (ocio, turismo, cultura, gastronomía...) al permitir optimizar el conjunto de servicios y productos ofrecidos por el territorio, posibilitar una mayor competitividad de los agentes económicos del territorio ligados a estos mercados y priorizar el tipo de inversiones a realizar. Para que ello sea posible, debemos caminar hacia un modelo de presentación del territorio relacionado con una idea integral de paisaje y de respecto al mismo, que cuente con los testimonios originales (ya sean tangibles o intangibles), que utilice las construcciones existentes, es decir, los lugares de la memoria» (*idem, ibidem*). Para “dar corpo” ao projecto é necessário criar os equipamentos básicos em relação aos elementos patrimoniais, e promover os serviços que sejam úteis, necessários ou interessantes na configuração da experiência global do utilizador do “território- museu”, como o transporte, os alojamentos e restaurantes e o comércio.

Trata-se, em resumo, de mais uma proposta de interpretação dos recursos culturais e naturais de forma descentralizada, especialmente orientada para as áreas rurais, que parte da percepção do património no seu contexto original. A aplicação da metodologia do “museu-território”, pressupõe a «implementación de unas políticas de desarrollo sostenible, y la creación de unos mecanismos de gestión que permitan, de una manera eficaz, la participación de la sociedad civil y de los agentes económicos en los procesos de ordenación del territorio» (*idem*: 41).

3.4 Dos lugares às redes: novas perspectivas de (des)envolvimento

Nos últimos anos aparecem projectos e/ou iniciativas frequentemente ancoradas a recursos patrimoniais que têm em comum a preocupação de articular diferentes lugares/ territórios e induzir neles dinâmicas de desenvolvimento.

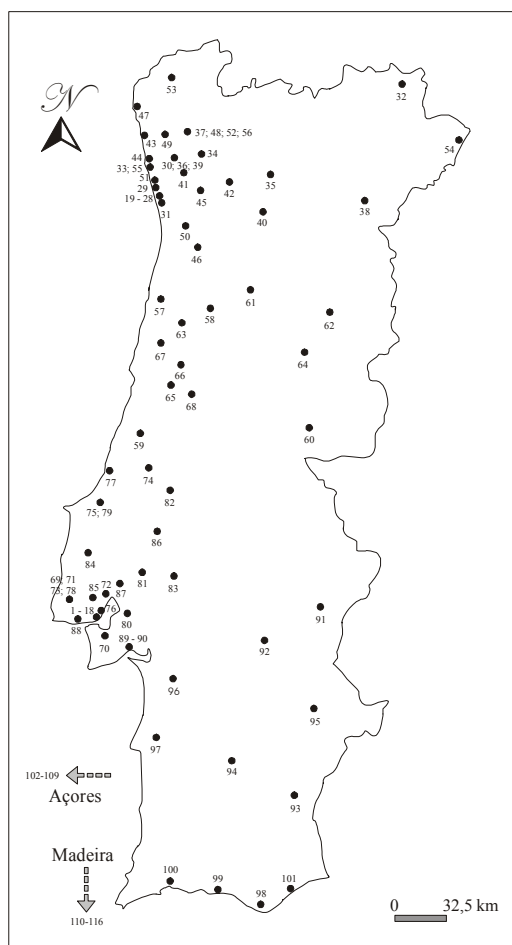
O conceito de rede é entendido «como um conjunto de elementos (nós e conexões) “em construção”, cuja finalidade, embora mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais rectificações» (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO *et al.*, 2002: 27).

Trata-se, portanto, de um conceito ordenador e coordenador, e de um processo que envolve elementos em interacção. A rede desenvolve-se de um modo flexível, contrariando as estratégias de integração vertical e de controlo hierárquico dos recursos e, por isso, o diagrama das suas relações internas não alinha ou atenua bastante uma matriz de natureza hierarquizada (arborescente ou linear).

Independentemente do contexto de análise (científico, empresarial, militar ou outro), a ideia de formular propostas compatíveis com uma estrutura em “rede” ganhou expressão nos últimos anos. No seio de uma dada organização funcional e territorial, a “rede” convoca temas ou ligações como o património (na amplitude das dimensões natural e cultural), os museus e acontecimentos históricos, entre outros. Por isso, os “nós” podem ser unidades museológicas, sítios, territórios, lugares – para referir apenas alguns exemplos.

Relativamente aos museus portugueses, e depois de algumas décadas marcadas por tentativas isoladas e descontínuas para ordenar o tecido museológico nacional, e perante uma realidade museológica em que foram identificadas mais de 500 entidades que reclamam a designação de museu, o Instituto Português de Museus (IPM) considerou indispensável uma reforma. Era necessário reunir essas entidades numa estrutura funcional, através de um documento programático que seria uma solução «museológica invulgarmente adequada para reunir instituições muito diversas, através do enfoque em elementos essenciais como a memória, a colecção e a transferência de património cultural, em vez da opção por um sistema que as ordene em função do tamanho, da geografia, da temática» (AGREN, 2002: 21). A rede daí resultante – “Rede Portuguesa de Museus” (RPM) – pretende englobar toda as entidades que tenham essas características museológica básicas (figura 13 e quadro II). «A opção pelo conceito de rede – além de estar em conformidade com a rede de bibliotecas e arquivos já existente – realça também a importância central da comunicação» (*idem, ibidem*). Procura-se tirar partido da electrónica, que por via da instantaneidade e simultaneidade globais, oferece novas e fantásticas condições de eficácia no âmbito das ligações em rede. Participação, cooperação e partilha de informação e conhecimentos são, então, a nova expressão dos objectivos de tornar úteis e atractivas as instituições (como os museus) – principalmente pela sua diversidade.

Neste contexto enquadra-se a ideia defendida por RAPOSO (2002: 91-92), segundo a qual a viabilidade futura dos museus está também intimamente dependente da capacidade que demonstrem em criar, alargar e manter vivos sistemas de organização em rede e experiências de parceria – quando se discute o futuro dos “museus - não lugares”, o papel dos museus virtuais, e se afirma a importância da conservação (e do património) *in situ* (BRITO, 2003).



Elaboração própria (com base em Instituto Português de Museus, 2004)

Figura 13 – Rede Portuguesa de Museus (2004)

Por outro lado, segundo DOWER (*op. cit.*) vários elementos do património integram-se facilmente em itinerários turísticos ou circuitos temáticos. Assim, os cami-

nhos de peregrinos (como os de Santiago de Compostela em Espanha), mas também os caminhos-de-ferro a vapor (muito populares no Reino Unido, em França e na Bélgica), os canais e vias navegáveis que contam à sua maneira a história de numerosas regiões, as rotas do vinho, da lã, entre outras, são outros tantos meios para integrar diferentes elementos do património das regiões percorridas.

Os “Itinerários do Património” configuram um exemplo, com carácter vincadamente turístico (turismo em espaço rural). Trata-se de uma rede regional de sítios naturais e culturais dotados de uma identidade específica, que abrange duas regiões rurais da Europa Central e Oriental: *Dolenjska/Bela*, na Eslovénia, e *Dobroudja*, na Bulgária. Iniciados e postos em prática na segunda metade dos anos 90, os “Itinerários do Património” beneficiaram do apoio financeiro da Direcção-Geral XXIII da Comissão Europeia, assim como das autoridades regionais dos dois territórios-piloto abrangidos.

Na expressão de RICHARDS (1998: 106), «The development of thematic routes and itineraries has received a renewed impulse in recent years thanks to the discovery of cultural tourism as a major growth area in the European tourism market».

Com efeito, os grandes centros culturais urbanos (Paris, Roma, Londres, Veneza, Florença, Madrid, Praga, Barcelona, etc.) continuam a acolher um turismo constante e previsivelmente crescente.

Porém, em meados dos anos 80, desenvolveu-se um novo turismo cultural com o apoio do Conselho da Europa. Este turismo é o dos Itinerários Culturais e Rotas Temáticas, que são duas ferramentas fundamentais para estruturar o turismo cultural (LÁZARO RUIZ, 1998: 295). A identificação dos valores europeus e do património cultural comum pode concretizar-se através de itinerários culturais que retratam a história dos povos, das migrações, e a difusão das grandes correntes europeias: filosóficas, religiosas, culturais, artísticas, científicas, técnicas e comerciais. A escolha dos “Caminhos de Santiago de Compostela”, como primeiro itinerário cultural europeu, aliás, caminho altamente simbólico no processo da construção europeia, serviu de referência e de exemplo para as acções futuras. Estava lançada a semente para explorar caminhos reais e imaginários, onde se forjou, ao longo dos séculos, a identidade cultural europeia, na sua unidade e diversidade. Duas décadas depois, a lista dos “Itinerários Culturais” do Conselho da Europa excede duas dezenas de temas – Mozart, os Celtas, parques e jardins, as cidades europeias das grandes descobertas, o Humanismo, as festas populares são apenas alguns exemplos. Esses itinerários possibilitam projectos de cooperação nos domínios da pesquisa, da valorização patrimonial, da cultura e das artes, dos intercâmbios culturais

e educativos dos jovens, do turismo cultural na Europa e do desenvolvimento cultural durável (CARVALHO, 2004).

De acordo com a Resolução (98) 4 sobre os “Itinerários Culturais do Conselho da Europa” (adoptado pelo Comité dos Ministros em 17 de Março de 1998), os itinerários⁵³ organizam-se à volta de uma tema que, por fazer parte do programa, deve responder a uma série de critérios de elegibilidade (por exemplo, deve ser representativo dos valores europeus e ser comum a vários países da Europa). Por sua vez, cada tema é realizado através de projectos de cooperação multilateral em diferentes campos de acção (também estão definidos os domínios prioritários de intervenção), e os iniciadores dos projectos devem constituir-se em redes pluridisciplinares (estas também dependem de critérios pré-definidos).

Em síntese, podemos dizer que a nova oferta do turismo cultural possibilita o encontro entre o património e os visitantes, gerando recursos que servem de complemento aos rendimentos de muitas regiões rurais. De igual modo importa considerar as novas tendências do consumo cultural: contemplativo e participativo, vivencial. Assim, os itinerários turísticos e culturais surgem como um conjunto de traçados turísticos, em que é essencial desenhar e materializar acções de animação, difusão e promoção dos seus recursos nucleares e dar argumentos aos visitantes para permanecer alguns dias (MAYNAR AGUILAR, 1998).

Mas, acima de tudo, o que importa sublinhar é a ideia de criar vínculos entre os lugares (ou com os lugares por onde os viajantes passavam, como a Rota da Prata, o Caminho de Santiago, ou outros menos conhecidos), através de marcas de identidade. Os lugares (ou sítios) devem ser seleccionados em função de critérios que dêem coerência e unifiquem os diferentes pontos, de modo a que a rede a constituir represente mais do que a soma aritmética das suas componentes.

Relativamente a Portugal, podemos apresentar alguns exemplos desta nova forma de articular os territórios por via dos seus valores culturais relevantes.

⁵³ Existem três categorias de itinerários e respectivas menções: “Grande Itinerário Cultural” (organizado em torno de um tema pan-europeu, ancorado a uma diversidade de projectos em diferentes territórios europeus e suscitando cooperações, a longo prazo, em diversos campos de acção; “Itinerário Cultural” (organizado em torno de um tema com repercussão europeia limitado tanto do ponto de vista histórico como geográfico, e estruturado segundo um reduzido número de campos de acção); e, finalmente, a terceira categoria, designada pelo nome da operação (precedida pela explicitação “No quadro dos itinerários culturais do Conselho da Europa”), engloba projectos relativos a um dos temas dos itinerários, enquadrados num dos campos de acção e com um carácter pontual (COE, 2003).

O Instituto Português do Património Arquitectónico, através dos “Itinerários e Inventários Temáticos”, tem contribuído para a divulgação ou implementação deste tipo de estruturas. As propostas apresentadas pelo IPPAR abrangem quatro domínios:

1. “Património Industrial”, com os campos da manufactura (por exemplo a Real Fábrica de Panos da Covilhã), indústria (como a Central Tejo), estruturas sociais associadas (como, por exemplo, a residência de Guilherme e Diogo Stephens), infra-estruturas e obras públicas (Aqueduto das Águas Livres, Ponte Maria Pia, entre outros).
2. “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve”, centrados em onze sítios arqueológicos (entre os quais estão as ruínas de Miróbriga e o conjunto monumental de Mértola). Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pelo IPPAR, em articulação com as autarquias envolvidas e outras entidades públicas e privadas, que surgiu com «a necessidade de estabelecer condições para a salvaguarda e dinamização turístico/cultural de sítios arqueológicos, através da investigação, preservação, valorização e divulgação, e criar infra-estruturas de acolhimento do público e de interpretação dos sítios seleccionados» (IPPAR, 2003).
3. “Itinerários de Cister”, envolvendo nove conjuntos monásticos portugueses (entre os quais Santa Maria de Lorvão e Santa Maria de Alcobaça), segundo «um programa de acção que contempla intervenção de restauro, divulgação, sinalização e definição de circuitos integrados de visita (IPPAR, *op. cit.*).
4. “Circuitos Arqueológicos Antas de Elvas” (figura 14), repartidos por dois circuitos de visita, um ao longo das margens do Guadiana, outro em torno da aldeia de Barbacena, com cerca de duas dezenas de monumentos megalíticos classificados.

“A Rota de Escritores do século XX da Região Centro” é outro exemplo muito interessante de como a partir da literatura é possível valorizar património que não é apenas literário. Polarizada em torno de motivos simbólicos, a iniciativa lançada em 2002 pela Comissão de Coordenação da Região Centro, assume a dimensão de um projecto sócio-cultural, aproveitando as ligações entre os territórios e o universo da obra de determinados escritores que se tenham notabilizado. A concretização do projecto, estruturado segundo um processo de candidatura aberto às autarquias da região, resulta em práticas simbólicas e bens materiais duradouros. A primeira componente manifesta-se no lançamento simultâneo de exposições temáticas, originárias de cada núcleo local, centradas nos escritores seleccionados pelas autarquias (Afonso Lopes Vieira, Eugénio de Andrade, Miguel Torga, Fernando Namora, Carlos de Oliveira, Aquilino Ribeiro e Vergílio

Ferreira). Associado às exposições (com carácter itinerante), lançadas em Janeiro de 2003, está a componente editorial, com a publicação de roteiros e monografias consagradas aos escritores, entre outras iniciativas previstas e que envolvem também parcerias com outras entidades públicas (como, por exemplo, a Direcção Regional de Educação do Centro).



Fonte: IPPAR, 2000: 56

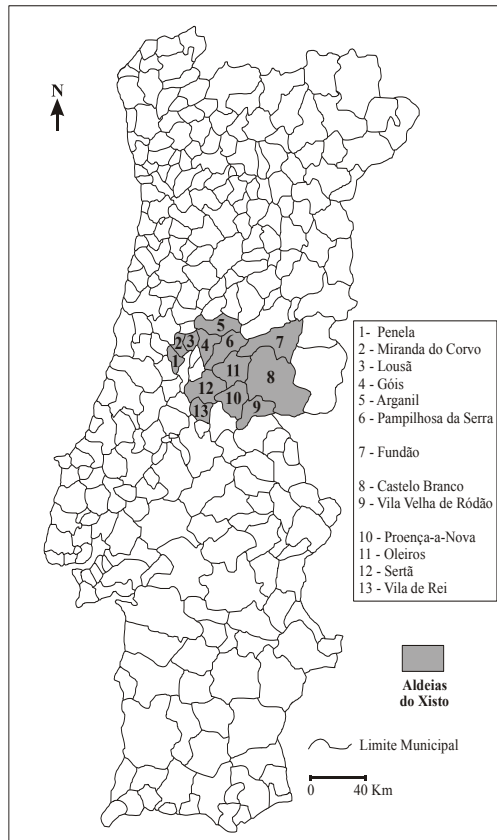
Figura 14 – Circuitos arqueológicos Antas de Elvas

Nesta armadura conceptual enquadra-se também um programa específico para as aldeias do xisto do Centro de Portugal (figura 15), de que resultará a constituição da “Rede de Aldeias do Xisto”, iniciativa pública integrada no Programa Operacional da Região Centro (2000-2006).

Trata-se da «requalificação de um conjunto de aldeias serranas⁵⁴ (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infra-estruturação com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico» (CCRC, 2001: 38). Os lugares serão integrados numa rede segundo um plano de desenvolvimento (turístico) integrado de

⁵⁴ Cerca de metade das candidaturas aprovadas, até 31 de Dezembro de 2002, diz respeito a aldeias da Serra da Lousã.

toda a região, do qual também fazem parte as estradas panorâmicas que ligam as aldeias e prevêem além de circuitos panorâmicos, parques de lazer e áreas de paragem com leitores de paisagem, miradouros. A linha de acção de enquadramento destas iniciativas, denominada “infra-estruturas e equipamentos de promoção das potencialidades”, contempla igualmente projectos, de modo a estabelecer uma rede de percursos activos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arquitectura tradicional, arqueologia), numa perspectiva integrada que promova a globalidade da região, a requalificação e o estabelecimento de novas praias fluviais, e o estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados, dispersos pelo território e preservados *in situ* (CCRC, *op. cit.*). Este exemplo merecerá oportunamente (na 2.ª parte do trabalho) análise aprofundada.



Elaboração própria

Figura 15 – “Programa das Aldeias do Xisto”: enquadramento municipal

Em síntese, esta reflexão centrada no património cultural, pretendeu mostrar a abrangência actual deste conceito, as preocupações relativas à sua salvaguarda e valorização, o significado de algumas propostas relacionadas com a interpretação e a aproximação do património aos cidadãos, assim como a participação dos territórios e das populações em redes alicerçadas em temas culturais/patrimoniais.

De igual modo, através de uma perspectiva complementar, importa sublinhar que a integração do património cultural nos processos de desenvolvimento territorial reflecte uma tipologia ampla e complexa de linhas de intervenção. A título de exemplo, destacamos o turismo cultural e ecológico (lugares, redes e itinerários), os museus (no espectro da velha e nova museologia), os parques temáticos, os eventos culturais, o marketing territorial e os estatutos de protecção e classificação de lugares. Esta diversidade tipológica é reveladora da plasticidade conceptual do património e da recente revalorização e recentralização do território no quadro teórico e operativo do desenvolvimento (na amplitude das políticas às intervenções).

No capítulo seguinte, discutem-se os caminhos actuais do desenvolvimento rural (reconhecido como um dos eixos estruturantes e prioritários das políticas de desenvolvimento territorial) e reflecte-se acerca da importância do turismo e da residência secundária enquanto motores da (re)descoberta de alguns desses territórios e dos seus valores patrimoniais e paisagísticos.

4. Os territórios rurais e as perspectivas de desenvolvimento na era pós-produtivista

«Fica justificada a “*prioridade essencial atribuída ao desenvolvimento rural*”, designadamente como elemento indispensável para o equilíbrio económico e social, como garantia do povoamento e da conservação e melhoria dos recursos e das paisagens e, ainda, para assegurar o equilíbrio entre os valores tradicionais e os predominantemente urbanos (...)».

António Simões Lopes (2003: 294), citando o PDR (1999: 111)

4.1 Nota introdutória

Ainda hoje, o conceito de rural suscita um conjunto de questões: qual o seu significado? Como se manifesta? Como se identifica? Devemos reter, desde logo, que a expressão apresenta uma inevitável conotação espacial. A leitura a partir da perspectiva económica e social permite evidenciar uma dupla dicotomia: agricultura/indústria e cidade/campo, que se explica em função dos modos de produzir e de viver (MATEUS, 2002).

A descontinuidade espacial entre a cidade e o campo, que em boa medida se estende até às primeiras décadas da centúria anterior, suscitou leituras centradas nesse antagonismo que, afinal, traduz uma dialéctica entre duas entidades distintas mas complementares.

Desde meados do século desenha-se um novo paradigma com base no *continuum* rural/urbano e na crescente dificuldade em estabelecer fronteiras e critérios de diferenciação entre ambos, que em grande parte decorre das novas relações e fluxos (população, actividades económicas, informação, etc.) entre os territórios, quando se cruzam o forte êxodo dos territórios rurais menos dinâmicos e atractivos e o movimento urbano centrífugo em busca de novos territórios (KAYSER, 1993; STOREY, 1999).

Nos últimos anos, alguns autores, como, por exemplo, CAVACO (1996), MCDONAGH (1998) e COSTA (1999), defendem que não estamos perante um *continuum* rural-urbano, mas sim em presença de vários *continuum* sobrepostos. Nas palavras de COSTA (*op. cit.*, 88), «em áreas com um fraco nível de urbanização e acessibilidade, mesmo os territórios que se encontram a uma curta distância da cidade podem ser territórios marginais/profundos. Esta situação é muito comum em regiões marginais, com fraca acessibilidade e onde a estrutura urbana se organiza em torno de um conjunto de pequenas e médias cidades com pouca influência regional».

Quanto aos critérios da diferenciação rural/urbano, diversos trabalhos revelam a utilização de múltiplos indicadores privilegiados por investigadores ou organismos

oficiais. Contudo, não existe uniformidade no que toca aos indicadores de diferenciação (MATEUS *op. cit.*). Por isso, encontramos diferentes tipologias conforme as entidades e os objectivos da investigação, embora os indicadores demográficos e económicos apareçam com mais frequência.

Em relação à Europa, a OCDE (1994), citada por MATEUS (*op. cit.*), classificou as regiões de acordo com a seguinte tipologia:

- Regiões essencialmente rurais;
- Regiões relativamente rurais;
- Regiões essencialmente urbanas.

As primeiras são as que apresentam mais de 50% da população a viver em comunidades rurais (menos de 150 habitantes/km²). As segundas têm de 15 a 50% da população residente em comunidades rurais e as últimas reflectem as situações em que menos de 15% da população vive em comunidades rurais.

No caso de Portugal, podemos referir a “Tipologia de Áreas Urbanas” apresentada em 1999 pelo Instituto Nacional de Estatística (trabalho que foi desenvolvido em colaboração com a Direcção Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano). Na abertura da publicação, os autores não escondem as dificuldades de identificação territorial rural/urbano, que justificam segundo dois factores principais: os limites físicos das cidades tornaram-se de delimitação problemática, e a multiplicidade de perspectivas e conceitos sobre a organização do território.

Os princípios base para a construção desta tipologia são os seguintes:

- A freguesia é a unidade geográfica de análise;
- As áreas urbanas são definidas a nível concelhio;
- As freguesias que integram uma área urbana têm que ter contiguidade espacial;
- As freguesias pertencentes a sedes de concelho, embora com comportamentos demográficos muito diferenciados, não são integradas em APR.

Assim, a tipologia proposta pelo INE/DGOTDU assenta na seguinte classificação:

- Áreas Predominantemente Urbanas” (APU);
- Áreas Medianamente Urbanas (AMU);
- Áreas Predominantemente Rurais (APR).

Ainda segundo a mesma fonte, as APU integram:

- Freguesias urbanas⁵⁵;

⁵⁵ Freguesias que apresentam densidade populacional superior a 500 habitantes/km² ou que integram um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes.

- Freguesias semi-urbanas⁵⁶, contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento⁵⁷;
- Freguesias semi-urbanas, constituindo por si só áreas predominantemente urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
- Freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5000 habitantes.

As Áreas medianamente urbanas (AMU) integram as seguintes situações:

- Freguesias semi-urbanas não incluídas na APU;
- Freguesias sedes de concelho não incluídas na APU.

As Áreas predominantemente rurais (APR) correspondem aos restantes casos.

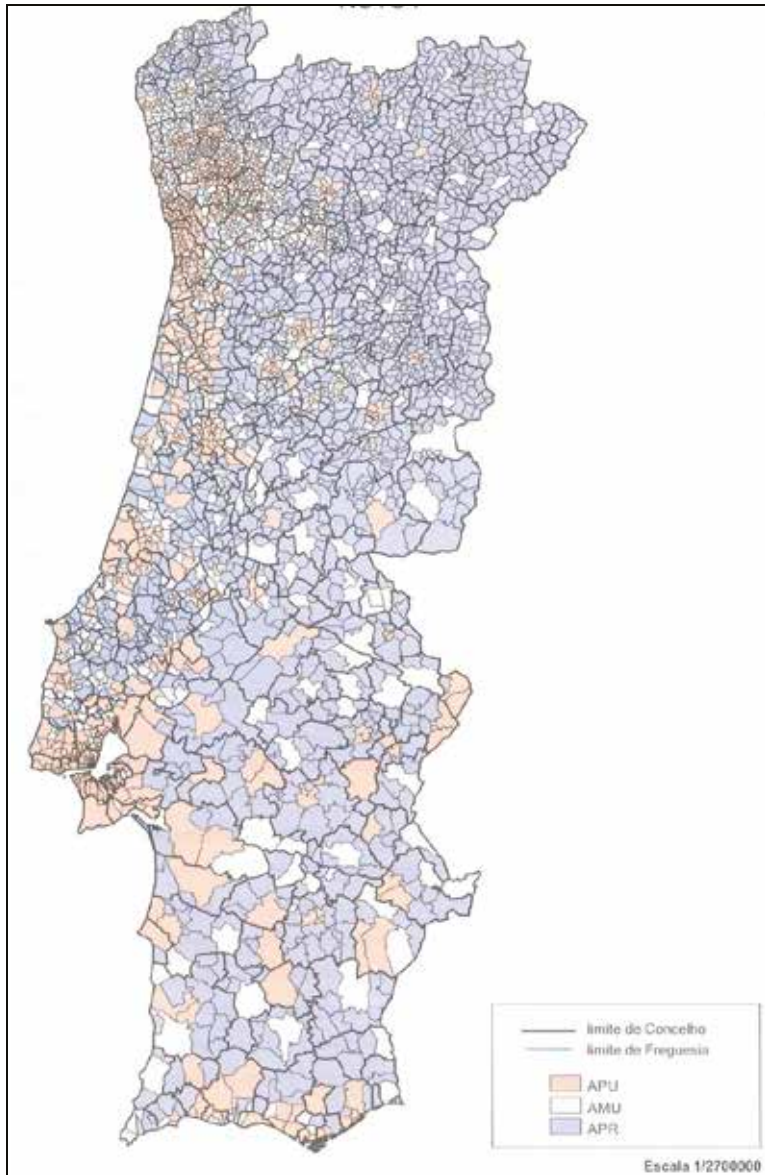
A figura 16 retrata esta tipologia e permite observar que a grande maioria das freguesias do continente são classificadas como rurais. Significa uma relação desigual entre a dimensão territorial e a expressão demográfica. No caso da Região Centro, identificamos vastas áreas do interior, profundamente dominadas pelas APR, com raras exceções de APU que neste caso coincidem com núcleos urbanos mais dinâmicos, e por arrastamento AMU. No Pinhal Interior Norte, por exemplo, as APU reduzem-se às freguesias da Lousã, Miranda do Corvo e Oliveira do Hospital, enquanto no Pinhal Interior Sul estão confinadas à freguesia da Sertã. De alguma forma assim acontece na Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e na Cova da Beira. As áreas urbanas mais importantes localizam-se no litoral ou na sua proximidade, formando um triângulo com vértices em Esmoriz, Coimbra e Batalha.

Como notou GASPAR (2002: 63-64), nos últimos anos a rede urbana portuguesa não sofreu alterações assinaláveis. Para além do «reforço demográfico e funcional das cidades de média (ou pequena a média) dimensão», um dos «aspectos mais assinaláveis é o do reforço dos pólos urbanos de pequena e muito pequena dimensão». «Assim, não obstante o declínio ou até abandono de alguns lugares mais recônditos da montanha ou dos “montes” alentejanos, no fundamental mantêm-se as características do povoamento urbano e rural do País». Desta forma, o país tende globalmente para a urbanização total,

⁵⁶ Freguesias não urbanas que se caracterizam por densidade populacional superior a 100 habitantes/km² e inferior ou igual a 500 habitantes/km², ou que integram um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000).

⁵⁷ Taxa de variação da população residente e número de alojamentos, entre 1981 e 1991; categoria administrativa das freguesias; propostas dos PDM ratificados e dos PROT aprovados; ocupação sazonal dos alojamentos.

embora revestindo formas diferentes. Ainda segundo GASPAR (*op. cit.*, 65), a dimensão urbana deve ser integrada – talvez mesmo como eixo director – nas políticas de desenvolvimento rural.



Fonte: INE/DGOTDU, 1999: 14.

Figura 16 – Áreas Urbanas em Portugal Continental

4.2 Do agrícola ao rural: os (novos) caminhos do desenvolvimento

4.2.1 A via produtivista

A partir da análise centrada no contexto e na escala europeia, podemos afirmar que o espaço rural sofreu ao longo da sua história recente um processo mais ou menos profundo (consoante os casos particulares) de descaracterização e de enfraquecimento. Uma noção de desenvolvimento polarizada pelos espaços urbanos e industriais (figura 2) e a sobrevalorização de actividades dos sectores transformador e de serviços, face às actividades agrícolas tradicionais, resultaram numa forte atracção quer pelas cidades, quer pelas funções associadas a estas. A própria mecanização da agricultura, com resultados no aumento da produtividade, libertou grande parte da mão-de-obra agrícola. O êxodo rural, em diferentes épocas (mais uma vez consoante os casos), foi a resposta destas populações excedentárias, normalmente a viverem a sua transição demográfica e por isso com crescente carência de meios de subsistência que suportassem essa demografia de maior dinamismo. Paradoxalmente, os espaços rurais começam assim a despovoar-se, a partir do momento em que as suas populações, com taxas de crescimento mais altas, vencem algumas barreiras (sobretudo nos níveis alimentar e de saúde) e vêem a sua esperança média de vida aumentar (CARVALHO e FERNANDES, *op. cit.*).

Deste modo, a concentração do povoamento e dos principais poderes geo-económicos, por um lado, e a rarefacção demográfica, com perdas de poderes económico e político nos espaços rurais, por outro, completam o modelo que afectou de modo visível a geografia de parte importante dos espaços rurais europeus. Assim aconteceu também em Portugal.

Com efeito, as políticas difusionistas e produtivistas deixaram também as suas marcas no Portugal rural contemporâneo, sobretudo nas áreas mais isoladas, mais marcadas por constrangimentos físicos e mais remotas. Os ciclos emigratórios brasileiro e europeu, em finais do século XIX e meados do século XX, respectivamente, servem de contexto e, ao mesmo tempo, de testemunho para estas realidades. Em primeira análise, a razão de ser deste êxodo emigratório deve-se à histórica posição semi-periférica de Portugal em relação aos territórios que desde a Revolução Industrial tomaram a vanguarda do crescimento económico. A essa posição relativa correspondeu uma crónica dependência do exterior. As populações portuguesas entraram então nas suas transições demográfica e epistemológica. A curva da demografia não foi, no entanto, acompanhada pela curva da economia. A esse desnível respondeu a população com a mobilidade espacial.

Em direcção ao exterior, mas também em direcção ao litoral, sobretudo para as principais áreas metropolitanas, em especial para Lisboa, que assim cada vez mais se foi assumindo como o centro geo-económico e político de Portugal. O interior despovoou-se, para o que contribuíram políticas como a “Campanha do Trigo” e a “Florestação Estatal dos Baldios”, a juntar aos fracassos dos pólos de desenvolvimento preconizados pelos “Planos de Fomento”, assim como a ausência clara de uma política de desenvolvimento rural. As teses ruralistas do Estado Novo limitaram-se muitas vezes a realçar o bucolismo saudoso e tradicional dos modos simples de viver de uma população submissa e pouco instruída.

A maior parte dos concelhos rurais portugueses, num Portugal de distâncias relativas ainda muito grandes e concentrado no litoral, viram a sua população diminuir e envelhecer, perdendo assim vantagem no que respeita à localização de recursos humanos. A ausência de funcionalidade e o abandono deixaram marcas profundas na paisagem rural portuguesa. Assim, perdeu-se uma parte importante da identidade portuguesa e degradou-se uma parte do património: as florestas, os “montes alentejanos”, as aldeias serranas do Portugal Setentrional e Central. Entretanto, a Política Agrícola Comum (PAC) e a entrada de Portugal na União Europeia (1986) também deixaram alguns traços, pois em termos agrícolas têm dominado políticas de ganhos a curto prazo: «A PAC e a disponibilidade de fundos levou ao aumento dos investimentos embora em projectos desenquadrados da realidade portuguesa e segregadores dos pequenos agricultores, os mais prejudicados (que são a maioria), o que tem levado ao despovoamento e a um cada vez maior desequilíbrio do sistema de povoamento» (FIRMINO, 1999-a: 87).

Importa explicar que a Política Agrícola Comum, lançada no início dos anos 60, é o espelho do modelo de eficiência funcional que se preconizava para o “mundo rural” (no quadro dos seis países fundadores das Comunidades). Era necessário relançar a agricultura no sentido de garantir o auto-abastecimento em relação a diversas produções e de assegurar níveis de rendimento aos agricultores de forma paritária relativamente aos outros sectores de actividade económica. A “receita” foi, então, a do modelo produtivista, e os objectivos principais passaram por estimular a produção (preços elevados e garantia de escoamento da produção) e a modernização selectiva (concentração de unidades produtivas).

Apesar dos resultados positivos alcançados, nomeadamente no que diz respeito às produções e ao nível de rendimento dos agricultores, este modelo entra em crise no início dos anos 80. Os excedentes, as dificuldades de armazenamento, as alterações nos mercados agrícolas mundiais e os efeitos negativos, designadamente no ambiente, segurança, qualidade alimentar e equilíbrio territorial, estão entre os principais problemas.

O eixo de discussão centra-se agora nas funções que a agricultura e o mundo rural devem cumprir (HADJIMICHALIS, 2002; SHUCKSMITH, 2002).

4.2.2 A abordagem territorial e ambiental

As sociedades e os contextos, por um lado, os valores e os critérios de análise e de percepção, por outro, vão sofrendo renovações e ganham novos sentidos, novas concepções e envolvem-se com novos parâmetros. Desenha-se entretanto um outro quadro de referência no âmbito educativo, sobretudo quando se assumiu como relevante a educação e formação contínua de adultos, assim como o estímulo à emancipação dos indivíduos e dos territórios (*empowerment*) (MORENO e MORENO, *op. cit.*). Com o aumento do espírito crítico do cidadão comum europeu, e sobretudo com o aprofundamento do conceito de cidadania interventora, estavam lançadas as sementes que viriam a colocar em causa a anterior lógica de organização social e territorial.

A incapacidade das políticas difusionistas na resolução dos problemas estruturais ligados às desigualdades e disparidades de desenvolvimento e à emergência de novas tipologias de marginalidade social e territorial, consequências da aplicação indiscriminada dos instrumentos de desenvolvimento estritamente económico, induziu nas sociedades e nos territórios europeus a emergência de novos paradigmas que, embora não rompendo com os anteriores, denunciam a necessidade de focalizações com base em critérios e em referenciais diferentes (CARVALHO e FERNANDES, *op. cit.*).

Por outro lado, o despovoamento e a debilidade de fatias importantes do espaço rural da Europa, assim como as consequências ecológicas e os excessos de produção na agricultura europeia, estiveram entre os factores mais importantes para que, pelo menos à escala do velho continente, se começasse a denunciar uma determinada lógica de desenvolvimento.

Em cada lugar, assumem importância, por um lado, a sua individualidade e especificidade e, por outro, as respectivas capacidades criativas e de inovação. Aos micro-territórios não está reservado um mero e fatalista papel de passividade no momento da sua integração na rígida hierarquia funcional do sistema global de inter-relações (*idem*).

Às teses difusionistas, acrescentam-se (e complementam-se), então, outras vias e outros conceitos de desenvolvimento, de expressão territorialista (figura 3), que respondem também às maiores exigências de âmbito social e de cidadania participativa.

A expectativa está agora no maior acompanhamento e no mais efectivo envolvimento nos processos de desenvolvimento, que se pretendem mais próximos das populações. Numa palavra, maior participação, tomadas de decisão ascendentes; mais autenticidade e originalidade nos modos de inserção de cada lugar no sistema global. A chave desta nova filosofia está na maior intervenção crítica e na capacidade de iniciativa de actores de desenvolvimento sedeados nas micro-escalas. Estes, agora organizados em

rede, devem ter raízes nas próprias populações locais, que assim ganham autonomia e tomam nas suas mãos o seu próprio destino. Vai-se, assim, construindo um paradigma mais qualitativo, humano e participado. Abre-se, ainda, uma porta de esperança para os pequenos lugares, negando-se a fatalidade da aposta exclusiva nas economias de escala, como único caminho para o progresso (*idem*).

No quadro da PAC defende-se um novo modelo para a agricultura europeia, procurando manter a população agrícola e travar o desaparecimento das explorações. Embora muitas não sejam necessárias como unidades produtoras de alimentos – principalmente as pequenas explorações –, a sua manutenção é conveniente, como acontece sobretudo em áreas de montanha, devido a outras funções que cumprem para o conjunto da sociedade – conservação do património natural e cultural e do tecido social nas áreas rurais (LÓPEZ IGLESIAS, 2003). Portanto, sem abandonar a função tradicional de produzir alimentos e outras matérias-primas, a agricultura deve cumprir também outras funções cada vez mais relevantes para a sociedade, nomeadamente a função ambiental (contribuindo para a conservação da paisagem e do suporte físico) e social-territorial (contribuir para a diversidade das áreas rurais e para o desenvolvimento territorial equilibrado).

Por outro lado, verifica-se uma substituição progressiva da política de manutenção dos preços por ajudas directas, embora ainda sem ligação com as novas funções da população agrícola. O rendimento depende menos das intervenções (proteccionistas) nos preços e nos mercados, sendo compensado por ajudas directas que, assim, definem o primeiro pilar da PAC.

Como escreve PUENTE FERNÁNDEZ (*op. cit.*, 234), «En las últimas décadas, y consubstancial al desarrollo del capitalismo en el sector agrario, en el mundo rural europeo se está profundizando en un doble proceso territorial de signo contrario, iniciado anteriormente, que la Comisión Europea denomina con los términos de concentración, especialización e intensificación por un lado, y de marginalización por otro (...)». Ainda de acordo com a geógrafa da Universidade da Cantábria, os processos de abandono dominam as áreas marginais e são acompanhados pela destruição de infra-estruturas, do património, da paisagem, enfim, de investimentos acumulados que, todavia, poderiam contribuir para a formação de riqueza no mundo rural mediante a sua reutilização em outras iniciativas sócio-económicas. Além disso, a marginalização suscita a necessidade de intervir no território para reduzir os impactos sobre os recursos e evitar perdas irreparáveis. Por outro lado, os espaços marginais são procurados por população urbana sedenta de usufruir de experiências centradas nos valores naturais e culturais, cuja presença, cada vez mais intensa, pode acelerar o processo de destruição do património e gera

necessidades de equipamentos e serviços cuja exigência se reclama ao sector público e, em definitivo, à sociedade em geral.

Esta percepção territorial teve repercussão na Política Agrícola Comum, fundamentalmente a partir da consideração do desenvolvimento rural como o seu segundo pilar, quer dizer, entendendo a agricultura como elemento chave para o (novo) desenvolvimento rural.

O discurso territorial reflecte-se na nova forma de entender a agricultura (e o mundo rural): de uma agricultura productivista, orientada por critérios meramente económicos (crescimento dos rendimentos, formação de economias de escala, competitividade das explorações, liberalização dos mercados) para uma agricultura multifuncional, termo que indica que, além de abastecer de produtos agrícolas, a agricultura produz bens públicos (cria natureza e paisagem, preserva o ambiente e facilita a gestão do território), pelos quais o cidadão contribuinte deverá pagar (PUENTE FERNÁNDEZ, *op. cit.*). Esta nova forma de conceber a agricultura e de justificar o seu apoio transmite-se também ao desenho de um novo tipo de medidas proteccionistas: já não são os mercados, nem os produtos, nem as exportações, nem os armazenamentos que recebem as ajudas; agora estas devem dirigir-se à manutenção das superfícies, embora não produzam, às boas práticas agrícolas não nefastas para o ambiente, à reflorestação, ou à preservação da paisagem. Numa palavra, assistimos à passagem de um discurso productivista e economicista a um discurso ambiental e territorial.

A própria expressão “desenvolvimento rural” funda-se nestes novos aspectos e incorpora uma conotação espacial, depois de uma fase em que dominaram os objectivos de modernização, industrialização, produtividade e crescimento (nos alicerces do desenvolvimento agrícola).

Assim, a nova política para o mundo rural passa a ser orientada para o desenvolvimento rural integrado, unindo a dimensão sócio-rural e ambiental, assumindo que é necessária a diversificação das actividades produtivas nos espaços rurais, e determinando novos objectivos para a agricultura em função da perspectiva de ordenamento dos espaços rurais (SALOM CARRASCO, 2000).

4.2.2.1 Documentos orientadores e de enquadramento estratégico

De um modo geral, percorrendo alguns documentos de enquadramento estratégico elaborados pela Comissão Europeia, ou pelo Conselho da Europa, ou ainda pela OCDE, deparamos com a ideia comum de que o desenvolvimento rural deve ser encarado como uma necessidade social e política (CARVALHO e FERNANDES, 2001).

No contexto da União Europeia, entre 7 e 9 de Novembro de 1996, realizou-se em Cork (República da Irlanda) a “Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural”. Com o sugestivo epíteto *A Europa rural – perspectivas futuras*, dessa reunião ficou patente a necessidade estratégica de preservação da identidade do espaço rural europeu (cerca de 80% do território europeu, com ¼ do total da população comunitária), sem que a esse princípio geral se deixem de ajustar também outras metas, tais como a aposta nas novas tecnologias de informação e no desenvolvimento de uma rede consolidada de actores locais de desenvolvimento.

Nesse sentido, a *Declaração de Cork* sugere como objectivo prioritário a construção de uma imagem atractiva do mundo rural, reforçando a ideia de que é também em cada lugar que se encontram as soluções para o desenvolvimento das comunidades locais. As metas a atingir devem ser localmente determinadas, reforçando-se assim o sentido da identidade local, reduzindo-se, ao mesmo tempo, a complexidade das políticas de desenvolvimento arquitectadas pelos aparelhos burocráticos instalados no exterior. Esta declaração acentua ainda a ideia da flexibilidade dos espaços rurais europeus.

No final da década de 80 (1987-1988), o Conselho da Europa fez também uma reflexão sobre o espaço rural europeu, através da “Campanha europeia para o mundo rural”: diversificar as acções de desenvolvimento, integrando a valorização dos patrimónios culturais locais, são também as linhas mestras desta tomada de posição.

Em Agosto de 1988, num documento dirigido ao Parlamento Europeu (*O Futuro do Mundo Rural*), a Comissão Europeia refere-se à ruralidade de alguns territórios europeus como importante factor de equilíbrio ecológico, atribuindo aos espaços rurais algumas outras funções vitais, como sejam as relacionadas com o lazer e o recreio.

O desenvolvimento rural foi por isso plenamente assumido aquando da reforma dos fundos estruturais em 1988 e consagrado também em Maastricht, com o alargamento dos princípios da coesão económica e social às áreas rurais, precisamente as mais carenciadas em muitos aspectos.

Nesta mesma linha é divulgado no ano de 1993 um documento da OCDE, com o título *Quel Avenir pour les Campagnes? Une Politique de Développement Rural*.

De igual modo assim aconteceu no âmbito da *Agenda 2000* (Cimeira de Berlim, 1999) quando a União Europeia assumiu em definitivo um conjunto de reformas, entre as quais destacamos a modernização do modelo agrícola, segundo a tese de que o modelo agrícola europeu se destina a cumprir diversas funções, incluindo a promoção do desenvolvimento económico e ambiental, de modo a preservar os modos de vida rurais e as paisagens agrícolas. Estava em discussão a actualização da Política Agrícola Comum,

concebida por uma Comunidade de seis Estados-membros, com base em problemas de falta de alimentos e pobreza rural, ajustando-se ao processo evolutivo e às novas preocupações assumidas pela União no plano interno e externo.

As novas disposições apontaram para um modelo agrícola mais ecológico e economizador de recursos, com garantias de qualidade e segurança dos alimentos para os consumidores.

O desenvolvimento rural foi, então, assumido como o segundo pilar da PAC, com o objectivo de estabelecer um quadro coerente e sustentável para o futuro das áreas rurais. Trata-se de complementar as reformas dos mercados – centradas na redução dos preços garantidos nos sectores das culturas arvenses, carne de bovino, leite e produtos lácteos e vitivinícolas – com outras acções que promovam uma actividade agrícola mais competitiva e multifuncional. Criar um sector agrícola e silvícola⁵⁸ mais forte, melhorar a competitividade das áreas rurais e preservar o ambiente e o património rural da Europa configuram os grandes objectivos do pacote de medidas desta nova abordagem dos desafios colocados às economias rurais.

Por outro lado, no âmbito da reforma da política regional os novos objectivos são concentrar a ajuda, direccionar os financiamentos e gerir de forma descentralizada os fundos disponíveis. A título de exemplo, aponta-se a redução do número de objectivos prioritários de sete para três e o encaminhamento de quase 70% das despesas totais para as regiões menos desenvolvidas (objectivo n.º 1), isto é, aquelas cujo produto interno bruto *per capita* (equivalente ao valor da produção económica total a dividir pela população) for inferior a 75% da média comunitária.

A redução das iniciativas comunitárias de 13 para 4 e a consolidação da iniciativa comunitária para as áreas rurais (LEADER) revelam o objectivo de envolver a população local, tendo em vista alcançar resultados na criação de postos de trabalho e consolidar uma rede de intercâmbio de ideias e saber-fazer sobre questões de desenvolvimento rural (*idem*).

A 2.ª Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, realizada em Salzburgo (12 a 14 de Novembro de 2003), para avaliar a execução da política de desenvolvimento rural da União Europeia, desde a Agenda 2000, e analisar as necessidades futuras, reconheceu que o «desenvolvimento das áreas rurais já não pode assentar exclusivamente na agricultura, e que a diversificação, quer dentro do sector agrícola, quer

⁵⁸ Esse sector foi reconhecido, pela primeira vez, como parte integrante da política de desenvolvimento rural (CE, 2000: 8).

para além dele, é indispensável para a promoção de comunidades rurais viáveis e sustentáveis» (UE, 2004: 1).

No quadro das principais conclusões da Conferência, destacamos os princípios que devem, futuramente, orientar a política europeia de desenvolvimento rural:

- O investimento no conjunto da economia e das comunidades rurais é essencial para tornar as áreas rurais mais atractivas, promover um desenvolvimento sustentável e criar novas oportunidades de emprego; tal investimento deve ser realizado em função das necessidades específicas de cada região e aproveitando todas as suas potencialidades;
- A vitalidade do espaço natural é considerada fundamental para a agricultura, da mesma maneira que a actividade agrícola é fundamental para a vitalidade do espaço natural;
- «É cada vez mais importante preservar a diversidade do espaço natural europeu e incentivar os serviços prestados por uma agricultura multifuncional». A gestão do espaço agrícola e das florestas contribuirá para «conservar e valorizar a paisagem natural e a diversidade do património cultural europeu, em especial nas zonas rurais mais periféricas, com as suas áreas de grande valor natural» (UE, *op. cit.*, 2);
- A política de desenvolvimento rural deve abranger todas as áreas rurais da União Europeia Alargada, para permitir aos agricultores e outros agentes do mundo rural superar os problemas ligados à reestruturação do sector agrícola;
- A política de desenvolvimento rural deve servir os interesses da sociedade em geral, nas áreas rurais, e contribuir para o reforço da comunidade rural;
- A política de desenvolvimento rural deve ser executada no âmbito de parcerias entre organismos públicos e privados e a sociedade civil, de acordo com o princípio de subsidiariedade; «a futura política deve generalizar o apoio da União às áreas rurais mediante parcerias locais construídas da base para o topo, aproveitando os ensinamentos da abordagem LEADER» (*idem*: 3);
- Por último, recomenda-se uma «simplificação significativa» desta política e que a sua execução «deve assentar num sistema único de programação, financiamento e controlo adaptado às necessidades do desenvolvimento rural» (*idem, ibidem*).

Para o caso particular do território português, o *Programa de Desenvolvimento Regional 2000-2006* sugere também um caminho de desenvolvimento alternativo.

Com efeito, este documento preconiza um modelo de desenvolvimento orientado por princípios, em primeiro lugar, de sustentabilidade económica e, em segundo lugar, de sustentabilidade ambiental, como forma de Portugal enfrentar, de modo coeso, a extrema competitividade de um sistema internacional cada vez mais aberto, onde se requerem por isso novos factores de afirmação dos territórios. O desenvolvimento rural assume-se assim como um dos eixos fundamentais e prioritários do desenvolvimento global e da coesão do território nacional: refere-se a aposta na Rede Natura 2000 e nas actividades da fileira florestal; o desenvolvimento dos produtos agrícolas e de serviços agro-rurais; a importância estratégica da agricultura, num sistema geo-económico multifuncional. O valor das “paisagens” e do “património natural” e a afirmação da “mais valia do território” completam esta orientação estratégica que, deste modo, se assume como estrutural (CARVALHO e FERNANDES, *op. cit.*).

Trata-se de ideias já referidas num outro documento orientador das principais linhas estratégicas de fundo para o território nacional: o *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*, elaborado pelo Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, sugestivamente apontado como *Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI*. Esta tomada de posição do governo português salienta, entre outros aspectos, mais uma vez a valorização do potencial relativo, específico e contextualizado de cada território, facto perante o qual as políticas territoriais devem responder em conformidade. Também neste documento a sustentabilidade é apontada como uma via orientadora do percurso estrutural do país para o século XXI, em conformidade com o *5º Programa de Política e de Acção para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2000-2006)*, apresentado pela União Europeia (*idem*).

4.2.2.2 A emergência dos valores paisagísticos e patrimoniais

Como referimos, o desenvolvimento rural ganhou ampla visibilidade na última década, quer no âmbito da concepção de um novo quadro de referência, quer na óptica da participação efectiva e inovadora dos actores.

De modo geral assistimos à crescente revalorização da importância do mundo rural (onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade) e dos valores da ruralidade (também estes em mudança) para o equilíbrio e coesão do próprio sistema. Na Europa, descortinam-se, em cada território, as suas potencialidades específicas e procuram alicerçar-se as novas filosofias do desenvolvimento territorial dos espaços rurais em conceitos como a multifuncionalidade, a sustentabilidade e a subsidiariedade.

Nesta revalorização do rural, não se esquece o papel central da actividade agrícola em todas as suas componentes: biológica, ambiental ... e não apenas na sua versão produtivista. Como sublinha LAURENS (1999: 83; 87), «L'agriculture de qualité favorise une approche plus consensuelle de l'environnement car l'environnement devient un paramètre indispensable pour ces productions. (...) «Le réseau Nature 2000 se doit de protéger le milieu et de sauvegarder les richesses naturelles les plus fragiles tout en confiant aux agriculteurs un rôle majeur dans la gestion de ces espaces». Ao agricultor fica então reservado o estatuto de um importante actor na tarefa da preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos do mundo rural. Com efeito, a agricultura assume-se mesmo como o cerne da multifuncionalidade que se pretende para os espaços rurais europeus, sem a qual se inviabilizarão outras funcionalidades, como, por exemplo, o turismo em espaço rural.

Desta forma, a paisagem rural, que em consequência da sua inclusão no sistema produtivista se tornou mais monótona (DEWAILLY, *op. cit.*), (re)coloca-se no centro das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, revelando-se cada vez mais como um factor de qualidade de vida a preservar (BEAUDET, 1999). O envolvimento das populações com a paisagem faz-se, quer com base nos elementos materiais, quer com base nos símbolos imateriais dessa mesma paisagem (CARVALHO e FERNANDES, *op. cit.*). É assim que se deve apostar na valorização, quer das culturas materiais próprias de cada lugar, quer das suas culturas simbólicas, importantes para a afirmação da auto-estima das populações locais (REIS; 1998).

Neste sentido, num contexto competitivo e aberto, a afirmação de um território ou lugar faz-se também através da construção e divulgação de uma imagem de distinção e de qualidade, em muito centrada nas identidades e nos recursos simbólicos de cada lugar (JANISKEE; DREWS, 1998; FERNANDES, 1998), não sendo aqui relevante a questão da escala geográfica. Com efeito, se o reducionismo tecnocrático negava o direito de subsistência a territórios que, pela escala ou por quaisquer outras razões, não eram considerados economicamente viáveis, como uma pequena aldeia de pescadores ou de agricultores (MELO, 1996), um enquadramento teórico-filosófico mais qualitativo e abrangente pode traduzir-se na valorização dos aspectos positivos (e exclusivos) das pequenas densidades e dos territórios difusos. Nalguns contextos e para algumas populações, a rendibilidade económica deixa de ser o único critério a orientar as suas condutas sobre o território. Fixamos as palavras de DONADIEU (1999: 84) – citado por CARVALHO e FERNANDES (*op. cit.*, 245-246) – a respeito do trabalho de outros dois investigadores, na área da Provence (França): «Dans le Luberon, Jean Viard et Michel

Marié avaient su détecter les moeurs étranges des citadins qui rachetaient les fermes et leurs terrains et s'ingéniaient à maintenir vivants des oliviers qui ne leur apportaient pas de revenus. Pour le plaisir du spectacle des vergers sous le ciel lumineux de la Provence, pour écouter les stridulations des cigales et respirer le parfum des lavandes. Plaisir, jouissance, bonheur des campagnes réinventées, autant d'émotions devenues presque banales aujourd'hui pour une société en quête de sensations plus ou moins fortes au contact des espaces de nature». Cruzam-se valores como a paisagem, a estética, o bem-estar e a qualidade: a geografia, mesmo nos espaços rurais, torna-se mais complexa e mais cultural.

4.2.3 O PIC LEADER: um instrumento inovador

Nesta atmosfera de mudança⁵⁹ foi lançado pela Comissão Europeia, em 1991, o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), o primeiro instrumento inovador de política especificamente criado neste quadro de referência, com aplicação nas regiões de Objectivo 1 e 5b, cujo «objectivo principal é a promoção do desenvolvimento local dos meios rurais, com base na valorização e diversificação do seu potencial de recursos e iniciativa» (BARROS, 1998: 9).

O carácter inovador prende-se com a programação e gestão feitas ao nível do território abrangido (“zonas de intervenção” de nível sub-regional), pelas parcerias envolvendo diversos agentes de desenvolvimento local, como autarquias, associações culturais e sociais, associações profissionais ou sectoriais, empresas, ou mesmo privados a título individual, reunidas no seio de um “Grupo de Acção Local” (GAL), embora com enquadramento regulamentar e co-financiamento público (comunitário e nacional).

Em Portugal a iniciativa envolveu 20 “zonas de intervenção”, num total superior a 2000 projectos repartidos por áreas diversas, embora o turismo rural tenha assumido

⁵⁹ Segundo BARROS (*op. cit.*, 11) a reforma da PAC de 1992, principalmente a sua maior articulação com os objectivos alargados do desenvolvimento rural – até então o FEOGA Garantia era apenas um suporte sectorial/mercantil da agricultura –, e a aprovação dos regulamentos relativos à protecção das indicações geográficas e denominações de origem e aos certificados de especificidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, são contributos essenciais no «sentido de abandonar um modelo de desenvolvimento agrícola assente na intensificação produtiva e na simples concorrência pelos custos, quer de compatibilizar a defesa dos interesses dos produtores agrícolas com as exigências de qualidade por parte dos consumidores e com o melhor aproveitamento da diversidade e potencial dos vários territórios».

posição de destaque: 46% dos projectos e 56% do investimento aprovado (GEOIDEIA/IESE, 1999: 146).

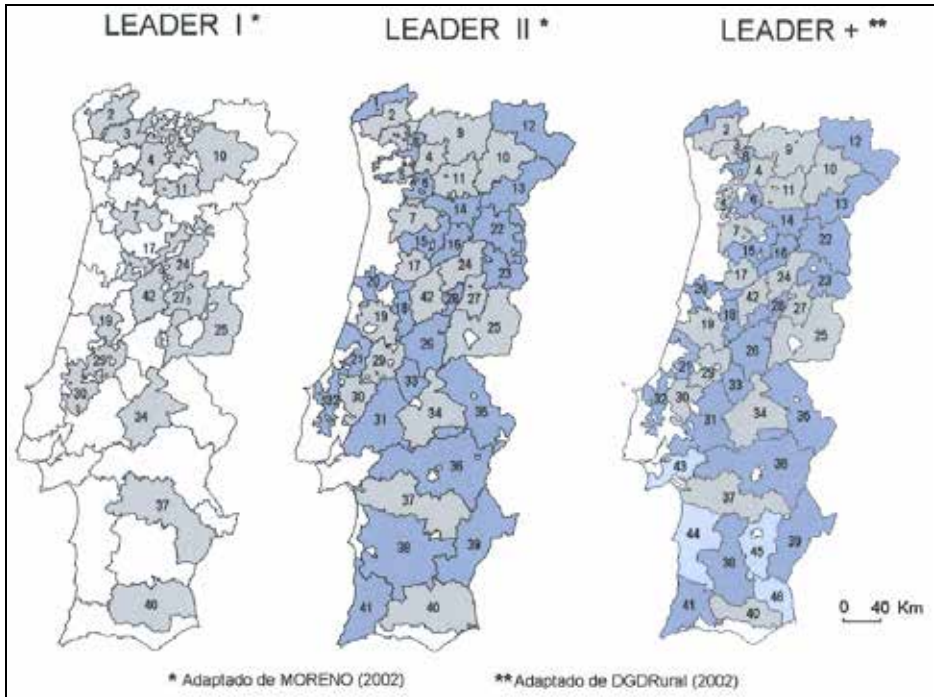
A continuidade e o aprofundamento desta Iniciativa Comunitária, desde 1994 até 1999, foram assegurados através do LEADER II, de forma mais generalizada e com um significativo reforço financeiro. Em relação a Portugal o programa (figura 17) enquadrou um conjunto de 48 entidades locais⁶⁰ (teoricamente cerca de 80% do território e 1/3 da população) que geriram subvenções globais, na base de um “Plano de Acção Local” (PAL) que essas mesmas entidades conceberam, em interpretação própria de um conjunto de directivas comunitárias e de orientações nacionais – “Plano Nacional de Enquadramento” (figura 18) – e de acordo com uma leitura, também própria, de determinadas dimensões-problema das respectivas “zonas de intervenção” (GEOIDEIA/IESE, *op cit.*, 116).

Os projectos dos promotores enquadram-se nas grandes áreas de intervenção definidas para o Programa, como:

- Apoio técnico ao desenvolvimento rural;
- Formação profissional específica e ajudas à contratação;
- Apoio à diversificação das actividades económicas;
- Valorização e comercialização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local;
- Preservação e valorização do ambiente natural e da qualidade de vida;
- Acções em cooperação;
- “Outros”, cabendo nesta designação perspectivas inovadoras que podem ser identificadas localmente, ainda que não explicitamente previstas na concepção do programa;
- Funcionamento do GAL.

A avaliação final do PIC LEADER II, na óptica dos resultados directos do Programa, permite extrair algumas conclusões. Segundo o Relatório elaborado pela GEOIDEIA/IESE (2002), foram contabilizados 7030 projectos aprovados e um investimento total de 217.650.460 euros. O número de projectos aprovados por Entidade Local foi de 146.5, com variações regionais, as mais importantes entre os valores extremos: 103 (Madeira) e 218 (Açores).

⁶⁰ Destas, 42 dizem respeito ao continente.



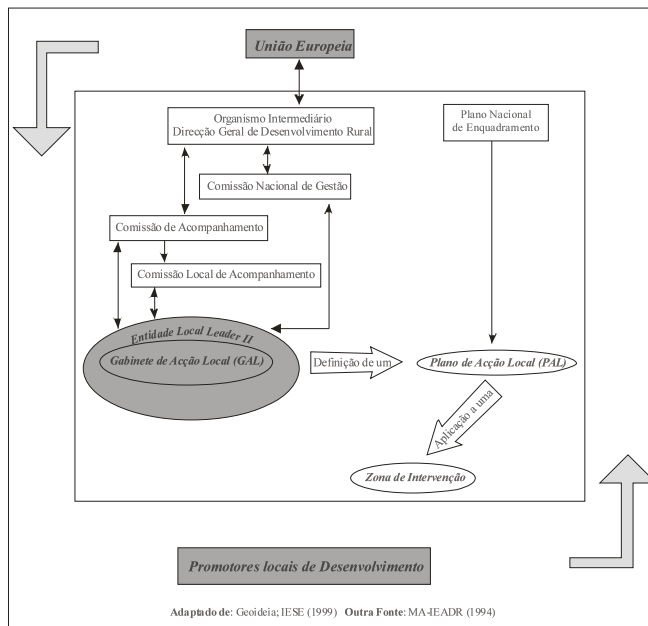
- | | | |
|----------------------|----------------------|-------------------------------|
| 1 – ADRIMINHO | 18 – DUECEIRA | 35 – ADER-AL |
| 2 – ADRIIL | 19 – TERRAS DE SICÓ* | 36 – MONTE |
| 3 – ATAHCA | 20 – ADELO | 37 – TERRAS DENTRO |
| 4 – PROBASTO | 21 – ADAE | 38 – ESDIME |
| 5 – ADER-SOUSA | 22 – RAIA HISTÓRICA | 39 – Rota do Guadiana |
| 6 – DOLMEN | 23 – PRÓ-RAIA | 40 – IN LOCO |
| 7 – ADRIMAG | 24 – ADRUSE | 41 – VICENTINA |
| 8 – SOL-DO-AVE | 25 – ADRACES | 42 – ADIBER** |
| 9 – ADRAT | 26 – PINHAL MAIOR | 43 – ADREPES |
| 10 – DESTEQUE | 27 – RUDE | 44 – ADL |
| 11 – DOURO HISTÓRICO | 28 – ADERES | 45 – ALENTEJO XXI |
| 12 – CORANE | 29 – ADIRN | 46 – Terras do Baixo Guadiana |
| 13 – DOURO SUPERIOR | 30 – APRODER | |
| 14 – BEIRA DOURO | 31 – CHARNECA | |
| 15 – ADDLAP | 32 – LEADER OESTE | |
| 16 – ADD | 33 – TAGUS | |
| 17 – ADICES | 34 – LEADERSOR | |

* ADSICÓ no LEADER I

** ACIBEIRA no LEADER I

Fonte: MORENO, 2003: 12

Figura 17 – A Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal Continental: Entidades Locais



Fonte: CARVALHO e FERNANDES, 2001: 250.

Figura 18 – Estrutura orgânica da PIC LEADER II em Portugal

Quanto aos domínios de intervenção foram identificados 22 domínios, dos quais «ressaltam 3 categorias que incluem mais de metade dos projectos aprovados (51.5%) e do investimento total (53.3%):

- Apoio a actividades económicas (instalações, equipamentos, contratação, comercialização e modernização) – 27.3% dos projectos e 32.2% do investimento; estas actividades subdividem-se em turismo rural (4.9% do total de projectos e 10.6% do investimento), artesanato (5% do total de projectos e 4.2% do investimento) e outras actividades (17.4% do total de projectos e 17.4% do investimento) entre as quais sobressaem as actividades de restauração e a agricultura;
- Divulgação dos lugares e das produções – 13.2% dos projectos e 7.2% do investimento; esta categoria inclui, sobretudo, acções publicitárias e a realização e participação em feiras, exposições e certames;
- Ambiente e ordenamento do território – 11% dos projectos e 13.9% do investimento; este domínio abarca especialmente as iniciativas que visam a preservação e a valorização das paisagens e do ambiente natural, bem como as

intervenções urbanísticas (jardins, parques, arranjos de largos ou de conjuntos urbanos)» (GEOIDEIA/IESE, *op. cit.*, 35).

Merecem também uma referência, pelo relevo que assumiram, os domínios da valorização do património e museologia (7.6% dos projectos e 8.4% do investimento), bem como o do apoio a associações sociais e culturais (9.8% dos projectos e 6,7% do investimento).

A dimensão financeira média foi de 30.960 euros por projecto, embora muito diferenciada, conforme os domínios em que se integra. «Globalmente, diferenciam-se dois grandes grupos – as acções imateriais, de dimensão relativamente reduzida, e as iniciativas materiais que envolvem investimentos bastante superiores. Entre as segundas, destacam-se nitidamente os projectos no âmbito do turismo rural com uma dimensão média de 13311 contos [66.495 euros]» (*idem*: 36-37).

Por seu lado os promotores repartem-se entre: autarquias locais (27.1% dos projectos e 29.7% do investimento aprovado), com especial destaque para a presença das Câmaras Municipais); associações sociais e culturais (20.1% dos projectos e 12.3% do investimento aprovado); entidades locais LEADER (15.6% dos projectos e 22.2% do investimento); promotores individuais (17.6% dos projectos e 17.2% do investimento), com especial destaque para os homens que representam quase 2/3 deste grupo.

«Os dados relativos à localização geográfica dos projectos (classificada em duas categorias principais que traduzem, de alguma forma, o carácter mais ou menos rural dos territórios) revelam um equilíbrio numérico entre o número de projectos situados nas freguesias sede de concelho (37.8%) e os que se desenvolvem fora desses espaços (44.8%); os restantes projectos tiveram lugar em várias ou na totalidade das freguesias das Zonas de Intervenção (14.1%)» (*idem*: 38).

A nova fase do Programa, denominada de LEADER+ (2000-2006), é uma iniciativa mais ambiciosa destinada a incentivar e apoiar estratégias integradas de alta qualidade alicerçadas na cooperação e constituição de redes entre territórios rurais.

De acordo com a Comunicação da Comissão aos Estados-membros, «O LEADER+ deverá completar os programas de *mainstream* incentivando abordagens integradas concebidas e postas em prática por parcerias activas que operem à escala local com vista a incentivar os agentes rurais a reflectir sobre o potencial dos respectivos territórios numa perspectiva de mais longo prazo» (MADRP, 2002: 6).

A iniciativa visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas e de grande qualidade cujo objecto seja a experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço do ambiente

económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho, e a melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

Assim, a cooperação deve constituir um alicerce essencial no âmbito do apoio à criação e à implementação de parcerias de qualidade entre diversos agentes e entre distintos territórios rurais. Por outro lado, «Os novos modelos de desenvolvimento rural deverão ser objecto de valorização e divulgação mediante um importante trabalho em rede» (*idem, idem*).

Segundo estas linhas de orientação a Comissão definiu que a iniciativa LEADER+ se articula obrigatoriamente em torno de três vectores (eixos):

- Vector 1: “Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto”;
- Vector 2: “Apoio à cooperação entre territórios rurais”;
- Vector 3: “Colocação em rede”.

O Programa LEADER+ para Portugal – aprovado pela Comissão Europeia em 25 de Julho de 2001 – reflecte, por um lado, as orientações da Comissão e, por outro, as especificidades dos territórios rurais portugueses. Assim foram estabelecidos objectivos específicos para a iniciativa, em função de cada um dos vectores (eixos) – quadro 2.

Quadro 2 – Objectivos específicos do PIC LEADER+ em Portugal

Vectores	Objectivos específicos
1. Estratégias territoriais de desenvolvimento integradas e de carácter piloto	<ul style="list-style-type: none"> . Utilização de novos repositórios de saber-fazer e de novas tecnologias . Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais . Valorização dos produtos locais . Salvaguarda do ambiente e da paisagem . Preservação do património e da identidade cultural dos territórios rurais . Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das “zonas rurais”
2. Apoio à cooperação entre territórios	<ul style="list-style-type: none"> . Incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais
3. Colocação em rede	<ul style="list-style-type: none"> . Incrementar a informação, a troca de experiências e boas práticas, a reflexão conjunta e a concertação de pontos de vista entre os parceiros e outros actores do desenvolvimento rural . Contribuir para uma maior articulação das políticas e uma melhor aplicação dos outros instrumentos de intervenção com impacto nas “zonas rurais” . Criar condições para o estabelecimento de novas relações de cooperação

Fonte: MADRP, *Programa LEADER+. Portugal - Relatório 2001* (em <http://www.madrp.pt>)

Para a prossecução destes objectivos foi delineada uma estrutura de regimes de apoio constituída por medidas e submedidas. Em relação ao Eixo 1 foram definidas quatro medidas: “Investimentos” (investimentos em infra-estruturas; apoio a actividades produtivas; outras acções materiais); “Acções Imateriais” (formação profissional; outras acções imateriais); “Aquisição de Competências” e “Despesas de Funcionamento dos GAL”. Por sua vez o Eixo 2 compreende duas medidas: uma, designada de “Cooperação Interterritorial”, para a cooperação entre territórios rurais nacionais, e outra, denominada de “Cooperação Transnacional”, para a cooperação internacional entre territórios rurais.

«A despesa pública total programada é de 223.638.333 euros, repartida pelo FEOGA-Orientação – 161.6000.0000 euros (72,26%) – e por recursos públicos nacionais – 62.038.333 (27.74%). O efeito alavanca mínimo previsto (custo total/despesa pública) é de 1.2, como resultado de um financiamento privado mínimo de 43.373.000 euros» (MADRP, *op. cit.*, 10). Contudo, a importância financeira de cada um dos eixos é muito desigual. A título de exemplo, podemos dizer que ao Eixo 1 foram afectos fundos públicos no valor de quase 192.000.000 de euros (85% do total), enquanto aos Eixos 2 e 3 foram consignados cerca de 17.300.000 euros (7.7%) e 5.600.000 euros (2,5%) das verbas públicas, respectivamente.

De igual modo, a repartição dos fundos públicos por medidas obedeceu a diferenças significativas, como acontece ao nível do Eixo 1, em que assumem particular expressão a Medida 1. Investimentos, com quase 60% dos fundos públicos adstritos ao Eixo, e a Medida 2. Acções Imateriais, para a qual estão afectos cerca de 23% dos fundos públicos.

A implementação do LEADER+ em Portugal teve início na segunda metade de 2001 e incidiu em particular em duas áreas fundamentais: a selecção dos GAL, beneficiários da subvenção global no contexto dos Eixos 1 e 2, e respectivos Planos de Desenvolvimento, e a preparação dos dispositivos, legais e outros, para a gestão, acompanhamento e controlo da intervenção. A elegibilidade dos territórios propostos pelos GAL obedeceu a condições específicas⁶¹, do mesmo modo que foram ainda, para além

⁶¹ «a) A população residente não deverá exceder os 100.000 habitantes nem ser inferior a 10.000 habitantes, não sendo elegíveis os núcleos urbanos com mais de 15.000 habitantes;

b) A densidade demográfica não deverá exceder, em geral, 120 habitantes por km²;

c) A relação entre a população empregada na agricultura e a população empregada total no território proposto não deve ser inferior a 10%;

d) A evolução da população residente nos últimos 10 anos não deve ser superior a 05% ou o grau de ruralidade – relação entre a população dispersa ou residente em localidades com menos de 2.000 habitantes e a população total – deve ser igual ou superior a 50%» (MADRP, *op. cit.*, 15).

dos atrás expostos, considerados outros indicadores⁶² para fundamentar a análise da ruralidade dos referidos territórios.

Assim, após o processo de apresentação de candidaturas dos GAL, que decorreu de 2 de Julho a 31 de Agosto de 2001, foram seleccionadas 52 candidaturas (das 54 apresentadas), o que corresponde a mais quatro Entidades Locais em relação ao LEADER II. A geografia do LEADER+ em Portugal Continental (figura 17) revela a integração de um território até agora não abrangido pelo Programa (com um novo GAL, a ADRE-PES) e a reorganização territorial de ZI já credenciadas na base de novas Entidades Locais: “Terras do Baixo Guadiana”, “Alentejo XXI” e “ADL”. Através dos Planos de Desenvolvimento Local apresentados por cada um dos GAL seleccionados sabemos que os territórios objecto de intervenção ocupam cerca de 87.5% da superfície do território nacional, sendo que em média cada PDL tem uma área de intervenção de quase 1550 km². A população residente nas zonas de intervenção dos GAL aproxima-se de 3.409.000 («cerca de 32.9% do total nacional, 15.3% da qual habita a região de Lisboa e Vale do Tejo. A população residente média por zona de intervenção é de 65.555 habitantes» (*idem*: 25). A partir de diversos indicadores, como os utilizados na apreciação das candidaturas, constata-se na generalidade dos territórios de intervenção dos GAL dinâmicas territoriais e populacionais negativas.

Finalmente, em 2002, após a aprovação dos PDL e a assinatura das respectivas Convenções Locais de Financiamento (entre o Organismo Intermédio – Direcção Geral de Desenvolvimento Rural – e os Grupos de Acção Local), teve início o arranque efectivo do LEADER+ (Eixo 1) com a implementação do Programa junto dos territórios abrangidos pelos GAL. Até Dezembro de 2002 foram aprovados «1433 projectos, cujo montante corresponde a uma taxa de aprovação de 34%, em relação à dotação programada, para o horizonte do Programa» (MADRP, 2003: 11).

⁶² «a) Superfície total e superfície desfavorecida;
b) Grau de urbanização (% da população residente em lugares com 5000 ou mais habitantes);
c) Relação de feminilidade (relação entre o número de mulheres e o número de homens);
d) Índice de dependência total (relação entre a população com 0-14 anos e com 65 ou mais anos e a população com 15-64 anos);
e) Índice de envelhecimento (relação entre a população com 65 ou mais anos e a população com 0-14 anos);
f) Índice de desenvolvimento social (índice composto que integra a esperança de vida à nascença, o nível educacional e o conforto e saneamento)» (*idem*: 15-16).

Em síntese, o desenvolvimento rural aparece neste alvor de milénio como um dos eixos estruturantes e prioritários das políticas de desenvolvimento territorial. Depois de uma fase dominada por preocupações essencialmente produtivistas, emergiram as perspectivas territorialistas e ambientalistas, que por sua vez enfatizam a dimensão multifuncional da agricultura e do “mundo rural”, reconhecem a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e assumem como prioritários os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria. Pretende-se conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais e paisagísticas, preservar e valorizar a paisagem e a diversidade do património cultural, e ao mesmo tempo encontrar novas funções/ usos para os territórios rurais compatíveis com esses princípios. Algumas das actividades relacionadas com os tempos livres prefiguram-se como solução desde que integradas num modelo de desenvolvimento sustentável.

4.3 Lazer e redescoberta dos territórios rurais

4.3.1 Lazer, cultura e património

O lazer e os seus diversos modos de utilização, associados aos territórios rurais, destacam-se nas últimas décadas como novos temas que chamam a atenção dos estudiosos, dos planeadores e dos promotores do desenvolvimento. Traduzem novos padrões de comportamento e consumo das sociedades pós-modernas (LOPÉZ PALOMEQUE, 2001; PRATS, 2001). «Não sendo fenómenos inteiramente novos, o que é incontornavelmente moderno é a massificação desses usos, e sobretudo, a sua separação relativamente ao quotidiano da grande maioria das pessoas» (REIS, 1996: 5).

Segundo BUTLER, HALL e JENKINS (1998: 5), nos últimos anos as fronteiras entre os diferentes elementos do lazer⁶³ tornaram-se pouco expressivas (esbateram-se),

⁶³ Como explicam os citados autores, «Leisure, recreation and tourism are closely interrelated, and at times are used in the literature almost interchangeably (...). Leisure is a complicated concept, and can be envisaged as both a state of mind and as a form of activity, or as both a subject and a descriptor. As a state of mind it implies freedom from obligations, and leisure time is that time which has no claims to it. Recreation is normally thought of as activity (or deliberate inactivity) that is voluntary and which is engaged in for the purposes of enjoyment and satisfaction during time which is free obligations, i.e., during leisure time. It can be engaged in at any location, including the home. Tourism, on the other hand, whatever definition is used, implies travel from home, and frequently implies a time involvement of at least 24 hours.

em particular as diferenças entre recreação e turismo, uma vez que «(...) changes in the economic and social fabric of society have meant that once traditional timing, setting and patterns of work and leisure activities have often become indistinguishable» (*Idem*: 5).

Questão emergente é a que diz respeito ao ecoturismo e à sua importância no quadro conceptual do desenvolvimento. Trata-se de um dos diversos tipos alternativos de turismo, que são influenciados por profundas mudanças sociais e ambientais. «Ecotourism can therefore be said to have three primary objectives: sustainability, conservation and empowerment of host communities. (...) In contrast to more conventional forms of tourism, ecotourism is unique in its ecocentric focus along with education, personal growth and other intrinsic values underlying travel motivation» (WEARING e NEIL, 2000: 131).

FENNEL (1999: 52), a propósito dos conceitos e variáveis que gravitam em torno do ecoturismo e da sua diferenciação em relação a outras manifestações turísticas, discute o espectro da actividade turística e conclui que «the three kinds of activity are not mutually exclusive; ecotourism may share some elements of the other two experiences, while still remaining distinct from mass tourism and adventure tourism». A utilização do acrónimo *ACE tourism* (adventure, culture, ecotourism) revela a sobreposição e o reconhecimento de um continuum entre esses três níveis de experiência ecoturística, bem como o facto de que o «ecotourism should be considered as unique according to its function and role within the tourist marketplace, a stance which is based on the facts that (1) there is little empirical evidence demonstrating homogeneity between adventure tourism, culture tourism, and ecotourism, and (2) there may be an associated dilution factor or effect on ecotourism if these types of tourism merge into a combined form» (FENNEL, *op. cit.*, 54).

O crescente interesse do ecoturismo resulta do facto de ele constituir, em princípio, uma prática potencial ou uma estratégia de desenvolvimento sustentável: «whereby natural resource amenities, the local community and the visitor benefit from tourism activity» (PEARCE *et al.*, 1996).

Uma vez que um dos principais elementos do ecoturismo é a sua capacidade de maximizar os benefícios do turismo, as comunidades locais têm boas razões para

In many cases, however, the specific activities which are engaged in during leisure, recreation and tourism are identical, the key differences generally being the setting or location of activities, the duration of time involved, and, in some cases, the attitudes, motivations and perceptions of the participants» (BUTLER, HALL e JENKINS, *op. cit.*, 4).

aceitá-lo, embora sabendo que são constituídas por grupos com diferentes (e potenciais conflitos de) interesses.

O ecoturismo aparece como um modelo emergente, em consequência de mudanças culturais e sociais, alicerçado numa diversificação da oferta turística, ao contrário do (seu antecessor) turismo costeiro, de sol e praia, massificado e capaz de gerar fluxos realmente extraordinários de visitantes. Como reflexo da crescente variedade de estilos de vida, o turista mais culto deixou de ser um objecto dirigido pela oferta, manipulado pela propaganda, para alcançar uma certa maturidade na eleição mais selectiva do espaço de destino e do tipo de oferta.

Este modelo tem recebido o mais alto interesse por parte das entidades políticas (nacionais, regionais e locais), que em certos casos legislaram sobre o seu desenvolvimento e controlo, e é objecto de importantes investimentos (por exemplo os projectos apoiados pelos programas LEADER), com o objectivo de orientar a diversificação produtiva dos meios rurais tradicionais, através da implementação de uma actividade turística que pode basear-se na qualidade natural (é o caso da promoção de espaços naturais protegidos), nos valores culturais do seu património (natural, cultural, paisagístico), ou na sua potencialidade como uso recreativo e desportivo.

A maioria dos documentos sobre desenvolvimento sustentável do turismo, elaborados nos últimos anos, reconhece o património (na amplitude das conotações natural e cultural) como recurso para o desenvolvimento, e por isso as componentes do território são elementos chave para a valorização turística dos lugares. Desta forma, o património é interpretado como um recurso, um activo turístico, no sentido de que pode configurar uma ferramenta útil de desenvolvimento e um valor a conservar para o turismo rural. De igual modo, importa referir que a qualidade estética, a autenticidade e a variedade nas composições territoriais fazem toda a diferença (ANTÓN CLAVE, 2000). O alargamento da noção de património – ancorado em dimensões antes negligenciadas, como construções rurais, artesanato, velhas unidades fabris, sem esquecer as dimensões imateriais – e a patrimonialização são indissociáveis dos motivos de ordem económica, relacionados com o papel desses recursos no desenvolvimento do turismo.

A relação entre turismo e património, tanto a nível internacional, como em Portugal, decorre em boa parte da crescente importância e visibilidade do turismo em todas as suas manifestações (das práticas recreativas às dimensões relacionadas com a actividade económica), bem como da preocupação pela preservação e valorização do património.

PRENTICE (2002: 33) assinala cinco necessidades básicas dos consumidores de património. «These needs range from awareness, orientation, participation, skills and dialogue. Different tourists may seek to consume heritage and so to define it in any combination of these five needs». Refere também a heterogeneidade das atracções patrimoniais, envolvendo sítios, temas e áreas promovidos como produtos para consumo dos turistas e visitantes, como resultado de diversas ideologias centradas em valores preservacionistas, reguladores, redistributivos e de marketing (promoção turística dos recursos patrimoniais). Ainda segundo PRENTICE (*op. cit.*, 49), a referida heterogeneidade «(...) has in effect been increased not so much by our increased scientific knowledge but through an increased awareness of change, a desire for conservation and a nostalgia for the past. In particular, heritage has become o commercial “product” to be marketed to customers seeking leisure and tourism experiences».

Na perspectiva de ASHWORTH (1994: 16), «(...) heritage is a contemporary commodity purposefully created to satisfy contemporary consumption. The initial and basic assumption is that heritage is an industry in the sense of a modern activity, deliberately controlled and organized with the aim of producing a marketable product». Assim, a construção do produto final (o património) envolve recursos variados, misturando eventos históricos, personalidades, memórias populares e mitologias, associados a lugares, sítios e paisagens, que depois de seleccionados, são convertidos em produtos através da interpretação.

Por outro lado, há pelo menos duas implicações deste modelo. Primeiro, a natureza do produto (património) é determinada pelas exigências do consumidor, e não pela existência de recursos. Segundo, a necessidade de seleccionar está implícita em cada uma das fases do processo. Por sua vez, os lugares desempenham um papel central em todo este processo, sendo em certos casos o próprio produto (património). Esta ideia de que o património é uma mercadoria produzida para o consumo contemporâneo torna inevitável a aceitação da necessidade de intervenção, isto é, o planeamento do património, que na Europa é essencialmente uma actividade local, tal como o património é especificamente um fenómeno local (ASHWORTH, *op. cit.*, 19), e na perspectiva da sua utilização, servindo objectivos de lazer, torna-se pertinente o planeamento turístico (INSKEEP, 1991).

No que diz respeito aos recursos que integram a oferta de turismo cultural, as componentes desse produto foram esquematizadas por GRANDE IBARRA e ÁLVAREZ SOLÍS (1998). Segundo os autores, o produto “turismo cultural” (figura 19) define uma tipologia de viagem que tem por base uma motivação cultural, originada a partir de um

conjunto de recursos⁶⁴ e satisfeita por uma série de serviços turísticos e culturais, que facilitam a deslocação e a estada turística. Outras componentes e recursos de diversa natureza podem incorporar-se no produto de turismo cultural, enriquecendo-o e imprimindo um carácter diferenciador: por um lado está a componente territorial, o espaço físico, sede da actividade turística; por outro, o conjunto de elementos patrimoniais e turísticos, e por último a imagem com a qual se apresenta ao mercado, de uma determinada forma, seguindo uma estratégia de marketing adequada.

Neste contexto é muito pertinente o entendimento destes autores, em relação ao conceito de turismo cultural⁶⁵, considerando o envolvimento de três condições (a juntar

⁶⁴ De acordo com a definição de ITB & BRADY (1988), citada por GRANDE IBARRA e ÁLVAREZ SOLÍS (*op. cit.*, 119), «Recurso cultural es cualquier lugar, estructura, pieza o acontecimiento cuya contemplación incrementa la percepción que el visitante tiene acerca de los orígenes, conductas, gustos y costumbres de la región que visita».

A existência de recursos culturais de reconhecido valor e interesse é fundamental para o desenvolvimento de uma estratégia de turismo cultural. Contudo, para actuar no campo do turismo é necessário realizar acções de valorização para facilitar a acessibilidade do visitante ao recurso, sofrendo, deste modo, uma transformação de elemento patrimonial em recurso turístico.

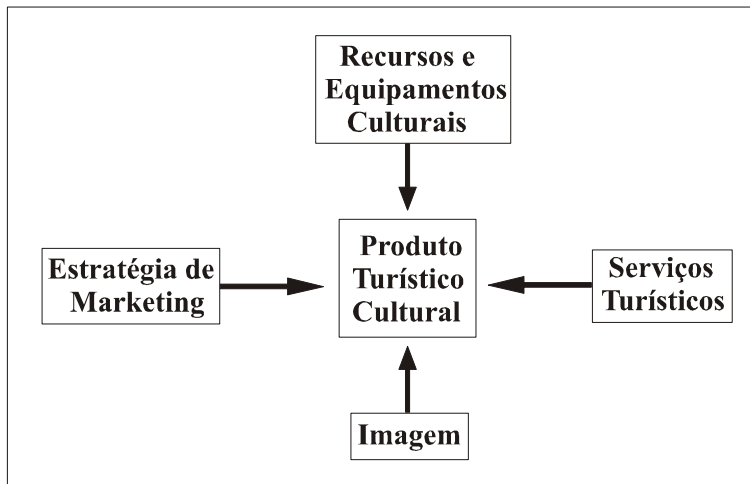
Diversos autores (citados por GRANDE IBARRA e ÁLVAREZ SOLÍS, *op. cit.*, 121) apresentam divisões temáticas do conjunto de recursos que integram a oferta de turismo cultural. COLARDELLE e MONFERRAND (1994) distinguem património arquitectónico; património museográfico; património histórico; património etnográfico; património industrial; centros de cultura científica e técnica; artes plásticas e decorativas; património musical e oral; parques e jardins. MUNSTERS (1994) estabelece também um sistema de ordenação de eventos e atracções culturais e considera as seguintes categorias: atracções (monumentos; museus; rotas; parques temáticos); eventos (culturais; artísticos). A ECTARC (*European Centre for Traditional and Regional Cultures*), no final dos anos 80, propõe que os lugares e recursos considerados capazes de atrair turistas culturais se ordenam nas seguintes categorias: centros arqueológicos e museus; arquitectura; artes, galerias, festivais e eventos; música e dança; drama (teatro, cinema, etc.); festas religiosas e peregrinações; formas de cultura tradicionais.

⁶⁵ Segundo a Organização Mundial de Turismo (citada por RICHARDS, 1996: 95), «o turismo cultural é o movimento de pessoas devido essencialmente a motivos culturais como viagens de estudo, viagens a festivais ou outros eventos artísticos, visitas a sítios e monumentos, viagens para estudar a natureza, a arte, o folclore, e as peregrinações».

Percorrendo outras definições apresentadas por diversos autores e instituições, retemos a ideia de que o consumo cultural pode fazer parte de uma motivação mais ampla, e é apenas mais um aspecto da viagem; segundo outros, a actividade cultural é a motivação principal da viagem e portanto a sua justificação é a descoberta cultural.

Assim, podemos falar de uma síntese de dois grupos de elementos distintos: os elementos culturais (um objecto significativo; um desejo de conhecer, de compreender, de sentir; um guia qualificado, seja vivo, seja escrito, seja audiovisual); e os elementos turísticos (serviços de transporte, alojamento, restauração, animação e informação).

ao deslocamento turístico): o desejo de se cultivar, conhecer e compreender os objectos, as obras e os homens; o consumo de um produto de tipo cultural (monumento, obra de arte, espectáculo), e a intervenção de um mediador, indivíduo, documento escrito ou material audiovisual, que valorizam ou realizam o produto cultural. Assim, o turismo cultural configura as viagens de mais de um dia de duração, cuja motivação principal seja a realização de, pelo menos, uma visita ou actividade de tipo cultural e que envolva o consumo de serviços turísticos básicos como alojamento e/ou transporte.



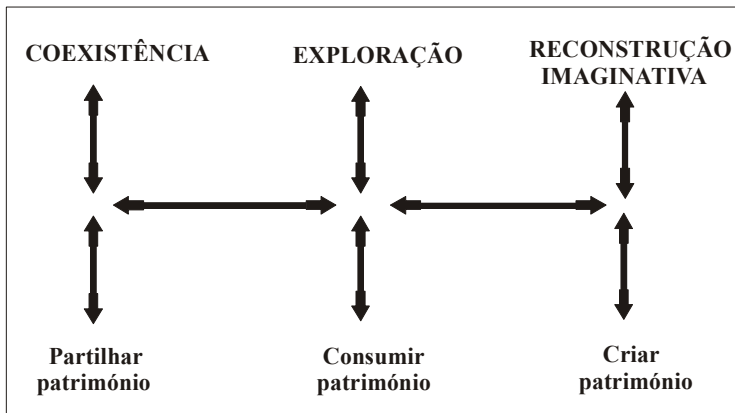
Fonte: GRANDE IBARRA e ÁLVAREZ SOLÍS, 1998: 142

Figura 19 – Os componentes do produto “turismo cultural”

De igual modo, importa sublinhar que a concepção de turismo cultural fazia referência apenas ao conjunto de elementos patrimoniais, especialmente aqueles que integram a “alta cultura” e o património monumental, deixando relegados para segundo plano a cultura popular e o património não monumental. Actualmente – como se depreende dos vários grupos de classificação acima referenciados – quase todos os elementos culturais são susceptíveis de aproveitamento de um ponto de vista turístico, pela sua transcendência como aspectos diferenciadores e de identidade do território.

No que diz respeito à relação entre turismo e património cultural, NEWBY (1994) defende que essa relação pode ser pensada como um *continuum* (figura 20). «At one end, culture is shared between residents and the visitors. At the other end, culture is packaged and shaped for presentation to tourists, the exact packaging being more influenced by need to generate tourist expenditure than by the cultural element itself. At both, there

is an emphasis on the appropriateness of costume to the visitor experience (...). This relationship forms a continuum along which there are three principal focuses – coexistence, exploitation and imaginative reconstruction. While there is no inevitability that a place will evolve from one state to another, from coexistence through exploitation to reconstruction, it is quite clear that the growth of tourism has been partially responsible for the extension of this continuum and the development of new forms of relationship between culture and tourism» (NEWBY, *op. cit.*, 208-209). A situação de coexistência significa que o turismo não domina a economia local. Quando o turismo começa a ocupar uma posição importante na economia local, impulsionado pela sociedade de consumo, o património cultural transforma-se na base de produção de mais valias económicas.



Fonte: NEWBY, 1994: 208

Figura 20 – A evolução da relação turismo/património

Na perspectiva de BERTONCELLO *et al.* (2003), o vínculo entre turismo e património apresenta-se como uma relação positiva em ambos os sentidos, por via dos efeitos positivos que o conhecimento do património pode exercer sobre os turistas que, no quadro de uma prática recreativa, podem tomar contacto com ele, conhecendo-o, valorizando-o e enriquecendo-se culturalmente. Por outro lado, o turismo apresenta-se como uma estratégia para garantir a valorização e preservação do património, na medida em que, através dele, é possível incentivar na população atitudes a favor do seu conhecimento e preservação. Ao mesmo tempo, a actividade turística pode gerar recursos económicos para a sua gestão e protecção. Contudo, os autores identificam também algumas dificuldades: «los procesos de deterioro ambiental tales como la contaminación de playas o la excesiva artificialización del medio, los conflictos culturales derivados de la

coexistencia entre turistas y población local, la dependencia económica que se genera en los destinos turísticos para satisfacer las demandas de los turistas, o las deficientes condiciones de los mercados laborales turísticos, son ejemplos ya ampliamente señalados de estas problemáticas» (*idem*: 2).

Outra questão problemática é a mercadorização do património, isto é, a transformação do património em produto de consumo, segundo a óptica de que a procura de nova função ou uso para certos imóveis com reconhecido valor patrimonial, no contexto da sociedade de consumo (e do espectáculo), privilegiará o acesso e o desfrute da população com mais capacidade económica e, em certos casos, pode subtrair o bem patrimonial ao seu contexto sócio-cultural. Como nota BARATA (2003: 103-104), a massificação do consumo de bens culturais, expressão da rendibilidade do património cultural, quando centrado nos próprios sítios e não nas comunidades, «para além do esgotamento a que pode conduzir do próprio património, (...) pode ainda perverter o “espírito” dos lugares”, banalizando-o. Transformando os bens culturais em mais um produto de mercado, altera-se ainda a sua abordagem, porque à “itinerância viajante” se substitui uma fruição turística de “consumo” célere que apenas permite uma apreensão muito particular dos espaços».

Uma vez que assistimos ao progressivo desenvolvimento e consolidação de formas de ocupação e uso do espaço rural vinculadas ao turismo, no âmbito de um processo mais alargado de hipervalorização do património e patrimonialização em larga escala (FORTUNA, 1997), que por sua vez decorre (em geral) de «estratégias de promoção e mercadorização dos lugares que respondem em simultâneo aos novos desafios da globalização e à esteticização pós-moderna dos quotidianos e dos seus cenários» (HENRIQUES, *op. cit.*, 214), importa reflectir sobre a sua tradução territorial, e perceber se o turismo rural⁶⁶ se constitui num novo factor de articulação económica e territorial, e de valorização patrimonial. Na mesma perspectiva de análise, se considera relevante o fenómeno da residência secundária.

A avaliação da transformação territorial que decorre do progressivo desenvolvimento de formas de ocupação e uso do espaço rural vinculadas ao turismo, leva a considerar a existência (ou não) de políticas consistentes durante o processo de criação do espaço turístico, afinal uma das causas fundamentais de certas discontinuidades e problemas. Por isso o “êxito” social da actividade não pode desvincular-se de medidas

⁶⁶ Como é evidente existem outras modalidades turísticas/recreativas que podem desempenhar um papel importante na dinamização sócio-económica dos territórios rurais e na salvaguarda/valorização do seu património, como por exemplo o termalismo.

concretas derivadas da intervenção pública, nomeadamente planos de intervenção apoiados em matrizes físicas (de ordenamento) e suportes financeiros essenciais para impulsionar e consolidar a sua execução.

4.3.2 TER, património e sociedade rural: que “matrimónio”?

4.3.2.1 Contexto social e apoio das políticas públicas

Como bem faz notar Graça JOAQUIM (1999: 305), o «turismo em espaço rural (TER) recobre um conjunto diversificado de actividades turísticas, apresentando profundos contrastes no interior dos países europeus, o que se relaciona, por um lado, com os diferentes conceitos de rural e, por outro lado, com as várias formas que o TER pode assumir».

O próprio conceito resulta de diversas perspectivas e contributos, de tal modo que não existe uma aceção única de TER. Porém, é possível identificar dimensões comuns (transversais) em várias definições. Assim, a ênfase recai, em regra, nos seguintes domínios: utilização de recursos naturais e culturais que são próprios dos territórios e das paisagens; preocupação de conservar e valorizar diversos patrimónios; reduzida dimensão da unidade de exploração e dos equipamentos/infra-estruturas associados; participação dos turistas nas actividades e nos costumes locais; tratamento personalizado dos utentes. De resto, trata-se de actividades e serviços realizados mediante remuneração em áreas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem.

O turismo deve ser entendido como uma das vias complementares que se pretende incentivar num contexto de marginalização económica e social de grande parte dos territórios rurais, através de diferentes políticas, instrumentos e iniciativas, tendo em vista converter valores naturais e culturais em valores económicos. Contudo não são alternativas fáceis às agriculturas em crise ou letárgicas, como também não são, na sua maioria, incentivos viáveis e de longa esperança de vida (CAVACO, 1999-a). No mesmo sentido aponta BALABANIAN (1999), quando defende que os territórios rurais, particularmente os mais frágeis, são mais lugares de excursão e de lazer do que espaços turísticos, e mesmo assim o retorno económico desses lazeres é muito fraco.

CAVACO (2003: 196-197), questionando sobre o “Lazer e turismo nos espaços rurais: oportunidades novas ou migalhas do festim?”, reconhece que «os espaços rurais, nas áreas tradicionais de polarização de fluxos turísticos ou nas áreas emergentes, são espaços baços, fracos, quase sem significado, salvo os que estão próximos do litoral, os de montanha média ou os valorizados por equipamentos de lazer importantes, como os

parques temáticos (...), ou campos de golfe prestigiados» e alerta para o facto do turismo não ser «uma panaceia para todo e qualquer território rural e toda e qualquer comunidade local que teime nele residir».

A geografia dos destinos turísticos em Portugal continua dominada pelos “produtos clássicos”, em especial o sol e a praia, embora afirmando-se as cidades e monumentos, e os centros religiosos. Este retrato reflecte o reconhecimento público do turismo no desenvolvimento sócio-económico do país, e as prioridades assumidas desde meados dos anos 60, quando esta actividade foi integrada nas «políticas de fomento e em seguida instrumentalizada em termos económicos» (CAVACO, 1999-b: 282). Contudo, mesmo nos anos 70, continuam as regiões de Lisboa, Algarve e Madeira na mira das prioridades do desenvolvimento turístico, «por ser aí mais forte e rápida a reprodutividade dos investimentos» (CAVACO, 1999-c: 293).

A definição de destinos alternativos, esboçada nos últimos anos em «resultado sobretudo de mudanças sócio-culturais entretanto registadas, apesar das inequívocas tendências de afirmação que revela, tem, de facto, uma expressão ainda muito incipiente e muito modesta» (M. RIBEIRO, 2003: 199). Segundo CAVACO (2003: 197), «Em Portugal, trata-se de 1.9% da procura interna e 1% da procura externa».

Retemos (e partilhamos) a ideia de que o turismo é uma actividade muito selectiva e que apenas alguns territórios apresentam potencial para serem, progressivamente, incorporados na categoria de espaços de turismo. Prefigura um dos caminhos para o desenvolvimento, que deve ser integrado numa estratégia territorial sustentável.

A construção da oferta de turismo em espaço rural é tributária de um conjunto de alterações sociais e também de importantes apoios e incentivos financeiros públicos no âmbito de novas orientações políticas.

Em relação às primeiras, RIBEIRO (*idem, ibidem*) assinala factores como os «níveis crescentes de instrução da população, o aumento dos tempos livres e as novas tendências de gestão e usufruto dos mesmos – férias repartidas –, a melhoria das infra-estruturas de acesso e das comunicações, e refere um movimento de revalorização do mundo rural, na génese da tentativa de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, estandardização, impessoalidade, saturação, dos modos e contextos de vida urbanos». O rural remete, pois, para os domínios do simbólico e do desejado, convida a sentir o silêncio, os odores e as cores naturais e originais, é uma espécie de última reserva de valores e recursos que se perderam ou se pretendem reencontrar, nomeadamente o ar puro e a água cristalina, biodiversidade, paisagens naturais e culturais de grande beleza e estética apelativa, e ao mesmo tempo os

rurais representam os principais responsáveis pela sua manutenção e conservação. Contudo, algumas destas representações (alimentadas por diversos suportes de informação) podem não corresponder às realidades que podemos aí encontrar.

FIGUEIREDO (1999; 2003) reflecte sobre a importância do ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais, a partir do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita. A autora reconhece que o “meio rural” adquiriu um valor simbólico nas sociedades contemporâneas, valor que é essencialmente constituído por representações diferenciadas do ambiente e da cultura rural, e constata a existência de dois ambientes rurais que correspondem às posições dos dois universos inquiridos (residentes e visitantes): o espaço de recreio e lazer e o espaço de vida, sendo que no primeiro as regras são consideradas fundamentais, enquanto no segundo as regras são encaradas como constrangimentos. Cruzam-se, pois, duas visões do mesmo ambiente rural: a dos visitantes, mais estética, *versus* a dos residentes, mais utilitária. A primeira é mais distanciada, idealizada e desejada, porque mais efêmera e menos vivida. A segunda corresponde a uma percepção mais prática, menos idealizada, porque corresponde aos espaços de vida e de actividade. O espaço rural assume, assim, um valor de reserva ambiental e cultural para os urbanos. «Não é mais um meio físico e social produtor de alimentos, mas um guardião das paisagens, memórias e tradições» (PORTELA, 2003: 17).





Por sua vez, HOPKINS (1998) estuda a imagem territorial e a sua importância para a promoção e o consumo do turismo rural, em Ontário (Canadá), a partir da análise de diversos suportes de divulgação publicitária dos espaços rurais. Este trabalho revela a importância dos temas ambiente, património, agricultura e recreação, e os ícones, símbolos e mitos a eles associados (quadro 3).

Neste quadro de simbolismo do espaço rural, destaca-se ainda a reflexão de RODRIGO (2003) sobre a questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas do norte e sul da União Europeia. Como demonstra a autora (*op. cit.*, 167), no centro e norte da Europa, o debate social em torno da questão ambiental nos territórios rurais emergiu mais cedo (anos 60), e centrou-se na discussão pública em torno da «degradação de patrimónios naturais (habitats e recursos biológicos) e estéticos rurais, que era identificada com o progressivo abandono de práticas agrícolas tradicionais e a sua substituição por técnicas intensivas», embora com diferenças entre alguns países⁶⁷. Por sua vez, nas

⁶⁷ No Reino Unido e na Holanda o “meio rural” é, essencialmente, paisagem, natureza e beleza, isto é, valorizam-se os espaços rurais na sua componente cultural e estética. Em França, ao invés da tradição naturalista, o espaço rural é identificado como um espaço de produção. «Os cidadãos e políticos, no geral, concordam que os agricultores são os únicos verdadeiros rurais» (PORTELA, *idem, ibidem*).

sociedades do sul, ilustradas com os casos de Portugal, Espanha e Grécia, a ausência de uma cultura de valorização da natureza ajuda a explicar a fraca sensibilidade social em relação à questão ambiental.

Quadro 3 – Temas, ícones, símbolos e mitos associados aos espaços rurais canadianos

Tema	Ícone (denotação)	Logo exemplo (símbolo)	Mitos (conotação/ideologia)
1. Ambiente Natural (54,0%)	Animais selvagens Árvores Água Sol Flores e vegetação Montanha Campo Lua/estrelas		Infância Amizade Inocência Tranquilidade Natureza domesticada
2. Património (20,0%)	Edifícios históricos Artefactos antigos Máquinas antigas		Família Generosidade Hospitalidade Segurança
3. Agricultura (16,0%)	Colheitas Animais Maquinaria agrícola Edifícios		Vida no campo Felicidade Equilíbrio homem/natureza
4. Recreação (10,0%)	Equip. desportivo Barco Automóvel Piqueniques		Romance Socialização Verão Tempo imortal Vida selvagem

Fonte: HOPKINS, 1998: 152 (adaptado)

No caso português, as actividades de turismo rural beneficiam, desde meados dos anos 70, de importantes apoios financeiros e do interesse político nacional⁶⁸, que em sucessivos quadros legislativos estruturaram o seu enquadramento e consagram ao TER destaque entre as opções de desenvolvimento rural.

⁶⁸ Este interesse reflecte a tendência desenhada em outros países da Europa, em especial aqueles que mais cedo apostaram no TER – como é o caso da França.

O papel exercido pela administração central, mais em particular pela Direcção Geral do Turismo (DGT), foi decisivo na construção da oferta de TER. A primeira experiência em Portugal (1978) decorreu apenas em quatro áreas piloto – Minho (Ponte de Lima), Beira Alta (Vouzela) e Alentejo (Vila Viçosa e Castelo de Vide) –, através de apoio financeiro a um grupo de proprietários de edifícios de reconhecido valor arquitectónico e histórico, tendo em vista recuperá-los e disponibilizá-los para alojamento turístico (CAVACO, 1999-c). O chamado *turismo de habitação* foi, então, a base da genealogia do TER em Portugal. «O sucesso desta experiência, principalmente em Ponte de Lima, conduziu ao alargamento progressivo a outras regiões do país e, finalmente, a todo o território nacional» (JOAQUIM, *op. cit.*, 306), e também ao alargamento da oferta de alojamento através da definição de novas modalidades.

«Em 1984, o Turismo de Habitação (DL n.º 251/84, de 25 de Julho) é consagrado legalmente na dupla vertente de “edifício apalaçado ou moradia unifamiliar com valor arquitectónico e recheio de qualidade” ou, quando se trata de “edificação localizada em meio rural, de natureza rústica ou de características regionais evidentes e com mobiliário e decoração adequados”» (*idem, ibidem*).

Dois anos depois, regista-se uma viragem decisiva na história da construção de TER, pois data de 1986 a sua institucionalização «no âmbito da publicação do Plano Nacional de Turismo (PNT). O espaço rural é, assim, pela primeira vez, expressamente consagrado como espaço de turismo, de um turismo que não sendo novo, se materializa como um produto distinto, em (quase) tudo, dos que dominam o mercado» (RIBEIRO, *op. cit.*, 204-205). O novo enquadramento legislativo (Decreto-Lei n.º 256/86, de 27 de Agosto) estabelece uma oferta de turismo rural alargada e diferenciada em relação ao turismo de habitação⁶⁹, sendo que o objectivo central é explorar quartos existentes em casas antigas de reconhecido valor arquitectónico e com recheio de qualidade, ou em

⁶⁹ Foram distinguidas três modalidades de TER: «**turismo de habitação**, com aproveitamento de casas antigas, solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico, dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade; **turismo rural**, em casas rústicas, com características locais e situando-se em aglomerados populacionais ou não longe deles; **agroturismo**, em casas de habitação ou seus complementos integrados numa exploração agrícola activa» (CAVACO, 1999-c: 295), caracterizando-se por algum modo de participação dos turistas nos trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementares.

«A elas juntou-se, já em 1989, a figura do **hotel rural**: pequenas unidades situadas em zonas do interior e fora das sedes de município, com carácter familiar, 10 a 30 quartos, terraços e espaços verdes, em edifícios com valor arquitectónico e características regionais e locais» (*idem, ibidem*).

casas rústicas localizadas em meio rural, e que sirvam simultaneamente de residência aos respectivos proprietários.

Entretanto com o quadro legislativo firmado no Decreto-Lei n.º 169/97, de 4 de Junho, o TER⁷⁰ passa a ser conceptualizado como o «conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais (ligação tradicional e significativa à agricultura ou ao ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural), segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural».

O alargamento explícito do conceito de TER aos domínios da animação resulta da necessidade de criar e desenvolver ofertas complementares ao alojamento (que em 1997 rondava as cinco centenas de unidades em todo o país). Visa «induzir e promover a dilatação da permanência média dos turistas, que mostrava (e continua, aliás, a mostrar) uma grande resistência a deslocar dos dois/três dias» (RIBEIRO, *op. cit.*, 206), ou pelas palavras de CAVACO (*op. cit.*, 299), «rendibilizar o investimento, o trabalho e a perda de independência, face a taxas médias de ocupação baixas (afluência reduzida no Outono-Inverno e estadas médias curtas)». Mas procura atingir também outros objectivos, como se depreende do facto das actividades de animação ou diversão dos turistas, que se destinam à ocupação dos tempos livres dos mesmos, contribuírem «para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões, designadamente o seu património natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais».

⁷⁰ A referida legislação alarga o âmbito do alojamento de TER a duas novas modalidades, o **turismo de aldeia** e as **casas de campo**, e prevê também como empreendimentos turísticos no espaço rural, os **hotéis rurais** e os **parques de campismo rurais**, com menos exigências em termos de edificação, decoração e mobiliário.

O **turismo de aldeia** configura o serviço de hospedagem prestado num empreendimento composto por um conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, legítimos possuidores ou detentores.

As **casas de campo** incluem as casas particulares e as casas de abrigo que prestam hospedagem, habitadas ou não pelos seus proprietários. Para as primeiras precisa-se que, pela sua traça, materiais de construção e demais características, devem integrar-se na arquitectura e ambiente rústico próprio do local onde se situam.

O mais recente quadro legislativo sobre o TER (Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de Março) procede, entre outros, ao agrupamento sob a mesma designação de empreendimentos turísticos no espaço rural, de todas as modalidades até aqui referenciadas (RIBEIRO, *op. cit.*).

4.3.2.2 Valorização patrimonial: o efeito mais visível

Diversos trabalhos de investigação permitem concluir que a oferta de turismo em espaço rural conheceu nas últimas duas décadas um crescimento muito significativo por todo o país e muito em especial na região Norte.

Como nota CAVACO (1999-c: 295), em «1985 existiam 121 unidades com a capacidade de 939 camas e em 1989 contavam-se 197 unidades e 1567 camas (+62.8% e +69%, respectivamente; 0.5% da capacidade de alojamento global). Nelas foram estimadas, paralelamente, 47.339 e 59.650 dormidas (+25%), nos dois anos referidos».

No período de 1990 a 2000, o número de estabelecimentos passou de 216 para 668, respectivamente, sendo que em 1996 era de 493 (quadro 4), o que reflecte bem a aposta dos sucessivos governos neste sector, aproveitando o apoio financeiro disponibilizado pela União Europeia, através dos fundos estruturais, e a dinâmica dos operadores particulares. A este propósito, CAVACO (1999-b: 292), refere uma média anual de 500 processos de candidatura durante o período de 1994 a 1997.

O número de camas acompanhou de perto esta tendência: 1713, em 1990; 4711, em 1996, e 6293, em 2000, embora com ligeira subida, isto é, um aumento mais rápido, em relação ao primeiro indicador: de 7.9 camas/estabelecimento em 1990, para 9.4 camas/estabelecimento em 2000. As pequenas *nuances* entre as modalidades resultam dos requisitos (número máximo e mínimo de quartos) definidos pela Lei.

Quadro 4 – Evolução da oferta de alojamento de turismo em espaço rural (Portugal, 1990-2000)

Modalidades	1990		1996		2000	
	N.º Est.	N.º Camas	N.º Est.	N.º Camas	N.º Est.	N.º Camas
Turismo de Habitação	112	920	181	1850	229	2375
Turismo Rural	86	633	214	1756	280	2347
Agro-turismo	18	160	98	1105	119	1350
Casas de Campo	-	-	-	-	40	221
Total	216	1713	493	4711	668	6293

Fonte: RIBEIRO, 2003: 213.

Quanto à distribuição dos estabelecimentos de TER por modalidades (quadro 4) destaca-se desde 1996 o *Turismo Rural* (43.4 e 41.9%, em 1996 e 2000, respectivamente). O *Turismo de Habitação*, modalidade que representava cerca de 52% em 1990, viu diminuir o seu peso relativo, ainda assim assume um lugar importante, com 36.7% (1996)

e 34.3% (2000) do total. De forma conjunta, estas duas modalidades representavam, em 2000, 76.2% de estabelecimentos de TER, sendo que os restantes 23.8% correspondem às modalidades de *Agro-turismo* (17.8%) e *Casas de Campo* (6%) – estas últimas são as que mais cresceram em termos relativos no período em análise.

Do trabalho de RIBEIRO *et al.* (2002) retemos a informação sobre a procura de TER no período que medeia entre 1992 e 1998, para o total do país e por regiões turísticas. Assim, sobressai o crescimento genérico da procura, com especial destaque para as Montanhas (que registam um acréscimo de dormidas de 154.7%) e para a Costa Verde (que acolheu um adicional de dormidas de 134.6%). Por seu lado, os números da Costa de Prata são os que denotam uma evolução mais consistente, ou seja, sem oscilações cíclicas. Por outro lado, notamos que o número de dormidas quase duplicou entre os dois períodos extremos em análise: de 86412, em 1992, para 162420, em 1998.

Naquilo que diz respeito à repartição geográfica do TER (quadro 5), a região Norte é a que concentra maior número de estabelecimentos e camas, 41.3 e 40% respectivamente, cerca de duas vezes superior em relação ao Centro, a segunda região mais importante do país neste capítulo. As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo apresentavam valores percentuais praticamente iguais, 13.9 e 13.1%, respectivamente, do total de estabelecimentos de TER computados em 2001, e um pouco mais (cerca de 1%) em termos de número de camas. A nível das diferentes modalidades, podemos dizer que a região Norte assume posição destacada em relação ao *Turismo de Habitação* (44.3%) e *Turismo Rural* (47.5%) e o Centro é a região onde encontramos mais *Casas de Campo* (27.5%), embora com menos peso no que concerne ao número de camas (18.5%). O Alentejo destaca-se no âmbito da modalidade de *Agro-turismo* (28.7% do número de estabelecimentos e 27,8% do número de camas – valor mais elevado das regiões portuguesas) e ainda em relação ao número de camas da modalidade de *Casas de Campo* (27.3%), que é o mais importante a nível nacional.

A leitura da evolução do TER a nível de NUTS III, para o período de 1990 a 1999, segundo dados da DGT recolhidos e publicados por ALBERGARIA e PIRES (2002), permite concluir que foi essencialmente em concelhos do interior do país que surgiram mais casas de TER, nomeadamente naqueles que fazem parte das sub-regiões do Minho-Lima e Tâmega – cada uma registou uma variação positiva de 48 estabelecimentos de TER. É oportuna a ideia de CAVACO (1999-c: 297): «Destacam-se os concelhos do Lima, designadamente o de Ponte de Lima, que funcionou como foco difusor, repartição que além de traduzir uma dinâmica mais recuada no tempo e mais forte, reflecte a força da proximidade do Parque Nacional Peneda-Gêres (...)». Ainda importante é o

crescimento de unidades de TER em Dão-Lafões (+32), Douro (+30), Madeira (+28), Alto Alentejo (+26) e Alentejo Central (+26).

Quadro 5 – Número de estabelecimentos e capacidade de alojamento de turismo em espaço rural, em 2001, por regiões (Portugal)

Regiões	Turismo de Habitação		Turismo Rural		Agro-Turismo		Casas de Campo		Total	
	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas
Norte	101	1027	135	1100	40	431	7	39	283	2597
Centro	43	455	48	373	27	339	14	63	132	1230
Lisboa e Vale do Tejo	41	481	39	348	14	146	1	6	95	981
Alentejo	13	123	34	303	35	385	8	93	90	904
Algarve	3	34	12	118	3	47	1	8	19	207
Madeira	14	116	8	56	1	10	8	82	31	264
Açores	13	135	8	81	2	28	12	49	35	293
Total	228	2371	284	2379	122	1386	51	3410	685	6476

Fonte: RIBEIRO, 2003: 213.

Esta trajectória de forte crescimento nos anos 90 deve-se, fundamentalmente, ao aproveitamento dos apoios financeiros para o sector e às condições de acesso muito vantajosas – com largas margens de fundo perdido e/ou juros bonificados – que têm sido oferecidas aos titulares de casas para recuperar e adaptar configuráveis ao “espírito” do TER. A contrapartida, por parte dos beneficiários, é manter, por um período mínimo de dez anos, o edifício afecto ao acolhimento de turistas.

Por outro lado, importa dizer que o turismo no espaço rural «beneficia ainda directamente de outros sistemas de incentivos orientados para as PME e as micro-empresas ou de carácter global e rural e iniciativa comunitária» (CAVACO, *op. cit.*, 303). A propósito deste último domínio, é pertinente o exemplo do programa LEADER, uma vez que o alojamento turístico foi um sector privilegiado em especial no LEADER I, ao passo que o LEADER II diversificou o leque de iniciativas apoiadas no espaço rural, embora sem ter deixado de apoiar iniciativas de alojamento turístico, animação turística e serviços de apoio. Com efeito, ALBERGARIA e PIRES (*op. cit.*, 442) referem que o TER absorveu 42% do financiamento total mobilizado no âmbito do LEADER I em toda a União Europeia, e foi a actividade predominante na apresentação de projectos em 33% das “zonas” LEADER. MORENO (2002: 201), em relação à estrutura dos investimentos LEADER em Portugal, conclui que «a mais notável alteração da primeira à segunda fase do

LEADER ocorreu com a medida/acção TER, que passou de cerca de 50% (57%, em termos de execução efectiva) para apenas 26.5%».

A componente de recuperação e valorização do património construído, em especial níveis patrimoniais de grande valor histórico e arquitectónico para o país, é um dos eixos mais visíveis do TER, o que tem levado alguns autores a reconhecer que esse efeito é mais evidente do que os induzidos no campo empresarial. A investigação realizada por JOAQUIM (*op. cit.*, 308), no período de 1989 a 1999, permitiu concluir que «apenas 20% dos promotores se dedicam em exclusividade ao TER».

«Assim sendo, é também plausível argumentar-se que, numa perspectiva meramente economicista, os benefícios privados do TER ultrapassam os que dele decorrem em termos sociais» (RIBEIRO, *op. cit.*, 208). A recuperação e conservação do património pessoal e familiar – que tem prevalecido, ao longo destes anos, sobre a dimensão empresarial – representam a motivação dominante no envolvimento com o TER. Por outro lado, o “maná” reflecte-se também na atitude passiva de muitos proprietários aderentes que não têm objectivos empresariais bem definidos, apenas procuraram tirar partido dos programas e aguardam o final do compromisso a que estão vinculados. A taxa de ocupação das unidades de TER – mesmo sabendo das dificuldades de recolha de elementos estatísticos e portanto as muitas e sérias reservas com que deve ser tomada –, que em 2000 não atingiu 15%, é um sinal deste estado de inércia cultivado por um grupo de proprietários.

Em relação ao perfil dos proprietários sabemos, de acordo com estudos recentes (CAVACO, 1999-c; JOAQUIM, 1999; ALBERGARIA e PIRES, 2002; RIBEIRO, 2003), que são indivíduos (e famílias) quase sempre pertencentes a estratos sociais elevados, dispondo, na maioria dos casos de várias fontes e de montantes de rendimento suficientemente elevados para não dependerem ou sequer necessitarem das receitas que a actividade turística pode gerar. Predominam os níveis elevados de formação académica e de qualificação profissional, e em certos casos trata-se de recém reformados (55-60 anos). Os agricultores têm fraca representatividade neste sector.

Portanto, como admite RIBEIRO (*op. cit.*), uma das fragilidades do TER na perspectiva do seu modesto contributo para a recuperação e redinamização das economias locais, estará relacionada com o perfil dos beneficiários. Opinião semelhante manifesta JOAQUIM (*op. cit.*, 305; 311): o turismo em espaço rural (...) decisivamente não tem cumprido o seu papel, nomeadamente ao nível da necessidade de encontrar novas vocações para o espaço rural. Esta situação deve-se sobretudo à sua natureza familiar e a um processo de desenvolvimento extremamente elitizado». Ainda segundo a autora, a

criação de novas figuras de TER, nomeadamente o turismo em casa de campo, configura um ferramenta que abre perspectivas a um importante desenvolvimento do turismo rural e paradoxalmente ao cumprimento do DL 256/86», pois tratando-se de um turismo menos “elitizado” e de “não-coabitação” pode vir «a permitir um maior enraizamento local da actividade turística e contribuir para a sustentabilidade económica das regiões envolvidas».

Contudo, não restam dúvidas de que «o espaço rural é codificado pelos patrimónios culturais e naturais e protagonizado por estratos sociais intelectualizados com algum poder económico. Tratar-se-á de um duplo consumo simbólico, por parte dos protagonistas e dos visitantes, onde a “profissionalização” do típico” se constitui como reinvenção do rural, estruturadora de novos produtos turísticos» (*idem*: 310).

Em síntese, sublinhamos que o TER apresenta resultados limitados em relação ao objectivo de aumentar o rendimento dos agricultores e a qualidade de vida das populações locais. Enquanto plataforma de transição do agrícola para o rural configura desafios que não passam pela esmagadora maioria da sociedade rural. Ao invés, na óptica de desenvolvimento turístico, o TER afirmou-se pela sua alta qualidade (e preço) e atingiu resultados muito animadores enquanto estratégia de diversificação dos produtos turísticos.

4.3.3 Residência secundária, reabilitação e patrimonialização

A residência secundária cruza-se com a temática do ordenamento do território e do desenvolvimento, por via das transformações territoriais induzidas pela sociedade urbana pós-moderna no âmbito da utilização dos tempos livres. Tratando-se de um fenómeno em expansão, interessa-nos reflectir sobre as suas implicações patrimoniais (e paisagísticas) nos territórios rurais em geral e nos mais periféricos em particular.

Antes, importa referir que quando tratamos de residência secundária deparamo-nos com dois problemas prévios: a definição do conceito e a aquisição de informações rigorosas e fidedignas sobre o fenómeno.

Na sequência de contributos conceptuais de diversos autores, como, por exemplo, CRAVIDÃO (1989), SANTOS (1996), CALDEIRA (1995), GALLENT e TEWDWR-JONES, 2000) e SAMPAIO (1998), entendemos que a residência secundária é uma alternativa de residência (fixa) de uma família, cujo domicílio principal está situado em outro lugar e que é usada essencialmente por membros dessa família para fins recreativos ou de lazer.

Actualmente com a maior mobilidade, e com as alterações nos tempos e lugares de trabalho, a definição e a separação funcional entre residência principal e secundária começa a ser mais difícil. Como «os espaços de trabalho e de lazer não estão tão

definidos como outrora, e os alojamentos que convencionalmente eram residências secundárias, por vezes servem para outros fins», nomeadamente para retiro de trabalho, pernoitar no caso de estar perto do local de trabalho, ou podem ser utilizados para outros objectivos, tais como servir de apoio a actividades culturais» (SAMPAIO, *op. cit.*, 48).

Mas o maior problema em relação aos estudos de residência secundária é a escassez de elementos compreensíveis e fidedignos sobre o assunto. Esta dificuldade percorre também as publicações estatísticas, dentro de cada país (na amplitude dos momentos censitários) e entre os diversos países.

Em Portugal, as estatísticas são marcadas pela insuficiência de elementos apurados sobre a expressão territorial deste fenómeno. Em 1981 e 1991, o conceito estatístico, englobando dois subconjuntos (alojamentos clássicos de “uso sazonal” e “com ocupante ausente”) de formas de utilização periódica de alojamentos familiares, deve ser utilizado de modo cauteloso uma vez que encerra padrões locativos diferentes (SANTOS, *op. cit.*).

Os *Censos 2001* retomam o conceito de uso sazonal (a que se acrescenta a extensão “ou secundário”), como «alojamento familiar ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual». O Quadro 3.08.1 dá conta dos alojamentos clássicos segundo a forma de ocupação e permite constatar situações bem diferentes a propósito do uso sazonal ou secundário dos alojamentos. A título de exemplo podemos dizer que na Região Centro os valores (relativos) mais elevados correspondem aos concelhos do Sabugal (55,7%), Pampilhosa da Serra (55,5%), Góis (54,1%), Idanha-a-Nova (51,1%) e Murtosa (50,8%). Ainda com valores elevados, superiores a 40%, encontramos certos concelhos das sub-regiões de Dão- Lafões, Pinhal Interior Norte e Sul, e Beira Interior Norte e Sul. Os concelhos da Nazaré (41,6%), Peniche (37,5%), Figueira da Foz (36,4%) e Mira (33,2%) ocupam igualmente posição de relevo na distribuição da variável.

Esta leitura permite evidenciar certos padrões locativos: se nos primeiros municípios é evidente a ligação aos processos migratórios (internos e externos), os últimos, ao invés, reflectem a importância da população urbana que adquire uma habitação que utiliza alguns dias por ano, com regularidade, no âmbito dos tempos livres. Por outras palavras, misturam-se alojamentos utilizados periodicamente com finalidades de lazer (o que configura a noção de residência secundária) com alojamentos pertencentes a indivíduos que estão ausentes por longos períodos, como as casas dos emigrantes e as que pertencem a outros cidadãos residentes no país, mas que estão fechadas por longos períodos de tempo e raramente são usadas – e quando são utilizadas é essencialmente para passar férias.

De igual modo é oportuno sublinhar que os alojamentos “com ocupante ausente” podem transformar-se em residência principal ao fim de alguns anos, sobretudo em áreas de forte emigração e retorno. Noutros casos, sobretudo em áreas relacionadas com as migrações internas, as habitações herdadas transformam-se em residência secundária, para passar férias e fins-de-semana em ambientes mais agradáveis e menos poluídos, e também podem configurar a possibilidade de residência principal após a reforma dos proprietários – e em certos casos a residência principal converte-se em secundária (passando aí parte do ano e a outra parte na terra de origem ou de ligação afectiva). Nessas áreas de abandono e envelhecimento da população, o número de imóveis vagos é cada vez maior (CALDEIRA, *op. cit.*).

A necessidade de obter informações concretas da residência secundária e dos seus proprietários e utilizadores remete o investigador para a consulta de um conjunto de fontes indiciadoras dessa realidade. No caso de Portugal as fontes teoricamente mais importantes para o conhecimento do universo da residência secundária, naquilo que diz respeito à identificação e ao domicílio dos proprietários, são a Matriz Predial Urbana⁷¹ da Repartição de Finanças e o Registo Predial. Contudo, dificuldades de diversa ordem aconselham a utilizar outras fontes e assim o inquérito revela-se a fonte mais fiável e próxima da realidade, e em muitos casos a única para o estudo do fenómeno.

Depois desta nota inicial sobre o conceito e os principais problemas relacionados com a recolha de informação, é tempo de explicar o crescimento da residência secundária e os seus resultados nos territórios rurais, nomeadamente a capacidade de activar e valorizar património(s).

GALLENT e TEWDWR-JONES (*op. cit.*, 6) dizem-nos que, na Escandinávia e na América do Norte, a “tradição” de possuir uma residência secundária (no sentido contemporâneo do termo) remonta aos anos 30 do século passado. Noutros países (como é o caso de grande parte da Europa Ocidental) é a partir de meados do século XX que se

⁷¹ Trata-se de um registo, organizado por freguesia, onde constam, por ficha, os elementos descritivos de cada prédio (designadamente a caracterização, o valor tributável, a identidade dos proprietários, entre outros).

A Matriz Predial Urbana permite inferir sobre o fenómeno da residência secundária, nos termos expostos, através da constatação de discrepância entre a residência do titular e a localização do prédio. Contudo, esta fonte não está isenta de problemas e limitações (como a desactualização da informação, nomeadamente o nome e a residência dos titulares) que é necessário ultrapassar através de outras fontes, como o registo predial, e o apoio imprescindível de informadores locais que, sobretudo em pequenos lugares, são alavancas fundamentais para discorrer sobre a “geografia cadastral”.

afirma o «sonho de ter uma residência secundária» (segundo a expressão de MARTIN, 1972, citada pelos autores).

«Em Portugal só a partir dos anos setenta a segunda residência começa a adquirir significado relevante no território, principalmente ao longo do litoral. Embora, anteriormente, tenham surgido exemplos de segundas residências, estas, estão quase sempre ligadas à aristocracia e à alta burguesia adquirindo, por isso, uma difusão e um significado diferentes daqueles que hoje assumem» (CRAVIDÃO, 1996: 7).

Conforme nota C. FERREIRA (1999: 317), «Tradicionalmente representativas em áreas periurbanas ou em espaços com forte atractividade turística/balnear, as residências secundárias tendem a transpor antigos limiões de acessibilidade, acompanhando a penetração viária para áreas mais recônditas, a afirmar novas motivações individuais/familiares e a suscitar novas escolhas geográficas (albufeiras, faixas costeiras inóspitas, serras e montanhas, aldeias históricas, montes alentejanos, etc.)».

Cada vez mais é reconhecido que o crescimento do número de residências secundárias não é um fenómeno isolado, mas conectado com vários outros elementos relacionados com alterações sociais e macro-económicas, sendo por isso o seu entendimento fundamental para explicar o fenómeno. O incremento da mobilidade individual (acompanhada de elevadas taxas de propriedade automóvel individual e da melhoria de infra-estruturas de acessibilidade a muitas áreas rurais), o facto de haver mais rendimento disponível e a redução do tempo de trabalho (mais tempo de lazer) foram realidades, particularmente no período pós-2.^a Grande Guerra. Estas tendências foram mais visíveis nas regiões mais ricas, com economias cada vez mais baseadas em novas indústrias e serviços financeiros. Tiveram menos importância nas regiões dependentes da economia tradicional, que se encontrava em declínio e que era alicerçada na agricultura e na indústria extractiva.

A expansão do fenómeno prende-se, igualmente, com a alteração da imagem das áreas rurais na segunda metade do século XX, quando, ao mesmo tempo, a população urbana interpretou essas áreas como localizações potenciais para uma grande diversidade de actividades, ao invés de simples produção alimentar, conforme advogam BUTLER, HALL e JENKINS (*op. cit.*, 12).

Em muitos casos a procura potencial transformou-se em procura efectiva. O baixo preço das casas rurais e o aumento do rendimento urbano e da mobilidade combinaram-se com o crescimento do “culto pela nostalgia do campo” (NEWBY, 1980) e o desejo de fugir às pressões da vida urbana. Para compreender o crescimento do fenómeno, é preciso considerar aspectos da motivação pessoal lado a lado com a reflexão sobre a

procura. COPPOCK (1977, *cit.* por GALLEN e TEWDWR-JONES, *op. cit.*, 12) defende que as motivações individuais podem incluir o desejo de participar em alguma actividade que requer acesso aos recursos rurais, um desejo de manter ligações com uma área rural que pode servir de lugar de refúgio. A residência secundária, ao contrário de outros usos recreativos, serve objectivos de curto e longo prazo: a curto prazo, proporciona uma recreação espacial ocasional e a longo prazo pode transformar-se em residência principal. Este factor pode influenciar a decisão de adquirir uma residência secundária.

Nos últimos anos a literatura especializada sobre residência secundária tem salientado de forma crescente as consequências do fenómeno em termos de problemas e benefícios, com a escala local a merecer amplo destaque. O contexto territorial e sócio-económico é uma dimensão recorrente, tal como a análise de diferentes experiências e respostas à expansão da residência secundária, nomeadamente a utilização da via de planeamento territorial, como instrumento para restringir e disciplinar o fenómeno.

Como afirma CRAVIDÃO (1989: 5), «Colocando, frequentemente, grandes problemas ao ordenamento do território, a residência secundária está também, em certos casos, associada a dinâmicas territoriais que, pela preservação do suporte físico e cultural, merecem particular atenção dos geógrafos». De facto, a componente de valorização dos territórios, designadamente a vertente patrimonial, é um dos resultados positivos mais recorrentemente associados ao fenómeno, embora se reconheçam outras implicações, nomeadamente a nível da revitalização da economia local, como defendem

M. J. FERREIRA *et al.* (1999: 171): «The use of mountainous areas as places of second residence for the urban population can also contribute to the renewal of traditional houses, to the development of construction activities, as well as to the establishment or improved of urban-type retailing and services».

Algumas dimensões da residência secundária revelam-se de grande significado para analisar as implicações territoriais, nomeadamente a localização geográfica, o tipo de residência, a morfologia de construção, a intervenção urbanística/arquitectónica e a localização relativamente a lugares pré-existentes. As ligações do proprietário ao lugar e à região, a frequência de utilização, o modo como utiliza o seu tempo livre e a forma como são utilizados os equipamentos e os serviços representam outros tópicos de análise e são indicadores importantes de avaliação do fenómeno. A escala e a “intensidade” da residência secundária e as condições antes da sua implantação e difusão são também elementos a considerar.

A periferia das cidades, tanto em áreas de carácter rural, como no litoral, representa a maior fatia da residência secundária. «A escolha do lugar depende essencialmente

da localização da residência principal, da acessibilidade, da disponibilidade e preços do solo e casas, da qualidade ambiental e paisagística e dos interesses, gostos e contactos dos futuros proprietários» (CALDEIRA, *op. cit.*, 44).

Como já se referiu, locais distantes da periferia das grandes cidades também podem ser atractivos para a residência secundária, independentemente do seu carácter. As áreas balneares, sobretudo o Algarve, a Costa Alentejana e o Centro Litoral, vêm alguns dos seus locais mais emblemáticos – pelas suas características, beleza ou qualidades excepcionais das praias – acolher um número crescente de população que aí passa algum do seu tempo livre.

A dinâmica da construção reflecte a procura crescente de alojamentos para fins de utilização sazonal, sobretudo em ligação com o desenvolvimento do “turismo de sol e praia”. A elevada procura, a forte pressão e especulação imobiliária, lado a lado com uma certa permissividade e desresponsabilização do poder político, e mais recentemente as servidões administrativas e as limitações ao uso do solo contribuíram para elevar de forma surpreendente o preço dos solos para construção (que influencia de sobremaneira o preço final dos imóveis), e daí a oferta centrar-se sobretudo a nível do prédio de apartamentos.

As excepções, nessas áreas, correspondem aos modernos condomínios fechados, principalmente aqueles de moradias isoladas (ou geminadas) dirigidas às classes com maior poder de compra. A construção de apartamentos também foi tocada pela nova modalidade dos empreendimentos, em regime de condomínio fechado. A oferta de um conjunto de regalias e equipamentos comuns é vista como forma de tornar mais atraente este género de construção em detrimento da moradia. A segregação espacial e social e o isolamento em relação ao lugar de implantação são alguns dos problemas mais comuns referenciados na literatura especializada (M. J. FERREIRA, 2001).

Por sua vez, a aquisição de casas antigas, com a finalidade de reabilitação para serem utilizadas como residência secundária, é outra opção, sendo daquelas que mais pode beneficiar os lugares pelo menos na perspectiva da salvaguarda (e valorização) do património construído. As situações em que a proveniência da propriedade se faz a partir de herança configuram, pelo menos no plano teórico, a mesma possibilidade. Estas situações envolvem uma alteração de usos, pois aquilo que foi uma residência principal transforma-se em secundária.

Em certos casos, as estruturas edificadas pré-existentes, abandonadas, carregadas de acontecimentos e histórias de vida e, portanto, portadoras de memórias e de uma matriz de identidade, activas ou passivas, são apropriadas por populações que podem não ter qualquer ligação umbilical ou afectiva ao território. Ao invés de induzir alojamentos

novos (e construídos por terceiros), sem história, para utilizar durante os tempos livres, configura-se um processo de recuperação de imóveis com o objectivo de adaptar e transformar em residência secundária. Como referimos, este cenário prefigura um caminho para a recuperação e a valorização das estruturas edificadas e do contexto dialéctico dos imóveis, e eventualmente um processo de activação do património, que toca lugares por vezes abandonados e em estado de profunda ruína, como acontece, por exemplo, em certas aldeias da Serra da Lousã.

O carácter sazonal da residência secundária pode provocar importantes alterações demográficas, nomeadamente o aumento do número de população presente em época de férias e/ou aos fins-de-semana, de tal maneira que pode ser excedida a capacidade de resposta dos equipamentos e das infra-estruturas locais, gerando-se graves situações de rotura, com dificuldades e prejuízos de qualidade de vida para as populações. De igual modo, é possível admitir contributos positivos para o aumento da população, em termos de habitantes permanentes, por via da transformação de residências secundárias em residências principais, em certa fase da vida dos seus utilizadores nomeadamente após a reforma (SANTOS, *op. cit.*). Contudo, em áreas rurais, dificilmente a residência secundária pode ser encarada como solução (condição suficiente) para o problema do abandono dessas áreas, por muito longas que sejam as estadas médias dos residentes secundários.

O eventual efeito positivo sobre a economia local manifesta-se em dois planos:

- O consumo de produtos relacionados com a estada, na modalidade de comércio diário (em especial o ramo alimentar), e a procura de serviços (como, por exemplo, restauração, e outros relacionados com a manutenção da casa e dos espaços exteriores), embora dependente da “intensidade” da residência secundária e da existência de comércio e serviços aptos a responder a essa eventual procura;
- O mercado da construção civil, no âmbito da construção, reconstrução, recuperação e conservação de imóveis, e todos os serviços conexos desde os projectos (arquitectura, engenharia civil e outras especialidades), passando pela aquisição de materiais para as obras (betão, telhas, ladrilhos cerâmicos, portas, roupeiros, pavimentos, janelas, irradiadores e caldeiras de aquecimento, etc.) e a prestação de serviços referente aos diversos profissionais envolvidos nas diferentes fases das obras (pedreiros, carpinteiros, electricistas, canalizadores, ladrilhadores, pintores, técnicos de sistemas de aquecimento e ventilação, entre outros). A forma de realização das obras, através de empreitadas, ou ajuste directo, ou ainda com a eventual participação do proprietário, condicionará a sua “área de influência”.

Em áreas largamente dominadas por residências secundárias, em que a população permanente é muito reduzida ou quase inexistente, os efeitos far-se-ão sentir principalmente (e nalguns casos exclusivamente) em regiões diferentes das de acolhimento (SANTOS, *op. cit.*). Esta situação pode resultar do facto de o aglomerado ter sido constituído, desde a origem, predominantemente por residências secundárias, de que é exemplo S. Pedro de Moel (estância balnear do concelho da Marinha Grande, estudada pela citada autora), ou do despovoamento verificado na sequência de fenómenos migratórios (internos e externos), como acontece nas aldeias de Casal Novo, Candal e Talasnal (Serra da Lousã).

O efeito inflacionista, relacionado com a procura de imóveis para residência secundária, no domínio imobiliário (terrenos para construção e imóveis para habitação), pode conduzir a um processo selectivo de afastamento dos antigos proprietários e/ou residentes, e de outros potenciais interessados sem capacidade financeira para adquirir ou manter casas e outras propriedades. A diferença de rendimento disponível e de poder de compra perante aqueles que adquirem casa para utilização sazonal pode ser de tal ordem que a residência secundária é potencialmente indutora de segregação social, situação que merece reflexão, tendo em conta a vivência e a fruição dos valores patrimoniais, considerados pilares da memória e da identidade das populações locais.

Por outro lado, são reconhecidos efeitos positivos resultantes da reabilitação de estruturas edificadas, principalmente em lugares abandonados ou semi-abandonados, com elevado número de imóveis em mau estado ou em ruína. As vantagens decorrem também do efeito indutor sobre outros proprietários que podem ser influenciados a reabilitar e a utilizar imóveis para residência secundária, por convicção profunda, ou decorrente da tentativa de imitação de hábitos e níveis/estilos de vida (padrões de consumo) das classes social e economicamente mais elevadas.

O envolvimento dos residentes sazonais com os territórios de lazer revela-se através da participação nas associações de melhoramentos, ou em outras organizações associativas de promoção dos interesses locais, e na organização de eventos locais, mas parece condicionada pelos vínculos com a comunidade local e os demais proprietários e/ou utilizadores de residências secundárias.

Em síntese, pequenos lugares transformam-se em áreas de lazer, onde a habitação de férias e fins-de-semana vai ganhando maior expressão espacial, gerando no território impactos positivos, na medida em que proporcionam às populações locais novas actividades que lhes permitem melhorar as suas condições de vida e contribui para a preservação, activação e valorização do património, mas também negativos, como a

descaracterização arquitectónica, a destruição de elementos patrimoniais, a superação do limite da “capacidade de carga” das paisagens⁷² e a sua degradação estética e funcional.

Embora sem a pretensão de generalizar, com base no conhecimento e análise de inúmeros casos em Portugal, pensamos que os cenários rurais e de montanha aparecem de forma mais recorrente como exemplos (potenciais e reais) de salvaguarda e valorização do património cultural (em particular no que diz respeito às dimensões arquitectónica e etnográfica).

⁷² Segundo COVAS (1999), a paisagem serrana ou rural enquadra-se nas chamadas amenidades naturais, com valor de não uso, territorialmente difusas, pertencentes ao domínio público e revestindo a forma de bem colectivo ou público. O conceito de amenidade rural é entendido como «um benefício ou uma dádiva da natureza, um activo patrimonial, natural e cultural», com um valor potencial muito superior ao presumível valor de mercado; uma realidade dinâmica cujas fronteiras se reportam «a uma tripla conotação: territorial, biológica, cultural» (COVAS, *op. cit.*, 19).

Em termos genéricos, as amenidades configuram qualidades ligadas a um determinado território com particularidades físicas ou culturais que o diferencia de outros territórios (OCDE, 1994, *cit.* em COQUART e POUZENC, 2002). Essas características locais transformam-se em recursos quando são incorporadas numa actividade económica, o que lhe confere um valor de uso (OLIVIER e SIMONNEAUX, 2002).

5. A(s) montanha(s): da sobrevivência à integração territorial

«Son la totalidad de los elementos, en su relación y su forma, sus significados estéticos o éticos y sus valores, culturales o naturales, los que deben perdurar, y es necesario dejar de mirar a los macizos montañosos únicamente como fuentes de recursos materiales, antaño primarios y hoy prioritariamente terciarios».

Enrique Serrano Cañadas, 2000: 193.

A abordagem dos territórios rurais, na perspectiva (da utilização/ativação do património cultural como motor) do seu desenvolvimento, retratou já alguns aspectos relacionados com as áreas montanhosas. Porém, o perfil singular, a especificidade das potencialidades e problemas das montanhas justificam que a análise seja aprofundada na relação directa com as políticas, os programas e as intervenções desenhadas nesse prisma.

5.1 Territórios frágeis/deprimidos; valores patrimoniais/paisagísticos relevantes

Como já se referiu, o actual interesse geográfico pelas áreas de montanha está relacionado com a fragilidade destas áreas e com os seus recursos naturais e culturais, bem como com a reconversão e a reorientação funcionais que procuram ultrapassar a crise social, económica e territorial que atinge, no geral, as montanhas. Os novos usos/ funções são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores (ligado à sociedade urbana e à fruição dos tempos livres) que reconheceu como excepcionais as qualidades culturais (e naturais) que melhor identificam as montanhas.

No plano mundial «calcula-se que cerca de 1/10 da população mundial vive em áreas de Montanha e que mais de dois mil milhões de pessoas dependem das montanhas para a obtenção de recursos alimentares, energia hidráulica, madeira, minerais» (GRAÇA, 2003: 373). De igual modo, cerca de metade da população mundial depende da água que nasce nas montanhas para diversos fins (domésticos, agrícolas, energéticos, transportes, entre os mais significativos).

A importância das montanhas na Europa traduz-se na grande extensão de maciços muito diversificados que vão das regiões Árticas até ao Mediterrâneo, passando pelos Alpes e outros maciços montanhosos nas regiões de clima temperado.

Quadro 6 – Principais desafios e potencialidades das áreas de montanha europeias

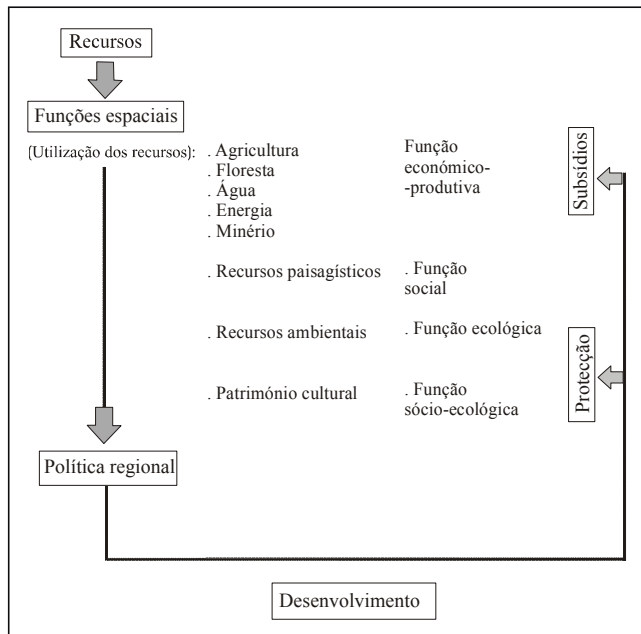
Desafios	Potencialidades
<i>No plano social</i>	
<ul style="list-style-type: none"> . Grave risco de despovoamento gradual, mas irreversível. . Distâncias maiores o que implica distribuição das infra-estruturas de base mais equilibrada em relação às existentes nas planícies. . Carência de serviços aos cidadãos, famílias e empresas. . Falta de compensação dos serviços que a população das zonas de montanha presta ao conjunto da sociedade, sob a forma de gestão e protecção dos recursos, paisagens e ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> . Oferta de lazer e repouso aos cidadãos que permita satisfazer a procura crescente de descoberta de outros estilos de vida em ambientes protegidos pelas suas características naturais e culturais.
<i>No plano económico</i>	
<ul style="list-style-type: none"> . Precaridade crescente das actividades tradicionais como agricultura, silvicultura e turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> . Novas fontes de rendimento características das zonas de montanha e de trabalho previsíveis, graças ao desenvolvimento das novas tecnologias, especialmente nas áreas da informação e da comunicação.
<i>No plano ecológico</i>	
<ul style="list-style-type: none"> . Crescente pressão sobre as zonas mais sensíveis devido ao abandono das terras, à má gestão dos recursos hídricos, ao afluxo sazonal de visitantes e à sobrecarga da rede viária. 	<ul style="list-style-type: none"> . Novas perspectivas criadas pelas tecnologias de ponta (energia renováveis, transporte multimodal, sistemas informáticos geográficos). . Evolução geral no sentido de uma colaboração dinâmica entre ambiente e desenvolvimento.

Fonte: Jornal Oficial da União Europeia, 29.5.2003 (em <http://www.eu.com>)

As áreas de montanha cobrem aproximadamente 38% da superfície total da União Europeia, por onde se repartem mais de 30 milhões de habitantes (quadro III, em anexo), parte esta que se acentua desde o recente alargamento. Representam um património muito específico de recursos vitais para toda a Europa: hídricos, florestais, espécies e habitats raros, raízes culturais únicas, e territórios de recursos naturais e de lazer, entre outros. Contudo, apresentam também dificuldades diversas (quadro 6) que configuram importantes desafios (no plano social, económico e ecológico).

A montanha como entidade geográfica é indissociável de simbologias e qualificativos: espaço barreira, espaço sagrado, espaço sublime, espaço grandioso, belo e apaixonante (MONTIEL MOLINA, 2002), «mas também como espaço vazio, temido, e por vezes, maldito e odiado; como território de recursos naturais e como santuário ecológico, paisagístico e ambiental (...); finalmente, ainda, como espaço natural tradicional, de estabilidade e de permanência de valores que já não podem ser encontrados na sociedade urbano-industrial actual, o que confere forte valorização enquanto espaço turístico e de lazer (turismo activo e desportivo, mas também turismo rural e ambiental)» (CUNHA, 2003: 177).

STADELBÄEUR (1991), a propósito da utilização e gestão dos recursos nas regiões montanhosas da ex-República Federal da Alemanha, esquematiza muito bem o desenvolvimento das suas funções espaciais centrado na utilização dos diversos recursos, reconhecendo que, na perspectiva da política e da economia regional, uma parte importante dessas regiões permanece marginal e em outros casos a montanha converte-se em recurso em termos de atracção paisagística (figura 21).



Fonte: STADELBÄEUR, 1991: 234 (adaptado).

Figura 21 – Funções das regiões montanhosas (o exemplo da ex-R.F.A.)

A singularidade das montanhas, quaisquer que sejam, decorre do reconhecimento da sua individualidade ecológica, que se apoia quase sempre nos mesmos ou em semelhantes factos gerais, sobretudo entre montanhas da mesma latitude. «A altitude, a articulação morfo-estrutural, o povoamento e o modo de relacionar-se com os outros espaços, são muito semelhantes nos seus fundamentos básicos em todas as montanhas que rodeiam o Mediterrâneo» (RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2001: 371).

A maioria das montanhas, e em especial as mediterrâneas, não podem entender-se à margem da acção antrópica milenar. Contudo, em grande parte delas, a ocupação efectiva e generalizada é relativamente tardia, o que não impediu o povoamento de se aproximar do limite da “capacidade de carga” da montanha. Em muitos casos, esse desequilíbrio foi sinónimo de despovoamento, retrocesso nas actividades tradicionais e abandono generalizado.

Nas últimas décadas a componente social tem sido dominada pela redução dos habitantes originais e da população residente, e pela crescente importância da população urbana no quadro da utilização dos tempos livres. O abandono e a diminuição da ocupação são frequentemente sinónimos de rápida degradação. Com efeito, as fragilidades das montanhas estão associadas ao desaparecimento das actividades regulares e do próprio homem e a ruptura deste equilíbrio provoca uma reacção em cadeia. O abandono levou a dinâmicas de riscos (naturais e também de carácter humano) e a ausência de monitorização dos impactes é hoje uma grande preocupação.

Por sua vez, a **identificação** dos territórios montanhosos revela uma abordagem variável devido a uma realidade bastante diversa.

Na sequência da directiva 75/268/CEE foram definidas as “zonas de montanha e desfavorecidas” no que diz respeito à superfície agrícola útil. Contudo, «tendo em conta o desempenho muito desigual dos Estados-membros neste domínio, ligado designadamente à latitude, que têm na fixação dos parâmetros, na aplicação dos critérios de altitude de encosta e de clima que a definição comunitária fixa, subsistiram, até agora, divergências, tanto quantitativas como qualitativas» (UE, 2003-b).

Em 1988, um parecer de iniciativa do Comité Económico e Social (CES 461/88), estabelece uma uniformização semântica do conceito “zona de montanha” que contempla o espectro de situações geofísicas, climáticas, ecológicas e sócio-económicas, que caracterizam a montanha europeia, através dos seguintes termos: «Considera-se zona de montanha uma entidade geográfica ambiental, sócio-económica e cultural, na qual as desvantagens decorrentes da altitude e de outros factores naturais devem ser relacionadas com condicionantes de tipo sócio-económico, com a situação de desequilíbrio do território e com o grau de degradação do ambiente» (UE, *op. cit.*).

Quadro 7 – Classificação das montanhas e das zonas árticas, segundo a definição adoptada pela União Europeia de regiões de montanha e de regiões que são abrangidas pelos objectivos prioritários dos Fundos Estruturais

	Objectivo n.º 1	Objectivo n.º 2	Não elegível
. Zonas com condições climáticas muito difíceis devido à altitude (altitude mínima entre 600 e 800 m).	. Cadeias montanhosas elevadas no centro e noroeste de Espanha, na Córsega, no sul de Itália (incluindo a Sicília) e na Grécia (incluindo Creta). As montanhas mais alta da Suécia e da Finlândia.	. Partes centrais dos Pirinéus, Maciço Central, Jura, Vosgos, Alpes franceses meridionais. Apeninos setentrionais e Alpes ocidentais e orientais em Itália. Grande parte dos Alpes austríacos.	. Determinadas zonas do noroeste dos Alpes franceses (Delfinado-Sabóia), os Alpes centrais italianos (Piemonte e Lombardia). Grande parte dos Alpes alemães.
. Zonas situadas a uma altitude inferior ou com um desnível médio acentuado (geralmente mais de 20%).	. Outras zonas montanhosas de Portugal, Espanha, Córsega, Itália meridional (incluindo a Sardenha e Sicília) e Grécia (incluindo Creta). Outras zonas montanhosas da Suécia e Finlândia (Lapónia).	. Partes periféricas dos Pirinéus, Maciço Central, Jura, Vosgos, Apeninos setentrionais e Alpes ocidentais e orientais italianos.	. Determinadas zonas do noroeste dos Alpes franceses (Delfinado-Sabóia), os Alpes centrais italianos (Piemonte e Lombardia). Grande parte dos Alpes alemães.
. Outras zonas situadas a norte do paralelo 62 e algumas regiões adjacentes.	. Planícies da Suécia e da Finlândia situadas a norte do paralelo 62 (sobretudo algumas zonas do interior).	. Outras zonas de planície da Suécia e Finlândia abaixo do paralelo 62 (principalmente zonas costeiras da Suécia e zonas do interior da Finlândia meridional	

Fonte: Jornal Oficial da União Europeia, 29.5.2003 (em <http://www.eu.com>)

A partir desta definição, o Comité Económico e Social reuniu os critérios que cada Estado-membro utiliza para definir as “zonas de montanha” da supracitada Directiva 75/268/CEE e procurou «(...) afiná-los, distinguindo, na medida do possível, as zonas predominantemente de montanha em sentido restrito (regiões ou municípios com pelo menos 66% de território montanhoso) e zonas parcialmente de montanha em sentido lato (regiões que têm de 33% a 66% de território montanhoso)» (*idem*).

Uma outra classificação euro-comunitária das “zonas de montanha”⁷³ (quadro 7) decorre da observância de um conjunto alargado de critérios tais como: as desvantagens

⁷³ Se certas “zonas de montanha” têm potencialidades económicas e estão integradas na economia da União, a maior parte delas sofre de problemas de vária ordem: 61.5% das “zonas de montanha” e das “zonas árticas” são abrangidas pelo objectivo n.º 1 e 24.7% pelo objectivo n.º 2 (UE, 2003-b).

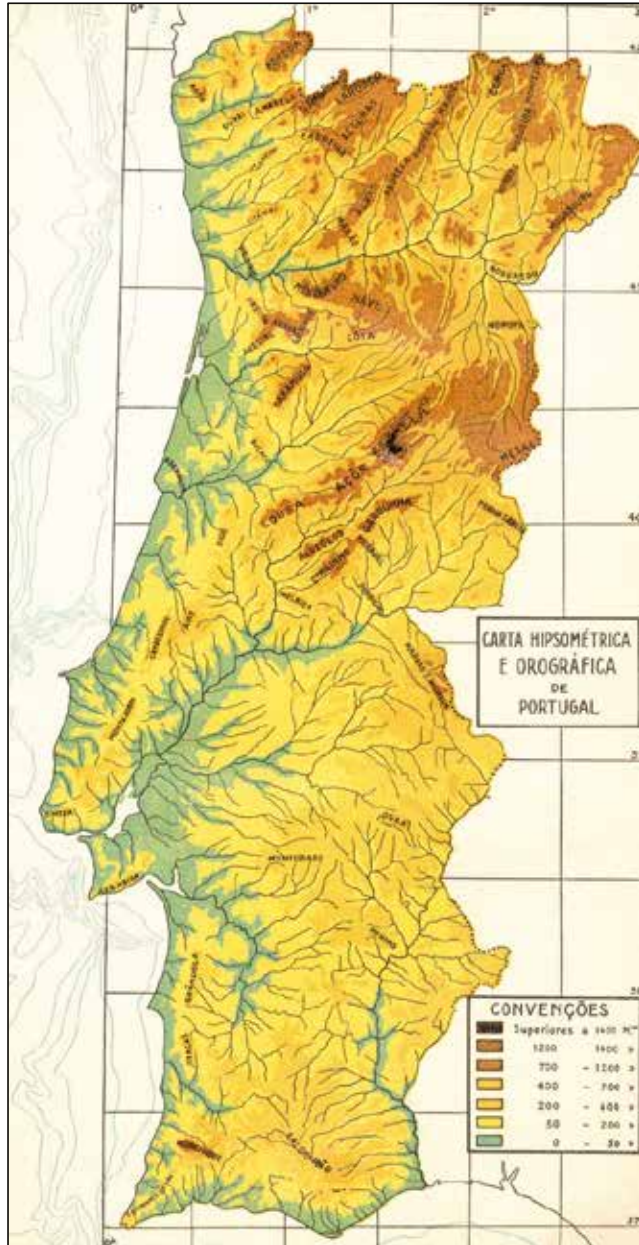
naturais (para além das referidas na citada Directiva, foram ainda consideradas a latitude e a situação geográfica, o relevo e a natureza dos solos); as desvantagens sócio- económicas (fraca densidade populacional; isolamento devido ao afastamento em relação aos grandes centros urbanos, económicos e políticos; excessiva dependência da actividade agrícola; dificuldades de acessibilidade e de comunicação; a “intensidade” da degradação do ambiente.

O recente Parecer do Comité Económico e Social sobre “O futuro das regiões de montanha na União Europeia” (2002) vai mais longe ao reconhecer que «os territórios de montanha caracterizam-se, acima de tudo, por uma forte desvantagem geofísica, em resultado da altitude e do clima, mas também por uma situação de enclave, bem como por um património e recursos naturais importantes, tão excepcionais como frágeis; são, por consequência, territórios em que os desafios incontornáveis necessitam de uma indispensável política pública» (UE, 2003-c). Assim, aparece um novo critério de identificação e definição geográfica das áreas de montanha: a dimensão social e cultural, ou seja, a montanha é interpretada como área de permanência de certas heranças e características sócio-culturais (PLAZA GUTIÉRREZ, 2004).

No caso de **Portugal**, é oportuno questionar sobre a expressão geográfica da montanha.

Como refere MEDEIROS (1987: 40), «a observação de qualquer mapa hipsométrico do continente português [figura 22], minimamente expressivo, torna visíveis, logo à primeira vista, dois factos. Em primeiro lugar, a modéstia generalizada das altitudes: a sua média não vai além de 240 m, o que é pouco, em comparação com os 660 m da Espanha (influenciados não só pela presença das cadeias montanhosas, como pelos elevados planaltos centrais, que ocupam grandes extensões). A porção do território de Portugal Continental que fica a menos de 400 m ultrapassa ligeiramente os 70%, enquanto a das cotas superiores a 700 m mal atinge 12% [e acima de 1200 metros estão menos de 0.5% do território]. No entanto, e esta é a segunda característica saliente, verifica-se acentuado contraste em latitude [74]» (MEDEIROS, 1987: 40).

⁷⁴ No clássico “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, Orlando RIBEIRO (1945: 59-60) explica que o país «aparece separado em duas regiões de relevo, não só distintas, mas de certo modo opostas. O Sul possui 61.5% das terras baixas, inferiores a 200 metros: é a região das planuras e dos planaltos médios (...), com raros retalhos montanhosos e apenas uma serra que culmina a mais de 1000 metros (São Mamede: 1025 metros). O Norte, pelo contrário, compreende 95.4% das áreas superiores a 400 metros. A terra alta está presente por toda a parte e cimos de mais de 1000 metros levantam-se a 50 quilómetros do mar».



Escala: 1/4 275 000

Fonte: Amorim GIRÃO, 1951: 45.

Figura 22 – Carta hipsométrica e orográfica de Portugal Continental

De facto, as grandes massas montanhosas⁷⁵ estão situadas na Cordilheira Central e no Norte da Beira: Estrela, 1993 m; Cebola, 1418 m; Montemuro, 1381 m; Açor, 1342 m; Gardunha, 1227 m; Lousã, 1205 m; Arada, 1119 m; Alvelos, 1084 m; Caramulo, 1075 m, e no Minho e Trás-os-Montes, onde atingem cotas que oscilam entre os 1400 e 1527 m, como, por exemplo, Larouco, 1527 m; Gerês, 1508 m; Peneda, 1416 m; Marão, 1416 m – segundo a *Carta Hipsométrica de Portugal* (1: 600.000).

CUNHA (*op. cit.*, 177), sublinha que «(...) tendo em conta a dimensão do país, a sua compartimentação paisagística e a articulação das características naturais do território com os modos de vida das populações, podemos, sem dúvida, falar de espaços geográficos de montanha ou, pelo menos, de espaços serranos, que ocupam cerca de 18% do território nacional».

Nesta perspectiva, o mosaico serrano português apresenta uma acentuada diversidade paisagística, sobretudo em resultado de factores estruturais (particularmente factores tectónicos) e litológicos⁷⁶.

M. J. FERREIRA *et al.*, (*op. cit.*), no âmbito de uma investigação sobre as áreas de montanha em Portugal – que permitiu identificar uma centena de concelhos, a maioria entre 400 e 700 metros de altitude, a que corresponde cerca de um terço do território nacional e 15% da sua população –, constatam que a situação demográfica desses concelhos é muito comprometedor no período em análise (1981-1991), tal como o nível de desenvolvimento é revelador do seu atraso (mesmo no quadro nacional). Estas dificuldades suscitam algumas preocupações: «Furthermore, the formation and preservation of cultural landscapes, constructed by human toil and knowledge acquired over many generations and substantially in harmony with nature, are being severely undermined. Depopulation raises the risk of the local disappearance of the built heritage (terraces, traditional habitat and monuments), affected by the hazardous activity of natural forces. On the other hand, the existing rich cultural heritage and the low level of industrialisation

⁷⁵ Importa, de igual modo, fazer alusão aos relevos acidentados dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, de origem vulcânica, com cotas importantes: Pico Ruivo (Madeira), com 1861 m, e Pico (Ilha do Pico, Açores), com 2351 m de altitude (MEDEIROS, *op. cit.*).

⁷⁶ Assim, no Maciço Hespérico, encontramos serras graníticas (Estrela, Gerês, Marão, Gardunha), xistentas (Alvão, Lousã, Açor) e quartzíticas (Valongo, Buçaco).

«Nas Orlas Mesocenozóicas ocidental e meridional, as serras, significativamente mais baixas (pouco acima dos 400 m) e de menor dimensão (em regra, apenas da ordem da centena de Km²), são também de origem essencialmente tectónica, ainda que estejam, em regra, associadas ao afloramento de rochas calcárias, mais duras e carsificáveis, do Jurássico médio (Serras de Sicó, de Candeeiros e da Arrábida) ou aos granitos das intrusões alpinas (Serras de Sintra e Monchique)» (CUNHA, *op. cit.*, 178-179).

could represent advantageous conditions for the introduction of interventions aimed at sustainable development in these areas».

Por outro lado, é importante salientar que os territórios e as paisagens serranas, com as suas originalidades naturais e culturais, representam de forma acentuada motivos de atracção para actividades de lazer e de recreio ao ar livre, com importante expressão no âmbito do turismo e da residência secundária. Nos últimos anos, as actividades turísticas têm funcionado como motores (económicos) para o desenvolvimento regional e local, particularmente em espaços mais atractivos como a Serra da Estrela, e em outros casos (como, por exemplo, o Buçaco e o Caramulo) o acréscimo de procura está relacionado com valores patrimoniais e a existência de importantes equipamentos hoteleiros. Por sua vez, a residência secundária pode desempenhar um importante papel de activação e valorização patrimonial a partir da reabilitação de antigas casas serranas, como acontece, por exemplo, em algumas aldeias da Serra da Lousã, depois da saída da população original e do abandono das actividades produtivas tradicionais.

Pela necessidade de ordenar e promover o desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável das áreas de montanha é necessário estruturar e implementar políticas específicas. As escalas nacional e europeia servem, uma vez mais, de exemplo para a leitura dos instrumentos de apoio e dos seus resultados territoriais.

5.2 Ordenamento territorial e políticas de desenvolvimento

5.2.1 Compatibilizar usos e funções; inverter tendências pesadas

O ordenamento do território nas áreas de montanha tem como função básica regular de maneira harmoniosa os diferentes usos do solo. A figura 23 esquematiza as diferentes ópticas de abordagem das áreas de montanha que são, ao mesmo tempo, espaços naturais que interessa conservar, tanto na perspectiva territorial como demográfica; espaços para viver, em consonância com a qualidade de vida actual e espaços económicos que podem ser valorizados de acordo com as suas aptidões.

A montanha não pode tratar-se como um todo homogéneo, uma vez que apresenta enormes divergências internas. PUJADAS e FONT (1998), a respeito da Europa, defendem que a primeira distinção será entre a alta montanha e a média montanha. Enquanto a primeira é a que se associa mais directamente ao aproveitamento intensivo das suas potencialidades turísticas e apresenta um nível de desenvolvimento importante, a média montanha pode associar-se, de modo geral, aos aspectos mais regressivos do

mundo rural semi-despovoado. Os problemas básicos que se colocam ao ordenamento das áreas de montanha, e que se reflectem nas correspondentes estratégias e linhas de intervenção, podem agrupar-se em grandes blocos: associados ao despovoamento e às baixas densidades demográficas; às dificuldades de diversificação da base económica; à melhoria da qualidade de vida, e à protecção do “meio” e conservação do património.

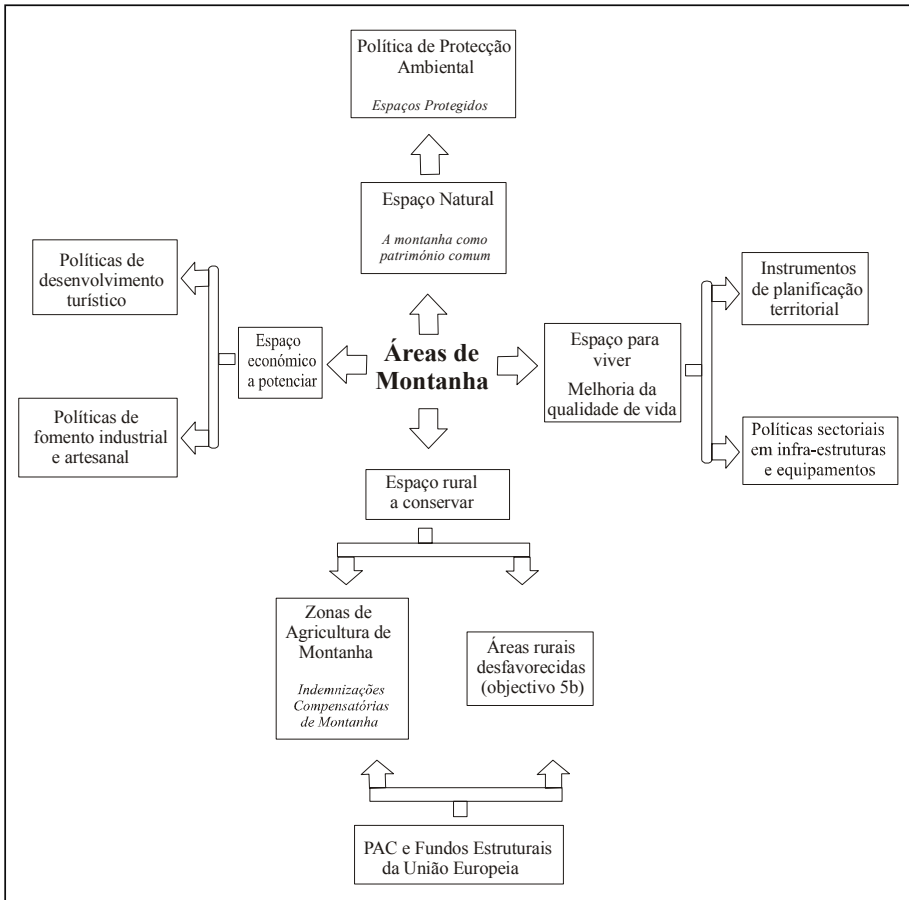
A situação actual revela disparidades em torno da evolução demográfica. O despovoamento da alta montanha seguiu o modelo do mundo rural, embora de uma maneira mais intensa. As baixas densidades não permitiram dotações de equipamentos colectivos e serviços básicos, e infra-estruturas (nomeadamente de transportes e comunicações), o que agravou ainda mais as já difíceis condições de vida na montanha, e favoreceu, em definitivo, a espiral de despovoamento que as condições físicas (condições climáticas desfavoráveis, dificuldades ao nível de acessibilidade viária e de comunicação) e económicas (sobretudo a escassez de oferta de trabalho) haviam iniciado muito tempo antes.

Para além das condicionantes físicas e da falta de acessibilidade, outro problema estrutural das áreas de montanha é a dependência face a centros de decisão exteriores. A montanha passou rapidamente de uma economia de subsistência praticamente autárquica, para a exploração de recursos e aptidões organizada por grupos exteriores, segundo diversas etapas: exploração de madeira e de recursos minerais; depois, os aproveitamentos para produção de energia hidroeléctrica, a expansão do turismo e a difusão dos parques eólicos.

Problema de primeira ordem é o carácter regressivo das actividades agrícolas tradicionais, que ainda são importantes em muitas áreas de montanha. Os problemas de abandono das actividades agrícolas não são apenas económicos mas também paisagísticos e ambientais. Esta situação explica a necessidade de ajudas económicas às explorações, que, como referimos, foram assumidas desde os anos 70 no seio da União Europeia. Contudo, não chega subsidiar as produções, é necessário introduzir actividades de maior valor acrescentado. O papel social do agricultor é hoje entendido de modo mais alargado, como “jardineiro e guardião” da montanha, encarregado de preservar a paisagem para os habitantes procedentes de outros lugares (mormente urbanos) e para o fortalecimento das identidades locais. Por isso, esta concepção, quando assumida de forma efectiva pelas entidades públicas, permitirá passar de um economia subvencionada à retribuição de um serviço prestado à colectividade.

Por sua vez, o turismo é uma das actividades que está a transformar a base económica e a paisagem de algumas áreas de montanha, possibilitando que deixem de ser

economicamente deprimidas e com nível de rendimento baixo. Contudo, a excessiva especialização num número reduzido de actividades económicas constitui um problema para as áreas de montanha, e junto com a elevada dependência de apoios financeiros, é a principal causa da sua elevada vulnerabilidade.



Fonte: PUJADAS e FONT, 1998: 266.

Figura 23 – A pluralidade de usos das áreas de montanha (União Europeia)

O turismo como possibilidade de diversificação e pluriactividade, nas palavras de SOY i CASALS (1989), decorre do facto dos recursos naturais, como a neve e a paisagem, o património histórico-arquitectónico e em geral as possibilidades de ócio que oferecem certas montanhas (como, por exemplo, os Pirinéus), constituírem importantes atractivos para os seus visitantes.

O significado e o impacto do turismo apresenta, pois, diferenças claramente contrastadas à escala local e regional. As montanhas não são espaços turísticos homogêneos. A “natureza” e a localização espacial dos seus recursos e a distribuição da oferta de alojamento são disso exemplo.

No caso de Portugal, o potencial turístico revela grande significado económico, em particular na Serra da Estrela. FERNANDES (1999: 320-321; 323) explica que a nova vocação da Serra orientada para diversas formas de turismo (a que correspondem motivações diferenciadas) resulta de diversos factores, que ao longo do tempo lhe estruturaram o desenvolvimento, nomeadamente o recuo e a desarticulação do sistema económico tradicional (muito dependente do sector têxtil de lanifícios que atravessa um período de crise profunda), e o aumento da procura turística, com motivações diversas, associadas às características naturais e culturais deste espaço de montanha, únicas no país. Elementos recolhidos pelo citado autor permitem avaliar o significado e a dinâmica das actividades de recreio e lazer. Assim, entre 1987 e 1995, registou-se uma evolução positiva no número de unidades hoteleiras (em termos quantitativos e qualitativos), acompanhada pelo aumento do número de dormidas, assim como pelo aumento da estada média.

Mas, se a actividade turística, por um lado, pode funcionar como alavanca dinamizadora da economia dos territórios de montanha, por outro lado, aparece frequentemente associada a formas de apropriação e alteração espacial com consequências paisagísticas negativas.

Por isso, no quadro de uma política global de montanha, o ordenamento turístico é fundamental, uma vez que as médias e as altas montanhas são por “natureza” domínios turísticos. As prioridades passam por evitar a proliferação desordenada de residências secundárias, a urbanização espontânea, a implantação de equipamentos como as estações de esqui, com grandes impactos visuais e paisagísticos e, muitas vezes, sem atender às necessidades das populações locais e aos imperativos do equilíbrio territorial. Por isso exige-se dos poderes públicos a aceção de um turismo integrado com as outras actividades, acessível ao maior número de cidadãos, respeitador dos sítios e das paisagens.

Por outro lado, as montanhas suportam um elevado número de parques naturais e outras áreas de paisagem protegida⁷⁷ que evocam a complementaridade entre a natureza,

⁷⁷ Em Portugal, o significado das serras transpõe ao nível da Rede Nacional de Áreas Protegidas, representado cerca 2/3 dos níveis mais importantes de classificação (parque nacional e parques naturais), a que corresponde 75% da área protegida. «No âmbito da Rede Natura 2000 a expressão dos espaços serranos sai reforçada (com cerca de 80% da área total)» (CUNHA, *op. cit.*, 185).

cultura e desenvolvimento, e procuram compatibilizar a coexistência do homem com o processo dinâmico da natureza, através de uma utilização equilibrada e sustentável de recursos, que se convertem em modelos alternativos das estratégias de conservação ambiental e de desenvolvimento (CABERO DIÉGUEZ, 2001).

5.2.2 Políticas nacionais

As políticas de montanha reflectem as preocupações dos governos no quadro da evolução dos espaços montanhosos. Estes, muito marcados por condicionalismos próprios e conjunturas macroeconómicas de escala nacional, europeia e mundial, conheceram trajectórias de desenvolvimento que, regra geral, os afasta dos níveis de rendimento das áreas mais dinâmicas no plano demográfico e económico.

Os dois exemplos que apresentamos correspondem a países da União Europeia com uma importante tradição no ordenamento e na promoção do desenvolvimento das áreas de montanha. Ao invés, Portugal aparece neste cenário como um país distanciado no plano da adopção de medidas específicas em relação aos territórios montanhosos, apesar dos problemas estruturais que são bloqueadores do seu desenvolvimento.

5.2.2.1 Espanha e França

Em **Espanha** as medidas dirigidas ao desenvolvimento e protecção das áreas de montanha, afectando-as de forma directa ou indirecta, estão repartidas entre os níveis estatal e regional, e visam a prossecução de objectivos distintos, embora normalmente complementares. Como notam PUJADAS e FONT (*op. cit.*, 274), uma primeira distinção faz-se entre as medidas dirigidas à agricultura de montanha e as medidas destinadas ao desenvolvimento integral da montanha, e que podem apoiar-se em instrumentos de diversa ordem.

A política de apoio à agricultura configura o primeiro domínio consagrado às áreas de montanha. Decorre da “Lei de Agricultura de Montanha”, aprovada em 1982, à qual a PAC também deu apoio. O tratamento diferenciado das áreas de montanha, na perspectiva espanhola, parte do estabelecimento dos instrumentos de ajuda (como, por exemplo, as indemnizações compensatórias) e dos critérios⁷⁸ para delimitar as áreas a

⁷⁸ Estes foram definidos segundo a condição de altitude (ter pelo menos 80% da superfície municipal acima dos 1000 metros, a condição de declive (declive superior a 20% ou uma diferença de cotas extremas da sua superfície agrícola superior a 400 metros), e outras condições, como ter vocação predominantemente agrícola e apresentar ao mesmo tempo condições de altitude e declive, embora sem

beneficiar. Assim aparece um regime/estatuto especial para as “Zonas de Agricultura de Montanha” (ZAM), reconhecidas como territórios específicos, com vista a aplicar nelas políticas baseadas em esquemas integrados. A sua finalidade é possibilitar o desenvolvimento social e económico, manter um nível demográfico adequado e atender à conservação e valorização dos espaços naturais e culturais, através de “Programas de Ordenamento e Promoção das Zonas de Montanha” (PROPRM).

Embora a política agrícola tenha concentrado uma boa parte dos recursos financeiros dirigidos à montanha, o seu carácter sectorial significa que não inclui uma grande parte das dificuldades que afectam as áreas montanhosas. Paralelamente à política agrícola surgiram diversas iniciativas planificadas, dirigidas ao desenvolvimento e preservação das áreas de montanha.

No plano regional, aproveitando a descentralização político-administrativa que permitiu às Comunidades Autónomas a gestão do território, a Catalunha é um caso exemplar de aprovação e aplicação de legislação específica sobre política de montanha. Com efeito, A “Lei de Alta Montanha da Catalunha”, aprovada pelo Parlamento da Comunidade Autónoma em 23 de Fevereiro de 1983, assinala o início de um processo de atenção especial e preferência pelos territórios de montanha por parte do poder público regional, procurando concretizar os seguintes objectivos:

1. Igualar o nível de vida dos habitantes das áreas de montanha ao do resto dos cidadãos da Catalunha, mediante o aproveitamento e desenvolvimento integral dos recursos económicos existentes, e em especial os procedentes do sector agrário e das indústrias derivadas do turismo e do artesanato.
2. Garantir que o nível dos serviços oferecidos aos habitantes seja igual ao do resto da Comunidade Autónoma, mediante a criação das infra-estruturas e dos equipamentos necessários, assim como a melhoria dos existentes.
3. Travar a regressão demográfica e procurar ao mesmo tempo um desenvolvimento harmonioso de todo o território.
4. Compatibilizar o desenvolvimento turístico, recreativo e económico com a preservação do património natural, histórico e cultural.
5. Compensar as desvantagens físicas e sócio-económicas derivadas dos condicionamentos naturais, através da valorização das funções que a montanha cumpre em benefício do resto da sociedade (PRAT i SOLER, 1989: 119).

alcançar os valores anteriores, mas que em face das limitações agrícolas levou a que fossem equiparadas a áreas de montanha.

Estas finalidades gerais formuladas pela “Lei de Alta Montanha”, são aquelas que enquadram e reflectem as actuações públicas em outros territórios de montanha europeus (nomeadamente França, Itália e Suíça). Com excepção de alguma particularidade resultante de estruturas económicas muito influenciadas pelo sector turístico ou da larga tradição das políticas de montanha nesses países, os princípios de base são praticamente os mesmos (tal como acontece com a “Lei Espanhola de Agricultura de Montanha”, antes assinalada).

A Lei define também os territórios⁷⁹ e estabelece as instituições e os instrumentos⁸⁰ de aplicação da política de montanha.

Outra possibilidade de ordenamento da alta montanha espanhola consiste em aproveitar os instrumentos da planificação territorial, delimitando âmbitos de planificação coincidentes com as áreas montanhosas, e elaborando as correspondentes directrizes parciais de ordenamento territorial. Este campo tem merecido atenção por parte da Comunidade Autónoma de Aragão em relação aos Pirinéus. Por outro lado, o planeamento estratégico, aplicado sobretudo em áreas urbanas e metropolitanas, estendeu-se também

⁷⁹ Em relação aos primeiros, a destriça decorre de dois tipos de áreas submetidas ao regime de montanha: as “comarcas” e as “zonas”.

As “comarcas de montanha”, territórios homogéneos organizados como áreas sócio-económicas funcionais, caracterizam-se por condições orográficas e climáticas limitadoras, disponibilidade de escasos recursos e baixa densidade de população.

As “zonas de montanha” são constituídas por municípios ou agrupamentos de municípios adjacentes que cumprem determinadas condições de altitude e pendor: pelo menos 65% da superfície acima dos 800 metros; declive médio superior a 20% e com um mínimo de 60% da superfície municipal acima dos 700 metros de altitude. Depois, em meados de 80, em função da adaptação à legislação comunitária, foi introduzida uma condição mais flexível de delimitação das “zonas de montanha” – reunir condições que representem circunstâncias excepcionais limitadoras da actividade económica – que permitiu uma homogeneização com a delimitação das “zonas de agricultura de montanha”, derivadas da legislação nacional e que foram reconhecidas e declaradas pela CEE como “zonas assistidas de montanha” (PRAT i SOLER, *op. cit.*).

⁸⁰ Os “Planos Comarcais de Montanha” (PCM) são instrumentos de actuação concebidos como fundamentais nas comarcas de montanha, e por isso foram desenhados como planos de coordenação de todas as actuações e investimentos dos diferentes Departamentos da Comunidade Autónoma em cinco anos.

Por sua vez, os “Programas Zonais” (PZ) são aplicáveis às “zonas de montanha”. Os primeiros têm duração de cinco anos, abrangem diversos recursos territoriais e definem diversos programas de actuação orientados para acções em diversos temas: defesa, conservação e valorização do meio natural e do património cultural; protecção e fomento das actividades agrícolas; protecção e promoção da indústria, turismo e artesanato; assistência social, habitação, entre outros.

às áreas de montanha (PUJADAS e FONT, *op. cit.*, 282), nomeadamente com o objectivo de desenvolver uma política de turismo que permita aproveitar melhor as aptidões do território, como acontece na comarca Catalã de *Alt Urgell*.

Por outro lado, é importante referir as propostas mais recentes de apoio ao conjunto de regiões desfavorecidas, desenhadas através de diversas iniciativas comunitárias e programas nacionais/regionais, que procuram criar um novo tecido produtivo a partir do esforço de investimento conjunto da iniciativa pública e privada. Assim, afastando-se do apoio directo para recuperar rendimentos pessoais, procuram estabelecer um maior nível de compromisso da população local na aposta decisiva para o desenvolvimento dos territórios mais desfavorecidos.

«Por lo demás, este tipo de programas innovadores de desarrollo rural, que (...) [en España] han tenido una magnífica repercusión en las zonas de montaña – la iniciativa Leader puede ser un buen ejemplo de ello – tratan de aprovechar de una forma más eficaz las potencialidades territoriales y las singularidades productivas que hasta ahora habían permanecido ocultas debido a la vigencia de un particular modelo de crecimiento económico en el quedaban relegados los ámbitos menos productivos» (ARAQUE JIMÉNEZ e PLAZA GUTIÉRREZ, 2004: 6).

A consideração das áreas de montanha como espaços desfavorecidos, ameaçados e susceptíveis de protecção assume também grande importância em **França** desde os anos sessenta.

Na década de 70, a política de montanha ganha importantes medidas para auxiliar a actividade agrícola cujo atraso se acentua em relação à agricultura das áreas planas. Não obstante o interesse pela agricultura de montanha se manifestar no desejo de manter uma actividade de conservação da paisagem e de preservação do património natural, mediante subvenções às construções rurais e à mecanização (que traduzem a intenção de manter a agricultura de montanha, independentemente do seu nível de produtividade), o despovoamento, a regressão demográfica e a deterioração do equilíbrio ecológico foram de tal ordem, que suscitaram outras tentativas de valorização da montanha (LABORIE, 1989).

Por isso, nos anos seguintes, a política a favor da montanha foi orientada pela preocupação de intensificar as ajudas (como o incremento da dotação para a instalação de jovens agricultores, ou o aumento do montante da indemnização especial de montanha) e reforçar os planos de ordenamento rurais e sua tradução operacional (GERBAUX, 1979).

A “Lei de Desenvolvimento e Protecção da Montanha” (1985), que decalca a Directiva Comunitária de 28/04/75 sobre a agricultura de montanha e sobre certas “zonas

desfavorecidas”, assenta nos *handicaps* sócio-económicos que decorrem das particularidades topográficas das montanhas.

Os princípios básicos da política de montanha são o direito à diferença (reconhecimento da especificidade do território de montanha e a obrigação dos poderes públicos de se adaptarem às condições particulares da montanha), o direito à solidariedade nacional (a população de montanha deve desfrutar de uma qualidade de vida comparável ao resto do país) e a função produtiva da montanha, que há-de ter em conta os *handicaps* que condicionam e limitam as actividades produtivas nas “zonas de montanha”. De igual modo, é dada especial ênfase ao conceito de “autodesenvolvimento”, isto é, à mobilização das potencialidades e da capacidade endógena das áreas de montanha (PUJADAS e FONT, *op. cit.*, 272).

A introdução do conceito de maciço⁸¹ ampliou a área apoiada pela política de montanha⁸² e, sobretudo, estendeu muito (quase duplicou) a população abrangida.

O recente relatório de avaliação sobre a política de montanha francesa (BAZIN, 1999, *cit.* por GRAÇA, *op. cit.*, 382) reconhece resultados positivos no quadro da aplicação da Lei de Montanha, embora diversificados e de acordo com os diferentes maciços, mas considera necessária a sua reformulação, alargando o âmbito das medidas e revitalizando as instituições de aplicação. «Propõe-se a definição de um novo *Contrato entre a Nação e a Montanha* fundado no reconhecimento dos interesses patrimoniais dos seus espaços e o alargamento e reforço das políticas de apoio ao seu desenvolvimento: políticas de apoio à actividade agrícola, políticas de desenvolvimento turístico, políticas de protecção do ambiente, políticas urbanísticas e de ordenamento do território que sejam devidamente articuladas e implementadas em instâncias próprias a nível nacional, inter-regional e local».

⁸¹ A Lei, no seu artigo 5º, estabelece que «Territorialmente, cada zona de montaña y las zonas inmediatamente contiguas y que forman con ella una misma entidad geográfica, económica y social constituyen un macizo» (LABORIE: *op. cit.*, 160).

⁸² Desta forma foram delimitados sete maciços que correspondem à montanha francesa: Alpes do Norte, Alpes do Sul, Córsega e Pirinéus, catalogados como montanha com altitude elevada e relevo acidentado, e Jura, Maciço Central e Vosgos, considerados como média montanha. As áreas beneficiárias compreendem municípios ou partes de municípios com determinadas condições de altitude mínima e declive, embora possam intervir também outros factores distintos da orografia, como a baixa densidade de população (inferior a 50 habitantes/km²), o nível de envelhecimento comparativamente elevado, a baixa produtividade agrícola (abaixo de 65% da média nacional), ou o nível de população urbana muito baixo (menos de 35%).

A apreciação da dinâmica actual da montanha francesa, realizada por DIRY (2000), vem confirmar uma dualidade de espaços. Sob o sugestivo título *La montagne française: entre crise et renouveau*, o geógrafo da Universidade Blaise Pascal (Clermont-Ferrand) defende a tese da existência de contrastes entre as montanhas orientais que apresentam um saldo migratório positivo e são mais atractivas, e as montanhas ocidentais que são repulsivas e perdem população⁸³.

Em síntese, podemos dizer que em certos países da Europa a importância da montanha foi reconhecida a nível político com medidas de discriminação positiva desde meados do século passado. Significa também o reconhecimento das montanhas como áreas com problemas específicos, nomeadamente condicionalismos orográficos e climáticos, despovoamento e baixo nível de rendimento, mas também como áreas com potencial produtivo (especialmente recursos naturais) que cumprem funções de interesse colectivo.

A política de montanha procurou, sobretudo, compensar as dificuldades naturais (política agrícola) e valorizar um número restrito de recursos/actividades (como, por exemplo, o turismo “branco”). Nos últimos anos, procura-se integrar a preservação e a valorização do património no novo modelo de desenvolvimento, assim como responder às alterações profundas que afectam o ordenamento e o desenvolvimento do território: incremento das iniciativas locais; desenvolvimento de parcerias entre o Estado e as colectividades territoriais; afirmação dos poderes e actores regionais e locais na condução dos seus próprios destinos e recursos.

Depois da análise centrada em alguns dos países que há mais tempo desenvolvem medidas de ordenamento e desenvolvimento do território em áreas de montanha, é oportuno reflectir sobre a expressão desta problemática em Portugal, bem como aprofundar o conhecimento acerca do contributo da União Europeia e de outras organizações internacionais na perspectiva de construção de um quadro de compromisso e de acção neste domínio.

⁸³ Os Vosgos alsacianos, o Jura e os Alpes na sua quase totalidade, o Maciço Central oriental, e parte significativa das montanhas mediterrâneas fazem parte da primeira categoria. Os Vosgos lorenos, *Limousin, Auvergne*, o coração e o sector ocidental do Maciço Central e os Pirinéus ocidentais configuram o segundo tipo. No primeiro caso, o processo de urbanização é frequentemente um dos motores principais do crescimento demográfico, tal como é importante a variação positiva do número de empregos nessas áreas que aparece ancorada ao sector turístico. As perdas são mais acentuadas nas montanhas que viveram décadas mergulhadas na crise industrial. Os dados sobre a atracção turística mostram a montanha, que hoje beneficia de uma imagem positiva, na origem de quase 20% do fluxo de negócios do turismo francês (DIRY, *op. cit.*).

5.2.2.2 Portugal

No caso de Portugal temos dificuldade em identificar instrumentos específicos para o desenvolvimento das áreas de montanha, seja para compensar as suas desvantagens, seja para estimular as suas potencialidades. Apenas de forma indirecta e sectorial tem havido apoios, nomeadamente através da União Europeia.

A montanha, apesar de representar cerca de 20% do território continental, não conseguiu suscitar políticas integradas de desenvolvimento e por isso não é ainda prioridade a nível nacional. Grande e comprometedor equívoco, atendendo aos problemas que acompanham as trajectórias territoriais recentes e aos recursos que podem configurar novas estratégias atinentes à promoção do seu desenvolvimento.

Em nosso entender, as dinâmicas de uma grande parte dos territórios montanhosos portugueses podem resumir-se, de modo simplificado, a três fases principais (figura 24) que aparecem conectadas com os grandes ciclos de ocupação e organização do território nacional. As alterações das bases produtivas ou das formas de utilização sócio-económica da montanha e as transformações introduzidas nos elementos de estruturação/articulação do território são importantes eixos de análise das dinâmicas territoriais e da renovação da imagem das áreas montanhosas.

A primeira etapa (que corresponde ao ciclo mais longo) configura a ocupação e a organização espacial tradicional, assente no policultivo de subsistência, na pastorícia e na exploração florestal.

A ocupação efectiva da montanha é relativamente tardia. A difusão dos produtos que consubstanciam a nova dieta alimentar no período pós-descobertas explica a génese e a evolução de numerosos pequenos lugares, e a consolidação do povoamento serrano.

Apesar das externalidades manteve-se algum equilíbrio no ecossistema, que permitiu uma certa valorização sócio-económica das paisagens, o adensamento do povoamento (e da população) e um modelo de organização territorial difícil, mas relativamente funcional.

Na segunda metade de Oitocentos, podemos situar alguns exemplos de dinâmicas industriais ligadas a recursos endógenos, como a indústria têxtil em Castanheira de Pêra e a indústria papeleira (com grande expressão na margem noroeste da Serra da Lousã, onde se destacavam as fábricas do Penedo, do Boque/Serpins, da Ponte do Sótão e da Ponte do Espinhal). Mais tarde, a exploração mineira e principalmente a produção/distribuição de energia hidro-eléctrica geraram algum emprego e explicam a urbanização e o dinamismo de pequenos retalhos da montanha ou da sua bordadura.

Nesta fase (e pelo menos até meados do século XX) a montanha é sinónimo de espaço isolado, inóspito e repulsivo, aproveitável para a extracção de recursos baratos e abundantes. O isolamento externo secundado por uma débil capacidade de articulação territorial interna aparece como resultado das suas características orográficas, mas também pode ser interpretado como um produto histórico, resultado do papel secundário, marginal que se atribuiu às regiões montanhosas nas políticas territoriais. O carácter inóspito decorre do rigor climático (em particular nos períodos de Inverno) e das dificuldades que os fortes declives impõem às actividades agrícolas.

Apesar de tantas dificuldades, a sociedade conseguiu adaptar-se às condições extremas a partir de uma gestão racional dos recursos territoriais que estão na origem de formas de exploração e aproveitamento do meio, respeitadoras das condições do mesmo.

A segunda etapa reflecte a crise das actividades tradicionais (que durante séculos sustentaram a economia da montanha) e o intenso êxodo rural (interno e externo) que afectou a maioria da população, com particular intensidade entre 1940 e 1980. Perante um quadro de escassez e manifesta incapacidade de resposta dos recursos em relação ao crescimento demográfico e às maiores exigências de consumo, embora no espectro da sobrevivência, ou como resultado das dificuldades de integração dos sectores geo-económicos tradicionais na economia nacional, as montanhas transformam-se em espaços fragilizados (funcional e demograficamente), despovoados, vazios, apagados e envelhecidos.

O declínio das montanhas acompanha a crise do sistema rural (que se generaliza no país), que por sua vez se manifesta na decadência produtiva e no desaparecimento de modos de vida seculares e de formas de organização do território, através das quais se expressavam as relações harmoniosas mantidas entre a sociedade e o território, ao longo do tempo. Factores externos como o processo de florestação estatal dos baldios serranos contribuíram também para alterar esse equilíbrio ecológico. De outro modo, o repovoamento florestal e a construção de barragens exerceram algum dinamismo no mercado de trabalho, embora de forma efémera e sem continuidade, para além de terem introduzido desequilíbrios e factores de instabilidade que aumentaram certos riscos (como os incêndios, relacionados com o primeiro processo, que contribuíram para a criação de uma outra imagem marcante da montanha).

Com os horizontes de trabalho praticamente fechados, a montanha transforma-se em uma importante fonte de recursos humanos que alimentaram os sectores de actividade mais pujantes e as áreas territoriais mais dinâmicas (no país, destaca-se a região de Lisboa).

O efeito mais pernicioso deste fenómeno é o seu carácter selectivo, já que afecta, principalmente, os grupos de população mais jovem, os de maior capacidade produtiva e reprodutiva (ARAQUE JIMÉNEZ e PLAZA GUTIÉRREZ, *op. cit.*). Portanto, as montanhas portuguesas não só perderam população como também envelheceram e viram comprometida a possibilidade de renovação das gerações.

As dimensões locais do processo de abandono são diferenciadas: afectam de forma mais severa os lugares com menos população, muitos dos quais perdem a totalidade dos seus habitantes. Trata-se de lugares onde as condições de vida são muito difíceis e que só permaneceram habitados até então devido à falta de outro tipo de horizontes. O avanço desordenado dos matagais e a degradação das estruturas edificadas estão entre os sinais mais evidentes do abandono da montanha (terras, floresta e estruturas edificadas), com traços já visíveis em meados do século passado, embora tornando-se mais pronunciados desde os anos 60.

Por outro lado, a montanha permanece à margem das políticas de desenvolvimento que começam a implantar-se no país. Com efeito, os grandes investimentos (públicos e privados) foram encaminhados para o litoral, segundo o modelo de pólos de crescimento (que supostamente seriam o garante do desenvolvimento regional) e uma política de crescimento urbano-industrial, descendente e ditatorial, que foi completamente cega em relação aos problemas e às especificidades de um Portugal rural que, na ausência de políticas e instrumentos territorializados, estava condenado a desaparecer.

A terceira etapa, desenhada em particular desde os anos 80, configura, principalmente, a abertura da montanha em relação aos novos usos e funções e a afirmação de novos valores (ambientais e patrimoniais) relacionados com a paisagem natural e cultural.

O título “da montanha produtiva à montanha recreativa” enquadra o que de mais importante marca a evolução do perfil territorial e a renovação da imagem da montanha, sendo que estes são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores alicerçado em elementos (como o património) que definem qualidades excepcionais. Os recursos da montanha mais valorizados socialmente afastam-se dos valores produtivos (ligados às terras, pastos e florestas), embora se reconheça o papel desse espectro para a manutenção da paisagem e a importância estratégica dos recursos florestais, minerais, hídricos e eólicos.

É certo que a montanha não altera completamente a base/função produtiva, mantendo-se actividades como a silvicultura, a extracção de pedra e minério (geralmente acompanhadas de alterações paisagísticas e ambientais preocupantes), bem como algumas actividades agrícolas, relacionadas com cultivos integrados e adaptados aos merca-

dos (como, por exemplo, os olivais, os soutos e alguns pomares), consideradas de grande valor para o seu relançamento social e económico. A renovação de práticas tradicionais, como acontece com a agricultura biológica, os produtos certificados (carne, queijo, enchidos, frutas, mel, etc.) e certas especialidades gastronómicas, define qualidades produtivas que contribuem para realçar a imagem do território que as acolhe e que são uma estratégia (por via da consolidação de um sistema diferencial de preços destes produtos de qualidade) para contrariar as suas tradicionais dificuldades produtivas.

A apropriação da montanha é comandada do exterior e a população urbana procura a montanha para (re)criar refúgios (MORENO, 1999) que ocupa de forma permanente (neo-rurais), ou utiliza no âmbito dos tempos livres (residência secundária ou alojamento em unidades de turismo – neste último caso envolvendo a instalação de novas infra-estruturas e equipamentos).

As transformações no plano dos elementos de estruturação/articulação do território permitem anotar o reforço dos lugares mais dinâmicos, a renovação e a expansão das estruturas edificadas (relacionadas com a aplicação de capitais provenientes da emigração, o fenómeno da residência secundária ou o turismo). Além destas alterações introduzidas no povoamento e na urbanização da montanha, importa sublinhar também as alterações nas infra-estruturas e equipamentos, quer do ponto de vista externo, com a melhoria da acessibilidade e a articulação dos territórios serranos decorrentes do lançamento de novos eixos rodoviários estruturantes (apoiados em programas financiados pela União Europeia), quer no plano interno com a adaptação para usos recreativos e eco-turísticos de antigos caminhos rurais, trilhos do contrabando, levadas e até vias férreas desactivadas.

Ao mesmo tempo, registam-se algumas mudanças nas figuras de estruturação social, funcional e administrativa do território, bem como a constituição de associações-grupos de acção local vinculados a iniciativas de desenvolvimento/promoção do potencial regional/local. Com efeito, nos últimos anos verificamos o envolvimento de entidades de natureza associativa (com actores públicos e privados) na génese de parcerias de nível local, com o estímulo e o apoio financeiro da União Europeia, sobretudo a partir do PIC LEADER. As estratégias de desenvolvimento endógeno afirmam-se e multiplicam-se também em resultado do alargamento da experiência LEADER, através de dois programas de índole nacional: os “Centros Rurais” e as “Aldeias Históricas”, lançados no II Quadro Comunitário de Apoio e com continuidade no actual. Embora de forma localizada, foi possível melhorar as condições de permanência ou fruição dos territórios, mediante investimentos em infra-estruturas básicas, requalificação paisagística/

ambiental e apoio às actividades económicas. Por outro lado, as acções integradas de base territorial (algumas com incidência em áreas de montanha, como acontece no Pinhal Interior), no âmbito da gestão regional do QCA III, são outro contributo muito positivo neste domínio, assunto que desenvolvemos, em ligação ao caso de estudo, na segunda parte do trabalho.

Apesar de algumas iniciativas recentes, relacionadas com a nova política de desenvolvimento rural da União Europeia, a montanha carece de intervenções especializadas, integradas e territorialmente ajustadas às dimensões dos seus principais problemas/potencialidades. Os exemplos anteriores de políticas/instrumentos de desenvolvimento rural, sendo em geral boas (e inovadoras) práticas, devem ser utilizados como referência para o ordenamento e o desenvolvimento das paisagens de montanha.

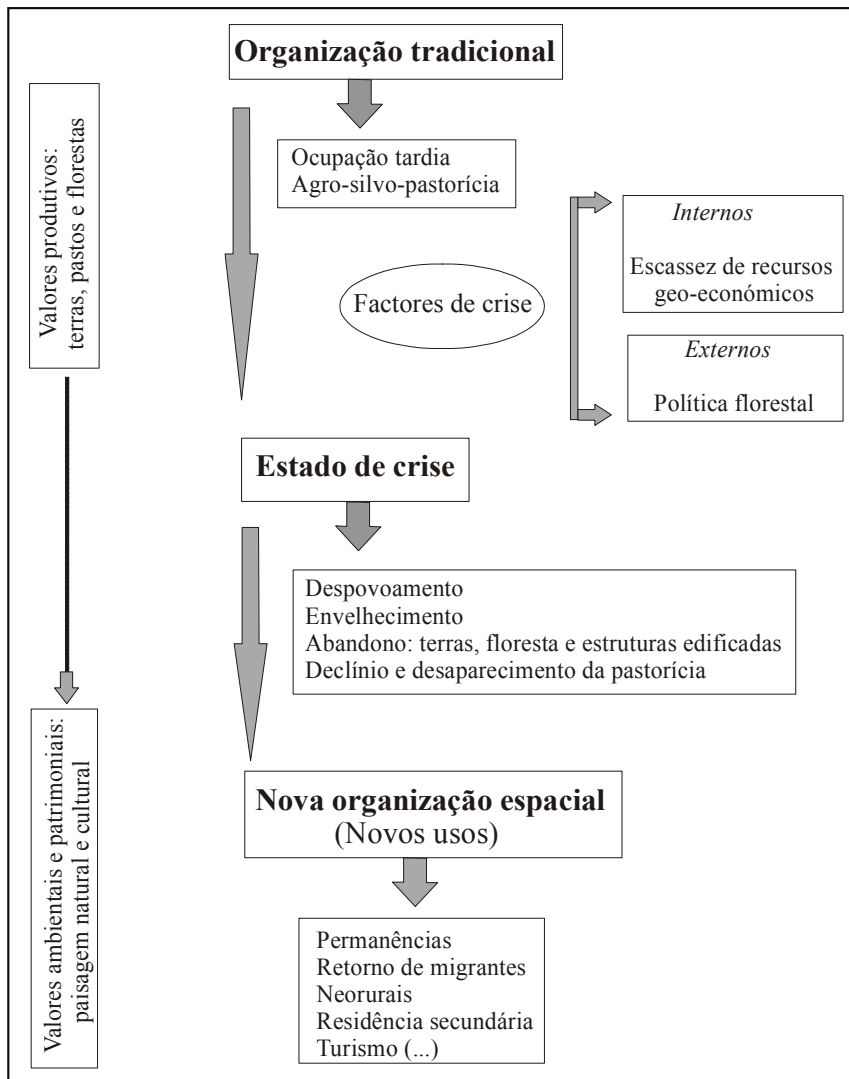
Assim, em jeito de síntese, podemos dizer que as trajectórias de desenvolvimento dos territórios montanhosos estão repartidas entre crise e revitalização.

Os sinais de crise são evidentes: aldeias desabitadas; abandonadas; núcleos de resistência muito envelhecidos; desequilíbrio das dinâmicas paisagísticas e territoriais; perda de património cultural (no amplo espectro das dimensões material e imaterial).

As dinâmicas territoriais positivas e os indicadores de recuperação decorrem do repovoamento de alguns núcleos rurais (regresso de população e neo-rurais), ou da ocupação sazonal (residência secundária); recuperação de actividades e diversificação produtiva; recuperação de tradições (iniciativas didácticas e turísticas de carácter demonstrativo); reconstrução e reutilização do património arquitectónico (sobretudo reorientação funcional).

Todas estas mudanças contribuíram para a modificação da imagem dos territórios de montanha, para a valorização das produções e recursos locais, bem como para a sedimentação do atractivo paisagístico/patrimonial e com fins recreativos (induzido pela sociedade urbana). Contudo, permanecem parte dos seus problemas estruturais, relacionados com estrangulamentos tão agudos como os que decorrem do despovoamento e envelhecimento que definem a sua demografia.

Uma vez que se trata de um “património” de grande valor estratégico, as preocupações assumem dimensões que ultrapassam a dimensão local, regional e mesmo nacional. Surgem recomendações e resoluções, bem como iniciativas internacionais, que apontam alternativas e caminhos para o desenvolvimento e permitem pensar em estruturar e concretizar uma política comum no quadro da União Europeia.



Elaboração própria

Figura 24 – Esquema simplificado da dinâmica territorial das montanhas portuguesas

5.2.3 Alguns exemplos de iniciativas internacionais

O Capítulo 13 da Agenda 21, adoptada em Junho de 1992 na Conferência das Nações Unidas (realizada no Rio de Janeiro), é dedicado ao “Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Montanha”. Reconhecendo a importância e fragilidades dos ecossistemas de montanha, o documento (conhecido como “Agenda da Montanha”) trata da definição

do conceito de montanha, e vincula em especial os Estados signatários a criarem melhores instrumentos de conhecimento e observação das suas montanhas e a garantir um controlo da ocupação de terras. Mais de duas dezenas de capítulos da Agenda 21 mencionam explicitamente a montanha.

A Cimeira Mundial de Joanesburgo (2002), que realizou o balanço da Agenda 21, reiterou compromissos internacionais do Rio neste domínio, tendo as suas conclusões finais consagrado um ponto (40) às áreas de montanha. No essencial aponta para a necessidade de adoptar medidas com vista a «Desenvolver e fomentar programas, políticas e iniciativas que integrem as dimensões ambientais, económicas e sociais do desenvolvimento sustentável das montanhas e reforcem a cooperação internacional de modo a que tenham maior impacto nos programas de eliminação da pobreza, em particular nos países em desenvolvimento» (UE, 2002-b).

O ano de 2002 foi declarado, pelas Nações Unidas, Ano Internacional das Montanhas, e teve os seguintes objectivos:

1. Promover o desenvolvimento sustentável das regiões de montanha.
2. Melhorar a qualidade de vida das populações que vivem nas montanhas.
3. Proteger o ecossistema montanhês.

Vários países europeus lançaram iniciativas preparatórias da Conferência Mundial que a ONU organizou em 2002, com particular destaque para a França, Itália e Suíça, que são, aliás, os países mais empenhados neste domínio. No caso de Portugal é pertinente a pergunta de GRAÇA (*op. cit.*, 379) «Portugal tem montanhas?», lançada a propósito da ausência portuguesa dos fóruns internacionais no âmbito do Ano Internacional das Montanhas e do facto deste acontecimento ter passado quase despercebido entre nós. Também no plano comunitário nenhum acto político formal ou iniciativa legislativa surgiu na linha dos objectivos das Nações Unidas.

A 9 Junho de 2000, em *Chambéry* (França), realizou-se o primeiro Fórum Mundial das Populações de Montanha, no qual foi adoptada a *Carta Mundial das Populações de Montanha*. Trata-se de um projecto a submeter a discussão e que será a base e a finalidade da *Organização Internacional das Populações de Montanha*, prevista para assegurar a realização dos objectivos perseguidos. O projecto limita-se, nesta primeira fase, a indicar os princípios gerais a que se juntaram sugestões e recomendações mais sectoriais formuladas durante o fórum.

Outras iniciativas visam estabelecer, no plano do direito internacional, uma abordagem da montanha que compreenda, paralelamente, o desenvolvimento e a protecção. É o caso do projecto de *Convenção Europeia das Regiões de Montanha*, elaborado pelo

Conselho da Europa, e sobre o qual o Comité Económico e Social, assim como o Comité das Regiões, recomendam à União Europeia como uma inspiração para uma política europeia das “zonas de montanha”.

A necessidade de uma *Carta Europeia das Regiões de Montanha* para definir os princípios de planificação, desenvolvimento e protecção das áreas montanhosas foi assumida pela 2.^a Conferência Europeia das Regiões de Montanha, realizada em Trento, em 1988, embora só seis anos mais tarde o documento tenha sido aprovado pelos participantes, isto é, mais de duas centenas de altos funcionários e representantes dos países membros do Conselho da Europa. O conteúdo da Carta, que tem em vista definir uma política europeia para as regiões de montanha, é global e integrado, dando assim continuidade às recomendações das Conferências do Rio de Janeiro e Joanesburgo sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Vale a pena citar os objectivos consignados no artigo 6.º da Carta: «As partes contratantes basearão as suas políticas, legislação e acção relativamente às regiões de montanha nos seguintes objectivos:

1. O reconhecimento explícito das regiões de montanha e da sua especificidade.
2. Consideração e reconhecimento da entidade geográfica de cada uma das regiões de montanha para evitar as actuais ou futuras divisões administrativas constituam um obstáculo à execução da política em prol das montanhas.
3. A manutenção da população *in situ* e a luta contra o êxodo dos jovens.
4. A criação ou modernização das infra-estruturas e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento das regiões de montanha.
5. A manutenção e a melhoria dos serviços públicos de proximidade.
6. A salvaguarda das terras agrícolas e de pastoreio, e a manutenção e modernização essenciais das actividades agrícolas graças a uma abordagem específica à agricultura de montanha.
7. A promoção dos recursos energéticos endógenos.
8. A conservação das actividades industriais e de artesanato e a instalação de actividades baseadas nas novas tecnologias;
9. O desenvolvimento do sector terciário, em especial o turismo, para complementar as actividades tradicionais.
10. A salvaguarda da identidade e a divulgação dos valores culturais próprios das montanhas e de cada área montanhosa homogénea» (UE, *op. cit.*).

Por sua vez, a *Convenção para a Protecção dos Alpes* foi assinada em Outubro de 1991 pelos representantes dos governos dos países alpinos da União Europeia, com o objectivo de estabelecer uma política comum para a região alpina, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável. Pela primeira vez todo o arco alpino, visto como uma unidade indivisível, foi considerado património comum europeu.

A Convenção entrou em vigor em Março de 1995, e prevê o estabelecimento de um programa de investigação em quatro áreas (protecção da qualidade do ar, hidro-economia, redução dos resíduos, população e cultura), enquanto os seus protocolos de aplicação deveriam permitir estimular políticas relativas aos transportes, turismo, protecção do solo, património florestal, energia, agricultura, entre outros (*idem*). No centro da *Convenção* está o objectivo de conciliar as necessidades económicas e sociais das populações residentes nos Alpes e as exigências da preservação ambiental.

5.2.4 Rumo a uma política comum?

A União Europeia tem uma certa tradição em políticas dirigidas especificamente às áreas de montanha. Como já se referiu, data de meados dos anos 70 a primeira directiva que estabeleceu as ajudas comunitárias para a agricultura de montanha⁸⁴, viragem importante na política agrícola, passando de uma concepção alicerçada em medidas “horizontais” e uniformes (PUJADE e FONT, *op. cit.*) a uma política baseada em medidas específicas para territórios com diferentes problemas, tendo em conta o contexto sócio-económico e o ambiente natural em que se desenvolvia a actividade agrícola.

O instrumento destinado a estabelecer o tratamento diferencial configura as Indemnizações Compensatórias. À margem destas existem outros tipos de ajudas, como as vantagens oferecidas (via PAC) às explorações mais dinâmicas conduzidas por jovens agricultores, assim como, de modo geral, todas as medidas de política regional dirigidas ao desenvolvimento rural e que têm aplicação nas áreas de montanha, como os fundos estruturais para o objectivo 5b e a iniciativa comunitária LEADER. Portanto, através da política agrícola, concentrou-se uma boa parte dos recursos financeiros dirigidos às áreas de montanha, embora com carácter sectorial, e sem incluir medidas específicas para os (muitos outros) problemas que afectam as montanhas.

⁸⁴ A delimitação das “zonas de agricultura de montanha” ficava ao critério dos Estados membros, segundo critérios de delimitação em função das características das suas “zonas montanhosas”, nomeadamente orográficas (altitude, declive, ou de forma combinada) e outros, como por exemplo, tratar-se de municípios encravados em área montanhosa ou esta constituir entrave a certas áreas com vocação agrícola, sem que nestas duas situações fossem cumpridos os mínimos orográficos.

A mesma instituição, em diversas ocasiões, através dos seus órgãos próprios, nomeadamente o Comité Económico e Social, o Parlamento Europeu e o Comité das Regiões, manifestaram interesse pelas regiões de montanha e reconheceram as suas especificidades e problemas, bem como a necessidade de formular uma política transversal ajustada às referidas dimensões⁸⁵.

Se bem que se mantenha uma certa subsidiariedade na designação final dos territórios envolvidos, seria conveniente uma harmonização da realidade da montanha europeia, através da consequente adaptação da actual definição comunitária, mediante um intervalo de variação para cada um dos critérios, pelo menos no que se refere à altitude e à encosta (UE, 2003-c).

«Mas a realidade da montanha é igualmente muito diversificada: sistemas de pasto, de criação de gado, montanha seca, alta montanha ... Na perspectiva de uma exploração múltipla da zona de montanha, seria pertinente a possibilidade de subdivisões que permitissem fazer uma distinção entre os maciços da montanha média dos da alta montanha» (UE, *op. cit.*), entre outros.

Contam-se, ainda, três tipos de acções comunitárias que se revestem de particular importância para a montanha, e em que esta é abrangida, sem que as acções a visem de modo explícito: a política dos Fundos Estruturais, e nesta, o programa INTERREG e também as directivas aves e habitats naturais.

Em relação aos primeiros, com o objectivo de aproximar à média comunitária os desempenhos económicos dos territórios com dificuldades estruturais ou em atraso

⁸⁵ Da reflexão das instituições da UE sobre este tema, importa assinalar, em particular, pelo seu alcance político e técnico, os seguintes documentos:

– Pareceres do Conselho Económico e Social de 28 de Abril de 1988 sobre “Uma política para as zonas de montanha” (também conhecido por “Relatório Amato”), de 25 de Abril de 1996 sobre “O arco alpino, uma oportunidade de desenvolvimento e de integração”, e de 18 de Setembro de 2002 sobre “O futuro das regiões de montanha na União Europeia”;

– Pareceres do Comité das Regiões de 21 de Abril de 1995 atinente à “Carta europeia e regiões de montanha”, e de 18 de Setembro de 1997 sobre “Uma política para a agricultura de montanha na Europa”;

– Relatório do Comité das Regiões de 12 de Fevereiro de 2003 sobre “A política comunitária para as zonas de montanha”.

– Relatório da Comissão de Agricultura e de Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu de 16 de Outubro de 1998 sobre “Uma nova estratégia para as zonas de montanha”, elaborado a partir do estudo prévio da Direcção Geral dos Estudos do Parlamento Europeu sob o título “Rumo a uma política europeia das montanhas”;

– Resolução do Parlamento Europeu de 6 de Setembro de 2001 sobre os “25 anos de aplicação da regulamentação comunitária em favor da agricultura de montanha”.

de desenvolvimento, os fundos europeus têm tido (através do ex-objectivo 5b), e continuam a ter (com o actual objectivo 2) uma forte incidência em numerosas “zonas de montanha”, 95% das quais, com efeito, são actualmente elegíveis para os objectivos 1 e 2. Todavia, deve-se constatar que esta elegibilidade não resulta da tipicidade montanhosa das respectivas desvantagens. Tal poderá revelar uma possível inadequação entre os programas efectivamente financiados e a realidade dos problemas a tratar.

Quanto ao INTERREG, este programa de iniciativa comunitária tem larga aplicação nas montanhas, enquanto fronteiras naturais entre vários Estados-membros, e várias regiões da fronteira externa da União estiveram também abrangidas pelos programas *Phare* ou *Tacis*, nos domínios dos transportes, turismo, alterações da utilização dos solos e preservação do património natural.

A Rede Natura 2000, alicerçada nas directivas aves e habitats naturais, está fortemente implantada nos territórios de montanha da União Europeia, como aliás seria de esperar, tendo em conta a grande qualidade e diversidade do património natural. Mas a sua biodiversidade é também marcada por vulnerabilidades e daí a razão de ser das directivas.

Em resumo, no que concerne ao balanço da acção comunitária para a montanha, apesar da existência de um conjunto de medidas/regulamentações comunitárias que visam, ou sobretudo implicam as montanhas, e por isso reflectem directa ou indirectamente as preocupações com as “zonas” de montanha, não existe, de modo explícito, uma política (comum) de montanha.

De igual modo, trata-se de acções múltiplas sem um verdadeiro fio condutor e uma estratégia capaz de convergir para uma política global e coerente. As próprias políticas sectoriais europeias não têm em conta, muitas vezes, as especificidades das áreas de montanha.

O recente alargamento da União e a inevitável reforma dos fundos estruturais a partir de 2007, fazem dos territórios de montanha desafios muito importantes. Uma vez que numerosos territórios da União, actualmente beneficiários dos fundos estruturais no âmbito dos objectivos 1 ou 2, não atingirão, até 2006, o nível de desempenho da média comunitária, torna-se importante a discussão em torno das ajudas ao desenvolvimento e a adopção de uma nova lógica de abordagem dos territórios no quadro da política dos fundos estruturais e sua articulação com o processo de alargamento da União.

O futuro das regiões de montanha e dos territórios que enfrentam dificuldades estruturais, especialmente recorrentes e incompatíveis com os princípios fundamentais dos Tratados, passa, necessariamente, pela reforma política dos Fundos Estruturais. Esta

pode conduzir ao desenvolvimento de uma verdadeira política comunitária de ordenamento do território, na perspectiva de uma concepção global, tendo em vista a repartição harmoniosa e equilibrada no território, da população e das actividades, alargando a perspectiva sócio-económica, ideia que parece, aliás, inscrita no artigo 158.º do Tratado da União: «A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção no sentido de reforçar a sua coesão económica e social. Em especial, a Comunidade procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais» (DISLIVRO, 2002: 160).

No caso da montanha, importa ir além da compensação das desvantagens, tendo em conta que a montanha espera mais uma política que vise a redução física das desvantagens do que uma política de pura compensação sob forma de rendimentos, e isto significa o desenvolvimento de acções, em matéria de equipamentos estruturantes, em matéria de regulamentações (neste caso, a adopção de medidas específicas aplicáveis apenas a estes territórios permitiria aplicar uma discriminação positiva, nomeadamente para valorizar a respectiva identidade através dos seus produtos específicos e dos seus conhecimentos). De igual modo, interessa «aliar compensação de desvantagens e contrapartidas, uma vez que a legitimidade da compensação das desvantagens geofísicas tem menos a ver com uma necessidade de equidade do que com o interesse geral e a contrapartida material que poderá proporcionar à colectividade» (UE, 2003-b). A funcionalidade dos territórios «deverá ser o critério de avaliação da contrapartida, fazendo da compensação das desvantagens uma remuneração das amenidades que os territórios proporcionam; entre as principais amenidades que implicam os territórios de montanha» (*idem*), nomeadamente: a produção agrícola e/ou silvícola (como condição essencial para garantir a ocupação e preservação do espaço e de prevenção contra os riscos e catástrofes naturais mais graves; a função paisagística; a possibilidade de espaços recreativos, no pressuposto da vocação dos territórios de montanha para o acolhimento de visitantes no contexto de actividades de lazer, seja turismo ou apenas actividades recreativas; produção e armazenamento de recursos naturais.

Como lembra MESSNER (2001), o pressuposto fundamental e irrenunciável para todas as actividades necessárias para a conservação da paisagem rural de montanha é a presença de uma população local estável, que tenha a possibilidade de organizar e configurar de forma autónoma e responsável os seus próprios espaços de vida. Isto significa que está em causa a protecção e a valorização das montanhas como espaços para viver, de que resultam benefícios para quase todos os europeus, de acordo com a tese da relação

de recíproca necessidade entre as áreas de montanha e os centros urbanos (sobretudo os de alta densidade de habitantes).

Segundo o recente documento aprovado pelo Comité Económico e Social (2003-c), o futuro das regiões de montanha na União Europeia é indissociável de uma política europeia da montanha, que não pode deixar de assegurar uma visão comum da montanha, através do reconhecimento da especificidade desses territórios nos Tratados, tal como já existe no referido artigo 158.º para as ilhas e regiões periféricas. De igual modo, essa possível (e desejável) abordagem específica das “zonas de montanha” nas políticas da União Europeia envolverá a execução de uma estratégia assente nos seguintes eixos de acção:

- Compensação das desvantagens competitivas (que decorre do princípio de que certas dimensões da desvantagem geofísica das montanhas são permanentes e irreduzíveis).
- Redução activa dos factores de desvantagem, através de equipamentos estruturantes (nomeadamente a ligação às redes de novas tecnologias de informação e comunicação que se impõe como factor essencial da futura competitividade desses territórios).
- Valorização da identidade e das potencialidades da montanha, que por via de uma acção decisiva e positiva poderá ter tanta importância como as acções de compensação e redução das desvantagens para combater, designadamente o “encravamento”. A imagem positiva que a montanha reflecte, bem como a originalidade dos seus produtos, constituem um enorme potencial, para o qual convirá desenvolver uma estratégia favorável.

Em síntese, os territórios de montanha requerem um reconhecimento que lhes permita consolidar os princípios fundamentais e assim assumir-se plenamente como territórios de autenticidade e diversificação (UE, 2003-b). A afirmação de uma estratégia comunitária, tanto no plano regulamentar como financeiro, é essencial para lhes garantir as condições de uma relativa autonomia económica, afinal o “preço a pagar” pela dinâmica sustentável daqueles territórios. «Por isso, essa estratégia deve ter por destinatários principais os habitantes das zonas de montanha, porque são um elo indispensável, quer se trate de pessoas em actividade ou de grupos sociais específicos (mulheres, jovens, idosos), quer porque as acções a levar a cabo neste quadro, devem procurar associá-los (...)» (*idem*).

Tal como consta da “Declaração relativa à integração das regiões de montanha nas políticas comunitárias e uma política europeia da montanha”, da Associação Europeia dos Eleitos de Montanha, de 15 de Abril de 2003, importa alargar a política de

coesão, bem como aprofundar a política regional a favor dos territórios específicos da União Europeia, nos quais se incluem as montanhas, e a elaboração e implementação de uma política europeia para a montanha.

O objectivo da coesão económica e social (como condição para promover o desenvolvimento harmonioso do conjunto) atribuído à União, que decorre dos seus tratados, não pode ser abordado com eficácia se levar em consideração o factor territorial, dimensão considerada essencial para tratar o problema das desigualdades económicas e sociais. Daí a Associação preconizar medidas, tais como aditar às vertentes económica e social da política de coesão uma dimensão territorial; reconhecer a diversidade territorial do espaço comunitário desde logo em atenção às regiões de montanha; inserir essas reformas no Tratado da União, pois aditar uma vertente territorial à política de coesão e reconhecer a diversidade dos territórios pressupõe a sua inscrição nos Tratados.

Aquilo que está em causa é reconhecer os problemas estruturais permanentes que afectam os territórios de montanha, e para que esses territórios «possam ser plenamente integrados no mercado interno segundo condições equitativas deverão ser criadas medidas de discriminação positiva, proporcionais à intensidade dos condicionalismos com que se confrontam» (AEM, 2003).

No que concerne à elaboração e implementação de uma política europeia de montanha, a Associação reconhece que o facto destes territórios comportarem desvantagens permanentes e assumirem funções de interesse geral, requer, por parte das entidades públicas, um regime de compensações dos custos acrescidos e uma gestão activa dos seus recursos.

Uma vez que as montanhas são espaços “naturais” e entidades económicas produtivas e territórios de lazer, constituem reservas de recursos essenciais, um património comum que em muito contribui para os necessários e desejáveis equilíbrios territoriais. É, pois, tempo de definir políticas específicas, incluir as montanhas nos modelos de desenvolvimento e implementar acções concretas, estruturadas, realizadas e monitorizadas o mais perto possível daqueles que aí vivem.

Depois desta primeira parte da dissertação, centrada em eixos de análise como o ordenamento e o desenvolvimento dos territórios rurais/montanhosos, e a importância do património cultural (como recurso territorial para a prossecução de metas relacionadas com as dimensões anteriores), em que percorremos o espectro dos documentos orientadores, das políticas, dos planos/instrumentos de acção e analisámos alguns exemplos de intervenções desenhadas na perspectiva do quadro conceptual, encaminhamos o trabalho para os casos de estudo.

A Serra da Lousã e em particular algumas das suas aldeias são um exemplo muito interessante da dinâmica territorial e dos novos usos da montanha em Portugal, na relação com o património cultural e os processos/agentes envolvidos na sua activação/valorização, nomeadamente a residência secundária e as actuais intervenções (institucionais) de requalificação desenhadas no quadro de apoio euro-comunitário.

6. Serra da Lousã: retrato e dinâmicas territoriais

«A Serra que domina a paisagem e que tem sido a principal e grande característica da Lousã, será ainda no futuro o seu principal cartaz de Turismo e talvez um grande factor de progresso e de renome».

Álvaro Viana de Lemos, 1951: 157.

Esta segunda parte do trabalho pretende ligar as teorias, documentos orientadores, políticas e quadros normativos com os contextos locais de génese e implementação de acções de salvaguarda/valorização do património cultural e de patrimonialização. Abrindo uma nova janela de reflexão, procura-se contribuir para explicar como essas realidades são moldadas pelos contextos locais.

A análise debruça-se inicialmente sobre o retrato e as dinâmicas territoriais da Serra da Lousã, percorrendo os processos de construção da imagem e divulgação das paisagens (ancorados em diferentes contributos), os traços diferenciadores do mosaico serrano e as suas trajectórias de desenvolvimento.

Depois, questionam-se as (des)preocupações patrimoniais e paisagísticas, no âmbito do modelo e dos instrumentos de planeamento territorial (com base no estudo da vila da Lousã) e desenvolve-se a análise atinente às aldeias serranas da Lousã, a partir da interpretação da construção e dos construtores das paisagens culturais, do processo de patrimonialização (em particular relacionado com a residência secundária) e das recentes perspectivas de requalificação e integração territorial que decorrem das políticas e das intervenções (dos actores públicos), no “ambiente” da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (Programa Operacional da Região Centro, 2000-2006).

6.1 Os processos de construção da imagem e divulgação das paisagens serranas

6.1.1 Os olhares da ciência, da literatura e da arte

A Serra da Lousã tem sido cenário de vários olhares onde se cruzam a geografia (e outros domínios científicos), a literatura e a pintura, entre os mais importantes, que ajudaram a construir uma certa imagem.

Depois de salientar as publicações científicas e literárias⁸⁶, e a pintura, enfatiza-se o papel dos agentes públicos na divulgação da imagem da Serra da Lousã, sendo que esta aparece muito ligada ao município que empresta o nome à Serra.

6.1.1.1 Olhares geográficos

O contributo dos geógrafos, por via dos trabalhos dados à estampa, de cariz monográfico ou consagrados a certas especialidades/temáticas de investigação, para o melhor conhecimento (e divulgação) da Serra da Lousã, remonta pelo menos aos anos 30 do século passado.

Desde logo é necessário invocar o nome de Aristides de Amorim GIRÃO e o artigo intitulado “Aspectos Geológicos e Geográficos da Serra da Lousã”⁸⁷ (1938). “Uma Velha Descrição Geográfica do Centro de Portugal” (1951) e “Acção do Homem e Morfologia do Solo” (1955) são outros títulos do autor⁸⁸, publicados no *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, com referências paisagísticas à Serra da Lousã.

Uma década depois, Orlando RIBEIRO, no “Livro-Guia da Excursão ao Centro de Portugal”, elaborado no âmbito do Congresso Internacional de Geografia (Lisboa, 1949), dedica algumas páginas aos traços geográficos da serra e bacia da Lousã, espaços a que voltou em demoradas jornadas de trabalho de campo, acompanhado por outros colegas e colaboradores portugueses e estrangeiros.

A publicação dedicada ao estudo geomorfológico e sedimentológico das bacias da Lousã e Arganil⁸⁹, editada em dois volumes, em meados de oitenta, com a chancela de Suzanne DAVEAU (e a colaboração de Pierre BIROT e Orlando RIBEIRO), de certa

⁸⁶ Não se trata, aqui, de apresentar uma listagem exaustiva da bibliografia publicada sobre a Serra, ou das obras dos autores aí filiados, mas, apenas, de indicar os títulos e autores de referência, assim como de assinalar e contextualizar outros contributos incontornáveis para a leitura geográfica das suas paisagens.

Centramos a análise nos trabalhos publicados em livros, revistas, actas de eventos científicos, edições em *cd-rom* e nas dissertações para obtenção de diplomas académicos (licenciatura, mestrado, doutoramento). As publicações em jornais e em outras bases documentais, por serem tão variadas e dispersas, seriam impossíveis de referenciar, sem vazios ou lacunas importantes.

⁸⁷ Este artigo é a tradução em letra de forma da palestra que o ilustre académico proferiu no Altar do Trevim, no dia 17 de Julho de 1938, aquando da comemoração do primeiro centenário da “1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã”.

⁸⁸ O primeiro é a publicação dos “Apontamentos de Viagem” de Gerardo PÉRY, redigidos em 1860. O segundo é uma reflexão e avaliação da acção antrópica e suas consequências paisagísticas, através de exemplos como o da lavra activa nas minas ouro da Serra da Lousã (Escádia Grande; Alvares/Góis).

⁸⁹ O seu conhecimento aprofundado deve muito também ao contributo dos geólogos em particular de Coimbra, tal como acontece, embora com menos trabalhos publicados, em relação à Serra.

maneira é o culminar de um intenso período de investigação orientada pela Escola de Lisboa e aparece na sequência de outros contributos da investigadora do Centro de Estudos Geográficos, como, por exemplo, “Evolução geomorfológica da bacia da Lousã” (1972), e “*Le bassin de Lousã: évolution sédimentologique, tectonique et morphologique*” (1979). DAVEAU, pouco tempo depois, assina um importante artigo de geografia histórica modestamente intitulado “Contribuição para uma Colectânea de Antigas Descrições Geográficas da Lousã”, publicado no livro das “Jornadas de Cultura e Turismo” (Lousã, 1988).

Neste contexto, assinalamos também a tese de licenciatura⁹⁰ de Maria Fernanda ALEGRIA, intitulada “A bacia topográfica da Lousã: características físicas e utilização do solo”, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1973. Por sua vez, Iva PIRES, em meados dos anos 80, publicou, na mesma revista, o artigo “Génese e evolução de um centro produtor têxtil. A indústria de lanifícios em Castanheira de Pêra” (1986), que é um importante contributo para o conhecimento do processo de industrialização desse município da aba sul da Serra da Lousã.

De regresso à Escola de Coimbra, importa referir:

- O trabalho “O que foi e o que é a Serra da Lousã”, publicado em 1954 no *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, como resultado de três contributos: “A Lousã dos antigos”, por Maria do Espírito SANTO, “Advento duma nova era: a da Electricidade”, por Maria Bela VAZ, e “A paisagem humanizada da Lousã”, por Jorge BABO e Alberto VILANOVA.
- As dissertações de licenciatura, em Ciências Geográficas, de Victor Mourisca CLARO e Maria Beatriz Alvão SERRA, subordinadas aos títulos “O concelho de Góis. Esboço geográfico” e “A Bacia da Lousã. Estudo Geográfico”, defendidas na Faculdade de Letras em 1957 e 1961, respectivamente.
- A monografia “Lousã. A Terra e as Gentes”, da autoria de Pedro DIAS e Fernando REBELO, editada em 1985 por iniciativa da Câmara Municipal da Lousã.
- E, no final dos anos oitenta, os trabalhos “Residência Secundária e Espaço Rural. Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal” e “Residência secundária e revitalização do espaço rural”, com assinatura da Professora Fernanda CRAVIDÃO (1989; 1990).

⁹⁰ O texto inicial, policopiado, de edição muito limitada, foi três anos mais tarde integrado sob a forma de artigo e amplamente divulgado na revista *Finisterra*, com o título “A bacia topográfica da Lousã. Características físicas e ocupação do solo” (1976).

Por outro lado, não podemos esquecer os contributos relacionados com guias de viagem ao Centro de Portugal/Cordilheira Central no âmbito do trabalho de campo da licenciatura e mestrado em Geografia, e principalmente a propósito de eventos científicos organizados pelo Instituto de Estudos Geográficos/Centro de Estudos Geográficos, como, por exemplo, “Cordilheira Central. Livro Guia da Viagem B do IV Congresso da Geografia Portuguesa” (1994), publicação organizada por Fernanda CRAVIDÃO e Luciano LOURENÇO.

Luciano LOURENÇO está ligado a dezenas de trabalhos publicados, nas últimas duas décadas, designadamente nas áreas da hidrologia, análise da evolução de vertentes, riscos naturais e incêndios florestais. Um dos mais importantes, na perspectiva da nossa investigação, é aquele que defendeu em provas de doutoramento, em Janeiro de 1997, sob o título “Serras de Xisto do Centro de Portugal. Contribuição para o seu conhecimento geomorfológico e geo-ecológico”.

Ana Paula RODRIGUES, na dissertação de mestrado intitulada “Industrialização em áreas rurais. Carregal do Sal, Gouveia, Miranda do Corvo, Oliveira do Bairro” (1985) e no trabalho de investigação apresentado em provas de doutoramento, sob o título “Acessibilidade e utilização dos serviços de saúde. Ensaio metodológico em Geografia da Saúde” (1993), deixou também importantes contributos para o melhor conhecimento de alguns municípios da Serra da Lousã.

Mais recentes são os contributos de outros investigadores, entre os quais nós mesmos nos contamos, nomeadamente a dissertação de mestrado intitulada “A Vila da Lousã. Contributo para um estudo de Geografia Urbana” (1996; 1999-a) e alguns artigos sobre geografia histórica, ordenamento do território, património cultural, desenvolvimento local/rural (relacionados com comunicações apresentadas em eventos científicos realizados no país e no estrangeiro) que apoiando certas linhas de análise desta dissertação aparecem citados ao longo do trabalho.

6.1.1.2 Outros contributos científicos

Domínios relevantes no quadro das publicações são aqueles que gravitam em torno da floresta, através de títulos em grande parte relacionados com a criação dos perímetros florestais e as intervenções do Estado na Serra da Lousã e áreas adjacentes, desde o início do século passado, embora com maior expressão no período de 1925 a 1960.

As primeiras publicações (CARVALHO, 1911-a; 1911-b; CML, 1911) reflectem a discussão em torno da intervenção, esgrimindo-se argumentos na amplitude dos benefícios

e dos problemas inerentes ao processo de florestação estatal dos baldios serranos, assim como retratam os conflitos incendiados pela actuação (prepotente) do poder político.

Com o avanço definitivo da florestação da montanha (anos 20-30) são os projectos de arborização e o aproveitamento florestal que ganham maior expressão, como se vê nos relatórios da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas e nos diversos relatórios finais do curso de engenheiro silvicultor elaborados no Instituto Superior de Agronomia.

Nas últimas décadas, coincidindo com a reestruturação (e o desmantelamento) dos serviços florestais e a redução significativa da sua actividade, pelo menos no que concerne aos trabalhos de florestação e manutenção dos povoamentos, e quando se questiona o modelo de intervenção e a dinâmica da floresta portuguesa no século XX⁹¹, os trabalhos (em maior número) reflectem a maior abrangência disciplinar⁹² e os centros de investigação ancorados nas novas perspectivas de utilização sustentável e integrada da floresta.

No campo da sociologia assinalamos a obra de Paulo Filipe MONTEIRO: “Terra que já foi Terra”, publicada em 1985. Paulo MONTEIRO inicia o trabalho de investigação sociológica sobre a Serra da Lousã em 1979, quando começou a abrir os primeiros maços das velhas cartas encontradas nas aldeias serranas da Lousã, que amigos lhe

⁹¹ A vaga de incêndios em 2003, com mais de 400 mil ha de área ardida, e os seus múltiplos efeitos verdadeiramente catastróficos, é mais uma evidência dolorosa para finalmente Portugal assumir como prioritário o ordenamento da floresta e a gestão florestal sustentável.

⁹² A título de exemplo podemos referir as seguintes preocupações: o planeamento e os planos de utilização dos perímetros florestais (MIRANDA, 1980) e das grandes manchas de incultos (ARENÇA, 1979); os povoamentos mistos (COSTA, 1992); o ordenamento florestal (BRITO, 1992); os efeitos locais da florestação e a dinâmica demográfica das aldeias serranas (Castro CALDAS, 1989; 1990); a constituição de reservas florestais (QUEIRÓS, 1979); os efeitos erosivos dos incêndios florestais (por exemplo, LOURENÇO e MONTEIRO, 1989); a sensibilização da população escolar a propósito dos incêndios florestais (LOURENÇO *et al.*, 1990, entre outros trabalhos); os efeitos do fogo controlado nos componentes químicos do solo e na composição florística das comunidades vegetais (SANTOS, 1999); o aproveitamento da biomassa florestal (NATÁRIO, 1992); a avaliação de potencialidades cinegéticas para a reintrodução do corço (DUARTE, 1996) ou a avaliação do repovoamento com veados (CARNEIRO, 1998; FONSECA, 2004); a instalação de pastagens melhoradas (Administração Florestal da Lousã, 1977); a utilização do fogo controlado (CORREIA, 1999); a valorização dos produtos endógenos, como o mel através da criação de denominação de origem (PESSOA, 1995), ou os estudos relacionados com o néctar e pólen das principais plantas melíferas da região demarcada da Serra da Lousã (AMARAL, 1994); as explorações de caprinos (CURADO, 1995); o coberto vegetal (PAIVA, 1988); as preocupações com a recuperação de alguns espaços florestais (SALES, 1991) e certas espécies botânicas (SILVEIRA, 2000).

fizeram chegar. A partir desses documentos “vivos”, que espelham a relação entre as aldeias serranas e os destinos dos seus filhos desde a segunda metade de Oitocentos e que são, portanto, contemporâneos das grandes transformações vividas na montanha, o investigador começa a encontrar os actores da história ou, na maioria das vezes, os seus descendentes, e a estender a rede das suas relações, não só na capital, como, sobretudo, na Lousã. Depois, segue a pista geográfica dos serranos e estuda a comunidade de emigrantes portugueses no Connecticut (MONTEIRO, 1987). Encerra, assim, o ciclo de investigação que tinha começado nas aldeias serranas da Lousã.

Também no âmbito da sociologia rural enfileira o artigo “Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território”, de Isabel DINIS e Miguel MALTA, publicado no *cd-rom* das comunicações apresentadas no *I Congresso de Estudos Rurais* (Vila Real, 2001) e também no livro “Portugal Chão” (2003), organizado por José PORTELA e João Castro CALDAS.

No plano historiográfico destacam-se diversos trabalhos realizados por Maria do Rosário Castiço de CAMPOS (Escola Superior de Educação de Coimbra) como, por exemplo, “Foz de Arouce no século XVIII: economia agrária e reconversão agrícola” (1989) – tese mestrado em História Moderna apresentada à Universidade de Coimbra –, e a dissertação de doutoramento “Redes de sociabilidade e de poder: Lousã no século XVIII” (2003).

Por sua vez, o estudo etnográfico da Serra tem em Manuel Louzã HENRIQUES uma referência incontornável. Permitimo-nos destacar, de entre diversos textos publicados, os títulos “Etnografia da Serra da Lousã” (1989), “A castanha e o mel: alimentos fundamentais da cultura serrana” (1993) e “Tradições artesanais da Serra da Lousã” (1996).

A concluir este item, a referência a Álvaro Viana de LEMOS (1881-1972), um dos grandes nomes do panorama cultural da Lousã, com notável expressão no domínio da pedagogia (Movimento da Educação Nova) e das artes plásticas, mas também no campo das publicações de cariz monográfico e de divulgação turística⁹³.

Em síntese, trata-se de contributos diversificados, nos temas, no tempo e no espaço, que contribuem para o conhecimento da Serra da Lousã e concorrem (de forma directa ou indirecta) para a construção e divulgação da sua imagem.

⁹³ Atevemo-nos a ver nesse ilustre filho da Lousã, a expressão e o talento de alguém que, embora não sendo geógrafo, soube sempre incluir a geografia de forma elevada nos seus fascinantes textos (e lições) sobre lugares e territórios intensamente vividos e profundamente conhecidos.

6.1.1.3 Literatura

João LUSO, nome literário de Armando Erse de Figueiredo⁹⁴ (1874-1950), distingue-se como autor lousanense no plano literário.

Como assinala Seabra PEREIRA (1998: 8), as linhas da ficção narrativa de João LUSO (centradas na sua primeira obra) enfileiram numa tendência do ruralismo neo-romântico⁹⁵ (então em desenvolvimento em Portugal), em que «(...) os traços da geografia física e humana são apenas o ponto de ancoragem ou o horizonte de referência de um exercício de memória afectiva de alguém, arrancado à sua terra e ao seu enquadramento familiar, que recupera as realidades ocultas pela interposição do Atlântico, e retrata de forma muito real as condições de vida na ruralidade portuguesa» (olhadas e ficcionadas a partir da terra natal).

Quase uma década e meia depois, por entre outras publicações, João Luso, em *Ao Sol e à Neve* (1909), apresenta uma colectânea com alguns textos que retomam a temática e a ambiência da ruralidade lousanense. Em 1932, no livro intitulado *Viajar*, dado à estampa no Rio de Janeiro, o autor consagra várias páginas ao que chama “Santa Terrinha”. «Nelas a mesma saudade que o acompanha quando revê a cidade de Santos. Entretanto, não uma saudade que faça chorar, mas a que acalenta e faz viver. Nela habita o amor às coisas simples como aos serranos da sua Lousã, aos seus lugarejos (...)» (RIBEIRO, 1998: 25). Muito interessante é também a narrativa que gravita em torno de “Os da Serra”, não um conto ficcionado, mas um fresco de memória e actualidade que chama ao texto a serra e os serranos, na transição de ontem e de “hoje”.

Numa palavra, trata-se de um conjunto de narrativas de grande importância para a construção da imagem da Vila e da Serra, desde o último terço de Oitocentos até meados do século passado.

⁹⁴ Natural da Lousã, cedo (aos dezanove anos de idade, depois de concluir o Liceu, em Coimbra) emigrou para o Brasil, onde se dedica ao comércio na cidade de Santos e inicia logo a sua colaboração na imprensa, vínculo que atravessa toda a sua vida profissional.

Com apenas vinte e dois anos publica a sua primeira obra, sugestivamente intitulada *Contos da Minha Terra* (1896), que marca o início de mais de meio século de intensa actividade literária, com mais de duas dezenas de textos (essencialmente contos e crónicas) publicados em forma de livro, através de narrativas em que evoca o ambiente rural da Lousã e o ambiente urbano carioca.

⁹⁵ Depois, em outros livros de contos (e devido à abertura a outros estilos literários, nomeadamente a crónica), «(...) João Luso vai amenizar a tradição realista de acordo com as novas tendências neo-românticas e vai evoluir sobretudo para uma valorização temática da afectividade humana» (PEREIRA, *op. cit.*, 5-6).

A Serra da Lousã foi também o cenário de inspiração para outros escritores que descreveram com grande mestria a sua beleza e originalidade, ou alguns dos traços relacionados com as dificuldades e os dramas da vida na montanha, de forma mais ou menos ficcionada.

Miguel TORGA (1907-1995), pseudónimo literário do médico Adolfo Correia da Rocha, é uma dessas referências, incontornável pela dimensão ecuménica da sua escrita fulgurante e desassombrada⁹⁶.

TORGA chegou a Vila Nova⁹⁷ (Miranda do Corvo) em 1934, e aí permaneceu até 1938. Em 1939, após concluir a especialidade médica, «estabelece consultório de otorrinolaringologia em Leiria. No ano de 1941 muda-se definitivamente para a cidade de Coimbra, onde irá exercer clínica até ao final da sua vida profissional» (*idem, ibidem*). Os quatro anos de exercício de Medicina em Vila Nova, após a primeira experiência profissional na sua terra natal, São Martinho de Anta (Sabrosa, Trás-os-Montes), e o modo da sua permanência, deixaram marcas evidentes na obra literária do autor. Nesse pequeno lugar, criado pelas forças ciclópicas, no encontro da montanha com a planura inclinada que dela se desprende, o jovem médico encontra na escrita a forma de manter e reforçar a sua ligação ao mundo, exteriorizando as dores da alma e os gritos do seu inconformismo de humanista profundo e convicto.

Sozinho, numa pequena casa acabada de construir – «Entre quatro paredes nuas (...)» (TORGA, 1970: 131) –, TORGA deixou-nos um retrato vivo da sociedade

⁹⁶ O seu génio literário manifestou-se em mais de meia centena de livros, nos géneros literários mais variados, como sejam a poesia, os contos, a novela, o romance e as peças de teatro. A transposição auto-biográfica levada a cabo nos cinco volumes de *A Criação do Mundo* e os dezasseis volumes do seu *Diário* são também obras magistrais que reflectem as suas capacidades de exímio escritor.

Tal como João LUSO, Miguel TORGA cedo emigrou para o Brasil (com apenas 13 anos) «tendo aí trabalhado duramente até aos 18 anos. Porém regressa a Portugal e em três anos completa o curso dos liceus, licenciando-se depois pela Faculdade de Medicina de Coimbra em 1933» (MOURÃO-FERREIRA, 1979: 97).

⁹⁷ A presença de TORGA em Vila Nova é obra do acaso, isto é explica-se pela abertura de uma vaga para exercer Medicina, em regime de substituição temporária do médico municipal. Mas a oportunidade agradou ao escritor, necessitado de garantir meios de subsistência, e sobretudo pelo facto de continuar perto de Coimbra.

TORGA repartiu-se entre Vila Nova e Coimbra, entre «as suas obrigações de valer aos seus doentes» (ANDRADE, 2003:68), a escrita, que nunca deixou de cultivar e alimentar, e o convívio franco com os amigos em Coimbra. «Com a febre da criação, vinha a sede da cidade. E aos sábados, depois de o último doente auscultado e medicado, não andava, voava através dos pinhais e dos lameiros que me separavam da estação» (TORGA, *op. cit.*, 137).

camponesa, passando para o papel diversas impressões sobre o lugar e as suas gentes, como, por exemplo:

- «A aldeia, aninhada no sopé da serra do Singral, voltada a norte, regelada, não merecia um reparo, sequer. E as pessoas gradas que a habitavam, até onde se via ao primeiro alcance, afinavam pelo mesmo diapasão. O padre Cândido, manco e asmático, tossia; o Dionísio, que parecia um cruzamento de homem e raposa, escorropichava copinhos de morangueiro; o Raimundo, sentencioso, vendia honradez e chita ao mesmo tempo; e o sr. Augusto, o morgado da terra, tratava do automóvel. Mas, apesar de incaracterística urbana e humanamente, foi cheio de esperança que comecei a auscultar- lhe o coração» (TORGA, *op. cit.*, 132-133).
- «Um Portugal velho e rotineiro, de senhores e servos, estava ali vivo e presente. De mão vazia ninguém pedisse justiça, conforto divino, instrução ou saúde. (...) Crédulo e submisso como há mil anos, o camponês gemia, mas esvaziava a salgadeira, a tulha e o curral. Cair no desagrado de tais divindades, seria a perdição total neste mundo ou no outro» (*idem*, 149-150).

Como explica o autor, «O mau clima da aldeia, o trabalho intenso e o desconforto em que vivia, acabaram por esgotar a pouca saúde que sempre tivera. Já não subia a galope a serra, como dantes» (*idem*, 175-176.). Apesar de todas as dificuldades vividas na aldeia, TORGA não esqueceu Vila Nova, onde regressou anos mais tarde, e deixou lavrados alguns apontamentos no seu Diário:

- «Vila Nova, 16 de Junho (1968): Aqui ando a visitar o túmulo de alguns anos da minha vida. A recordar com dificuldade nos rostos das velhas as raparigas que partejei, a tropeçar em desconhecidos que ajudei a nascer, a indagar de pessoas que tratei e curei, e que apodrecem no cemitério. A casa onde residi ocupada, o consultório abandonado, outra igreja no largo. Subo de automóvel à serra, que tantas vezes galguei a pé e afobado, para acudir a aflições urgentes. Nas aldeias e lugarejos onde fui providencial tantas vezes, nem sequer me reconhecem. Olho, por fim, o imenso panorama que se estende até ao mar». (TORGA, 1991: 190-191).

Já depois da sua passagem por Vila Nova, TORGA não deixou de calcorrear os caminhos da Beira Serra e da Cordilheira Central, sobretudo Coja e Piódão (Arganil), que visitou por motivos profissionais e nos seus tempos de lazer, mas também Fajão (Pampilhosa da Serra), deixando notas preciosas

no seu *Diário*. Das inúmeras referências, retemos a impressão do autor, sob o título “Vidual de Baixo... de água”, datada de 9 de Maio de 1943:

- «Escrevo ao lado de um cego e, como ele, olho sem ver o tamanho físico da desgraça. O mar inexorável cresce de minuto a minuto, engole as casas, afugenta os santos das igrejas, mas o meu espírito recusa-se a abranger a grandeza material da avalanche! E não são as expropriações baratas, o esquecimento de que havia reparações morais a considerar, nem outras coisas assim que me inibem. É a catástrofe em si, o fenómeno, o aparecimento insólito e demoníaco de um lago num sítio que desde o quaternário foi sempre de courelas, soitos e penedias» (TORGA, 1960: 171).

Da Serra da Lousã deixou TORGA alguns registos que balizam uma das fases de florestação da montanha e o abandono das aldeias serranas, nomeadamente do Cadaval (concelho de Miranda do Corvo), lugar que fez parte da sua área de acção no tempo em que exerceu Medicina em Vila Nova⁹⁸:

- «Serra da Lousã, 18 de Fevereiro (1949) – O homem do passado via estes montes cobertos de carvalhos, e o futuro há-de vê-los cobertos de pinheiros. Dantes, a natureza na sua espontaneidade; amanhã, a natureza disciplinada e utilizada. Por isso, quero gozar este último e fugidio momento de vê-la gasta e delapidada, maninha como um palácio que o dono incendiasse num dia de bebedeira, dentro do qual nascessem tojos e malmequeres. Serras nuas, esqueléticas e ossudas, mas de uma beleza que nem o passado viu, nem o futuro há-de adivinhar» (TORGA, 1973: 166).
- «Cadaval, Miranda do Corvo, 26 de Outubro (1980) – Mais um triste sinal dos tempos pátrios. Tantas vezes aqui vim em missão médica dar ânimo ao desespero e ajudar a nascer a esperança, e agora pareço um sonâmbulo a deambular por uma aldeia fantasma, deserta, comida de silvas. A escola lá está caiada ainda, inútil, com o mastro da bandeira nacional a apodrecer.

⁹⁸ A Câmara Municipal de Miranda do Corvo e a Junta de Freguesia de Vila Nova, interpretando muito bem o sentimento de que a terra e as suas gentes fazem parte do percurso e do imaginário literário do autor, ergueram um busto ao médico e escritor, logo após a sua morte (1995). Este acto simbólico de homenagem foi também uma forma de “dignificar” o local que esteve ligado a um capítulo da vida de um dos maiores escritores portugueses do século XX.

No âmbito da “Rota dos Escritores do século XX” (projecto de dinamização e intervenção sócio-cultural a que já fizemos alusão) foram editadas duas obras sobre TORGA: “Caminhando... Pela Rota de Miguel Torga” (2003) e “Os dias de Coimbra na criação de Miguel Torga” (2003).

A bica da fonte :-anta no largo como outrora, mas ingloriamente. Ninguém lhe bebe a frescura. E a capela desmorona-se em frente, numa melancolia dessacralizada que os santos reforçam no interior sombrio, abandonados pelos fiéis. Um palco ainda quente de todas as paixões humanas, e já arqueológico» (TORGA, 1983: 157).

Por sua vez Mário BRAGA, autor de contos, novelas, ensaios críticos e literários, também absorveu e procurou inspiração na Serra da Lousã. *Serranos*, livro de contos integrado na corrente neo-realista à qual esteve ligado, descreve aquilo que o escritor via e ouvia durante as excursões pela Serra da Lousã, «mas sobretudo de quanto adivinhava por detrás das toscas máscaras dos serranos» que define como «homens ásperos que nem fragas, baixos de pernas cambadas, que poupam as palavras como se fossem moedas» (BRAGA, cit. em TREVIM, 2003: 3).

Na apresentação do livro, o autor explica que «(...) a majestade daquela rude paisagem, a pobreza das aldeias, alçadas, quais castelos de xisto, em comboios inacessíveis (...)» (BRAGA, 1979: 6) impressionou-o muito. E foi esse cenário que inspirou BRAGA para a escrita dos contos, em que a Serra é baptizada com o nome de Serra do Queiró, e os lugares serranos aparecem com topónimos ficcionados (Valongo, Rojão, etc.).

Também pela palavra e pela escrita, autores como Pinheiro CHAGAS (1868) e Brito ARANHA (1871; 1872; 1875) deixaram, em rasgados e rendidos elogios, contributos para a leitura da paisagem lousanense⁹⁹. Através do rendilhado da poesia seguiram nomes como Mário MARIANO (1930), Eugénio Sanches da GAMA (1932), António VÍTOR (1955) e Carlos CARRANCA (1998).

6.1.1.4 Pintura Naturalista

«A beleza da Serra da Lousã, com os seus fortes contrastes, a vegetação verdejante e os cursos de água encaixados em vales de grande inclinação, teria forçosamente de atrair a atenção de muitos cultores das artes, nomeadamente os que se dedicam à pintura naturalista ou, mais recentemente, à fotografia¹⁰⁰ (DIAS e REBELO, 1985: 30).

⁹⁹ Outros artigos destes autores foram publicados no *Arquivo Pitoresco* (anos 60 e 70 do século XIX), por vezes acompanhadas de gravuras que hoje se contam entre as mais antigas imagens da vila e da Serra da Lousã.

¹⁰⁰ O Arquivo Histórico da Lousã guarda e tem disponível para consulta diversas colecções de postais ilustrados (editados principalmente por casas comerciais da Lousã e de Coimbra) e centenas de fotografias que documentam a vila da Lousã e certos trechos da Serra, algumas anónimas, outras assi-

Carlos António Rodrigues dos Reis¹⁰¹ destaca-se pelo significado da sua obra e acção entre os artistas da chamada “segunda geração de naturalistas”, corrente em que se reconhecem trabalhos de pintores como Veloso Salgado, Eugénio Moreira, Acácio Lino, António Carneiro, entre os mais importantes.

Na imensa obra que produziu, foi sobretudo um paisagista. A temática¹⁰² que procurou nas cenas campestres faz sobressair um vibrante colorista. Entre muitas obras, distinguem-se dentro desta temática, a *Feira*, ou *Aspecto de jardim com tocador de viola* (fotografia 2), ou ainda a *Fogueira* (CARNEIRO, 1996).



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

**Fotografia 2 – “Aspecto de jardim com tocador de viola”
(portal do casal da Lagartixa; Carlos Reis)**

nadas por fotógrafos profissionais como Francisco Ferreira, Artur Alvão, Jaime Santos, Varela Pécurto e Delfim Ferreira.

¹⁰¹ Figura de grande prestígio no ensino e meio artístico, director do Museu Nacional de Belas Artes, e do Museu Nacional de Arte Contemporânea, foi um dos fundadores da Sociedade Nacional de Belas Artes. «As honras e distinções que recebeu, no país e no estrangeiro, traduzem a grande aceitação do público e explicam o elevado número de seguidores» (SOARES, 1996-a: 196).

¹⁰² Na temática retratista destaca-se a grande composição *El-Rei D. Carlos e seu Estado-Maior* (tela datada de 1904, actualmente exposta no palácio ducal de Vila Viçosa – Fundação da Casa de Bragança). Carlos Reis executou igualmente trabalhos como decorador (na sala das colónias do Museu de Artilharia, na sala de leitura e salão do hotel do Buçaco e nos palácios da duquesa de Palmela e do conde de Vale Flor.

Entusiasta da natureza, Mestre Carlos Reis enamorou-se da vila e da serra da Lousã, onde interpretou de forma superior as paisagens que se lhe deparavam, fossem os amplos panoramas, fossem os rostos das gentes simples e laboriosas. O paradigma da paisagem lousanense cativou Carlos Reis desde 1913, ano em que visita, pela primeira vez, a Lousã.

Na década de 20, Carlos Reis consolida os vínculos com a paisagem da Lousã, onde passa temporadas maiores, muito por causa da construção da casa da Lagartixa, imóvel revivalista da melhor arquitectura da Lousã (século XVIII).

A casa da Lagartixa – no sopé da escadaria que anuncia o levantamento da Serra, com magnífico panorama sobre a bacia da Lousã e certos trechos da montanha – aparece, assim, ligada ao período quiçá mais importante da criação artística de Carlos Reis e de algumas das obras-primas da pintura portuguesa da primeira metade do século XX. Com efeito, grande parte das obras expostas entre 1919 e 1938 retratam motivos e reflectem a importância da Lousã na obra deste autor.

A dívida de gratidão da Lousã para com Carlos Reis ultrapassa o seu papel de grande entusiasta e divulgador das gentes e das paisagens da Lousã. Não fazendo monopólio do que sabia, envolveu-se, através de projectos próprios que revelam o seu génio criador, ou como conselheiro na arte de bem executar (SILVA e COSTA, 1994), em diversas manifestações e realizações culturais e artísticas¹⁰³.

A Lenda da Fundação da Lousã (inspirada no texto ficcionado, do final do século XVI, de Miguel Leitão de Andrada), tela de grandes dimensões terminada já no ocaso da sua vida (fotografia 3), a servir de adorno ao Salão Nobre da Câmara Municipal da Lousã – tal como o tríptico evocativo do trabalho lousanense, da autoria do seu filho, João Reis –, é provavelmente a obra mais emblemática do pintor pelo menos da sua relação com a Lousã.

«Carlos Reis terá, ainda, sido o principal impulsionador da Lousã, junto de outros artistas plásticos, que a visitavam, entre eles Alves Cardoso, António Saúde, Falcão Trigoso e Frederico Aires, do Grupo Silva Porto. Terá ainda este motivo impulsionado a Câmara Municipal da Lousã a colocar à disposição dos artistas, que a visitavam, uma

¹⁰³ O coreto do parque do Regueiro; o fontanário do Fundo de Vila; a influência na fixação dos traços da torre da igreja matriz, do novo edifício dos paços do concelho, e sobretudo os pormenores arquitectónicos e a decoração interior, revelam a preocupação e o trabalho desinteressado do Mestre, patentes em desenhos para elementos de ornamento de casas particulares (portões, suportes de candeeiros para salas, átrios, etc.) e, até, para tapetes, produzidos nos teares da firma Manuel Carvalho.

bela moradia, para que aí se instalassem durante as estadas na serra, a fixarem na pintura as panorâmicas e as gentes» (SILVA e COSTA, *op. cit.*, 114). Também por isso, muitos pintores deambularam pelas veredas da Serra ou pelos arruamentos e largos da pequena e elegante Vila. Fausto Gonçalves, José Contente, Horácio Gavião, Carlos Ramos, entre outros, fixaram na paleta das cores as terras e as gentes da Lousã.

O reconhecimento público da Lousã do talento e obra do insigne pintor revela-se pelo menos em dois momentos principais: em 1931, a edilidade, reconhecendo a ligação profunda de Carlos Reis à Lousã, e o papel do artista e da sua magnífica obra na divulgação das paisagens lousanenses, prestou-lhe uma singela homenagem, dando o seu nome ao recinto do parque do Regueiro, desde então, designado por Alameda de Carlos Reis; depois, em 1941, a título póstumo, realizou-se uma sessão pública e solene de homenagem à memória de Carlos Reis, que congregou inúmeras personalidades da sociedade portuguesa da época.



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Fotografia 3 – Carlos Reis (1940) terminando a tela “A Lenda da Fundação da Lousã”

Outro nome de vulto da pintura naturalista encontrou inspiração nas paisagens rurais da bordadura meridional da Serra da Lousã: José Malhoa. Nascido nas Caldas da Rainha, em 1855, com apenas 12 anos começa a frequentar a Real Academia de Belas Artes de Lisboa. Depois de concluído o curso, em 1875, segue-se um curto período de abandono da actividade, até que Malhoa retoma definitivamente a arte da pintura e, em 1880, aparece ligado à fundação do *Grupo do Leão*. A par de Silva Porto, Columbano,

António Ramalho, João Vaz, em Lisboa, e Marques de Oliveira, Artur Loureiro, Henrique Pousão, no Porto, representa o melhor da pintura naturalista portuguesa da chamada “primeira geração”.

«Se até então as paisagens que pintava, de gosto romântico e cores escuras, eram marcadas pelos ensinamentos de Anunciação, os quadros de ar livre dos anos 80, mais luminosos e de colorido mais intenso, demonstram que se abria à estética de *Barbizon*¹⁰⁴ – introduzida em Portugal por Silva Porto – apesar de nunca lá ter estado. Dentro desse espírito naturalista começava o longo percurso de exaltação da cor e da luz de Portugal, que traçou apaixonadamente, numa linguagem muito própria» (FERREIRA, 1996: 122). A sedução pela utilização de uma paleta mais viva e pela exploração dos efeitos da luz sobre os motivos decorre da influência do referido movimento estético, aquele que mais marcou a pintura europeia de meados do século XIX.

«Tendo pintado a Ribeira de Alge em 1882, a sua vinda para Figueiró dos Vinhos, com carácter permanente, apenas ocorre no ano seguinte, por influência de Simões de Almeida (Tio) [natural de Figueiró dos Vinhos] que por essa altura o convida a passar uns dias na sua casa. Imediatamente se apaixonou pela terra e pelas pessoas. Maravilhado com a cor dos campos e a luminosidade da Vila, decidiu construir o seu atelier ao qual chamou Casulo (fotografia 4), edifício projectado pelo seu amigo Arquitecto Ernesto Reynaud» (CMFV: 2003: 2). De facto, no último lustro do século XIX, Malhoa «instalou em Figueiró dos Vinhos a sua segunda residência (FERREIRA, *op. cit.*), onde realizou algumas das suas mais importantes obras. Aí faleceu, em 1933, depois de uma longa vida de trabalho e de reconhecimento público (nacional e internacional).

Malhoa, pintor distinto e premiado, participante regular em exposições no país e no estrangeiro, «transportou para as telas paisagens, usos e costumes; alegre e comunicativo, criou numa visão descontraída e optimista da vida uma imensa obra que o popularizou e na qual o país encontrou identidade». É dentro das cenas relacionadas com temas rurais (fotografia 5) – «costumes e tradições portuguesas, trabalho e amores do povo, festas religiosas ou pagãs – «que se encontram os seus quadros mais emblemáticos, tais como: *A volta da Romaria* (1901); *Os Bêbados* (1907); *O Fado* (1910); *Promessas* (1933)» (*idem*).

¹⁰⁴ De facto, *Barbizon* (pequena vila francesa) foi, entre 1825 e 1860-70, refúgio de um grupo de pintores de grande talento, intencionalmente alheados das normas académicas e afastados da vida urbana e da civilização industrial. «Numa devoção quase exclusiva dedicaram-se à pintura de paisagem que praticavam *sur-le-motif* em registos exaustivos da natureza envolvente» (SOARES, 1996-b: 69).



Fotografia 4 – Casa-casulo de José Malhoa (Figueiró dos Vinhos, 2004)



Fotografia 5 – “As Padeiras” (mercado de Figueiró dos Vinhos; José Malhoa, 1898)

O envolvimento de Malhoa com Figueiró dos Vinhos revela-se também na construção do Clube Figueirense, cuja obra supervisionou, sendo um dos seus assíduos e mais respeitados frequentadores, e, entre outras acções, na oferta do quadro “O Baptismo de Cristo” que ainda hoje pode ser admirado na capela-mor da Igreja Matriz.

Em síntese, José Malhoa e Carlos Reis, figuras destacadas da primeira e segunda geração da pintura naturalista portuguesa, pintam paisagens colhidas sobretudo nos meios rurais; interessam-se pelos temas relacionados com os trabalhos do campo, pretexto para a presença da figura humana – noutros casos, dão grande relevo à representação dos animais, que por si só constituem tema de algumas telas. O desejo do contacto com a natureza, observada ainda sob o olhar sentimental ou já como objecto de pesquisas de efeitos lumínicos, trouxe às vilas da Lousã e Figueiró dos Vinhos, duas figuras destacadas das artes da pintura, deixando trabalhos, fazendo escola, envolvendo-se com a sociedade e as realizações da época, e projectando para o exterior as virtualidades das paisagens campestres (e serranas) que esses mágicos da luz e da cor souberam captar e interpretar de forma grandiosa.

6.1.2 Projecção de uma certa imagem da Serra da Lousã... a partir da Lousã!

6.1.2.1 O papel dos primeiros visitantes e publicistas

A “descoberta” e a divulgação da Serra da Lousã são fenómenos relativamente recentes, com ligação aos cultores da ciência, arte, literatura e jornalismo, que podemos reportar aos meados do século XIX. Os apontamentos que esses vultos deixaram correspondem aos primeiros textos publicados sobre o quadro territorial serrano, tal como acontece em relação a outras áreas do país, sobretudo do interior. Contudo, os primeiros registos, como, por exemplo, CORNIDE (1800) e BALBI (1822) (cit. por CARVALHO, 1999-a) não passam de notícias telegráficas, pois o espírito das viagens tardou a afirmar-se em Portugal, e a Serra não tinha motivos de especial interesse, nem era ponto de passagem em qualquer itinerário importante.

A vila da Lousã aparece muito comprometida neste processo, através do apoio aos visitantes, e por via da apropriação e divulgação – de forma deliberada e persistente – da imagem da Serra, designadamente como recurso turístico, emergente nas primeiras décadas do século XX.

No mês de Julho do longínquo ano de 1838, o Professor Adrião Pereira Forjaz de Sampaio e um grupo de individualidades de Coimbra, a convite do proprietário do engenho do papel do Penedo, realizaram uma digressão à Lousã, acontecimento que foi considerado como a primeira viagem de índole turística e cultural à Serra da

Lousã¹⁰⁵. As impressões colhidas durante a viagem e a estada na Lousã foram narradas de forma pormenorizada e em bom estilo literário pelo Lente da Universidade de Coimbra, em opúsculo, sob o título *Uma Viagem à Serra da Lousã em Julho de 1838*.

Os apontamentos que tomou serviram de base ao lançamento do referido registo, organizado em cinco capítulos: “1. Da serra e dos campos da Lousã”; “2. O altar do Trevim”; “3. A fábrica do papel”; “4. O Castelo”; “5. O Penhasco das Ermidas”, que correspondem aos motivos de maior interesse da visita.

Desde logo, é o contraste paisagístico entre a bacia e a montanha que prende a atenção do autor: «Compõe-se toda esta formosa serrania de montes levantados sobre montes e cortados de infinitas gargantas e valeiros. Diferentes rios de aí trazem a origem, os quais nas suas faldas vão regando veigas aprazíveis e campos fertilíssimos. Grandes povoações, e um sem número de aldeias e casais povoam as abas das montanhas; e ainda mesmo pelo centro se divisam muitas searas de trigo e lugarejos habitados de lavradores e pastores, que ali vivem quase à lei da natureza». (...)

«Nas pausas, que éramos forçados a fazer de quando em quando, deleitava-se-nos a vista e o pensamento, olhando os formosos campos da Lousã, (...) salpicados de muitos e diferentes lugarejos, que juntos aos edifícios da vila, grandes muros, e pilares de propriedades nobres avivam a beleza do painel (SAMPAIO, 1938: 24)».

A Serra, tal como é descrita por SAMPAIO (*op. cit.*), corresponde ao primeiro relato circunstanciado a partir de uma observação atenta e cuidada. O seu estilo literário, eloquente e entusiástico, é também um convite para que outros, guiados pela sugestão da escrita, venham à descoberta das suas paisagens. De certa forma, assim aconteceu, oito anos depois (em 1846), com José Isidoro VIANA a realizar uma digressão à Lousã, para visitar familiares da casa e engenho do Penedo. Durante dois meses, o jovem de 21 anos, deambulou pela Lousã e arredores, e dessas excursões deu conta no manuscrito, publicado em 1967 por Eugénio de LEMOS. Contudo, naquilo que diz respeito à Serra da Lousã, as ideias expostas acompanham de perto o texto de Adrião Forjaz de SAMPAIO, sem mais nada acrescentar.

¹⁰⁵ Reconheceu a edibilidade local o extraordinário significado da iniciativa, consagrando ao seu mentor uma justa e participada homenagem, através de um amplo programa comemorativo, aproveitando a passagem do 100.º e 150.º aniversários. Ambas as datas ficaram marcadas por importantes publicações: em 1938 foi reeditado o folheto original da viagem (sob o título *Uma Viagem à Serra da Lousã no mês de Julho de 1838*), cuja descrição é muito enriquecida pela inclusão de imagens e pelo preâmbulo assinado pelo erudito Álvaro Viana de Lemos; cinquenta anos depois foi editado o livro *Jornadas de Cultura e Turismo* que reúne as contribuições e parte das actividades realizadas em 1988.

Depois, na segunda metade de Oitocentos, sucedem-se outras notícias assinadas por figuras relevantes do panorama científico, que deambularam pela Serra, sobretudo fazendo escala no roteiro de outras caminhadas: Alexandre HERCULANO (1853), J. RIVOLI e Bernardino de Barros GOMES (1873), Júlio HENRIQUES (1887). O interesse dos viajantes continua a ser o coração da montanha, sobretudo o Trevim e o Planalto da Neve, e a Lousã aparece como lugar de passagem e de apoio na travessia do sector setentrional da montanha. Os relatos dão conta do aspecto desolador da Serra, associado ao processo de desarborização (e aos intensos efeitos erosivos).

A elite local desempenhou um papel muito relevante, a nível da atracção dos visitantes mais ilustres e no capítulo do acolhimento. Os proprietários do engenho do Penedo, o Dr. Vivente Ferrer Neto de Paiva (Lente da Faculdade de Direito de Coimbra; Reitor da Universidade; Conselheiro de Estado) e o Comendador João Elisário de Carvalho Montenegro (Filantropo) souberam acolher nomes destacados da sociedade portuguesa de então, com quem partilharam relações de amizade.

Já no início do século XX, o folheto intitulado *O Viajante na Lousã*¹⁰⁶, publicado por ocasião da inauguração do caminho-de-ferro de Coimbra à Lousã, assume em definitivo o objectivo de divulgar as paisagens do concelho e informar os viandantes sobre os motivos de interesse da Lousã.

Nas palavras de LEMOS, «A sua excepcional situação e belezas naturais dão-lhe porém, desde hoje, direito de ambicionar um lugar entre os pontos obrigatórios da visita ao excursionista estrangeiro.

Assim como o estrangeiro que passa por Lisboa não deixa de ir a Sintra ou Cascais, assim o que passar por Coimbra não deixará um dia de visitar o Buçaco e a Lousã» (LEMOS, 1906: 4).

O fascículo, estruturado em sete pontos, retoma os tópicos delineados por Adrião Forjaz de Sampaio, enfatiza a “Serra” e introduz dois campos novos: “A Lousã antiga” e “Passeios e pontos de vista”.

«A rua principal da vila, embora estreita e irregular (...) apresenta alguns edifícios notáveis, como várias casas brasonadas, bons tipos de casa portuguesa, o pequeno hospital, a capela da misericórdia e o palácio Salazar.

¹⁰⁶ O autor, Álvaro Viana de LEMOS, iniciava, assim, uma colaboração estreita (que atravessou largas décadas) com o município da Lousã, através de contributos originais e excepcionais para a propaganda turística da Lousã. O turismo começava a dar os primeiros passos como actividade económica, e tornava-se necessário auxiliar o viajante nas suas excursões pelo país.

Sete anos depois, encontrando-se esgotada a 1.ª edição do *Viajante na Lousã* (1906), foi impressa uma 2.ª edição (*Roteiro Ilustrado do Viajante na Lousã*), aumentada com ilustrações, plantas e cartas.

A vila em si nada mais tem que ver: os arredores por... os passeios, tendo como ponto central a vila, é que são tudo» (LEMOS, *op. cit.*, 5).

No remate do livrinho, ficam as sugestões de «passeios aprazíveis, variados, satisfazendo a todos os gostos, ao artista, ao fotógrafo, e ao amador do *sport*, etc.», que incluem a serra, o Trevim e as povoações serranas, «(...) tanto percorrendo grandes distâncias como observando os costumes característicos dos habitantes da Serra e o seu viver simples e primitivo, as suas choupanas, etc.» (*idem*: 15).

6.1.2.2 O interesse e as iniciativas públicas de base municipal

Será necessário esperar cerca de duas décadas para encontrar um novo suporte de divulgação da Serra, desta vez relacionado com a instituição da Comissão Municipal de Turismo – na sequência do quadro legislativo sobre turismo – e com a classificação da Lousã como “Estância de Repouso e Turismo” (Decreto n.º 17.259, de 1929)¹⁰⁷.

A Serra, até então sinónimo de paisagens desoladoras, feias e hostis, e de lugares e territórios repulsivos, começa a ser interpretada como um recurso, um trunfo para afirmar a Lousã no universo emergente do turismo. Ao mesmo tempo, deixa de ser recôndita, inacessível e desagradável para se tornar «(...) pitoresca, acessível e acolhedora» (LEMOS, 1951: 87). As obras de conclusão da estrada da Serra e o embelezamento daquilo a que hoje chamamos estrada panorâmica – com mirantes (Varanda de Gevim e Miradouro de Nossa Senhora da Piedade, na Lousã; e mirante do Cabeço do Pião, em Castanheira de Pêra) e pequenas áreas de lazer –, a abertura de caminhos, estradas florestais e ramais de ligação aos lugares serranos, bem como a arborização, pelos Serviços Florestais, tornaram mais acessível e aliciante a descoberta da montanha e o contacto com aqueles que nela viviam.

Desde o início do século XX, a Lousã procurou apropriar a Serra¹⁰⁸ e empenhou-se profundamente em incorporá-la na imagem que pretendia construir, de estância de repouso e turismo. Com vista a alcançar esse objectivo, a publicação de folhetos e cartazes de divulgação e propaganda turística, sob iniciativa da Comissão Municipal

¹⁰⁷ A acção do Dr. José Maria Cardoso (1885-1959), presidente do município da Lousã entre 1926 e 1929, foi, também, a esse nível muito relevante. Entusiasta e grande apaixonado da Serra da Lousã, regionalista convicto, homem de craveira intelectual, devem-se aos seus cuidados e influências a conclusão da estrada da Serra (Lousã - Castanheira de Pêra), a abertura do ramal para o Trevim e Santo António da Neve e o embelezamento de vários recantos turísticos.

¹⁰⁸ Dos concelhos por onde a Serra se estende, apenas Castanheira de Pêra seguiu o mesmo caminho, embora mais tarde e com menor ênfase.

de Turismo e o apoio da Câmara Municipal¹⁰⁹, ganhou expressão desde o final dos anos 20. O número de exemplares que chegaram aos nossos dias, apesar de limitado, é de grande importância para a leitura da imagem do território, em função dos símbolos e dos conteúdos divulgados nesses suportes de informação. Azulejos, bilhetes-postais ilustrados, cartazes, desdobráveis e selos publicitários (figuras 25 a 28) são alguns dos materiais mais utilizados para a propaganda turística da Lousã e da sua Serra. O próprio selo da Comissão Municipal de Turismo, da autoria de Álvaro Viana de Lemos, assumiu a Serra como cenário de enquadramento, com o Trevim, o Castelo e a Senhora da Piedade, ícones que não mais deixaram os suportes de informação e divulgação turística da Lousã.



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Fotografia 6 – Representação da Lousã na Exposição Regional de Coimbra (1950)

Na rubrica “Aspectos de carácter turístico”, incluída na monografia sobre a Lousã, LEMOS (*op. cit.*, 137) explica muito bem aquilo que se pretendia para o turismo na Lousã: «Não se trata aqui dum turismo geral muito movimentado, com todas as modalidades do grande turismo, de hotéis e casinos, ou dos grandes pretextos turísticos, de termas ou de praias. É simplesmente um turismo especial de Serra, de natureza calma; e, portanto, um turismo de repouso e de bons ares, sem grandes pretensões».

¹⁰⁹ Por outro lado, a representação do concelho em exposições e certames de actividades, como a “Exposição Regional de Coimbra” (fotografia 6), em 1950, assume o turismo (e a indústria) como actividades primordiais para os interesses da Lousã e do seu concelho.



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Figura 25 – Cartaz publicitário “Lousã: Zona de Turismo” (Álvaro V. de Lemos, 1938)



Figura 26 – Folheto de propaganda turística da Lousã (anos 30)



Figura 27 – Folheto de propaganda turística da Lousã (final dos anos 20)



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Figura 28 – Selo da Comissão Municipal de Turismo da Lousã (anos 20)

A Quinta de Alfocheira, na encosta sobranceira à vila, junto da estrada da Serra, transformada em Pousada (figura 29 e fotografia 7), nos anos 30 do século passado, revelou-se fundamental enquanto estrutura de apoio ao turismo na Lousã. Acolheu milhares de visitantes (entre eles artistas, escritores e investigadores) em quase meio século de actividade regular que foram outros tantos anos de publicidade ao melhor da Lousã e da Serra da Lousã.

Em resumo, podemos dizer que a apropriação da Serra e a divulgação da sua imagem partiram da Lousã e foram assumidas pelo poder municipal. A inclusão das paisagens serranas nos suportes de informação e divulgação turística, responde ao objectivo de construir e divulgar uma imagem de certa grandiosidade que não podia excluir (e esconder) as aldeias e os serranos¹¹⁰.

¹¹⁰ As aldeias serranas foram, então, talvez de forma indirecta, convocadas para a construção de uma imagem de projecção turística da Lousã, mas na verdade pouco beneficiaram com esse objectivo, pois os poderes públicos limitaram os investimentos ao mínimo indispensável, sem nada de relevante oferecer aos serranos – salvo, entenda-se, uma melhoria dos acessos à Vila que decorre da construção dos caminhos/ramais florestais. Tudo o resto permanecia arcaico, ancilosado, sem condições de permanência e, portanto, sem alterações significativas, continuando a estar em causa a sobrevivência e as condições de vida dos seus habitantes.



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Figura 29 – Cartaz publicitário da Quinta de Alfocheira (Lousã, 1939)



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Fotografia 7 – Pousada da Quinta de Alfocheira (1973)

Praticamente toda a acção desenvolvida para alcançar esses objectivos decorreu no interior das suas fronteiras administrativas sem articulação com os municípios vizinhos, aqueles que, afinal, também partilham a montanha.

A imagem simbólica da Serra da Lousã, como arquipélago de pedra, prevaleceu de forma rígida, pelo menos, até ao tempo presente, quando novas orientações e instrumentos territorializados apontam novos caminhos e práticas de desenvolvimento.

Depois desta reflexão sobre os processos de construção e divulgação da imagem da Serra da Lousã, cruzando diversas contribuições, apresentamos o mosaico serrano e as suas dinâmicas territoriais a partir da leitura interpretativa das dimensões geográficas mais relevantes na perspectiva da nossa investigação.

6.2 O mosaico serrano e as suas trajectórias de desenvolvimento

6.2.1 As vilas e as serras

O **Pinhal Interior Norte**¹¹¹ (figura 30 e quadro 8), unidade estatística de enquadramento da Serra da Lousã, corresponde a uma área de 2617 Km² (cerca de 11,1% da Região Centro e 2,8% da área do País), pela qual se repartem, de forma desigual, cerca de 138.535 habitantes (5,9% do total de residentes na Região Centro e apenas 1,3% do total da população portuguesa), isto segundo os resultados definitivos dos *Censos 2001*. A densidade populacional era de 52,9 hab./km², bastante inferior aos valores da Região Centro (75,4 hab./km²) e do País (110 hab./km²).

Trata-se de uma sub-região heterogénea, marcada pela diversidade dos traços fisiográficos e geo-humanos caldeados num longo processo evolutivo. De forma esquemática parece-nos possível identificar pelo menos dois subconjuntos com características amplamente diferenciadas.

No sector setentrional-ocidental, por entre áreas de pequena altitude, localizam-se os lugares mais importantes da hierarquia do povoamento, que coincidem com as sedes dos concelhos mais dinâmicos: Lousã, Oliveira do Hospital, Arganil, Miranda do Corvo, Ansião, Penela e Vila Nova de Poiares. Aí as densidades populacionais são mais elevadas (repartem-se entre 40.9 hab./km², em Arganil, e 113.3 hab./km², na Lousã) em relação ao padrão do Pinhal Interior Norte (PIN), a variação da população residente aproxima-se do sinal positivo, ou é francamente positiva, e o carácter urbano é mais expressivo. A capital regional, a cidade de Coimbra, pólo estruturante de um sistema urbano com mais de 300 mil habitantes, interfere de forma mais ou menos significativa na alteração das suas estruturas demográficas, económicas e sociais.

¹¹¹ A Nomenclatura das Unidades Estatísticas para Fins Territoriais (NUTS) foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 26 de Março.

O Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro, introduziu algumas alterações, nomeadamente nas NUTS II e III, que decorrem da integração das sub-regiões do Oeste e do Médio Tejo na Região Centro, com excepção dos concelhos de Mafra e do Gavião – o primeiro permaneceu em Lisboa (sub-região da Grande Lisboa) e o segundo transitou para a Região Alentejo (sub-região do Alto Alentejo).

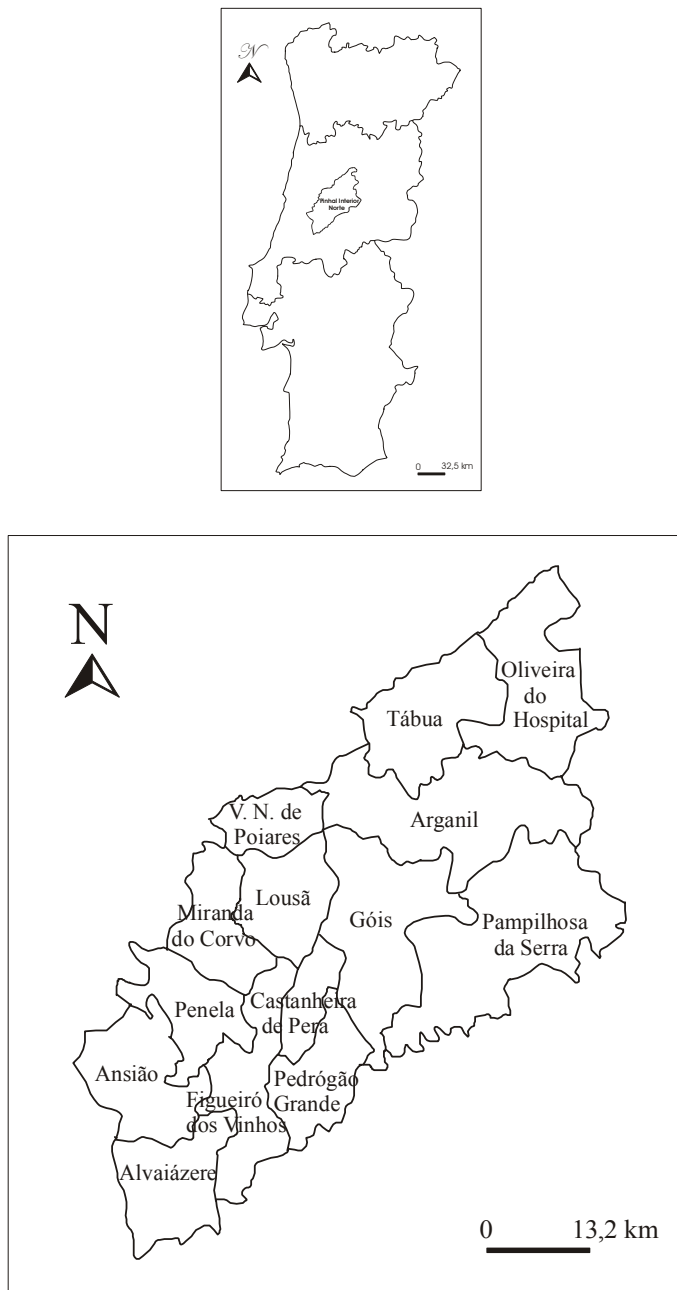


Figura 30 – Pinhal Interior Norte: enquadramento regional e nacional

Quadro 8 – Indicadores territoriais e demográficos gerais do PIN (2001)

Distribuição Geográfica	População Residente	Área Km ²	Nº de Freguesias	Densidade Populacional	Pop. Residente no Lugar mais Importante	Idem/Total de Pop. Residente no Concelho
Portugal	10 356 117	92 141.5	4 241	112.4	564 657	100.0
Região Centro	1 783 596	23 667.8	1 109	75.4	101108	68.1
Pinhal Interior Norte	138 535	2 618.2	114	52.9	6941	44.1
Alvaiázere	8 438	160.8	7	52.5	716	8.5
Ansião	13 719	176.5	8	77.7	1116	8.1
Arganil	13 623	332.9	18	40.9	2677	19.7
Castanheira de Pêra	3 733	66.8	2	55.9	1164	31.2
Figueiró dos Vinhos	7 352	173.5	5	42.4	1597	21.7
Góis	4 861	263.3	5	18.5	884	18.2
Lousã	15 753	139	5	113.3	6941	44.1
Miranda do Corvo	13 069	126.9	5	103	2811	21.5
Oliveira do Hospital	22 112	234.5	21	94.3	3464	15.7
Pampilhosa da Serra	5 220	396.5	10	13.2	857	16.4
Pedrógão Grande	4 398	128.8	3	34.1	1011	23
Penela	6 594	134.8	6	48.9	795	12.1
Tábua	12 602	199.8	15	63.1	1528	12.1
Vila Nova de Poiares	7 061	84	4	84.1	709	10

Fonte: *Censos 2001: Resultados Definitivos. Centro*, Lisboa INE, 2002.
Anuário Estatístico de Portugal (2001), Lisboa, INE, 2002.
Anuário Estatístico da Região Centro (2000), Lisboa, INE, 2001.

O sector meridional-oriental, essencialmente montanhoso, com reduzidas densidades populacionais (entre 13.2 hab./km², em Pampilhosa da Serra, e 55,9 hab./km², em Castanheira de Pêra), configura um mosaico de territórios profundamente marcados por diversos problemas estruturais:

- Orografia acidentada.
- Reduzida acessibilidade viária (baixas densidades e medíocre qualidade das vias de comunicação).
- Fragilidades que decorrem da base produtiva.
- Défice (baixa densidade) de estruturas organizativas formais.
- Fragilidade da estrutura de povoamento (dominada por pequenos lugares) e da rede urbana (de baixo nível hierárquico).
- Decréscimo demográfico acentuado.

- Forte despovoamento rural e abandono da montanha.
- Envelhecimento da população.
- Degradação progressiva da floresta: do carvalhal e dos soutos ao pinhal, ao eucaliptal, aos matagais e às áreas desérticas.
- Elevada sensibilidade aos incêndios florestais.
- Propriedade fundiária dispersa, descontínua e de pequena dimensão; elevado absentismo dos proprietários.
- Subaproveitamento dos recursos naturais: metálicos, hídricos, florestais, eólicos e paisagísticos (CARVALHO, 2001).

A **Serra da Lousã** (figura 31) reflecte os traços mais marcantes da geografia do Pinhal Interior: as vilas e as serras, sendo estas últimas a componente mais expressiva e a marca mais profunda em termos de extensão territorial e persistência nos efeitos negativos sobre as populações. De facto, a Serra da Lousã faz a transição entre um sector de características marcadamente urbanas, com diferente expressão subregional, como acontece na sua bordadura setentrional/ocidental, e o domínio da “serrania profunda”, que se anuncia em direcção ao interior, consubstanciada em diversas unidades morfo-estruturais, qual janela aberta para lugares e territórios persistentemente esquecidos e marginalizados, muito marcados pelo isolamento, pela pobreza e por condições de vida muito difíceis.

A Serra (fots. 8 e 9) é uma espécie de guarda avançada (GIRÃO, *op. cit.*) que marca o limite ocidental da Cordilheira Central (o mais importante bloco montanhoso do país e a coluna dorsal da Península Ibérica). «Rigidamente orientada de nordeste para sudoeste (...) ergue-se bruscamente com fortes declives», principalmente nas vertentes setentrionais, alternando com patamares suavemente ondulados e em cima quase aplanados (Planalto da Neve, 1193 metros), donde sobressai o majestoso Altar (Alto ou Castelo) do Trevim» (1205 metros) (DIAS e REBELO, *op. cit.*, 5). A dificuldade de delimitação da Serra, nomeadamente do sector nascente e meridional, só foi ultrapassada em meados da década passada, graças ao trabalho realizado por Luciano LOURENÇO (1996), um contributo essencial para o conhecimento geomorfológico e geo-ecológico das serras de xisto do Centro de Portugal.



Fotografia 8 – Bacia e Serra da Lousã (Pico da Ortiga, 928 m)



Fotografia 9 – Planalto da Neve (1174 m) e Coentrais, Serra da Lousã

Por sua vez, o quadro morfo-estrutural regional é diverso e complexo: no sector setentrional e ocidental, a bacia sedimentar de Lousã-Góis-Arganil e o rebordo montanhoso do maciço antigo; a nascente e a sul, erguem-se os recortes cenográficos de outras subunidades das serras de xisto do Centro de Portugal: Serras das Caveiras e do Açor; Superfície de Pedrógão, Serras do Médio Zêzere e Cristas Quartzíticas, respectivamente (figura 32).

No capítulo litológico dominam os xistos e os grauvaques ante-ordovícicos. É possível reconhecer ainda a presença de imponentes bancadas de quartzito (Pico do Espinhal e Penedos de Góis, em jeito de baliza ocidental e oriental) e granitóides (como, por exemplo, no Coentral).

Por outro lado, podemos dizer que a Serra da Lousã se reparte pelos municípios de Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande (figura 33), embora com diferente expressão territorial em cada um deles. Nesta perspectiva (alargada, que configura a Serra e a Beira-Serra) a expressão demográfica era de 55760 habitantes em 2001, a que se associavam densidades populacionais entre 18.5 (Góis) e 113.3 hab./km² (Lousã).

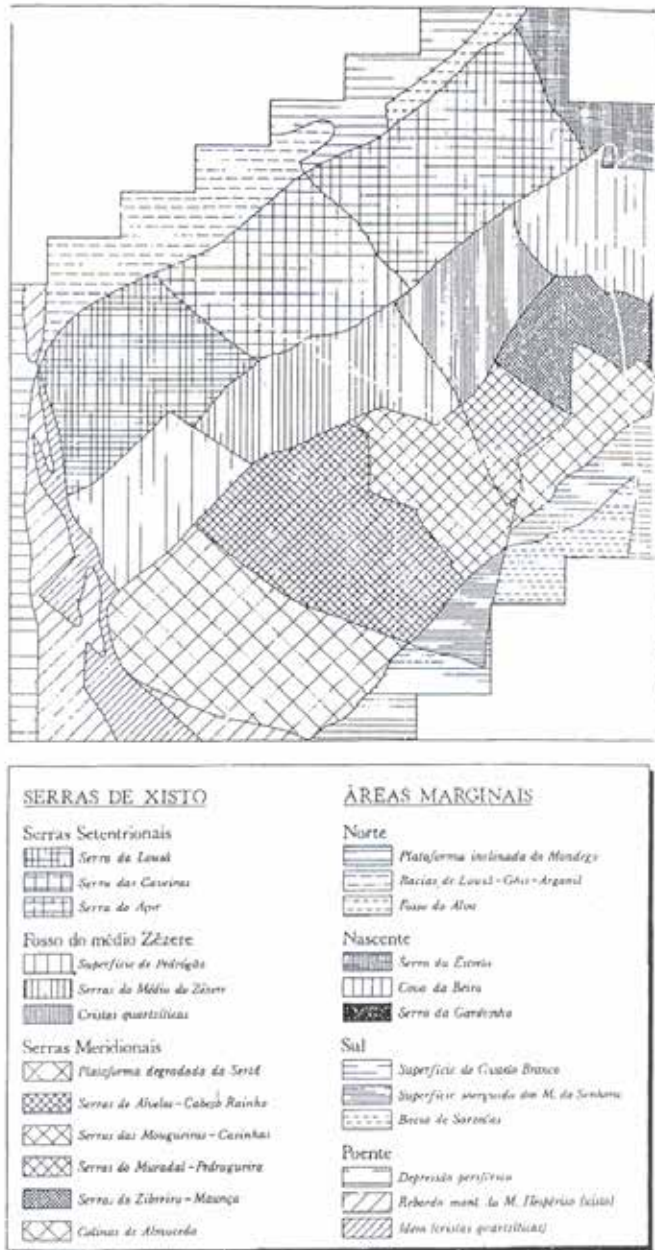
As freguesias do Coentral (Castanheira de Pêra), Castanheira de Pêra e Campelo (Figueiró dos Vinhos) marcam o coração da Serra. Em Aguda (Figueiró dos Vinhos), Vila Nova (Miranda do Corvo), Espinhal (Penela), Lousã e Alvares (Góis) a Serra ocupa cerca de 40 a 75% do seu território administrativo. Encontramos também algumas freguesias em que a Serra da Lousã ocupa até cerca de um terço da sua área: Góis, Vilarinho (Lousã), Figueiró dos Vinhos, Vila Facaia (Pedrógão Grande) e Pedrógão Grande. Em Miranda do Corvo, Serpins (Lousã) e Graça (Figueiró dos Vinhos) trata-se apenas de um pequeno retalho encravado na Serra.

6.2.2 Territórios periféricos e persistentemente marginalizados¹¹²

Os concelhos que partilham a Serra da Lousã foram instituídos no decurso do século XII e nas primeiras décadas do século XIII. Desde então, o essencial dos territórios serranos está sob jurisdição directa dos municípios.

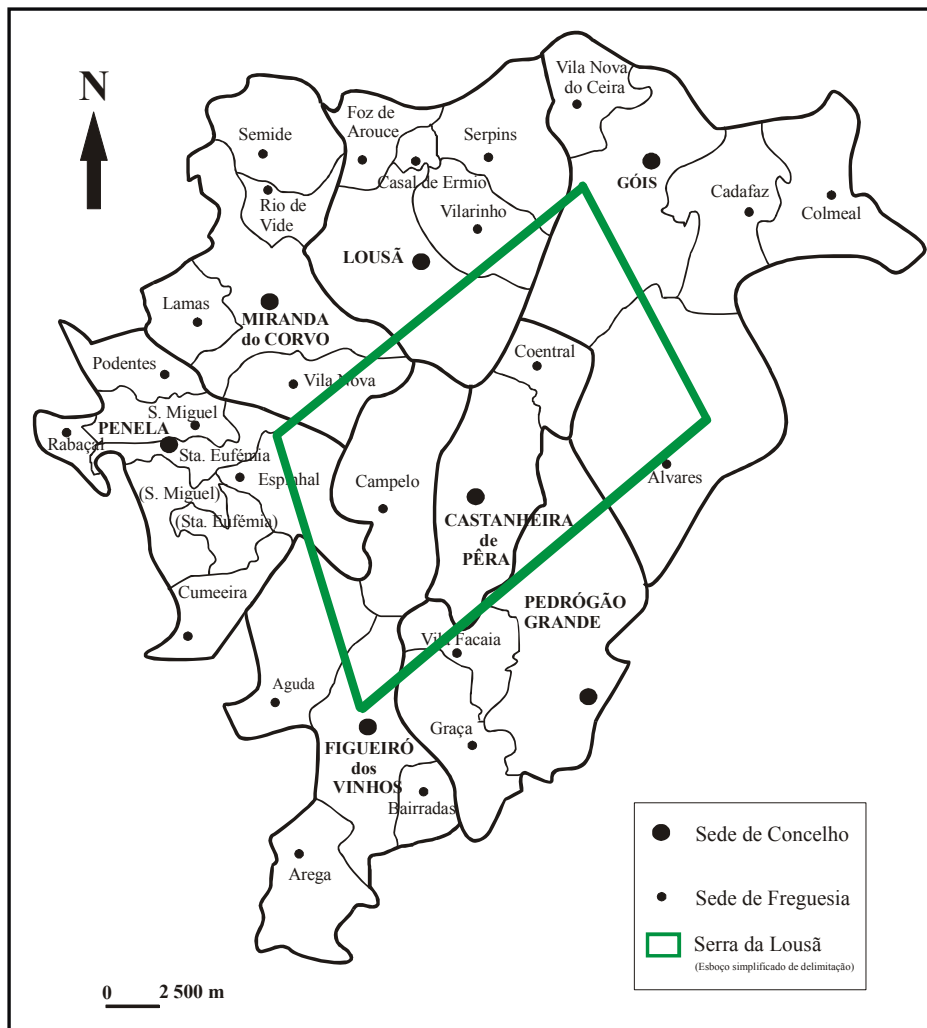
Como área relativamente periférica e espartilhada por diversos municípios, a montanha, regra geral, não foi espaço de atracção para ordens religiosas ou militares, nem como território de implantação, nem como área de influência directa.

¹¹² Partilhamos a ideia de Roser MAJORAL e Dolores SHÁNCHEZ-AGUILERA (2001: 215): «Entendemos por marginalidade a condição de desvantagem de que sofrem pessoas individuais, grupos, colectivos ou áreas territoriais e pode resultar de factores ambientais, económicos, sociais, culturais e políticos».



Fonte: LOURENÇO, 1996: 71

Figura 32 – Serras de Xisto da Cordilheira Central: principais unidades e sub-unidades morfo-estruturais



Elaboração própria (com base na Carta Administrativa de Portugal, 1/250 000, Lisboa, 1983)

Figura 33 – Serra da Lousã: enquadramento administrativo

Uma vez que parte importante da Serra manteve o estatuto de área baldia, portanto de utilização livre por parte dos povos serranos, os seus principais recursos (pastos, madeira, matos e lenhas) foram explorados de forma intensiva. A apropriação do espaço serrano decorre a partir do interior, sobretudo a partir do município de Pedrógão Grande (que até ao início do século passado contava com as freguesias do Coentral e Castanheira de Pêra, quando se constituiu o município de Castanheira de Pêra), e também desde a

bordadura setentrional, comandada pelas vilas de Lousã e Miranda do Corvo (cujo termo incluía a freguesia de Campelo, mais tarde integrada em Figueiró dos Vinhos).

Com base no *Cadastro da População do Reino* (1527-1532), é possível identificar alguns povoados no interior da montanha, no limite administrativo de alguns destes municípios, embora com pouco significado no plano da população. Da centúria anterior existe registo de pequenos lugarejos na aba Sul, perto dos Coentrais. A ocupação do espaço serrano intensificou-se a partir da segunda metade ou do final do século XVI, com as novas possibilidades de suporte alimentar, sobretudo a partir da difusão do milho americano que subiu as encostas e permitiu fixar mais alguma população.

De entre as descrições mais antigas sobre a ocupação e a organização da Serra, encontramos as dos párocos que responderam aos quesitos dos inquéritos lançados pelo poder político central e pelas autoridades religiosas no decurso do século XVIII, em especial logo após o terramoto de 1755. O que domina as respostas dos párocos é a caracterização física da Serra¹¹³, com preciosas anotações sobre a fauna e a flora. O estado de degradação da cobertura vegetal vai agravar-se no século seguinte, como depreendemos da leitura de diversos relatos de viajantes que cruzaram a montanha e percorreram as suas veredas. Com efeito, o espaço serrano continuará a ser explorado praticamente até à exaustão dos seus recursos florestais, o que desencadeou tentativas do município da Lousã, na segunda metade do século XIX, no sentido de promover a sua arborização – assunto que será retomado e aprofundado na última parte do trabalho.

Na ausência de recursos notáveis susceptíveis de substituir a base geo-económica dos que viviam na montanha ou que aí tinham as suas fontes de rendimento, a Serra da Lousã transformar-se-á numa imensa área degradada e a sobrevivência dos seus habitantes dependerá cada vez mais das produções que é possível retirar dos terrenos criados artificialmente através dos socalcos que ganharam todos os vales em torno das aldeias.

Por outro lado, trata-se de territórios persistentemente esquecidos por parte do poder central. Mas raros são também os exemplos de cooperação entre os povos que partilham a montanha. O efeito de barreira funcionou de tal forma que, mesmo depois dos ciclos migratórios que levaram os serranos, praticamente não encontramos pistas da organização ou do associativismo de interesses, quer nas aldeias, quer nos territórios para

¹¹³ A título de exemplo recuperamos um extracto do texto redigido pelo Padre Luís Carvalho (1747), publicado pela Professora Suzanne DAVEAU (1988: 100): «Desta Villa começa esta serra a levantar-se: he demasiado empinada, áspera, e agreste. Logra-se do seu mais alto cume, a que chamão Altar de Trevim, de onde se domina toda a serra, a mais alegre, deliciosa e dilatada vista».

onde migraram, ao contrário do que acontece frequentemente com os antigos habitantes dos municípios vizinhos de Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra. Isto significa que o espírito regionalista não tocou uma grande parte dos habitantes dos pequenos lugares da Serra da Lousã, fosse pela especificidade dos percursos migratórios (tempo de partida, distância, destinos, tempo de permanência), fosse pela falta de interesse em manter ou restabelecer vínculos com o seu torrão natal ou com os seus conterrâneos.

Numa palavra, a Serra foi mais um factor de divisão – e de disputa de recursos – do que um elemento de união entre as suas entidades administrativas, os seus lugares e as suas populações, que em regra viveram de “costas voltadas”, embora se reconheçam relações sociais bem marcadas entre certos agrupamentos de lugares, como acontece com as aldeias serranas da Lousã.

Os últimos anos marcam uma tentativa de aproximação entre os actores públicos, procurando ultrapassar essa longa fase de frágeis ou inexistentes relações de cooperação e trabalho, embora mais induzida pelo contexto de gestão dos instrumentos de desenvolvimento e financiamento público sobretudo no âmbito do QCA III, do que corolário de uma aproximação espontânea entre os poderes instituídos e os diversos actores locais.

6.2.2.1 Por caminhos e veredas: o isolamento secular dos povoados serranos

De entre a herança pesada de constrangimentos estruturais, o isolamento destaca-se como característica transversal da Serra, com incidência secular e com grandes prejuízos também para os núcleos de povoamento mais importantes da bordadura setentrional e da aba meridional.

MATOS (1980: 16) defende que razões de ordem natural acompanharam de perto o traçado das estradas de Portugal, pelo menos até meados de Oitocentos, que assim dependiam daquelas, apresentando, entre outros exemplos, o das estradas ao Norte do Tejo, onde a «(...) rede de estradas se concentrava no litoral, acompanhando e penetrando, sempre que possível, a rede fluvial navegável, mas diluindo-se na zona montanhosa do interior».

As estradas modernas são a expressão inicial da renovação operada nas vias de comunicação terrestres e nos meios de transporte, «na abertura da segunda metade do século XIX, quando em Portugal, a renovação da estrutura viária tradicional, mais ou menos lentamente, se processou» (ALEGRIA, 1988: 37).

Antes do lançamento das estradas modernas o acesso ao interior da Serra da Lousã realizava-se por via de caminhos de muito difícil traçado e quase sempre em péssimo estado de conservação. Os municípios serranos aspiravam à construção de novas

estradas. Também na Lousã os políticos moviam as suas influências na capital com o objectivo de retirar o concelho do secular isolamento que fechava as suas perspectivas de desenvolvimento¹¹⁴.

Até aos lustros iniciais da segunda metade de Oitocentos, as vias de comunicação de importância nacional, regional ou sub-regional, que riscavam o concelho da Lousã e o seu aro – artérias igualmente relevantes para outros povoados da bacia hidrográfica do Ceira e no termo de alguns afluentes que prestam tributo ao Zêzere, mormente os que se lançam nas vertentes meridionais das serranias da Lousã e do Açor –, limitavam-se à antiga estrada real que estabelecia a ligação da capital do reino com a Beira Alta, no seu traçado “principal”, flanqueando a vila, pois do Alto do Arneiro dirigia-se a Foz de Arouce, e ao velho caminho de ligação de Coimbra com a Beira Alta, este último desenhado nas cumeadas do Maciço Marginal de Coimbra, antecessor do lança viário, entre o Mondego e o Alva, da moderna estrada da Beira (CARVALHO, 1999-a).

Igualmente importante era a antiga “estrada coimbrã” riscada no cordão das colinas sedimentares a ocidente da Lousã, e nos contrafortes da bordadura meridional do Maciço Marginal de Coimbra. Este último, na sua directriz mais importante, lançava-se desde o Fundo de Vila, atravessava a baixa da Lousã, e depois de transposto o Arouce, na ponte Coimbrã, nas imediações da Senhora do Desterro – onde cruzava com a estrada real de Lisboa a Almeida –, dirigia-se ao Senhor da Serra, antes de atingir a cidade de Coimbra.

A montanha representava um obstáculo de primeira grandeza. De entre a rede de caminhos talhados no Maciço Antigo, o mais utilizado nas ligações com a aba meridional

¹¹⁴ Como consta do “Relatório da gerência municipal camarária do biénio de 1864 e 1865”:

«Este concelho da Lousã podia florescer, e engrandecer-se em uma e outra indústria pela sua posição central entre os concelhos de Góis – extinto de Alvares –, Pedrógão Grande, Miranda do Corvo e Póvoa do Varzim, se tivesse boas estradas, que facilitassem as suas recíprocas relações comerciais, importações e exportações de géneros e produtos da indústria, em que todos abundam. Mas, subsistindo o *status quo*, nem o comércio, nem a agricultura podem florescer pela dificuldade das comunicações recíprocas, e com os centros comerciais para as suas transacções, carecendo por isso de elementos de animação para empresas de grande vulto (...), de maneira, que todas as suas aspirações se reduzem actualmente a obter com o seu trabalho o necessário para pagar as contribuições públicas (...) porque uma grande parte das terras produtivas deste concelho pertencem a senhorios de fora, que daqui levantam todos os anos, somas muito importantes, com que muito desfalcam a bolsa dos contribuintes. Acrescendo além disso os juros enormes de dinheiros emprestados, o que tudo reduz este pobre povo ao maior abatimento e impossibilidade de por suas próprias forças se salvar do estado miserável em que se acha, neste beco sem saída para alguma das quatro partes do Mundo!» (CML, 1865).

da montanha, era aquele (esculpido no interflúvio Arouce-Fórnea) que das imediações dos Soutos de Cacilhas conduzia ao Alto da Serra (Catraia), e daí rumava ao Coentral, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos (CARVALHO, *op. cit.*). A Catraia era então um importante centro de negócios e ponto de passagem nas ligações entre o Mondego e o Zêzere. Aí convergia também uma rede de caminhos e veredas, que percorrendo as cumeadas da montanha conduziam a diversos lugares dos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Pedrógão Grande (que a essa data incluía as freguesias do Coentral e Castanheira de Pêra) e Figueiró dos Vinhos.

A Lousã procurava ganhar posição na nova rede de comunicações entre o litoral e o interior montanhoso, através do envolvimento em várias “frentes”. A primeira realização neste domínio decorre do lançamento da estrada real de Coimbra a Castelo Branco (que aproveitou a directriz da moderna estrada da Beira até à Foz de Covelos, nas imediações de Foz de Arouce) e da ligação da vila a essa artéria que articulava o litoral com o coração da Beira Baixa, rasgando as serras de xisto (e quartzito) da Cordilheira Central.

Também as ligações com os povoados da aba meridional da montanha assumiram particular destaque na segunda metade de Oitocentos, mormente com a ribeira de Pêra, numa época em que se lançavam as bases do empório industrial da então freguesia do termo de Pedrógão Grande, e quando as dificuldades de acesso eram o principal obstáculo ao seu desenvolvimento industrial (PIRES, *op. cit.*). Por isso, o projecto de ligação com a ribeira de Pêra assumiu grande importância entre as prioridades do município da Lousã, e também de Pedrógão Grande, que ambicionava, através dessa estrada, subtrair do mais profundo isolamento a parte do concelho “encravada” na Serra da Lousã.

O objectivo fundamental era posicionar a vila da Lousã e o seu termo num corredor de passagem obrigatória em relação aos percursos desencadeados entre o centro litoral e os povoados serranos, quer percorrendo as margens do Ceira, quer rasgando a montanha rumo à Beira Baixa (CARVALHO, 1999-b).

Mas os municípios da aba sul e poente da Serra não ficaram de braços cruzados e trabalharam no mesmo sentido. Se, por um lado, defenderam a ligação ao centro litoral, admitindo a directriz através da Lousã, por outro lado não rejeitaram a possibilidade de encontrar um traçado alternativo mais vantajoso. Daí os projectos de lançamento de outras estradas (a rasgar a montanha, em certa medida concorrendo com o cenário antecedente, vislumbrando-se o desenho de uma nova directriz, que apontava claramente em direcção a poente) e o reforço da ligação viária entre Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e a capital distrital (Leiria).

Trata-se, pois, de uma tentativa, na senda de propostas anteriores, de aproximar o extremo oriental (alto distrito) leiriense do centro litoral, procurando contornar as dificuldades orográficas, não sendo despendendo o interesse em flanquear pelo sul (devido aos declives menos acentuados) a guarda avançada ocidental do bloco noroeste da Cordilheira Central, e depois de atravessar as serras de Sicó-Alvaiázere, convergia no principal eixo viário do país. Tudo isto com uma vantagem extraordinária para o empório têxtil da ribeira de Pêra: a possibilidade de usufruir do serviço de transporte de mercadorias da linha do Norte, mediante a utilização das estações próximas, mormente a de Pombal, e ao mesmo tempo aproximar-se do porto marítimo da Figueira da Foz.

De igual modo merece referência a estrada do Espinhal (ou estrada da Serra, ou de Castanheira, como é conhecida na vila do Espinhal), idealizada em 1881 pelo fidalgo D. Luís de Alarcão, antevendo a importância do mercado de Castanheira de Pêra para escoar os produtos agrícolas do Espinhal, Alge e Campelo (BARRETO, 1989: 195) e certamente as vantagens para o Espinhal e Penela do movimento de produtos operado desde ou para o febril centro industrial da ribeira de Pêra, quando se anunciavam os referidos projectos na ligação da montanha com o centro litoral (CARVALHO, 2001-b). A execução desta obra (na génese da actual E.N. n.º 347), que rasga a aba sudoeste da montanha, procurando fugir às linhas de relevo culminantes, arrastou-se durante uma centúria, faseada segundo as dotações económicas e os interesses políticos forjados na capital. Ao troço inicial Espinhal-Relvas, lançado em 1890, e sem continuidade durante largos anos, seguiu-se o lança Relvas-Pé de Janeiro e, por fim, na década de 80 do século XX, o terceiro troço, Pé de Janeiro-Castanheira de Pêra.

Ainda em relação à estrada da Serra (Lousã-Castanheira de Pêra), importa referir que durante alguns anos ela foi marcada por diversas influências alimentadas na dimensão das expectativas e das incógnitas emergentes da directriz da estrada real n.º 52. Na contemporaneidade do lançamento das estradas de segunda e terceira ordem, a importância da ligação viária entre Lousã e Pedrógão Grande esteve bem presente nos “areópagos” da política local, ao ponto de se admitir a subordinação de qualquer nova via de ligação da Lousã com a serra a essa directriz, inclusivamente a própria estrada real da Foz de Covelos a Castelo Branco, o que traduz a importância atribuída às relações comerciais estabelecidas entre a Lousã e os povoados da aba sul da montanha, principalmente com os da ribeira de Pêra (CARVALHO, 1999-a).

A construção da estrada da Serra arrancará efectivamente no alvor de 80 por iniciativa dos homens da Castanheira. A acção do industrial António Alves Bebiano

(Visconde de Castanheira de Pêra) foi decisiva no avanço da estrada desde a Castanheira até ao Alto da Serra¹¹⁵.

Ultrapassados os problemas iniciais atinentes ao traçado da nova via, a estrada, no lado setentrional, lá avançou os primeiros quilómetros, subindo a Serra em frente da Vila, pela encosta de Alfocheira, lançando-se no interior da montanha através de uma serpente desenhada por entre quilómetros e quilómetros de terrenos baldios (CARVALHO, *op. cit.*).

Nos derradeiros anos de Oitocentos, com as obras da estrada da Serra “encravadas”¹¹⁶ nas imediações da ribeira da Cerdeira, e com o incremento da construção da estrada que ligava Figueiró dos Vinhos a Pombal, abriam-se novas e aliciantes perspectivas aos industriais da Castanheira de Pêra, mormente a já assinalada possibilidade de utilização do caminho-de-ferro, e logo directamente na linha do Norte, cuja concretização comprometeu definitivamente as aspirações da Lousã, situação igualmente agravada pela

¹¹⁵ Já em 1881 o Visconde de Castanheira de Pêra «expunha ao governo as dificuldades que tivera com a condução de caldeiras para a sua fábrica, da Lousã até ao Alto da Cataira.

Com a colaboração da Câmara da Lousã, que mandou consertar parte da estrada, o Visconde teve de empregar 14 juntas de bois, 50 homens em cada máquina e informava no relatório que para atravessar aqueles penosos 15 quilómetros, demorou três dias em cada caldeira, tendo-lhe ficado o transporte mais caro da Lousã a Castanheira de Pêra, do que de França a Lisboa. Era pela Cruz de Ferro, palmo a palmo!» (BARRETO, 2001: 99).

Um quarto de século depois, pouco havia mudado na velha estrada da Serra: «Não pode ser mais lastimoso o estado em que se encontra essa estrada, que de mais a mais é apertadíssima. Como se não bastasse a enorme inclinação do terreno para dificultar a subida, tão longa como fastidiosa, sucede ainda que a estrada apresenta numa grande parte do seu percurso altos e sucessivos blocos de lousa, que mais difícil torna o andamento dos carros. No Inverno então, quando a água da chuva, por falta de boeiros que a desviem, arrasta pelos trilhos fundos das rodas a terra que mãos caritativas ali têm lançado durante o estio, é impossível a ascensão ao cume da montanha. Enfim, um carro de bois que tem de ser puxado a duas juntas, gasta no Verão 5 horas a trepar a serra, quando um peão faz o percurso em 60 a 70 minutos» (*O Lousanense*, n.º 322, 13/10/1906: 1, *cit.* por CARVALHO, *op. cit.*).

¹¹⁶ A paragem das obras de construção preocupou o município da Lousã, como depreendemos da petição dirigida ao Governo, em 1895, para dotar de mais verbas a estrada da Serra, a fim de «evitar que por falta de trabalho, continue a corrente emigradora para o Brasil». «A emigração que no nosso país tem atingido um incremento extraordinário, também neste concelho vai tomando proporções assustadoras. Dantes eram simplesmente os chefes de família que saíam para o Brasil com a mira de alcançar alguma fortuna com que pudessem aliviar as precárias circunstâncias dos seus ou aumentar-lhes um pouco o seu bem estar, regressando ao seu país logo que tivessem conseguido o seu fim. Hoje, porém, são famílias inteiras que emigram à procura de trabalho, que não encontram na pátria, para não morrerem de fome» (CML, 1895).

demora na conclusão do caminho-de-ferro de Coimbra a Arganil, este último um grande projecto que entusiasmou todos aqueles que ambicionavam o progresso da Lousã e viam nele o portador dessa mensagem de esperança e modernidade (*idem*).

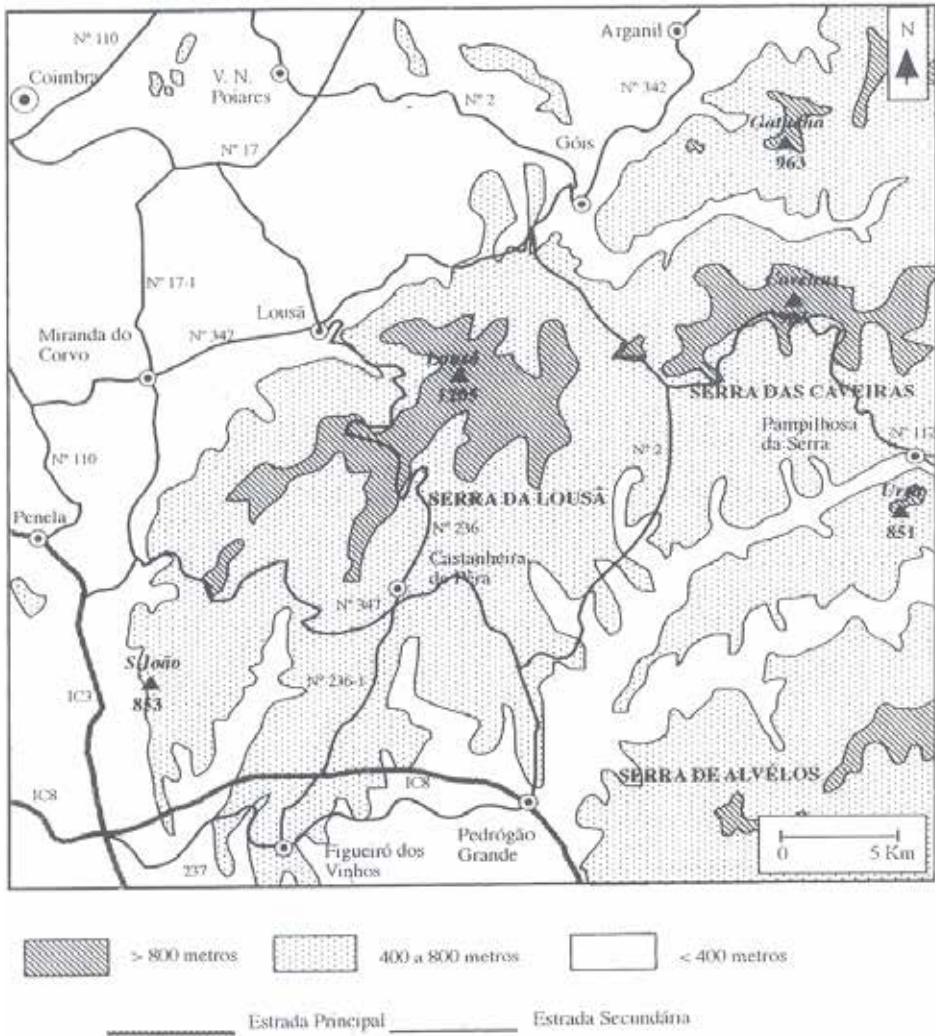
O período que decorre até 1906 é marcado por animadas discussões, retratadas na imprensa local e nos registos das sessões municipais, sobre o interesse e a urgente necessidade de conclusão de tal melhoramento, quando o caminho-de-ferro se fazia anunciar no quadro da moderna viação. Inclusivamente questiona-se a utilidade do caminho-de-ferro quando dissociado dessa outra realização material.

Contudo, apenas no final dos anos 20 teve lugar a inauguração da passagem de automóveis na estrada em construção, motivo para uma grande e participada jornada de confraternização entre os povos serranos que decorreu na Catraia. A montanha que separou os dois povos, apeou-se finalmente perante a vontade dos homens, tolhida (porém) que estava a essência daquela dimensão que os seus mentores haviam idealizado (CARVALHO, 2001-b). De facto atrasos na conclusão da estrada da Serra, na jurisdição do concelho da Lousã, foram fatais aos objectivos de afirmação da nova via, aproximando-se o centro fabril da ribeira de Pêra da linha ferroviária do Norte e da espinha dorsal das comunicações do centro litoral, em resultado das ligações rodoviárias entretanto lançadas nos contrafortes meridionais da Serra da Lousã.

Em síntese, podemos afirmar que apesar da realização de algumas infra-estruturas viárias, como as estradas da Serra (E.N. n.º 236 e E.N. n.º 237) e a estrada florestal Lousã-Catraia (lançada pelos Serviços Florestais em meados do século passado), portanto, elementos de uma rede viária secundária, os territórios serranos apresentam um posicionamento periférico em relação aos eixos estruturantes do quadro viário regional e nacional (figura 34).

De forma marginal assinalamos a E.N. n.º 342 (Soure-Arganil), que no termo administrativo de Lousã-Góis está desenhada na bordadura e no contacto com a serra, a E.N. n.º 2 (Góis-Portela do Vento) e a E.N. n.º 112, que correm rumo a Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra, respectivamente.

Na década de 90 foi lançado o moderno IC8, eixo da rede viária complementar do país, a mais importante via regional – cruza a bordadura sudoeste da serra –, que faz a ligação de Castelo Branco ao IC3 (Setúbal-Tomar-Coimbra) e ao IC2 (em Pombal).



Fonte: CARVALHO, 2001: 85

Figura 34 – Estrutura viária da Serra da Lousã (2001)

Por outro lado, importa referir a ligação ferroviária Coimbra-Serpins, com perfil de linha suburbana de passageiros, que serve directamente os concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã. O traçado, seguindo o rio Dueça desde Ceira até Miranda do Corvo, desenvolve-se na bordadura ocidental do maciço marginal de Coimbra e na bacia sedimentar Miranda do Corvo-Lousã, portanto na periferia noroeste da Serra da Lousã.

6.2.3 Dinâmicas territoriais e perspectivas de desenvolvimento

6.2.3.1 Evolução e dinâmica da população

Os concelhos da Serra da Lousã (e do Pinhal Interior Norte) registaram o maior valor de população residente em 1911 ou em meados do século (quadro 9).

Desde então, a redução dos efectivos populacionais é uma constante, problema que se acelera e consolida desde os anos 60 (CRAVIDÃO, 1994). A leitura da variação de população entre o registo censitário que corresponde ao valor demográfico mais importante de cada município e o ano de 2001 (quadro 9) permite concluir que o PIN (entre 1940 e 2001) perdeu 32% dos seus efectivos. Alguns municípios perderam mais de metade da sua população: Pampilhosa da Serra (-66.4%), Góis (-62.5%) e Pedrógão Grande (-52.4%). Ainda com perdas muito elevadas aparecem Penela (-46.4%), Alvaiázere (-43.9%), Castanheira de Pêra (-42.8%), Figueiró dos Vinhos (-40.2%) e Arganil (-38.1%). Miranda do Corvo (-8.6%) e Vila Nova de Poiares (-15.9%) são os municípios menos atingidos, enquanto a Lousã é o único concelho que apresenta um valor positivo (2%). Reportando-nos ao período de 1960-2001, constatamos que a redução de efectivos foi de 24.6% no PIN e 20.6% na Serra da Lousã. Nesta última, a redução da população foi ainda mais intensa em Góis (-50.1%), Pedrógão Grande (-46.6%), Castanheira de Pêra (-35.0%) e Figueiró dos Vinhos (-35.2%); ao invés, Lousã (13.3%) e Miranda do Corvo (2%) são os únicos concelhos que registam variação positiva nesse intervalo de tempo.

Reportando-nos às últimas duas décadas, é de referir que a variação da população residente permanece negativa no sector meridional/oriental da Serra, embora, em geral, seja mais expressiva no período de 1981 a 1991, com os municípios de Figueiró dos Vinhos, Góis, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande a registarem um decréscimo no intervalo de -16,7 a -29,5%, tal como acontece em quase toda a área serrana do Pinhal Interior Norte (quadro 10). Porém, as dimensões locais dos processos de abandono são diferenciadas. Com efeito, constatamos que as freguesias do Coentral, Campelo e Espinhal iniciaram o processo de redução demográfica em 1911 (quadro IV, em anexo). Em 2001 a população residente era menos de 73 a 82%, relativamente ao quantitativo assinalado no início do século passado. Alvares e Vila Nova perderam 77.3 e 45.9% dos efectivos desde 1940. Ao invés são as freguesias da Lousã e Miranda do Corvo que registam crescimento efectivo, a que se juntam, na última década, Figueiró dos Vinhos, Góis, Semide, Casal de Ermio, Serpins, Foz de Arouce e Santa Eufémia, como excepções num quadro dominado por valores negativos.

Quadro 9 – População residente no Pinhal Interior Norte, entre 1864 e 2001, por concelho

Distribuição Geográfica	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Alvaiázere	9802	10477	10676	11936	12354	13198	13290	15047	14950	13883	11299	10510	9306	8438
Ansião	12177	13096	12961	13662	13919	14832	15543	17391	18309	17268	15058	15446	14029	13719
Arganil	18806	20662	21449	21232	21151	21417	18343	22002	21736	19237	15747	15507	13926	13623
Castanheira de Pera	3972	4999	5959	6213	5608	5839	6116	6411	6330	5739	4825	5137	4442	3733
Figueiró dos Vinhos	8040	9044	9127	9702	10201	10686	10699	12031	12300	11545	9145	8754	8012	7352
Góis	10305	11245	10895	11891	12466	10686	12230	12488	11103	9744	6955	6434	5372	4861
Lousã	9635	10415	10868	11685	12358	11944	12905	14525	15442	13900	12369	13020	13447	15753
Miranda do Corvo	10453	11471	12643	12751	12859	13455	12608	13558	13822	12810	12013	12231	11674	13069
Oliveira do Hospital	24137	25482	26741	27324	27242	26992	26030	28421	29038	26287	23525	23554	22584	22112
Pampilhosa da Serra	9359	10671	11274	12426	13548	14040	13459	15527	14800	13372	9303	7493	5797	5220
Pedrógão Grande	6230	6597	7333	7944	7869	8541	8877	9250	8955	8239	5131	5842	4643	4398
Penela	9110	9998	10180	9954	11932	11197	10754	11088	10525	9438	7890	8023	6919	6594
Tábua	17207	18489	18733	18371	18169	17354	16330	17673	17798	15869	12441	13456	13101	12602
Vila Nova de Poiares	6557	7534	7601	7900	8061	8343	7763	8398	8218	7518	6296	6649	6161	7061
Pinhal Interior Norte	155790	170180	176440	182991	187737	188524	184947	203810	203326	184849	151997	152056	139413	138535

Nota: O tom negro corresponde ao máximo demográfico

Fonte: Censos/Recenseamentos Gerais da População (1864-1991), INE, Lisboa.

Quadro 10 – População residente no PIN, em 1981-2001, por concelho

Distribuição Geográfica	População Residente 2001	Variação (%) 1991-2001	Variação (%) 1981-1991	Variação (%) 1981-2001
Portugal	10 356 117	5	0.3	5.3
Região Centro	1 783 596	4.4	-3.5	0.6
Pinhal Interior Norte	138535	-0.6	-8.3	-8.9
Alvaiázere	8438	-9.3	-11.5	-20.8
Ansião	13719	-2.2	-9.2	-11.4
Arganil	13623	-2.2	-10.2	-12.4
Castanheira de Pera	3733	-16	-13.5	-29.5
Figueiró dos Vinhos	7352	-8.2	-8.5	-16.7
Góis	4861	-9.5	-16.5	-26
Lousã	15753	17.1	2.5	19.6
Miranda do Corvo	13069	11.9	-4.6	7.3
Oliveira do Hospital	22112	-2.1	-4.1	-6.2
Pampilhosa da Serra	5220	-10	-22.6	-32.6
Pedrógão Grande	4398	-5.3	-20.5	-25.8
Penela	6594	-4.7	-13.8	-18.5
Tábua	12602	-3.8	-2.6	-6.4
Vila Nova de Poiares	7061	14.6	-7.3	7.3

Fonte: Recenseamentos Gerais da População (1981; 1991; 2001), Lisboa, INE.

Por sua vez, a estrutura demográfica é marcada pelo envelhecimento acelerado da população e também por um desequilíbrio na composição da população por sexo, resultado da intensa mobilidade espacial, interna (especialmente para Lisboa) e externa (das Américas aos países da Europa Ocidental), que envolveu a população activa mais jovem. Nos últimos anos, este facto decorre, em boa parte, da mobilidade de carácter local que exerce um efeito drenante nas áreas rurais a favor, regra geral, das sedes concelhias. Assim se explica, também, uma certa recomposição do povoamento.

O desequilíbrio entre os grupos etários principais, nomeadamente jovens e idosos, atravessa todos os concelhos da Serra (quadro 11), embora com diferente expressão. O número de idosos é quase o triplo do quantitativo de população jovem nos concelhos de Pedrógão Grande (278.7) e Góis (268.1), e cerca de duas vezes mais em Castanheira de Pêra (194.7), Figueiró dos Vinhos (188.8) e Penela (218.2). Lousã (108.3) e Miranda do Corvo (113) são as situações menos graves. Para o conjunto do PIN, todos os municípios apresentam mais idosos do que jovens, e em onze deles o índice de envelhecimento é superior a 163%. O índice de envelhecimento de Pampilhosa da Serra (373.6%) está entre os mais elevados da região centro¹¹⁷, apenas superado em Sabugal (378.2), Penamacor (419.6), Idanha-a-Nova (453) e Vila Velha de Ródão (522.5).

Quadro 11 – Índice de envelhecimento no PIN, em 1991 e 2001, por concelho

Distribuição Geográfica	1991 %	2001 %
Portugal	68	102
Região Centro	87	129.6
Pinhal Interior Norte	121.8	163
Alvaiázere	152.6	224.2
Ansião	110	165.1
Arganil	136.8	188.2
Castanheira de Pêra	122.5	194.7
Figueiró dos Vinhos	127.4	188.8
Góis	185.7	268.1
Lousã	96	108.3
Miranda do Corvo	93	113
Oliveira do Hospital	99.3	132.6
Pampilhosa da Serra	191.9	373.6
Pedrógão Grande	198.8	278.7
Penela	161.3	218.2
Tábua	114.6	153.8
Vila Nova de Poiares	96.6	108.2

Fonte: *Censos 1991 e 2001*. INE, Lisboa.

¹¹⁷ Tal como o de Oleiros (365.4) e o de Mação (364.1), no Pinhal Interior Sul.

Em relação ao registo de 1991, é de salientar que se acentua o envelhecimento da população, em geral mais de 40 pontos percentuais, com variação negativa mais intensa nos municípios do interior serrano, o que por sua vez concorre para taxas de mortalidade elevadas e implica um conjunto de serviços e cuidados sociais que merecem reflexão também em função da estrutura do povoamento.

6.2.3.2 Estrutura do povoamento

Num território com as características físicas, demográficas, económicas e sociais que este apresenta, compreende-se que a maior parte da população resida em lugares de reduzida dimensão.

Considerando os municípios por onde se estende a Serra da Lousã, podemos dizer que em 2001, quase 35% da população residia em lugares¹¹⁸ de dimensão inferior a 100 habitantes (quadro 12). A classe de menos de 100 habitantes era particularmente significativa em Pedrógão Grande (62.2%), Penela (55.7%), Góis (52.6%) e Figueiró dos Vinhos (47.4%). Se a estes lugares juntarmos a população que reside em núcleos até 199 habitantes, verificamos que a maior parte da população dos concelhos serranos reside em pequenos lugares. Neste particular, salientam-se os municípios de Pedrógão Grande (75.7%), Penela (80.1%), Figueiró dos Vinhos (72.6%), Castanheira de Pêra (67.1%) e Góis (52.2%). A situação afigura-se diferente nos concelhos de Miranda do Corvo e Lousã, com 42.2 e 27.6% da população residente, respectivamente, a viver em lugares de dimensão reduzida (quadro 12). Se pensamos na população que reside em lugares até 1999 habitantes, o seu significado em 2001 é de 83%, reflectindo o facto de a generalidade dos municípios da Serra não apresentar lugares com mais de 2000 habitantes. Esta estrutura de povoamento afasta-se do padrão geral do país, e também da média registada na Região Centro já que “apenas” 42.4% e 64.4% da população, respectivamente, reside em lugares com menos de 2000 habitantes.

¹¹⁸ A informação disponibilizada pelo INE permitiu identificar 567 lugares, para além dos chamados “residuais”. O número médio de habitantes por lugar é de 98.3, com a seguinte variação: Castanheira de Pêra (90.7); Figueiró dos Vinhos (73.2); Góis (50); Lousã (176.6); Miranda do Corvo (147.9); Pedrógão Grande (61.1) e Penela (66.6). Em relação às freguesias serranas, os valores mais reduzidos dizem respeito a Campelo (22.4), Coentral (30.8), Vila Nova (55) e Espinhal (63.9).

Quadro 12 – População residente nos concelhos da Serra da Lousã, segundo a dimensão dos lugares, em 2001

Concelhos/Freguesias	População Residente							Total %
	Menos de 100	De 100 a 199	De 200 a 499	De 500 a 999	De 1000 a 1999	De 2000 a 4999	Mais de 5000	
Castanheira de Pêra	36,0	31,1			32,9			100
Castanheira de Pêra	33,0	32,5			34,4			99,9
Coentral	100,0							100
Figueiró dos Vinhos	47,4	25,2	3,2		24,2			100
Aguda	72,7	27,3						100
Arega	40,7	38,5	20,8					100
Bairradas	82,3	17,7						100
Campelo	100,0							100
Figueiró dos Vinhos	29,7	24,5			45,8			100
Góis	52,6	10,6	17,7	19,0				99,9
Alvares	57,1	12,7	30,2					100
Cadafaz	60,1	39,9						100
Colmeal	100							100
Góis	46,7	5,5	9,4	38,3				99,9
Vila Nova do Ceira	49,1	14,8	36,1					100
Lousã	18,3	9,3	17,7	3,8	9,6		41,3	100
Casal de Ermio	8,8		91,2					100
Foz de Arouce	55,0	13,3	31,7					100
Lousã	9,4	3,0	11,2		14,4		62,0	100
Serpins	55,8	17,4	26,8					100
Vilarinho	16,1	33,1	22,8	27,9				99,9
Miranda do Corvo	21,3	20,9	25,6	6,1	26,1			100
Lamas	33,6	13,0	53,5					100,1
Miranda do Corvo	9,3	17,0	4,6	13,1		56,0		100
Rio de Vide	14,4	54,9	30,7					100
Semide	20,1	27,3	52,6					100
Vila Nova	77,8		22,2					100
Pedrógão Grande	62,2	13,5			24,3			100
Graça	86,1	13,9						100
Pedrógão Grande	53,5	5,1			41,4			100
Vila Facaia	63,3	36,8						100,1
Penela	55,7	24,4	3,5	16,4				100
Cumieira	43,0	57,0						100
Espinhal	43,6			56,4				100
Santa Eufêmia	50,2	19,9		30,0				100
São Miguel	74,8	10,9	14,3					100
Podentes	70,2	29,8						100
Rabaçal	47,7	52,2						99,9
Total	33,8	16,9	16,5	6,0	9,8	5,2	11,8	100

Fonte: Censos 2001: Resultados Definitivos. Centro, Lisboa, INE, 2002

Em relação aos lugares principais, notamos o reforço de algumas sedes concehlias¹¹⁹ que assim assumem cada vez mais o papel de pequenos centros urbanos, com especial ênfase para a Lousã. Contudo, a expressão de cada uma das vilas em relação ao total de população do concelho respectivo é diferenciada, atravessando o intervalo de 12 a 44% (quadro 8), sendo que a primeira situação acontece com a vila de Penela (repartida entre as freguesias de Santa Eufémia, com 564 residentes, e São Miguel, com 231 habitantes), enquanto o valor mais elevado corresponde ao peso relativo da Vila Lousã (por sua vez repartida entre as freguesias de Lousã – 6351 residentes – e Vilarinho – 590 habitantes).

Por outro lado, a análise da população no quadro restrito da Serra permite destacar, de forma simplificada, dois sectores (figura 35):

- O sector noroeste, envolvendo (com diferente expressão territorial) as freguesias do Espinhal, Vila Nova, Miranda do Corvo, Lousã, Vilarinho e Góis, apresentava 34 lugares e 860 habitantes em 2001, que correspondem a 26.6% e 12.5% dos lugares e da população da Serra, respectivamente. Cerca de metade da população residente nesse sector diz respeito aos lugares serranos de Vila Nova.
- O sector sudeste, com as (ou com parte das) freguesias de Campelo, Castanheira de Pêra, Coentral, Alvares, Aguda, Figueiró dos Vinhos, Vila Facaia e Pedrógão Grande, apresentava em 2001 cerca de 94 lugares e 6028 habitantes. Estes representavam em 2001, cerca de 73.4% e 87.5% dos lugares e da população da Serra, respectivamente. Quase 60% dessa população residia na freguesia de Castanheira de Pêra.

¹¹⁹ Relativamente a 1991, a variação de população residente foi a seguinte: Lousã (+42.7%); Góis (+16.8%); Pedrógão Grande (+6.6%); Figueiró dos Vinhos (+5%); Castanheira de Pêra (-16.9%) e Miranda do Corvo (-5.5). Este último caso pode estar relacionado com o facto de em 2001 serem considerados de forma individual alguns lugares (como por exemplo, Bujos – 279 habitantes; Carapinhal – 192 habitantes; Corvo – 218 residentes, e Montoiro – 658 residentes) que em 1991 não aparecem como tal.

No que diz respeito às sedes de freguesia, constatamos uma certa repartição dos lugares entre acréscimo e diminuição de efectivos. O primeiro cenário envolve casos em que a redução é de quase 30% (Cadafaz e Graça). A variação positiva acontece no Colmeal (3.1%), Várzea Grande – Vila Nova do Ceira (1.4%), Casal de Ermio (11.5%), Espinhal (15%), Aguda (6%) e Vila Nova (96.6%). Este último registo pode estar relacionado com um eventual ajuste do seu perímetro urbano.

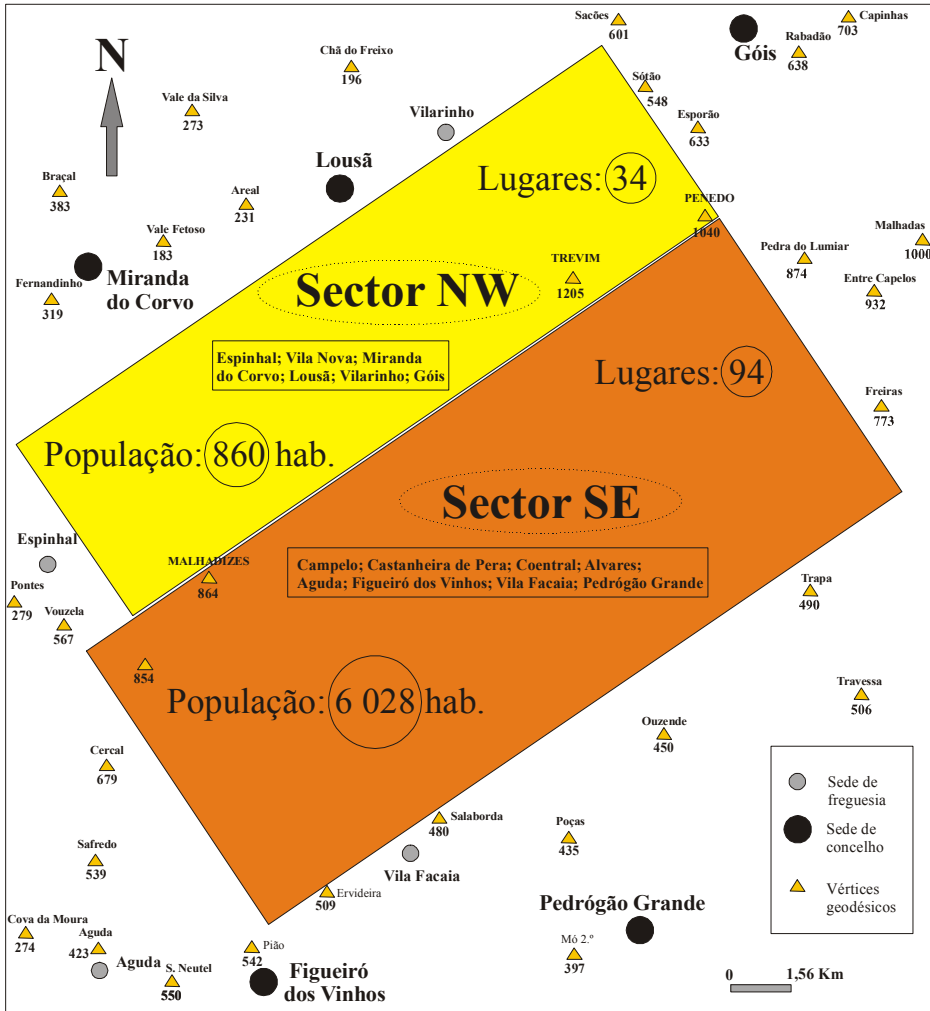


Figura 35 – Representação esquemática do povoamento da Serra da Lousã (2001)

No decurso do último século, os lugares serranos viram reduzidos os seus efectivos de forma muito acentuada: de 16.053 habitantes, em 1940, que corresponde ao máximo demográfico, para cerca de metade desse valor, em 1991, e menos de 7000 habitantes (exactamente 6.888) no último Recenseamento. De igual modo, o peso relativo de cada um dos sectores tem conhecido alterações que apontam para o reforço demográfico do sector sudeste (de 78% em 1911, para 87.5% em 2001) em relação ao sector noroeste (22% em 1991; 12.5% em 2001).

De forma mais detalhada, podemos referir que no maciço serrano a hierarquia dos lugares tem no topo a vila de Castanheira de Pêra (1164 habitantes), no topo de uma lista com quase 130 lugares (figura 36 e quadro 13). Por sua vez, Coentral e Campelo contribuem com um número muito reduzido (5 e 15, respectivamente) de pequenos lugares (apenas um tem mais de 50 habitantes: Ribeira Velha), e mesmo as sedes de freguesia não atingem os 50 habitantes (44 e 42 habitantes, respectivamente). No caso de Vila Nova, apesar de 77.8% da população (que corresponde a 813 habitantes) residir em lugares com menos de 100 habitantes, podemos dizer que cerca de metade deste universo reside em aglomerados com menos de 50 habitantes. No Espinhal são também os pequenos lugares que anunciam a passagem para a Serra da Lousã. Assim, no cômputo geral, sublinhamos que a estrutura do povoamento é marcada por lugares de pequena dimensão (figura 36).

Quadro 13 – Lugares e população da Serra da Lousã (1991-2001)

Concelhos e Freguesias	Nº de lugares 2001	População		Variação %
		2001	1991	
Castanheira de Pêra	39	3733	4442	-16
Castanheira de Pêra	34	3579	4261	-16
Coentral	5	154	181	-14.9
Figueiró dos Vinhos	26	1005	1248	-19.5
Aguda	5	216	300	-28
Campelo	15	359	465	-22.8
Figueiró dos Vinhos	6	430	483	-11
Góis	25	892	1075	-17
Alvares	20	842	1049	-19.7
Góis	5	50	26 (I/I)	–
Lousã	10	90	146	-38.4
Lousã	9	77	128	-39.8
Vilarinho	1	13	18	-27.8
Miranda do Corvo	9	452	559	-19.1
Miranda do Corvo	1	S/I	10	–
Vila Nova	8	452	549	-17.7
Pedrógão Grande	9	448	530	-15.5
Pedrógão Grande	5	315	354	-11
Vila Facaia	4	133	176	-24.4
Penela	10	268	363	-26.2
Espinhal	10	268	363	-26.2
Total	128	6888	8363	-17.6

Fonte: *Censos 2001: Resultados Definitivos. Centro*, Lisboa INE, 2002

Por último, na perspectiva da expressão demográfica dos lugares e da sua relação com as freguesias (quadro 13; figuras 33 e 36) é possível identificar diversos agrupamentos:

- Os pequenos lugares serranos de Góis e da Lousã, regra geral com reduzidos efectivos populacionais e relativamente envelhecidos; profundamente afectados pelo êxodo rural, dependem de forma dramática de um escasso número de famílias, entre as quais algumas neo-rurais (Lousã); no conjunto não atingem uma centena e meia de habitantes permanentes.
- O núcleo de Vila Nova, com cerca de 450 habitantes (-17.7% relativamente a 1991), repartidos por quase uma dezena de lugares, ainda com forte vínculo às actividades agrícolas (embora cada vez mais a tempo parcial), aproveitando os bons solos e o menor pendor das vertentes; tradicionalmente eram grandes abastecedores de produtos agrícolas do mercado de Miranda do Corvo e mesmo de Castanheira de Pêra.
- O agrupamento do Espinhal, com uma dezena de lugares e quase 270 habitantes, traduz também a matriz de abandono que varreu a Serra; os lugares mais importantes localizam-se no contacto com a freguesia de Vila Nova, pois à medida que avançamos para o interior da Serra, regra geral, a sua expressão demográfica atenua-se.
- Campelo enquadra cerca de uma dezena e meia de lugares, e pouco mais de três centenas e meia de residentes; lugares do coração da Serra, marcados pelo isolamento até muito tarde, estabeleceram fortes relações com Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos.
- Aguda, Vila Facaia, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, na cintura ocidental e meridional da Serra, enquadram menos de duas dezenas de lugares por onde se reparte pouco mais de um milhar de habitantes.
- Alvares tem integrado na Serra cerca de duas dezenas de lugares que correspondem a quase 850 habitantes, parte dos quais estabelece relações privilegiadas com Pedrógão Grande (a vila mais próxima, em relação à sede de concelho: Góis).
- Por sua vez, Castanheira de Pêra e Coentral são responsáveis por quase 60% da população residente no interior da Serra da Lousã, estando entre aqueles que maior dinâmica imprimiram à ocupação e organização do espaço serrano; na actualidade é em Castanheira de Pêra que se encontram os principais núcleos de povoamento serrano.

Em síntese, o povoamento da Serra da Lousã, dominado por pequenos lugares, aparece estruturado em dois sectores principais: o sector setentrional/ocidental (Espinhal-Góis) é composto por cerca de três dezenas e meia de lugares e oito centenas e meia de habitantes, enquanto o sector meridional/oriental (Aguda-Alvares) integra mais de nove dezenas de lugares e pouco mais de 6000 habitantes. A redução dos efectivos demográficos é muito significativa no decurso do século XX (de 1911 até 2001, a população diminuiu de 15000 para quase 7000 habitantes), em especial nos lugares (e freguesias) do coração serrano, como Campelo, Espinhal e Coentral, sendo ainda significativa na Lousã e em Vila Nova.

6.2.3.3 Estrutura económica

Como notou CRAVIDÃO (*op. cit.*, 59), «À semelhança do que sucede em outras áreas do país, também aqui se verifica uma progressiva terciarização da população. Trata-se, porém, e quase sempre, de terciário inferior ligado frequentemente ao comércio e serviços conectados com empresas locais, e também com alguma relação à actividade de natureza social – saúde, educação e cultura. (...) No conjunto da população activa, a agricultura/silvicultura têm vindo a perder progressivamente importância».

Uma análise pormenorizada de cada um dos três grandes agregados da actividade económica, para o ano de 1991 (quadro 14), permite destacar a importância do sector primário nos concelhos de Pedrógão Grande (27%), Penela (22%) e Figueiró dos Vinhos (20%), tal como acontecia em Alvaiázere (29%), Tábua (25%) e Pampilhosa da Serra (23%), para o conjunto do PIN. Nessa altura o sector secundário ocupava cerca de 64% da população activa com emprego no concelho de Castanheira de Pera, o valor mais elevado do PIN, o que está relacionado com a indústria têxtil de lanifícios. Esse sector era ainda muito importante nos municípios da Lousã (48%) e de Góis (42%), onde aparece ligado à indústria papelreira, madeiras, alcatifas e têxteis. Oliveira do Hospital (49%), Arganil (49%), Ansião (43%) e Tábua completam a lista de municípios do PIN onde o sector secundário apresentava os valores mais elevados. Relativamente ao sector terciário, no quadro geográfico da Serra da Lousã os valores de 1991 repartem-se entre 31 (Góis) e 53% (Miranda do Corvo).

Uma década depois, constatamos o reforço da terciarização e o decréscimo do sector primário. Os municípios de Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela (tal como Alvaiázere, Ansião e Oliveira do Hospital) são os que melhor reflectem este cenário, mantendo-se o sector secundário com valores muito próximos em relação aos que foram registados em 1991. Ainda no que concerne ao sector primário, verificamos que a

redução de efectivos, entre 1991 e 2001, foi muito significativa em Alvaiázere (- 21%), Pedrógão Grande (-18,7%), Tábua (-17,2) e Penela (-15.7%).

Quadro 14 – Estrutura da população empregada no PIN, em 1991-2001, por concelho

Distribuição Geográfica	1991			2001		
	Sector de actividade			Sector de actividade		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
	%	%	%	%	%	%
Portugal	10,8	37,9	51,3	5,0	35,1	59,9
Região Centro	17,1	38,8	44,2	6,8	38,1	55,1
Pinhal Interior Norte	16,9	43,4	39,6	7,2	40,8	52,0
Alvaiázere	28,8	37,6	33,6	7,6	42,0	50,4
Ansião	18,3	46,3	35,4	5,0	48,1	46,9
Arganil	16,3	48,6	35,1	16,2	41,2	42,6
Castanheira de Pêra	5,2	63,8	30,9	2,7	46,8	50,5
Figueiró dos Vinhos	20,1	37,2	42,7	10,9	37,8	51,3
Góis	18,3	41,9	39,8	14,8	34,9	50,4
Lousã	4,7	47,6	47,7	1,9	35,6	62,5
Miranda do Corvo	10,9	36,2	52,9	3,9	31,8	64,2
Oliveira do Hospital	16,5	48,8	34,6	4,9	50,6	44,5
Pampilhosa da Serra	23,2	35,1	41,6	23,6	29,9	46,5
Pedrógão Grande	27,1	28,1	44,8	8,3	28,9	62,9
Penela	21,5	38,1	40,4	6,3	41,4	52,2
Tábua	24,9	41,2	33,5	7,8	44,7	47,4
Vila Nova de Poiares	12,1	37,1	50,8	3,9	33,6	62,5

Fonte: *Censos 2001: Resultados Definitivos. Centro*, Lisboa, INE, 2002
Recenseamento Geral da População (1991), Lisboa, INE.

Nos municípios da Lousã e de Castanheira de Pêra (e ainda em Arganil) o maior peso relativo do sector terciário é acompanhado por uma redução dos activos no sector secundário, tendência particularmente expressiva em Castanheira de Pêra, onde se regista um aumento de quase 20% dos efectivos ligados ao sector terciário e uma diminuição de 17 pontos percentuais no sector secundário (fixando-se em 47% da população activa com emprego), em 2001.

Esta trajetória descendente foi estudada por Stephen SYRETT (1995), autor que dedica um capítulo da obra *Local Development. Restructuring, locality and economic initiative in Portugal*, ao estudo da intervenção municipal e das iniciativas económicas locais em Castanheira de Pêra. Confrontada com o potencial colapso do maior empregador do município (a indústria têxtil), a Câmara Municipal de Castanheira de Pêra, foi uma das primeiras autoridades em Portugal a elaborar uma estratégia de desenvolvimento económico local, com base no programa “Iniciativa Local de Emprego”.

A “ilha industrial” (segundo a expressão de SYRETT) apresentava, em 1981, 71% da população empregada no sector secundário (90% no sector têxtil), enquanto o terciário dava emprego a 21% e o primário assegurava a actividade a 8% dos empregados. Em 1981 a indústria têxtil empregava 1057 trabalhadores, repartidos por 21 unidades de produção. Uma década depois, envolvia 812 trabalhadores (distribuídos por 13 unidades produtivas) e em 2001 empregava apenas duas centenas de indivíduos. Dados do IAPMEI (1991) utilizados pelo autor dão conta de quatro projectos de reestruturação da indústria têxtil aprovados entre 1988 e 1991, envolvendo mais de 500 postos de trabalho e um investimento de quase 7 milhões de euros (cerca de 1/3 a título de incentivo dado pelo Estado e pela União Europeia).

Os incentivos ao investimento e à criação de postos de trabalho, e a criação da primeira agência de desenvolvimento local (SYRETT, *op. cit.*, 203) sob a designação de “Ribeirapêra – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pêra”, com acção na criação de um mini-parque industrial em Safrujo (que recebeu algumas pequenas empresas), no lançamento de uma nova unidade industrial de roupas e no apoio ao arranque de novos projectos, tiveram resultados relativamente limitados, face ao problema da crise profunda (estrutural, marcada sobretudo pela crónica falta de investimento e por níveis tecnológicos muito baixos; por estratégias de gestão conservadoras e pela falta de especialização da mão-de-obra) que se abateu sobre o município serrano e que culminou, no final dos anos 90, com o encerramento da maioria das unidades fabris ligadas ao sector têxtil. As que resistiram, sob o efeito da modernização, embora com menos mão-de-obra, só conseguiram aguentar a concorrência nacional e internacional com ganhos de produtividade e melhoria da qualidade dos produtos. O valor da taxa de desemprego, em 2001, mostra bem as dificuldades do sector: 16.6% (8.1%, em 1991), sendo de 25.1 em relação às mulheres e de 10.1% no que diz respeito aos homens, o mais elevado do Pinhal Interior Norte e da Região Centro. Refira-se ainda que 93.3% (dos desempregados) diz respeito a cidadãos à procura de novo emprego.

A concluir este item, propomos uma análise da distribuição do emprego por sub-sectores de actividade, conforme elementos estatísticos disponibilizados (mas não publicados) pelo INE, reportando-se aos empregados a exercer actividade no concelho de residência, que permite avaliar a importância das diferentes actividades económicas no quadro local e sub-regional.

Assim, para a Serra da Lousã (quadro V), tal como para o PIN, destaca-se o sub-sector da construção civil, como o mais importante na oferta de emprego nos municípios de Penela (17%), Góis (16.4%), Miranda do Corvo (20.3%) e Figueiró dos Vinhos

(14.9%), e aparece ainda com grande expressão na Lousã (17.4%). Se a indústria têxtil é o principal sub-setor em Castanheira de Pêra (21.2%) – tal como acontece em Oliveira do Hospital (18.2%) –, por sua vez a agricultura, produção animal, caça e silvicultura destacam-se em Figueiró dos Vinhos (13.7%) e Góis (16.3%), e nos restantes municípios do PIN é a actividade mais relevante em Arganil (17.8%) e Pampilhosa da Serra (28.1%). Por último, o comércio e a reparação de automóveis aparecem no topo da lista de actividades empregadoras na Lousã (17.4%) e Miranda do Corvo (16.7%), sendo, também, a actividade que maior número de empregos fixa para aqueles que residem e trabalham em Pedrógão Grande (15.4%). É, ainda, digno de registo, o emprego na administração pública, defesa e segurança social que aparece como a segunda modalidade mais relevante nos concelhos de Pedrógão Grande (14.1%) e Castanheira de Pêra (14.9%), e a terceira em Góis (10.9%) e Lousã (8.6%).

6.2.3.4 Movimentos pendulares

Nas sociedades modernas e pós-modernas a dissociação entre o local de residência e de trabalho é uma característica cada vez mais marcada. As deslocações pendulares prefiguram um indicador importante da mobilidade diária da população activa e dos estudantes e permitem destrinçar ligações entre diferentes territórios por via da oferta de emprego e/ou serviços de ensino.

Aos geógrafos interessa identificar e explicar esses fluxos de carácter pendular, procurar os nexos entre os territórios e ajudar a compreender a geografia das deslocações entre os locais de residência e as sedes dos locais de trabalho. Desta forma contribuirá também para tornar mais visível o fenómeno e encontrar soluções nos diversos domínios implicados, nomeadamente o planeamento de equipamentos e infra-estruturas induzidos por esse tipo de mobilidade.

A leitura comparativa das migrações pendulares diárias em 1991¹²⁰, para o exterior dos limites administrativos dos concelhos, e a sua importância relativa no quadro da força de trabalho municipal (quadro 15), permitem identificar situações diferenciadas: Miranda do Corvo (46.4%), Soure (43.5%), Montemor-o-Velho (42%), Condeixa-a-Nova (39.9%), Penacova (35.5%), Penela (33.6%), Lousã (19.5%), Vila Nova de

¹²⁰ As referências geográficas envolvidas na informação (não publicada), que foi disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, permite concluir que «(...) nem sempre a duração será exactamente a de uma jornada de trabalho, dado a distância anunciada entre alguns locais de residência e de trabalho» (MPAT, s/data, 6).

Poiares (17.8%), Cantanhede (15.4%), Figueira da Foz (8.7%) e Castanheira de Pêra (4.7%) (CARVALHO, *op. cit.*). No que diz respeito ao Pinhal Interior Norte, podemos dizer que a população empregada, a exercer a sua profissão fora do concelho de residência, representava cerca de 18,9% em relação ao total da população empregada, valor ligeiramente acima daquele que a essa data caracterizava o Baixo Mondego (quadro 15).

Quadro 15 – População empregada, residente nos concelhos do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, a exercer actividade em outros concelhos (1991 e 2001)

Distribuição Geográfica	1991		2001		Variação %
	Nº	%	Nº	%	
Alvaiázere	441	15,5	760	28,0	12,5
Ansião	994	20,6	1658	30,8	10,2
Arganil	373	8,3	751	13,6	5,3
Castanheira de Pêra	71	4,7	251	21,0	16,3
Figueiró dos Vinhos	538	21,1	723	26,0	4,9
Góis	162	11,7	316	18,2	6,5
Lousã	953	19,5	2303	32,9	13,4
Miranda do Corvo	2042	46,4	2880	51,0	4,6
Oliveira do Hospital	1018	12,2	1541	17,2	5,0
Pampilhosa da Serra	157	11,5	300	17,7	6,2
Pedrógão Grande	162	12,3	407	28,9	16,6
Penela	705	33,6	899	37,5	3,9
Tábua	831	18,3	1261	27,3	9,0
Vila Nova de Poiares	390	17,8	808	28,0	10,2
Pinhal Interior Norte	8837	18,9	14858	27,6	8,7
Cantanhede	2419	15,4	4355	27,4	12,0
Coimbra	5282	8,9	9972	14,4	5,5
Condeixa-a-Nova	1925	39,9	3569	54,2	14,3
Figueira da Foz	2005	8,7	4501	17,4	8,7
Mira	721	12,9	1430	28,1	15,2
Montemor-o-Velho	4044	42,0	4996	49,0	7,0
Penacova	2074	35,5	3251	47,9	12,4
Soure	3127	43,5	4062	51,7	8,2
Baixo Mondego	21597	16,4	36136	24,5	8,1

Fonte: Censos 2001. Resultados Definitivos (Centro), Lisboa, INE.
Recenseamento Geral da População (1991), Lisboa, INE.

Os movimentos diários casa-trabalho traduzem igualmente diferentes situações de dependência, face aos pólos regionais ou centros das bacias de emprego. Em 1991 o concelho de Coimbra exercia forte atracção sobre a população activa com emprego, residente nos concelhos limítrofes (figura I e quadro 16): Montemor-o-Velho (1772),

Miranda do Corvo (1697), Condeixa-a-Nova (1494), Penacova (1453), Soure (1117), Cantanhede (782), Lousã (490), Figueira da Foz (434), Penela (281) e Vila Nova de Poiares (251).

O escalonamento dos municípios: Miranda do Corvo (83.1%), Condeixa-a-Nova (77.7%), Penacova (70.1%), Vila Nova de Poiares (64.4%), Lousã (51.4%), Montemor-o-Velho (43.8%), Penela (39.6%), Soure (35.7%), Cantanhede (32.3%) e Figueira da Foz (21.6%), traduz a importância relativa de Coimbra na geografia das deslocamentos diárias, por motivos de trabalho, centradas nesses concelhos (quadro 16).

Quadro 16 – População empregada, residente nos concelhos do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, a exercer actividade em Coimbra (1991 e 2001)

Distribuição Geográfica	1991		2001		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alvaiázere	87	19.7	78	10.3	-9	-9.4
Ansião	174	17.5	292	17.6	118	0.1
Arganil	64	17.2	113	15	49	-2.2
Castanheira de Pêra	10	14.1	19	7.6	9	-6.5
Figueiró dos Vinhos	62	11.5	73	10.1	11	1.4
Góis	19	11.7	59	18.7	40	7
Lousã	490	51.4	1316	57.1	826	5.7
Miranda do Corvo	1697	83.1	2174	75.5	477	-7.6
Oliveira do Hospital	91	8.9	145	9.4	54	0.5
Pampilhosa da Serra	7	4.5	50	16.7	43	12.2
Pedrógão Grande	4	2.5	10	2.5	6	0
Penela	281	39.9	339	37.7	58	-2.2
Tábua	74	8.9	77	6.1	3	-2.8
Vila Nova de Poiares	251	64.3	446	55.2	195	-9.1
Pinhal Interior Norte	3311	37.5	5191	34.9	1880	-2.6
Cantanhede	782	32.3	1387	31.8	605	-0.5
Condeixa-a-Nova	1494	77.7	2513	70.4	1019	-7.3
Figueira da Foz	434	21.6	1002	22.3	563	0.7
Mira	63	8.7	139	9.7	76	1
Montemor-o-Velho	1772	43.8	2228	44.6	456	0.8
Penacova	1453	70.1	2135	65.7	682	-4.4
Soure	1117	35.7	1406	34.6	289	-0.9
Baixo Mondego	7115	43.6	10810	41.3	3695	-2.3
Total	10426	41.4	16001	39	5575	-2.4

Fonte: Censos 2001. Resultados Definitivos (Centro), Lisboa, INE. Recenseamento Geral da População (1991), Lisboa, INE.

Uma década depois, verificamos que a população empregada, a exercer profissão fora do município de residência, era de 27,6% no caso do Pinhal Interior Norte e de 24,5% no Baixo Mondego, o que traduz uma variação positiva de 8.7 e 8.1%, respectivamente (quadro 15). Os registos mais elevados (em %) aparecem ligados aos municípios de Pedrógão Grande (16.6%), Castanheira de Pêra (16,3%), Lousã (13,4%) e ainda com valores importantes, assinalamos os concelhos de Alvaiázere (12.5%), Ansião e Vila Nova de Poiares (ambos com 10.2%), isto no Pinhal Interior Norte. No Baixo Mondego, destacam-se os municípios de Mira (15.2%), Condeixa-a-Nova (14.3%), Penacova (12.4%) e Cantanhede (12.0%). Assim em 2001 os movimentos pendulares (aferidos no quadro da força de trabalho de cada município) assumiam grande importância, principalmente nos concelhos de Condeixa-a-Nova (54.2%), Soure (51.7%), Miranda do Corvo (51%), Montemor-o-Velho (49%) e Penacova (47.9%).

No que diz respeito aos principais fluxos pendulares diários para o concelho de Coimbra (figura II e quadro 16), com base no registo estatístico de 2001, podemos identificar os maiores “contribuintes”: Condeixa-a-Nova (2513), Montemor-o-Velho (2228), Miranda do Corvo (2174), Penacova (2135), Soure (1406), Cantanhede (1387), Lousã (1316) e Figueira da Foz (1002), valores que representam de 22.3 (Figueira da Foz) a 75.5% (Miranda do Corvo) do total de deslocações diárias por motivo de trabalho. Coimbra aparece como principal destino dos trabalhadores que exerciam actividade fora do concelho de residência de treze municípios do Pinhal Interior Norte (Arganil, Góis¹²¹, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra¹²², Penela e Vila Nova de Poiares) e do Baixo Mondego (todos, excepto Mira – e Coimbra, que não entra neste cálculo). Por outro lado, podemos dizer que o município de Coimbra recebia diariamente cerca de 16.000 trabalhadores destas sub-regiões¹²³, valor que representa um aumento de mais de 50% relativamente ao registo de 1991 (quando foram contabilizados 10.426 trabalhadores) – quadro 16. O número de deslocações diárias por motivo de trabalho era mais elevado no caso dos municípios do Baixo Mondego

¹²¹ Em 1991 o principal destino dos trabalhadores residentes em Góis, a exercer actividade fora do município, era Arganil (31.5%), concelho que em 2001 viu a sua importância relativa descer para 16.5%.

¹²² O município da Covilhã recebia, em 1991, quase 60% da população empregada, residente em Pampilhosa da Serra, que exercia actividade no exterior. Nessa data Coimbra absorvia apenas 4.5% (7 trabalhadores) desse universo, valor que uma década depois subiu para 16.7% (cinco dezenas de trabalhadores).

¹²³ Em 2001, partiam de Coimbra, com a mesma frequência, quase 10.000 trabalhadores: 1343 (13.5%) para o Pinhal Interior Norte e 2569 (25.8%) com destino aos outros municípios do Baixo Mondego.

(10.810), quando comparado com os movimentos pendulares de trabalhadores oriundos do Pinhal Interior Norte (5.191).

Assim, o município da Lousã, entre 1991 e 2001, assistiu a um aumento da população residente empregada¹²⁴, a exercer a sua actividade em outros municípios (de 19,5 para 32.9%) e ao efeito mais acentuado da polarização exercida pelo município de Coimbra (de 51.4% para 57.1%). Em valor absoluto, a progressão foi de 490 para 1316 deslocações para Coimbra, havendo portanto, mais 826 trabalhadores, variação absoluta apenas superada pelo município de Condeixa-a-Nova (com mais 1019 trabalhadores que se deslocavam diariamente para o concelho de Coimbra em igual período).

Por outro lado, os fluxos de mão-de-obra entre os municípios da Serra da Lousã eram muito pouco significativos, tal como acontecia entre o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul. Em 1991, as deslocações da Lousã para Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande envolveram 8 trabalhadores (0.8%), e em relação a Miranda do Corvo tratava-se de 6 trabalhadores (0.3%). Do sector meridional da Serra, com destino aos municípios de Lousã e Miranda do Corvo, partiram apenas 3 trabalhadores. De facto, os movimentos pendulares reflectem as relações mais próximas entre os municípios de cada um dos sectores: Penela-Miranda do Corvo-Lousã-Góis, e Figueiró dos Vinhos-Castanheira de Pêra-Pedrógão Grande (quadros VI a XII).

No período em análise (1991-2001) pouco mudou: as deslocações da Lousã e de Miranda do Corvo para a aba sul da Serra representam 0.5 e 0.3%, respectivamente, valor que sobe para 1.9%, em relação aos movimentos pendulares com origem em Penela, e para quase 11%, no caso de Góis. Nos municípios do sector sudeste da Serra, os resultados de 2001 permitem afirmar a diminuição da importância de Figueiró dos Vinhos e de Castanheira como destinos dos trabalhadores residentes em Pedrógão Grande (de 2/3 para 1/3 do total de deslocações diárias); a perda da importância relativa das deslocações de Figueiró dos Vinhos para Ansião, e o reforço de Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Leiria, Sertã; o aumento da percentagem de trabalhadores com origem em Castanheira de Pêra e com destino aos municípios de Figueiró dos Vinhos, Pombal, Ansião e Alvaiázere (quadros VI a XII), facto que está relacionado com a já referida crise de emprego no concelho, sendo que os trabalhadores continuam a privilegiar o sector secundário.

¹²⁴ Os dados relativos a 1981 permitem afirmar que 13.6% dos trabalhadores residentes na Lousã exerciam a sua actividade profissional em outros concelhos. Coimbra recebia cerca de metade desse contingente.

6.2.3.5 Desafios, mudanças e caminhos para o desenvolvimento

Os processos de integração europeia e os desafios colocados pela globalização – de que destacamos a crescente abertura e integração das economias, e a tendência para uma certa uniformização – expõem Portugal a tensões indutoras de reorganização dos espaços e de recomposição das respectivas geografias.

A ocupação e organização do território português contrastam em função da ênfase que é dada aos traços mais marcantes. De uma forma simplista, as imagens dos desequilíbrios repartem-se entre «as polarizações territoriais e as centralidades reforçadas pelas políticas públicas, e os territórios perdedores, quase sempre com posição excêntrica e marginal» (JACINTO, 1993: 26).

No caso do interior do país, como acontece de certa forma com a Serra da Lousã, trata-se de áreas que durante muitos anos perderam efectivos pelos movimentos migratórios e pelo saldo natural negativo, e o efeito dessas perdas causou considerável ruptura nas estruturas demográficas e sociais (CRAVIDÃO *et al.*, 1998). A expressão baixa densidade (de população, de actores, de centros urbanos, de rendimento, de uso e ocupação do território, de infra-estruturas e equipamentos e de relações) sugere um quadro deficitário que dificulta muito ou impede o “desencravamento” dos territórios (REIS, 1998; 1999).

A sua integração nas dinâmicas competitivas globais, a equidade social e territorial, o uso sustentável dos recursos naturais, a inovação e criatividade, enquanto linhas estratégicas de orientação, sugerem uma nova visão destes territórios como espaços de oportunidades que radicam nos “recursos do território”, nos recursos humanos e nos “recursos do conhecimento” e são valorizadas por um novo quadro estratégico de inserção nacional e internacional (BAPTISTA, 1999).

Ainda segundo BAPTISTA (*op. cit.*), a estratégia para o interior pressupõe que se enfrentem com sucesso quatro grandes desafios que se colocam a estas regiões:

- Criar emprego e qualificar os recursos humanos.
- Desenvolver actividades e valorizar as condições materiais e os recursos do território.
- Ganhar dimensão e competitividade urbana.
- Promover a criatividade do meio e o espírito empresarial.

Os objectivos que daqui decorrem exigem:

- Actuação coordenada de políticas (promoção da qualidade e da competitividade do meio; fixação da população; aproveitamento do potencial endógeno; promoção do espírito empresarial e da competitividade do tecido económico).

- Capacidade de gestão territorial das políticas.
- Fomento da iniciativa, organização e capacidade de mobilização local, e da capacidade da administração central apoiar e mobilizar parcerias com as autarquias e os agentes locais (*idem*).

Numa palavra, a eficácia na aplicação das políticas depende agora da parceria e repartição das responsabilidades, no amplo espectro da tomada de decisão, implementação e gestão. Isto significa que as estratégias de intervenção devem ser ajustadas conforme a especificidade dos territórios.

Assim para a Serra da Lousã, nos territórios encravados na montanha, na amplitude extrema definida pelos níveis locais de abandono e de afastamento dos principais eixos de circulação e das cidades e vilas mais dinâmicas, as linhas estratégicas de intervenção não podem deixar de considerar (CARVALHO, 2001-a):

- A criação de emprego e a qualificação profissional dos activos.
- A reestruturação do sistema de povoamento e da rede urbana, no sentido de configurar pequenos sistemas/eixos urbanos territoriais viáveis.
- O fomento da cooperação e coordenação entre os actores públicos e privados.
- A definição de uma base de pluriactividade, multifuncionalidade e plurirendimento.
- A promoção das artes e ofícios tradicionais, e dos produtos genuínos (com indicação de proveniência e certificado de qualidade).
- O incremento da fileira florestal.
- A protecção, conservação e valorização do património natural e cultural (no amplo espectro das dimensões etnográfica, arquitectónica e arqueológica), elemento estruturante da imagem do território, raiz dos traços de identidade e singularidade do território.
- Lançamento de infra-estruturas básicas e equipamentos adequados a uma boa qualidade de vida e ao acolhimento dos visitantes (CAVACO, 1996).

No caso das sedes de concelho, que polarizam as dinâmicas urbanas mais relevantes dos últimos anos, é fundamental que o ritmo de crescimento recente seja enquadrado numa estratégia clara e inequívoca de desenvolvimento sustentável, alicerçado na capacidade de oferta local de emprego e na fixação da população, tendo presente as directrizes nucleares do moderno planeamento urbano e a importância da imagem urbana, da qualidade urbanística e da qualificação ambiental, dimensões consideradas como problemáticas/factores de bloqueio da organização e da qualificação do sistema urbano (um dos alicerces do novo modelo territorial que se pretende equilibrado, qualificado e activo)

centrado na cidade de Coimbra, no documento estratégico de qualificação regional para o período de 2000-2006, elaborado pela CCRC (1999-a), no âmbito dos trabalhos do *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social* (PNDES).

Neste quadro de recomendações e caminhos para o desenvolvimento enfatizamos o património construído/cultural a partir da análise de trajectórias urbanas e sua relação com instrumentos de planeamento territorial e preocupações patrimoniais/paisagísticas, e principalmente no quadro de processos de activação/valorização patrimonial de lugares serranos abandonados. Como já se referiu, a vila e as aldeias serranas da Lousã, na óptica anunciada, configuram exemplos muito expressivos desta problemática e por isso merecem a nossa atenção.

7. Questionando as trajectórias territoriais recentes e as (des)preocupações patrimoniais e paisagísticas – o exemplo da vila da Lousã

«Planear é prever, mais que um espaço-palco que não é puramente passivo, do que o próprio devir interactivo de um quadro geo-humano, um espaço para os homens viverem, (...) um espaço-herança cultural que se deixará em herança acrescentada também».

J. M. Pereira de Oliveira, 2000: 52

A escolha da vila da Lousã, a propósito da análise da importância das dimensões patrimoniais e paisagísticas, no âmbito da regulação dos usos do solo (e dos instrumentos de planeamento territorial), decorre da sua importância como principal lugar urbano e de maior dinamismo, no contexto de proximidade e relação com a Serra. A componente demográfica (quase 7000 habitantes em 2001) coloca-a também no topo da hierarquia dos lugares das sub-regiões do Pinhal Interior. Por sua vez, o património construído da Lousã, com elevada expressão, em especial no domínio da arquitectura civil (abrangendo os séculos XVIII, XIX e o primeiro terço do XX), destaca-se e ultrapassa a dimensão do quadro territorial em análise. Um número significativo de imóveis classificados (e outros em vias de classificação ou de inventariação) aparece relacionado com os antigos espaços de produção agrícola que marcaram a estrutura da vila de antanho e serviram de suporte ao processo de urbanização que, em particular nos últimos anos, ajudou a construir uma imagem renovada.

Na perspectiva da nossa investigação interessa explicar a dinâmica referida, questionar o quadro conceptual e os instrumentos de gestão territorial e o papel do património construído, na estruturação da (nova) paisagem urbana e da imagem da vila. Uma vez que o processo é indissociável da chegada de novos residentes, fica justificado o interesse pelo estudo dessa população, nomeadamente o envolvimento com a Lousã, a percepção (e a construção) da imagem territorial e a sua (eventual) relação com a gestão do território, objectivos que motivaram a realização de um inquérito (por questionário).

7.1 Das antigas quintas à pequena cidade

A expressão “das antigas quintas (e casas senhoriais) à pequena cidade” bem pode ser utilizada como título de síntese da trajectória de desenvolvimento da Lousã e da construção da sua imagem nos últimos anos.

À guisa de sinopse da dinâmica urbana, podemos dizer que no período que vai do século XVI ao final do século XIX o município da Lousã¹²⁵ viu aumentar o número de pequenos lugares sem que a sede de concelho¹²⁶ tivesse registado dinâmica assinalável (CARVALHO, 1996; 1999-a). Porém, a imagem da vila torna-se singular com a construção de importantes casas senhoriais relacionadas com a fidalguia rural. Mais tarde, a dinâmica empresarial (ligada ao relançamento e afirmação da fábrica de papel do Penedo, e ao processo de produção e distribuição de energia eléctrica) e os percursos individuais no funcionalismo público, na política e no exercício local de profissões liberais (medicina, advocacia, notariado, entre outras), permitiram manter certas estruturas edificadas (e lançar outras) que chegaram ao alvor do século XX com grande expressão na paisagem e nas relações sociais e económicas desse pequeno mundo rural¹²⁷.

Com o projecto ferroviário (de Coimbra a Arganil), lançado no derradeiro quartel de Oitocentos, são os terrenos junto da estação, a norte da Vila, e ao longo da (nova) avenida da estação¹²⁸, que despertam o interesse dos particulares e recebem, na transição do século, algumas obras particulares, movimento que suscitou as primeiras preocupações urbanísticas enquadráveis no domínio do planeamento urbano (desde o alinhamento dos espaços construídos até ao estudo dos novos arruamentos, em resposta ao ambicionado desenvolvimento progressivo do burgo), embora sem apoio em qualquer instrumento jurídico apropriado e especialmente elaborado para esse fim – a legislação urbanística portuguesa era então bastante diminuta, e ainda estava longe a institucionalização das primeiras figuras de planeamento (CARVALHO, 1999-b).

¹²⁵ O foral de 1151 outorgado a Arouce decorre do reconhecimento da sua posição na linha de castelos e atalaias encadeadas em torno do Mondego. Instituídos e fixados os limites, o município foi dominado por sucessivos donatários até meados de Setecentos, quando transitou para a posse da Coroa.

No segundo quartel de Oitocentos, no âmbito das reformas administrativas liberais, a Lousã anexou o antigo município de Serpins e perdeu autonomia sobre a freguesia de Rio de Vide (que foi integrada no termo de Miranda do Corvo).

¹²⁶ Os elementos mais antigos que nos permitem estimar a população da Lousã reportam-se ao *Numeramento de 1527*. Na vila da Lousã residiam então cerca de 650 habitantes, mais de 30% do total apurado no concelho. Nessa época estão identificados cerca de 40 % dos povoados existentes no município, até meados do século XIX, quando a matriz do povoamento local atinge a máxima representatividade, no que diz respeito ao número de lugares (CARVALHO, 1999-b).

¹²⁷ A ascensão social relacionada com as migrações explica em larga medida a entrada de figuras da sociedade “comum” nesse pequeno e reservado grupo de proprietários e ilustres do mundo rural.

¹²⁸ Depois do lançamento das estradas reais e distritais, com a convergência no centro da Vila dos novos eixos estruturantes e o abandono progressivo dos antigos caminhos desenhados no seu termo, seria a vez do caminho-de-ferro cruzar a malha urbana da Lousã.

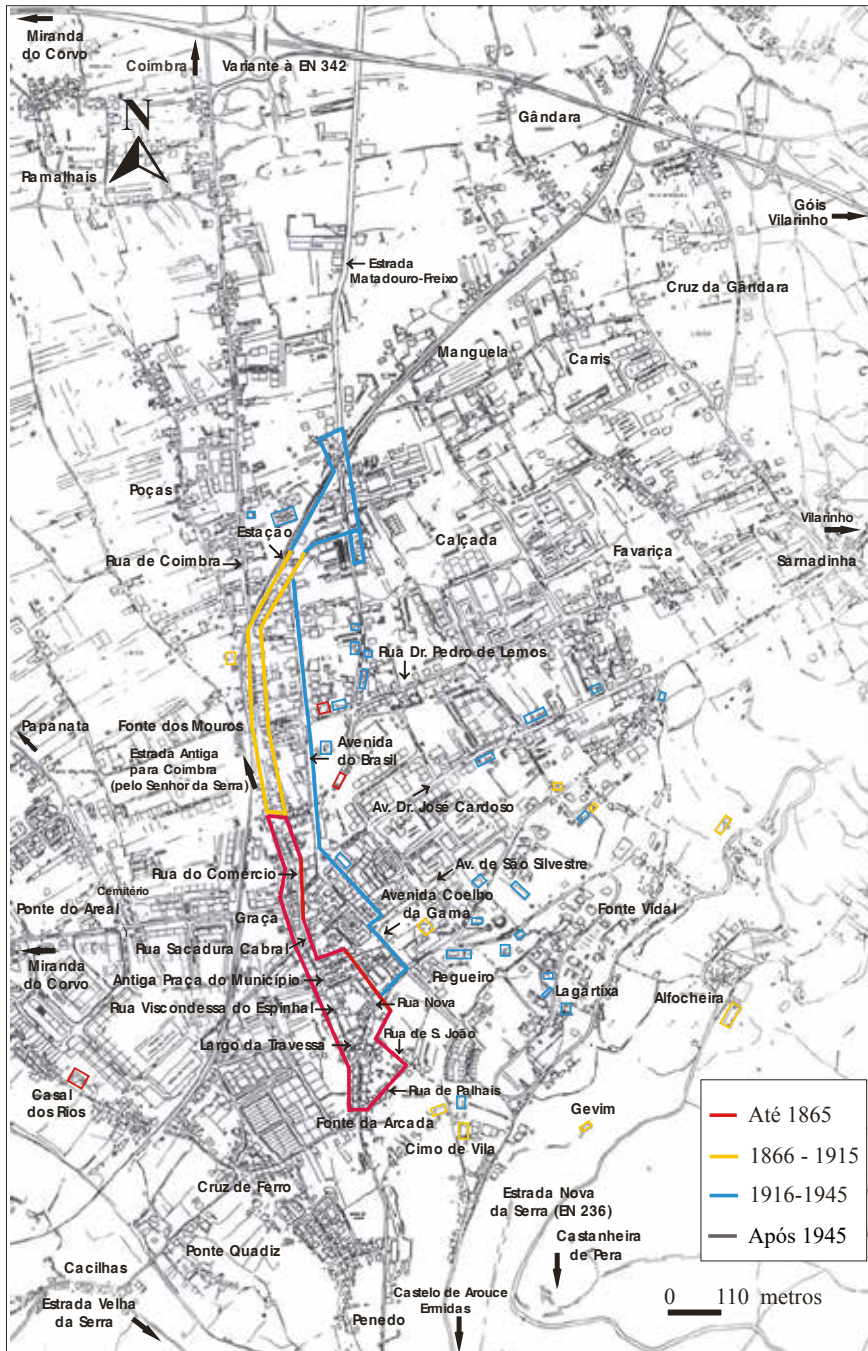
Os indícios da dinâmica urbana extraordinária da vila atravessam a segunda metade do século XX: loteamentos, edificação em altura, propriedade horizontal (sobretudo nas avenidas novas), primeiras preocupações patrimoniais¹²⁹ e diagnósticos realizados no âmbito dos trabalhos de planeamento que indicam problemas urbanísticos, nomeadamente a degradação da imagem decorrente da construção desregrada assente em volumetrias, materiais e cores, desenquadrados em relação ao tecido urbano consolidado.

Este tipo de problemas ganha visibilidade redobrada nos últimos anos, pois a urbanização e as alterações paisagísticas e patrimoniais associadas não foram apoiadas em instrumentos orientadores e reflectem as fragilidades de um processo tendencialmente espontâneo.

A imagem actual da vila, observada através de um cartograma relativo ao plano urbano (figura 37) ou segundo fotografias captadas de um qualquer balcão sobranceiro (fotografias 10 e 11), revela um percurso secular de lenta evolução bem como os traços inconfundíveis do recente dinamismo urbano.

Recordamos que a Lousã é o município do Pinhal Interior (Norte) (quadro 17) que apresenta o acréscimo decenal (1991-2001) mais elevado (17.1%), superior ao valor médio do Pinhal Interior Norte (-0.6%), da Região Centro (4.4%) e do País (5%). No Baixo Mondego destaca-se Condeixa-a-Nova, município que regista um acréscimo de 17.8% de população residente (relativamente a 1991). Como já se referiu, o contraste é evidente em relação aos municípios serranos, que são aqueles que, regra geral, registam um decréscimo mais acentuado: Castanheira de Pêra (-16%); Pampilhosa da Serra (-10%); Góis (-9.5%); Figueiró dos Vinhos (-8.2%) e Pedrógão Grande (-5.3%), tendência desenhada desde as primeiras décadas da centúria anterior, com pequenas oscilações conjunturais, mas com forte aceleração nos últimos 40 anos, no esteio de um processo de declínio demográfico muito marcado (CARVALHO, 2002-c: 71).

¹²⁹ A publicação de António Nogueira GONÇALVES, intitulada “A Lousã e o Turismo. Casas Nobres do século XVIII”, editada em 1950 pela Comissão de Turismo da Lousã, é um documento de grande significado para a identificação, a divulgação e a tomada de consciência colectiva do valor arquitectónico desse conjunto de edifícios senhoriais.



Elaboração própria

Figura 37 – Plano urbano da Lousã: visão de síntese



Fotografia 10 – Vista parcial do sector oriental da vila da Lousã (2003)



Fotografia 11 – Sector ocidental da vila da Lousã (2003)

Quadro 17 – População residente no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 1981-2001, por concelho

Distribuição Geográfica	População Residente 2001	Variação (%) 1991-2001	Variação (%) 1981-1991
Portugal	10 316 117	5	0.3
Região Centro	1 783 397	4.4	-3.5
Baixo Mondego	340 309	3.5	-0.3
Cantanhede	37 910	2.1	-4.1
Coimbra	148 443	6.8	0.1
Condeixa-a-Nova	15 340	17.8	-1.7
Figueira da Foz	62 601	1.7	5.1
Mira	12 872	-2.9	-0.3
Montemor-o-Velho	25 478	-3.4	-3.3
Penacova	16 725	-0.1	-3.4
Soure	20 940	-3.5	-3.8
Pinhal Interior Norte	138 535	-0.6	-8.3
Alvaiázere	8 438	-9.3	-11.5
Ansião	13 719	-2.2	-9.2
Arganil	13 623	-2.2	-10.2
Castanheira de Pêra	3 733	-16	-13.5
Figueiró dos Vinhos	7 352	-8.2	-8.5
Góis	4 861	-9.5	-16.5
Lousã	15 753	17.1	2.5
Miranda do Corvo	13 069	11.9	-4.6
Oliveira do Hospital	22 112	-2.1	-4.1
Pampilhosa da Serra	5 220	-10	-22.6
Pedrógão Grande	4 398	-5.3	-20.5
Penela	6 594	-4.7	-13.8
Tábua	12 602	-3.8	-2.6
Vila Nova de Poiares	7 061	14.6	-7.3

Fonte: *Recenseamento Geral da População* (1981; 1991), Lisboa, INE. *Censos 2001. Resultados Definitivos*, Lisboa, INE.

No que concerne ao número de famílias, edifícios e alojamentos (quadro 18), a variação decenal (1991-2001) é positiva para o conjunto do Pinhal Interior Norte (Região Centro e Portugal). Este quadro não é singular, antes traduz o dinamismo registado na maior parte dos centros urbanos portugueses, em particular nas duas últimas décadas, embora com ritmos locais diferenciados. Aumentam as áreas construídas a um ritmo

superior em relação ao incremento populacional, sendo este facto um sinal da expansão dos serviços, do aumento do poder de compra das populações e da mudança nas estruturas familiares e sócio-económicas. O Homem da modernidade é mais voraz no consumo de espaço e na artificialização dos solos (FERNANDES, CARVALHO e CRAVIDÃO, 2002). No caso em estudo, também é necessário não esquecer os efeitos da mobilidade geográfica (nomeadamente os ciclos emigratórios e as migrações internas).

Quadro 18 – Famílias, edifícios e alojamentos no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, entre 1991 e 2001, por concelho

Distribuição Geográfica	Famílias	Variação (%) 1991-2001	Edifícios	Variação (%) 1991-2001	Alojamentos	Variação (%) 1991-2001
Portugal	3 650 757	16	3 160 043	11.1	5 054 922	20.5
Região Centro	641 193	12.3	758 939	8.4	948 863	16
Baixo Mondego	123 205	11.1	113 989	6.6	167 433	15.5
Cantanhede	12 767	9.4	16 754	7.3	18 111	11.2
Coimbra	55 402	16.9	35 807	8.8	68 501	20
Condeixa-a-Nova	5 427	24.9	5 588	9.1	6 724	22.9
Figueira da Foz	22 596	7.6	22 687	4.6	37 856	17.2
Mira	4 415	2.4	6 150	11.7	7 516	17.2
Montemor-o-Velho	8 941	-2.9	10 051	-0.1	10 604	-0.05
Penacova	5 732	9.5	7 266	9.3	7 578	11.2
Soure	7 925	2.1	9 686	3.3	10 543	5.5
Pinhal Interior Norte	51 488	6	77 141	8.9	85 732	14.7
Alvaiázere	3 337	-4.8	5 295	6.6	5 506	8.7
Ansião	5 046	5.4	7 105	11.1	7 694	14.2
Arganil	5 143	3.8	9 174	12.8	9 937	17.2
Castanheira de Pêra	1423	-10.4	2 479	7.6	2 674	8.3
Figueiró dos Vinhos	2 833	0	3 991	7.5	4 292	11.3
Góis	1 934	-7.8	4 252	3.9	4 421	6
Lousã	5 682	27	6 199	0.4	8 363	18.7
Miranda do Corvo	4 668	21.3	5 328	10.4	6 291	23.6
Oliveira do Hospital	8 015	4.8	10 819	6.1	12 565	11.3
Pampilhosa da Serra	2 228	-3.3	5 202	17.3	5 375	19.7
Pedrógão Grande	1 751	-2.2	2 922	3.4	3 109	6.7
Penela	2 515	2.9	3 688	9.6	3 828	12.5
Tábua	4 473	5	7 249	9.2	7 902	15.5
Vila Nova de Poiares	2 440	20.4	3 438	23.5	3 775	28.6

Fonte: Censos 2001. Resultados Definitivos. Região Centro. Lisboa, INE.

A leitura da evolução do número de famílias, na última década, permite concluir acerca da variação negativa nos municípios de Alvaiázere (-4.8%), Castanheira de Pêra (-10.4%), Góis (-7.8%), Pampilhosa da Serra (-3.3%) e Pedrógão Grande (-2.2%), em contra-corrente face ao panorama descrito. No caso da Lousã destacamos a forte variação positiva do número de famílias reportada a 1991-2001, cerca de 27%, estando entre as mais elevadas da Região Centro (CARVALHO, 2003-c).

Para aprofundar a análise é necessário recorrer aos indicadores concelhios da dinâmica de construção real (edifícios e alojamentos concluídos, na base da emissão camarária da licença de utilização), segundo os *Anuários Estatísticos da Região Centro* (1992-2000)¹³⁰ – alicerçados nos boletins estatísticos preenchidos e remetidos mensalmente pelas autarquias ao Instituto Nacional de Estatística.

O quadro 19, intitulado “Indicadores da Dinâmica Construtiva Real, no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 1991-1999”, é composto por dois indicadores: edifícios novos para habitação (edifícios residenciais em 1991) e fogos (alojamentos familiares em 1991), considerados básicos na análise dos recentes dinamismos da construção efectiva. A leitura dos indicadores opera-se em valores percentuais (relação entre o total acumulado para cada indicador no período considerado e o registo estatístico de 1991), pois só desta forma é possível estabelecer ordem de grandeza e comparação entre os municípios, e as sub-regiões (*idem*).

Os edifícios novos para habitação (1991-1999): 243829 em Portugal, 56876 na Região Centro, 8647 no Baixo Mondego e 4707 para o Pinhal Interior Norte, representam 9.3, 8, 8.2 e 6.7% respectivamente, em relação ao total de edifícios residenciais apurados em 1991. As diferenças sub-regionais significativas são expressão territorial do maior dinamismo urbano dos concelhos de Mira (13%), Condeixa-a-Nova (11.7%), Figueira da Foz (10%) e Cantanhede (9.3%), no Baixo Mondego, e de Vila Nova de

¹³⁰ Os resultados definitivos dos *Censos 2001* revelam algumas diferenças em relação aos resultados obtidos através da consulta das séries estatísticas publicados nos *Anuários Estatísticos da Região Centro*. Divergências ao nível dos intervalos de tempo considerados, particularidades dos processos de recolha dos dados, sem esquecer a especificidade dos (diferentes) conceitos envolvidos, entre as mais importantes, concorrem para a explicação.

O registo estatístico atinente ao número de edifícios da Lousã, 6199 em 2001, traduz um crescimento de apenas 0.4% relativamente a 1991, e diverge claramente e de modo incompreensível em relação aos elementos da dinâmica urbana efectiva por nós obtidos por via da consulta de documentação de base. De facto, os *Censos* assinalam um aumento de apenas 24 edifícios num município que ganhou no último período censitário, 2306 habitantes, 1208 famílias e 1317 alojamentos. Os anuários estatísticos (com dados de 1991 até 1999) permitem assinalar 576 edifícios novos para habitação, valor que está mais próximo da realidade.

Poiares (10.7%), Miranda do Corvo (9.5%), Lousã (9.4%) e Ansião (8,1%), no Pinhal Interior Norte. Ao invés, Soure (6%), Coimbra (6.1%), Castanheira de Pêra (3.1%) e Góis (3.9%) registam valores mais moderados.

Quadro 19 – Indicadores da dinâmica de construção efectiva, no Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte, em 1991-1999

Distribuição Geográfica	A Edifícios Novos para Habitação 1991-1999	B Edifícios residenciais 1991	A/B %	C Fogos 1991-1999	D Alojamentos Familiars 1991	C/D %	Fogos/Edif. 1991-1999
Portugal	243829	2621297	9,3	632470	4153155	15,2	2,6
Região Centro	56876	691.449	8	109588	812433	13,5	1,9
Baixo Mondego	8647	105646	8,2	20528	144021	14,3	2,4
Cantanhede	1436	15445	9,3	1895	16220	11,7	1,3
Coimbra	1974	32298	6,1	7409	56652	13,1	3,7
Condeixa-a-Nova	591	5061	11,7	1212	5450	22,2	2
Figueira da Foz	2148	21426	10	6731	32036	21	3,1
Mira	709	5469	13	1144	6334	18	1,6
Montemor-o-Velho	750	10002	7,5	879	10568	8,3	1,2
Penacova	483	6575	7,3	564	6792	8,3	1,2
Soure	556	9334	6	704	9969	7,1	1,3
Pinhal Interior Norte	4707	70059	6,7	7764	74402	10,4	1,6
Alvaiázere	300	4959	6	362	5052	7,1	1,2
Ansião	516	6375	8,1	667	6726	9,9	1,3
Arganil	436	7990	5,5	586	8416	7	1,3
Castanheira de Pêra	71	2280	3,1	73	2460	2,3	1
Figueiró dos Vinhos	210	3695	5,7	269	3844	7	1,3
Góis	154	3963	3,9	220	4162	5,3	1,4
Lousã	576	6130	9,4	1547	6994	22,1	2,7
Miranda do Corvo	447	4701	9,5	1010	5070	19,9	2,3
Oliveira do Hospital	669	10106	6,6	1173	11211	10,5	1,7
Pampilhosa da Serra	247	4412	5,6	279	4478	6,2	1,3
Pedrógão Grande	158	2814	5,6	250	2911	8,6	1,6
Penela	222	3352	6,6	282	3391	8,3	1,3
Tábua	404	6510	6,2	653	6777	9,6	1,6
Vila Nova de Poiares	297	2771	10,7	393	2910	13,5	1,3

Fonte: *Anuários Estatísticos da Região Centro (1992-2000)*, Lisboa, INE.

A leitura do segundo indicador, alojamentos familiares concluídos no período correspondente a 1991-1999, no quadro comparativo dos valores de referência inscritos

em 1991, corrobora no essencial as linhas basilares descritas, sem deixar de esconder algumas particularidades: a título de exemplo, no Baixo Mondego merece referência o posicionamento superior do município de Coimbra.

O binómio fogos/edifício relaciona as duas variáveis principais em análise. Tal como acontece para as variáveis isoladas, o escalonamento parte da base com o Pinhal Interior Norte (1.6 fogos/edifício), depois a Região Centro (1.9 fogos/edifício), o Baixo Mondego (2.4 fogos/edifício), e no topo encontramos o valor correspondente ao país (2.6 fogos/edifício).

As assimetrias territoriais desenhadas nos intervalos de variação: 1.03 (Castanheira de Pêra) a 2.7 (Lousã), no Pinhal Interior Norte, e 1.3 (Cantanhede) a 3.7 (Coimbra), no Baixo Mondego, percorrem processos de urbanização profundamente diferenciados, com predomínio evidente das tipologias multifamiliares – de que o prédio de apartamentos é a expressão singular – nos concelhos com índice (fogos/edifício) mais elevado, e a permanência da tipologia unifamiliar (moradias) dominante nos espaços com menor dinâmica de construção real no período em análise.

Para o conjunto dos 22 municípios das duas “sub-regiões”, no intervalo de tempo considerado, apenas 4 concelhos (22.7%) registam valores iguais ou superiores a 2 fogos/edifício, e, mesmo assim, com diferenças significativas: Coimbra (3.7) – o mais elevado do Baixo Mondego e da Região Centro de Portugal, e mesmo bastante superior ao valor médio nacional (2.6 fogos por edifício) –, Figueira da Foz (3.1), Lousã (2.7), Miranda do Corvo (2.3) e Condeixa-a-Nova (2); os restantes 17 municípios (77.2%) apresentam valores inferiores a 2 fogos/edifício – e desses, 12 (54.5% do total) não ultrapassam o limiar de 1.3 fogos por edifício (CARVALHO, 2002-b).

As características assinaladas configuram o maior dinamismo, a nível da construção efectiva na área de influência próxima da cidade de Coimbra ou no quadro do sistema urbano polarizado pela capital regional. De facto, é aí que as habitações disponíveis se encontram em maior número e a preços mais moderados, quer se trate do mercado de venda ou do mercado de alugar. «Este último é um mercado bastante incipiente entre nós o que transforma em potencial comprador todo e qualquer interessado em habitação» (MPAT, 1996: 5). Esta realidade potencia enormemente a possibilidade de fazer crescer o número de deslocações entre os locais de residência e as sedes da maior parte dos locais de trabalho – como demonstrámos anteriormente.

A leitura da dinâmica de construção efectiva na Lousã, no período de 1991-1999 (quadros XIII e XIV), permite concluir também acerca da irregular distribuição do

número de construções novas para habitação, segundo os dois indicadores estruturais seleccionados (edifícios e fogos):

- 160 edifícios para habitação em 1991-1994, 27.7% do total; 196, em 1995-1997, 34% do total; 220 (38.2%), em 1998-1999; a média anual é de 93 edifícios novos para habitação no período compreendido entre 1991 e 1999.
- 319 alojamentos (20.6%), em 1991-1994; 529 (34.2%), em 1995-1997; 699, (45.2%) em 1998-1999; estes dois anos são mesmo significativos no quadro sub-regional (mais de 25% do total dos fogos do PIN, enquanto o peso relativo dos edifícios novos não ultrapassa os 15%); a média anual no período considerado é ligeiramente superior a 170 alojamentos.

O forte dinamismo registado no concelho da Lousã, na segunda metade dos anos 90, principalmente a sua tradução material em termos de alojamentos novos para habitação (quase 80% do total relativo a essa década) aparece associado a uma matriz de tipo concentrado e vertical. Por sua vez, a vila da Lousã destaca-se cada vez mais no quadro municipal (e sub-regional) e ao mesmo tempo o número de fogos por edifício é tendencialmente mais elevado, pois encontra-se sob a forma de alojamentos multifamiliares (essencialmente prédios de apartamentos), com aproveitamento máximo do índice de utilização e do número de pisos permitido em sede de planeamento urbano (leia-se *Plano Director Municipal*).

A expansão da área construída da Lousã, nos termos que acabámos de referir, envolveu a urbanização de um número significativo de antigas quintas, estruturas que outrora marcaram e definiram de modo singular a organização espacial e a imagem da vila. O objectivo de conhecer esse processo e as implicações patrimoniais e paisagísticas associadas conduziu ao estudo dos **loteamentos urbanos**¹³¹.

Apesar da figura de loteamento urbano percorrer a história moderna da Lousã, apenas nos últimos anos assumiu maior importância pela dimensão das operações, dos

¹³¹ No caso de Portugal, só em 1965 (D.L. n.º 46 673) foi aberta à iniciativa privada a possibilidade de promover directamente a produção do solo urbano, facto relacionado com um surto de desenvolvimento urbano por parte de promotores privados, por sua vez decorrente das insuficiências do sistema de planeamento, aliadas ao crescimento económico do sector privado. Até então «a competência de urbanizar pertencia ao sector público que, porém, não estava preparado para satisfazer a crescente procura de lotes» (PARDAL, CORREIA e LOBO, 1993: 86). A sucessão de diplomas legais traduz o reconhecimento do peso relativo da iniciativa privada no processo de produção de solo urbanizado e de construção, procurando enquadrar o papel bem como os direitos e obrigações dos particulares e da administração pública no quadro do planeamento e do ordenamento do território, em particular das áreas urbanas.

meios e dos agentes envolvidos, ao mesmo tempo que a legislação urbanística lhe concedeu um papel mais destacado. O registo regular das operações de loteamento urbano, por parte da entidade pública responsável (Câmara Municipal da Lousã) pela análise dos processos, eventual aprovação e emissão do respectivo alvará de loteamento, teve início em 1979. Do final dos anos 70 até ao início da década de 90 foram registados 27 pedidos de loteamento, a que correspondem cerca de duas dezenas de operações de loteamento concretizadas.

No essencial, a sua expressão urbanística configura uma métrica horizontal sedimentada na tipologia das moradias unifamiliares: cerca de duas centenas de lotes urbanos constituídos em sede de loteamento, decorrentes da iniciativa dos agentes privados de produção de espaço urbano (no caso, proprietários sem ligação formal ao sector imobiliário), a que corresponderam pouco mais de 200 alojamentos – apenas um loteamento destinado a prédios de apartamentos, com 4 lotes e 24 fogos (CARVALHO, 2002-b).

O período mais importante, relativamente às operações de loteamento, diz respeito a 1993-2000, que corresponde também ao registo mais elaborado e completo por parte da Câmara Municipal da Lousã. Pela nossa parte entendemos pertinente sistematizar a informação através da elaboração de duas tabelas: a primeira (quadro XV) é uma listagem ordenada dos alvarás de loteamento, organizada por freguesia, segundo as características principais de cada operação (área do prédio; área de construção; número de lotes; número de pisos; número de fogos; finalidade de cada lote e tipologia de construção). O quadro 20 retrata, em jeito de síntese, as “especificações técnicas” dos loteamentos aprovados.

O total das operações de loteamento licenciadas pelo município da Lousã ultrapassa as sete dezenas no intervalo de tempo considerado, portanto, cerca de 9.4 loteamentos foram aprovados em cada ano. A média é de 90.8 lotes/ano e 357.4 fogos/ano.

A distribuição geográfica dos loteamentos urbanos (quadro XV) é muito desigual no território do município, tal como a distribuição da população, edifícios e alojamentos – anteriormente analisada. Lousã, a freguesia sede do município, concentra 39 (52%) dos loteamentos aprovados. Em Vilarinho, freguesia por onde também se estende o perímetro urbano da vila da Lousã, decorreram ou decorrem 21 loteamentos (28% do total concelhio). Os restantes 15 loteamentos (20% do total) repartem-se pelas freguesias de Serpins (9.3%), Casal de Ermio (6.7%) e Foz de Arouce (4%).

A repartição dos loteamentos urbanos no tempo é de igual modo irregular:

- No que concerne ao número de loteamentos, a distribuição anual percorre o intervalo de variação balizado pelos extremos de 6 (1997) e 12 (1993); o período

de 1998-2000 foi responsável por quase 50% dos lotes aprovados e fogos previstos nas operações de loteamento urbano.

- Quanto ao número de lotes e fogos aprovados, o ano de referência é o de 1998, com 24% dos lotes e mais de 21% dos fogos no período de 1993-2000. A comparação com o período inicial (1979-1992) é inevitável: da “pequena” diferença no que concerne ao número de lotes aprovados (188, em 1979-1992; 176, em 1998), ao abismo de quase quatro centenas de fogos urbanos (213, em 1979-92; 612, em 1998). A média fogos/lote subiu de 1,13 (em 1979/1992) para 3.94 na última década.

A leitura das “especificações técnicas” dos loteamentos (quadro 20) e sua expressão territorial reforça a ideia de concentração urbana na freguesia sede do município lousanense (e muito em especial na vila da Lousã). Com efeito, a freguesia da Lousã concentra 411 dos 726 lotes urbanos decorrentes das operações de loteamento, portanto 56,6% do total concelhio. O restante, quase 44%, está distribuído da seguinte forma: Serpins (19.7%), Vilarinho (17.1%), Casal de Ermio (4.3%) e Foz de Arouce (2.3%).

Quadro 20 – “Especificações Técnicas” dos loteamentos urbanos aprovados pela Câmara Municipal da Lousã, em 1993-2000

Freguesias	Área média dos Terrenos	Área média de Construção	Índice de Utilização	Número de Lotes	Número de Fogos	Fogos/ /Lote	Número de Pisos	Finalidade	Tipologia
Casal de Ermio	4 958	1 526	0,31	31	31	1	2	Habit.	Moradias
Foz de Arouce	5 532	1 787	0,32	17	17	1	2+St	Habit.	Moradias
Lousã	10 454	6 920	0,66	411	2 136	5,2	4*5	Habit.*Com.	Pred. Apart.
Serpins	14 808	7 060	0,48	143	303	2,1	2*3	Habit.	Apart.*Mor.
Vilarinho	4 824	2 459	0,51	124	372	3	3	Habit.	Pred. Apart.
Concelho	8 115	3 950	0,49	726	2 859	3,9	3*4	Habit.	Apart.*Mor.

Fonte: *Livros de Registo dos Alvarás de Loteamento da CML, 1993-2000.*

Notas:

* Área média dos prédios (m²); área média de construção (m²).

* Índice de Utilização: quociente da área bruta de construção pela superfície do terreno.

* Habit.(Habitação); Com. (Comércio); Pred. Apart. (Prédio de Apartamentos); Mor. (Moradias); St. (Sótão).

A tradução urbana segundo o indicador número de fogos reforça a importância da freguesia sede de concelho (e da vila da Lousã). Dos quase 2.900 fogos aprovados em sede de loteamento urbano, cerca de 75% dizem respeito à freguesia da Lousã. Vilarinho (13%), Serpins (11%), Casal de Ermio e Foz de Arouce (ambas com menos de 2%) completam a distribuição.

O número de fogos por lote aponta no mesmo sentido: Lousã (5.2), Serpins (2.1), Vilarinho (3), Casal de Ermio e Foz de Arouce (1), tal como o índice de utilização (este relaciona a área de construção com a área do prédio urbano). Contudo, a área média de construção por fogo é mais reduzida na Lousã: 126.4 m² (quase 250 m² em Casal de Ermio e mais de 300 m² em Foz de Arouce), o que é explicável pela tipologia dominante: no primeiro caso, apartamentos, no segundo caso, moradias unifamiliares.

Por sua vez, o número de pisos por edifício: Lousã (4 a 5), Vilarinho (2), Serpins (2 a 3), Foz de Arouce e Casal de Ermio (2), traduz o domínio da edificação em altura e da tipologia do prédio de apartamentos como indicadores diferenciadores dos processos de urbanização, de forma esmagadora na vila – com ocupações residenciais e funcionais (comércio e serviços), mas também com “meandrizações” no seu termo próximo e nas freguesias de Vilarinho e Serpins.

Quadro 21 – Estimativa das construções novas para habitação na Lousã, em 2000, por freguesia

Freguesias	Edifícios para Habitação	Fogos	Pavimentos por Edifício	Entidade Investidora
Casal de Ermio	10	10	2,5	Particulares (70%)
Foz de Arouce	12	14	2,2	Particulares (75%)
Lousã	141	673	3,9	Emp. Privadas (65%)
Serpins	25	76	3,4	Particulares (55%)
Vilarinho	48	194	3,2	Emp. Privadas (60%)
Concelho	236	967	3,6	Emp. Privadas (60%)

Fonte: *Boletins Estatísticos das Licenças de Construção e Obras Concluídas*, CML, 1999/2000.

A estimativa da dinâmica de construção (efectiva), reportada ao ano de 2000 (quadro 21) segundo as mesmas fontes estatísticas, permite concluir no mesmo sentido. Das mais de duas centenas de edifícios e novecentos fogos em construção, cerca de 60% dos edifícios e 70% dos fogos inscrevem-se na freguesia da Lousã, e destes a esmagadora maioria diz respeito ao perímetro urbano da vila. Aí, o número médio de pavimentos por edifício é o mais elevado (3.9), sendo a entidade investidora dominada por empresas privadas do sector da construção civil (65%), a maioria locais, mas com a presença em número crescente de empresas com sede em outros concelhos (Coimbra, Miranda do Corvo, Ansião, Arganil, entre os mais importantes). Destaca-se ainda o peso da freguesia de Vilarinho (20% dos edifícios e dos fogos), superior ao valor do potencial definido nas operações de loteamento urbano, cuja tradução em número médio de pavimentos por

edifício é também elevada (3.2), como acontece em Serpins (3.4), resultado da urbanização preferencial dos lotes destinados a prédios de apartamentos, por iniciativa de empresas do ramo da construção civil, enquanto os lotes para moradias permanecem expectantes e, por isso, com pouca expressão no conjunto (CARVALHO, 2003-c). Importa explicar que uma parte importante da reserva do espaço urbano da Lousã se encontra no limite administrativo da freguesia de Vilarinho, por onde se estende a vila.

Por outro lado, as freguesias de Serpins e Lousã sobressaem no capítulo da área média dos prédios loteados, o que decorre essencialmente da dimensão do suporte material das operações de loteamento urbano, e neste particular a importância das antigas quintas é decisiva.

No caso da Lousã (figura 38) destacam-se as quintas de Santa Rita (101.000 m²); da viscondessa do Espinhal (41.100 m²); de São Pedro (33.000 m²) e das Courelas (22.198 m²). De igual modo, são os loteamentos das antigas quintas, na proximidade do centro urbano, os maiores contribuintes líquidos para o grande número de lotes e, principalmente, para o elevado número de fogos previstos¹³² (*idem*).

Essas quatro quintas correspondem a 177 lotes urbanos (cerca de 24.4% do total para o concelho da Lousã), aprovados para suportar 1019 fogos, isto é, 35.6% do total de fogos previstos para o município da Lousã, em 1993-2000. O valor médio de 5.8 fogos/lote só não é mais elevado, porque o loteamento da quinta da viscondessa do Espinhal disponibiliza 59 lotes para moradias unifamiliares – os outros apenas comportam lotes para prédios de apartamentos.

Importa explicar que as quintas não loteadas, no contacto entre a Bacia e a Serra, e em outros casos localizadas no fundo da Bacia (não representadas na figura 38), são marcadas por restrições de utilização do solo nomeadamente situações de RAN e REN que impedem esse tipo de operação.

A figura 39 apresenta, em jeito de síntese, a repartição espacial das operações de loteamento na vila da Lousã, a partir do cruzamento de duas variáveis: o ano de concessão do alvará de loteamento e a tipologia de edificação aprovada. A comparação com a figura anterior reforça a ideia da importância das antigas quintas como estrutura de “alimentação” dos processos de loteamento urbano na vila da Lousã.

¹³² O loteamento de antigas áreas de ocupação industrial é também importante neste domínio: a fábrica de serração de madeiras (Ex-Viufil) junto ao apeadeiro ferroviário (23987 m²; 13 lotes; 156 fogos) e as instalações e terrenos contíguos da fábrica de tractores e máquinas agrícolas (Ex-Shanzlin), com pouco mais de 9000 m², onde foram aprovados 11 lotes e 72 fogos.

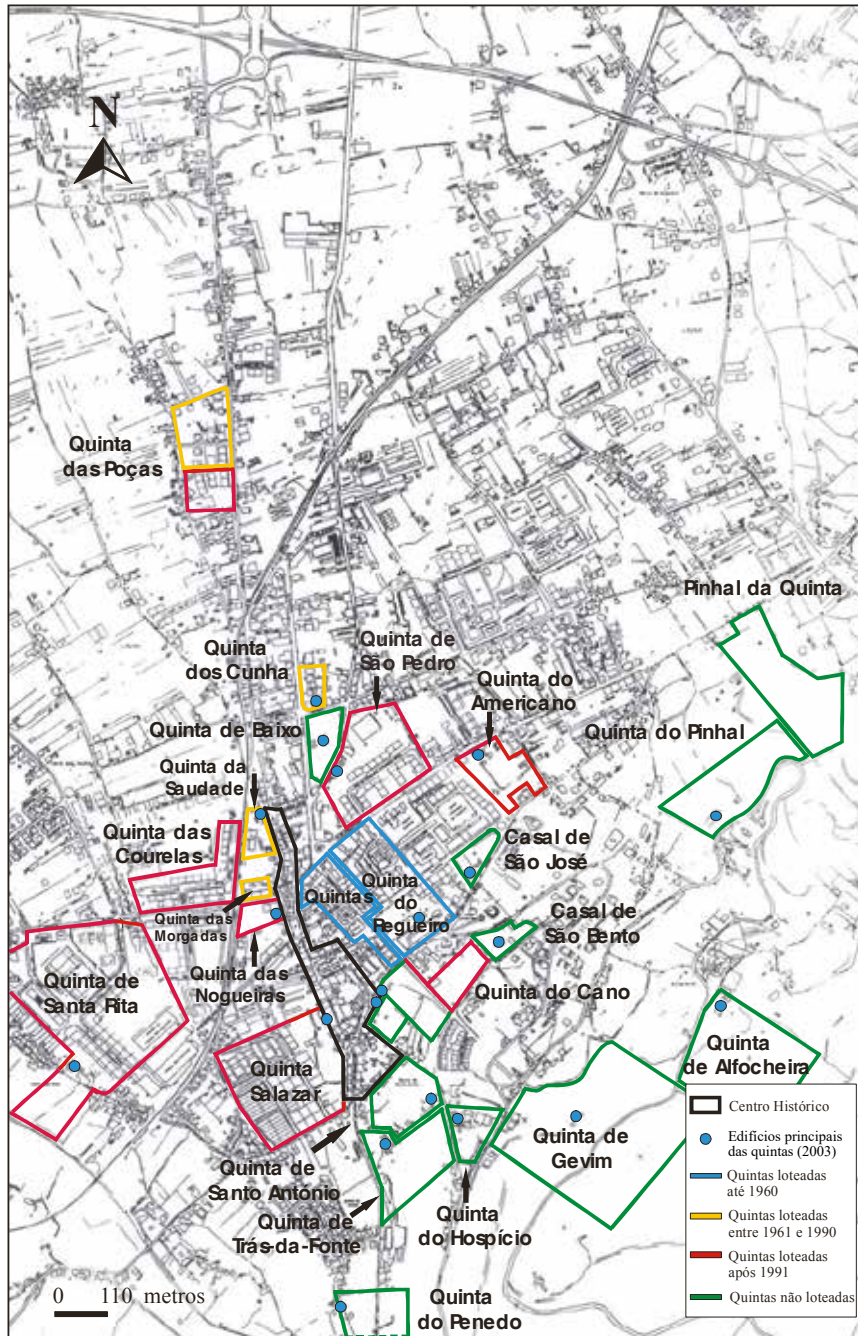


Figura 38 – As quintas e as operações de loteamento urbano na vila da Lousã

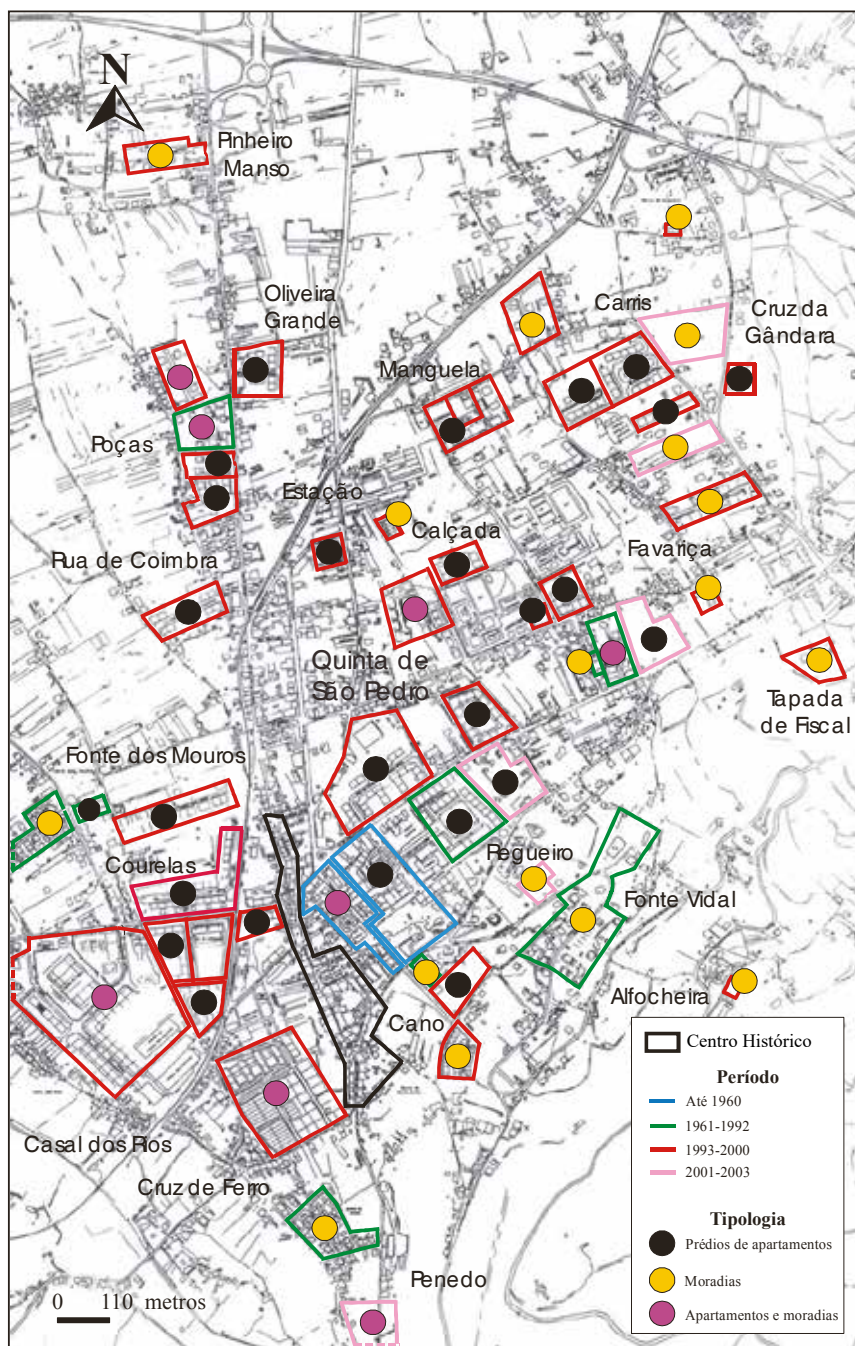


Figura 39 – Síntese espacial dos loteamentos urbanos na vila da Lousã

7.2 Instrumentos de planeamento territorial: que respostas?

O crescimento urbano da Lousã não foi alicerçado em bases sólidas no que diz respeito ao ordenamento do território (CARVALHO, 2002-b; 2003-c) e traduz o desajuste profundo ao nível da participação (e da capacidade de influência) dos agentes de produção do espaço urbano, quer na óptica da dicotomia (agentes) públicos/privados, quer na perspectiva horizontal dos perfis diferenciados dos agentes (promotores, construtores, especuladores, entidades públicas, consumidores, cidadãos).

O *Plano Director Municipal da Lousã*¹³³ bem pode ser considerado como o mais importante instrumento jurídico de planeamento territorial do município da Lousã¹³⁴. Isto significa que na última década, o processo de urbanização da Lousã – com as características referidas e quando a propriedade imobiliária se converte em importante objecto de negócios – foi “edificado” com base no regulamento (texto jurídico) do PDM, instrumento essencialmente vocacionado para estruturar a vocação e a utilização do território municipal, abrindo caminho para estudos de maior profundidade e alcance urbanístico, mormente aqueles a realizar em sede de planos de urbanização (PU) e de pormenor (PP). Os resultados – os factos urbanos – materializados na paisagem não deixam de ter ligação com as interpretações que o mesmo (regulamento) suscitou por parte das entidades com responsabilidade na matéria¹³⁵. A incapacidade de elaborar e/ou fazer aprovar os necessários PU e PP é outro contributo decisivo para explicar muitos dos actuais problemas neste domínio. A concepção de cidade e de urbanidade deve atravessar (de forma trans-

¹³³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª Série-B, n.º 103, 4-5-1993.

¹³⁴ Os trabalhos anteriores, exclusivamente centrados no quadro dos ante-planos e planos de urbanização que atravessam a segunda metade do século passado, não produziram resultados significativos na óptica da aprovação e aplicação dos instrumentos. O *Plano Geral de Urbanização* (PGU) da Vila da Lousã, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 22 de Outubro de 1992, uma espécie de “corolário” dos trabalhos iniciados nos anos 40, é uma excepção que não deixa de confirmar essa tendência.

Na actualidade decorrem os trabalhos de preparação daquela que é mais uma (talvez a quinta) tentativa para elaborar, aprovar e aplicar na Vila essa figura de planeamento urbano municipal, tal como acontece pela primeira vez em relação às outras sedes de freguesia do concelho. Na freguesia das Gândaras, instituída em 2001, os trabalhos foram iniciados no âmbito do *Plano de Urbanização da Lousã*.

¹³⁵ As áreas residenciais da vila enquadram-se em dois sectores: R1 e R2, sendo o primeiro o mais central. O índice de utilização máximo privilegia os loteamentos que não obriguem a obras de urbanização. Por sua vez o número de pisos máximo (5 e 3, respectivamente) aparece conjugado com o “dominante no local”. Esta última condição, não sendo considerada nos termos do Regulamento, gera situações de sobrecarga/desajuste em relação ao suporte territorial objecto de urbanização.

versal e horizontal) os planos e as práticas urbanísticas; os territórios e as populações são o espelho da importância que se lhes atribui ou não!

Fixando a nossa atenção nos factores de bloqueio ao desenvolvimento, no âmbito do sistema urbano territorial – o eixo Coimbra-Figueira da Foz –, e muito concretamente no caso da Lousã, é possível identificar: o ordenamento do território, a qualificação ambiental, a necessidade de trabalhar a qualidade urbanística e a imagem da vila, a questão das acessibilidades. Esta leitura decorre do próprio diagnóstico efectuado pela Comissão de Coordenação da Região Centro (1999-a), aquando da elaboração do grande documento de orientação estratégica com vista a estruturar as políticas públicas de desenvolvimento no período de 2000-2006, que corresponde ao já referido *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social*. Nesse documento, a CCRC destacou a importância da organização e da qualificação do sistema urbano, um dos alicerces do novo modelo territorial que se pretende equilibrado, qualificado e activo. No entanto, a importância do sistema urbano não se limita aos centros, neste caso às cidades médias, considerando o espaço sub-regional (eixos ou constelações urbanas) que este forma com outras cidades ou com outros centros de menor importância. Ainda segundo a CCRC (*op. cit.*), para a prossecução desse grande objectivo – afirmação de um novo quadro de vida urbano (atractivo e qualificado) com base em sistemas sub-regionais dotados de complementaridade e de articulação funcional – é essencial a cooperação municipal e a definição de estratégias de intermunicipalidade.

É, pois, pertinente uma alteração profunda no enfoque do planeamento: de uma concepção reducionista centrada nas intervenções de regulação e uso do solo, isto é, ancorada no policiamento (e mesmo assim muito pouco eficaz) e confundida com a figura de regulamento, quase sempre desligado de uma lógica de gestão realista e atempada, a uma forma programada e estratégica de gerir o território, no esteio de um verdadeiro processo de planeamento estratégico que afinal é apenas um meio para atingir um fim (o desenvolvimento sustentado). Em princípio esta mudança pressupõe uma participação e um papel mais activo e comprometido do Estado (nos seus diferentes níveis, do central ao local), como regulador do sistema, de forma descentralizada e com eficácia nas relações e nos contactos dentro e fora da esfera pública, relacionando as acções com os recursos financeiros e traduzindo em novas imagens a urgente e prioritária revisão das condições e da qualidade de vida urbana.

Em Portugal o planeamento urbano denota sinais de um novo ciclo (CRAVEIRO, 1999: 25-26): da fase em que o município foi essencialmente fiscalizador das iniciativas de urbanização e empreiteiro das infra-estruturas que escasseavam, definidor de estraté-

gias do desenvolvimento local, em que o planeamento surge como um meio, de carácter interventivo e prospectivo, para servir e satisfazer as comunidades locais, ao estágio decisivo de integração efectiva da qualificação ambiental/cultural urbana no planeamento urbanístico, que visa elevar a sustentabilidade na ocupação do território, a sua identidade e o aumento e requalificação dos espaços públicos e equipamentos, e que, afinal, numa base de reforço das componentes locais, visa a tarefa essencial da identificação das pessoas com o lugar em que vivem e que usam.

No caso da Lousã, o património construído (fotografias 12 e 13), com elevado nível de representação, mormente no coração da vila (parte do “Centro Histórico”, ou seja o tecido urbano consolidado até meados de Oitocentos), é o pilar da imagem mais original e rica do seu espaço urbano (figura 40¹³⁶), com projecção regional (quadro 22) e, por isso, deveria ter sido utilizado como referência orientadora para a definição de índices urbanísticos ajustados e respeitadores do valor patrimonial em questão, bem como deveria constituir preocupação de salvaguarda e valorização na perspectiva do quadro paisagístico de relação. Os mecanismos legais para proteger são conhecidos e estão disponíveis e como tal devem ser utilizados de forma expedita e em antecipação o que implica a defesa do interesse público e prioridade de acção para este domínio.



Fotografia 12 – Palacete Dias Anastácio (Lousã)

¹³⁶ Os imóveis de acompanhamento representam edifícios que, embora possam não ter em si valor arquitectónico ou histórico-cultural relevante, são peças essenciais para a leitura da paisagem onde estão inseridos.



Fotografia 13 – Palácio da Viscondessa do Espinhal (Lousã)

O cruzamento da informação sobre o património construído e os loteamentos urbanos permite observar na planta urbana actual a descontinuidade e o choque entre os diferentes tempos e valores de construção do território.

A análise do património construído da Lousã segundo a tipologia, a época de construção e o nível de protecção, evidencia a preponderância da matriz civil, da época barroca e dos valores concelhios e imóveis de interesse público entre os bens classificados ou em vias de classificação.

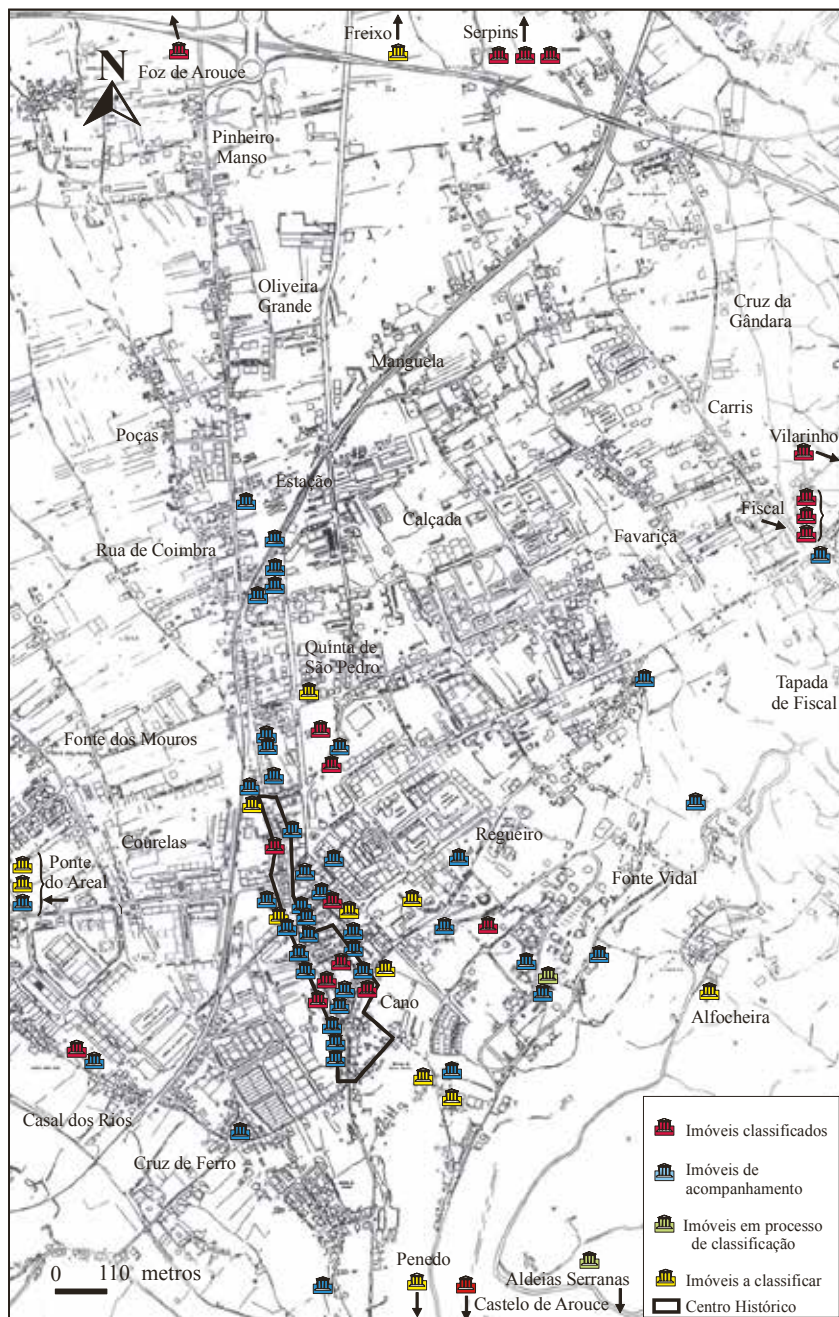
Como reconhecemos em ocasiões anteriores (por exemplo CARVALHO, 1997; 1999-b; 2003-c), o atraso estrutural na elaboração de políticas e de instrumentos urbanísticos (e de ordenamento do território em sentido geral) adequados aos territórios, e a interpretação dos textos jurídicos (regulamentos) entretanto aprovados – na Lousã o *Regulamento do Plano Director Municipal* (1993) –, são outros tantos contributos para o desordenamento territorial e urbano e para a desqualificação acelerada (e em tantos casos irreversível) dos territórios. A este propósito, podemos referir um exemplo muito pertinente: o loteamento da quinta de São Pedro, no coração geográfico da vila da Lousã. Depois de licenciado (em 1993, com 27 lotes e 252 fogos), atravessou uma complicada teia de problemas jurídicos decorrente das características (especificações técnicas) aprovadas pela autarquia local, mas em rota de colisão com o quadro dos instrumentos jurídicos em vigor, e por isso esteve na génese da elaboração e aprovação do *Plano de*

Pormenor da Zona da Avenida do Dr. José Cardoso/Rua do Dr. Pedro de Lemos (1997), instrumento que, afinal, permitiu o (novo) licenciamento da operação urbanística em 1998, de que resultaram 29 lotes (os anteriores 27, mais dois: um para a instalação de um supermercado, inaugurado em finais de 1993, e outro para um posto de combustíveis, anterior ao loteamento), e mais 125 fogos! Isto significa que o novo instrumento de gestão territorial reconheceu o erro e absorveu as suas consequências, sobrepondo-se ao PDM!

Quadro 22 – Inventário do património arquitectónico classificado, no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 2000

Distribuição Geográfica	Total	Monumentos Nacionais	Imóveis de Interesse Público	Valores Concelhios	Imóveis Classificados/ 1000 Edifícios
Portugal	3770	821	2454	495	1,32
Região Centro	1040	188	698	154	1,49
Baixo Mondego	113	34	65	14	1,06
Cantanhede	8	1	5	2	0,51
Coimbra	47	25	19	3	1,43
Condeixa-a-Nova	12	2	6	4	2,34
Figueira da Foz	22	2	17	3	1,01
Mira	2	-	2	-	0,36
Montemor-o-Velho	14	2	10	2	1,39
Penacova	5	1	4	-	0,75
Soure	3	1	2	-	0,32
Pinhal Interior Norte	90	14	60	16	1,27
Alvaiázere	5	-	2	3	1,01
Ansião	5	1	4	-	0,78
Arganil	11	1	9	1	1,35
Castanheira de Pêra	1	-	1	-	0,43
Figueiró dos Vinhos	5	1	3	1	1,35
Góis	6	1	5	-	1,47
Lousã	15	2	5	8	2,43
Miranda do Corvo	2	-	2	-	0,41
Oliveira do Hospital	22	3	16	3	2,16
Pampilhosa da Serra	-	-	-	-	-
Pedrógão Grande	4	2	2	-	1,42
Penela	5	3	2	-	1,49
Tábua	8	-	8	-	1,21
Vila Nova de Poiares	1	-	1	-	0,36

Fontes: *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, Lisboa, INE, 2000.
Inventário do Património Arquitectónico, Lisboa, DGEMN, 2000.
(Publicado em CARVALHO, 2003-c).



Elaboração própria

Figura 40 – Património construído da vila da Lousã: principais referências (2004)

Neste domínio é também relevante a figura de aditamento ao alvará de loteamento urbano. O aumento do número de lotes e principalmente do número de fogos¹³⁷, em resultado da aplicação de um novo índice de utilização (sempre mais favorável ao loteador e a certos interesses particulares), sugere em certos casos – perante os mesmos instrumentos/figuras de gestão territorial e salvo a eventualidade de um erro a nível da apreciação técnica – que o prédio urbano, objecto de loteamento, tenha alterado aquilo que é imutável: a sua localização!

Por outro lado, é oportuno questionar o modo como se reveste a participação pública. Como refere PARTIDÁRIO (*op. cit.*, 111), citando CLARK (1994), não podemos esquecer que a «(...) participação pública diz respeito ao envolvimento, à informação e à consulta do público em actividades – planeamento, gestão ou outras – de um processo de tomada de decisão». Ainda segundo a autora (*op. cit.*, 113), «Para ser útil, a participação do público exige a disponibilização de informação adequada e relevante. Sem isso, os valores, críticas, questões e propostas apresentados por indivíduos, grupos ou organizações, apresentados formal ou informalmente, quando solicitados ou não, jamais poderão influenciar a tomada de decisão».

Contudo não devemos esquecer que o objectivo é também esclarecer e promover a conciliação entre os vários interesses, pois é esse o dever do Estado enquanto entidade reguladora e legitimadora do direito urbanístico dos seus cidadãos. A co-responsabilização é, sem qualquer espécie de dúvida, um contributo decisivo para atenuar ou reduzir conflitos.

Foi precisamente neste contexto de mudança que, em Portugal, se criou a “Rede Civitas”, lançada no final do Verão de 1999 pelo CIVITAS – “Centro de Estudos sobre

¹³⁷ O resultado passa, muitas vezes, por tipologias desenquadradas e desajustadas do suporte físico, nomeadamente no que concerne a certas infra-estruturas – mesmo aquelas entretanto realizadas no âmbito do loteamento (antes do aditamento). Assim, lotes de 400 m², destinados a moradias (unifamiliares) isoladas com 170 m² de área de construção, podem transformar-se em (dois lotes) de 200 m² para moradias geminadas, ambas com igual área de construção, ou suportar algumas fracções para habitação (ao abrigo da tipologia “moradias multifamiliares”).

De igual modo é possível identificar situações que sugerem o avanço da área de construção relativamente ao índice definido no alvará de loteamento. Trata-se de uma dinâmica (em certos capítulos “subterrânea”) que “escapa” ao cidadão comum (que tantas dificuldades tem para aceder a informações rigorosas sobre a marcha da urbanização), aquele que mais facilmente alimenta expectativas em relação às características e qualidades do território (densidades e tipologias de ocupação) que vai escolher ou já escolheu para residir.

Cidades e Vilas Sustentáveis”, do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente (Universidade Nova de Lisboa). Esta rede, de expressão nacional, visa a abertura de canais de troca de informação e de experiências entre os diversos actores envolvidos na temática da sustentabilidade local, e de apoio à execução da “Agenda Local 21”, e ao mesmo tempo é uma oportunidade para os municípios interessados se enquadrarem nos paradigmas internacionais mais inovadores, recebendo, ao mesmo tempo, apoio técnico qualificado e todas as mais valias que uma organização desta natureza implica (FERNANDES, 2001).

O documento “Agenda 21 Local – Experiências em Portugal e outros casos de estudo”, elaborado por FARINHA, VASCONCELOS e SANTOS (2000), é uma referência importante neste domínio. A análise dos diversos exemplos aí apresentados, segundo escalas diferenciadas, permite destacar um conjunto de ideias susceptível de estruturar uma proposta de acção que entendemos pertinente e útil ao caso em estudo.

Na génese destaca-se o diagnóstico da situação para identificar os principais problemas/potencialidades do território, mediante consultas públicas, o que pode envolver *workshops*, para definir as principais prioridades (os principais vectores estratégicos ou desafios ambientais), esboçando-se assim um plano de acção (ou linhas de acção). Para cada uma das acções (exemplos: gestão da água, “ambiente” construído) é necessário uma estratégia de sustentabilidade. De igual modo podem ser estabelecidos indicadores de sustentabilidade ambiental, uma espécie de termómetro ambiental, construídos em torno dos temas prioritários. O plano de acção é testado e validado pelos actores locais que acompanham a fase de implementação, monitorização, avaliação e revisão. Os Planos Municipais de Ambiente (PMA) são exemplo privilegiado de aplicação desta metodologia.

Para a Lousã, o objectivo seria a construção de um “plano estratégico”, dinamizado pela autarquia, uma espécie de guia para o desenvolvimento futuro do município, baseado num processo de participação/divulgação pública com o envolvimento activo da sociedade local. O desenvolvimento de uma “visão comum” seria o ponto de partida para outras acções e para a cooperação a diversas escalas (CARVALHO, 2002-b; 2003-c).

As etapas do processo de planeamento (contínuo, interactivo, integrador e participativo) deveriam incluir:

- Diagnóstico e perfil selectivo, com base numa matriz de objectivos de desenvolvimento sustentável, incidindo sobre os principais problemas e potencialidades relevantes do município. Esta etapa deve ser acessível a uma comunidade

de alargada de parceiros, nomeadamente através da realização de *workshops* temáticos.

- Identificação dos vectores de intervenção estratégica para o desenvolvimento sustentável; consiste na estruturação das prioridades de intervenções consideradas mais urgentes e relevantes para o desenvolvimento sustentável, em vectores estratégicos.

Outra proposta passaria pela constituição de um grupo de trabalho, para completar tarefas chave, tais como:

- Definir o conceito de desenvolvimento sustentável da Lousã.
- Desenvolver uma visão comunitária para guiar o desenvolvimento futuro da “região”.
- Definir um programa de sensibilização acerca das questões da sustentabilidade.
- Definir de que forma o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser traduzido em acções práticas.
- Demonstrar a utilidade do conceito de desenvolvimento sustentável na revisão das práticas de planeamento a longo prazo da região.

O grupo podia reunir mensalmente numa assembleia aberta ao público e à comunicação social. Um dos objectivos chave do grupo de trabalho seria despertar a consciência comunitária para o desenvolvimento sustentável e garantir o *feedback* da comunidade na determinação de potenciais objectivos, metas e políticas para a região. No âmbito da participação pública definida, seriam utilizados vários métodos para sensibilizar e envolver a comunidade, incluindo a realização de fóruns comunitários e de *workshops*, a criação de uma *newsletter*, cobertura jornalística, contactos telefónicos e *e-mail*, bem como a criação de brochuras.

Deste modo, resulta um outro desafio incontornável: conhecer o perfil da população residente, em especial aqueles que foram atraídos para a Lousã neste período de forte crescimento urbano; procurar compreender o seu envolvimento com a vila e a Serra; indagar o seu conhecimento acerca dos instrumentos de gestão territorial e a eventual participação na discussão pública ou na apresentação dos mesmos; auscultar a percepção da população relativamente à imagem da Lousã e ao seu património cultural.

7.3 O retrato e o olhar dos novos residentes

A metodologia utilizada para alcançar estes objectivos centrou-se em inquéritos (por questionário) dirigidos aos residentes na vila da Lousã¹³⁸, segundo áreas pré-definidas¹³⁹ que correspondem aos modernos sectores residenciais (figura III).

O quadro 23 descreve a distribuição dos inquéritos pelos sectores urbanos da vila. Dos inquéritos remetidos pelos residentes¹⁴⁰, 255, foi possível validar 244¹⁴¹, número que corresponde a 23,1% do total distribuído.

O inquérito integra algumas questões que sendo complementares em relação aos objectivos operacionais deste trabalho, não deixam de ser importantes para caracterizar o universo em estudo. Deste modo, condensamos a informação recolhida (quadro 24) e apresentamos uma breve síntese do seu conteúdo antecedendo a leitura dos parâmetros mais relevantes na perspectiva da presente investigação.

¹³⁸ O processo de recolha da informação envolveu a entrega do questionário acompanhado de uma nota de identificação do investigador e de explicação dos objectivos a atingir, com um sobrescrito pré-franquiado para devolução. Entre os dias 7 e 15 de Julho de 2003 distribuímos 1055 inquéritos pelos nove “quarteirões” seleccionados.

¹³⁹ A preocupação de máximo rigor científico no processo de amostragem conduziu-nos ao encontro da inovação metodológica (BGRI) introduzida no âmbito dos *Censos 2001*. O apuramento dos dados estatísticos, por secção e sub-secção, mostra-se de grande interesse para os trabalhos a realizar em escala de pormenor e seria susceptível de apoiar o processo de amostragem que pretendíamos realizar através da técnica de amostragem estratificada. Contudo, problemas alheios à investigação, mais concretamente inerentes ao processo de entendimento e colaboração entre o Instituto Nacional de Estatística e a entidade nacional responsável pelos direitos de autor no âmbito da cartografia que serviu de base aos *Censos*, impediram o INE de disponibilizar a informação solicitada em suporte georeferenciado. De nada serviria aceder aos elementos estatísticos sobre a secção ou a sub-secção x, y, ou z, de forma abstracta, isto é, sem o conhecimento da sua delimitação territorial.

¹⁴⁰ A repartição das respostas obtidas é variável em função dos sectores (quadro 22): excepcionalmente elevada, cerca de 50%, em Favariça/Calçada, junto às escolas do 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário; claramente abaixo das nossas expectativas na urbanização de São Silvestre (11.3%), Fonte dos Mouros (12%) e em Carris/Manguela (15.6%).

¹⁴¹ Este número corresponde a pouco menos de 10% do total de famílias residentes na vila da Lousã (2533, segundo a versão definitiva dos *Censos 2001*), e seguramente representam uma parte importante dos agregados familiares que nos últimos anos escolheram a vila da Lousã como local de residência habitual.

Em resposta ao repto lançado, cerca de 10% dos inquiridos solicitaram o envio dos resultados da investigação.

Quadro 23 – Distribuição dos inquéritos pelos sectores urbanos da vila da Lousã

Sectorios urbanos	Inquéritos		
	Distribuídos N.º	Recebidos	
		N.º	%
Favariça/Calçada	90	45	50,0
Quinta de São Pedro	160	40	25,0
Quinta de Santa Rita/Courelas	240	60	25,0
Urbanização de São Silvestre	150	17	11,3
Carris/Manguela	90	14	15,6
Rua de Coimbra	125	29	23,2
Avenida do Brasil/Estação	90	20	22,2
Fontes dos Mouros	50	6	12,0
Flor da Rosa/Av. Dr. José Cardoso	60	13	21,7
Total	1055	244	23,1

7.3.1 Origem, perfil, trajectórias e motivações

Naquilo que diz respeito à **naturalidade** da população que respondeu ao nosso inquérito (figura 41), podemos destringir aqueles que nasceram em território português (88.8%), relativamente aos que são naturais de países terceiros, da União Europeia, como a França e o Reino Unido, ou da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, como o Brasil (1.7%), Angola (5.4%) e ainda Moçambique (3.3%). Em relação aos naturais de Portugal, destacam-se Coimbra (32.2%) e Lousã (21.9%), no topo de uma lista de quase cinco dezenas de municípios.

Quanto às **habilitações literárias** dos inquiridos (quadro 24) podemos concluir que a nossa amostra é constituída por população com nível de escolaridade acima da média do concelho, da região e do país. O ensino superior é assinalado em 43% das respostas apuradas, parte importante das quais permite inferir sobre o grau académico obtido: bacharel (7%), licenciado (28.7%), mestre (2.5%) e doutorado (0.4%). Por seu lado, o ensino secundário recebe mais de 45% das respostas dos inquiridos e o ensino básico corresponde ao nível de habilitação académica de 26 indivíduos (10.7%).

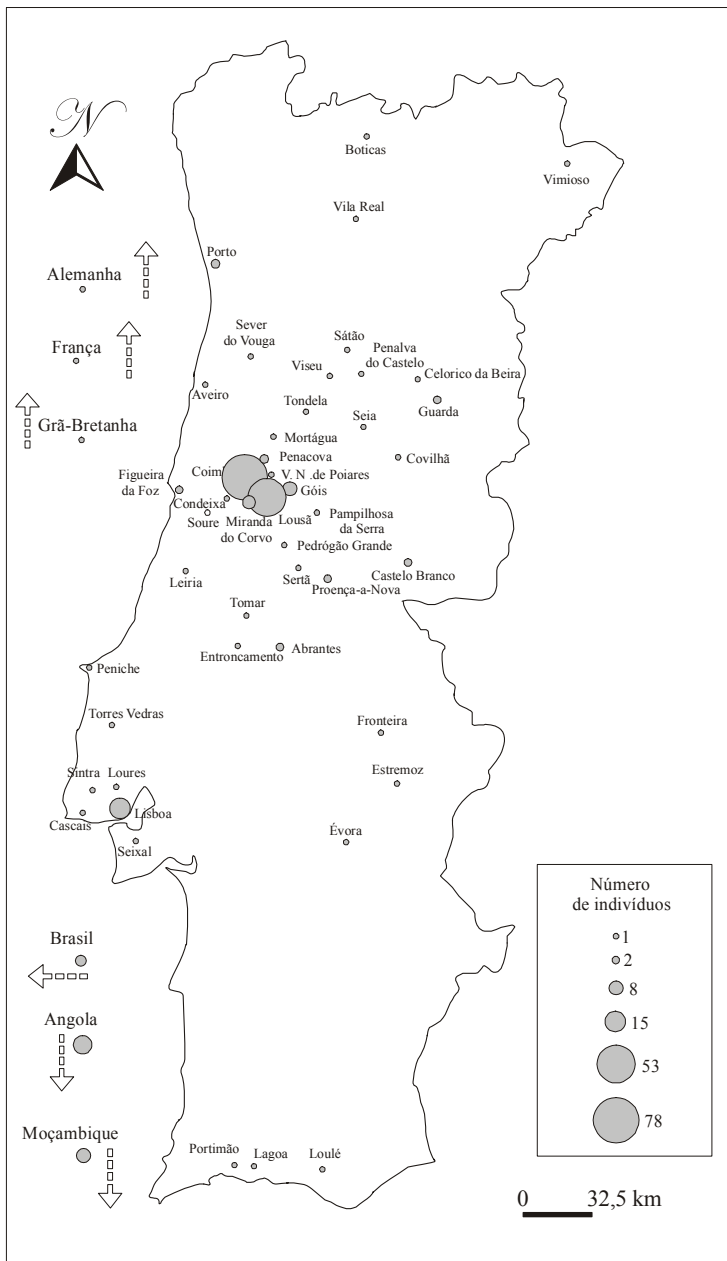
A análise da estrutura **sócio-profissional** dos inquiridos (quadro 24) mostra a importância dos trabalhadores por conta de outrem (excepto funcionários públicos) com 1.3 % do total apurado. De igual modo relevante é a expressão dos funcionários públicos (27.5%), entre os quais se destacam os docentes, os agentes da autoridade, os técnicos de saúde, os auxiliares administrativos, os auxiliares de acção educativa e os funcionários

dos serviços de distribuição postal, respectivamente, por ordem decrescente do número de respostas. Os quadros superiores e os profissionais liberais (arquitectos, economistas, advogados, entre outros), e os empresários e trabalhadores por conta própria representam, em conjunto, 10.8% do total de respostas apuradas. As domésticas (2.1%), os estudantes (2.1%), os desempregados (2.9%) e os reformados (7.9%), embora com pouco significado global, completam a distribuição segundo as respostas dos inquiridos.

Quadro 24 – Origem, perfil, trajectórias e motivações dos Inquiridos (2003)

Itens		Principais resultados
ORIGEM	Naturalidade	Portugal (88.8%): Coimbra (32.2%); Lousã (21.9); Lisboa (6.2%). Angola (5.4%); Moçambique (3.3%); Brasil (1,7%).
	Habilitações literárias	Ensino superior (43%): licenciatura (28.7%); bacharelato (7%); mestrado (2.5%). Ensino secundário (46.3%); Ensino básico (10.7%).
PERFIL	Estrutura sócio-profissional	Trabalhadores por conta de outrem (excepto funcionários públicos) (31.2%); Funcionários públicos (27.5%) - docentes (15.4%); Reformados (7.9%); Quadros superiores e profissionais liberais (6.2%). Empresários e trabalhadores por conta própria (4.6%).
	Estrutura etária	25-34 anos (48.5%); 35-49 anos (30.7%); 50 e mais anos (16%).
	Sexo	Homens (48.4%); Mulheres (51.6%).
	Agregados familiares	595 indivíduos; 2.44 indivíduos/família; Crianças até 10 anos (15%).
	Local de trabalho	Coimbra (44.8%); Lousã (35.4%); Vila Nova de Poiares (3.8%); Lisboa (3.3%).
TRAJECTÓRIAS	Modo de transporte	Automóvel (70%); automotora (10%).
	Tempo de residência na Lousã	Até quatro anos (45.1%); Até seis anos (62.7%); Até nove anos (68.9%).
	Local de residência anterior	192 inquiridos não residiam na Lousã (78.7% do total); Coimbra (52.6%) - Olivais (18.5%); Miranda do Corvo (5.7%); Lisboa (5.2%).
	Local de trabalho	Coimbra (44.8%); Lousã (35.4%); Vila Nova de Poiares (3.8%); Lisboa (3.3%).
MOTIVAÇÕES	Factores que prevaleceram na escolha da Lousã	Preço da habitação (32.8%); Preço da habitação, qualidade de vida, património, paisagem (17.9%); Qualidade de vida, património, paisagem (9.5%); Famíliares (12.9%); Profissionais (11.4%).

Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

Figura 41 – Naturalidade dos Inquiridos

Em relação à **estrutura etária** dos residentes na Lousã que responderam ao nosso inquérito, podemos afirmar que a distribuição da variável percorre o intervalo de variação 21-80 anos. Cerca de metade dos inquiridos tem idade compreendida entre os 25 e os 34 anos. A população com mais de 50 anos representa apenas 16% do total apurado. Por sua vez, a média de idades situa-se nos 33 anos, no caso dos homens, e aproxima-se dos 34 anos, nos inquiridos do sexo feminino.

No plano dos **agregados familiares**, o inquérito permitiu identificar 595 indivíduos, valor que, a ser extrapolado para a dimensão individual da amostra, significa 2.44 elementos em cada agregado familiar. Em termos gerais, a amostra é constituída por cerca de 160 descendentes repartidos por quase duas centenas e meia de famílias (0.7 filhos/família). Importa destacar o número de crianças com menos de 10 anos, 85, que representa quase 15% do total apurado. A idade média dos descendentes a viver em comunhão com os pais é de 10 anos.

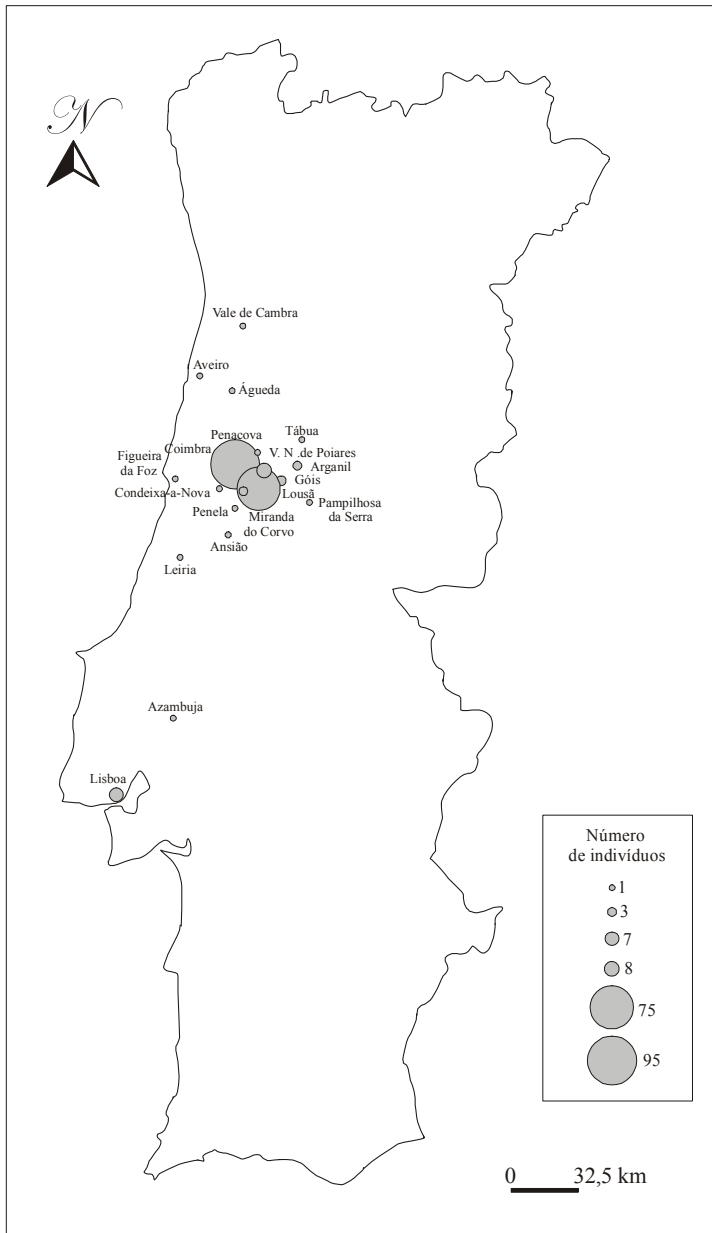
A repartição dos inquiridos por **sexo** revela o equilíbrio entre as duas componentes: homens e mulheres, a que correspondem 48.4% e 51.6% das respostas obtidas, respectivamente.

Relativamente ao **local de trabalho**, as respostas obtidas indicam os municípios de Coimbra e Lousã como os destinos mais importantes para a larga maioria dos residentes na Lousã que respondeu ao nosso inquérito (figura 42). Com efeito, Coimbra foi assinalada 95 vezes (44.8% do total apurado), e Lousã é o local de trabalho de 75 inquiridos (35.4%). Vila Nova de Poiares (3.8%), Lisboa (3.3%), Góis (1.9%), Arganil (1.4%) e Miranda do Corvo (1.4%) destacam-se ligeiramente, embora em plano secundário, de entre mais de duas dezenas de referências geográficas.

De igual modo procurámos obter informação sobre o **modo de transporte** utilizado. A opção automóvel é a que reúne maior número de respostas, cerca de 70% do total apurado, valor que é mais elevado uma vez que aparece associado a outras modalidades (quadro 24). Em relação aos transportes públicos, a automotora é assinalada como modo de transporte por quase 10% dos inquiridos, enquanto o autocarro praticamente não tem expressão estatística como transporte da Lousã para Coimbra (e vice-versa).

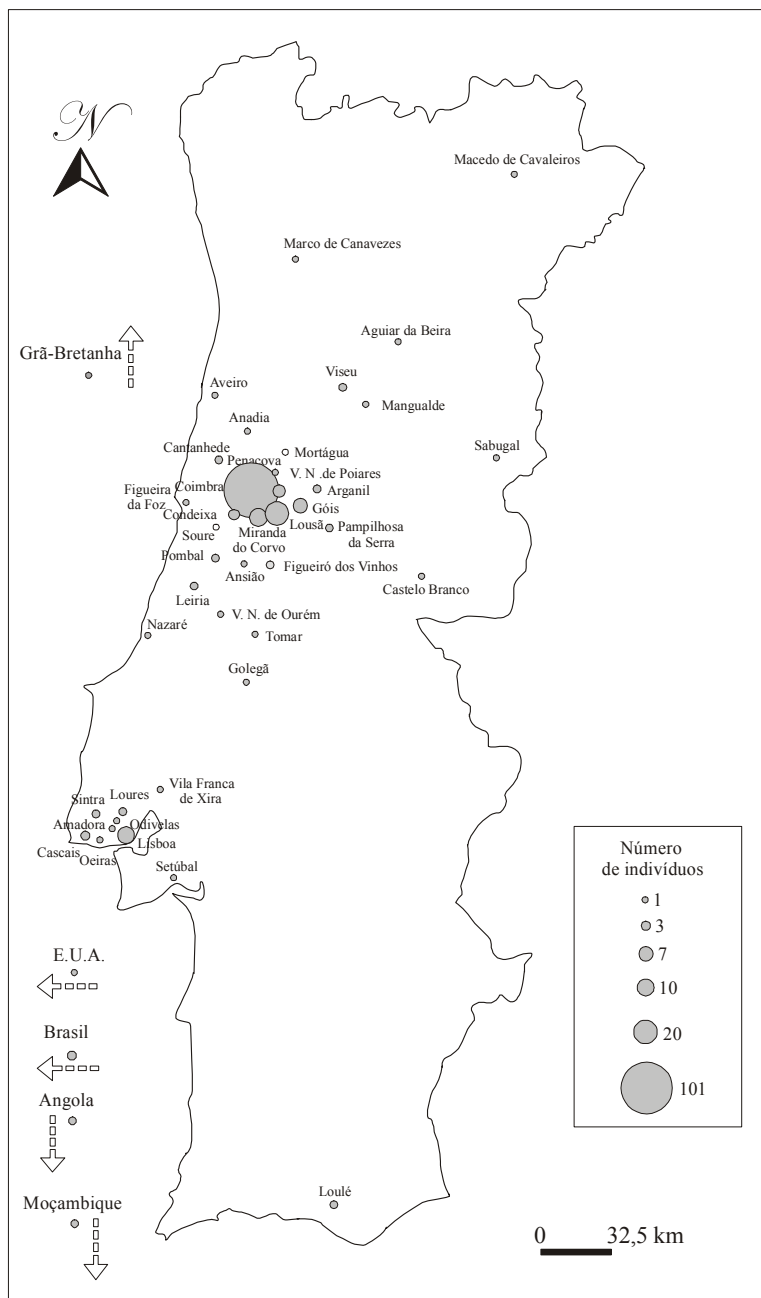
No que concerne ao **tempo de residência** na Lousã, podemos referir que cerca de 45% dos inquiridos deslocaram-se para a Vila no período de 2000-2003, portanto residem na Lousã há menos de quatro anos. O período de 1997 até 1999 é também importante na medida em que é responsável pela chegada de mais de 17% dos residentes, e ao mesmo tempo marca o arranque do período mais expressivo em termos de entrada de população oriunda de outros concelhos, segundo as respostas apresentadas pelos inquiridos. Por outras palavras, podemos dizer que quase 70% dos actuais residentes na Vila

que responderam ao inquérito chegaram à Lousã no período de 1994 a 2003, ainda que em maior número desde 2000.



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

Figura 42 – Local de trabalho dos Inquiridos



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

Figura 43 – Local de residência anterior dos Inquiridos

As respostas ao item “**Onde residia anteriormente?**” permitem identificar duas situações distintas: inquiridos que residem na vila da Lousã desde que nasceram, situação declarada 52 vezes (21.7% do total apurado), embora uma dezena corresponda a mudança de domicílio dentro do mesmo concelho, e inquiridos que escolheram a Vila para residir, 192 (78.7%), a esmagadora maioria sem ter aí qualquer vínculo de nascimento ou familiar. São estes últimos que importa investigar.

Com efeito, mais de metade desses inquiridos, concretamente 101 (52.6%), estava domiciliada no concelho de Coimbra, antes de fixar residência na vila da Lousã¹⁴². É a principal conclusão que sublinhamos a partir da leitura da figura 43.

Importa conhecer o(s) motivo(s) que levaram esta população relativamente jovem a escolher a vila da Lousã para residir. O preço da habitação¹⁴³ é o factor preponderante na escolha realizada: 32.8% do total apurado. A qualidade de vida, o património e a paisagem influenciaram cerca de 9.5% dos inquiridos, e associados ao custo da habitação estiveram na origem de quase 18% das opções relativamente ao local escolhido para fixar a residência principal. Razões de ordem familiar (12.9%), motivos profissionais (11.4%) e “outros/várias combinações” encontram-se também entre as opções assinaladas pelos inquiridos (quadro 24).

Relativamente a estes últimos factores, a escolha atinente à vila da Lousã traduz a percepção da dimensão positiva dos símbolos e das imagens mais marcantes da vila e do concelho, ancorados na Serra, que se avista praticamente de qualquer nesga da vila, e também nas casas solarengas. A bacia topográfica, as colinas sedimentares que a encerram (a ocidente e a norte), o flanco sudoeste do maciço marginal de Coimbra, a pequena

¹⁴² Na listagem de quatro dezenas e meia de locais de anterior residência, os concelhos portugueses representam 95.3% do total apurado, enquanto a proveniência de países estrangeiros não chega aos 5% – Brasil, Angola, Moçambique, Estados Unidos da América e Reino Unido, por ordem de importância. Entre os municípios nacionais, destacam-se, embora em plano secundário, Miranda do Corvo (5.7%), Lisboa (5.2%), Góis (3.6%) e Vila Nova de Poiares (2.6%).

¹⁴³ Na última década a evolução do preço dos imóveis para habitação reflecte o encontro entre a oferta dos agentes de produção de espaço urbano e a procura por parte de uma população jovem, como acontece com aquela que reside em Coimbra e que entretanto teve condições para adquirir a sua habitação própria. Na medida em que as habitações disponíveis a preços moderados se encontram cada vez mais nas periferias dos grandes centros urbanos, a escolha foi direccionada para os concelhos próximos: Condeixa, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Cantanhede, Mealhada e Lousã estão entre os mais procurados, gerando grande dinamismo a nível do mercado de construção. O contexto da segunda metade dos anos 90, com a queda acentuada das taxas de juro e o estímulo do crédito bonificado (para habitação própria permanente), a par do aumento dos rendimentos das famílias, explica a corrida ao imobiliário (e não só para residência permanente).

Serra de Sacões (que fecha a bacia no sector nascente) e sobretudo a Serra da Lousã, a sul, que de forma brusca se eleva, desprendendo-se da vila, configuram um impressionante contraste paisagístico¹⁴⁴.

A dimensão “qualidade de vida” sugere a ligação a estas componentes, sobrepondo-se a outras imagens menos positivas e aos problemas que cada um vive no seu bairro, ou na vila, ou ainda no quadro geográfico de relação com os lugares e territórios que se sucedem no quotidiano. Para além dos valores individuais do património cultural e natural, é a própria paisagem que se impõe como quadro de referência e valor patrimonial, embora a unidade física não corresponda ao cimento cultural e ao esforço dos seus “vizinhos”, rumo a uma gestão participada e comprometida da paisagem serrana.

No entanto, é sentida (e referida pelos inquiridos) a falta de espaços públicos, ajardinados e com equipamento e mobiliário urbano¹⁴⁵, bem dimensionados, nos sectores mais densamente ocupados e transformados nos últimos anos, nomeadamente a quinta de São Pedro, o eixo da rua de Coimbra (com ramificações para a Fonte dos Mouros, Ramalhais, Matinhos, Póvoa, Oliveira Grande e a futura avenida setentrional da vila), e ainda o sector da Manguela, Cruz da Gândara, Carris e Vale, onde estão as reservas mais importantes de espaço urbano da vila (figura 39).

A Serra não é alternativa para resolver este tipo de problemas do tecido urbano. Contudo podemos entendê-la como uma opção específica de grande valor estratégico, que pode ser melhor aproveitada com a criação de circuitos pedestres de proximidade em relação à vila, articulando o sector de contacto com a bacia, desde a fábrica de papel do Penedo até Fiscal, no sentido de oferecer aos residentes a possibilidade de descobrir e interpretar o seu território, através de caminhadas até duas ou três horas de duração. Por outro lado, o percurso desde a Fonte dos Mouros, seguindo pela antiga estrada Coimbrã, em direcção ao fundo da bacia, e às colinas sedimentares, rasgadas pela antiga estrada real de Lisboa a Almeida, com incursão até ao Arneiro ou ao Alto do Padrão, e a Foz de

¹⁴⁴ A sucessão de planos topográficos diferenciados foi aproveitada para a construção de miradouros: Gevim (anos 30, do século XX); Senhora da Piedade (anos 40); Arneiro (anos 50); Tarrasteira (1988) e estrada do Cume (2004), que são excelentes locais para apreciar os horizontes que se anunciam entre as cumeadas da Serra da Lousã e os alcantis do Buçaco e do Caramulo.

¹⁴⁵ Ao invés, importa assinalar os espaços ajardinados consolidados, de utilização colectiva, como a alameda de Carlos Reis, recentemente requalificada e ampliada, parte da antiga feira do gado (junto da avenida de São Silvestre) e a praceta Sá Carneiro (no interior da urbanização de São Silvestre), tal como alguns equipamentos públicos: piscina (aquecida), biblioteca, espaço *internet*, pavilhões desportivos, nave de exposições, campos de jogos e ginásios, entre outros.

Arouce, representa mais um itinerário de fruição (e interpretação) da paisagem, a valorizar, embora mais indicado para passeios de bicicleta do tipo todo-o-terreno.

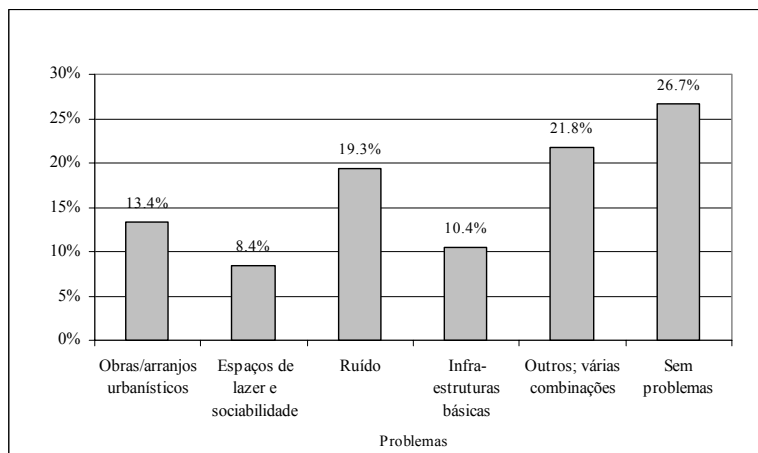
Isto significa que em poucos minutos, a pé ou de bicicleta, partindo de territórios que são a expressão suprema do urbanismo dos anos 90, é possível percorrer os campos semi-abandonados do fundo da bacia da Lousã, e atingir os retalhos da vegetação ribeirinha do Arouce e seus afluentes, como em pouco mais de 60 minutos é possível calcorrear o percurso da vila ao castelo de Arouce e, depois, trepar a serra até atingir o Talasnal ou o Casal Novo, mergulhar na atmosfera recriada da paisagem cultural serrana e encher os olhos com a sucessão de imagens panorâmicas da bacia da Lousã e das suas guardas avançadas. É esta proximidade que importa valorizar em ações pedagógicas e de utilização dos tempos livres, orientadas para a interpretação da paisagem e do património. Para aqueles que preferem ver esse quadro paisagístico a partir da janela ou da varanda de sua casa, importa convidar a olhar, observar, sentir e interpretar os acontecimentos que constroem as paisagens, com esperança de que a sua descoberta cativa o seu envolvimento e interesse pelos lugares e territórios que ali tão perto podem, ao mesmo tempo, estar tão longe das suas vivências.

7.3.2 Problemas, potencialidades e presenças maioritariamente ausentes

A preocupação de interpretar a qualidade de vida dos cidadãos, a partir da sua percepção sobre os quadros territoriais de relação mais frequente, é também um meio de conhecer os problemas e as potencialidades locais.

Naquilo que diz respeito às áreas de residência, os **principais problemas** assinalados pelos inquiridos são: ruído (19.3%); obras de urbanização e arranjos urbanísticos¹⁴⁶ (13.4%); infra-estruturas básicas (10.4%); espaços de lazer e sociabilidade (8.4%). Outros problemas e várias combinações foram apontados como primeira preocupação por 21.8% dos inquiridos. Contudo devemos referir também que 26.7% das respostas revela a inexistência de qualquer problema, pelo menos a esta escala de análise (figura 44).

¹⁴⁶ Resultam do ritmo elevado da urbanização que esventra as antigas quintas e outros terrenos outrora cultivados, para, rapidamente, “semear” edifícios e alterar usos, não raras vezes sem tempo útil – e com pouco interesse dos loteadores e/ou donos de obra – a fim de dotar os novos espaços urbanizados de todas as qualidades estruturantes, tal como são definidas em sede regulamentar e nas condições impostas pelo município, aquando da aprovação da operação urbanística.



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

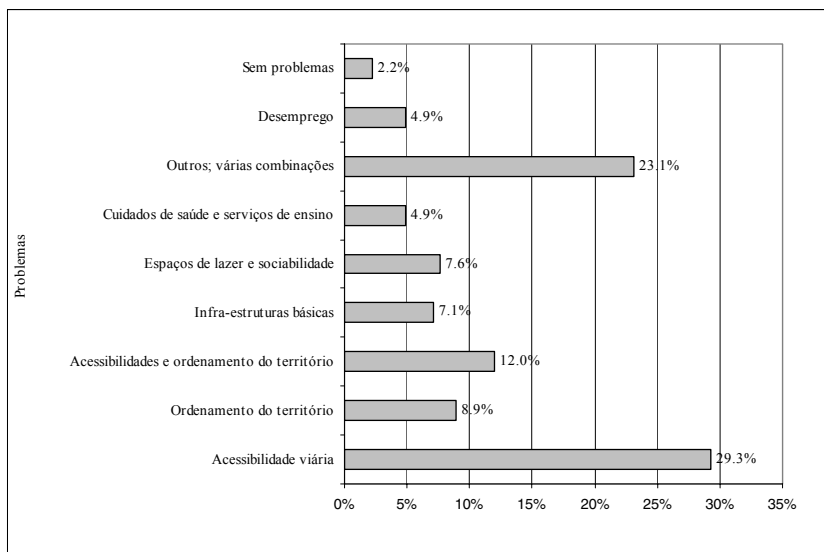
Figura 44 – Principais problemas da área de residência dos Inquiridos

Em relação aos **problemas da Lousã**, a **acessibilidade viária**¹⁴⁷ foi referida por quase 30% dos inquiridos como o problema mais importante da vila da Lousã, e mais 12% assinalaram a acessibilidade em conjunto com o ordenamento do território (figura 45).

O problema do **ordenamento do território**, através de expressões utilizadas pelos inquiridos, como “caos urbanístico”, “desordem territorial”, “ausência de sustentabilidade”, “crescimento acelerado e desordenado”, decorre da incapacidade, da falta de interesse, ou ainda da ausência de visão estratégica para, em tempo útil, preparar, estruturar e desenvolver estudos aprofundados e válidos técnica e cientificamente, capazes de alicerçar instrumentos de gestão territorial modernos e com capacidade para responder aos objectivos centrais do desenvolvimento. É evidente que o grande problema está centrado na ausência de planos de urbanização e planos de pormenor que deveriam ter acompanhado e seguido o plano director municipal (1993). Contudo, mesmo sem esses instrumentos, o PDM não é suficiente para explicar a sucessão de equívocos e de anomalias que marcam a paisagem urbana¹⁴⁸ da Lousã!

¹⁴⁷ A E.N. n.º 17 (que serve os concelhos de Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares, entre outros) e a E.N. n.º 236 (Lousã-Estrada da Beira) são as referências problemáticas. Recordamos que 45% dos inquiridos têm o seu local de trabalho em Coimbra.

¹⁴⁸ Sem esquecer as várias vertentes do problema, devemos assinalar que a questão da construção “intensiva”, que marcou a segunda metade dos anos 90, está muito presente nos registos dos inquiridos, através da crítica ao modo como se processou.

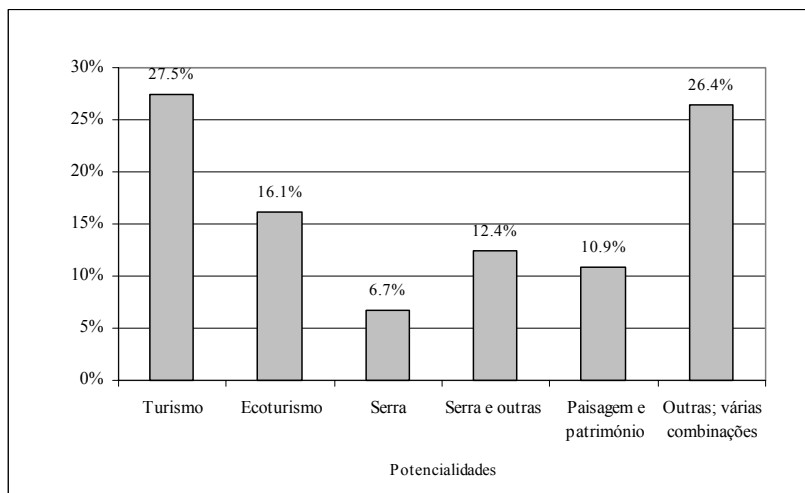


Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

Figura 45 – Principais problemas da Lousã

Também procurámos saber a opinião dos inquiridos a respeito das **potencialidades** da Lousã (figura 46). O turismo e o ecoturismo destacam-se como as repostas assinaladas mais vezes: 27.5% e 16.1% do total apurado, respectivamente. A serra (6.7%); a serra e outras potencialidades (12.4%); a paisagem e o património (10.9%); e outras potencialidades (como, por exemplo, as actividades desportivas; os eventos culturais; as actividades económicas; a proximidade de Coimbra) e várias combinações configuram o essencial das restantes repostas. A dimensão turística (e ecoturística) é, a partir das repostas dos inquiridos, a expressão mais importante do quadro de potencialidades da vila, mas como a serra é assinalada também, estamos certos de que existem vínculos entre as duas componentes, a ponto de se admitir que a primeira depende da segunda. Não identificando de modo expressivo qualquer elemento activo da economia tradicional, os inquiridos remetem para o turismo a maior responsabilidade, como recurso para o quadro do modelo de desenvolvimento local. A dimensão dos tempos de lazer será igualmente importante e admitimos que pode aparecer diluída nas respostas que assinalaram o turismo.

Também a ideia de que a Lousã se transformou, ou pode transformar-se, num dormitório de Coimbra aparece de forma explícita em alguns inquéritos (5% do total apurado).



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

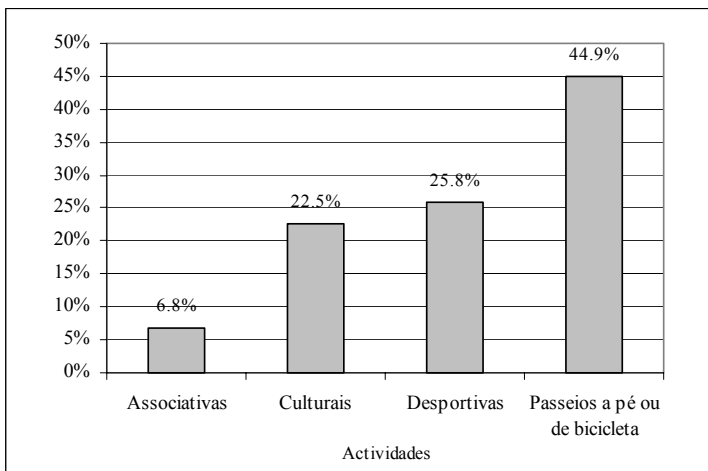
Figura 46 – Principais potencialidades da Lousã

As características dos inquiridos, nomeadamente o facto da maior parte da população não ter raízes na Lousã e de se deslocar para fora do município para exercer a sua actividade profissional, sugerem uma situação de pouco envolvimento com a Lousã. A leitura da **participação social** dos inquiridos em actividades na vila ou na serra confirma o seu relativo afastamento em relação à Lousã. Com efeito, o envolvimento activo nos assuntos da comunidade revela valores reduzidos: apenas 25 indivíduos (10.2% do total apurado) declaram fazer parte de associações locais (5.6%) ou participam em actividades de natureza política, associativa ou cultural (4.6%).

Contudo, naquilo que diz respeito ao seu **envolvimento com o território** por via da utilização dos **tempos livres**, podemos dizer que quase nove dezenas de inquiridos (36.5% do total) participam em actividades de lazer na vila ou na área da Serra da Lousã (figura 47). Estes assinalam os passeios a pé ou de bicicleta (44.9%), nomeadamente na Serra; as actividades culturais (22.5%), como exposições, feiras temáticas e mostras diversas, e outras manifestações culturais; as actividades desportivas (25.8%), clássicas, como, por exemplo, natação, futebol, pesca, ginástica, rugby, basquetebol, ou do tipo “aventura” como o enduro e o trial; as actividades associativas (6.8%).

Em nosso entender é oportuno implementar **estratégias de aproximação** dos novos residentes em relação aos valores patrimoniais e paisagísticos da Lousã. Como já se referiu, a definição e a activação de percursos pedestres, sobretudo no contacto da vila

com a Serra, e com as colinas sedimentares, é um meio de incentivar a descoberta do território, que pode incluir também trajectos urbanos, como, por exemplo, os antigos arreamentos e os caminhos que estabeleciam comunicação com o seu exterior. Leitores de paisagem, sinalizadores e guias de percurso desempenharão um importante papel pedagógico nesta estratégia de educação informal que pretende tirar partido da utilização dos tempos livres dos residentes. No caso das aldeias serranas, parece-nos viável incentivar a participação da população urbana no sentido de transformar os visitantes em participantes, e para isso seria fundamental estruturar actividades de dinamização orientadas segundo este objectivo.



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

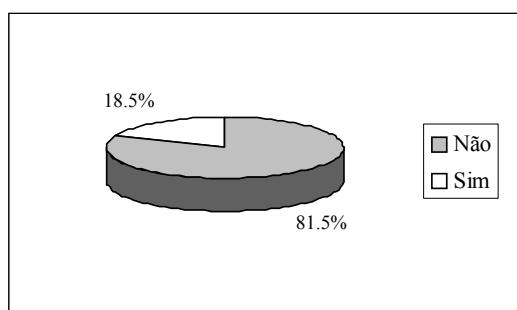
Figura 47 – Utilização dos tempos livres dos Inquiridos

Pretendemos também averiguar se os (novos) residentes conhecem os **instrumentos de gestão territorial** da Lousã e se participaram na sua discussão/apresentação pública, ou se de alguma maneira manifestaram a sua opinião ou fizeram valer os seus direitos de participação pública¹⁴⁹. Importa contextualizar a questão para uma melhor

¹⁴⁹ A participação pública em ordenamento do território, isto é, a participação dos interessados por via de sugestões e pedidos de esclarecimento ao longo dos procedimentos de elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação, assim como a intervenção na fase de discussão pública que antecede obrigatoriamente a aprovação na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, está consagrada no artigo 21.º da Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, como forma de aproximar e envolver os cidadãos na gestão do território.

leitura dos resultados. Como referimos, os instrumentos de ordenamento do território do município resumem-se ao *Plano Director Municipal* (1993) e ao *Plano de Pormenor da Avenida Dr. José Cardoso/Rua Dr. Pedro de Lemos* (1997). Em meados da década passada, correu mais uma tentativa para elaborar o *Plano de Urbanização da Vila*, objectivo retomado através de novos trabalhos no final da década, e ainda em execução. É neste contexto que tiveram lugar reuniões para apresentação pública da versão preliminar do documento, tal como aconteceu em relação aos planos de urbanização das outras sedes de freguesia (Serpins, Vilarinho, Foz de Arouce e Casal de Ermio).

A figura 48 resume parte da informação atinente a este item, com o contributo de 232 indivíduos (95.1% da amostra), e permite observar que a percentagem de respostas relativas ao conhecimento dos referidos instrumentos é inferior a 20% (exactamente 18.5%). Portanto, um pouco mais de 80% da amostra desconhece este tipo de instrumentos.



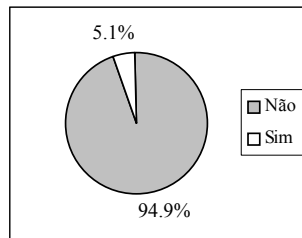
Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

Figura 48 – Conhecimento em relação aos instrumentos de gestão territorial

Dos 43 inquiridos que responderam de forma afirmativa à questão anterior, cerca de 36 indicam a natureza ou o tipo de instrumento em causa. A figura de *Plano Director Municipal* domina largamente as respostas, com mais de 80% do total apurado, apenas de forma individual, pois aparece também assinalada em conjunto com as outras figuras dos *Planos Municipais de Ordenamento do Território: Plano de Urbanização* (embora no caso da Lousã, sem eficácia) e *Plano de Pormenor*.

A **participação** na discussão ou apresentação pública dos instrumentos de gestão territorial é muito reduzida: somente doze indivíduos declaram ter participado no processo, portanto cerca de 5% do total apurado (figura 49). Desses, apenas nove conseguem especificar o tipo de documento em questão: *PDM* (três respostas), *Plano de*

Urbanização (cinco respostas) e *Carta Escolar* (uma resposta), sendo que entre as fases de discussão dos dois primeiros documentos decorre quase uma década. Desta forma, a participação pública no ordenamento do território praticamente não tem expressão quantitativa entre os inquiridos residentes na vila da Lousã. Sobre as causas do afastamento dos cidadãos em relação aos instrumentos e aos mecanismos inerentes, é importante ponderar acerca dos incentivos e dos meios de divulgação utilizados pelo poder público, assim como reflectir sobre o entendimento do processo de participação como etapa essencial de influência na estruturação dos instrumentos de gestão territorial. Como o conhecimento da população acerca destas figuras e do seu papel participativo é reduzido, entramos numa espécie de ciclo vicioso, que pode conduzir ao afastamento progressivo dos cidadãos em relação aos territórios e aos lugares. Mas a preocupação essencial é a população, pois sem ela não existe nem faz sentido o acto de planear/ordenar. As vantagens do envolvimento e da participação activa dos cidadãos servem os objectivos de um planeamento mobilizador de actores e energias, aberto e permeável aos contributos das populações, no sentido de privilegiar sempre o interesse público. Será uma forma válida de cativar os cidadãos e as suas organizações para a gestão do território, e também de co-responsabilizá-los.



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

Figura 49 – Participação na discussão ou apresentação pública dos instrumentos de gestão territorial

Pela nossa parte, através da recolha de opiniões dos residentes e por via da construção desta narrativa, estamos a contribuir, de forma limitada é certo, para lançar essa ponte entre os cidadãos e a gestão do território.

Assim esta investigação possa assumir-se como instrumento de reflexão para todos os agentes e esferas que se cruzam nos caminhos do desenvolvimento local, e não seja mais um “ensaio sobre a cegueira” ou a expressão muda de “todos os nomes” que apropriam e vivem lugares e territórios como os da Lousã.

7.3.3 Percepção da imagem territorial e do património cultural

Sabendo previamente da importância do grupo de novos residentes, que vieram para a vila sobretudo desde meados da década de 90, moveu-nos o objectivo de indagar sobre a sua percepção, vinculação e conhecimento, relativamente a elementos ou conjuntos simbólicos do território.

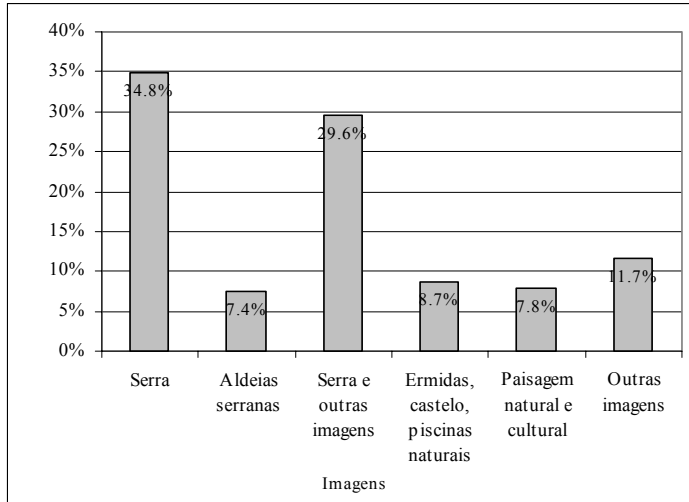
O intuito de identificar e interpretar as **imagens** mais marcantes da Lousã permitiu elaborar a figura 50 que sintetiza as respostas dos inquiridos. A Serra é assinalada em quase 35% dos inquéritos, e em conjunto com outras imagens representa mais 29% do total apurado. Por sua vez, as aldeias serranas são identificadas de forma individual em 7.4% das respostas. As ermidas (Senhora da Piedade e São João), o castelo de Arouce e as piscinas naturais perfazem cerca de 8.7%. A paisagem “natural” e cultural (7.8%), através de vários elementos individuais ou conjuntos (casas solarengas, castanheiros, centro histórico, linhas de água) e outras imagens (como, por exemplo, a integração vila/serra) e várias combinações das anteriores (11,7%) completam a lista das imagens que melhor identificam a Lousã¹⁵⁰.

É interessante notar que praticamente nenhum inquirido referiu a vila como imagem marcante da Lousã, independentemente do sentido positivo ou negativo que seria possível aduzir através de qualificativos próprios conjugados com essa palavra. E também foram poucos (menos de 3% da amostra) os que trouxeram ao inquérito qualquer categoria de património cultural da vila.

De qualquer maneira, a imagem que melhor identifica a Lousã tem um suporte territorial muito forte e a forma material como se manifesta, segundo a percepção dos novos residentes, denota a influência da cenografia serrana que abraça a vila. De igual modo são os seus lugares e territórios os elementos privilegiados, na relação de descoberta e lançamento de laços de identidade, para aqueles que chegam de novo e que não têm aí vínculos territoriais, nem vivências marcantes.

¹⁵⁰ Embora sem representação quantitativa no âmbito da amostra, entendemos pertinente chamar ao texto três citações a partir das expressões dos inquiridos:

- «A fila de trânsito às 8.30 horas na ponte da Portela [Coimbra]» (docente universitário; 42 anos; ex-residente em Coimbra).
- «A locomotiva velha e lenta» (empregado comercial; 32 anos; ex-residente em Leiria).
- «O castelo, porque está longe da vila!» (operador de sistemas informáticos; 40 anos; ex-residente em Oeiras).



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

Figura 50 – Imagens relevantes da Lousã

A Serra é, assim, uma espécie de âncora na descoberta de paisagens originais, algumas de grande qualidade estética e cultural, que são aquelas que mais prendem a atenção dos novos residentes (e dos visitantes). O património, enquanto estrutura de mediação entre o passado e o futuro, tem neste tempo presente novos intérpretes que carregam consigo as imagens mais marcantes da sua relação intimista com paisagens mais ou menos simbólicas e místicas, e configura significados que são aqueles que os novos residentes conseguem ler nos símbolos materiais e imateriais projectados nas paisagens, devendo-se a este facto a importância da interpretação e da aproximação entre o património e o cidadão.

Relativamente aos elementos do **património cultural** da Lousã, pedimos a cada inquirido o favor de indicar três exemplos. O número de respostas (578) representa 79% do número máximo que seria possível obter¹⁵¹ (732).

¹⁵¹ De entre os que não respondem, alguns explicam o motivo:

– «Não estamos ainda informados sobre o que se passa a nível social e do património da Lousã. O tempo é pouco e aos fins-de-semana voltamos às origens» (operador informático; 36 anos; ex-residente no Sabugal).

– «Infelizmente ainda não conheço a Lousã como gostaria, pois os horários do meu trabalho não o permitem; espero, em breve, pode viver mais a Lousã» (empregada de mesa; 39 anos; ex-residente em Coimbra).

Da listagem, com mais de cinco dezenas de exemplos diferentes, destacam-se em especial duas referências: o castelo da Lousã (ou de Arouce – fotografia 14), assinalado 96 vezes, portanto 16.6% do total apurado, e as aldeias serranas (fotografia 15), com 76 respostas (13.1%). As casas brasonadas (7.3%), as ermidas (7.1%), a igreja matriz da vila (6.4%), os museus (4.8%), a Serra (4.5%), o palácio da viscondessa do Espinhal (4.3%) e a gastronomia (3.8%) aparecem ainda em plano destacado. A perspectiva multidimensional do património cultural revela-se, pois, neste item do inquirido (quadro XVI).



Fotografia 14 – Castelo de Arouce e Ermidas (Lousã, 2003)

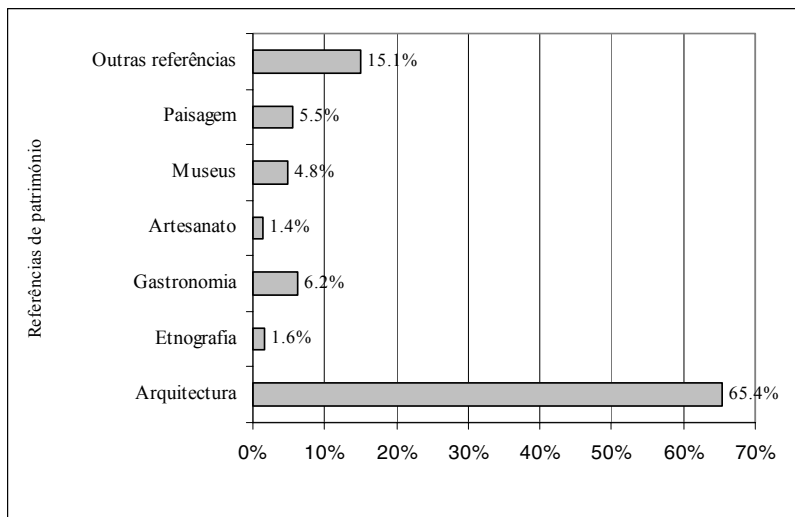
A figura 51 retrata a organização das respostas dos inquiridos segundo “categorias” de património cultural. A dimensão arquitectónica domina largamente a distribuição, com cerca de dois terços do total apurado. A componente mais vezes assinalada é o património civil (185 respostas – 32% do total), com as aldeias serranas (13.1%), as casas brasonadas e o palácio da viscondessa do Espinhal, entre os elementos mais importantes – como acabámos de referir –, sendo ainda contemplado o centro histórico (1.7%), assim como o edifício dos Paços do Concelho (1.9%) e a antiga fábrica de papel do Boque (Serpins). A componente militar (castelo) e religiosa (ermidas, igreja matriz,

– «Peço desculpa, mas não estou a par da situação cultural da Lousã. Quase que vou só dormir a casa» (gerente de vendas; 26 anos; ex-residente em Cantanhede).

igreja da misericórdia e outros locais de culto religioso) recebem 96 e 97 respostas, respectivamente, o que significa que, em conjunto, perfazem 33.4% do total.



Fotografia 15 – Casa recuperada no Casal Novo; em segundo plano, a bacia da Lousã



Fonte: Inquérito à população residente na vila da Lousã (2003)

Figura 51 – Referências de património cultural da Lousã

As dimensões etnográfica (1.6%); gastronómica (castanha; mel; “Licor Beirão”; “Serranitos” – bolo de castanha e mel), com 6.2%; artística, bibliográfica e arquivística (0.9%); paisagística (5.5%); museológica (4.8%); o artesanato (1.4%) e outras manifestações referidas pelos inquiridos, envolvendo os equipamentos culturais e desportivos (piscinas, cinema, escolas), os eventos culturais (festas e feiras temáticas), e mesmo instituições (como, por exemplo, a Sociedade Filarmónica Lousanense), completam a relação de referências assinaladas pelos inquiridos.

As velhas referências da identidade local, como o Santo António da Neve, as festas religiosas (Senhora da Piedade) e pagãs (São João), aparecem assinaladas de modo muito subtil e representam valores residuais no cômputo geral da amostra, uma vez que a esmagadora maioria dos inquiridos não residia ou não tinha vínculos na Lousã.

Deste modo, as respostas reflectem a apropriação de símbolos marcantes centrados no tecido urbano da vila, como as casas solarengas, ou na entrada da serra, como acontece com o castelo, as ermidas e as piscinas naturais, ou ainda no interior da serra, como as aldeias de xisto. Estas aparecem como lugares de construção de novas identidades e memórias, e de activação do seu património construído, enquanto a vila, em geral, evoluiu de forma menos compatível com os valores patrimoniais herdados, pelo menos naquilo que concerne às alterações do contexto paisagístico.

7.4 Mais algumas propostas para a sustentabilidade do desenvolvimento e a valorização do património e da paisagem

A última década do século XX e o alvor do novo milénio incendiaram transformações significativas no espaço urbano da Lousã. Tal como aconteceu em grande parte do espaço de influência da cidade de Coimbra, matriz de referência em todo este processo, a urbanização não foi enquadrada segundo políticas e instrumentos de gestão territorial verdadeiramente estruturantes, territorialmente adequados e em compasso com os processos de mudança.

A acção dos agentes privados de produção de espaço urbano foi decisiva na metamorfose da imagem da vila, carregando-a de um certo negrume no que concerne às características e alterações introduzidas relativamente às anteriores fases de crescimento urbano – na perspectiva da transição temporal e espacial do registo material. A conjuntura macro-económica e os efeitos sobre o mercado imobiliário, mormente os alojamentos para habitação permanente, e sobre a mobilidade da população (em especial no âmbito

dos movimentos pendulares) representam factores igualmente relevantes em todo este processo.

A matriz urbana de base concentrada e vertical, afinal a expressão de uma urbanização tendencialmente “compacta”, gerou e induziu vários problemas: imagem urbana, acessibilidades, estacionamento e espaços de circulação, espaços verdes públicos, espaços de sociabilidade, equipamentos e mobiliário urbano, ordenamento do território, qualidade ambiental e urbanística, entre outros.

A elaboração de novos instrumentos de gestão territorial é uma necessidade premente e uma oportunidade (talvez única) para interpretar as dinâmicas territoriais instaladas e para lançar e estruturar um verdadeiro “plano estratégico”, segundo uma lógica de gestão realista e atempada. Por isso, afigura-se fundamental a participação da comunidade científica, de técnicos de reconhecido mérito e da população em geral.

Mas a sustentabilidade do processo depende igualmente da dinâmica local das actividades e dos agentes económicos, isto é, aumentar e diversificar a oferta local de emprego, no sentido de fixar a população em idade activa, melhorar a qualidade de vida dos residentes no que concerne aos equipamentos e infra-estruturas¹⁵², e ao mesmo tempo criar junto dos próprios e projectar no exterior uma imagem forte sedimentada no património construído e na paisagem (sobretudo a Serra), que podem ancorar acções de requalificação, activação de memórias e valorização dos territórios.

Importa, por isso, acima de tudo, defender a imagem e a qualidade ambiental e patrimonial da vila e do concelho, travando uma certa forma de urbanismo “selvagem”, e contribuir para que a transição do registo material (tempo e espaço) possa realizar-se da forma mais harmoniosa possível, naquilo que interessa salvaguardar, reabilitar e renovar. Apesar dos problemas actuais e das imagens menos sugestivas que não é possível apagar

¹⁵² Por sua vez, as infra-estruturas rodo-ferroviárias (também) não acompanharam a trajetória de crescimento, pelo menos em termos de realização de obras consideradas estruturantes.

A modernização do “Ramal da Lousã” é uma das faces mais visíveis do problema. Representa uma necessidade imperiosa de conforto, comodidade e rapidez nas deslocações diárias Serpins-Coimbra, e responde ao objectivo de reforço desse meio como operador privilegiado de transporte suburbano. O “Metropolitano do Mondego” (solução política inventada no início dos anos 90) ainda não passou da fase de projecto.

No que concerne à rede rodoviária, é importante sublinhar que quase todo o século XX e as grandes obras públicas rodoviárias realizadas em Portugal – no esteio do modelo de desenvolvimento adoptado depois da nossa adesão à União Europeia – deixaram marcas territoriais difusas e não estruturantes no município da Lousã.

dos territórios onde estão materializadas, ainda é tempo de entender e promover um novo modelo de gestão (e ordenamento) do território.

Não podemos esquecer que o desenvolvimento se faz pela qualidade de vida das populações e esta depende também da qualidade e sustentabilidade do espaço geográfico (CARVALHO e FERNANDES, 2002). A aposta numa política territorial de qualidade pode valer pelos ganhos directos na vida quotidiana do cidadão, mas reverterá sobretudo, se bem orientada, para a auto-estima das populações – para que se sinta a Lousã como um lugar geograficamente relevante.

As boas práticas, narradas a partir de experiências dos últimos anos, mostram tendências recentes nos contextos da governação local, em particular como forma de responder a preocupações no que reporta ao desenvolvimento sustentável, e revelam tratar-se de processos participativos, envolvendo diversos actores, num contexto de legitimação de decisões e de co-responsabilização dos intervenientes.

O desafio do desenvolvimento sustentável, para além da tentativa de conciliar diferentes interesses (económicos, sociais, culturais e ambientais) é também a oportunidade de participação dos cidadãos nas decisões e de melhoria qualitativa das relações institucionais. A aposta recai numa permanente continuidade e flexibilização dos instrumentos que possibilitem a gestão cuidada do território e a elevada qualidade das paisagens.

Depois da reflexão sobre o papel dos processos de tomada de decisão e dos instrumentos normativos na defesa e valorização do património cultural, a partir da análise de indicadores da dinâmica urbana que expressam uma certa trajetória de crescimento, envolvem a construção de novas paisagens e a renovação da imagem territorial, encaminhamos o trabalho para a leitura do processo de patrimonialização das aldeias serranas da Lousã e dos projectos/iniciativas relacionados com a requalificação (patrimonial, económica e social) das suas paisagens, procurando compreender a importância desse recurso estratégico, os caminhos trilhados ou traçados e os principais actores envolvidos, no quadro do desenvolvimento territorial.

8. A construção e os construtores das paisagens culturais: uma viagem no tempo, em torno das aldeias serranas da Lousã

«Na Lousã, chamam-lhes “os serranos”. Moram em lugares remotos, isolados na montanha e, para quem os vê de longe, tão desamparados que a gente se pergunta a si mesma como em tais lugares podem viver criaturas humanas».

João Luso, 1932: 132.

No âmbito das políticas, programas e planos de acção, o património cultural aparece nos últimos anos como um importante recurso que tem sido activado em diferentes contextos, a pretexto da requalificação dos lugares, assim como da melhoria das condições e qualidade de vida das populações locais.

As aldeias serranas da Lousã (fotografias 16 e 17), marcadas por trajectórias de desenvolvimento singulares, são um exemplo muito interessante de como o património cultural pode ser activado e utilizado como âncora de um certo desenvolvimento de lugares abandonados e/ou arruinados.

A patrimonialização destas aldeias, impulsionada por população urbana, principalmente no âmbito da residência secundária, desde meados dos anos 70 (século XX), representa uma faceta (a primeira e ainda hoje uma das mais expressivas) da descoberta e afirmação de novos usos da montanha.



Fotografia 16 – Vista geral do Talasnal, com o Trevim em pano de fundo (Lousã, 2003)



Fotografia 17 – Candal (Serra da Lousã, 2003)

Reflectir sobre os cenários de desenvolvimento das aldeias (e da Serra da Lousã) reclama tanto o conhecimento das dinâmicas territoriais mais marcantes, como a leitura dos novos objectivos, recursos, instrumentos e agentes de promoção do desenvolvimento.

Assim, recuamos no tempo, com o propósito de explicar a construção e os construtores de uma paisagem de cariz cultural que gravita em torno das referidas aldeias. Depois analisamos onde, como, quando, porquê e por quem esse recurso foi activado, protegido, valorizado e divulgado, preocupação que conduz ao encontro de políticas, instrumentos, projectos/iniciativas de promoção do desenvolvimento e respectivos actores territoriais.

8.1 Génese e evolução dos lugares serranos

As aldeias serranas da Lousã¹⁵³ localizam-se no sector meridional do concelho e no sector noroeste da Serra da Lousã (figura 52), por entre cotas que oscilam entre 540 metros (Casal Novo) e 730 metros (Franco).

¹⁵³ Casal Novo, Chiqueiro, Talasnal, Vaqueirinho, Catarredor, Candal, Silveiras e Cerdeira têm constituído o núcleo duro de alguns trabalhos de investigação.

A este conjunto é possível aduzir outros lugares do concelho da Lousã, como Vale de Nogueira, Vale Domingos, Vale Pereira da Serra, Cabanões e Franco que, durante alguns séculos, partilharam as mesmas bases económicas e sociais. O Franco (na freguesia de Vilarinho), outrora dividido em dois

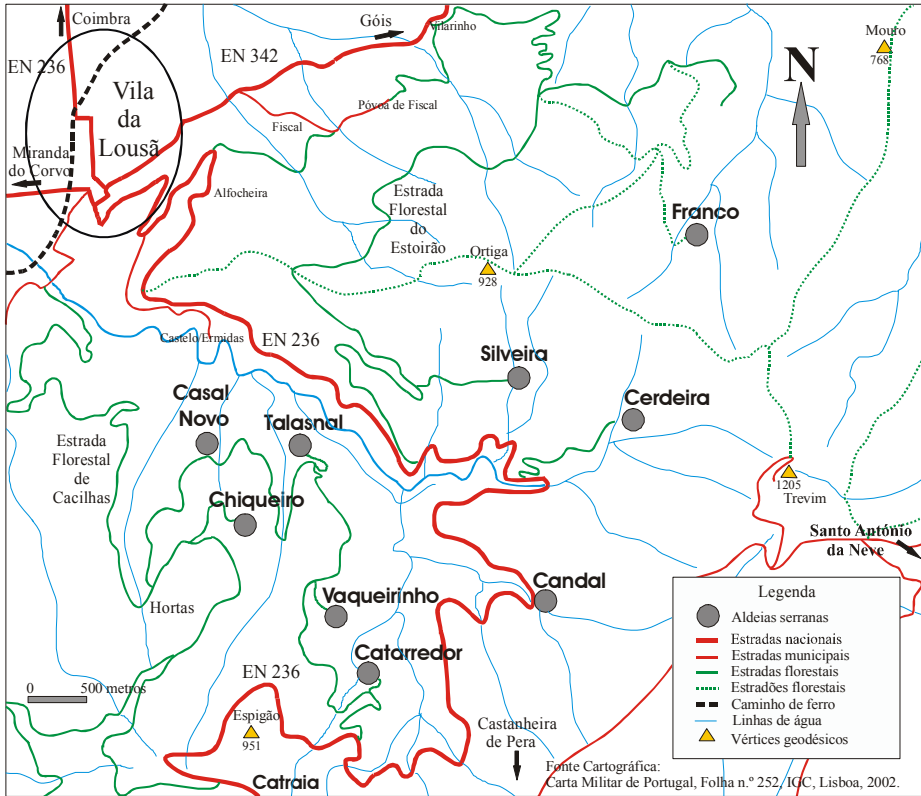


Figura 52 – Mapa de localização das aldeias serranas da Lousã

Os primeiros elementos seguros sobre o povoamento aparecem no primeiro terço do século XVI, reportando-se a Vale de Nogueira e Bemposta (segundo o *Cadastro da População de 1527*), e na segunda metade de Quinhentos, quando conseguimos identificar as aldeias serranas da Silveira (1581), Casal Novo e Cerdeira (1586), Talasnal e

núcleos (Franco de Baixo e Franco de Cima), é a mais desconhecida e recôndita aldeia serrana da Lousã e foi dos primeiros lugares a ser abandonado.

Vale de Nogueira, Vale Domingos, Vale Pereira da Serra e Cabanões conservam população residente e têm atraído alguma população no âmbito da residência secundária.

A imagem destas últimas aldeias, captada a partir das estruturas edificadas, confunde-se com a de qualquer outro pequeno lugar descaracterizado, varrido pela onda de cimento, estores, alumínio, traços arquitectónicos descontextualizados, salvo raras excepções em que deliberadamente as intervenções conseguiram interpretar o melhor da imagem, ancorado no passado das aldeias.

Candal (1589), e Catarredor e Chiqueiro (1590), a partir dos registos paroquiais (CARVALHO, 1999-a).

O povoamento é provavelmente mais antigo na aba sul da montanha. A sentença de D. Afonso V, dada em 1467, a propósito de um conflito decorrente da utilização das pastagens da Serra, entre o município da Lousã e alguns moradores do actual concelho de Castanheira de Pêra, publicada por Eugénio de LEMOS (1959), assinala os lugares de Pêra, Ervideira e Coentrais, do então termo de Pedrógão Grande, cujos moradores (no papel de réus) utilizavam os montados da Serra, incluídos no termo da Lousã, «para apascentar e criar seus gados».

A partir da análise do *Numeramento de 1527*, mais concretamente das actas relativas às comarcas da Beira e da Estremadura, publicadas por COLAÇO (1934) e FREIRE (1908), respectivamente, podemos concluir que alguns (pequenos) lugares foram assinalados nas imediações do termo serrano da Lousã, fosse na Serra da Lousã¹⁵⁴, ou na vizinha Serra das Caveiras (CARVALHO, 1999-b).

Assim, no termo oriental de Serpins, também designado por Serra, temos notícia coeva da existência de povoações na vertente oriental de Sacões, no termo da vila de Góis (Sacões, Conhais e Ponte do Sótão), bem como no talvezue (percorrido pelo rio Sótão), emparedado entre essa vertente e o flanco ocidental do Carvalhal: Caselhos, Portela de Góis e, a norte, perto do Ceira, os lugares de Samoura e Alagoa. A sul é referenciado o lugar da Bemposta, implantado na Serra da Lousã.

Agra Fundeira, Agra Cimeira e Pena, e Ribeira, Vale Torto, Esporão, Colmeal, Folgosa, Aldeia Velha e Cadafaz são alguns dos lugares serranos de Góis, identificados no *Numeramento*, repartidos pelas serras da Lousã e das Caveiras.

Nesse tempo, a freguesia paroquial de Campelo («a freguesia detrás da serra») fazia parte do termo da vila de Miranda do Corvo. A listagem dos lugares permite identificar alguns povoados serranos (Galhardo; Cadaval; Gondramaz; Singral Fundeiro; Singral Cimeiro; Aldeia de Alge e Eiras), hoje repartidos pelas freguesias de Miranda do Corvo, Vila Nova e Campelo (Figueiró dos Vinhos). O seu peso demográfico era ainda diminuto, pois o registo só excepcionalmente atinge os três *moradores* (cerca de 12 habitantes) por lugar.

A reflexão sobre o significado da informação «na serra, 11 moradores», inscrita no *Numeramento* (ou melhor, na publicação da cópia do original encontrado em Inglater-

¹⁵⁴ O desaparecimento dos fólhos relativos aos actuais concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Pampilhosa da Serra e Figueiró do Vinhos representa uma importante lacuna documental que não é possível ultrapassar.

ra), a propósito da Lousã, permite questionar o carácter da ocupação humana no início de Quinhentos, embora sem nada mais adiantar no plano da macrotoponímia (CARVALHO, 1996).

Hoje não restam dúvidas de que a presença sazonal do homem na Serra se confunde com a forma inicial de ocupação espacial, ligada à exploração florestal, e principalmente ao pastoreio do gado e aos movimentos transumantes¹⁵⁵.

Introduzida a questão atinente às condições basilares da génese dos lugares serranos da Lousã, é tempo de reflectir sobre a sua evolução. O incremento do povoamento só deve ter ocorrido mais tarde, em ligação com a difusão do milho grosso – cujo cultivo era aqui possível «(...) principalmente ao longo dos vales» (CRAVIDÃO, 1989) –, do feijão e, posteriormente, da batata, que acabaram por substituir a castanha como alimento básico, quiçá de forma compulsiva, no final de Oitocentos, quando a “doença da tinta” deve ter deixado marcas profundas nos soutos serranos (CARVALHO, *op. cit.*).

No final do século XVII, um conjunto mais vasto de documentos sobre a vila da Lousã e o seu termo, compilados por MEXIA (1936), fornece indicações seguras sobre a ocupação permanente das aldeias serranas. De entre os mais importantes encontra-se o *Tombo dos bens e propriedades da Câmara e concelho desta villa da Louzan*, lavrado em 1687, a mando de D. Pedro II. Nele constam os “casais” que existiam na Silveira, Catarredor, Vaqueirinho, Chiqueiro, Franco e Bemposta. «A propriedade dos casais repartia-se entre a Câmara, famílias de representação local e moradores nos lugares. (...) O casal correspondia a toda a área envolvente do lugar (excluindo as propriedades privadas e foreiras) e era composto por matos de utilização comum e algumas árvores» (MONTEIRO, *op. cit.*, 55).

Dois séculos mais tarde, com a institucionalização da Estatística, é possível seguir de forma segura a evolução demográfica das aldeias serranas e de todo o povoamento da montanha. Assim, o aumento natural da população – que ocorreu até 1940 (quadro 25) – não foi acompanhado pelo aumento dos rendimentos, o que obrigou a um progressivo movimento da população «(...) quer por terras portuguesas quer para o Brasil e Estados Unidos da América, movimento esse que foi aumentando sobretudo nos jovens, pelas notícias que a eles chegavam do êxito material obtido pelos seus conterrâneos. Ficando a serra despovoada de população jovem, perdeu-se a possibilidade de rejuvenescimento

¹⁵⁵ Da continuidade dessa prática dá conta, nos primeiros lustros da segunda metade de Oitocentos, Adrião Forjaz de SAMPAIO (1938 [1838]: 32; 38), ao notar a existência de rebanhos «(...) que de longe vêm pascer aí por muitos meses», ou então, de forma ainda mais explícita, através da expressão «(...) estes pobres pastores vivem pela serra desde Maio até Agosto».

(...)» (CAMPOS, 1988: 146). Quarenta anos depois, a maioria destas aldeias perdeu a totalidade da sua população residente.

Com efeito, das oito centenas de habitantes recenseados nas aldeias do coração da Serra, em 1940, cerca de metade abandonou a montanha até 1960 e quase todos os outros abalaram nas décadas de 60 e 70. Em 1991 residiam nos povoados serranos apenas 48 habitantes – 22 dos quais na aldeia do Candal. Dez anos depois, segundo o *Recenseamento Geral da População*, habitavam de forma permanente, nas aldeias serranas da Lousã, duas dezenas e meia de residentes, quase metade em relação a 1991 e o mesmo valor que corresponde ao registo do início dos anos 80, embora com algumas alterações qualitativas: a mais importante é a ausência de população residente no Candal, aquele que foi o último baluarte do povoamento, com forte vínculo à montanha. Importa, então, explicar este “mergulho” no abismo.

Quadro 25 – Evolução da população nas aldeias serranas da Lousã (1885-2003)

Aldeias	Anos								
	1885	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2003
Candal	112	129	201	100	72	19	22	2	0
Casal Novo	65	58	79	43	32	0	0	0	5
Catarredor	69	109	120	67	23	2	5	15	12
Cerdeira	70	75	79	51	18	0	8	0	5
Chiqueiro	23	11	45	26	12	4	4	3	3
Talasnal	74	129	135	90	59	2	2	2	4
Vaqueirinho	29	43	46	29	20	0	7	3	3
Silveiras	105	108	99	41	22	0	0	0	0
Total	547	662	804	447	258	27	48	25	32
Lousã (Concelho)	10868	12358	14367	13900	12161	13020	13447	15753	15753
Aldeias/Lousã (%)	5.03	5.35	5.6	3.22	2.12	0.21	0.36	0,16	0,20

Nota: O tom negro corresponde ao máximo demográfico

Fontes: *Censo da População* (1911). Lisboa, INE
Recenseamentos da População (1940; 1960; 1970; 1981; 1991 e 2001). Lisboa, INE
Mapa Estatístico do Distrito de Coimbra, 1885
 Apuramento demográfico nas aldeias serranas (31/01/2003)

MONTEIRO (*op. cit.*) estudou de forma aprofundada a mobilidade da população serrana e equacionou os movimentos migratórios em duas fases principais. A «primeira vaga migratória» foi constituída por duas fases. A primeira fase verificou-se na segunda metade do século XIX, em que era comum a procura de um suplemento económico

para satisfazer as necessidades monetárias, que eram cada vez maiores devido aos impostos. Como na “região” não havia grandes ofertas em termos de trabalho, os serranos deslocavam-se sazonalmente para o Alentejo e vizinhos campos espanhóis da Estremadura e da Andaluzia, na altura das ceifas, incorporando o movimento dos “ratinhos”. Na segunda fase, nos finais do século XIX, face ao agravamento das dificuldades locais, as saídas de população das aldeias tornaram-se mais numerosas, deixando de ser sazonais. O destino dos migrantes mudou. As deslocações passaram a ser para Lisboa (migrações internas) e para o estrangeiro (essencialmente o Brasil e os E.U.A.).

Durante esta primeira vaga migratória, em que o volume de saídas para Lisboa, Brasil e depois para a América¹⁵⁶ deve ter sido elevado, apenas se registou uma diminuição de população nos lugares das Silveiras¹⁵⁷, Bemposta (Serpins) e Franco (Vilarinho), em relação a 1911. Nos restantes lugares houve um aumento, de forma mais significativa no Candal (quadro 25). Esta interpretação sugere que as saídas eram, na sua maioria, provisórias (os homens regressavam ao fim de alguns anos) e que «as mulheres permaneciam na Serra e lá tinham os filhos. Mas o próprio processo emigratório, mesmo na primeira vaga em que os homens saíam para ficarem poucos anos fora, foi afinal excluindo definitivamente daqueles lugares alguns dos seus habitantes» (*idem*: 123). «E mesmo aqueles que regressavam com vontade de investir as suas poupanças não encontravam nestes lugares a mínima possibilidade de aplicar esse capital. A dificuldade em realizar investimentos nos lugares serranos está ligada à falta de terras, ao atraso tecnológico e ao isolamento em que se mantinham. Era difícil ser-se capitalista localmente» (*idem*: 87).

Com efeito, a situação económica e social das aldeias serranas era de profunda pobreza. Somente os que tinham propriedades e rendimentos na vila ou nos destinos

¹⁵⁶ A emigração da Lousã para o Brasil terá sido iniciada com o Comendador Montenegro, no terceiro quartel de Oitocentos. A fundação das colónias agrícolas Nova Lousã (1867) e Nova Colômbia (1872) estimulou a participação de mão-de-obra livre. Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas, no sul do Brasil e o Amazonas (Manaus), foram os principais campos de acção. Nos Estados Unidos da América destaca-se Danbury (Connecticut).

Nos países de destino, principalmente na América, os serranos faziam todo o tipo de trabalhos manuais pesados e não especializados (de pá e picareta): construir estradas e caminhos-de-ferro, abrir valas, trabalhar nas pedreiras e na construção civil, descarregar vagões e carros. Mais tarde ingressam na limpeza das fábricas e no meio fabril, como operários. No Brasil trabalhavam como carvoeiros e vendedores de lenha. Anos depois aparecem ligados aos botequins, pensões e restaurantes (MONTEIRO, *op. cit.*).

¹⁵⁷ Como notaram BABO e VILANOVA (1954: 52), na «(...) Silveira de Cima e a Silveira de Baixo, (...) as casas abandonadas são já tantas ou quase como as habitadas, devido à emigração em massa dos homens válidos, hoje bem patente àquele que as visita».

migratórios estavam acima dessa linha de sobrevivência. Perante este cenário desolador apenas restava uma solução: (e)migrar mais e diferentemente. Com efeito, a partir dos anos 40 a saída dos habitantes dos lugares serranos da Lousã intensificou-se (quadro 25). Note-se que essa data corresponde ao momento de máximo demográfico, apurado nos registos censitários, para quase todos os lugares.

A diminuição drástica da população residente, de 1940 a 1981, deve-se, pois, fundamentalmente aos processos migratórios. A componente emigratória, muito intensa sobretudo no período de 1940-1960, manteve o Brasil e a América do Norte como destinos privilegiados – aliás, a nível nacional, entre 1950-1959, apenas 4,8% dos emigrantes saíram para a Europa (MEDEIROS, *op. cit.*).

Mas as aldeias serranas não acompanharam as novas tendências migratórias da população portuguesa: a viragem da emigração transoceânica para o ciclo continental, a partir dos finais da década de 50, em que o destino dos emigrantes são alguns países da Europa Ocidental, nomeadamente a França e a República Federal da Alemanha. Os serranos não foram seduzidos pela nova miragem e preferiram continuar a tentar a colocação no Brasil¹⁵⁸ e nos Estados Unidos, intensificando, também, a sua actividade dentro do país, nomeadamente em Lisboa¹⁵⁹ que era muitas vezes lugar de transição ou de “salto” para as Américas.

Entre 1970 e 1981, ou seja, em apenas uma década, verificamos que a redução demográfica foi bastante acentuada para ser explicada apenas pela emigração (que estava em declínio). Um novo elemento aparece com bastante importância nessa segunda vaga emigratória: os emigrantes tendem a ficar no exterior pelo menos durante a sua vida activa, a organizar uma vida estável e a chamar as suas mulheres (MONTEIRO, *op. cit.*). Depreende-se que poucos regressariam aos lugares de origem (talvez só quando a velhice ou a pretendida comodidade financeira fosse atingida). O agravamento da situação económica do Brasil também contribuiu para a redução drástica do poder de compra dos serranos aí emigrados: em 1951, novecentos cruzeiros valiam mil escudos; meia dúzia de anos depois, para obter mil escudos era necessário trazer 6000 cruzeiros! E a situa-

¹⁵⁸ No período pós-guerra, o Brasil continuou a reunir as preferências da população da Serra, sobretudo porque os EUA definiam quotas anuais de emigração e critérios de prioridade relacionados com o estatuto de cidadania, condicionando, assim, a entrada de estrangeiros no país. Nas cartas de chamada era necessário indicar e comprovar a profissão, e por isso os interessados faziam a inscrição como sócios da agremiação do respectivo ofício em Portugal.

¹⁵⁹ Em Lisboa, os serranos residiam sobretudo no bairro de Alfama e trabalhavam na descarga portuária.

ção não melhorou, antes pelo contrário, a desvalorização da moeda brasileira continuou sempre em ritmo acelerado, e isso teve consequências negativas no plano do retorno e do volume de capital enviado para as aldeias – e sabemos que muitas famílias dependiam dessas remessas para sobreviver.

No início dos anos 60, um outro acontecimento “empurrou” mais algumas famílias para o vale: a falta de docentes e o encerramento temporário das escolas primárias da Serra¹⁶⁰. Apesar do reinício das actividades lectivas, poucos anos depois ambas as escolas encerravam definitivamente, devido ao número insuficiente de alunos. A instalação de algumas famílias na área da vila foi também, em alguns casos, uma forma de aproximação em relação ao local de trabalho, para aqueles chefes de família que tinham ingressado como empregados braçais da Companhia Eléctrica das Beiras.

Nos anos setenta «Os lugares esvaziam-se então do resto de população, velha, que tinham». Com efeito, a população idosa «(...) acaba por morrer ou face à evidente impossibilidade de persistência juntam-se (ou são levados) para junto das famílias que estão fora e perto de quem precisam de viver para serem assistidos na velhice» (*idem*: 240).

Com efeito, as más condições de acessibilidade, a falta de assistência social aos idosos, as calamidades provocadas pelos grandes incêndios verificados na década de 1970 (especialmente em 1978) e o encerramento da carreira de transportes que passava no Candal (e fazia paragem nos ramais para a Cerdeira e o Catarredor) contribuíram para que os últimos habitantes se desprendessem da montanha¹⁶¹.

¹⁶⁰ A escola do Candal – criada oficialmente em 1911, embora durante muitos anos não tenha sido possível concretizar essa disposição regulamentar por falta de instalações –, tal como a do Talasnal, foram edificadas no início dos anos 30, em resultado da iniciativa e quotização dos emigrantes oriundos dos lugares interessados, e com o apoio da Câmara Municipal da Lousã. Antes, só no Candal havia aulas, para os rapazes, numa casa alugada, ministradas por um professor particular que se deslocava ao lugar. O estabelecimento de ensino do Candal era frequentado pelos meninos das Silveiras, Cerdeira e do próprio lugar. A escola do Talasnal recebia os alunos do Talasnal e das aldeias vizinhas do Casal Novo, Chiqueiro, Vaqueirinho e Catarredor.

¹⁶¹ Em alguns destes lugares, o ciclo de vida centrado nos serranos terminou das formas mais extremas. Uma das histórias mais marcantes, protagonizada por um dos últimos habitantes da Cerdeira, com um crime na sequência de um litígio relacionado com a partilha das águas de rega, foi adaptada ao cinema pelo realizador João Mário Grilo, com a colaboração de Paulo Monteiro (na qualidade de argumentista), que conheceu de perto essa tragédia e foi muito tocado pela vida de solidão daquele montanhês que não quisera sair da sua aldeia.

A construção do argumento parte desse facto verídico, considera as dificuldades dos pequenos lugares e o drama da vida na montanha, mas explora sobretudo a tenacidade do Sr. Constantino, tudo recriado num enredo semi-ficcionado. O filme, sugestivamente intitulado *O Fim do Mundo*, mostra, no

8.2 Suportes geo-económicos: fragilidades e “derrocada”

8.2.1 A componente agro-silvo-pastoril

«Aproveitando o desenvolvimento de rechãs e a proximidade de vales, todas as aldeias serranas testemunham, pela tipologia, pela estrutura das habitações, pelo material de construção e pela dimensão que apresentam, a precária economia onde se inseria a população que as habitava» (CRAVIDÃO, *op. cit.*, 36-37).

Os lugares serranos da Lousã tinham uma actividade do tipo agro-silvo-pastoril de montanha. Contudo, as dificuldades impostas pelas condições naturais eram, como são actualmente, muito significativas. Os solos são extremamente frágeis e pobres. A forte inclinação das vertentes, para além de dificultar o trabalho agrícola (pelo maior dispêndio de tempo na execução das tarefas e de energia que acarreta), no Inverno, quando as precipitações são mais abundantes, facilita a erosão e o conseqüente arrastamento do solo, deixando o xisto quase desnudado. Face a estes condicionalismos e problemas, a única forma de valorizar e utilizar as vertentes era através da construção de socialcos. Para encher os tabuleiros sustentados por muros de pedra xistosa, os homens e as mulheres efectuavam o penoso trabalho de carregar o magro solo, em cestos, do fundo do vale para o cimo – em certos casos, anualmente. Só assim era possível manter a superfície agrícola necessária ao abastecimento regular dos residentes (e não seriam muitos os excedentes, mesmo naqueles anos um pouco mais generosos).

Repartidas entre seca e regadio, as terras eram enriquecidas com estrume natural (composto de carqueja, mato, tojo e algumas folhas, nomeadamente de castanheiro, misturadas nas lojas do gado, com os excrementos dos animais). Contudo, a aptidão agrícola

final, o velho Constantino (papel interpretado pelo falecido actor José Viana), depois de cumprir a pena de prisão, no regresso (inevitável) à sua aldeia (Gesteira, segundo a versão cinematográfica). E logo aí tem um choque brutal com a nova realidade da montanha: a sua antiga casa (entretanto vendida pelos sobrinhos residentes em Lisboa) está ocupada por novos habitantes, estrangeiros.

A derradeira imagem mostra o velho serrano, a caminhar montanha acima (a montanha de que nunca se desprendeu), sob um céu de nuvens escuras, rumo a lado nenhum ou talvez a um qualquer outro refúgio na sua montanha, longe da sociedade e do mundo que nunca procurou conhecer. Na realidade, trata-se do drama de alguém que quis voltar, sozinho e desiludido com todos, para o seu lugar, de onde nunca pretendia partir, entretanto vazio e saqueado por visitantes. Nele ajeitou uma velha casa de chão térreo e foi lá que preferiu viver e trabalhar até ir para o Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia (Lousã), onde anos depois veio a falecer. São histórias de vida como esta, impressionantes, que marcam a geografia (do abandono) das aldeias serranas da Lousã.

dos solos e a disponibilidade de água para irrigação são diferenciadas nos lugares serranos: da escassez de solos e maior carestia de águas para regar, como acontece parcialmente no Casal Novo e Chiqueiro, e particularmente nas Silveiras – limitações que terão influenciado de forma decisiva o abandono “precoce” destas últimas aldeias, tal como o problema do isolamento –, aos solos menos pobres, mais desenvolvidos, em plano mais extenso e com menor pendor das vertentes, bem como maior disponibilidade de água (regatos e nascentes), mesmo no estio, como acontece no Candal, onde a esmagadora maioria das terras são de regadio. A carestia de água explica também a prática dos “afolhados” (expressão local), por exemplo no Talasnal, com a alternância anual rega/seca (e respectivas produções) em todas as parcelas de determinado sector da aldeia, mais concretamente naquele abrangido pelo designado “rego de cima” (a sudoeste da linha mais elevada da aldeia). Também por isso, «No verão, [os habitantes] têm o cuidado de fazer o *enfardo* ou *empalho* do milho (cobrir com fetos ou com palha de centeio a terra), a fim de que os efeitos das regas sejam duradouros e de obstar a que os terrenos sejam arrastados com as águas» (Espírito SANTO, 1954: 36).

A distribuição das águas destinadas a rega e as estruturas a ela associadas¹⁶² revelam a capital importância desse elemento no ciclo agrícola e na própria sobrevivência da população. As aldeias serranas formam uma guarda-avançada no interior de uma “concha” drenada pelos fios de água que se desprendem das grandes linhas de cumeeada da montanha (figura 52) – Pessegueiro (709 metros), Espigão (951 metros), Candal (1062 metros), Trevim (1205), Ortiga (928 metros) – e alimentam a ribeira de São João, valeiro profundo e entalhado que rasga o coração da serra no termo da Lousã. Franco de Cima, Franco de Baixo e Bemposta assinalam as cabeceiras da bacia hidrográfica da ribeira Maior, dominada pelo interflúvio Ortiga–Lomba do Mouro (768 metros).

A partilha das águas gerava frequentemente dificuldades e desentendimentos graves entre os proprietários/utilizadores. A situação vivida no Candal, no final dos anos 20 do século passado, era de tal ordem (coincidindo com uma fase de crescimento demográfico e um contexto económico agravado com a grande depressão internacional)

¹⁶² O aproveitamento das águas correntes realizava-se através de alinhamentos perpendiculares ao curso de água (nascentes e regatos), escavados na terra sem qualquer obra de alvenaria, que riscavam as vertentes das aldeias. A lei da gravidade condicionava a arquitectura de todo o sistema. Dos regos ou levadas de rega partiam os ramais de ligação às pequenas parcelas que configuravam uma enorme manta de retalhos. A construção de tanques, com pedra solta e terra, nos leitos das linhas de água, no início da Primavera, servia o objectivo de armazenar alguma água que depois era utilizada na irrigação. As águas de nascente eram aproveitadas sem represa ou represadas em poças, cavadas na terra, junto da nascente.

que os proprietários de terras de rega reconheceram que as águas correntes não podiam permanecer mais tempo na indivisão, e por isso requereram a sua divisão, em proporção da superfície e necessidade dos prédios irrigados e tendo em atenção os antigos regos e açudes existentes.

O essencial dos documentos originais foi publicado, em 1934, pela Tipografia Lousanense, sob o título *Auto de Divisão de Águas do Candal (Ano de 1929)*, opúsculo que é de grande relevância para o conhecimento detalhado do processo de utilização e repartição de águas na aldeia, para além de fornecer indicações importantes sobre a população residente e/ou proprietários envolvidos, bem como acerca da estrutura da propriedade¹⁶³.

Duas imagens que podemos situar em meados do século passado ilustram a organização da aldeia, numa época de grande intensidade de ocupação. A primeira, mais abrangente, incide no sector a norte do Candal balizado pela antiga escola (fotografia 18); foi publicada pelo Professor Orlando RIBEIRO no *Livro-Guia da Viagem ao Portugal Central*, realizada no âmbito do “Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional” (Lisboa, 1949). A segunda, que é a primeira imagem colorida que conhecemos das aldeias serranas¹⁶⁴, retrata com algum pormenor a ocupação dos campos em torno do casario da mesma aldeia (fotografia 19).

No tocante à morfologia agrária, importa referir que as parcelas eram de pequena dimensão e de forma bastante irregular. Apesar do espírito de comunitarismo rural, por vezes aparecem algumas parcelas vedadas (com muros de pedra ou através de filas constituídas por videiras), para impedir a entrada do gado alheio e os seus efeitos desastrosos. Pelos mesmos motivos, no Talasnal os antigos caminhos da aldeia, subindo as ribeiras de São João e da Vergada, estão ladeados de muros de pedra solta, serpenteando os campos de cultivo – tal como acontece no Candal em direcção às cumeadas da montanha.

¹⁶³ Para que se perceba a complexidade da estrutura fundiária, a documentação publicada permite referenciar quase oito centenas de prédios cultivados submetidos ao processo de divisão de águas. Mais de 40% correspondem ao “Rego do Pé da Tojeira”, o mais importante, pois abrangia o sector nascente (com melhor exposição solar) da vertente mais soalheira, a montante da E.N. n.º 236, desde a proximidade da antiga escola primária até ao ribeiro principal, quicá o núcleo genético da aldeia, de onde partiam os velhos caminhos de ligação com o vale, cruzando o Lagar da Ermida, e com as aldeias vizinhas (Cerdeira e Silveiras; Catarredor e Vaqueirinho).

¹⁶⁴ A publicação desta imagem deve-se à gentileza do Dr. Manuel Louzã Henriques.



Fonte: Orlando RIBEIRO, 1949.

Fotografia 18 – Organização espacial do sector setentrional do Candal, atravessado pela estrada nova da Serra, no final dos anos 40



Fotografia 19 – Vista parcial da aldeia do Candal (em meados do século XX)

A estrutura da propriedade fundiária revela a extrema divisão das terras de cultivo e das parcelas de floresta (pinhal e castanheiros) e mato (ocupando o anel exterior aos terrenos de cultivo), que em sede de herança (por vezes ainda em vida do proprietário e, regra geral, realizada sem qualquer registo formal, isto é, sem escritura lavrada no serviço de notariado) eram divididas por todos os herdeiros em partes iguais.

As culturas utilizadas, e que melhor se adaptavam às características dos solos da montanha, eram o milho, o centeio (nas terras de seca), as hortaliças, o feijão, a batata e a abóbora. Tratava-se, portanto, de um sistema de cultura caracterizado pelo domínio da policultura, assente na total e contínua ocupação do solo (configurando uma autêntica manta de retalhos) e na utilização de abundante mão-de-obra. As árvores de fruto eram raras, excepto as cerejeiras, as ginjeiras e os castanheiros, embora aparecessem em posição periférica às parcelas, como aliás se compreende pela exiguidade das mesmas e pela escassez de solos com aptidão agrícola.

A tecnologia utilizada era muito rudimentar (perante as características desta área, dificilmente seria possível utilizar uma técnica mais avançada), constituída por enxadas, ancinhos, roçadeiras e machadas, que regra geral eram compradas nos estabelecimentos comerciais da Lousã. Quase todas as tarefas agrícolas eram realizadas por via da força humana. Como assinalaram OLIVEIRA, GALHANO e PEREIRA (1983: 33), a respeito dos processos mais elementares de preparação das terras, «na Serra da Lousã, onde os terrenos de cultivo têm um declive muito acentuado, toda a preparação da terra é mesmo feita com o *engaço*; as cavas começam sempre do lado de baixo para o de cima, devido ao extremo declive; e este facto, conjugado com a acção das chuvas do Inverno, provoca o descaimento da terra, descarnando o lado de cima e obrigando todos os anos a transportá-la para esse lado, em cestas (...)».

Além da força humana, era utilizada a força dos animais, nomeadamente dos bois, embora isso correspondesse a uma situação pouco comum. Esses animais circulavam, com dificuldade, pois os caminhos eram estreitos e tortuosos. Por esses motivos, eram mais utilizados para a produção de estrume e para vender a sua carne, do que propriamente para usufruir da sua força; por outro lado, tornavam-se muito dispendiosos, passados alguns meses, o que levava a que apenas os proprietários mais ricos os possuíssem (MONTEIRO, *op. cit.*). De igual modo, mediante contrato com negociantes ou lavradores da vila, alguns serranos recebiam esses animais ainda jovens, para os alimentar, ficando, depois do período de maior crescimento, prontos a entrar no circuito comercial, alicerçado nas principais feiras de gado da região (de Coimbra até Castelo Branco e Santarém).

Os cereais panificáveis produzidos na Serra eram transformados nos moinhos, construções exíguas (algumas eram o resultado do aproveitamento de fragas, guarnecidas com uma ou outra parede e atapetadas com lousas ou telhas de canudo, sobre ripado de castanho) dispersas pelas principais linhas de água que rasgam a montanha. Pensamos que parte dos moinhos eram meios de produção de natureza colectiva, ou pelo menos

aparecem ligados a regime de compropriedade. O regime fluvial explica a existência de moinhos de Verão e de Inverno, utilizados em função do caudal de alimentação das levadas.

Com uma agricultura de mera subsistência, quase sem perspectivas de produção de excedentes para introduzir no mercado, não era possível obter rendimento visível, regular, nem acumular capital para realizar qualquer tipo de investimento (nomeadamente o necessário ao progresso da actividade agro-pastoril). E mesmo as condições de base local, para esse hipotético desenvolvimento, não estavam, em grande parte, reunidas. MONTEIRO (*op. cit.*) explica muito bem as dificuldades técnicas e as adversidades locais ao progresso material dos lugares, nomeadamente a ausência de bens materiais (como a disponibilidade de terras para animar o mercado de imóveis rústicos) ou de meios de produção (inovadores) que permitissem absorver algum capital reunido pela população serrana que participou nos movimentos migratórios.

Mas teriam os serranos perspectivas de melhorar as condições materiais de existência, em outra actividade local fora da agricultura?

Paralelamente à actividade agrícola, praticava-se a **pastorícia**¹⁶⁵, em especial ligada ao gado caprino.

No Candal, seja pelo número mais elevado de população residente, seja pela maior disponibilidade de espaços para pastagem, nos anos 30 do século passado, existiam cerca de duas mil cabeças de gado. Três décadas depois, o rebanho estava reduzido a menos de um milhar de animais, e nos anos 70, quando terminou o pastoreio colectivo, o número de animais rondava uma centena. Esta diminuição, que atingiu as outras aldeias, decorre sobretudo da redução substancial da área de pastagens livres, que, por sua vez, é consequência da submissão de parte significativa dos antigos baldios serranos ao regime florestal. O declínio do pastoreio foi (mais) um elemento decisivo para a desagregação da frágil economia serrana.

Importa explicar que o gado constituía principalmente um “capital de reserva”, sendo, portanto, o “cofre de todas as economias”. Na expressão de um antigo serrano (largos anos emigrado, primeiro no Brasil e depois nos Estados Unidos da América), na primeira metade do século XX quase não havia dinheiro entre os habitantes da Serra.

¹⁶⁵ Duas vezes em cada ano era necessário contar o número de cabeças de gado – em Março/Abril, por ocasião da entrada dos cabritos no rebanho, e em Setembro/Outubro, devido à venda de alguns animais –, para redistribuir a tarefa do pastoreio em função da evolução numérica do rebanho e sua relação com os proprietários da aldeia.

Para comprar um par de sapatos, pagar os impostos ou adquirir qualquer utensílio para a lavoura, era necessário vender uma ou duas cabeças de gado. Pode afirmar-se que estas duas actividades, a agrícola e a pastoril, se completam (MONTEIRO, *op. cit.*), isto é, se por um lado a agricultura tem como função principal o auto-consumo, havendo muito raramente troca de excedentes (entrando estes no circuito de comercialização), o gado tinha como função quase exclusiva permitir as trocas monetárias, trocas estas feitas a partir da venda do mesmo.

Para além da actividade agro-pastoril, havia a “exploração” de **oliveiras e castanheiros**.

Nas aldeias serranas da Lousã, como em tantas outras áreas montanhosas, a castanha foi durante muitos séculos o principal alimento das populações rurais¹⁶⁶. A castanha pilada¹⁶⁷ (seca nos “caniços”) era muito utilizada na alimentação dos habitantes, em particular quando os nevões de Inverno não permitiam sair de casa. Também era dada ao gado, sendo um alimento de reconhecido valor na engorda dos suínos, tal como as landes dos carvalhos recolhidas no Outono.

Ainda hoje a toponímia serrana reflecte a importância dos castanheiros: os soutos do Bracejal, Loiral, Porto Estieiro, Cova do Barco e Cova Rasa, nas encostas da ribeira do Catarredor e do Candal, são disso exemplo. A Lomba do Souto Redondo, a Lomba do Souto de Alvelo (concelho de Pedrógão Grande) e o Souto Ramalho (Campelo, Figueiró dos Vinhos) assinalam outros locais, relativamente próximos, onde o castanheiro teve igualmente significativa expressão florística.

As oliveiras tinham também grande importância – embora a pobreza do solo não permitisse árvores de grandes dimensões –, e daí a existência de quatro lagares (movidos a energia hidráulica) para a transformação da azeitona: dois no Talasnal (na extremidade sudoeste da aldeia); um no Candal (junto à E.N. n.º 236) e um outro (o lagar da Ermida ou do Evaristo) localizado na proximidade da confluência da ribeira da Cerdeira,

¹⁶⁶ A produção de castanha terá sido afectada pela chamada “doença da tinta” que desde finais do século XIX varreu o país. Segundo PAIVA (1990), a introdução e a difusão da cultura da batata e de outras culturas (nomeadamente o milho grosso e o feijão), assim como a expansão da fruticultura, contribuíram significativamente para o decréscimo da castanha como alimento básico, o que também levou a uma diminuição da área por ele ocupada, pois a população passou a considerar a planta não como produtora de um alimento, que até era armazenável, mas como fornecedora de madeira e até de lenha.

¹⁶⁷ A castanha, apesar de “conservada”, não se aguentava sã até ao início da nova colheita (raramente ultrapassava o mês de Abril), devendo-se a esse facto as soluções encontradas para otimizar o seu consumo e escoamento, uma vez que também seria das poucas ou mesmo a única produção excedentária (em quantidade e com alguma regularidade).

Catarredor e Candal, perto do início da levada que conduz a água para alimentar as turbinas da central hidroelétrica da Ermida.

Como se trata de uma altitude limite para a vinha, esta estava presente de forma modesta (distribuição geográfica e produção) e resumida às vides americanas que subiram as encostas serranas da Lousã, introduzidas na sequência da terrível filoxera que na transição dos séculos XIX-XX deixou marcas de destruição e reduziu a quase nada parte importante do vinhedo de diversas regiões do País.

A recolha de **lenha** e a produção de **carvão** eram outras actividades de grande importância na Serra e destinavam-se ao consumo interno e, sobretudo, à venda, na vila da Lousã. A primeira actividade era efectuada por jovens e crianças, e mais tarde, após a emigração, pelos mais pobres. A produção de carvão era uma actividade muito difícil¹⁶⁸, morosa e exigente (do ponto de vista físico): era necessário arrancar aos penedos as raízes da torga e do mato; depois abrir um buraco enorme para enterrar as cepas, atear o fogo e controlar a combustão (tapando com terra) durante horas a fio. Vale de Nogueira era o lugar mais importante no âmbito desta actividade¹⁶⁹. Cerdeira, Catarredor e Talasnal, no primeiro terço do século XX, tiveram ainda carvoeiros entre os seus habitantes. Mesmo na Serra, a actividade gerava alguma controvérsia, pelos danos causados, e perante um cenário de carestia de lenha e mato. Também por isso, o carvão era feito longe dos lugares e muitas vezes de noite.

A produção de carvão e a figura dos carvoeiros (fotografia 20) terão funcionado como uma espécie de espelho, através do qual as elites desse pequeno mundo rural (a vila) olhavam de forma depreciativa os habitantes das aldeias serranas, pelo menos até meados do século passado, quando a dependência da vila em relação à Serra, por via do consumo de carvão e lenha, diminuiu de forma substancial.

João Luso, na obra *Viajar*, recorda a imagem dos serranos do final de Oitocentos, a partir da projecção da figura dos carvoeiros: «No meu tempo de rapazinho, os serranos eram personagens de anedota camilesca, infinitamente boçais, que inspiravam todos os

¹⁶⁸ Como assinala COELHO (1954: 24), a respeito da Serra de Montesinho, «Entre as pequenas indústrias locais, o primeiro lugar é ocupado pelo *fabrico de carvão* vegetal, na serra, com raízes queimadas.

Os carvoeiros chegam a viver no monte, mesmo como animais ou, se quisermos, como primitivos, pois a sua casa é uma simples caverna na rocha (...). Estes infelizes passam grandes privações na luta pela vida. Por vezes, bloqueados pela neve, sem poderem sair da caverna, servem-se daquela para fazer a comida».

¹⁶⁹ Um documento dos derradeiros anos do século XIX, guardado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Lousã, regista mais de duas dezenas de carvoeiros em Vale de Nogueira.

escárnios». Apareciam «(...) à semana na vila sempre enfarruscados e com aspecto mais de diabos que de “almas cristãs”. As crianças fugiam deles; e a muitas pessoas grandes faltava a coragem de os encarar... Aos domingos vinham à missa e ao mercado; e então a figura se lhes convertia de sinistra em caricatural. Deixando de semear o terror, passavam a provocar a surriada» (LUSO, 1932: 127).



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Fotografia 20 – A carvoeira das aldeias serranas da Lousã, segundo imagem antiga (final de Oitocentos/ alvor do século XX)

Álvaro Viana de Lemos, cerca de 1950, deixou-nos, também, um retrato dos carvoeiros, quando a Serra era antevista como recurso fundamental para a ideia emergente do turismo lousanense: «Sujos de carvão, baixos, com a cara redonda e os olhos pequeninos vagamente lembravam um tipo mongólico... Entravam na vila pela Cruz de Ferro ou pelo Hospício; e era então da peça descansar alijando a carga, e lavarem-se na Fonte

Arcada ou na bica do tanque de Santo António; calçavam-se e vinham proceder à venda do carvão e da respectiva carqueja que tapava a boca do negro e remendado saco; vi-nham já de cara lavada, mas nem por isso mais brancos ou mais bonitos; sempre com ar humilde e fatigado daqueles para quem a vida é dura e sem alegrias de abundância ou de prazeres elevados ou de largos horizontes» (LEMOS, *op. cit.*, 122-123).

Como já referimos, a intervenção pública nos baldios constituiu uma das grandes mudanças estruturais que afectou o modelo geo-económico das aldeias, coincidindo com um período de crescimento efectivo da população (quadro 25). A análise do quadro estrutural que antecedeu e acompanhou a florestação estatal dos baldios, pretende contribuir para explicar as implicações desses processos nas aldeias e na Serra (balizadas entre a desagregação funcional e a abertura progressiva que prefigura novos usos).

8.2.2 O problema dos baldios e da sua florestação

Como assinala VARETA (1985: 48), «ainda se sabe pouco sobre a distribuição e a estrutura da floresta portuguesa antes das degradações antrópicas», uma vez que são raros os documentos que permitem averiguar a situação florestal portuguesa até aos meados do século XIII.

O caso mais conhecido, de reconstituição da dinâmica das formações vegetais e da vida humana no pós-glaciar, é a Serra da Estrela. Por sua vez, a Serra do Gerês e os vales inferiores do Tejo e do Sado encontram-se também entre as áreas que têm merecido particular atenção aos estudiosos desta temática¹⁷⁰.

Para a Serra da Lousã não existe investigação com este pormenor¹⁷¹. Mas também aí a vegetação sofreu grandes alterações, independentemente da natureza e intensidade dos processos e dos agentes envolvidos¹⁷².

¹⁷⁰ A análise polínica, a datação baseada na progressiva desintegração do Carbono 14, assim como os estudos dendrocronológicos e antracológicos são hoje importantes ferramentas para o melhor conhecimento da vegetação portuguesa.

¹⁷¹ O xisto que domina de forma esmagadora a montanha não é um arquivo polínico (ao invés das turfeiras que encontramos na Estrela). Eventuais paleo-solos configuram uma remota possibilidade da existência de elementos susceptíveis de permitir uma leitura interpretativa da história da sua vegetação.

¹⁷² O grande declínio dos ecossistemas florestais de Portugal iniciou-se com o desmoroamento das estruturas sócio-económicas da Idade Média, acentuando-se nos séculos seguintes, devido a diversos factores, nomeadamente: construção naval na altura da expansão marítima (séculos XV e XVI); actividade agro-pastoril; crescimento demográfico e expansão urbana; incêndios florestais; plantações maciças de pinhal e eucaliptal (VARETA, 1986; DAVEAU, 1989).

Podemos admitir, seguindo PAIVA (*op. cit.*) e VARETA (*op. cit.*), que a Serra da Lousã terá sido coberta por folhosas, em especial do género *Quercus*. Essa floresta caducifólia poderá ter sido destruída, na sua grande parte, devido a desastres “naturais”, especialmente incêndios provocados, quer por fenómenos naturais, quer pela actividade humana. Talvez se tenha verificado uma regeneração muito lenta dessa floresta de folhosas até à Idade Média, quando uma nova fase de desflorestação assaltou a montanha.

Os «primeiros indícios do valor que começava a ter a madeira, à medida que a desarborização da serra progredia» (DAVEAU, 1988: 23) decorrem de uma sentença (1467) de D. Afonso V na sequência de conflitos entre os povos serranos da Lousã e de Pedrógão Grande motivados pela utilização dos principais recursos dos baldios (as pastagens e a madeira). Assim, aquando da fixação humana no sector setentrional da Serra, a floresta tradicional de folhosas já estaria bastante degradada.

O problema da desflorestação e dos incultos começava a preocupar o poder municipal¹⁷³. Ainda na primeira metade do século XVIII é estabelecido o «Acórdão sobre as lenhas dos rios e pessoas que fazem carvão e sobre gados que entram nas tapadas fechadas e a respeito das pessoas que nas moitas cortam vergas» (MEXIA, *op. cit.*, 123-126), no sentido de «(...) cuidar o grande dano que resulta à utilidade pública pelo corte das lenhas que se faz na serra desta vila para trazerem rio abaixo e na recondução delas pelo dito rio (...)» e também actuar contra a «(...) devassidão com que se faz carvão na dita serra para a serra e para fora dela em grande prejuízo desta por causa das lenhas e estrumes». Contudo, os resultados obtidos não terão produzido efeito significativo e, portanto, o problema na sua essência manteve-se e até se agravou nas décadas seguintes.

Descrições corográficas e relatos de viagem – as primeiras relativas ao século XVIII, publicadas pelo Padre Luís CARDOSO (1747), e os segundos reportando-se à centúria de Oitocentos, com a assinatura de H. LINK (1805), Adrião Forjaz de SAMPAIO (1838), Alexandre HERCULANO (1853), José Carlos EVERARD (1868),

¹⁷³ No plano nacional, diversos documentos confirmam a preocupação régia em relação ao estado de crise (degradação e pobreza florística) da floresta, a ponto de se tomarem medidas de protecção. De entre as primeiras medidas estão as leis publicadas em 1495 e integradas nas *Ordenações Manuelinas*. Mais tarde, a famosa *Lei das Árvores* (1565), no reinado de D. Sebastião, foi promulgada para promover a florestação nos baldios ou propriedades privadas de todos os municípios, e acabou por contribuir para o incremento do pinhal (pinheiro manso e bravo). Assim, e também na sequência de outras medidas no mesmo sentido, Em poucos séculos as montanhas portuguesas «transformaram-se então num imenso pinhal, não natural dessas zonas montanhosas» (PAIVA, 1988: 78) que tinham sido cobertas fundamentalmente por carvalhais caducifólios.

J. RIVOLI e Bernardino de Barros GOMES (1873), Júlio HENRIQUES (1887) – dão conta da degradação progressiva da floresta no decurso dos séculos XVIII e XIX¹⁷⁴. A acção conjunta dos elementos acima referidos e um contexto marcado pela crescente necessidade de madeira destinada aos usos domésticos, actividades artesanais e construção civil, e ainda o aumento de procura (e corte) de mato, explicam a profunda degradação da cobertura vegetal e desarborização da montanha.

Reconhecemos em algumas destas fontes e a partir da análise de documentação guardada no Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Lousã e no Arquivo da Universidade de Coimbra, os primeiros resultados da aplicação de medidas preventivas e de estímulo da rearborização (alicerçada no pinheiro bravo) promovidas pelo município da Lousã nos extensos baldios do município, por conta própria ou por via de incentivos aos particulares (CML, 1863; 1868; Barros GOMES, *op. cit.*).

As medidas de promoção da reflorestação tinham igualmente o objectivo de prevenir e atenuar os efeitos catastróficos dos temporais¹⁷⁵ (figura 53), nas aldeias serranas e na vila. Se essas primeiras experiências (século XIX), envolvendo o município e alguns proprietários, produziram resultados positivos, também não deixa de ser verdade que a grande mancha serrana permanecia desarborizada na jurisdição do concelho (fotografias 21 e 22) e de outros municípios confinantes que partilham a montanha.

¹⁷⁴ Com o propósito de alicerçar estas teses, convocamos quatro extractos de texto coevos, de entre as fontes acima mencionadas, que cobrem o período de tempo balizado entre meados de Setecentos e o final da centúria seguinte:

– «A Serra da Lousã he empinada, aspera, e agreste. Produz mato inculto, e bravio, alto e rasteiro, que serve de pastagem aos gados dos moradores das suas visinhanças; e entre elle ha muito carvalheiro, que dão lande para os porcos» (CARVALHO, 1747, cit. por DAVEAU, *op. cit.*, 100).

– «As montanhas só de mato rasteiro» (HERCULANO, 1853, cit. por DAVEAU, *idem*, 104).

– «Para todos os lados [da serra] apenas se divisam urzes, ou penhascos, a lomba dos montes, ou profundos desfiladeiros» (SAMPAIO, 1938: 33).

– «A serra da Louzã e regiões visinhas apresentavam-se com mau aspecto». (...) A vegetação d'estes terrenos não é rica. O facto mais sensível, facto infelizmente muito geral em Portugal, é a falta de arborisação.

As especies de genero *Quercus* não são abundantes. A cobertura vegetal de todos estes terrenos é formada por limitado numero de espécies» (HENRIQUES, 1887: 102).

¹⁷⁵ Mesmo nos meados do século, esses efeitos eram ainda sentidos: «(...) perto da Lousã, numa área de quatro mil hectares, a quantidade de terra anualmente arrastada pelas chuvas foi avaliada em dez mil quinhentos e oitenta e três metros quadrados, o que representa dois centímetros e meio de solo, isto em consequência também da destruição do arvoredo que anteriormente cobriu essa região (Baeta NEVES, 1956: 55-56).



Fonte: Baeta NEVES, 1956: 57.

Figura 53 – A degradação das bacias hidrográficas e a desregulação dos caudais: destruição a montante, assoreamento a jusante. O exemplo do rio Mondego

O intuito de valorizar a Serra, na perspectiva económica, e a procura de novas receitas, levaram a Câmara da Lousã, no início do século passado, a pedir a florestação estatal para os seus baldios¹⁷⁶. Os argumentos apresentados fundamentavam-se na incapacidade económica de reflorestar, a expensas próprias, as extensas áreas de baldios do seu termo administrativo. Curiosamente, as primeiras áreas (705 ha) submetidas ao regime florestal foram as matas do Braçal (164 ha), Cabeça Gorda (22 ha) e Sobral (519 ha), localizadas a nordeste da bacia topográfica da Lousã, áreas com

¹⁷⁶ Em Portugal, trata-se de um período, a nível da política económica, marcado por interesses repartidos entre a arborização dos incultos/baldios e o aumento da produção agrícola, movendo-se preocupações quanto ao destino dos incultos nos latifúndios meridionais e dos baldios serranos a norte do Tejo (VARETA, 1993). O “Regulamento do Regime Florestal”, publicado em 1903, diploma com 311 artigos, «fixa os trâmites de todo o processo de inclusão, submissão, preparação dos projectos de arborização e a respectiva execução e modalidades de exploração» (VARETA, *op. cit.*, 135).

características morfo-estruturais e litológicas bem diferentes da Serra da Lousã. Corria o ano de 1909.



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Fotografia 21 – Imagem das vertentes (em geral sem vegetação), no sector entre as aldeias serranas e a Lousã (1920/30)



Fonte: Arquivo Histórico da C. M. da Lousã

Fotografia 22 – Imagem do interior da Serra da Lousã, captada nos anos 30; ao centro destaca-se o Catarredor e ao fundo a silhueta das Silveiras

Em 1917 foram incluídas as primeiras áreas baldias da Serra, com a criação do perímetro florestal da Serra da Lousã (2316 ha). Três anos depois, foi ampliado o seu perímetro florestal com mais 2144 ha. Em meados dos anos 20, começaram as grandes sementeiras de penisco na Serra, tarefa continuada nas décadas seguintes, embora com diferente intensidade, sendo certo que terá sofrido um incremento a partir da segunda

metade dos anos 30¹⁷⁷, que só foi retomado nos anos 50, após os efeitos depressivos da Segunda Guerra Mundial.

Duas fontes coevas revelam-se de grande importância para ler a evolução da inclusão ou submissão dos baldios ao regime florestal, até ao final dos anos 30. Com base nos elementos recolhidos e tratados por VARETA (1993) extraímos a informação que mais interessa ao presente estudo. Assim, no “Plano de Povoamento Florestal” (1940), segundo dados dos Serviços Florestais relativos ao ano de 1936, consta que dos 4460 ha de baldios do concelho da Lousã sob regime florestal, estavam arborizados apenas 411 ha. No mesmo documento, embora com base na “Memória sobre o reconhecimento dos baldios no norte do Tejo, efectuado em 1935” pela Junta de Colonização Interna, podemos constatar que o perímetro florestal da Lousã tem 5180 ha, dos quais 1045 se encontravam arborizados, valor que deve reflectir a arborização das matas da Lousã (nas freguesias de Casal de Ermio e Serpins) e da Serra no termo do concelho (nas freguesias de Vilarinho e Lousã). Contudo, o carácter arbitrário de apreciação das superfícies envolvidas no processo decorre da escolha do ano da inclusão (primeira etapa) ou submissão (passagem ao regime florestal), ou ainda da criação definitiva ou parcial dos perímetros.

Segundo informação publicada por VARETTA (*op. cit.*) e os elementos recolhidos por LOURENÇO (1996), podemos traçar o seguinte cenário evolutivo da submissão dos baldios serranos ao regime florestal parcial, de 1940 a 1963, naquilo que diz respeito à Serra da Lousã e a outros contrafortes da Cordilheira Central:

- 1940 (e 1963), Castanheira de Pêra (Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos): 2.942 ha; Rabadão (Góis): 2.400 ha; Penela (Penela e Miranda do Corvo): 2028 ha;

¹⁷⁷ Na década de 30, com a consolidação do novo regime político afirma-se o objectivo de arborização maciça dos baldios serranos, campanha que teve apoio em medidas que obrigaram as câmaras municipais e as juntas de freguesia a inventariar os baldios nos limites da sua jurisdição, na Lei de Reconstituição Económica de 1935 (que apontava para o intervencionismo estatal na vida nacional, por via de um programa de investimentos públicos desdobrado em 15 anos), na instituição da Junta de Colonização Interna (1936) – com o objectivo de fomentar as infra-estruturas de regadio e a instalação de casais agrícolas, bem como o reconhecimento dos baldios – e, finalmente, na Lei de Povoamento Florestal (1938) que «determina, de modo conciso mas incisivo, as modalidades genéricas à arborização em todos os perímetros (VARETA, *op. cit.*, 163), quadro normativo que abriu caminho ao Plano de Povoamento Florestal (1940). Este seria desenvolvido durante um período de 30 anos (portanto até ao final dos anos 60), envolvendo a florestação de mais de 400.000 ha e um conjunto de infra-estruturas que tinham de acompanhar a arborização, como, por exemplo, quase um milhar de casas de guarda, a construção de cerca de 2.500 quilómetros de caminhos e uma rede telefónica de perto de 6.000 quilómetros. No início dos anos 70, quando o processo conhece uma diminuição do seu ritmo, que, aliás, não mais se alterou, estavam florestados 272.500 ha e abertos 1.600 quilómetros de estradas florestais (*idem*).

- 1941, São Pedro Dias e Alveite (Vila Nova de Poiares) (371 ha); Serra da Aveleira (Arganil): 4.977 ha; Senhora das Necessidades (Arganil; Oliveira do Hospital e Seia): 5.413 ha; São Pedro de Açor (Arganil): 2.957 ha;
- 1942, Góis: 7.970 ha;
- 1955, Pampilhosa da Serra: 5.876 ha;
- 1963, Alge (Penela; Figueiró dos Vinhos; Miranda do Corvo): 1.780 ha.

Assim, a difusão do regime florestal – mediante a criação de perímetros (e núcleos) florestais – pelos maciços serranos da Cordilheira Central atingiu os concelhos de Castanheira de Pêra, Góis, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Penela, Arganil e Pampilhosa da Serra, para referir apenas os municípios serranos entre Lousã e Açor. A Serra da Estrela foi contemplada com mais de 20.000 ha, em 1958 (a juntar aos milhares de ha incorporados desde 1888), tal como no período de 1930 uma pequena parcela da Serra da Gardunha já havia sido integrada.

A inclusão dos baldios serranos no regime de florestação, comandado pelos Serviços Florestais, tornou recorrente o problema da sobrevivência da população, de modo que se percebeu a importância de deixar livre as áreas consideradas necessárias para que elas recolhessem os matos e as lenhas, nomeadamente os casais dos lugares, estes enquadráveis no conceito de baldios comuns (em princípio não arborizáveis), o que estabelecia uma diferenciação em relação aos baldios públicos (arborizáveis). O problema da “harmonização” dos usos com a arborização foi igualmente muito relevante.

O efeito da florestação sobre o declínio dos lugares serranos coloca-se essencialmente em dois planos:

- Por um lado, a redução drástica da área de livre pastoreio (figura 54), que é o elemento mais significativo, pois arrastou consigo a crise do gado¹⁷⁸, a

¹⁷⁸ A partir dos elementos estatísticos sobre o número de cabeças de gado caprino, publicados por LOURENÇO (*op. cit.*, 377), podemos dizer que, no concelho da Lousã (projectando a leitura a partir do peso que sabemos terem as aldeias serranas no conjunto do município), a redução é visível em 1925, 1934, 1940 e 1955, quando passa de 5285 para 3512, 2650 e 1918 cabeças, respectivamente, o que aconteceu, portanto, no período de avanço da florestação e quando os condicionamentos de livre utilização dos baldios eram muito fortes. A redução do gado caprino entre 1934-1940 e 1934-1955 é uma das mais significativas do Pinhal Interior, o que reflecte bem a precocidade da submissão dos baldios ao regime florestal (pois o perímetro florestal da Serra da Lousã foi criado em 1917) e as suas consequências a este nível.

sua venda compulsiva e a impossibilidade de recompor esse pilar da frágil economia serrana. A imagem dos rebanhos a cruzar montanha e a deambular pelos terrenos baldios dos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Góis, naquela área de bordadura desenhada nas cumeadas da montanha, desapareceu definitivamente e, com ela, assistiu-se ao declínio irreversível da economia agro-pastoril.

- Por outro lado, a dificuldade em recolher lenha e mato. Este último era fundamental para os animais e para a adubação das terras, numa época em que a população havia aumentado muito (quadro 25) sendo, por isso, a pressão sobre os solos e a necessidade de produzir mais realidades incontornáveis. E mesmo admitindo o aumento de mato em resultado da florestação, o acesso deixava de ser livre, portanto ficava condicionado, acarretando, em certos casos custos económicos insuportáveis aos interessados¹⁷⁹.

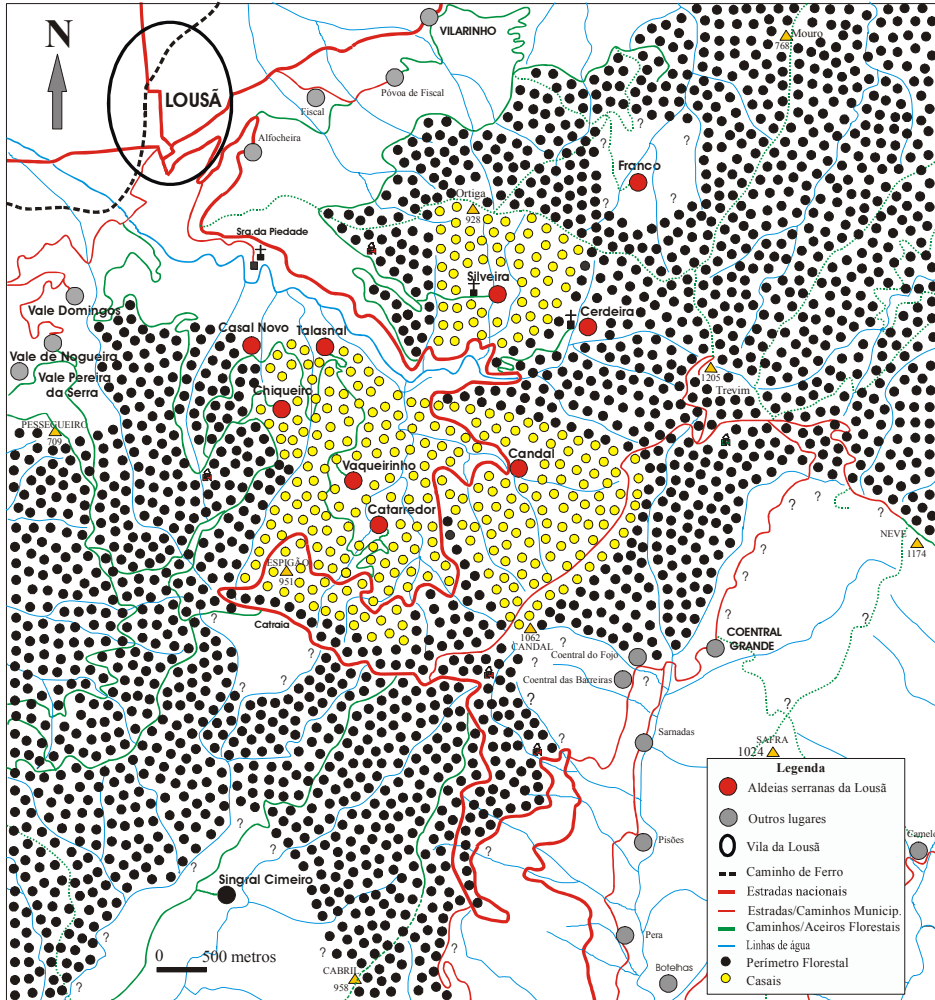
Estavam em confronto dois modos irredutíveis de utilização do espaço serrano: por um lado, os projectos dos silvicultores, apoiados pelo Estado Novo, e por outro, as práticas (e os direitos de utilização) seculares dos moradores. Por este motivo, estava também em causa a relação entre recursos endógenos, território e desenvolvimento social e económico.

Perante tais dificuldades, algumas povoações resolveram dividir o próprio casal pelas diferentes famílias¹⁸⁰, isto para que cada uma pudesse utilizar a sua parte da forma

¹⁷⁹ Num livrinho, datado de 1943, da autoria da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (Ministério da Economia), são estabelecidos os preços das vendas a retalho nas matas nacionais durante o ano económico de 1943. A 10.ª Administração Florestal, com sede na Lousã, tinha a seu cargo as Matas e a Serra da Lousã. Os preços praticados oneravam bastante o frágil orçamento familiar dos serranos. Em 1945 pagava-se, nos trabalhos agrícolas, cerca de dois escudos às mulheres e cinco escudos aos homens, para além de se lhes dar uma refeição ao meio-dia, às 17 horas e à noite. Ora, nessa época, uma carrada de mato roçado, proveniente das segundas limpezas, custava cerca de dez escudos!

¹⁸⁰ Assim, no Talasnal, na década de 40, o casal foi dividido em duas partes: metade continuava no regime de compropriedade e destinava-se ao gado e a outra parte foi dividida pelos habitantes da aldeia para aproveitamento de matos e lenhas. Com a crise do pastoreio e a redução drástica do número de cabeças de gado, a folha destinada a este foi repartida pelos habitantes, em “sortes” que cada um utilizava de acordo com os seus interesses. No Candal, o casal foi dividido à volta dos terrenos de cultivo e o resto permaneceu em comum. No Casal Novo e na Cerdeira, como não havia casal, os Serviços Florestais deixaram uma porção de terra à volta da aldeia para ser utilizada pelos moradores.

que entendesse: para cultivar, ter mato ou efectuar a sementeira de espécies florestais. Pouco a pouco, a floresta invadiu todas as áreas, incluindo as de cultura (MONTEIRO, *op. cit.*).



Elaboração própria

Figura 54 – Esboço do perímetro florestal e dos casais na área das aldeias serranas da Lousã

Não obstante as preocupações da gestão camarária¹⁸¹, tornava-se cada vez mais difícil a sobrevivência dos vários lugares da Serra da Lousã. MONTEIRO (*op. cit.*) advoga que os Serviços Florestais não respeitaram as indicações e recomendações dos povos serranos que foram transmitidas pela Câmara, procederam a sementeiras e plantações em áreas contíguas às culturas, árvores e até logradouros, desrespeitando as necessidades dessas populações e os acórdãos anteriores em que estavam patentes, de forma clara, as áreas específicas de intervenção e onde se procurou assegurar os direitos dos habitantes das aldeias serranas, no que diz respeito aos caminhos, às águas, pedra e matos. Apesar dos protestos das populações, a acção da Câmara foi pautada por uma certa inércia (voluntária ou por influência superior), acabando por enviar aos Serviços Florestais as conclusões extraídas do inquérito de 1927.

A opinião de quase todos os entrevistados e informadores com quem falámos durante a investigação, vai no sentido de que os Serviços Florestais, de um modo geral, respeitaram a área dos casais e as condições consideradas essenciais para a sua manutenção. Contudo, foram intransigentes na defesa e policiamento das áreas de baldio, submetidas ao regime florestal parcial, porventura por excesso de zelo.

A imposição deste modelo de florestação dos baldios abriu entre o Estado, os municípios e a sociedade rural uma importante “linha de fractura”¹⁸². Na Lousã, a

¹⁸¹ Perante as reclamações apresentadas pelas várias freguesias, a Câmara da Lousã tomou algumas medidas, diligenciando no sentido de salvaguardar os interesses locais baseados em reclamações aceitáveis e legítimas. Mandou, ainda, proceder à elaboração de um inquérito (aliás, obrigatório, segundo os artigos 14.º a 37.º do “Regulamento” de 1903), cujas conclusões passamos a transcrever:

– «Manutenção dos necessários caminhos de ligação entre as várias povoações da Serra, e bem como assim das servidões para propriedades, moinhos, lagares, etc., e das servidões de águas;

– Manutenção dos direitos dos povos e dos particulares à água para fontes e regas, bem como às quedas de água aproveitadas para moinhos e lagares;

– Manutenção da faculdade de explorar pedra nas pedreiras existentes ou noutras que a Câmara mande abrir;

– Reconhecimento insofismável do direito dos povos aos matos, lenhas e esteios, provenientes das limpezas normais das matas, sob a fiscalização dos empregados dos serviços florestais» (*Alma Nova*, 2/4/27, cit. por MONTEIRO, *op. cit.*, 234).

¹⁸² A luta pelos baldios é o tema central do romance *Quando os Lobos Uivam* (1958), de Aquilino Ribeiro. A obra incomodou o poder político de tal maneira que valeu a Aquilino Ribeiro um processo censório movido pelo Estado Novo.

O autor retrata, através de personagens ficcionadas, a teia de relações conflituosas entre o Estado e as populações locais, com disputas sangrentas pela posse e utilização dos baldios, como as que aconteceram na freguesia de Serpins (Lousã).

experiência anterior, particularmente a reflorestação da mata do Sobral, foi marcada por episódios de revolta popular e de grande contestação relativamente ao processo, numa palavra, em defesa dos direitos seculares de livre utilização e aproveitamento.

Inicialmente, as sementeiras e as infra-estruturas associadas (essencialmente a abertura de estradas, mas também a construção de casas para a guarda-florestal) ofereceram à população (homens e mulheres), quer da Serra, quer do próprio vale onde está instalada a vila, uma ocupação remunerada, embora sem carácter duradouro, o que significa que o trabalho assalariado¹⁸³ na floresta não constituiu uma alternativa viável, em relação ao sistema agro-pastoril.

Contudo, é preciso entender que, no período da 2.^a Guerra, foi a oferta de trabalho assalariado por parte dos Serviços Florestais que impediu que muitas famílias serranas morressem à fome, conforme recordam alguns dos nossos informadores. Foram tempos muito difíceis¹⁸⁴ para a Serra e para o País! Um alqueire de milho custava, a preço corrente, em 1939 (no início da Guerra), 7\$50 (0.038 euros); em 1943/44, no mercado negro, o preço chegou a atingir os 100\$00 (0,50 euros)! Importa referir que, nesse tempo, o salário diário de um chefe de família, a trabalhar na floresta, raramente ultrapassava os 8\$00 (0.04 euros), no regime de trabalho de sol a sol (com duas horas para a *sesta*, depois do *jantar* – ao meio-dia –, e meia-hora para a *merenda* – às 17 horas).

Em resumo, a progressiva degradação da cobertura vegetal e a incapacidade do município da Lousã em promover uma ampla e regular arborização da Serra estiveram

O romance aparece na senda de outras grandes obras literárias de incidência rural, que agarraram cada grande história que do meio rural irrompesse; é disso exemplo: *Volfrâmio*.

¹⁸³ Em meados dos anos 20 retomou-se a construção da estrada da Serra (Lousã-Castanheira de Pêra). Esse facto teve (igualmente) consequências a nível da oferta de emprego, que, no entanto, era de carácter temporário, não garantindo, assim, salários regulares e estabilidade laboral capaz de desviar os serranos da sua labuta diária e dos caminhos da (e)migração. Por outro lado, não podemos esquecer que se trata de trabalhos bastante duros, perigosos e com elevado número de desastres.

¹⁸⁴ O agravamento das condições de sobrevivência no período da 2.^a Guerra Mundial está ainda muito presente na memória dos mais idosos. O racionamento dos bens obrigava a longas horas de espera nas filas (que por vezes começavam às três da manhã), para se obter qualquer alimento capaz de “enganar” a fome.

Também estão vivas na memória de alguns serranos as histórias de tráfico de bens proibidos, pelos trilhos da montanha, na sombra de um insuspeito sapateiro ou de um vendedor de pregos que visitava as aldeias com regularidade. Na volta, escondiam presuntos e azeite por entre as ferramentas e a mercadoria do ofício, que alguns habitantes (a troco de pequenas contrapartidas) ajudavam a transportar até ao sítio combinado – e não era pouca a vigilância policial, nas estradas a fiscalizar as mercadorias transportadas.

na origem da entrega de grande parte dos baldios aos Serviços Florestais. Apesar das dificuldades que acarretou especialmente para os habitantes das aldeias serranas, a iniciativa do Estado traduziu-se na progressiva arborização da Serra¹⁸⁵, contribuindo de forma decisiva para a redução dos processos erosivos, para a regularização dos cursos de água, enfim, para o próprio embelezamento da Serra com resultados positivos no âmbito da promoção da imagem turística da Lousã.

Oito décadas após o início da rearborização da Serra da Lousã, o seu património “natural” não está mais pobre. Antes pelo contrário, subsistem importantes manchas verdes¹⁸⁶ herdadas do trabalho dos Serviços Florestais. As mais significativas, combinando folhosas tradicionais e resinosas (essencialmente exóticas), localizam-se nos antigos cantões das Hortas¹⁸⁷ e do Porto Espinho: a primeira, cobre as encostas desde a casa florestal das Hortas até à Catraia, e a segunda desenvolve-se logo após o Candal e avança até às proximidades do Trevim.

Outra dimensão importante prende-se com os equipamentos relacionados com a reflorestação da montanha, nomeadamente as antigas casas florestais que na ausência de função podem ser aproveitadas (como sucede em outras regiões do país) para novos usos (em geral ligados ao lazer e actividades de interpretação do património). A figura 55 pretende ilustrar a distribuição das casas florestais na área da Serra da Lousã, bem como os imóveis relacionados com a antiga Junta Autónoma de Estradas que podem servir os mesmos objectivos.

Se as componentes geo-económicas, vinculadas ao modelo agro-silvo-pastoril, são janelas de análise da dinâmica territorial das aldeias serranas e da construção da paisagem cultural serrana, as edificações, que estabelecem o diálogo com os antigos campos de cultivo, são peças estruturantes dessa paisagem e também aquelas que mais facilmente foram resgatadas e patrimonializadas. Não deixa de ser irónico que uma das

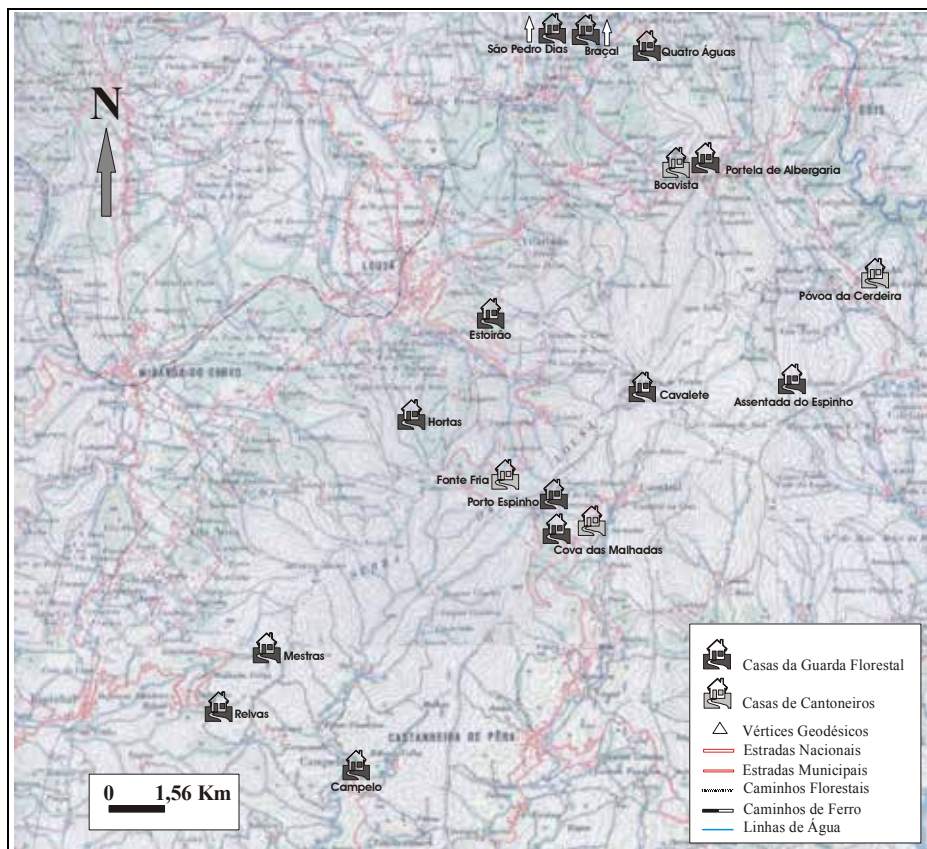
¹⁸⁵ A desamortização dos baldios nas encostas serranas próximas da vila e nas colinas sedimentares do Armeiro-Alto do Padrão, possibilitou aos privados a arborização de extensas áreas desflorestadas e ao erário municipal obter receitas que financiaram importantes obras públicas (como, por exemplo, o novo edifício dos Paços do Concelho, inaugurado nos anos 30 do século passado).

¹⁸⁶ A (re)introdução de cervídeos, na Serra da Lousã (FONSECA, 2004), contou com essa componente.

¹⁸⁷ Aí assistimos desde os anos 80 a um processo de regeneração natural do castanheiro por entre as manchas de pinhal adulto.

Por outro lado, permaneceram importantes manchas de castanheiro sobretudo no vale da ribeira de São João. Verifica-se, de igual modo, a regeneração natural dessa espécie que ganha expressão por entre os povoamentos de pinhal adulto, nomeadamente nas Hortas.

expressões materiais da pobreza ligada a um modo de vida extinto, se tenha transformado, por via da reabilitação, num símbolo que projecta (a nível nacional) as aldeias e a Serra da Lousã desde meados dos anos 70.



Elaboração própria com base na Carta de Portugal (1/100.000), folhas 19, 20, 23 e 24

Figura 55 – Casas florestais e de cantoneiros na Serra da Lousã

Impõe-se, quanto a nós, explicar os traços gerais do património construído como uma das âncoras principais da paisagem cultural serrana, para depois se discutirem as transformações que decorrem do processo de patrimonialização (comandado por novos actores, principalmente população urbana no âmbito da residência secundária), bem como os projectos públicos traçados para a requalificação das aldeias/paisagens serranas.

8.3 Património construído, imagem e identidade serranas

8.3.1 A componente edificada: uma imagem marcante e singular

«É curioso notar como se apresentam as habitações na serra, e como o sentido daquele provérbio que diz “o Verão é capa de órfãos” fica bem expresso na escolha do local para a construção das casas.

A habitação serrana, feita de pedra regional, que é xistosa, mostra-se, quer no interior, quer no exterior, negra como ela e de aspecto pesado e sombrio.

O telhado, geralmente de duas águas, apresenta-se protegido por grandes lousas, que ao longe dão o aspecto dum estendal negro sob fundo avermelhado.

As janelas, pouco numerosas e de pequenas dimensões, atestam a abundância de luminosidade e de frio» (Espírito SANTO, *op. cit.*, 32).

Este extracto de texto, retirado de um artigo (já citado) publicado no *Boletim do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra* (1954), sintetiza os traços principais da casa serrana (fotografias 23 e 24).



Fotografia 23 – Casa serrana na aldeia do Candal (2003)

Mário BRAGA, na obra “Serranos” (1979), chama a esta serra e às suas povoações “castelos de xisto”, erguidos e meio afundados num «mar de serras sobre serras» (SAMPAIO, *op. cit.*, 45). A expressão utilizada pelo escritor prende-se com o facto de as casas se apresentarem como um amontoado, edificadas umas junto às outras, quase sem deixarem entre elas um palmo de terra, ladeando estreitos e tortuosos caminhos.

Pequenos logradouros de apoio às actividades agrícolas fazem a separação dos tabuleiros de cultivo que antecedem a área de floresta e mato do casal; depois alarga-se a vista para o domínio dos antigos baldios serranos.



Fotografia 24 – Alçado principal de um imóvel no Candal; note-se a evolução do modelo das janelas (2003)

«Na sua rudeza primitiva, nada as protege dos tufões que varrem os cabeços e chegam a desenraizar carvalhos possantes como castelos; nem das enxurradas que carregam pedregulhos do tamanho de catedrais; nem do raio que escalavra e fende a gigantesca penedia, de alto a baixo... Encarrapitadas no lombo da serra, antes dão ideia de se equilibrar que de se agarrar; e, às vezes, batidas pela ventania, dir-se-ia que oscilam, periclitam, quase se despenham e só por milagre – um milagre que atravessa Invernos e Invernos, e se prolonga por gerações e gerações» (LUSO, *op. cit.*, 134).

A simplicidade e a aparente fragilidade das construções, que João LUSO descreve nesta passagem da obra *Viajar*, explicam-se pela extrema pobreza dos seus habitantes. A utilização dos recursos materiais locais define os traços essenciais da casa serrana. A generosidade da montanha vai pouco para além do xisto, extraído em pequenas pedreiras abertas nas suas entranhas. O castanheiro, sobretudo o “portelão” (variedade que melhor resiste às condições climatéricas da montanha) oferecia madeira de excelente qualidade, aproveitada para traves e outras componentes estruturais das coberturas e sobrados, padieiras, portas e janelas. Era cortado no bosque e aplicado com o mínimo trabalho de transformação. Certos elementos, como os barrotes, eram aparados em duas faces, de forma manual ou mecânica (através de antigos mecanismos de serrar,

impulsionados pela energia hidráulica), para receber tábuas (sobrados), ripas ou “falheiras” (telhado).

A telha de canudo¹⁸⁸ (também designada por telha serrana) domina a cobertura dos edifícios, numa fase em que praticamente desapareceram os telhados de lousa ou de colmo. Com as casas novas do primeiro terço de Novecentos, introduziu-se a telha marselha, mais eficaz no resguardo das coberturas, e com ela tornou-se desnecessário utilizar lousas para proteger os telhados dos ventos que na montanha sopram vigorosos em particular de Outubro até Março.

As casas serranas (figura 56) apresentam normalmente dois pisos, estrutura que acolhe as suas funções primárias: rés-do-chão, com uma ou duas lojas para o gado e arrumo de utensílios agrícolas, e primeiro andar, composto de uma sala ampla com lareira baixa, onde vivia toda a família. Mais tarde, nalguns lugares, aparecem divisões para a cozinha e o quarto de dormir, individualizadas através de tábuas de pinho dispostas de forma vertical. A presença de grandes blocos de xisto, nos quais os edifícios são ancorados e adoçados, reduz, sobremaneira, a área do piso inferior. O xisto é aparelhado em panos de parede e travado nas aberturas e na transição entre os alçados com pedras mais lineares e de maior dimensão.

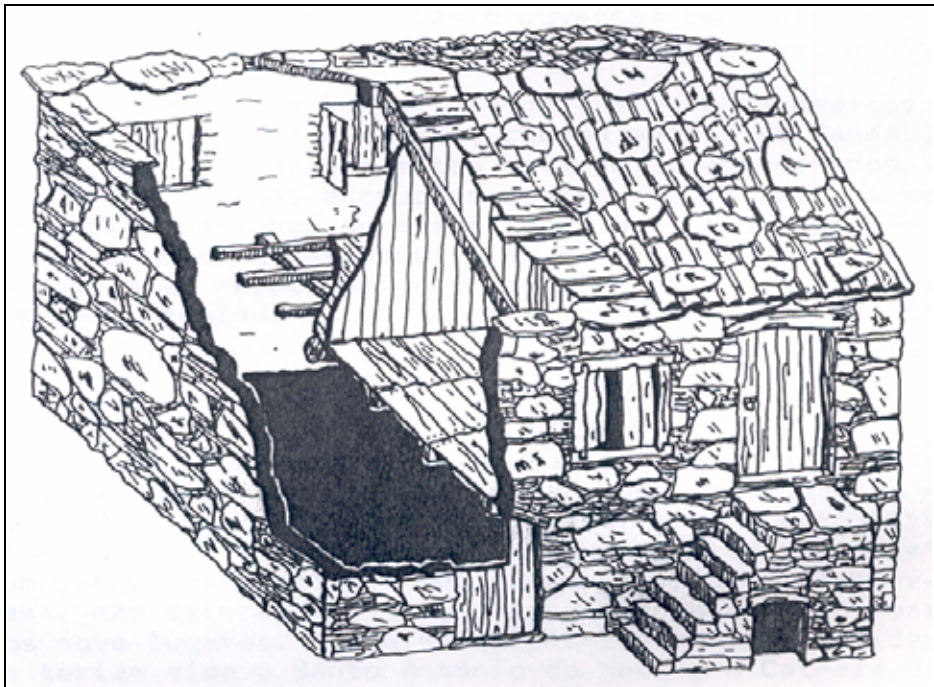
O interior das habitações (tal como o exterior) conservava a pedra à vista, envolvida numa matriz argilosa. Nos currais, palheiros e arrecadações, regra geral, a pedra aparece solta, sobreposta, sem qualquer elemento de ligação. Nos primeiros lustros do século XX, com a aplicação dos capitais amealhados através da (e)migração, aparecem os rebocos interiores e exteriores, que inicialmente eram feitos à base de areia e cal. Posteriormente, com a utilização regular de cimento, a matriz ganha nova expressão. Nas divisórias interiores surgem os tabiques, estruturados com tábuas e fasquias de pinho que recebem a argamassa de cal e areia, e numa fase posterior (meados do século) é utilizado o tijolo.

Os sobrados das habitações eram em madeira de pinho (raramente de castanho), serrada manualmente, e as coberturas assentavam sobre ripado de madeira, sem forro

¹⁸⁸ A telha era adquirida directamente aos pequenos fabricantes artesanais da área do Padrão (Lousã). Até meados do século passado os fornos (construídos em pedra, extraída do depósito que domina as alturas do Buçaqueiro, ligada com uma argamassa de argila) mantiveram actividade regular e explicam, como complemento (de rendimento) do trabalho agrícola das baixas aluviais, a permanência e a maior resistência da população local ao apelo intenso da emigração. Depois de secar nas eiras, a telha era acumulada em pilhas, guardada sob alpendradas improvisadas e finalmente transportada em carros de bois, até ao domicílio dos compradores, tal como a “areia suja” (não lavada) extraída no local, que era utilizada nas argamassas, fosse nas aldeias serranas ou em outros lugares dos concelhos vizinhos.

interior, por onde escoava o fumo das lareiras e dos fornos. As chaminés praticamente não existiam, salvo uma ou outra pequena estrutura triangular de telha utilizada para auxiliar a evacuação do fumo. Com as casas “brasileiras” e “americanas” introduziram-se chaminés bem destacadas da cobertura, e nas últimas décadas a reabilitação dos imóveis serranos foi acompanhada pela construção de chaminés, com desenhos e materiais diferentes dos originais.

O beirado das casas era atapetado com lousas, uma bordadura linear e discreta, mas muito eficaz, para evitar a infiltração das águas pluviais nas paredes (causa primária da sua ruína).



Fonte: C.M. da Lousã, 1986.

Figura 56 – Casa serrana da Lousã: desenho esquemático

A moldura das janelas combina o castanho na verga, blocos de xisto nas ombreiras (e por vezes também na verga) e uma laje xistosa na soleira. Excepcionalmente encontram-se algumas cantarias de granito, arrancadas e lavradas na aba meridional da montanha (Coentrais) – as mais antigas eram picadas e não apresentavam polimento. Nos anos 20 eram raras as janelas com vidros: «já algumas habitações têm vidraças que

a gente, indo à Senhora da Piedade, vê ao longe luzir, lampear ao sol» (LUSO, *op. cit.*, 56). Usavam-se quase exclusivamente as portas de madeira, e os panos de janela eram de pequenas dimensões (figura 56), resguardando o interior dos ventos sibilantes do Inverno. Como o essencial da actividade dos serranos tinha como palco privilegiado o exterior e o período diurno, a casa também não carecia de muita luz (apesar da tonalidade escura do xisto, acentuada pela acumulação de resíduos derivados da combustão da madeira utilizada na alimentação das lareiras e fornalhas).

A iluminação era feita com lamparinas de azeite e candeeiros a petróleo. Inicialmente a luz eléctrica chegou apenas ao Candal (1974). Em outros lugares chegou quando estes estavam praticamente abandonados (no início da década de oitenta). Das aldeias com população residente, apenas a Cerdeira não tem energia eléctrica da rede pública, situação que será ultrapassada, pois preparam-se obras de infra-estruturação, no âmbito de um plano de intervenção mais alargado – que oportunamente será apresentado e discutido.

Contudo, é preciso dizer que as inovações não tocaram as aldeias da mesma forma, e, mesmo assim, na maior parte das aldeias as estruturas edificadas só muito tardiamente conheceram transformações significativas em relação ao modelo tradicional. A aldeia de Candal, junto da estrada da Serra, foi a que mais alterações sofreu: «Agora que o transporte da areia, do cimento, da cal, etc., é relativamente fácil, vão aparecendo habitações à beira da estrada, que são, ali [Candal], verdadeiros «chalets» (...) e fogem ao mimetismo, que tão peculiar é às habitações «empoleiradas» no dorso das lombas serranas voltadas ao sol» (Espírito SANTO, *op. cit.*, 37-38).

Como escreveu João LUSO (*op. cit.*, 45), «Os serranos, em boa parte, mudaram, como aqueles remotos lugarejos, onde hoje se erguem lindas casas e começa positivamente a entrar a civilização. Os homens que voltam da América do Norte trazem não só as algibeiras abarrotadas de ouro mas também a cabeça cheia de ideias de progresso, de vida fácil, de conforto». De facto essa conjuntura explica as alterações introduzidas: casas de maiores dimensões, rebocadas (no interior e no exterior); mais e maiores janelas e portas; nítida divisão de compartimentos (quartos, cozinha, sala de estar/jantar); andar suplementar (3.º piso); mirante nas águas furtadas; portas sacadas; granito dos Coentrais para adornar janelas, portas e sacadas. E também certas comodidades como «(...) as cadeiras de palhinha, as poltronas estofadas, os mapples e os gramophones» (*idem*).

A procura de conforto e de embelezamento das casas por parte de alguns serranos não deixa de espantar o próprio escritor: «afirmaram-me até, que no Casal Novo, um “americano” – encarnação recente de “brasileiro” – mandou instalar dentro de casa um

fogão e plantar à porta duas roseiras». Outros episódios provocaram sensação entre a população local: «o primeiro colchão de arame que chegou à Silveira de Cima causou naturalmente uma perturbação quasi tragica . . .» (*idem, ibidem*).

8.3.2 A construção da identidade: os lugares e os territórios

As aldeias serranas da Lousã formaram «(...) um grupo com identidade própria que tinha como espaço produtor a Serra, com grande densidade de relações dentro do conjunto, onde se encerraram tanto a socialização da criança como as actividades produtivas dos adultos» (MONTEIRO, *op. cit.*).

Os mais importantes centros de identidade serrana, isto é, os espaços produtores de identidade, teriam sido o Santo António da Neve (localizado a sudeste do Trevim) e a Catraia (figura 52).

No primeiro, para além da capela (mandada edificar no final do século XVIII a mando de Julião Pereira de Castro, então neveiro da casa Real), apenas existiam os fundos poços em que, nos séculos passados, se guardava de Inverno o gelo que depois era transportado para Lisboa¹⁸⁹, no tempo em que a indústria ainda não o sabia produzir. De igual modo era o local onde todos os anos se realizava a grande assembleia dos povos serranos, uma romaria muito concorrida, já que nas festas aí realizadas (a 13 de Junho, dia do padroeiro) se discutiam, de forma mais ou menos ritualizada (através do jogo do pau) os interesses e necessidades dos povoados (MONTEIRO, *op. cit.*). Aí se desenvolviam algumas actividades económicas, principalmente a venda de gado.

Outro centro da vida própria da Serra foi a “Catraia da Tia Joaquina”. Localizada no centro geométrico da Serra, praticamente no encontro dos limites administrativos de Lousã, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Miranda do Corvo, a Catraia era um importante centro económico e local de passagem de almocreves, de gado, de tecidos e artigos de lã, vindos do outro lado da Serra (a Castanheira de Pêra transformara-se no terceiro maior centro nacional de produção, no domínio da indústria têxtil de lanifícios).

Escala obrigatória nas deslocações entre as abas da montanha, apresentava alguns edifícios que serviam de barracão, pertencentes a um proprietário do vale que tinha ali terras. Aí vivia também, e tinha uma “tasca”, a célebre “Tia Joaquina” (Joaquina Maria Antunes), figura benemérita que prestou inúmeros serviços a todos os “náufragos”

¹⁸⁹ A neve era compactada em moldes e depois embrulhada em palha e panos – maus condutores – sendo transportada em carros de bois, principalmente de noite, seguindo a estrada até ao Espinhal e daí para a Barquinha, onde descia o Tejo até Lisboa.

da Serra, dando-lhes de comer e o calor da sua fogueira, por vezes salvando-lhes a própria vida.

Os painéis de azulejo estampados na entrada daquilo que resta das antigas instalações evocam a lendária Senhora e o pastoreio na montanha. Por ocasião da sua morte (cerca de 1940), o erudito Álvaro Viana de Lemos, em notícia publicada na imprensa local (*O Povo da Lousã*), recordava a dívida de gratidão e o reconhecimento que era devido à sua figura pelos valiosos serviços prestados, e, anos depois, avançava com a ideia de criar uma Pousada na Serra que seria baptizada com o nome da ilustre desaparecida: «A primeira *Pousada* oficial da Serra embora não convenha estabelecê-la, por ser o sítio muito desabrigado, na própria Catraia, ao nome da velha Ti Joaquina da Catraia deve ficar ligada; o Turismo e a Serra devem-lhe essa homenagem, para que não caiam no esquecimento os serviços que ela prestou, de modesto abrigo e agasalho, aos antigos viajantes da serra inóspita, aos raros turistas de outros tempos» (LEMOS, *op. cit.*, 156).

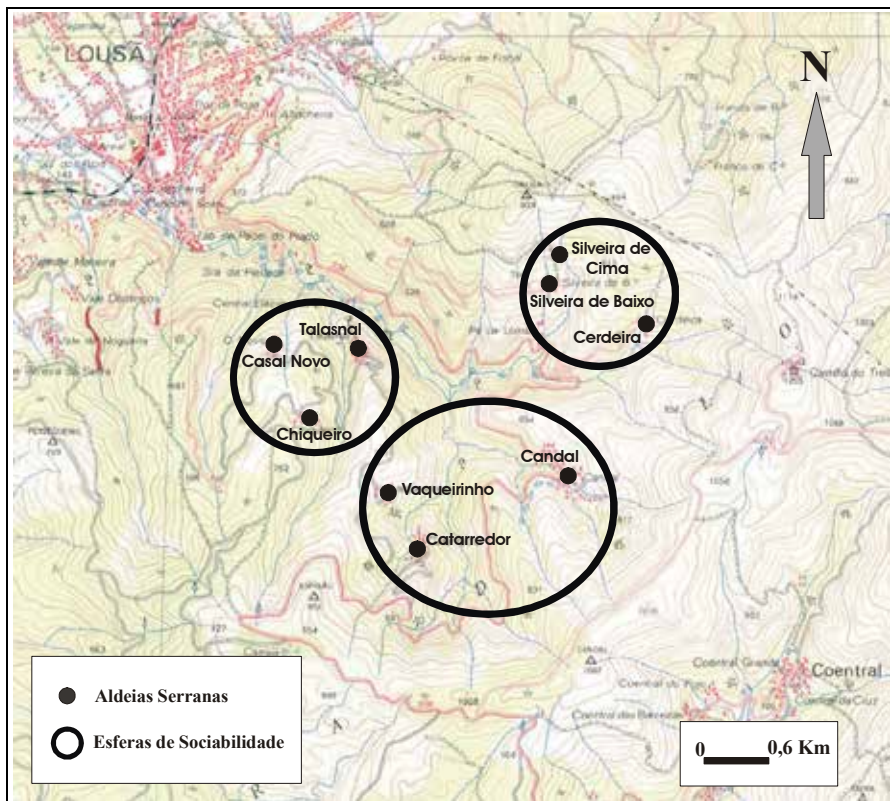
Por outro lado, o estudo das práticas festivas e religiosas¹⁹⁰ revela que as aldeias serranas formavam uma rede coesa (figura 57), quase não frequentando a população outras que não fossem as festas dos nove lugares – as festividades em honra da Senhora da Nazaré, no Coentral, para os habitantes do Candal, e a romaria anual ao Santo António da Neve, que congregava os povos serranos, configuram as raras excepções.

A influência da Santíssima Trindade revela-se na organização das aldeias em sub-grupos de três (Casal Novo, Talasnal e Chiqueiro; Candal, Catarredor e Vaqueirinho; Silveira de Cima, Silveira de Baixo e Cerdeira), com festa comum e baile separado, se o lugar tivesse gente para tal. A capela, comum a cada subgrupo, localiza-se no lugar do meio: Chiqueiro (Senhora da Guia); Catarredor (Senhora das Preces), Silveiras (São Lourenço). Neste último agrupamento (que corresponde aos primeiros lugares desabitados na Serra) quebrou-se essa tradição, devido a desentendimentos entre os habitantes, em meados do século passado. Edificaram-se então duas novas capelas, uma em honra de São Lourenço (no átrio da Silveira de Baixo), e outra em homenagem à Senhora de Fátima (à entrada da Cerdeira), em torno das quais foram instalados, anos depois, alguns equipamentos (salão de convívio na Cerdeira; algumas mesas e bancos, churrasqueira, e água corrente em ambas) de apoio às festividades anuais.

A concluir este capítulo, retemos que durante quase cinco séculos de história conhecida, o homem teimou e foi ficando por estas serranias, como símbolo de um esforço

¹⁹⁰ A Ermida da Senhora da Piedade, entre a Serra e a Vila, era um ponto referencial da população das aldeias serranas da Lousã em matéria de religiosidade.

que não conhece limites. A população, acostumada ao viver simples, pedia apenas às terras que produzissem e apelava aos temporais para que não destruíssem a sua obra de cultura, difícil, exaustiva e sempre contingente. Os “castelos de xisto”, rodeados de minúsculos tabuleiros de aproveitamento agrícola, são a expressão visível da tenacidade e da astúcia do homem numa luta impiedosa pela sobrevivência, prolongada ao longo de várias gerações que imprimiram aos territórios serranos as mais variadas marcas e influências, transformando-os em ambientes vivos e intensamente vividos, até à exaustão das suas forças, quando a derrocada do frágil equilíbrio agro- silvo-pastoril arrastou o (inevitável) despovoamento da montanha e o abandono de várias aldeias.



Elaboração própria a partir da Carta Corográfica de Portugal (1/50.000), folha 19-D

Figura 57 – Antigas relações de sociabilidade nas aldeias serranas da Lousã: representação a partir das práticas festivas e religiosas

Por entre ruínas e vultos escurecidos pela fúria das chamas, pela inclemência da sucessão das estações e das privações que não mais se aguentavam, a montanha ficou

mais pobre, no silêncio profundo que invadiu os antigos lares, os campos e os bosques abandonados, deixados para trás no rasto das chamas e dos fogos apagados. Os presépios construídos com penedos telúricos, que mãos caritativas arrancaram das entranhas da terra, e os rostos de pedra daqueles que teimavam em permanecer vergaram-se, enfim, às condições difícilísimas da montanha e fecharam-se no aconchego dos seus contornos mais agrestes.

A dinâmica recente – que marca as últimas três décadas – revela os novos “contos da montanha”, com novos actores (residentes secundários e neo-rurais), mas reconhece ainda alguns sobreviventes desse drama que se mantêm activos, quiçá os últimos mestres dessa extraordinária lição de trabalho (de recompensa mínima e de muitas e ingratas fadigas) e de amor ao torrão natal. Uns e outros explicam a sobrevivência das aldeias, numa luta difícil contra a degradação e o abandono que cercam e asfixiam a maior parte desses pequenos lugares.

9. O regresso à montanha e a patrimonialização das aldeias serranas da Lousã

«(...) a Serra da Lousã, volta a ser refúgio, desta vez de desiludidos da Civilização, da mesma Civilização que levou os montanheseos destas Serras (...). Com a configuração de Turistas aproximam-se os que, a tempo parcial, vêm aqui procurar a cura de feridas abertas nos corpos e nas almas, pelas cidades. Não vão viver de uma economia local, serrana. Vão fruir do encanto de um sítio raro».

Eugénio de Castro Caldas, 1988: 73.

No Casal Novo e no Talasnal, as casas devolutas, ainda quentes pelo “fogo” do abandono, começaram a ser adquiridas na segunda metade dos anos 70. Os seus compradores eram geralmente indivíduos de Coimbra, Lisboa e de outros centros urbanos do país, na sua maioria pertencentes a estratos sociais elevados (médicos, advogados, professores universitários, empresários, industriais, etc.) que elegeram a montanha como destino dos seus tempos de lazer. O mesmo fenómeno, menos de uma década depois, ganha também alguma expressão na aldeia do Candal. Aí reconhecemos antigos residentes, população com vínculos familiares e população urbana, entre o espectro dos actuais proprietários de casas na aldeia.

A chegada de neo-rurais, no final dos anos 70 e início da década de 80, é outra realidade que acompanha a dinâmica recente das aldeias do Catarredor, Vaqueirinho e Cerdeira.

Alguns serranos permaneceram na montanha (Candal; Catarredor; Chiqueiro e Talasnal) como símbolos vivos de uma ligação umbilical que se manteve até ao momento da sua morte, ou até ao limite da sua solidão e privação. Neste alvor de milénio conta-se pelos dedos de uma mão a população original que se mantém nas aldeias.

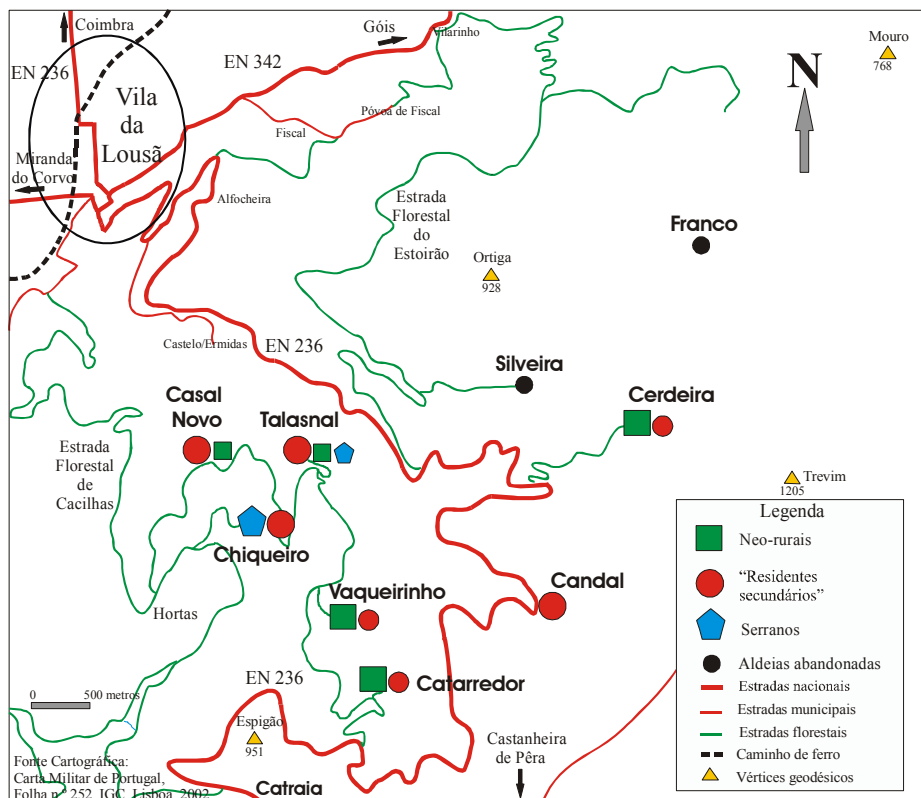
A figura 58 pretende ilustrar a actual tipologia de ocupação das aldeias serranas da Lousã. A dimensão diferenciada dos símbolos relativos aos tipos de ocupação/utilização pretende representar a sua maior ou menor importância em cada aldeia.

Na perspectiva da nossa investigação interessa conhecer os actores, políticas, planos, projectos e/ou iniciativas relacionados em particular com a patrimonialização, salvaguarda, valorização e divulgação das aldeias serranas.

9.1 Serranos e neo-rurais: chamam por entre “fogos apagados”

O objectivo de identificar e caracterizar os actores territoriais, bem como de perspectivar a sua participação e envolvimento nos processos de desenvolvimento local,

esteve na origem da realização de inquéritos (por questionário) dirigidos aos residentes, às associações/comissões de moradores e à população sazonal (no âmbito da residência secundária). As duas primeiras tarefas realizaram-se em Fevereiro/Março de 2003, em colaboração com o Gabinete Técnico Local da Lousã.



Elaboração própria (trabalho de campo, Agosto de 2003)

Figura 58 – Tipologia de ocupação das aldeias serranas da Lousã

O número de **inquéritos** realizados, pouco mais de uma dezena e meia, corresponde a cerca de 60 % do total da população residente nas aldeias serranas da Lousã¹⁹¹

¹⁹¹ Casal Novo, Talasnal, Chiqueiro, Vaqueirinho, Catarredor e Cerdeira. Candal não apresenta população residente e as Silveiras estão abandonadas (e sem população) desde meados dos anos 70.

A informação que não foi possível obter reflecte a indisponibilidade de alguns inquiridos (a título individual ou na qualidade de dirigentes associativos) no sentido de colaborarem na nossa investigação, apesar das diversas tentativas realizadas.

e permitiu conhecer (com o auxílio de entrevistas pessoais) mais de 75% das famílias aí residentes. Trata-se sobretudo de neo-rurais (portugueses e estrangeiros) que escolheram as aldeias para fixar a sua residência principal.

Quanto às **características etárias** dos inquiridos (e seus agregados familiares), podemos dizer que a média de idades ultrapassa ligeiramente os 40 anos, resultado das oscilações no intervalo definido segundo os valores extremos: mais elevados, como acontece no Talasnal (superior a 50 anos) e no Chiqueiro (onde ultrapassa 60 anos), e abaixo da média, como em Catarredor (cerca de 30 anos) e na Cerdeira (inferior a 30 anos). Estas duas últimas situações resultam da existência de famílias com filhos em idade escolar. A população em idade escolar (cerca de 25% do total demográfico apurado nas aldeias serranas), no seio de famílias neo-rurais residentes no Vaqueirinho, Cerdeira e Catarredor, reparte-se pelos diferentes níveis de ensino, nos estabelecimentos escolares da Lousã (ensino básico e secundário) e Coimbra (Faculdade de Letras).

No que diz respeito à **nacionalidade e naturalidade** dos inquiridos, o inquérito permitiu conhecer a diversa origem geográfica (e os percursos individuais) dos actuais residentes: portugueses, mas também cidadãos estrangeiros (neste caso alemães). Os primeiros repartem-se por dois pequenos agrupamentos: os serranos de berço ou adopção, isto é, aqueles que nasceram nas aldeias serranas ou aí residem desde longa data, mantendo, em qualquer dos casos, um forte vínculo de permanência, e os neo-rurais oriundos de outros concelhos do país: Faro, Viseu, Lisboa e Cabeceiras de Basto. Alguns estrangeiros são naturais da região da Floresta Negra e residiam anteriormente no concelho de Aljezur (Algarve). Em relação a este grupo, ficaram por estudar algumas situações, pelas razões (exteriores à investigação) já referidas.

As **habilitações literárias** dos adultos revelam maior preponderância do ensino secundário (quase 60% dos inquiridos). Os níveis de ensino: superior (a que acedeu um residente, licenciado em História da Arte) e básico (completo e incompleto, o que perfaz mais de 30% da população considerada), caracterizam os restantes inquiridos, relativamente a este item.

No **plano profissional**, as ocupações da população residente repartem-se por fotografia, artesanato (escultura em madeira), agricultura, criação de gado (nomeadamente caprinicultura) e reconstrução de casas serranas. De igual modo, existem situações de vínculo a duas ou mais actividades. Em alguns casos, os inquiridos assinalaram experiências profissionais anteriores: terapeuta ocupacional, ferroviário, cozinheiro. Os reformados correspondem aos “velhos” serranos com ligação umbilical ao suporte geo-económico tradicional: agricultura (actividade que nunca deixaram de praticar) e

criação de gado. As aldeias serranas configuram, regra geral, o local de exercício das actividades assinaladas.

Através do inquérito procurámos conhecer também a ligação da população residente a outros territórios, segundo a sua qualidade de **proprietários de imóveis destinados a habitação**. Os resultados apontam de forma esmagadora para a inexistência de outra(s) residência(s), atributo comum a mais de 80% dos inquiridos. Apenas dois residentes declararam ser proprietários desse tipo de imóveis, localizados em Penacova, Cartaxo e Miranda do Corvo.

De igual modo, quisemos saber a **expressão temporal da permanência** dos neo-rurais nas aldeias serranas, bem como o número de meses que aí passam em cada ano. As respostas ao inquérito permitiram concluir que a chegada dos (actuais) neo-rurais pode ser enquadrada em três momentos principais: o alvor dos anos 80 (da centúria anterior), a segunda metade da referida década (a mais importante do total apurado) e o início do novo século (XXI). Quanto à segunda questão foi possível identificar uma situação de mobilidade envolvendo três residentes (com vínculos familiares) em Catarredor, que se deslocam sazonalmente (cerca de três meses por ano) para a Suíça para realizar tarefas relacionadas com a produção de queijo.

Os **motivos** principais que prevaleceram na **escolha das aldeias serranas** da Lousã, por ordem decrescente, repartem-se pela tranquilidade (assinalada em mais de 30% das respostas), a disponibilidade e o preço da habitação, os valores patrimoniais e paisagísticos e o isolamento. Razões de ordem familiar, motivos de saúde e o desejo de uma vida alternativa no campo completam o leque de respostas dos inquiridos.

O conhecimento da disponibilidade de casas na Serra decorre de informações transmitidas por neo-rurais residentes no concelho da Lousã, ou provém do contacto ocasional ou premeditado com as aldeias serranas.

De um modo geral, os novos habitantes das aldeias serranas realizaram algumas **intervenções nas habitações**, com recursos próprios e sem apoio financeiro ou técnico exterior. A análise das licenças de obras, emitidas por parte da Câmara Municipal da Lousã, para o período em análise, praticamente não permitiu identificar registos para estas aldeias. As excepções, em mais de 5000 registos de obras relativas ao período de 1960 a 2001, correspondem a um edifício, ligeiramente afastado da aldeia do Candal, cujo processo de reconstrução foi apresentado, em 1983, por cidadãos alemães, assim como o registo do pedido de reabilitação de um imóvel no Talasnal (1983) para casa de férias (colectiva). Contudo, são visíveis diversas alterações arquitectónicas (fachadas, cêrceas e telhados), envolvendo novos materiais e o aumento da área e da volumetria

de construção, no âmbito das obras de recuperação e de ampliação, realizadas nas três últimas décadas.

No que concerne ao **modo de obtenção dos imóveis** para habitação, prevalece, de forma exclusiva nas respostas dos inquiridos, a figura de aquisição. Todavia, a realidade é mais complexa, devido, sobretudo, à ocupação ilegal (sem anuência dos proprietários ou dos titulares dos imóveis), com diferente perfil de profundidade, que ao longo dos anos atravessa diversos lugares da Serra: aqueles mais marcados por imóveis semi-abandonados e mergulhados em teias familiares complexas, como acontece no Vaqueirinho e no Catarredor; aldeias com um grande número de imóveis recuperados para residência secundária, como o Casal Novo; ou ainda lugares completamente abandonados (e de mais difícil acesso), como o Franco.

A análise dos registos da matriz predial urbana permitiu identificar mais de três centenas de artigos urbanos, inscritos com o atributo de casa destinada a habitação, repartidos de forma desigual pelas aldeias serranas da Lousã. A leitura, segundo os lugares, revela certas particularidades: os proprietários de casas nas aldeias do Candal (47.1%), Catarredor (85.1%), Chiqueiro (81,3%) e Vaqueirinho (65.4%) residem maioritariamente no concelho da Lousã. A matriz local (aldeia) assume grande expressão no Vaqueirinho (34.6%) e sobretudo no Catarredor (76.6% do total dos proprietários, dos quais 19,1% correspondem a registos em nome de cidadãos estrangeiros). Neste último caso, a permanência do registo em nome dos antigos proprietários ou dos seus herdeiros significa também menos dinamismo a nível do mercado imobiliário e reduzida intervenção urbana (a nível das obras de conservação e valorização dos edifícios), e daí o elevado número de imóveis em mau estado ou ruína (mais de metade do total dos imóveis da aldeia) e as “facilidades” no que diz respeito à ocupação ilegal. A leitura da matriz predial urbana confirma também o maior dinamismo dos processos de transacção de imóveis no Talasnal e no Casal Novo – o que sugere a importância da residência secundária –, aldeias marcadas pela distribuição geográfica mais alargada dos titulares, e onde os proprietários domiciliados em Coimbra têm maior peso ou importância significativa.

Ainda segundo os resultados do inquérito, podemos dizer que quase todos os inquiridos reconhecem a necessidade de introduzir infra-estruturas básicas nas aldeias, como condição essencial para a permanência da população. A **prioridade** é atribuída às as redes públicas de abastecimento de água e de saneamento, e no caso da Cerdeira também para a instalação da rede de energia eléctrica.

A degradação dos imóveis é igualmente uma **preocupação** de primeira ordem entre os inquiridos. A melhoria dos caminhos da aldeia (a nível dos pavimentos), a

resolução do problema das águas pluviais, a recolha de lixo doméstico, a informação toponímica em cada aldeia (actualmente inexistente), a intervenção em imóveis públicos, (ou destinados a serviços públicos) e a limpeza dos lixos/entulhos urbanos depositados por exemplo nas lojas das casas degradadas/abandonadas representam outros problemas prioritários a resolver.

A presença (ou a passagem) de numerosos grupos de jovens nas aldeias, sobretudo daqueles com papel activo em acções de destruição, vandalismo e apropriação ilícita de bens, é assinalada de modo recorrente e de forma bastante crítica pelos inquiridos. Daí a preocupação em encontrar solução adequada para aumentar a oferta local de alojamento, estruturada em unidades de vocação essencialmente familiar, evitando-se o alojamento destinado a grupos. A aldeia do Talasnal conserva marcas bem evidentes dessas acções de destruição gratuita, que sugerem, também, o problema da insegurança dos bens.

Num plano mais alargado, a protecção e a vigilância (relacionadas com o problema dos incêndios florestais), a recuperação dos caminhos originais (entre as aldeias e de articulação com a vila e a montanha), a divulgação de informação e o ordenamento do espaço serrano são reconhecidos como as maiores prioridades.

Uma questão importante, para os actuais residentes nas aldeias serranas, é a que se prende com os baldios serranos. O problema coloca-se, desde logo, no plano jurídico da condição de comparte (exclusiva dos antigos moradores nas aldeias) e também no âmbito da aplicação das verbas provenientes de receitas próprias (como é o caso do corte e venda de madeira), na perspectiva de apoio a acções de valorização das aldeias.

A organização dos novos moradores e o **associativismo de interesses**, motivado pelos problemas das aldeias serranas, é uma realidade desde meados dos anos 80, aquando da instituição da “Associação de Recuperação do Talasnal” (ART). Três anos depois foi fundada a “Associação Grupo de Trabalho da Cerdeira”. Nesta última aldeia, existe também a “Comissão de Melhoramentos da Cerdeira”, associação formada pelos antigos moradores que são responsáveis pela capela e pela casa de convívio da aldeia.

O papel das associações de moradores está sedimentado no terreno em iniciativas de utilidade pública, tais como obras realizadas em fontenários, reconstrução de imóveis e limpeza de caminhos e de campos próximos das aldeias, por vezes com a mobilização de grupos de jovens (nacionais e internacionais), na modalidade de campos de férias, como acontece na Cerdeira.

A ART, vinculada à residência secundária (tal como a aldeia), teve como objectivos principais o alcatroamento da estrada florestal das Hortas (Lousã-Catraia) e o melhoramento do ramal de ligação ao Talasnal. A estrada alcatroada, objectivo estratégico

inicial, ainda por realizar, é um tema que suscita discussão no seio da associação, a ponto de constituir motivo de preocupação, sobretudo pelo efeito indutor no aumento do número de visitantes, mesmo apenas por algumas horas, perante a incapacidade de resposta logística da aldeia. Isto significa que uma das preocupações actuais, partilhada também pelos neo-rurais, é aquilo em que se podem transformar as aldeias.

De igual modo, sugere-se condicionar a circulação na Serra (proposta que nos parece muito sensata) através da vinculação das diferentes vias ou suportes aos usos considerados adequados (e sustentáveis). A título de exemplo: se o sector Lousã-Ortiga-Trevim é indicado para diversos veículos motorizados, o coração do cantão florestal das Hortas e os antigos caminhos das aldeias, devido aos valores patrimoniais (naturais e culturais) em causa, são manifestamente adequados ao pedestrianismo (com exclusão de outras utilizações e utilizadores prejudiciais).

9.2 Residência secundária, reabilitação e patrimonialização das aldeias serranas

As dinâmicas territoriais dos últimos anos mostram a importância da residência secundária como um dos principais motores de transformação e patrimonialização das aldeias serranas da Lousã. É, então, pertinente conhecer de forma aprofundada os traços mais significativos das trajectórias recentes, procurando tendências evolutivas e cenários prospectivos, a partir da leitura interpretativa do perfil e da acção dos actores territoriais mais marcantes, bem como das suas impressões e expectativas, face aos lugares serranos e às intervenções públicas de requalificação territorial que se anunciam.

A escolha das aldeias do Casal Novo, Talasnal e Candal responde ao objectivo de investigar os lugares em que o fenómeno da residência secundária está mais enraizado e tem maior importância, no quadro comparativo da utilização dos alojamentos familiares e das alterações paisagísticas. A ausência de população residente ou os reduzidos efectivos populacionais libertaram os edifícios dos vínculos funcionais mantidos durante séculos, de tal forma que foram apropriados pelos novos utilizadores (a maioria da população urbana não tem ligação à montanha) e configuram a face mais visível de um processo espontâneo de patrimonialização.

9.2.1 Base metodológica e objectivos

A análise da matriz predial urbana, as indicações extraídas das fichas do registo predial e as diversas informações recolhidas no trabalho de campo apontam para a

existência inequívoca de imóveis utilizados de forma sazonal nas sete aldeias serranas da Lousã, embora com menor expressão nas aldeias do Vaqueirinho, Catarredor, Cerdeira e Chiqueiro. Nesses lugares, foi possível reunir alguns elementos sobre o fenómeno, embora sem alcançar a dimensão quantitativa e qualitativa da informação atinente ao agrupamento constituído pelas aldeias de Casal Novo, Talasnal e Candal.

Para obter informação sobre os proprietários e utilizadores das residências secundárias recorremos aos **inquéritos** por questionário. A realização de **entrevistas** mostrou-se igualmente de grande valor para a prossecução dos objectivos traçados.

A primeira grande dificuldade para o avanço da investigação foi conhecer o domicílio principal dos actuais proprietários. Partimos de uma base documental fornecida pelo Gabinete Técnico Local da Lousã, construída com informação retirada do cadastro (matriz urbana) das finanças e do registo predial, que depois cruzámos com a listagem dos consumidores de água (Candal e Casal Novo) fornecida pela Câmara Municipal da Lousã. Uma vez que o domicílio dos proprietários estava incompleto, e em alguns casos desactualizado, devido ao desfasamento temporal entre a realização do último registo e o momento da consulta, seja pela mobilidade residencial dos proprietários, ou por dificuldades e atrasos na realização dos actos formais de compra e registo, foi necessário actualizar e completar essa listagem, através da consulta de outras fontes, como, por exemplo, listas telefónicas, utilização do serviço de informações telefónicas e análise exhaustiva dos registos matriciais das finanças.

De igual modo, revelou-se de grande utilidade o contacto e a troca de informações com alguns dos actuais residentes nas aldeias, proprietários de residência secundária e antigos moradores residentes em diversos pontos do país, principalmente na Lousã e em Lisboa. Assim, e também com o apoio de trabalho de campo intensivo, foi possível identificar um número muito significativo de proprietários (quase duas centenas), conhecer o seu domicílio principal e ainda relacionar esta variável com os imóveis existentes em cada uma das aldeias serranas em estudo.

A segunda fase do processo consistiu no contacto com os proprietários de imóveis nas aldeias serranas da Lousã, sem estabelecer filtros de pré-selecção, isto é, sem retirar da listagem aqueles proprietários que entretanto havíamos relacionado com imóveis não recuperados – embora, em alguns casos, com evidentes indícios de intervenção parcial, como a reparação de coberturas e trabalhos de consolidação realizados em fachadas. O elevado número de proprietários e a sua distribuição geográfica no país – marcada por uma grande dispersão – não permitiam, em grande parte dos casos, a nossa participação

directa na recolha dos elementos que entendemos fundamentais para a investigação, e também não era exequível delegar essa função a outra pessoa.

A solução adoptada foi a de remeter o inquérito para o domicílio principal dos proprietários, com um sobrescrito pré-franquiado para retorno do questionário, acompanhado por um pequeno texto de apresentação e de explicação da investigação, dos seus objectivos e da importância da participação dos inquiridos que, através da nossa solicitação, eram convidados a colaborar – de forma anónima – na realização da investigação.

Se durante o processo de recolha de informação foi possível identificar 174 proprietários, após o lançamento do inquérito, com as cartas devolvidas (destinatário desconhecido, alteração de endereço ou endereço insuficiente), esse número desceu para 136¹⁹², quantitativo que, afinal, corresponde ao universo em estudo.

Como pretendemos evidenciar no quadro 26, a distribuição dos proprietários de imóveis urbanos pelas três aldeias, segundo as diversas fontes utilizadas, assenta numa ordem de importância desenhada na amplitude definida pelos valores extremos: Talasnal e Casal Novo. Por sua vez, a aldeia do Candal ocupa uma posição intermédia.

Quadro 26 – Proprietários nas aldeias serranas do Casal Novo, Candal e Talasnal: situação de partida (2003)

Lugares	Proprietários				
	Total	com endereço conhecido		com endereço desconhecido	
		Nº	%	Nº	%
Candal	60	53	88,3	7	11,7
Casal Novo	33	28	84,8	5	15,2
Talasnal	81	55	67,9	26	32,1
Total	174	136	78,2	38	21,8

Fonte: Matriz Predial Urbana (Freguesia da Lousã); Registo Predial (Concelho da Lousã); Informações Particulares

A distribuição dos proprietários segundo a realização ou não de intervenção nos imóveis revela a maior percentagem de casas recuperadas no Candal e no Casal Novo (ligeiramente acima de 60%), enquanto no Talasnal não excede os 50% (quadro 27).

¹⁹² A diferença, quase quatro dezenas de proprietários, diz respeito essencialmente a casas por recuperar, em especial no Talasnal.

Quadro 27 – Distribuição dos proprietários, segundo a situação dos imóveis, nas aldeias serranas da Lousã (2003)

Lugares	Proprietários			
	Total	de casas recuperadas	de casas por recuperar	de casas em recuperação
Candal	53	33	18	2
Casal Novo	28	18	9	1
Talasnal	55	27	27	1
Total	136	78	54	4

Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

Antes da análise do conteúdo dos inquéritos, importa reflectir sobre o significado da amostra e inferir sobre a possibilidade de obter algumas conclusões e de traçar cenários evolutivos sobre as aldeias serranas. O número total de inquéritos recebidos/realizados¹⁹³ (118) representa 86,8% do número de proprietários com endereço conhecido (quadro 28), valor que reflecte a oscilação da variável no intervalo de 83 (Candal) a 89,1% (Talasnal).

Quadro 28 – Inquéritos realizados nas aldeias serranas da Lousã (2003)

Lugares	Prop.			Inquéritos			Prop.			Inquéritos		
	A	Nº	%	B	Nº	%	C	Nº	%	Total	Nº	%
Candal	33	30	90,1	18	13	72,2	2	1	50	53	44	83,0
Casal Novo	18	17	94,4	9	7	77,8	1	1	100	28	25	89,3
Talasnal	27	26	96,3	27	23	85,2	1			55	49	89,1
Total	78	73	93,4	54	43	81,1	4	2	50	136	118	86,8

A - Casas recuperadas

B - Casas não recuperadas C - Casas em recuperação

Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

Uma vez que a diferenciação principal no plano do inquérito e do tratamento da informação decorre do estado dos imóveis (recuperados; não recuperados; em recupe-

¹⁹³ Dois inquéritos dizem respeito a entidades de natureza associativa: Mocafé (Movimento de Campos de Férias) e Clube de Campismo e Caravanismo de Coimbra, ambas com casas destinadas a alojamento de pequenos grupos na aldeia do Talasnal. A análise da informação destes inquéritos (estruturados segundo objectivos específicos) processa-se em separado, por motivos metodológicos.

ração) e, por conseguinte, da sua maior ou menor aptidão em serem utilizados como residências secundárias, é oportuno assinalar que a nível dos proprietários de imóveis recuperados a amostra ultrapassa os 90%, com ligeira variação segundo as aldeias: 90,1% (Candal), Casal Novo (94,4%) e 96,3% (Talasnal). No caso dos proprietários de imóveis não recuperados (ou com pequenas obras de consolidação realizadas há vários anos, mas sem criar verdadeiras condições de habitabilidade) conseguimos efectuar 43 inquéritos em 54 possíveis, portanto 81,1%. Neste particular destaca-se o Talasnal com 85,2% de respostas, enquanto o Candal se posiciona num patamar inferior com pouco mais de 72%, valores que permitem uma amostra com algum grau de satisfação.

Depois da explicação acerca da metodologia subjacente ao lançamento dos inquéritos¹⁹⁴, torna-se oportuno apresentar os **objectivos** que presidiram à sua elaboração. Por via da realização do questionário¹⁹⁵ pretendíamos conhecer as características principais dos proprietários e utilizadores das residências secundárias; a caracterização e a utilização dos imóveis; o eventual envolvimento dos proprietários com as aldeias e a Serra; a opinião dos “residentes secundários” em relação aos principais problemas, recursos e potencialidades das aldeias serranas; a informação disponível em relação aos instrumentos e planos de intervenção para as aldeias. Pretendíamos, ainda, analisar as consequências do fenómeno em cada um dos lugares e perspectivar a dinâmica dos mesmos a partir das intenções declaradas pelos proprietários das residências secundárias (ver inquérito, em anexo).

O trabalho realizado em 1989 pela Professora Fernanda CRAVIDÃO, intitulado *Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na Serra da Lousã (Casal Novo e Talasnal)*, sendo o primeiro (e o único) trabalho de investigação sobre o fenómeno da residência secundária na Serra da Lousã – e um dos primeiros em Portugal – é também importante para nós na medida em que permite traçar alguns cenários e linhas de evolução na última década e meia, a partir das duas aldeias serranas retratadas, na perspec-

¹⁹⁴ Na sequência do inquérito, fomos contactados por mais de três dezenas de proprietários e deste modo foi possível trocar impressões sobre a temática e a área geográfica em estudo, solicitar mais algumas informações sobre a residência secundária e a sua relação com as aldeias serranas, e enviar também alguma informação que esses proprietários não poderiam obter de outra maneira, devido ao seu afastamento das aldeias.

¹⁹⁵ O número elevado de questões em aberto, cerca de uma dezena, repartidas pelos diferentes blocos, resulta da estratégia de limitar o inquérito a uma folha (impressa em frente e verso), dada a metodologia de realização do mesmo, e prende-se sobretudo com o objectivo de não influenciar as respostas dos inquiridos. A leitura preliminar dos inquéritos permitiu a construção de matrizes através de palavras-chave que sintetizam o essencial das respostas respeitando o seu conteúdo.

tiva daquilo que é possível comparar entre os dois inquéritos. Importa sublinhar que as amostras do universo em estudo são muito aproximadas em valor absoluto e relativo. Em 1989, Fernanda CRAVIDÃO realizou 42 inquéritos no Casal Novo e no Talasnal; em 2003 conseguimos obter 41 inquéritos considerados válidos. No primeiro caso, representam 79.2% do total; na nossa investigação, trata-se de 90% do total de proprietários com domicílio conhecido.

A leitura dos resultados¹⁹⁶ percorrerá os vários itens do inquérito, agrupados em três campos principais: caracterização dos proprietários e dos utilizadores; caracterização da residência secundária (características do imóvel e sua utilização); relação dos proprietários com as aldeias e a Serra. Depois, abordaremos o(s) efeito(s) da residência secundária na reabilitação, revitalização e patrimonialização das aldeias, e analisaremos outras consequências territoriais do fenómeno.

O inquérito permitiu distinguir claramente três tipos de proprietário, de acordo com o estado de conservação e a utilização dos imóveis serranos: 1. proprietários com casa recuperada; 2. proprietários com casa por recuperar; 3. proprietários com casa em recuperação. A análise foi conduzida a partir do conjunto de todos os proprietários e depois encaminhada aos proprietários de casas recuperadas que, representam, afinal, a componente mais importante da amostra e da investigação, uma vez que são os actores que têm exercido mais influência na activação do património construído e na renovação da imagem das aldeias (e da Serra da Lousã).

9.2.2 Caracterização dos proprietários e dos utilizadores

. Nacionalidade

A nossa amostra é constituída por 113 indivíduos de nacionalidade portuguesa, e por mais três cidadãos de nacionalidade alemã, brasileira e francesa, sendo estes últimos proprietários de casas no Casal Novo e no Talasnal. Também no universo dos proprietários de imóveis recuperados, foi possível identificar outros dois cidadãos de nacionalidade estrangeira, um alemão e um sul-africano, titulares de imóveis no Casal Novo, e um cidadão francês entre os proprietários de imóveis no Talasnal, todos ausentes (em Portugal, Inglaterra e França, respectivamente), no momento de realização do inquérito

¹⁹⁶ Certos campos do questionário estão incompletos, uma vez que algumas perguntas ficaram em branco ou não foram respondidas de forma completamente correcta, o que se traduz, por vezes, nos totais apurados.

– aliás, como acontece praticamente durante todo o ano, pois a deslocação às aldeias é excepcional (por vezes ocorre apenas de dois em dois anos).

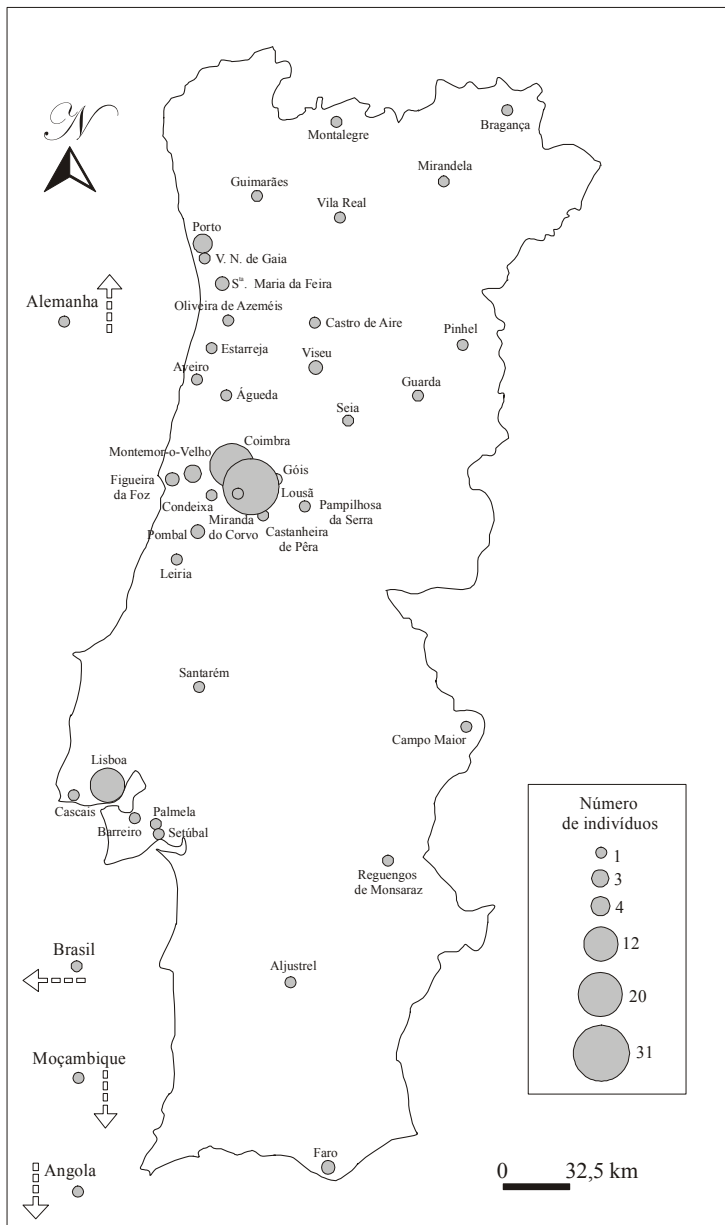
. Naturalidade

Conhecer a naturalidade dos proprietários de imóveis utilizados como residência secundária ou a isso destinados é um pretexto para investigar sobre a possível ligação às aldeias ou à Serra, que ajuda, assim, a explicar o seu interesse por esses lugares. As 112 respostas obtidas (96.6 % da amostra) reflectem a distribuição dos proprietários por cerca de quatro dezenas de concelhos do país (figura 59), o que revela bem a grande dispersão dos seus locais de naturalidade. Os concelhos de Lousã (27.7 %), Coimbra (17.9 %) e Lisboa (10.7 %) destacam-se como os mais importantes a este nível. Angola, Moçambique, Brasil (São Paulo) e Alemanha (Colónia) completam a lista de locais de naturalidade dos proprietários que responderam ao nosso inquérito.

A leitura dos resultados do inquérito, por aldeia (quadro XVII, em anexo), permite concluir acerca da maior ligação dos proprietários de imóveis no Candal (47,6%) em relação ao concelho da Lousã, vínculo que é bem menos significativo no Talasnal (20%) e no Casal Novo (8%). Nestas duas aldeias serranas, Coimbra ganha expressão como concelho de naturalidade de 22 e 20% dos actuais proprietários, respectivamente.

A análise dos resultados centrada nos proprietários de casa recuperada (sendo, portanto, aqueles que, em princípio, utilizam os imóveis serranos) revela algumas “nuances” que importa sublinhar (quadro XVIII). O significado da Lousã como concelho de naturalidade dos utilizadores de casas de férias/fins-de-semana na Serra é muito elevado no Candal (60.7%), quando comparado com as aldeias de Casal Novo (11.8%) e Talasnal (22.7%). Por outro lado, o município de Coimbra é o mais importante entre os proprietários de residência secundária no Casal Novo (17.6%), ocupando o segundo lugar entre os locais de naturalidade dos “residentes secundários” no Talasnal (13.6%) e no Candal (10.7%).

De igual modo importa salientar que catorze proprietários no Candal são naturais da própria aldeia, portanto, 33.3% do total de proprietários que respondeu a este item do inquérito, doze dos quais têm casa recuperada (quase 43% do total apurado entre os residentes secundários) passando aí algum do seu tempo livre. Destes, oito residem na Lousã e os restantes repartem-se por concelhos como Castanheira de Pêra, Coimbra, Loures e Vila Franca de Xira. Em Talasnal, apenas dois inquiridos são naturais da aldeia (4.4% do total apurado), um dos quais tem casa recuperada que utiliza como residência secundária (4.5%).



Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

Figura 59 – Naturalidade dos Inquiridos

Em 1989, Fernanda CRAVIDÃO (*op. cit.*) constatou uma grande disparidade relativamente ao local onde nasceram os inquiridos (e também os seus cônjuges) do Casal Novo e Talasnal. A leitura do cartograma que apresenta no seu trabalho permite identificar treze locais de naturalidade. Quase quinze anos depois, o número de concelhos de naturalidade aumentou cerca de 70%. Por outro lado, entre os dois trabalhos assinalamos a afirmação ou o reforço do vínculo dos proprietários de residência secundária com a Lousã: da inexistência de ligações afectivas à Serra (ou da provável existência em apenas um caso) em 1989, à identificação de sete inquiridos¹⁹⁷ naturais da Lousã, em 2003.

Em relação aos imóveis por recuperar (quadro XIX), prevalece o concelho de Coimbra como local de naturalidade dos proprietários na aldeia de Talasnal (30.4%), com os municípios de Lousã (17.4%) e Lisboa (13.0%) em segundo plano. A Lousã é o local de naturalidade mais importante para os proprietários no Candal (23.1%) – e Coimbra aparece logo depois com 15.4%. No Casal Novo, a importância de Coimbra e Lisboa é igual: 28.6%.

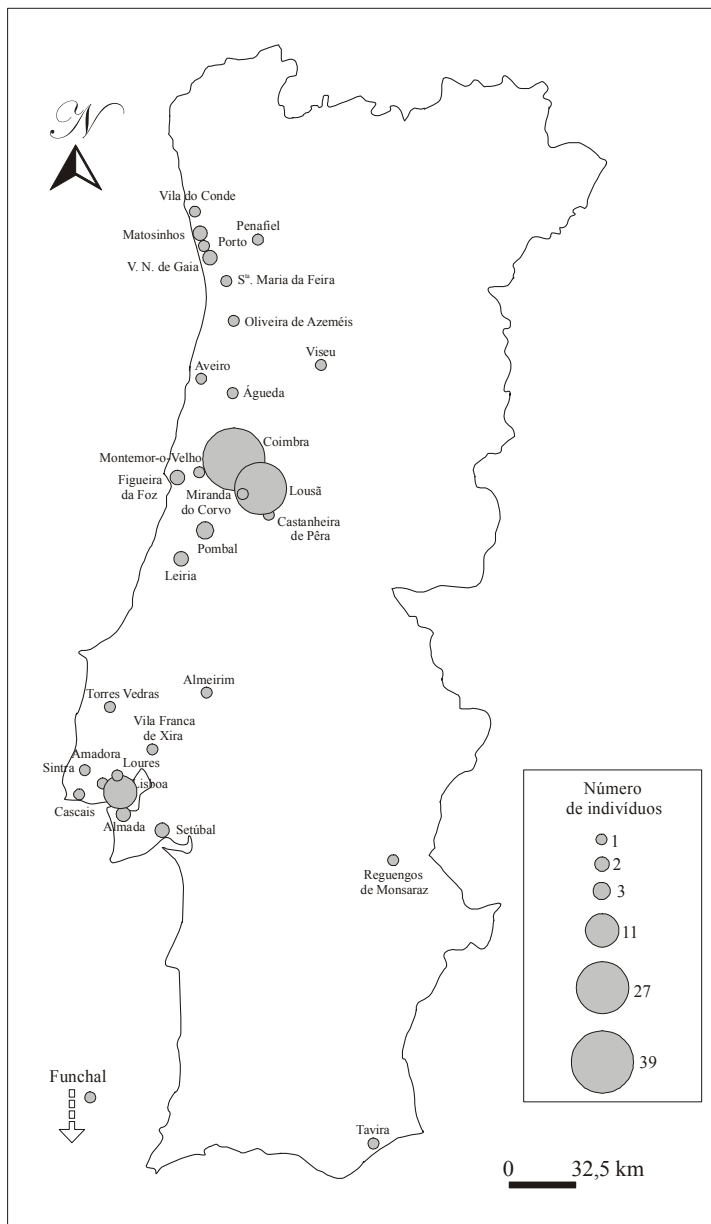
. Residência principal

Tal como notou CRAVIDÃO (*op. cit.*), a localização da residência principal dos inquiridos não mostra uma difusão espacial tão acentuada como a que se registou em relação à naturalidade. Ainda assim, as 113 respostas obtidas (97.4% da nossa amostra), permitiram assinalar mais de três dezenas de municípios como domicílio principal. Centros urbanos, como, por exemplo, Tavira, Reguengos de Monsaraz, Viseu, Oliveira de Azeméis ou Funchal ilustram bem essa diversidade. Contudo, é a faixa litoral de Setúbal até Matosinhos que “concentra” a parte mais importante da distribuição de frequências da variável (figura 60).

Em termos globais destaca-se o município de Coimbra, onde residem 39 proprietários, portanto cerca de 35% do total de inquiridos. De igual modo, é elevado o número de proprietários residentes no concelho da Lousã, pouco mais de duas dezenas e meia, o que corresponde a quase 25% das respostas obtidas no inquérito. Lisboa, com 11 respostas (9.7%), ocupa a terceira posição no *ranking* dos lugares de residência dos proprietários de imóveis nas aldeias serranas da Lousã. A leitura do quadro XX permite

¹⁹⁷ Desse pequeno grupo de inquiridos, cinco são proprietários de residência secundária no Talasnal (quadro XVIII) e destes, três são naturais do lugar. Os outros dois casos registam-se no Casal Novo; trata-se de proprietários naturais da Lousã (vila), mas que residem em outros concelhos do país (Faro e Lisboa).

acompanhar esta análise e também concluir que esses três municípios correspondem ao domicílio de quase 80 inquiridos, isto é, perto de 70% do total apurado.



Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

Figura 60 – Local de residência dos Inquiridos

Relativamente a cada uma das aldeias é possível destacar certas particularidades. Assim, Coimbra assume grande importância como município de residência dos proprietários de imóveis no Talasnal, com mais de 44% do total, valor que em boa parte (cerca de 70%) é da responsabilidade da componente “proprietários de imóveis não recuperados”. Por outro lado, corresponde ao local de residência principal de quase um terço dos inquiridos na aldeia de Casal Novo (29.2%). No Candal (com 27.3%), Coimbra só é ultrapassada pelo município da Lousã (onde residem quase 40% dos proprietários de casa na aldeia). A Lousã ocupa a segunda posição na hierarquia dos lugares de residência habitual no que concerne aos inquiridos no Talasnal, e o terceiro lugar em relação a Casal Novo (aí é Lisboa, com 16.7 %, a segunda referência mais importante).

O quadro XXI permite identificar mais de cinco dezenas de freguesias relacionadas com a residência principal dos proprietários de imóveis nas aldeias serranas. Lousã (20.4%), Santo António dos Olivais (13%), Sé Nova (8.3%), Santa Clara (7.4%), Albergaria dos Doze (2.8%) e Santa Cruz (2.8%) encontram-se entre as mais assinaladas. Portanto, em apenas quatro freguesias (de três municípios: Coimbra, Lousã e Pombal) residem quase 50% dos proprietários inquiridos.

A análise atinente às aldeias permite concluir que a freguesia de Lousã é a mais importante como domicílio principal dos inquiridos no Candal (com 31.8%). Santo António dos Olivais (Coimbra) ocupa a segunda posição, com 18.2%. Em relação ao Casal Novo, são as freguesias de Santa Clara (Coimbra) e Lousã, com 15% de respostas cada uma, as mais importantes. No Talasnal destaca-se a freguesia de Sé Nova (Coimbra), com 15.9% de respostas dos inquiridos, secundada por Lousã (11.4%), Santo António dos Olivais (11.4%) e Santa Clara (9.1%).

Ainda no plano dos municípios, a leitura dos inquéritos relativos aos proprietários de imóveis recuperados (quadro XXII) permite concluir acerca da ligeira subida de representação do município de Coimbra em relação ao Candal (33.3%) – onde a Lousã ganha também mais expressão (53.3%). Nesta última aldeia foram assinalados apenas mais quatro municípios: Castanheira de Pêra, Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira, com um proprietário cada. Coimbra é o concelho de residência habitual de 26.1% de proprietários no Talasnal, sendo, ainda assim o mais importante no conjunto dos onze concelhos assinalados pelos inquiridos. Lousã (17.4%), Lisboa (13%), Matosinhos e Pombal (8,7% cada um) completam a série de municípios com mais domicílios declarados pelos inquiridos. No Casal Novo, 25% dos proprietários de imóveis recuperados afirmam residir em Coimbra. Lousã, Lisboa e Setúbal, com 12.5% cada, perfazem 37.5% do total das respostas obtidas. Almada, Almeirim, Cascais, Santa Maria da Feira, Torres Vedras e Vila Nova

de Gaia foram igualmente assinalados como domicílio dos proprietários de imóveis na aldeia (que correspondem a 37.5%).

Assim, no cômputo geral, a ordem de importância dos municípios de residência principal dos inquiridos é a seguinte: Lousã (31.9%), Coimbra (29%) e Lisboa (8.7%). Completam a lista mais de uma dezena e meia de municípios que correspondem ao domicílio de 30.4% das respostas obtidas (quadro XXII). No total, trata-se de duas dezenas de concelhos assinalados como domicílio principal dos inquiridos, valor que desce para dezasseis, no que diz respeito à residência habitual dos proprietários de imóveis ainda não recuperados (quadro XXIII). Para estabelecer uma ponte com a naturalidade, devemos referir que em relação a esta última foi possível identificar 27 municípios, bem como 19 concelhos que correspondem aos inquiridos com imóveis ainda não recuperados.

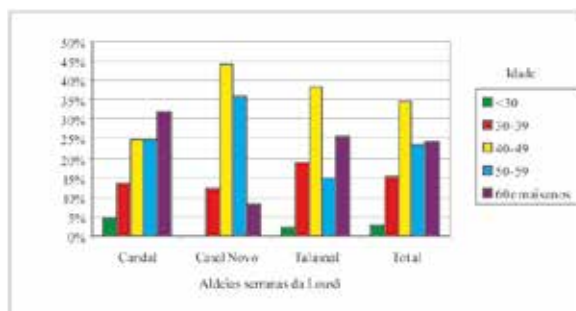
Em relação ao final dos anos 80, registam-se importantes alterações no domicílio dos proprietários de residência secundária nas aldeias de Casal Novo e Talasnal (figura IX). Segundo CRAVIDÃO (*op. cit.*, 54; 56), 69% dos inquiridos (29 em 42) «residem na cidade de Coimbra, enquanto em Lisboa, Cascais e Lousã habitam respectivamente 4, 2 e 2 indivíduos. Para Aveiro, Leiria, Setúbal, Vila Nova de Gaia e Viseu registámos apenas 1; trata-se, por isso, de uma população em que grande parte reside em Coimbra». Uma década e meia depois, Coimbra regista 25.6% de respostas, portanto cai mais de quarenta pontos percentuais em relação a 1989. Lisboa regista uma ligeira subida (9.5%, em 1989; 12.8%, em 2003). O concelho da Lousã é agora o domicílio principal de 15.4% dos proprietários (apenas 4.8%, em 1989). O número total de municípios relacionados no conjunto das duas aldeias ascende a mais de uma dezena e meia (exactamente 17), como é possível observar no quadro XXII.

No que diz respeito aos imóveis por recuperar, o quadro XXIII permite concluir que Coimbra constitui o domicílio principal de quase 65% dos inquiridos com esse tipo de imóveis no Talasnal, de 42.9% no Casal Novo (secundado por Lisboa, com cerca de 30%), e 15.4% no Candal (tal como município de Figueira da Foz).

. Estrutura etária e sexo

A análise da estrutura etária dos inquiridos – 116 proprietários de imóveis nas aldeias serranas – reflecte a distribuição dos resultados no intervalo de variação delimitado pelos valores (extremos) de 25 e de 83 anos, idades referentes a proprietários na aldeia de Candal. No Casal Novo e no Talasnal, os inquiridos repartem-se nos intervalos de variação 34-63 e 28-76 anos, respectivamente.

A leitura dos resultados, organizados em classes etárias (figura 61), permite sublinhar a preponderância dos indivíduos com idade compreendida entre os 40 e os 49 anos (34.5%). As duas classes etárias superiores (50 a 59 anos, e 60 e mais anos) são igualmente muito significativas da distribuição dos valores da variável, pois cada uma delas representa quase 25% do total de respostas. Isto significa que 81.9% dos inquiridos apresentam idade igual ou superior a 40 anos. Os inquiridos com idade inferior a 40 anos (18.1%) encontram-se repartidos pelas classes de menos de 30 anos (2.6%) e de 30 a 39 anos (15.5%).



Fonte: Inquiridos às aldeias serranas (2003)

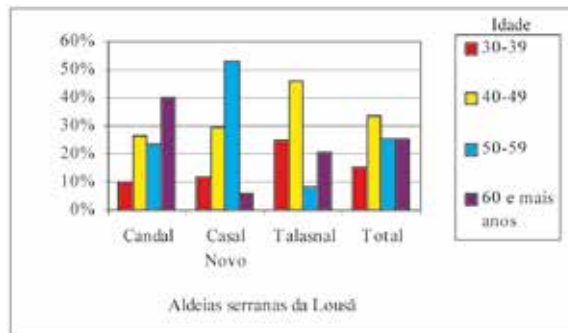
Figura 61 – Estrutura etária dos Inquiridos

Relativamente às aldeias destacam-se certas particularidades: no Candal, a classe constituída por indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, a mais importante, ultrapassa 30% do total; no Casal Novo, 80% dos inquiridos têm idade compreendida entre os 40 e os 59 anos (o peso relativo das classes de 40-49 e de 50-59 anos é de 44 e 36%, respectivamente); no Talasnal, a distribuição dos inquiridos pelas classes etárias acompanha de perto a tendência global assinalada – as maiores diferenças (para mais e para menos) prendem-se com as classes de 40-49 anos (38.3%) e de menos de 30 anos (apenas 2,1% do total).

No que concerne aos proprietários de imóveis recuperados (figura 62), a distribuição das suas idades pelas classes etárias consideradas é muito semelhante ao comportamento desta variável no quadro de análise, tendo em conta todos os inquiridos. Contudo, importa salientar a ausência de representatividade da classe de menos de 30 anos, bem como outras tendências filtradas nos inquéritos. Assim, na aldeia do Candal, os inquiridos com menos de 40 anos são apenas 10% do total – classe que é igualmente pouco significativa no Casal Novo (11,8%). Ainda no Candal, registamos a importância

da classe etária dos inquiridos com mais de 60 anos (40%) e o facto dos indivíduos com idade compreendida entre os 40 e os 59 anos representarem metade dos proprietários de imóveis recuperados na aldeia. No Casal Novo é a classe de 50 a 59 anos a mais importante na aldeia, com mais de 50% do total de respostas; o número de proprietários com idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos ultrapassa 80%; a classe com mais de 60 anos não representa mais de 5,9% dos inquiridos. No lugar do Talasnal, os inquiridos com idade compreendida entre 40 e 49 anos perfazem quase 50% do total; a classe de 30 a 49 anos de idade representa cerca de 70% das respostas; os proprietários com mais de 50 anos não ultrapassam 30% do universo relacionado com os imóveis recuperados na aldeia.

Por outro lado, podemos referir que a média de idades se situa nos cinquenta anos, com ligeiras variações por aldeia: Casal Novo (48.3), Talasnal (49.9) e Candal (52.9 anos). A leitura, segundo os tipos de proprietário, revela igualmente valores muito próximos, não obstante a média de idades ser inferior entre os proprietários de imóveis não recuperados no Candal, onde a diferença é mais sentida (45.2; 56.2), e no Casal Novo (46; 49.7). No Talasnal, a idade dos proprietários de casas recuperadas é ligeiramente inferior em relação aos titulares de casas não recuperadas: 48.2 e 51.3 anos, respectivamente.



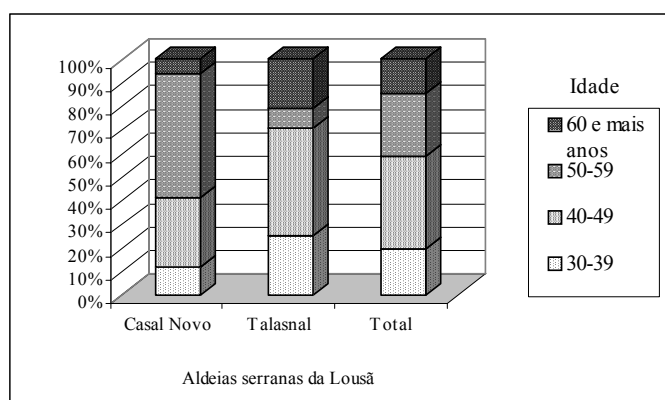
Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 62 – Estrutura etária dos “residentes secundários”

Na investigação realizada em 1989, para as aldeias do Casal Novo e Talasnal, Fernanda CRAVIDÃO (*op. cit.*, 48-49) concluiu que a «repartição por grupos etários mostra uma maior incidência no conjunto formado por indivíduos cuja idade oscila entre os 30 e os 49 anos, já que representa 57% do total. Com expressão significativa está o

estrato etário que abrange os inquiridos com idade entre os 50 e os 59 anos: 10 indivíduos que representam 23,8% da amostra. Menor expressão tem a população com menos de 30 anos, apenas 6 (14,4%) e aquela que ultrapassa a classe dos cinquenta anos: 2 indivíduos (4,8%)».

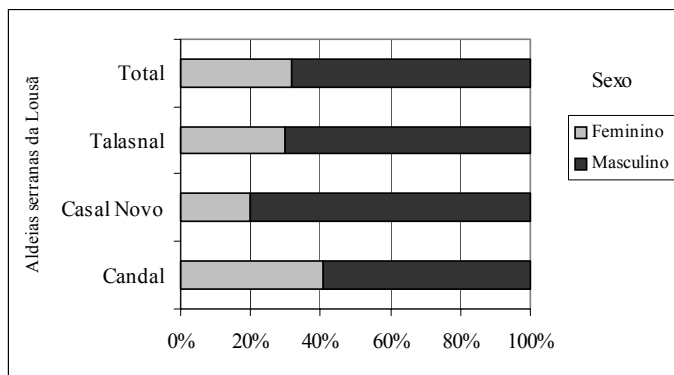
Pela nossa parte, a partir de 41 respostas obtidas (42, em 1989), elaborámos a figura 63 que permite observar que a classe de idade inferior a 30 anos não obteve qualquer resposta (6, em 1989). Por sua vez, as classes de 30-39 e 40-49 anos sofreram nos últimos quinze anos ajustes de sinal contrário mas de valor percentual quase igual (de 9 e 10,5 pontos, respectivamente), transformando-se os inquiridos, com idade compreendida entre 40 e 49 anos, na classe etária mais importante. De igual modo, assinalamos uma subida do valor percentual da classe constituída pelos inquiridos de 60 e mais anos (de 4,8%, em 1989, para 14,6%, em 2003). Portanto, nos últimos anos verificou-se um ligeiro aumento da idade dos proprietários de residência secundária nas aldeias de Casal Novo e Talasnal.



Fonte: Inquiritos às aldeias serranas (2003)

Figura 63 – Estrutura etária dos Inquiridos (Casal Novo e Talasnal)

A repartição dos inquiridos por sexo (figura 64) revela a maior preponderância dos indivíduos do sexo masculino (68.1%), entre os proprietários de casa na Serra. O desequilíbrio é mais acentuado em Casal Novo, onde os proprietários do sexo feminino não ultrapassam 20% do total apurado, e menos significativo entre os proprietários de imóveis em Candal – 41% são do sexo feminino.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 64 – Distribuição dos Inquiridos por sexo

. Agregados familiares

No que diz respeito aos **agregados familiares**, os inquéritos permitiram identificar 321 indivíduos (quadro XXIV), relacionados com as várias modalidades de proprietários de imóveis (de ou para residência secundária) nas aldeias serranas. Como a amostra é constituída por 116 inquiridos, e todos responderam à questão, podemos afirmar que o número de elementos por família é de 2.8, valor médio que oscila entre 2.6, no caso dos inquiridos que ainda não recuperaram ou estão a recuperar os seus imóveis para residência secundária, e 2.9, como acontece com os proprietários de casas recuperadas.

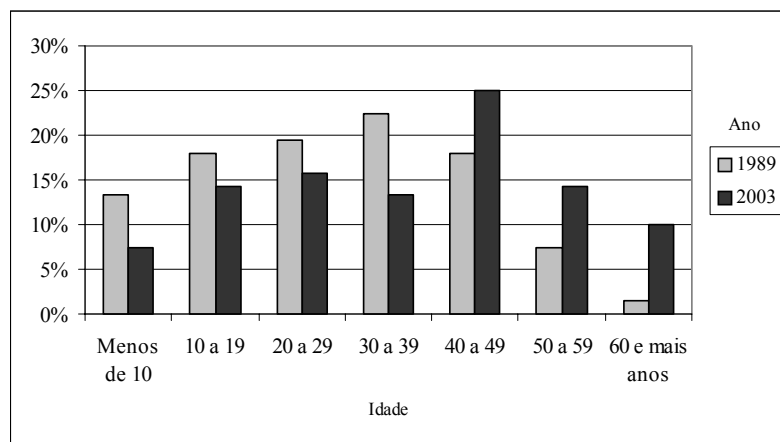
Mas neste item é pertinente centrar a análise nos agregados familiares dos proprietários de imóveis recuperados, afinal aqueles que utilizam as casas e passam algum do seu tempo livre na Serra. Aos 71 proprietários inquiridos é necessário acrescentar os 133 indivíduos assinalados no inquérito. Portanto, o universo familiar ultrapassa ligeiramente as duas centenas de indivíduos, repartidos de forma desigual pelas três aldeias serranas: 61 em Casal Novo, 59 no Talasnal e 84 no Candal. O número médio de indivíduos por família reparte-se no intervalo de 2.5 (Talasnal) a 3.6 (Casal Novo) – no Candal é de 2.8 indivíduos por família.

Nas aldeias serranas de Casal Novo e Talasnal foi possível identificar mais de uma centena de indivíduos (concretamente 120) no seio de 41 famílias, portanto 2.9 pessoas por família.

É oportuno trazer à luz da reflexão as informações recolhidas no final dos anos 80, no sentido de comparar os agregados familiares dos inquiridos. O trabalho realizado por CRAVIDÃO (*op. cit.*, 49) permitiu identificar 163 indivíduos, cuja estrutura

etária era a seguinte: «(...) a maior percentagem de utilizadores das habitações na Serra situa-se na classe dos 30 aos 39 anos (22,4%) logo seguida dos indivíduos com idade compreendida entre os 20-29 anos. Com igual significado (17,9%) está o grupo formado pelos jovens dos 10 aos 19 anos e dos adultos cuja idade oscila entre os 40 e os 49 anos. Isto é, mais de metade da população (59,7%), abrange uma faixa etária limitada pelos 20 e os 59 anos».

A figura 65 pretende retratar as duas situações (nos anos de 1989 e 2003) e permite inferir acerca da redução do peso percentual dos grupos etários com menos de 40 anos, enquanto as classes etárias seguintes são marcadas pelo aumento do número de indivíduos, tendência anteriormente já assinalada para o caso dos proprietários. Se em 1989, o número de indivíduos até 39 anos compreendia 73,1% do total, em 2003 esse número diminuiu, registando-se apenas 50,8%; os indivíduos com mais de 40 anos passaram de 26,9%, em 1989, para quase metade do universo das respostas dos inquiridos, em 2003. Portanto, assistimos a um processo de erosão dos estratos inferiores e de adensamento das classes etárias a partir dos 40 anos, que se prende com o aumento da idade dos proprietários de imóveis nas aldeias¹⁹⁸, mas também com os efeitos da redução do número de filhos por família.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003) e CRAVIDÃO (1989)

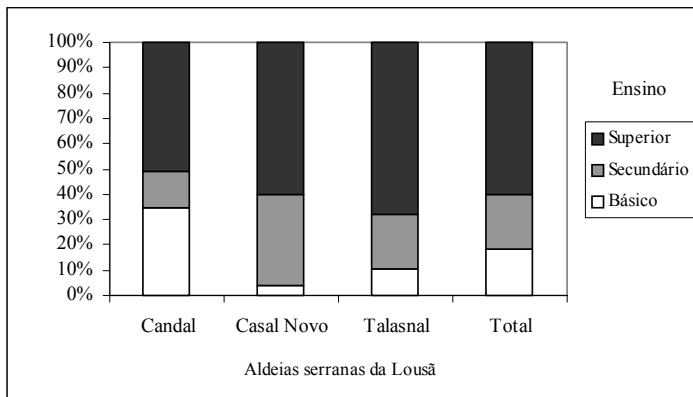
Figura 65 – Estrutura etária dos utilizadores das residências secundárias nas aldeias do Casal Novo e Talasnal, em 1989 e 2003

¹⁹⁸ Cerca de 30% dos inquiridos adquiriu casa (nessas aldeias) no período anterior a 1989.

. Habilitações académicas e estrutura sócio-profissional

Neste item, procuramos apresentar uma visão alargada da composição social dos residentes secundários (e dos proprietários de imóveis destinados a residência secundária, embora ainda não recuperados) das aldeias em estudo, através da leitura de dois indicadores: habilitações literárias e profissão.

A distribuição dos inquiridos segundo o **nível de escolaridade** (figura 66) revela a preponderância do ensino superior entre os proprietários de casas utilizadas ou a utilizar como residência secundária. Para o conjunto das aldeias serranas, 60% das respostas obtidas envolvem indivíduos habilitados com curso superior (bacharelato ou licenciatura). De entre estes últimos, cerca de 15% obtiveram o grau de mestre ou de doutor, em áreas tão diversas como engenharia física, jornalismo, literatura, medicina, direito e farmácia. O segundo patamar percentual corresponde ao ensino secundário, com pouco mais de 20% das respostas dos inquiridos. O ensino básico (englobando três ciclos) é assinalado em quase 20% dos inquéritos.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

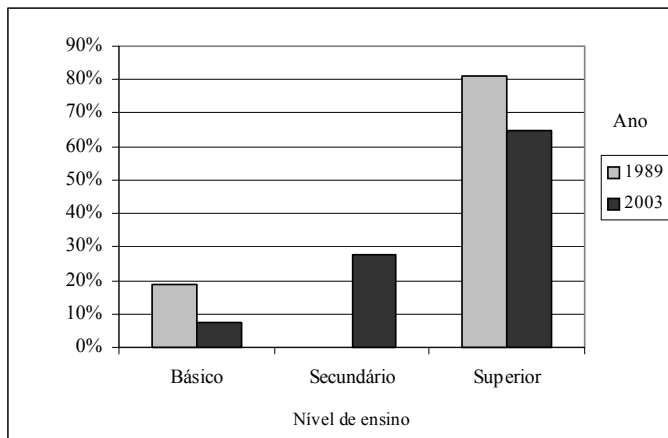
Figura 66 – Escolaridade dos Inquiridos

Contudo, cada uma das aldeias revela certas particularidades em relação ao comportamento desta variável (figura 66). Assim, no Candal o ensino básico é a habilitação académica de um terço dos inquiridos, tal como o ensino superior é assinalado em metade das respostas obtidas. No primeiro caso, trata-se, em grande parte, da antiga comunidade de residentes que, entretanto, transformou a sua antiga residência principal ou residência de família, em residência secundária. As características demográficas não escondem uma

população maioritariamente envelhecida, pois 40% dos inquiridos com casa recuperada na aldeia têm mais de 60 anos (e podemos mesmo afirmar que dois terços das respostas dizem respeito a indivíduos com mais de 50 anos). Casal Novo e Talasnal registam os valores percentuais mais elevados de indivíduos com grau académico superior, 60 e 68%, respectivamente, e ao mesmo tempo o menor número de respostas relativas ao ensino básico (4 e 10.6%, respectivamente).

A leitura do nível de escolaridade reportada aos proprietários de casas recuperadas confirma, a este nível, as ideias avançadas em relação ao Candal, e sublinha a importância da componente do ensino superior entre as respostas referentes ao Casal Novo (70,6%, o valor mais elevado da área em estudo) –, aldeia onde não há inquiridos com habilitações literárias de nível inferior ao ensino secundário.

Em relação aos elementos apresentados para Casal Novo e Talasnal, em 1989, por Fernanda CRAVIDÃO, a situação em 2003 (figura 67) é marcada pela redução da percentagem de licenciados (de 78.6%, desceu para 65.0%) e de indivíduos com grau de instrução ao nível do ensino básico (19% em 1989; 7.5%, em 2003). Contudo, é preciso referir a expressão do ensino secundário (“ausente” em 1989) que atinge, em 2003, 27.5% dos inquiridos. No que concerne aos doutorados, dois inquiridos declaram esse grau académico (em Casal Novo e Talasnal), tal como outros quatro, entre os proprietários de imóveis não recuperados no Talasnal. Em 1989 apenas foi assinalado um residente secundário (em Casal Novo), com o título de doutor.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 67 – Nível de ensino dos Inquiridos, nas aldeias do Casal Novo e Talasnal, em 1989 e 2003

Numa palavra, estávamos, como estamos ainda, em presença de uma população muito diferente daquela que habitou os lugares serranos da Lousã.

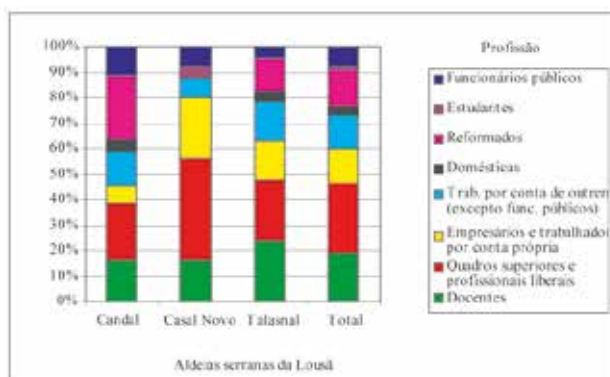
A estrutura **sócio-profissional** dos proprietários de imóveis na Serra é mais um argumento que corrobora a ideia de que se trata de um conjunto de indivíduos, na sua grande maioria, com um nível de rendimento económico elevado, certamente acima da média das famílias portuguesas, e «cujas relações com a montanha se inserem num quadro bem diferente daquele onde se inscrevia a população permanente» (CRAVIDÃO, *op. cit.*, 51).

O número de respostas obtidas (115 em 116, portanto 99.1% da amostra) permite avançar algumas conclusões sobre a repartição dos proprietários (e dos respectivos agregados familiares) por profissões. A figura 68 mostra a importância dos quadros superiores e dos profissionais liberais (27% do total), dos docentes (19.1%) e dos empresários e trabalhadores por conta própria (13.9%). Estas são as profissões mais representadas entre os inquiridos¹⁹⁹. Regra geral, a primeira categoria de profissões referida é a mais importante em todas as escalas de análise. Com efeito, docentes (do ensino secundário e ensino superior), médicos, advogados, engenheiros, enfermeiros, técnicos de saúde e técnicos de serviço social, investigadores, empresários e trabalhadores por conta própria, enfim, essencialmente profissionais do sector terciário “superior”, representam cerca de 60% das respostas obtidas. A restante parte da amostra reparte-se entre os reformados (14.8%), os trabalhadores por conta de outrem (13%), os funcionários públicos (dos serviços auxiliares e administrativos, com 7.8% do total), as domésticas (3.5%) e um estudante (0.9%).

A leitura da distribuição das profissões dos inquiridos por aldeia permite, ainda, evidenciar certas singularidades (figura 68). Assim, no Candal destaca-se o elevado número de reformados, cerca de 25% do total de inquiridos, ainda com maior expressão entre os utilizadores da residência secundária (33.3% do total, e mais de 90% dos proprietários de casas recuperadas nas aldeias serranas, na mesma situação – quadro XXV). O sector terciário “superior” é assinalado em 45,4% das respostas (com ligeira diferença entre proprietários de imóveis recuperados, para recuperar e em recuperação – quadro XXV) e está relacionado, no primeiro caso (relativo a residentes secundários), com a população domiciliada na cidade de Coimbra, mas também com alguns residentes na vila da Lousã que, sem laços familiares na aldeia, aí adquiriram habitações destinadas a residência secundária. Os médicos (16.7%) e os docentes (10%) estão entre as

¹⁹⁹ Em relação à profissão do cônjuge, embora com diferenças de pormenor, os resultados confirmam estratos sócio-profissionais elevados entre os proprietários de casas nas aldeias serranas da Lousã.

profissões mais referidas pelos residentes secundários do Candal. No Casal Novo, as profissões relacionadas com o sector terciário superior foram referidas nas respostas de 80% dos inquiridos (figura 68). No caso dos proprietários de casas recuperadas, esse valor aproxima-se dos 90% (quadro XXV). Por sua vez, os inquiridos com imóveis no Talasnal apresentam características profissionais semelhantes ao padrão geral; a nível interno, destaca-se o peso percentual dos trabalhadores por conta de outrem (25%) e dos reformados (8.3%), entre os proprietários de imóveis recuperados.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 68 – Estrutura sócio-profissional dos Inquiridos

A análise dos resultados, centrada apenas nas respostas dos “residentes secundários” do Casal Novo e do Talasnal, mostra o elevado peso das profissões relacionadas com o sector terciário superior, quase 75% do total apurado. Para este valor contribuem os professores (24.4%), sobretudo do ensino secundário (17,1%), pois os docentes do ensino superior correspondem a pouco mais 7% dos inquiridos; os quadros superiores e os profissionais liberais (29.3%) – os médicos representam cerca de 7.1% do total apurado – e os empresários e trabalhadores por conta própria (19.5%). A restante parte da amostra (26.8%) reparte-se pelas outras modalidades da variável, em especial a dos trabalhadores por conta de outrem, com cerca de 15% do total das respostas.

Para entender as mudanças no plano sócio-profissional, em relação a 1989, é necessário convocar os resultados da investigação realizada por Fernanda CRAVIDÃO. Assim, segundo as palavras da autora, em Casal Novo e Talasnal, «Todos os indivíduos pertencem ao sector terciário, onde um quantitativo importante exerce uma profissão liberal: dos resultados obtidos conclui-se que os médicos constituem 31,4% da amostra; os

docentes do ensino superior representam 22%; os empregados bancários 9,4%; docentes do ensino secundário têm uma representação ligeiramente inferior: 8,5%. Nos restantes, registamos a presença de 2 advogados, 1 arquitecto, 1 actriz, 1 investigador, 1 psicólogo, 1 técnico de seguros, 1 técnico de saúde e um industrial» (*idem*: 51-52).

No ano de 2003, constatamos uma certa redução da importância dos estratos das profissões socialmente mais valorizadas, com a presença de outras classes sócio-profissionais, o que é explicável em função da diversificação da população que escolheu estas aldeias para passar algum do seu tempo livre. Isto significa que, no final dos anos 80, as aldeias serranas da Lousã, por via da residência secundária, conheceram uma trajectória ascendente e uma espécie de moda. Depois, com o passar dos anos, uma parte daqueles que primeiro descobriram e fruíram as qualidades e os valores inerentes à montanha devem ter sido seduzidos por outros cenários/imaginários patrimoniais e paisagísticos como, por exemplo, a Costa Alentejana, as áreas interiores ligadas a albufeiras e outros territórios com características marcadamente rurais. As dificuldades e os problemas estruturais das aldeias serranas foram (e são ainda) argumentos de peso nas decisões tomadas, a esse nível, pelos proprietários e respectivas famílias.

Todavia, outros tiveram acesso às aldeias serranas, atraídos pelas suas qualidades, e assim, por imitação de hábitos e práticas sociais das elites – a que aspiram aceder –, deram continuidade ao processo. Entre aqueles que escolheram as aldeias para instalar uma residência secundária, encontramos alguns antigos moradores, como acontece no Talasnal (e também no Candal). As raízes e os vínculos ancestrais na montanha, onde nasceram ou viveram alguns anos, não tiveram força suficiente como âncoras de resistência e de permanência, quando o espaço serrano era apropriado segundo valores produtivos. Embora vinculados a um conjunto significativo de memórias de carga negativa, o afastamento físico em relação às aldeias e, sobretudo, a melhoria das condições económicas e do próprio nível de instrução explicam uma certa reaproximação das aldeias, orientada segundo valores ambientais e patrimoniais.

9.2.3 Imóveis serranos: características e utilização

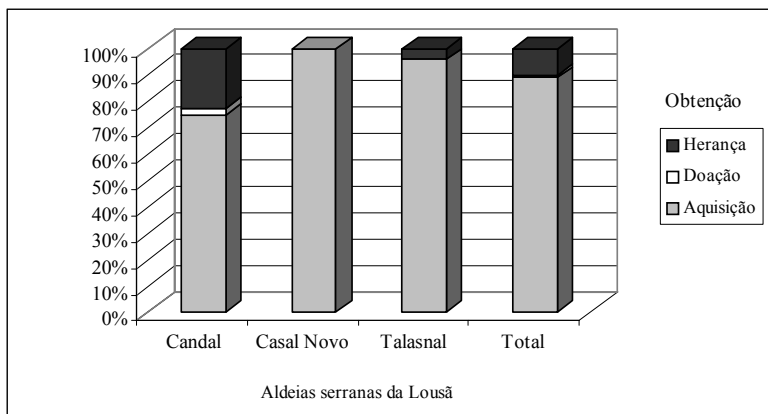
Ao contrário de muitos locais do país em que a residência secundária é responsável pelo forte aumento da população presente e de alojamentos (principalmente dos alojamentos sem famílias residentes), nas aldeias serranas da Lousã a dinâmica gerada pela residência secundária manifesta-se essencialmente na **reconstrução** de imóveis abandonados (e alguns muito degradados), em diversas situações acompanhada pela ampliação da área de construção através da ocupação de antigos logradouros e anexos rurais.

De igual modo, não é possível identificar **tipologias** de residências secundárias, no sentido de destrinçar moradias, edifícios de apartamentos, empreendimentos e suas características (promotor, regime de utilização, etc.). Nas aldeias serranas, as residências secundárias são exclusivamente compostas por pequenas habitações (alojamentos) uni-familiares.

No que diz respeito ao **regime de propriedade** das residências secundárias, não se encontrou nenhuma casa arrendada e, assim sendo, todas as casas são próprias. No entanto, o empréstimo da habitação a familiares ou amigos, por curtos períodos de tempo, foi referido por alguns proprietários. No Casal Novo, duas proprietárias declararam arrendar (de forma informal) as casas, durante alguns dias por ano, aos interessados em passar algum tempo na Serra. Na aldeia do Talasnal, a casa-abrigo do Clube de Campismo e Caravanismo de Coimbra e a casa do MOCAMFE dispõem de alojamento (um quarto e uma camarata) para cerca de uma dezena de pessoas, em cada habitação.

. Modo de obtenção e factores de mediação

Em relação ao **modo de obtenção dos imóveis** utilizados ou a utilizar como residência secundária (figura 69), as respostas dos inquiridos repartem-se entre aquisição (88,8%), herança (10,3%) e doação (apenas uma resposta, a que corresponde 0.9% do total apurado).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 69 – Modo de obtenção das “residências secundárias”

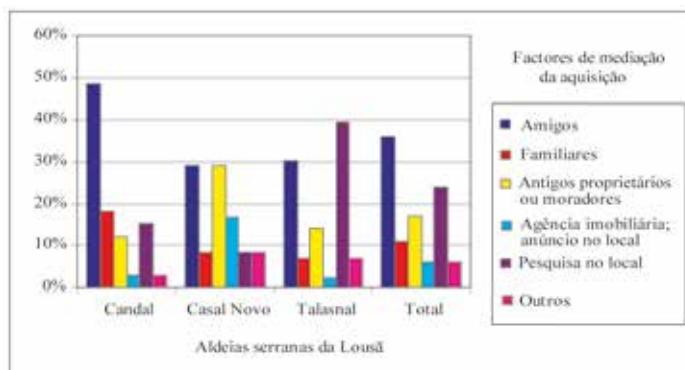
A aquisição é o único modo de obtenção de imóveis para residência secundária no Casal Novo, e aparece assinalada, ainda, em mais de 95% dos inquéritos realizados no Talasnal.

A herança é praticamente residual (4,2%), entre os proprietários de imóveis, no Talasnal, que responderam ao inquérito, e tem algum significado no Candal, com cerca de 22.7% das respostas dos inquiridos, onde está relacionada com os laços de família, e/ou a residência (durante alguns anos) na aldeia. Contudo, para a maioria dos actuais titulares, a condição de proprietários de imóveis para habitação, nas aldeias serranas, ocorreu depois de terem adquirido alojamentos na Lousã, em Coimbra e na Área Metropolitana de Lisboa. Para outros inquiridos, a casa na aldeia foi residência principal durante uma parte importante da sua vida, e apenas nos últimos anos, com a deslocação para a Lousã, esses imóveis serranos configuram uma situação que podemos relacionar com o fenómeno da residência secundária. Importa referir, ainda, que de entre os proprietários (cerca de uma dezena) com imóveis herdados no Candal, 90% correspondem a imóveis efectivamente recuperados, sendo, portanto, alojamentos utilizados alguns dias, por ano (principalmente no Verão), pelos proprietários e também pelos seus familiares próximos. Neste último caso, o valor da resposta “herança” corresponde a cerca de 30% dos inquiridos (quadro XXVI).

Com o objectivo de identificar os **factores que mediaram a aquisição**, incluímos no inquérito uma questão destinada aos proprietários que adquiriram imóveis na Serra, para utilizar como residência secundária. As respostas obtidas (figura 70), englobando proprietários de imóveis recuperados, em recuperação e por recuperar, em número de 100 (86,2% da amostra), repartem-se, por ordem decrescente de importância relativa, da seguinte forma: amigos (36%); procura no local (24%); antigos proprietários/moradores (17%); familiares (11%); agência imobiliária/anúncio de venda (6%) e “outros motivos” (6%).

A figura 70 permite observar, de modo mais detalhado, a distribuição das respostas e a sua variação conforme as aldeias. Assim, o papel dos amigos, na divulgação da informação sobre a disponibilidade de imóveis para venda no Candal, foi responsável por quase metade das aquisições na aldeia. Os familiares dos actuais proprietários tiveram também alguma influência na aquisição de imóveis na aldeia, pois foram referenciados em cerca de 20% das respostas. No Casal Novo, a importância dos amigos e dos antigos proprietários, na aquisição de imóveis na aldeia, representa, em conjunto, quase 60% do total (com peso igual de cada uma das componentes: 29,2%). As agências imobiliárias e os anúncios de venda, afixados na aldeia ou divulgados na imprensa, foram responsáveis por mais de 15% das aquisições de imóveis para residência secundária na aldeia, a úni-

ca em que essa resposta tem algum significado. No Talasnal, foi a pesquisa no local de imóveis para venda, por iniciativa dos interessados, que resultou, de forma positiva, em aquisição a favor do inquirido (35,5% do total).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 70 – Factores de mediação da aquisição das “residências secundárias”

No plano restrito dos proprietários de imóveis recuperados (quadro XXVII), a leitura retoma o essencial das tendências anteriormente assinaladas. Porém, no Talasnal merece referência a subida do número de respostas relacionadas com a procura local de imóveis para venda (metade dos inquiridos) e a queda acentuada (de 30,2%, para 13,6%) do papel desempenhado pelos amigos na “descoberta” de imóveis para vender. Por outro lado, são os proprietários de imóveis por recuperar (no Talasnal) que assinalam em maior número (quase metade do total de respostas obtidas) a importância dos amigos, na divulgação da informação sobre imóveis para vender nas aldeias da Serra.

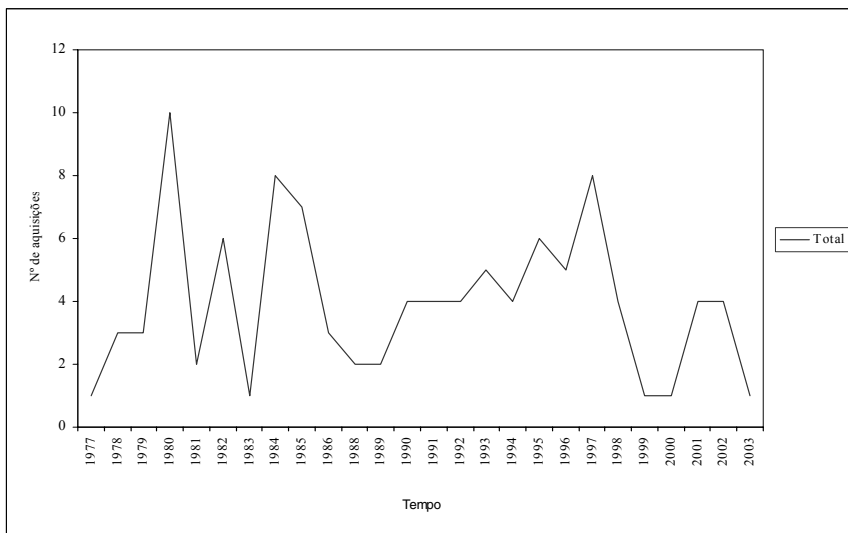
. Aquisição: origem e evolução

Questão fundamental para compreender as transformações paisagísticas das aldeias serranas, nas últimas duas a três décadas, é a que diz respeito ao ritmo de aquisição dos imóveis para residência secundária. Interessa identificar os períodos mais importantes de expansão do fenómeno nos três lugares em estudo. Longe de conseguir apenas dar uma ideia aproximada desses períodos, o número de respostas obtidas nos inquéritos, permite conhecer, com algum detalhe, os traços da sua evolução.

As aldeias serranas da Lousã não têm tradição, enquanto lugares de recreio e de lazer. O isolamento das aldeias, as condições de vida muito difíceis e a pobreza material

dificultaram uma eventual abertura das aldeias ao exterior, no sentido acima exposto. Apenas na segunda metade dos anos 70, com o culminar do ciclo de despovoamento e de abandono, e com o fim do modelo sócio-económico que imperava na montanha, alguns lugares são reapropriados, essencialmente a partir do exterior, por uma população que diverge profundamente (em termos de origem, local de residência principal e condição sócio-económica), quando comparada com as comunidades serranas. Mesmo invocando as migrações (internas e externas), é preciso não esquecer que os novos lugares migratórios prenderam (cada vez mais) os serranos e as suas famílias, e que poucos foram aqueles que regressaram à montanha, não obstante os efeitos ainda visíveis (nomeadamente nas estruturas edificadas) da aplicação local do capital amealhado nesses percursos.

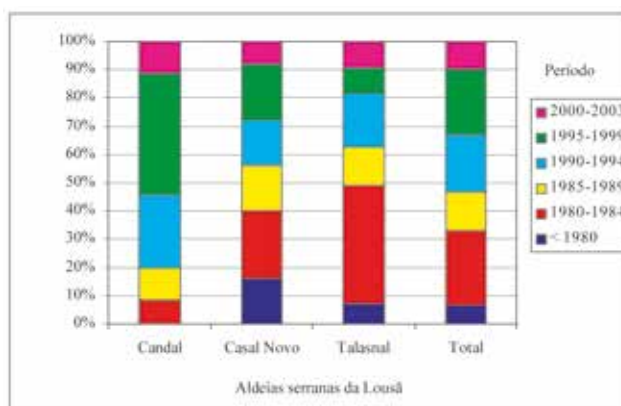
A leitura dos resultados, no que diz respeito a todos os proprietários inquiridos (figura 71 e quadro XXVIII), permite concluir que o processo de aquisição de imóveis para residência secundária é praticamente contínuo, entre 1977 e 2003. Nestes últimos 27 anos, as datas com maior número de respostas são 1980 (quase 10% do total), 1997 (7,8%), 1984 (7,8%) e 1985 (6,8%). O ano de 1997 (17,1%) é o mais importante entre as aquisições realizadas no Candal; 1984, com 16%, destaca-se como data de referência na repartição das aquisições no Casal Novo; 1980 é o ano com maior número de aquisições na aldeia do Talasnal: sete (16,3% do total).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 71 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo e Talasnal

A figura 72 retrata a aquisição de casas nas aldeias serranas segundo períodos. Assim, é possível analisar com maior detalhe o ritmo de aquisição e constatar que, nas aldeias serranas da Lousã, os períodos de aquisição apresentam características diferenciadas. O primeiro elemento a destacar é o reduzido número de compra de casas no período anterior a 1980, apenas 6,8%, tendo presente que a primeira aquisição foi realizada em 1977. É oportuno recordar que, em Portugal, é no final dos anos 70, com a melhoria das condições económicas, dos transportes e das acessibilidades, que se começa a afirmar a aquisição de alojamentos para residência secundária. Nas aldeias serranas da Lousã, os períodos de aquisição mais importantes situam-se entre 1980-1984 (26,2%), 1995-1999 (23,3%) e 1990-1994 (20,4%). Isto quer dizer que o período de 1977 até 1989 representa 46.6% do total; a compra de imóveis desde 1990 corresponde a 53.4% do total. Os últimos quatro anos representam menos de 10% do total. No período em análise, a média de aquisição é de 3.8 casas/ano; nos dois agrupamentos temporais descritos, o valor médio anual de aquisição aproxima-se de 3.7 casas/ano em 1977/1989, enquanto em 1990-2003 não ultrapassa 3.9 casas/ano.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 72 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária, nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo e Talasnal, por período

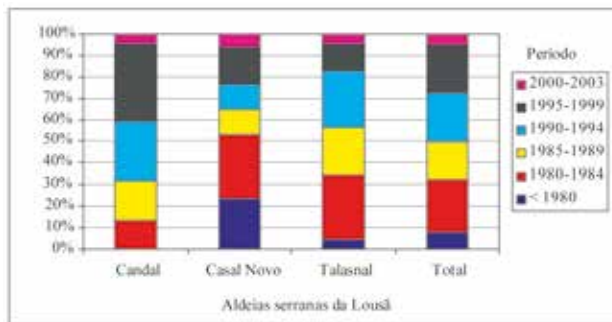
Podemos observar a dinâmica do processo em cada uma das aldeias (quadros XXVIII e figura 72) e identificar os períodos de maior aquisição:

- No Casal Novo, o período de maior expansão do fenómeno corresponde ao início dos anos 80 (1980-1984) e ao final dos anos 90 (1995-1999), com 24 e 20% do total apurado, respectivamente.

- No Talasnal, a maior intensidade de aquisição de alojamentos destinados a residência secundária ocorre na primeira metade dos anos 80 (41,9%).
- No Candal, a aquisição de alojamentos é mais tardia, com início cerca de 1980, e com pouco significado (20%) até ao início da década seguinte. Os anos 90 marcam o período mais expressivo de aquisição de casas para residência secundária, com quase 70% do total, de modo mais intenso nos anos de 1995 a 1999 (42,9%).

A partir dos inquéritos é possível analisar mais detalhadamente o período de aquisição, por aldeia, no que concerne aos imóveis recuperados/utilizados e aos imóveis não recuperados (figuras 73 e 74).

Assim, no Candal, a maior intensidade de aquisição de alojamentos, entretanto recuperados e utilizados como residência secundária, acontece na década de 90 (cerca de 65%), com especial destaque para o período de 1995/1999 (36.4%). Por sua vez, a componente de imóveis não recuperados conheceu grande expressão na década seguinte (anos 90), em particular o período de 1995/1999 (58.3%).



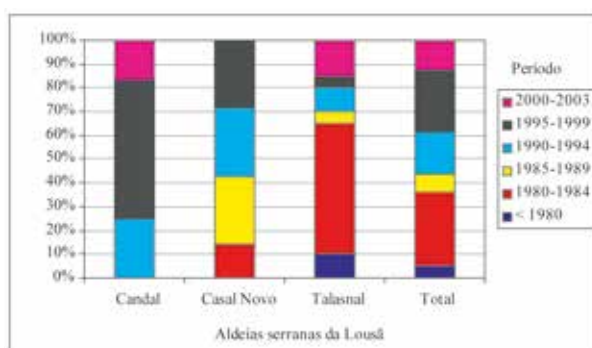
Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 73 – Evolução da aquisição de casas recuperadas e utilizadas como residência secundária nas aldeias serranas da Lousã, por período

Na aldeia do Casal Novo, as respostas dos “residentes secundários” (figura 73) assinalam o período de 1980/89 como sendo o mais importante em termos de aquisição de casas (41,2%), em especial o período de 1980/1984 (29,4%), tendência que se manteve nos anos seguintes, ainda em bom ritmo. Trata-se, pois, de uma situação que envolve a entrada de novos proprietários²⁰⁰ (segundos ou terceiros proprietários), depois da “pri-

²⁰⁰ A análise do registo matricial permitiu confirmar essa situação.

meira geração” de proprietários que adquiriu a casa aos antigos moradores ou aos seus descendentes e a recuperou, utilizando-a alguns dias por ano como residência secundária. A aquisição de imóveis não recuperados reparte-se também, de forma semelhante, nesses dois grandes períodos, embora sem representatividade no período anterior a 1980 e após 1999 (figura 74).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 74 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária, ainda não recuperadas, nas aldeias serranas da Lousã, por período

No Talasnal é também a primeira metade dos anos 80 a mais importante em relação às residências secundárias, com cerca de 30% do total apurado. O período dos anos 80 é responsável por mais de 50% dos imóveis recuperados (figura 73). O espectro dos imóveis não recuperados, quase tão importante como o dos imóveis recuperados, reflecte também a forte dinâmica de aquisição da primeira metade dos anos 80, com 55% do total. Através das respostas dos inquiridos e da análise da matriz predial urbana, é possível identificar situações de compropriedade, isto é, imóveis com dois ou mais titulares. Trata-se de situações que configuram o envolvimento de antigos estudantes universitários de Coimbra que, sobretudo na primeira metade dos anos 80, visitaram a aldeia e adquiriram imóveis para reabilitar e utilizar, mais tarde, como residência secundária. Se alguns conseguiram concretizar os seus objectivos e, ainda hoje, frequentam a aldeia, muitos outros abandonaram esse “sonho” e deixaram o projecto na fase inicial.

Na aldeia é visível o resultado de algumas intervenções, a nível das coberturas e das fachadas, por vezes envolvendo também a remodelação dos pisos (sobrados) e da estrutura interior (divisórias). No entanto, devido à descontinuidade dos trabalhos, ao afastamento e abandono por parte dos proprietários, mas também, em muitos casos, a

actos de vandalismo e de destruição gratuita, perpetrados sobretudo por grupos de jovens em “trânsito” pela aldeia, esses imóveis nunca chegaram a ser verdadeiras residências secundárias, com condições logísticas e utilização, como pretendiam os seus proprietários. De facto, o grande número de imóveis em ruína, no Talasnal, cruza-se com estes acontecimentos e revela-se preocupante, face ao número de proprietários que não foi possível identificar e/ou contactar (consequência da alteração do seu domicílio, sem qualquer actualização nos registos das Finanças e da Conservatória).

Em jeito de remate da análise da dinâmica de aquisição de casas para residência secundária nas aldeias serranas, é oportuno convocar para a reflexão as conclusões apresentadas por CRAVIDÃO (*op. cit.*, 59), no âmbito da sua investigação sobre Casal Novo e Talasnal. A citada autora verificou que «a aquisição de habitações ocorreu depois de 1974, e que o ritmo de aquisição variou ao longo dos anos. O maior número de compras situou-se no ano de 1978 (19%); 1982 e 1985 surgem em 2º lugar com igual percentagem: 14,3%». A análise do número de aquisições por períodos de tempo permitiu verificar que «foi entre 1980 e 1984 que um maior número de indivíduos comprou casa na Serra da Lousã, 42,7%; ligeiramente inferior é o valor relativo ao período decorrido entre 1975-1979: 33,2%, para a partir de 1985 o número de aquisições baixar para os 23,9%».

Portanto, o período anterior a 1985 representava (no final dos anos 80) quase 80% do total das respostas. Uma abordagem conjunta das duas aldeias (figura 73), relativa a 2003, revela a descida da importância desse período para cerca de metade e mostra que a época mais significativa, em termos de aquisição de casas, continua a ser a de 1980/1984, com cerca de 30%, logo seguida da primeira metade dos anos 90 (com 20%). Entretanto, o período anterior a 1980 conheceu grandes alterações: de mais de 30% do total, segundo os resultados de CRAVIDÃO (*op. cit.*), para 12,5% das respostas, em 2003 – no Talasnal, esse período significa apenas 4,3% do total apurado, enquanto no Casal Novo ascende a mais de 20%. Isto quer dizer que uma parte significativa dos residentes secundários que adquiriu imóveis, no Casal Novo e Talasnal (principalmente nesta última aldeia), antes de 1980, vendeu, entretanto, as suas habitações.

. Preço dos imóveis: uma trajectória ascendente

Quanto ao valor de aquisição das casas, embora não tivéssemos incluído esta questão no inquérito, procurámos obter informações úteis junto de alguns proprietários (e ex-proprietários) e através de agentes de mediação imobiliária.

Mesmo sabendo que é muito difícil traduzir os valores de mercado segundo o indicador “custo por m² de construção”, pareceu-nos útil indicar alguns valores de imóveis obtidos no trabalho de campo e procurar explicar a sua variação segundo as aldeias, que é, afinal, a par do estado de conservação do imóvel, o critério diferenciador mais importante na Serra.

Como o *Plano Director Municipal da Lousã* praticamente não permite novas construções nas aldeias serranas, uma das raras possibilidades de conceber uma casa para residência secundária (ou principal) consiste no aproveitamento de antigas construções (casas, currais e palheiros), com eventual ampliação da área de construção. Por essa razão, qualquer prédio urbano começa a ser muito valorizado, sobretudo em aldeias como o Candal, Casal Novo, Talasnal e Chiqueiro.

No Talasnal, tivemos conhecimento de uma casa para vender. Trata-se de um imóvel recuperado, em muito bom estado de conservação, com três pisos, ligados através de uma escada interior, e com um pequeno logradouro desenhado na frontaria (com cerca de 30 m²). No piso inferior situa-se a cozinha, uma pequena arrumação e uma casa de banho. A escada, forrada a madeira, conduz ao primeiro andar, composto por uma ampla sala e lareira, que anuncia o quarto e uma antecâmara susceptível de se transformar em segundo quarto (embora mais pequeno) localizados no último piso. As quatro janelas da habitação, rasgadas no alçado principal, virado a poente, permitem apreciar os panoramas soberbos da montanha, de parte da bacia da Lousã e dos contrafortes do maciço marginal de Coimbra.

O anterior proprietário, que residiu na aldeia durante alguns anos, recuperou a casa, substituindo os pisos antigos de madeira por pavimento pré-esforçado (vigas de ferro e betão, preenchidas com tijoleiras de barro) e as divisórias de madeira por paredes de alvenaria de tijolo, rebocadas com argamassa de cimento. Os acabamentos dos pisos retomam o soalho de madeira de pinho. Todo o interior está pintado de branco, com grande vantagem de luminosidade das divisões, sobretudo se compararmos com o tom escuro do interior das habitações com paredes de pedra à vista. O imóvel está dotado de água canalizada (captada na ribeira do Talasnal) e de energia eléctrica. A área total de construção aproxima-se de 100 m². O preço de venda, no 2.º semestre de 2003, foi de 25.000 euros.

Se o referido imóvel estivesse localizado no Candal, custaria cerca de duas a três vezes mais (portanto, entre 50.000 euros a 75.000 euros). A diferença de preço resulta de factores como a acessibilidade viária (tipo de via e de pavimento), o estado de conservação das estruturas edificadas, o arranjo dos espaços públicos e de circulação das aldeias. A imagem da aldeia, alicerçada na ausência de determinado tipo de problemas ou

factores negativos, é um dos factores estruturais que comanda a diferenciação no preço das habitações.

Entretanto, o anúncio da intervenção pública nas aldeias serranas, no âmbito do “Programa Operacional da Região Centro” (QCA III), produziu alguma influência no mercado imobiliário local, de tal modo que algumas ruínas de antigas habitações no Talasnal aparecem agora para venda pela quantia compreendida entre 15 a 20.000 euros!

Na aldeia do Candal temos conhecimento da existência de três casas para venda, embora em diferente estado de conservação.

Uma delas, a mais pequena, composta por dois pisos, parece ter servido de arrecadação para palha e lenha e, eventualmente, também como curral. A área de construção, por piso, não ultrapassa os 20 a 25 m² e o estado de conservação é razoável no que diz respeito às paredes e aos vigamentos de madeira. A cobertura está em mau estado e internamente não existe praticamente nada, além do sobrado (de pinho), muito estragado, que separa os dois andares. O preço de venda aproxima-se dos 15.000 euros, segundo informação recolhida na aldeia.

Um outro imóvel para venda encontra-se localizado no sector oriental da aldeia, com amplo panorama para a montanha e para o vale, em direcção à Lousã. Daquilo que foi possível observar, salientamos as alterações arquitectónicas introduzidas possivelmente entre os 60 a 80 (do século passado): paredes rebocadas (areia e cimento), no interior e no exterior; parte dos pisos em pré-esforçado e em betão armado; janelas de ferro. Segundo informações obtidas junto do proprietário, a casa apresenta algumas condições de habitabilidade, embora esteja a precisar de pequenas obras. Também através do proprietário, residente em Lisboa, tivemos conhecimento do preço de venda: 37.500 euros. Uma agência de mediação imobiliária, com escritório na vila da Lousã, foi a solução encontrada para efectuar a promoção do imóvel e angariar comprador.

O terceiro imóvel (localizado no topo nascente da aldeia), ainda sem qualquer trabalho de recuperação – apesar da inscrição matricial indicar a existência de dois proprietários (residentes em Reguengos de Monsaraz e em Lisboa, pela ordem de registo) –, é um excelente exemplar de casa serrana (articulada em três pisos e com anexo destinado a cozinha), que reflecte o percurso ascendente e uma certa posição social dos seus antigos proprietários, pois sabemos que foi edificada a expensas de capitais amealhados no Brasil. Aos 22.500 euros (preço de venda) é necessário acrescentar o custo relacionado com as obras de recuperação integral da casa e anexo.

Todavia, também existem imóveis com preço de venda anunciado, no final dos anos 90, na ordem dos 100.000 euros, que, segundo nos afirmaram, foi o valor de refe-

rência de uma transacção, no Casal Novo, que envolveu uma casa recuperada e ampliada, com uma grande área de construção (cerca de 200 m²), piscina (única nas aldeias em estudo), anexos (telheiro e garagem) e quintal. Um imóvel excepcional no quadro das aldeias serranas!

No final dos anos 80, Fernanda CRAVIDÃO (*op. cit.*, 61) assinalou que o «preço das habitações aumentou de forma espectacular devido à procura que se gerou». Segundo informações obtidas, e de acordo com as respostas dos inquiridos, foi possível concluir que no início do processo se fizeram aquisições por 25 e 50 euros²⁰¹ (em 1978). Preços no escalão da centena até ao milhar de euros foram igualmente assinalados pelos inquiridos. Nessa altura, sabemos da venda de casas para recuperar, no Catarredor, por cerca de 100-150 euros. Segundo a citada investigadora, em 1989, o preço de venda de uma das habitações situadas no Talasnal era de 3.500 euros, quando as obras de recuperação ultrapassavam, em alguns casos os 5.000 euros.

Como os preços iniciais de venda dos imóveis eram tão baixos, era frequente encontrar forasteiros a visitar as aldeias de Casal Novo e Talasnal, alguns deles com suficiente dinheiro no bolso para adquirir de imediato uma casa na Serra²⁰². E foi esse reduzido valor que atraiu muitos indivíduos, como os estudantes, e permitiu a aquisição de imóveis para recuperar. Contudo, o mais difícil estava ainda por realizar!

. Reconstrução e restauro: os “bicos de obra”

As **dificuldades relativas às obras** marcam de forma profunda a recuperação e a posterior utilização das casas serranas. Desde logo, é preciso transportar todos os materiais, em geral desde a Lousã, e depois conduzi-los até aos lugares da Serra. Seguidamente, é necessário transportar os materiais até ao local exacto da obra, que pode ser qualquer imóvel do perímetro urbano, por norma sem acesso a viaturas motorizadas,

²⁰¹ Para os que adquiriram imóveis a preços módicos e encontraram algum espólio no seu interior (camas e lavatórios de ferro; ferramentas rurais; utensílios domésticos), o valor actual de certas peças, como, por exemplo, uma travessa de porcelana com a decoração “cavalinho”, da antiga Fábrica de Louça de Sacavém (com as marcas dos períodos: *Real Fábrica de Sacavém ou Gilman & Companhia*), no mercado de velharias e antiguidades, pode ser igual ou mesmo superior ao valor da aquisição efectuada no final dos anos 70, ou início dos anos 80!

²⁰² De uma entrevista retemos que a imagem e o presumível estatuto social do comprador também influenciavam muito a definição do preço de venda: «para aqueles bem apessoados, certamente doutores ou pessoas bem posicionadas na vida, o preço aumentava logo (às vezes duplicava ou triplicava), pois podiam bem pagar a casa na Serra que tanto esforço e canseiras tinha dado aos seus donos».

fazendo-se, por isso, o transporte à custa da força humana, às costas ou em carros de mão que percorrem lanços suavizados, através de pranchas de madeira improvisadas, sobre escadarias e caminhos adoçados ao fraguado telúrico.

Em alguns casos, os inquiridos assinalaram esse problema, como justificação para a lentidão das obras de recuperação, ou mesmo para o facto de ainda as não terem realizado – como, aliás, notou CRAVIDÃO (*op. cit.*). As obras podem arrastar-se por dois ou três anos, e em casos excepcionais temos registo de obras a decorrer desde 1993!

Mas as dificuldades passam também por encontrar profissionais com capacidade técnica para executar as obras de restauro e reabilitação, sobretudo quando está em causa refazer (com qualidade) antigas paredes de pedra que o tempo e o desleixo deixaram arruinar. Por isso, o processo de recuperação onera, de forma acentuada, o custo final das habitações na Serra – embora isso seja variável, consoante o estado de conservação do imóvel.

No decurso da nossa investigação, e antes, através de contactos informais e descomprometidos nas aldeias serranas, foi possível observar (por exemplo, no Candal) uma ligação estreita entre certas pequenas empresas do sector da construção civil e as obras de recuperação de imóveis para residência secundária, com raízes na fase mais dinâmica da aquisição e recuperação de imóveis na aldeia. O resultado final dos trabalhos, em certos casos, é o espelho da (in)capacidade de realizar, de forma eficiente e com rigor técnico e artístico, essas tarefas.

Por outro lado, alguns novos residentes nas aldeias serranas, nomeadamente no Casal Novo, Talasnal e Catarredor, portugueses e estrangeiros (com diferente formação académica), começaram a executar tarefas relacionadas com obras de construção civil, em casas serranas, como auto-didactas, ou tirando partido das lições dos últimos mestres nessa arte. Os trabalhos entretanto realizados, que podem ser observados sobretudo no Talasnal e Candal, são muito promissores o que concorre para a crescente solicitação dos seus serviços, por parte dos proprietários que pretendem realizar obras na Serra.

O processo de **recuperação** das casas nas aldeias serranas origina transformações significativas, sobretudo a nível do interior: número e tipo de divisões, materiais de estrutura e de acabamento, entre os mais importantes. As casas adquiridas pelos novos proprietários estavam, na sua esmagadora maioria, em mau ou em sofrível estado de conservação (nomeadamente no que diz respeito às coberturas, soalhos e tectos), e no plano da arquitectura de interiores eram caracterizadas por divisões muito pequenas e pouco marcadas, por vezes quase informais, e praticamente sem instalações sanitárias, água canalizada e electricidade.

As exceções dizem respeito principalmente a imóveis localizados na aldeia do Candal, alguns deles edificados de raiz, com capitais angariados nos destinos emigratórios que acolheram os serranos (sobretudo Brasil e EUA), e portanto com características urbanísticas e arquitectónicas (área de construção, divisões, materiais de acabamento, etc.) que marcam a evolução da casa serrana. Trata-se de imóveis que, ao longo dos anos, foram objecto de intervenção, primeiro por parte dos seus proprietários originais, e depois sob a responsabilidade dos herdeiros que continuaram vinculados à aldeia e que transformaram as antigas habitações em residências secundárias. De igual modo, certas casas, embora partindo da mesma base e realizando parcialmente um percurso comum, distinguem-se das anteriores pelo facto de se manifestar uma quebra de ligação entre os proprietários emigrados e os seus continuadores “naturais”: inexistentes ou sem vínculos com a Serra. Por isso, esses imóveis estão fechados e não têm qualquer tipo de utilização, ou então foram vendidos e apropriados por população urbana (que não tem raízes na montanha), transformando-se em residência secundária.

Situação excepcional é também aquela que diz respeito aos proprietários que compraram casas já recuperadas, não tendo sido, por isso, necessário realizar intervenções de fundo. Em certas situações foram efectuadas pequenas obras de restauro e de consolidação, ou eventualmente pequenas alterações, embora globalmente pouco significativas, quando comparadas com a transformação induzida pela iniciativa dos primeiros proprietários urbanos. Assim aconteceu, sobretudo no Casal Novo.

As **transformações interiores** configuram o aproveitamento máximo do espaço construído, e esse objectivo implica a utilização de todos os pisos da habitação, incluindo as antigas lojas e os currais para o gado. Embora dependente das diferenças de cota de implantação, da possibilidade de utilizar luz natural e da área útil, o piso inferior é frequentemente absorvido pela nova funcionalidade do alojamento. A articulação entre os pisos opera-se através de (novas) escadas interiores, que rasgam os sobrados e os modernos pavimentos.

As várias casas recuperadas que conhecemos nas aldeias serranas permitem-nos assinalar a existência de situações de aproveitamento dos madeiramentos formados por velhas traves de castanho, muito resistente (embora o aspecto exterior denote a “erosão” do tempo, o interior permanece em muito bom estado), sobre as quais assentam os novos soalhos de pinho, e a cobertura da habitação, fechada com madeira e com isolamento térmico, antes de receber a telha. Mas também é usual a substituição da armadura do pavimento (e, até, da cobertura original da habitação) por vigas de cimento e ferro, preenchidas por tijoleiras de barro, que depois são revestidas a mosaico, pedra, tijoleira,

ou madeira (geralmente de pinheiro bravo). Conforme a estrutura e o tipo de pavimento, assim as divisórias internas da habitação retomam os tabuados verticais de madeira sobreposta, ou recorrem ao tijolo e ao reboco de cimento. Em certos casos utiliza-se madeira (ou pedra) para forrar a parede interior de tijolo.

Porém, acima de tudo, os novos proprietários procuram no desenho das novas divisões a resposta às novas funções da habitação serrana.

No plano exterior as alterações mais significativas das intervenções nas casas serranas prendem-se com a introdução de portadas de madeira (fotografia 25) que pretendem resguardar as janelas (em alguns casos aparecem grades de ferro com a mesma função), massas de cimento a ligar o aparelho de xisto e certos elementos arquitectónicos como varandas e telheiros que nem sempre resultam (seja pela escala de execução seja pelos materiais utilizados).



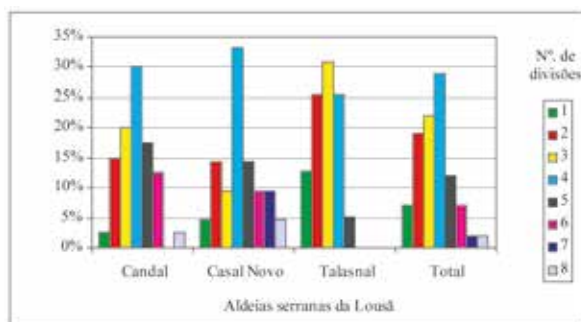
Fotografia 25 – Casa em obras no Talasnal (2003)

. Número e tipo de divisões

Através do inquérito procurámos saber o **número de divisões** das casas serranas. As respostas dos proprietários, consideradas de forma global (figura 75), permitem concluir que as classes mais representadas são as que correspondem a quatro divisões (29%), três divisões (22%) e duas divisões por imóvel (19%). A centena de respostas obtidas indica que quase metade das casas tem até três divisões, ou que 77% dos imóveis (recuperados, em recuperação e não recuperados) não ultrapassam as quatro divisões. A este nível de análise, a média de divisões por imóvel é de 3.59, com variação no

intervalo definido pelos valores de 2.85 (no Talasnal) e 4.29 (no Casal Novo). Candal apresenta 3.95 divisões por imóvel.

No que concerne às habitações recuperadas (quadro XXIX), o valor deste indicador sobe para 4.05 divisões/fogo, sem deixar de reflectir variações internas: Casal Novo (4.93), Candal (4.14) e Talasnal (3.30). A comparação com os imóveis ainda não recuperados (quadro XXX) é inevitável: Candal (3.36), Casal Novo (3,00) e Talasnal (2.37), ou seja, imóveis que apresentam, em média, menos de três divisões (mais concretamente, 2.78). No Casal Novo e Talasnal, cerca de metade dos imóveis não recuperados não tem mais de duas divisões (quadro XXX). Portanto, em qualquer uma das situações, o número de divisões é sempre superior no Candal e Casal Novo, relativamente ao Talasnal. O índice elevado do Casal Novo explica-se através da ampliação da área de certos edifícios, mediante a junção de duas ou mais antigas habitações (que corresponde também a mais de um artigo da matriz predial urbana) e seus anexos. De igual modo relevante é o facto de a classe até três divisões ter uma única representante entre as catorze casas recuperadas (com resposta a este *item*), no Casal Novo (quadro XXX).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 75 – Número de divisões das casas serranas utilizadas ou a utilizar como residência secundária

A divisão mais importante da casa insere-se no piso onde, por norma, estava a cozinha, compartimento esse que se alarga e transforma em sala de convívio. Por vezes, nos edifícios de maior dimensão e nas situações em que existem anexos, a cozinha pode constituir uma divisão independente. Noutros casos, é na nova sala que fica reservada uma pequena área destinada à cozinha. As lareiras (novas) e os fogões de aquecimento a lenha são presença habitual (e quase obrigatória) nas casas serranas. Sempre que o estado de conservação das antigas lareiras e fomalhas é aceitável, e as condições técnicas de

reconstrução do imóvel o permitem, os proprietários procuram manter esses elementos originais, embora na maior parte das vezes transformando-se em elementos decorativos.

Do espólio original das casas, entretanto abandonadas e tendo sido algumas delas saqueadas, pouco restou, além daquilo que anteriormente referimos. Por isso, são as peças artesanais (ligadas aos trabalhos da agricultura, pastorícia e actividade florestal) e os utensílios domésticos (sobretudo de barro, como, por exemplo, potes, bilhas e cântaros, mas também de ferro, esmalte, faiança e até porcelana) que decoram algumas habitações (fotografia 26) – bem como peças provenientes de outras áreas geográficas. Em relação ao mobiliário muito poucas são as peças originais (já de si muito reduzidas e pobres) que é possível encontrar nas residências secundárias – e nas habitações dos residentes permanentes. Conforme os interesses dos proprietários e seus agregados familiares, e as capacidades financeiras para satisfazer os desejos de consumo, assim é o equipamento que encontramos no interior das “novas” habitações. É comum encontrar aparelhos de linha branca e de linha cinza, tal como peças de mobiliário e elementos de decoração mais ou menos ajustados ao “ambiente” rústico da montanha, de acordo com o gosto de cada um.



Fotografia 26 – Pormenor de uma cozinha recém reconstruída (Talasnal, 2003)

A ampliação da área habitável das casas explica igualmente o aumento do número de quartos, quase sempre superior ao inicial. A sua distribuição afecta maioritariamente o piso superior das residências secundárias.

A instalação de casa de banho faz parte das (primeiras) preocupações dos novos proprietários. Geralmente existe um único quarto de banho, de pequenas dimensões, por

cada unidade de alojamento, localizado no piso inferior, quando a estrutura dos pisos mantém ou retoma os sobrados, ou então ocupa parte do andar superior, nas habitações com pavimento em pré-esforçado. Contudo, foi possível identificar alguns alojamentos sem instalação de casa de banho, ligados a proprietários que utilizam a casa muito poucos dias por ano, ou que não a utilizam há bastante tempo.

Outro traço da recuperação de imóveis ligados à residência secundária prende-se com o aproveitamento e ampliação de alpendres e varandas. De igual modo, as pequenas áreas de logradouro, a interligar a habitação com os caminhos da aldeia, são aproveitadas, e usualmente pavimentadas e cobertas com alpendradas, servindo os objectivos de criar espaços de convívio, fruir a paisagem (muitas vezes desenhada em panoramas soberbos), partilhar as fragrâncias da terra e conviver com o murmúrio das águas e dos ventos que cruzam a montanha, anunciando as novas do tempo.

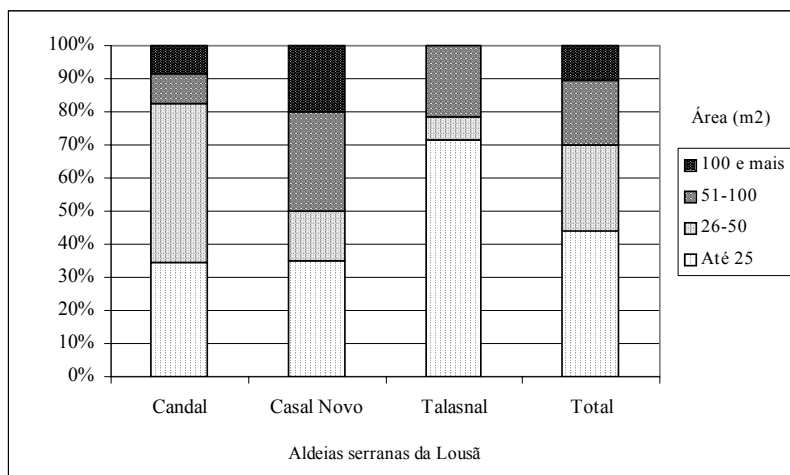
Em certos casos, a proximidade de imóveis de pequenas dimensões, outrora currais para o gado e palheiros, levou os novos proprietários a adquiri-los com o intuito de ampliar a área da residência secundária, através da constituição de anexos destinados a espaços de convívio ou de apoio ao edifício principal.

A aquisição de leiras, contíguas à habitação recuperada, entretanto repovoadas com espécies frutícolas e/ou florestais, foi referida por alguns residentes secundários, tal como pequenas parcelas com castanheiros que conseguiram adquirir aos antigos proprietários.

Um caso excepcional prende-se com um proprietário, residente em Coimbra, que tem adquirido, de forma selectiva, um conjunto de imóveis que inclui palheiros, currais, um moinho e um lagar hidráulico, com o objectivo de evitar o desaparecimento desses elementos do património, que entretanto recupera com objectivos pedagógicos e culturais.

Outra questão importante prende-se com a existência de **logradouro** privado (anexo à casa) e respectiva dimensão. Da amostra constituída por 116 indivíduos, 82 responderam de forma afirmativa (70.7%), e desses, 57 (69.5% do total apurado) indicaram igualmente a respectiva área (m²). O escalonamento das áreas (figura 76) permite concluir que 43,9% das respostas configuram logradouros com área até 25 m² (metade dos quais têm menos de 11 m²); 26,3% correspondem a logradouros entre 26 e 50 m²; 19,3% dos logradouros apresentam uma área de 51 a 100 m² e, finalmente, apenas 10,5% dos inquiridos respondem que têm logradouros com área superior a 100 m². Neste último caso, é possível identificar duas ou três respostas (em seis) certamente relacionadas com terrenos contíguas ao edifício principal. A principal ideia a reter é a reduzida dimensão dos logradouros, mais evidente no Talasnal, onde a classe de área inferior ou igual a 25

m² obteve mais de 70% das respostas dos inquiridos. Na aldeia do Candal destaca-se a classe de 26 a 50 m², com quase 50% das respostas. Aí, 82,6% dos logradouros apresentam área inferior ou igual a 50 m² – no Talasnal, a mesma amplitude de classe corresponde a 78.6% das respostas, embora o peso da classe de 26- 50 m² seja apenas de 7.1%. No Casal Novo, a distribuição das respostas é equitativa em torno da baliza de 50 m².



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 76 – Área dos logradouros dos imóveis utilizados ou a utilizar como residência secundária nas aldeias serranas da Lousã

Em síntese, registamos o encontro da área dos logradouros com a área das casas, deduzida a partir do número de divisões. Talasnal, Candal e Casal Novo definem, em sentido crescente de importância, a dimensão assinalada pelos inquiridos.

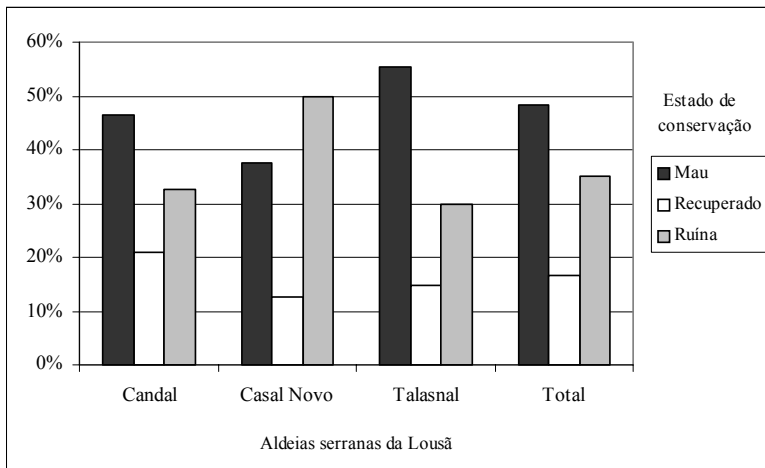
. Recuperação dos imóveis: o tempo e o modo

As respostas dos inquiridos sobre o **estado de conservação do imóvel** (figura 77), antes da sua obtenção, dão conta de que 48.2% de casas estavam em mau estado de conservação, encontrando-se 35.1% em estado de ruína (ou a “caminhar” para a ruína). Apenas em 16.7% das respostas se assinala que o imóvel estava em estado razoável de conservação, neste caso correspondendo a imóveis recuperados.

Relativamente às aldeias, destacamos:

- O número significativo dos imóveis recuperados no Candal (cerca de 21% do total das respostas dos proprietários).

- A importância dos imóveis em ruína no Casal Novo (metade das respostas dos proprietários, embora com maior significado entre aqueles que ainda não recuperaram as casas – mais de 70% das respostas).
- A expressão dos imóveis em mau estado de conservação no Talasnal, com mais de 55% das respostas; este caso, reflecte também os proprietários de casas recuperadas que, entretanto, deixaram degradar, tendo sido, por isso, no inquérito, considerados proprietários de imóveis não recuperados (sem condições de utilização).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

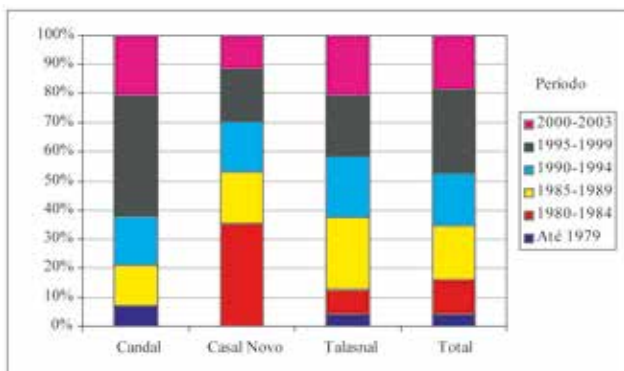
Figura 77 – Estado de conservação dos imóveis (antes da sua obtenção por parte dos actuais titulares)

Em relação ao **ano de recuperação das casas**, a análise dos resultados (quadro XXXI), organizados segundo épocas (figura 78), revela a grande importância do período entre 1995 e 1999, com quase 30% das respostas obtidas, portanto, o mais dinâmico, e ainda o peso considerável dos anos de 1985 a 1989, 1990 a 1994 e 2000 a 2003 (cada um destes períodos com 18,6% do total apurado). Podemos ainda dizer que os últimos 19 anos correspondem a 85% das operações de recuperação de imóveis nas aldeias serranas e que no período anterior a 1980 foram recuperadas apenas três casas (4,3% do total apurado).

A leitura por aldeia permite destacar a antiguidade do “fenómeno” no Casal Novo (cerca de 53% das casas foram recuperadas até 1989) e no Talasnal (aproximadamente 38% de imóveis recuperados até 1989), relativamente ao Candal (onde esse período

representa apenas 20,7% do total). Nesta última aldeia, o período mais dinâmico de recuperação de imóveis para residência secundária coincide com os anos de 1995 a 1999 (40% do total apurado).

Em suma, estamos em presença de um processo que, globalmente, mantém um ritmo relativamente regular nas últimas duas décadas, sem sinais evidentes de redução de intensidade ou de estagnação. O único indício de ligeira quebra verifica-se no Casal Novo.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

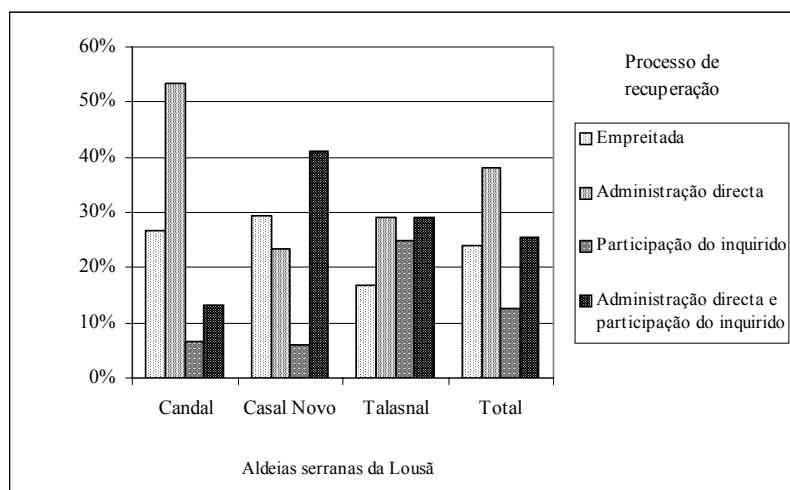
Figura 78 – Recuperação de casas destinadas a residência secundária nas aldeias serranas da Lousã, por período

Comparando o ano de aquisição com o ano de recuperação, por períodos de igual amplitude (figuras 72 e 78), podemos observar o posicionamento geralmente inferior da “curva” do processo de recuperação até 1994, quando o seu peso percentual sobe em relação à sua congénere aquisição. Com efeito, o período de 1995-2003 é responsável por 47.2% dos imóveis recuperados e utilizados como residência secundária, bem acima do valor percentual (30%) dos imóveis adquiridos em igual período.

Por outro lado, o cruzamento das duas variáveis, considerando as datas assinaladas pelos inquiridos (quadro XXXII), permite concluir que apenas 15 proprietários (24.2%) recuperaram a sua casa no ano de aquisição. Os restantes (75.8%) levaram mais de quatro anos (em média) para realizar os trabalhos de recuperação. Contudo, também podemos dizer que perto de duas dezenas e meia de titulares (37.1% do total apurado) realizaram as obras de recuperação dos seus imóveis nos dois anos seguintes à data de aquisição.

Também quisemos saber como decorreu o **processo de recuperação** das antigas habitações serranas transformadas em residência secundária (figura 79). Quase 40% dos inquiridos referem ter realizado as obras de recuperação da casa através de administração

directa, isto é, estabelecendo contacto com diversos profissionais do sector da construção civil, como, por exemplo, pedreiros, carpinteiros, canalizadores, electricistas e pintores, e contratando directamente os serviços, com pagamento estipulado segundo cada hora de trabalho, ou mediante orçamento de custo estimado para cada uma das fases da obra.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 79 – Processo de recuperação das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã

Cerca de 25% dos inquiridos afirmam ter empreitado as obras, mediante contrato de prestação de serviços com um profissional ou uma empresa do sector. Trata-se de proprietários residentes em áreas mais afastadas das aldeias serranas, bem como de outros que não tiveram disponibilidade de tempo para coordenar e acompanhar de perto a realização dos trabalhos, requisitos inerentes ao processo de administração directa.

Um pouco superior a 12% é a percentagem de proprietários de residência secundária que declara ter participado nos trabalhos de recuperação das casas. Esta última componente, associada ao método de administração directa, foi responsável por 25% dos imóveis recuperados nas aldeias serranas em estudo, segundo as respostas dos inquiridos.

Entre as diferentes componentes registam-se algumas particularidades com incidência territorial (figura 79):

- No Talasnal, 25% dos proprietários referem a participação activa nos trabalhos de recuperação da casa, ao mesmo tempo que a componente “empreitada” desce para 16,7%.

- No Casal Novo, destaca-se a administração directa e a participação dos proprietários nos trabalhos de reabilitação e restauro dos imóveis, com valor percentual acima dos 40%.
- No Candal, mais de metade dos proprietários recorreu ao “método” de administração directa para realizar as obras de recuperação da casa. A participação directa dos proprietários nos trabalhos é muito diminuta (6,7%), mesmo em associação com a primeira modalidade (13,3%).

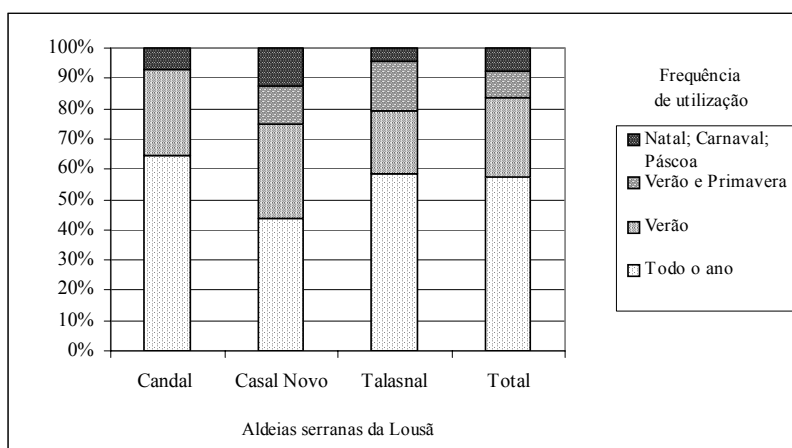
Relativamente à questão: “Teve algum **apoio para a recuperação** da sua habitação?”, os inquiridos responderam de forma unânime: “Não”. Reforçamos a ideia de que o processo de recuperação das casas serranas decorreu sem qualquer espécie de apoio económico por parte do poder público (nacional e comunitário). Apenas na segunda metade dos anos 80, no âmbito da instalação de um Gabinete Técnico Local (GTL) na Lousã, o poder político municipal demonstrou algum interesse por aquilo que estava a acontecer nas aldeias serranas. É oportuno lembrar que até meados dessa década, tinham sido adquiridas cerca de 75% das habitações que CRAVIDÃO (*op. cit.*) estudou no Casal Novo e no Talasnal, e decorriam a bom ritmo os trabalhos de recuperação.

Deve-se ao GTL o levantamento da situação existente em nove aldeias serranas da Lousã (com alguns estudos à escala do imóvel), a formulação de propostas de intervenção com o objectivo de requalificar as aldeias e algum apoio no âmbito do aconselhamento técnico dos trabalhos de recuperação e restauro. Através de um folheto de divulgação intitulado *Recuperação das aldeias serras: sugestões* (1986), elaborado pelo Gabinete do Plano Director (GAT Lousã), a Câmara Municipal da Lousã procurou sensibilizar os proprietários de imóveis nas aldeias serranas e influenciar de forma positiva as intervenções, nomeadamente na estrutura edificada. Mas a tarefa não passou da fase de diagnóstico e de preparação de uma eventual intervenção subvencionada pelo Estado, segundo expectativas de financiamento exterior que não foram concretizadas na dimensão dos problemas a resolver. Ficou, pois, o trabalho realizado pela consulta de triagem e identificação dos problemas. Sem a “medicação” que era aconselhável, isto é, na ausência de intervenção pública, as aldeias continuaram entregues a si próprias. Foi preciso esperar mais de uma década, para vislumbrar alguma luz, com a “Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior” (AIBT) – QCA III, iniciativa que, finalmente, abre novas perspectivas de promoção do desenvolvimento de territórios como aqueles que convocámos para esta reflexão. Estes assuntos serão aprofundados no próximo capítulo do trabalho.

. Utilização e função

A **frequência de utilização** da residência secundária é um importante indicador do envolvimento do proprietário e da sua família com o lugar e os territórios serranos, em função da disponibilidade de tempos livres e das opções (actividades e lugares) para a sua utilização.

Cerca de 60% dos inquiridos com casa recuperada afirmam utilizar a habitação na Serra, ao longo de todo o ano (figura 80), embora em especial aos fins-de-semana. A utilização apenas durante o Verão é assinalada por 26,5% dos inquiridos, tal como as épocas festivas ou férias escolares, aproveitadas por 7,4% dos residentes secundários para passar alguns dias nas aldeias serranas da Lousã.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 80 – Frequência de utilização das residências secundária nas aldeias serranas da Lousã

O número de dias por ano reflecte uma imagem do tempo que os residentes secundários permanecem nas aldeias serranas (quadro XXXIII). As respostas repartem-se no intervalo de variação de 3 a 120 dias durante o ano. A média situa-se em 41,3 dias/ano, retratando o comportamento da variável em cada aldeia: 33,2 (Casal Novo), 34,3 (Talasnal) e 50,8 dias/ano (Candal). O número de “residentes secundários” que utiliza a casa na Serra menos de 20 dias durante o ano, em relação ao total apurado em cada aldeia, perfaz 14,3%, no Candal; 31,8%, no Talasnal; e 42,9%, no Casal Novo. A utilização da casa na Serra por um período igual ou superior a 40 dias/ano foi assinalada em mais de 60% das respostas dos residentes secundários no Candal, menos de 30% em relação ao Casal Novo e um pouco mais de 35%, relativamente ao Talasnal.

A explicação para o facto de no Candal se utilizarem as residências secundárias durante mais tempo decorre sobretudo do contributo de antigos moradores na aldeia, que aí passam largas temporadas, preferencialmente da segunda quinzena de Junho ou do início de Julho até meados de Setembro, regressando esporadicamente, um ou outro fim-de-semana, na Primavera e no Outono, e também de forma irregular, com carácter de visita, no Inverno, embora sem pernoitar na aldeia. Em função da idade, das facilidades de transporte e da disponibilidade de tempo livre, a presença dos antigos moradores e dos seus familiares próximos é mais ou menos regular. No que diz respeito aos outros residentes secundários, a utilização é mais irregular ao longo do ano, embora incidindo em fins-de-semana, preferencialmente na Primavera, Outono e Verão. A excepção é um proprietário que utiliza a sua residência secundária no Candal, praticamente todos os fins-de-semana, ao longo do ano, e aí passa as férias de Verão (o mês de Agosto), desde os finais dos anos 80, altura em que recuperou o imóvel.

No Talasnal foi também possível identificar alguns proprietários que têm ligações familiares à Serra e que residiram na aldeia. Os que mantêm a casa em condições de utilização são poucos, e ainda menos são aqueles que pernoitam na aldeia. A sua presença regular (mensal) serve o objectivo de cuidar das casas e demais propriedades, sem que a fruição da casa seja uma prioridade e uma acção bem definida no tempo. Por este motivo, só alguns foram considerados residentes secundários.

No Casal Novo e no Talasnal, verificamos uma menor utilização das residências secundárias, de acordo com os resultados da investigação de Fernanda CRAVIDÃO (*op. cit.*). Em 2003, segundo as respostas dos inquiridos, a média situa-se em 33.9 dias/ano. No final dos anos 80, os residentes secundários utilizavam a casa nas aldeias serranas mais de 40 dias por ano (exactamente 42.2 dias).

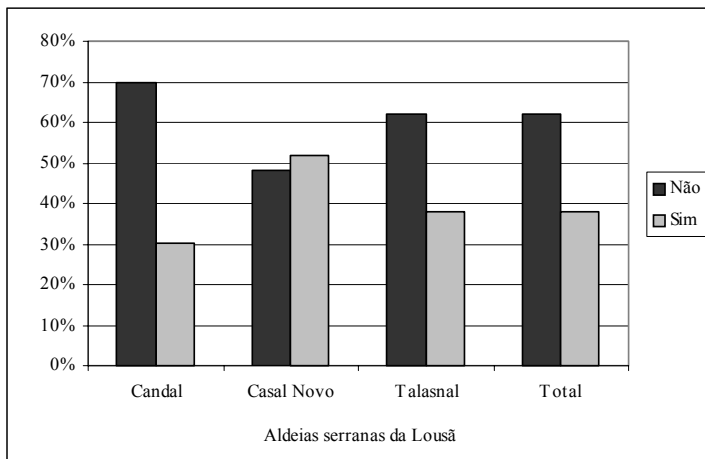
Quanto aos períodos do ano, não registamos qualquer diferença significativa. Porém, merece reflexão a reduzida utilização da residência secundária no período correspondente ao Inverno, facto relacionado com as condições climáticas mais rigorosas na montanha, adversidades que influenciam de forma negativa o estado de conservação da estrada florestal de Cacilhas e do ramal de acesso aos lugares – principalmente o troço Casal Novo-Talasnal.

Por outro lado, a época de Verão tem menos significado em termos de utilização da residência secundária no Talasnal, se comparada com o Candal e mesmo com o Casal Novo, o que é explicável pelo receio em relação aos incêndios florestais – ainda está bem presente na memória de muitos “residentes secundários” o grande incêndio de Agosto de 1998 e os estragos que causou na aldeia, mais vulnerável a esse risco –, e também pelo facto de esse período coincidir com a época balnear.

Como notou CRAVIDÃO (*op. cit.*, 63), a distância em relação ao domicílio principal é um importante regulador do tempo de utilização da residência secundária. Por isso, em 1989, eram os residentes na Lousã e em Coimbra que com maior assiduidade se deslocavam à Serra. De igual modo, «11 inquiridos referiram ser utilizadores de outra residência de lazer, o que não deixa de se manifestar no tempo de utilização das habitações na Serra».

Em relação ao primeiro item, procurámos relacionar o número de dias que cada “residente secundário” passa na Serra com a localização da sua residência habitual (quadro XXXIV). Assim, no Casal Novo os residentes secundários que utilizam a sua casa na Serra menos dias por ano (mais concretamente até 20 dias/ano) estão ligados a domicílios mais afastados: Vila do Conde, Setúbal, Santa Maria da Feira e Lisboa, que perfazem mais de 60% do total apurado. No Talasnal, verificamos uma situação semelhante: a utilização de casa na Serra até 20 dias/ano envolve 62% dos proprietários, domiciliados em concelhos como Aveiro, Matosinhos, Lisboa e Funchal.

Por outro lado, foi nosso objectivo investigar a existência de **outra residência secundária** e relacionar a localização, o ano de aquisição e alguma indicação sobre a frequência de utilização, com a situação e a utilização das casas nas aldeias serranas. Os resultados do inquérito mostram que mais de quatro dezenas de proprietários de imóveis na Serra são igualmente proprietários de outra residência secundária (figura 81), com maior incidência por parte dos inquiridos do Casal Novo (52%) e menor expressão no caso dos proprietários na aldeia do Candal (30,2%).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 81 – Titularidade de outra residência secundária

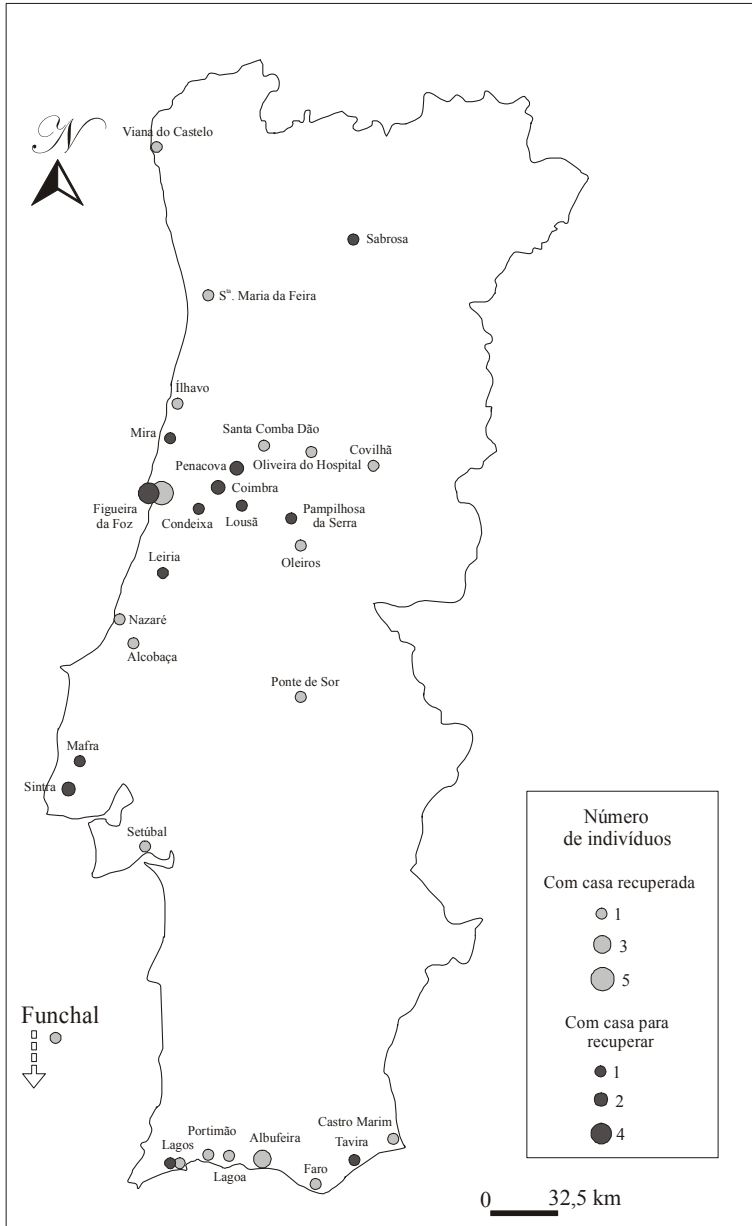
No total são cerca de três dezenas de municípios (figura 82) e de freguesias, distribuídos (de forma irregular) pelo Continente (29 concelhos; 31 freguesias) e pela Região Autónoma da Madeira (Funchal – Fajã da Ovelha). A sua repartição geográfica revela apenas quatro municípios com mais de uma resposta: Figueira da Foz (Buarcos e São Julião), o mais importante, assinalado nove vezes (20%); Albufeira (7%); Lagos e Sintra, cada um com 4,7% do total apurado. Excepcionalmente, dois proprietários afirmam ter residências secundárias em dois municípios: Penacova (Figueira de Lorvão) e Sabrosa (São Lourenço de Riba Pinhão); Coimbra (Olivais) e Figueira da Foz (Buarcos). Na primeira situação, as casas estão relacionadas com património familiar e, no segundo caso, trata-se de imóveis adquiridos. A repartição das outras residências secundárias apresenta um padrão de maior dispersão no caso dos inquiridos de Casal Novo e Talasnal, com 12 e 13 concelhos representados, respectivamente, em relação aos inquiridos com casa no Candal (8 municípios assinalados).

O desdobramento das respostas, segundo as componentes principais: proprietários de imóveis não recuperados e proprietários de imóveis recuperados, permite concluir acerca do comportamento semelhante das duas variáveis no Candal (33.3%; 30%) e no Casal Novo (57.1%; 52.9%), bem como a diferenciação no Talasnal, onde os primeiros representam 45.4% do total apurado e os proprietários de residência secundária na aldeia que referem ser utilizadores de outra casa não ultrapassam os 30.4%.

A análise atinente aos proprietários de casas recuperadas nas aldeias serranas (quadro XXXV e figura 82) que utilizam outra residência (25 em 43), afinal a que mais interessa, permite concluir que no Candal aparecem referenciados quatro municípios (Albufeira, Figueira da Foz, Lagos e Portimão), no Casal Novo, nove, e no Talasnal, sete. O número de proprietários varia entre 7 (Talasnal) e 9 (Casal Novo e Candal).

Com efeito, no Casal Novo e no Talasnal, cerca de 40% dos “residentes secundários” utilizam outra habitação de lazer, distribuída por dezasseis municípios do país (figura 82): litoral algarvio (Lagoa, Faro e Castro Marim); centro litoral (Alcobaça, Nazaré, Figueira da Foz e Ílhavo); Cordilheira Central e Cova da Beira (Oliveira do Hospital, Oleiros e Covilhã). Setúbal, Viana do Castelo, Funchal, Feira, Santa Comba Dão e Ponte de Sor completam a lista de concelhos referenciados pelos inquiridos.

Em 1989, segundo os resultados de CRAVIDÃO (*op. cit.*), podemos inferir que 11 indivíduos (26.2% dos inquiridos) utilizavam outra residência secundária. Segundo a autora, mais de metade dos inquiridos que utilizam outra residência «referiram que esta se situa no litoral algarvio e é habitada principalmente no Verão. Dos outros, 3 possuem casa em praias situadas entre a Nazaré e a Foz (Porto), enquanto 2 são proprietários de casas situadas em meio rural que pertenceram aos seus progenitores».



Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

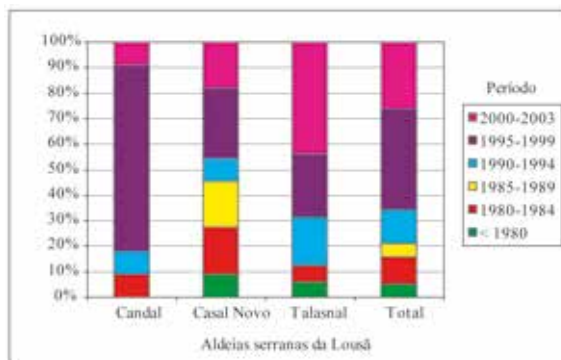
Figura 82 – Localização de outra residência secundária dos Inquiridos

Assim, na última década e meia, verificamos o crescimento do número de proprietários com mais de uma residência secundária, assim como o alargamento da sua distribuição geográfica, ganhando mais áreas no litoral e no interior. A localização de residências secundárias perto de albufeiras de águas públicas, como em Santa Comba Dão e Ponte de Sor (Montargil) assume também alguma expressão.

Relativamente ao **ano de aquisição** das outras residências secundárias, entendemos ser conveniente organizar as respostas segundo períodos: 1995-1999 (39.5%); 2000-2003 (26.3%); 1990-1994 (13.2%); 1980-1984 (10.5%); 1985-1989 (5.3%) e o período anterior a 1980 (5.3%) – (figura 83). Assim, podemos afirmar que nos últimos nove anos (1995-2003) foram adquiridas 65,8% das (outras) residências secundárias utilizadas pelos inquiridos. No mesmo período, a aquisição de casas na Serra representa apenas 34% do total. Ainda de outro modo, é possível dizer que no período anterior a 1989 foram adquiridas cerca de 45% das casas serranas para residência secundária, período esse que significa pouco mais de 20%, em relação às outras residências secundárias, obtidas em outros lugares, pelos referidos proprietários.

O cruzamento das duas variáveis, a partir das datas assinaladas pelos inquiridos, permite afirmar que a aquisição de imóveis nas aldeias serranas é, na maior parte dos casos, anterior ao processo de aquisição da “segunda” residência secundária (quadro XXXVI). Cerca de 75% dos inquiridos responderam de forma completa a estas questões. Para pouco mais de 25% dos proprietários, a compra de casa para utilizar nos tempos livres ocorreu primeiramente em outro local. A leitura centrada nos proprietários de imóveis recuperados corrobora, no essencial, esta tese. Ainda assim, devemos sublinhar que 81.8% das residências secundárias fora da Serra foram adquiridas entre 1996 e 2000 para os “residentes secundários” no Candal. Em relação ao Talasnal, é o período de 1999 a 2003, o mais significativo, pois coincide com quase 70% das residências secundárias adquiridas em outros lugares. No que concerne aos actuais titulares de casa de férias ou fins-de-semana no Casal Novo, a aquisição de outra residência secundária é mais regular no tempo (figura 83).

Todavia, a propósito da influência da outra residência de lazer sobre o tempo de utilização da casa na Serra (quadro XXXVII), verificamos que os titulares de outra residência secundária passam na Serra menos dias por ano: Candal (27.5), Talasnal (32.7) e Casal Novo (37.7), em relação aos proprietários/utilizadores que não têm outra residência de lazer: Candal (55.6), Casal Novo (40.1) e Talasnal (35.0). O valor médio relativo a cada uma destas situações sobe de 32.2 dias/ano para 46 dias/ano.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

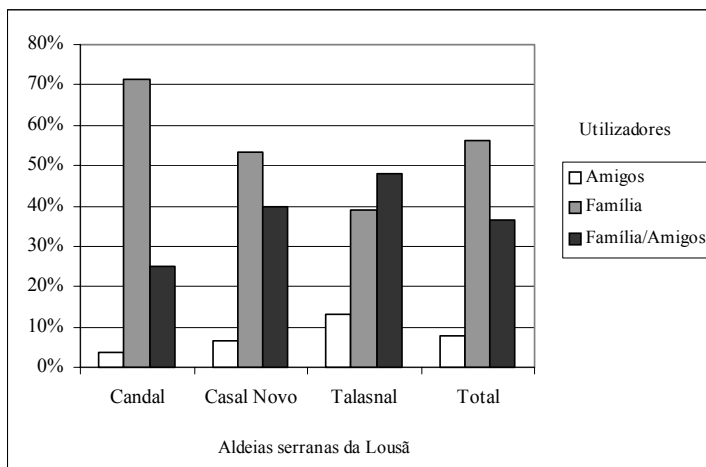
Figura 83 – Aquisição das “outras residências secundárias”, por período

O cruzamento da variável “número de dias que passam na Serra” com a localização da outra residência secundária permite assinalar que sete dos dez lugares mais afastados em relação ao domicílio dos proprietários, nomeadamente Viana do Castelo, Setúbal, Lagoa, Funchal, Faro, Albufeira e Feira, são referenciados pelos proprietários que utilizam menos a casa na Serra: até 15 dias/ano (quadro XXXVIII). Portanto, a localização da outra residência de lazer exerce também alguma influência na utilização da casa na Serra.

Outra questão interessante prende-se com o **espectro de utilizadores** da residência secundária (figura 84). A família do proprietário é assinalada em mais de metade das respostas (concretamente, 56.1%). Os familiares e os amigos correspondem a 36.4% do total, enquanto os que respondem “amigos” são menos de 10% da amostra. No que concerne às aldeias, é no Candal que a utilização das casas pelos familiares dos proprietários é mais relevante, ultrapassando 70% do total de respostas. No Talasnal, é a resposta “familiares e amigos” a mais comum entre os proprietários (com 47.8% do total).

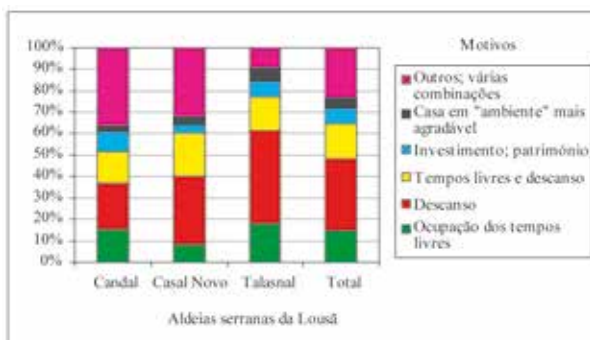
Relativamente ao(s) **motivo(s) para a aquisição de casa na Serra**, considerando todos os proprietários de imóveis (recuperados, em recuperação e por recuperar), destaca-se, com um terço do número de respostas obtidas, a opção “descanso” (figura 85). A “ocupação dos tempos livres” é referida em quase 15% das respostas, e as duas modalidades em conjunto representam 16.7% do total. Estas duas opções, consideradas de forma isolada ou combinadas, perfazem pelo menos dois terços das respostas dos inquiridos – e dizemos “pelo menos”, pois a modalidade “outros; várias combinações”, a

segunda mais importante (com 23.5%), acrescenta algo a esse valor – o que se compreende, pois a função da residência secundária está fortemente ligada às razões que levaram esta população a adquiri-la.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 84 – Utilizadores das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 85 – Motivos para a aquisição das “residências secundárias” nas aldeias serranas da Lousã

Alguns proprietários responderam que o motivo da aquisição está relacionado com investimento ou património, e ainda com a pretensão de ter uma casa em “ambiente mais saudável” – em conjunto, essas respostas perfazem 11.8% do total apurado. Contudo, não transparece a ideia de transformar a residência secundária na Serra em

residência principal, e mesmo a possibilidade de obter algum rendimento, através de aluguer, durante alguns dias, é praticamente insignificante no universo estudado.

No plano restrito dos imóveis recuperados, as respostas dos inquiridos (quadro XXXIX) permitem sublinhar a importância das opções “descanso”, no Talasnal (43.5%); “outros; várias combinações”, no Candal (33.3%), e a irrelevância das opções “investimento; património” e “casa em ambiente mais agradável”, no Casal Novo.

Questão relacionada com a anterior é aquela que diz respeito ao modo como os “residentes secundários” **ocupam os tempos livres** na Serra. “Convívio, passeios pedestres e leitura” é a opção que recebe maior número de respostas, uma vez que corresponde a quase 30% do total apurado (figura 86). Os passeios a pé são assinalados por 20% dos residentes secundários. As actividades de arranjo/manutenção da casa e do quintal (quando existe) ocupam cerca de 11,6% dos residentes secundários, valor muito semelhante ao da participação dos proprietários nos trabalhos de recuperação da casa (12,7%). Os “passeios a pé e a manutenção da casa” têm igual peso no total apurado, tal como a “leitura e a audição de música”. Mas existem certas particularidades que importa assinalar:

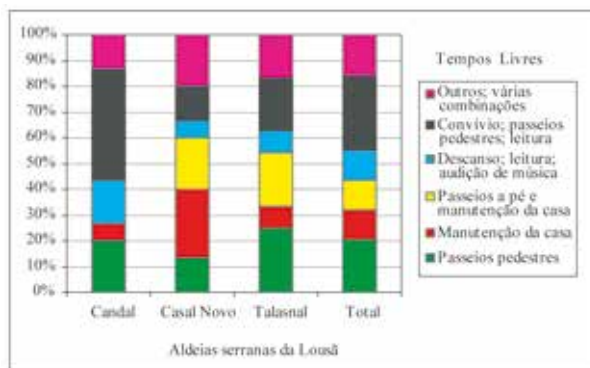
- No Candal, a opção “Convívio, passeios pedestres e leitura” colhe o maior número de respostas, uma vez que 43,3% dos inquiridos a referem como principal ocupação durante a sua estada na Serra. Por outro lado, as actividades ligadas ao arranjo e manutenção da casa praticamente não têm significado (6,7%) entre as respostas dos inquiridos.
- No Casal Novo, é a participação nos trabalhos de recuperação e manutenção da casa que ocupa o maior número de proprietários (26,7%). O convívio é assinalado por um número reduzido de inquiridos – mesmo em conjunto com os passeios pedestres e a leitura, não representa mais de 13,5% do total).
- No Talasnal, são os passeios pedestres a opção mais vezes referida, de forma individual (25%), ou em conjunto com as actividades na casa (20,8%).

Apesar de admitirmos, em teoria, a ligação entre os hábitos de lazer e a estrutura sócio-profissional, não conseguimos vislumbrar, na investigação, nexos claramente diferenciados entre eles.

9.2.4 Problemas, potencialidades e imagens: das aldeias à montanha

Para compreender a relação dos proprietários de imóveis, com a aldeia que escolheram para passar alguns dias por ano, ou onde pretendem passar algum do seu tempo livre, e com a montanha, foi nosso objectivo recolher a sua opinião sobre os problemas,

as potencialidades, as imagens mais marcantes, os “espaços” mais importantes da aldeia, bem como averiguar os motivos que os levaram a escolher as aldeias serranas da Lousã.



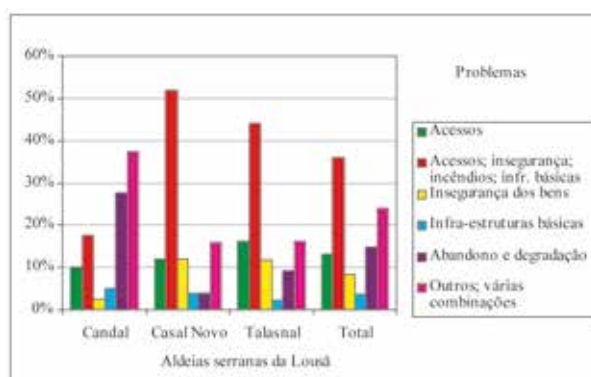
Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 86 – Utilização dos tempos livres pelos residentes secundários

. Problemas: a expressão do abandono e do isolamento

A resposta mais frequente dos inquiridos, a respeito dos **principais problemas** que afectam as aldeias serranas (figura 87), com 36.1% do total apurado, envolve “acesos; insegurança; incêndios; infra-estruturas”. Trata-se, pois, de um conjunto de problemas estruturais, que são assinalados também de forma individual: acessos (13%); insegurança (8.3%); infra-estruturas básicas (3.7%). O abandono e a degradação das aldeias são referidos igualmente por quase 15% dos inquiridos, como problemas relevantes das aldeias serranas da Lousã. Com 24.1% do total apurado, surge a resposta “outros; várias combinações” que corresponde a diversas dificuldades: “degradação e falta de limpeza dos caminhos da aldeia”; “descaracterização das habitações”; “problemas de recolha de lixo”; “falta de manutenção da aldeia e da área envolvente”; “iluminação pública insuficiente”; “ocupação de imóveis de forma ilícita”; “falta de um plano integrado de apoio às aldeias e aos turistas”; “falta de limpeza do perímetro urbano”; “despreocupação, desinteresse e falta de apoio por parte da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da Lousã”; “falta de infra-estruturas para lazer”; “barracas construídas e consentidas pela Câmara”; “pouca limpeza por parte dos visitantes e de alguns proprietários que vazam lixo nas casas arruinadas”; “actividades desportivas que estragam o ambiente e deixam lixo”; “ausência de moradores”; “falta de apoios e incentivos”; “o problema das comunicações com o exterior”; “certas aldeias ocupadas por estrangeiros pouco sociáveis”;

“falta de transportes públicos”; “falta de vida local e de diversidade cultural”; “ausência de espaços públicos”, entre as mais assinaladas pelos inquiridos.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 87 – Principais problemas das aldeias serranas da Lousã

A leitura a partir das aldeias confirma a identificação de vários problemas por parte dos proprietários²⁰³, apresentados de forma agrupada, e permite evidenciar a expressão local de certas dificuldades assinaladas de forma individual:

- No Candal, é a opção “outros; várias combinações” que recolhe o maior número de respostas (38%), sendo relevante, ainda, o problema do abandono e da degradação da aldeia (28%).
- No Casal Novo, para além de vários problemas assinalados de forma comum (68%), são também as dificuldades a nível do acesso viário (12%) e a insegurança dos bens (12%) que preocupam os inquiridos.
- No Talasnal, depois das respostas que identificam vários problemas (cerca de 60% do total apurado), são o acesso viário e a insegurança que marcam as dificuldades mais assinaladas, 16,3% e 11,6%, respectivamente.

A **insegurança dos bens** prende-se com acções de **furto** e **vandalismo** que são uma constante desde o abandono das aldeias, embora com diferente intensidade e expressão territorial. No início, o interesse dos larápios estava centrado em alguns materiais da

²⁰³ A segmentação das opiniões dos diversos tipos de proprietários não permite assinalar diferenças significativas de opinião quanto aos problemas principais que afectam as aldeias serranas, excepto o reforço da resposta “acessos; insegurança; incêndios; infra-estruturas”, mais frequente entre os proprietários de imóveis recuperados.

própria casa serrana (telhas, lousas, traves de castanho, enfim tudo o que servisse para realizar algum dinheiro ou utilizar em benefício próprio), sem esquecer certos objectos artesanais que pela perda de função ganharam valor como peças decorativas, evocativas de usos e modos de fazer, entretanto perdidos. Depois, o processo de recuperação de aldeias, como no Casal Novo e no Talasnal, valorizou o património, que para os “amigos do alheio” bem pode resumir-se ao recheio das casas utilizadas sazonalmente. A ausência (ou a quase ausência) de população residente foi também um factor de vantagem para as iniciativas de furto e vandalismo que começavam a afectar as residências secundárias²⁰⁴.

De facto, as duas aldeias são relativamente permeáveis ao movimento de pessoas, embora se encontrem servidas por uma única estrada (ou ramal) florestal que, partindo da estrada florestal (principal) de Cacilhas, estabelece a ligação com a E. N. n.º 236, depois de atravessar a Relva do Vaqueirinho e passar às portas de Catarredor (figura 52). Ao castelo de Arouce convergem os antigos caminhos pedestres que os serranos utilizavam nas deambulações Serra-vila, ainda hoje a base da rede pedonal (embora com ligeiras alterações de traçado) que inclui as aldeias serranas.

As acções de **vandalismo**, aproveitando a fraca densidade de ocupação das aldeias, sobretudo no período de Outubro até Março, e a disponibilidade de casas (arruinadas, semi-arruinadas e em mau estado de conservação) estão bem marcadas no Talasnal, para referir o exemplo mais expressivo. Como escrevemos anteriormente, cerca de metade desses imóveis foi adquirida até meados dos anos 80 (figura 72). Contudo, um número considerável de edifícios (13 em 21, portanto 61.9%) não foi recuperado. Como também já se referiu, o Talasnal corresponde a metade dos imóveis não recuperados nas três aldeias serranas. De igual modo importante e preocupante é o elevado número de imóveis,

²⁰⁴ A partir das notas registadas pelos inquiridos, chegaram até nós diferentes opiniões sobre este problema:

- «A casa, há alguns anos, foi completamente vandalizada e destruída. Só restam as paredes exteriores».
- «O vandalismo limita muito qualquer projecto que se pretenda executar».
- «Era constante a destruição do que se arranjava, o que levou a que muitos de nós (no Casal Novo) desistissem de arranjar as casas e, conseqüentemente, deixamos de lá ir».
- «A nossa casa foi assaltada 6 vezes!».
- «Ainda se tentou um patrulhamento mais eficaz, o que nunca veio a concretizar-se!».
- «Depois da compra, durante algum tempo ainda resistimos aos assaltos, actos de vandalismo dos caçadores, entre outros. Com o tempo a paciência e a vontade esgotaram-se. Já se passaram alguns anos sem que lá tenhamos voltado. Caso a situação mude e seja seguro o investimento em obras, com toda a certeza voltaremos a recuperar as casas e a passar férias e fins-de-semana na Serra da Lousã».

em diferente estado de conservação (embora com predomínio do mau estado ou ruína), em que não foi possível identificar nem conhecer o proprietário – apesar das diversas tentativas realizadas nesse sentido. Importa, pois, explicar de forma mais pormenorizada algumas dessas situações.

Alguns proprietários de casas (ainda) não recuperadas no Talasnal assinalam a realização de trabalhos de reabilitação, por norma, pouco tempo depois da aquisição, orientados essencialmente segundo objectivos básicos de consolidação das coberturas e paredes, e em certos casos envolvendo obras de remodelação ou reconstrução dos pavimentos e das divisórias das antigas habitações.

A descontinuidade dos trabalhos de recuperação, o facto de as casas não serem dotadas de condições mínimas de habitabilidade e o afastamento físico dos seus proprietários – apesar de quase 65% residirem em Coimbra –, passando largos meses sem visitar a casa na Serra, explicam o abandono progressivo dos imóveis²⁰⁵. Outros, como aconteceu com alguns estudantes que adquiriram imóveis em regime de compropriedade, pouco ou nenhum trabalho de recuperação fizeram, e após a conclusão dos cursos cada um terá seguido o seu caminho e, portanto, a Serra ficou para trás, tal como os objectivos que presidiram ao acto de aquisição dos imóveis. O abandono, a degradação e a ruína tomaram conta do resto – envolvendo usos e abusos, como os que explicámos.

Em determinadas situações, temos conhecimento da realização de importantes trabalhos de recuperação e da utilização da casa, durante alguns meses e até anos. De um momento para o outro, sem que se percebam os motivos, os proprietários deixam de vir à Serra, e o imóvel permanece fechado e, assim, mais exposto ao abandono e aos “amigos do alheio”.

²⁰⁵ A este respeito, não resistimos a transcrever três passagens que correspondem a informações registadas pelos inquiridos, no campo final do inquérito, reservado para notas ou comentários. Assim:

– «A casa foi adquirida por mim e por um colega, no tempo da Faculdade [Coimbra]. Eu não vou à aldeia desde essa altura [ano de aquisição: 1983], mas penso que o meu colega arranjou a casa e lá foi algumas vezes. Hoje desconheço o estado da casa e se alguém a utiliza».

– «A casa foi adquirida conjuntamente com um amigo, na altura de estudante. Dado que se encontrava muito degradada, nunca foi utilizada e nessa altura não havia dinheiro para a sua recuperação. Suponho que custou cerca de 60 contos e foi paga pelos dois com escritura efectuada na Lousã.

Nunca mais vi esse meu amigo, mas suponho que ele utiliza a casa e que a recuperou».

– «A habitação foi adquirida em duas partes iguais há cerca de 25 anos, por mim e por um amigo na altura.

Presumo que ele recuperou a habitação e que a vai utilizando. Eu nunca a utilizei e só lá fui duas ou três vezes».

De igual modo, foi possível identificar alguns proprietários de imóveis que, após a aquisição, praticamente não voltaram à aldeia, e não realizaram qualquer intervenção nas casas.

Em resumo, trata-se de situações de abandono e degradação dos imóveis serranos, deixados à sua sorte por parte dos proprietários, que não realizaram obras estruturais, ou que tendo realizado algumas, não as concluíram (ou então deixaram de utilizar as casas, entretanto recuperadas). Em certos casos, a realização de obras de recuperação contribuiu, também, para o avanço da ruína de outros imóveis contíguos, que se sabiam abandonados, por via da subtração de materiais de construção, necessários aos trabalhos em curso. No final das obras, ficou o agradecimento pelas facilidades concedidas, com a oferta do entulho das mesmas!

É de referir, ainda, a acção nefasta de grupos e indivíduos que, aproveitando situações de abandono de imóveis, ou forçando a entrada em casas recuperadas ou semi-recuperadas, por via de arrombamento, subtraíram parte do recheio das habitações, provocando prejuízos e estragos sempre avultados. Por vezes retiravam portas, janelas, soalhos, barrotes e até peças de mobiliário, frequentemente apenas com o intuito de alimentar as fogueiras que realizavam durante a estada na aldeia! A ocupação das habitações, sem conhecimento e autorização do proprietário, é outra forma enviesada de utilizar (e degradar) casas na Serra.

Tudo isto aconteceu nos últimos 25 anos e a imagem de algumas aldeias não deixa de reflectir diversas dimensões de abandono e vandalismo, nem sempre perceptíveis ao olhar de quem, sem preocupação de conhecer os actores e os enredos que deram e dão vida à Serra, admira aqueles presépios de xisto.

A forma distanciada como muitas obras foram acompanhadas, pelo facto dos proprietários residirem, em boa parte, fora do município da Lousã, a par da qualidade dúbia dos executantes dos trabalhos, conduziu, em algumas situações, a evidentes prejuízos e inconvenientes na realização de obras nas aldeias serranas.

Por sua vez, a situação de abandono referida por alguns proprietários de casas no Candal prende-se essencialmente com o sentimento generalizado da falta de interesse por parte dos poderes públicos, em relação à aldeia e à Serra. O afastamento e a ausência de interesse do Estado, no sentido de assegurar melhores condições de permanência e sobretudo de estimular a fixação de população, estão na origem das preocupações manifestadas pelos inquiridos. A questão central não se coloca relativamente às condições mínimas de acesso e habitabilidade, estas asseguradas pelas infra-estruturas básicas e pela estrada da Serra, a par da intervenção continuada dos proprietários nas estruturas

edificadas, mas sobretudo no plano dos equipamentos e dos serviços de apoio, para quem permanece largas temporadas na aldeia. Um serviço de cafetaria, com alguns produtos de primeira necessidade e, eventualmente, com refeições, capaz de ir ao encontro das ambições dos antigos residentes e da população urbana residente sobretudo na Lousã e em Coimbra, é assinalado por quase todos os que responderam ao inquérito. Como refere um dos inquiridos, «Quem visita a Serra passa obrigatoriamente pelo Candal, e por isso justifica-se um estabelecimento aberto, que pode apoiar outras funções, como a informação turística e a venda de artesanato».

Uma casa na aldeia, propriedade da Câmara Municipal da Lousã, recuperada em 2000, com o apoio do LEADER II, é apontada pelos inquiridos como imóvel de grande interesse para apoiar esse e outro tipo de acções de vivificação e dinamização da aldeia.

Também no Casal Novo e no Talasnal, a referência ao problema da falta de interesse público pelas aldeias domina algumas notas e os comentários dos inquiridos. A título de exemplo, transcrevemos três passagens:

- «Fui um dos privilegiados que em tempos adquiriu um imóvel no Talasnal. Vários bem intencionados, incluindo eu, tentámos que a aldeia voltasse a ter vida nova, mas não eram esses os interesses da Câmara Municipal da Lousã. Com mágoa, abandonámos o projecto».
- «Lamentamos profundamente que todos os esforços feitos ao longo dos anos, no sentido de se obter mais e melhor colaboração por parte da edilidade da Lousã, não tenham obtido eco. Apesar dos projectos, as aldeias têm continuado bastante afastadas da intervenção directa, adequada e eficaz dos responsáveis da autarquia».
- «A pouco e pouco a aldeia do Casal Novo vai-se transformando num bairro de lata (...). Miséria de acessos, águas podres que a Câmara cobra todos os meses. Consentimento na degradação».

Mas os principais problemas das aldeias serranas manifestam-se também em outras esferas. O acesso viário, as infra-estruturas básicas e os incêndios estão, como já se referiu, entre as preocupações dos residentes secundários e dos proprietários de imóveis para recuperar – como, aliás, fazem parte das preocupações da pequena comunidade de residentes.

A questão das **acessibilidades** viárias é relevante sobretudo para o eixo de aldeias servidas pela estrada florestal de Cacilhas²⁰⁶. O pavimento e o estado de conservação

²⁰⁶ A estrada florestal de Cacilhas, lançada em meados do século passado, pelos Serviços Florestais, estendeu a sua influência às aldeias serranas, por via da construção do ramal que, partindo das Hortas,

contam-se entre os maiores problemas. Por iniciativa dos Serviços Florestais (e da Autarquia da Lousã, segundo julgamos saber), fizeram-se algumas reparações, mas sem que o problema de fundo fosse resolvido²⁰⁷: melhorar o pavimento dessa estrada florestal e do ramal de ligação às aldeias serranas do sector ocidental e central da montanha, e se possível corrigir o traçado da(s) via(s). Os mais penalizados pela situação, que persiste desde o início do processo de reabilitação das aldeias serranas, são os proprietários de casas no Talasnal, pois as dificuldades de acesso²⁰⁸ agravam-se consideravelmente (sobretudo no Inverno) a partir do Casal Novo.

Nos tempos que correm, a utilização de pavimento betuminoso é a solução mais adequada, dadas as suas características de resistência, os reduzidos custos de manutenção e a comodidade a nível da utilização, salvaguardando os trabalhos adequados de encanamento das águas pluviais que, na Serra, causam grande dano às estradas sem adequado sistema de drenagem.

Não sendo irrelevante estudar as consequências “ambientais” desta ou de outra qualquer solução, nomeadamente o aumento da circulação automóvel, é de igual modo oportuno ordenar a utilização da(s) via(s) serranas, de acordo com a “capacidade de carga” de cada unidade de paisagem atravessada ou acedida.

A dimensão da Serra não deixará de fora praticamente nenhum utilizador, desde que as actividades a realizar, o modo de apropriação e o meio de deslocação sejam compatíveis com as características da paisagem. Será também um incentivo a um melhor e mais adequado relacionamento da população com a montanha. Isto sem cair em ambientalismo ou em critérios economicistas de “clínica geral”!

Por sua vez, o problema das **infra-estruturas básicas** envolve sobretudo as redes de água canalizada, de saneamento e de telecomunicações (fixa e móvel). A rede de energia eléctrica está fora das preocupações dos inquiridos, pois serve, sem problemas, as aldeias serranas.

próximo da Casa Florestal, segue até à estrada da Serra, perto do Catarredor. A estrada, empedrada, como outras do seu género (a estrada florestal da Candosa, atravessando a mata do Sobral – Serpins – era disso exemplo), foi conservada, durante largos anos, a custo de muito trabalho dos seus zeladores.

²⁰⁷ O alcatroamento da estrada florestal de Cacilhas esteve planeado, na segunda metade dos anos 80, por duas fases: Lousã-Hortas e Hortas-Catraia, através de uma parceria entre a Câmara Municipal da Lousã e os Serviços Florestais.

²⁰⁸ O estado de degradação da estrada florestal de Cacilhas tem atingido níveis inaceitáveis, como aconteceu nos primeiros meses de 2003 e de 2004, em que eram necessários cerca de 45 minutos para percorrer a distância (cerca de uma dúzia de quilómetros) da vila da Lousã até ao Talasnal, utilizando uma viatura ligeira normal.

O investimento do município tem sido dirigido, nos últimos anos, para a realização da rede de abastecimento de água ao domicílio, apoiando-se em diferentes métodos. A captação de água é realizada nas ribeiras da Serra, a montante dos lugares e, por gravidade, é conduzida directamente às habitações, como acontece no Talasnal, embora com problemas a nível da qualidade e da quantidade de líquido aduzido. A construção de reservatórios (no Candal e Casal Novo) responde ao problema de armazenar e tratar a água, antes de chegar às habitações. A Cerdeira não tem água canalizada, nem abastecimento de energia eléctrica, socorrendo-se a família residente (durante largos anos, a única na aldeia) do fontenário público para recolher água, de geradores alimentados a gasolina e de painéis solares para produzir energia eléctrica.

Quanto ao saneamento básico, ainda não existe nas aldeias serranas da Lousã²⁰⁹. A solução encontrada pelos proprietários de casas recuperadas é a construção de fossas sépticas individuais. A topografia e a litologia, e as características das construções, muito juntas e com pequenos logradouros (quando existem!), dificultam, sobremaneira, a abertura das fossas e a escolha do local mais indicado para a sua localização. A contaminação dos terrenos contíguos e das linhas de água que se despenham nos valeiros é a face mais visível de um problema ambiental e de saúde pública, a resolver com carácter urgente.

As **dificuldades de comunicação** aparecem ligadas ao isolamento das aldeias serranas. Depois do ciclo secular da escrita e das cartas que se trocavam entre a Serra e os destinos migratórios (nomeadamente Lisboa, Brasil e E.U.A.) que prenderam os serranos, foi o telefone fixo que quebrou o gelo das comunicações à distância. Chegou ao Candal, nos anos 70, quando a aldeia já tinha perdido a possibilidade de renovação natural. Na última década, a difusão do telefone móvel tornou menos isoladas as aldeias serranas, embora de forma selectiva, pois a cobertura (rede) é irregular e insuficiente.

Por último, mas não menos importante, é de referir o problema dos **incêndios florestais**. Trata-se de uma outra faceta relacionada com o abandono das actividades agro-silvo-pastoris e com a ausência quase completa de projectos e acções florestais para a montanha (e para o país).

Dos logradouros ou das portas das habitações aos caminhos da aldeia, passando pelos antigos campos de cultivo, até às manchas de floresta do casal, dos particulares e do perímetro florestal sob jurisdição do Estado, corre um autêntico rastilho de matéria

²⁰⁹ As carências de infra-estruturas básicas podem ser ultrapassadas se a intervenção pública de requalificação prevista – a que damos ênfase no próximo capítulo – constituir uma realidade.

combustível²¹⁰. A prioridade é, pois, limpar os terrenos que envolvem as aldeias e alterar o seu uso, com a plantação de espécies folhosas autóctones, como por exemplo carvalho (roble), castanheiro, cerejeira, entre outras, nem que isso envolva expropriações ou qualquer outra solução expedita que permita fazer algo útil e eficaz. Depois, é necessário manter e cuidar das plantações, limpar a vegetação invasora e alargar a área de influência às manchas florestais (e incultos) contíguas. A organização dos proprietários e a constituição de associações florestais (com dimensão e capacidade técnica) são medidas para alterar a atomização e a descontinuidade gritante do *puzzle* floresta, e uma oportunidade estratégica (também do ponto de vista do apoio financeiro disponibilizado pelo QCA III) para ordenar, segundo objectivos económicos, culturais e ambientais, como preconiza o *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/99, de 8 de Abril).

Nas aldeias serranas, está em causa muito mais do que uma mera componente económica da floresta: as manchas de castanheiro e de carvalho e a vegetação ribeirinha, entre outras essências florísticas importantes, são únicas ou as mais importantes, no espaço serrano, como foi reconhecido através da recente inclusão de parte da Serra da Lousã na lista de habitats a incluir na “Rede Natura 2000”. Como componente estrutural da paisagem cultural serrana, deve estar no topo de todas as prioridades, no sentido da sua salvaguarda e valorização.

. Potencialidades: as singularidades da montanha

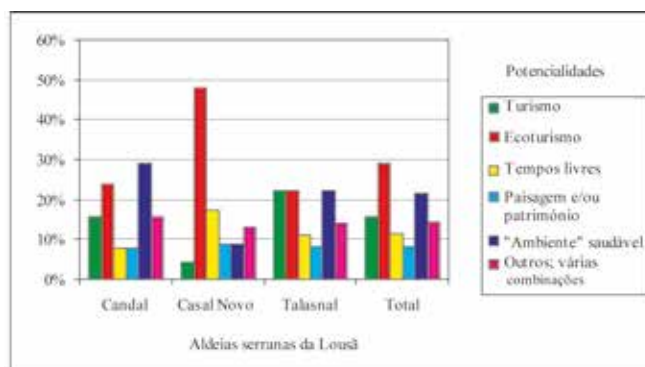
No que diz respeito às **principais potencialidades** das aldeias serranas, as respostas (figura 88), segundo a sua ordem de importância, remetem para os seguintes domínios: ecoturismo (28.9%); “ambiente saudável” (21.6%); turismo (15.5%); “outros; várias combinações” (14.4%); tempos livres (11.3%); paisagem e/ou património (8.2%). Assim, a componente turística recolhe quase metade das opiniões expressas. Contudo, pensamos que envolve, na perspectiva dos inquiridos, algumas dimensões dos tempos livres – que aparecem de forma individual em mais de 10% das respostas apuradas.

A resposta “outros; várias combinações”, no que concerne à primeira componente, é referenciada através dos seguintes termos: educação ambiental; educação

²¹⁰ As excepções correspondem ao trabalho meritório de um ou outro particular, e de algumas comissões de baldios como a do Candal que realizou em 2003 acções de limpeza de uma faixa de protecção em volta da aldeia, de modo a eliminar a vegetação prejudicial que invadira os antigos campos de cultivo.

patrimonial; protecção ambiental; parque natural, museu/núcleos museológicos; relação com a natureza; agricultura biológica; castanha; mel; caça; pastorícia e criação de gado caprino.

A ocupação dos tempos livres aparece ligada a actividades como os passeios pedestres, os desportos radicais/aventura, e por uma única vez é assinalada em ligação com a residência secundária.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 88 – Principais potencialidades das aldeias serranas da Lousã

Qualidades da água (“cristalina e pura”) e do ar (“puro; aromas silvestres”), “sossego”, “tranquilidade”, “silêncio”, “repouso” e “terapia anti-stress” configuram o “ambiente saudável” das aldeias serranas, segundo os termos utilizados pelos inquiridos.

Expressões como: “turismo verde”; “turismo de natureza”; “turismo rural;” “turismo serrano”; “turismo de habitação”; “turismo de aldeia” e “turismo ecológico” aparecem associadas ao ecoturismo.

Em relação às aldeias, considerando todos os proprietários, destaca-se o número de respostas atinentes ao ecoturismo, com quase 50%, no Casal Novo; o equilíbrio das respostas mais vezes assinaladas por parte dos proprietários no Candal, repartidas entre ecoturismo e “ambiente saudável” (23.7 e 28.9%, respectivamente); a repartição equitativa do número de respostas referentes a “turismo”, “ecoturismo” e “ambiente saudável”, cada uma com pouco mais de 20%, entre os proprietários de casas no Talasnal.

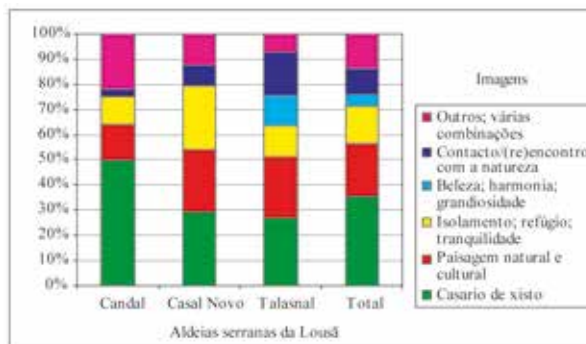
Para quase 40% dos proprietários de residências secundárias no Candal, o “ambiente saudável” é a resposta assinalada mais vezes. Entre os proprietários de imóveis não recuperados é o ecoturismo, com 33,3% do total, a opção mais importante (quadros XL e XLI).

No Casal Novo, é ainda o “ecoturismo” a principal resposta dos inquiridos, embora com maior peso (66.7%) por parte dos proprietários de casas por recuperar, comparativamente às respostas dos residentes secundários (37.5%). O turismo é a actividade que recolhe o maior número de respostas entre os “residentes secundários” do Talasnal, enquanto os proprietários de casa para recuperar apontam o “ambiente saudável” como a potencialidade mais importante das aldeias serranas da Lousã.

Numa palavra, lemos nas respostas dos inquiridos a identificação ou a confirmação de novas funções para a montanha, centradas no aproveitamento das suas características mais originais e valorizadas pela actual sociedade de consumo e de lazer. O património e a paisagem, o “ambiente saudável” (água, silêncio, verde...) são atributos de referência para os tempos livres e a residência secundária, como podem ser âncoras para pequenos projectos de alojamento e animação turística, desde que enquadrados e sem ultrapassar a “capacidade de carga” da paisagem. Trata-se, igualmente, de recursos vitais para as novas estratégias de educação e interpretação patrimonial, como aquelas que interessa estruturar, servindo os objectivos de identificar, investigar, dar a conhecer, aproximar (e envolver) esse património da (e com a) população.

. Imagens relevantes: o casario de xisto e a paisagem cultural serrana (âncoras de uma memória reconstruída e de uma ruralidade recriada)

A pergunta “**Que imagem ou imagens melhor identifica(m) as aldeias serranas?**” tem subjacente a identificação de símbolos marcantes das aldeias, segundo a percepção dos inquiridos (figura 89). Tal como as últimas duas questões, a aldeia é uma espécie de janela de observação do conjunto que configura a Serra.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 89 – Imagens relevantes das aldeias serranas da Lousã

O casario de xisto (fotografia 27) é a imagem mais importante para os inquiridos, com 35.6% das respostas. A paisagem natural e cultural, segundo diversas componentes (aldeias, vegetação, socacos e linhas de água), é a segunda resposta mais assinalada, com cerca de 21% do total apurado. Isolamento, refúgio, tranquilidade e (re)encontro com a natureza recolhem 14.9% e 9.9% das preferências, respectivamente. Outras respostas (ancestralidade, rusticidade, ruralidade, viagem no tempo, silêncio, a escadaria da aldeia, desertificação) e diversas combinações representam 13.9%. Beleza (rústica, natural), harmonia e grandiosidade (5.0%) completam a listagem de termos assinalados pelos inquiridos. Portanto, os atributos positivos dominam claramente o espectro das respostas, sem que os grandes problemas identificados anteriormente transpareçam e assumam expressão de relevo neste item. Existe, pois, uma espécie de filtro a partir do qual cada inquirido retém os elementos estruturantes da imagem das aldeias, aqueles mais marcantes, porventura os mais idílicos do quadro serrano.



Fotografia 27 – O casario do Candal (2003)

A leitura centrada nas aldeias revela a importância da imagem “casario de xisto” (50%) entre os inquiridos com casa no Candal. Por outro lado, verificamos a repartição relativamente equilibrada das respostas dos proprietários de imóveis no Casal Novo, entre casario de xisto, paisagem natural e cultural, e isolamento, refúgio, tranquilidade. Os atributos beleza, harmonia, grandiosidade e (re)encontro com a natureza, assinalados pelos inquiridos do Talasnal, assumem grande significado entre o total de respostas apuradas na aldeia (quase 30%) – e também na abordagem transversal da opção, isto é, o seu

“peso” no quadro das aldeias serranas em estudo, uma vez que ao Talasnal correspondem 12 das 15 respostas que assinalaram esses atributos.

Tendo em conta a diferenciação dos proprietários (quadro XLII) é possível destacar: as construções de xisto (quase 70%), segundo os proprietários de residência secundária no Candal; a paisagem natural e cultural e o isolamento, refúgio e tranquilidade, com cerca de 25%, cada modalidade, entre os proprietários de casas recuperadas no Casal Novo; o reforço das opções anteriormente assinaladas entre os proprietários de casas no Talasnal, segundo a componente residentes secundários, responsável por 11 das 13 respostas recolhidas.

Por último, a partir de seis extractos de texto, de acordo com notas redigidas pelos inquiridos, deixamos uma síntese de imagens muito marcantes das aldeias, pelo menos na perspectiva qualitativa:

- «Um povo que era uma família. Um mundo que já passou.» (natural do Candal; residente no Algarve; 57 anos; professora de filosofia).
- «Onde o silêncio é de xisto.» (residente em Vila Nova de Gaia; 57 anos; professora de filologia germânica).
- «As casinhas em pedra, que vêm pela encosta abaixo como se fossem um presépio.» (residente em Figueira da Foz; 36 anos; funcionária pública).
- «De aldeias activas ao estado de desertificação quase total.» (residente na Lousã; 45 anos; docente do ensino secundário).
- «A construção das casas em tempo de escravidão real, com dinheiro ganho em Lisboa, no Brasil e na América.» (natural do Candal; residente na Área Metropolitana de Lisboa; 54 anos; taxista).
- «A dureza da vida na Serra, sem recursos e sem estruturas de apoio.» (residente em Coimbra; 56 anos; médico especialista).

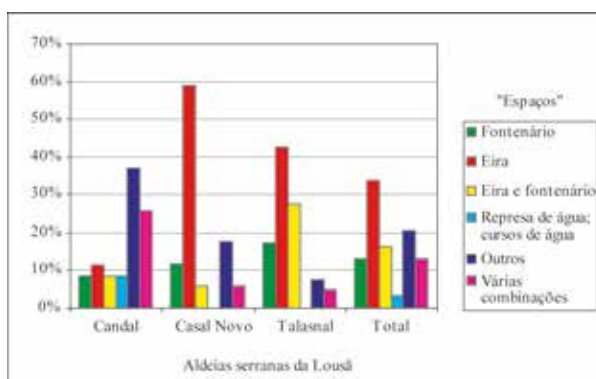
9.2.5 Velhos e novos “espaços”: as metamorfoses das vivências

Também quisemos saber qual o “espaço” mais importante em cada aldeia serrana, segundo a perspectiva dos inquiridos. As 92 respostas obtidas (figura 90) destacam as eiras (33.7%), os fontenários (13%) e estas duas opções em conjunto (16.3%). Igualmente importante é a resposta “outros”, com 20.7% do total apurado, que engloba diversas referências, conforme a aldeia:

- No Candal, é assinalada toda a aldeia; o café junto à estrada; a vegetação envolvente; a antiga escola; parte da aldeia junto à estrada; os caminhos da aldeia; a

própria casa dos inquiridos; a janela da casa de um proprietário; as casas dos amigos.

- No Talasnal, os lagares da aldeia e a casa dos inquiridos recolhem a preferência dos mesmos.
- Toda a aldeia e a própria casa são as respostas mencionadas pelos proprietários de residências secundárias na aldeia do Casal Novo.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 90 – “Espaços” mais importantes nas aldeias serranas da Lousã

No plano das aldeias, as respostas evidenciam a maior importância das eiras (de Cima e de Baixo) do Talasnal (42.5%), tal como acontece no Casal Novo (fotografia 28), embora aí (a eira) apresente maior expressão, em relação ao total apurado (58.8%). A resposta “outros” (37.1%) é a mais assinalada entre os inquiridos com casa no Candal, seguida da opção “várias combinações” (25.7%). O fontenário/tanque é ainda importante para os inquiridos com imóveis no Talasnal (17.5%), tal como a associação fontenário e eiras (27.5%). Aliás, nesta última aldeia, o fontenário/tanque e a conjugação eiras e fontenário/tanque representam quase 90% de respostas dos inquiridos.

No Talasnal, alguns inquiridos manifestam-se desfavoravelmente em relação ao facto da eira (cimeira) servir de parque de estacionamento para os automóveis dos proprietários de residência secundária – e de outras pessoas que visitam a aldeia. Como a eira configura o largo principal da aldeia, a que têm acesso os automóveis, pois marca o término do ramal de ligação à estrada florestal, e como não existe alternativa de estacionamento, os carros ocupam efectivamente esse espaço. Por outro lado, notamos o potencial das estruturas edificadas contíguas (embora em diferente estado de conservação),

na perspectiva de instalar (em imóveis a recuperar) equipamentos/serviços públicos ou comunitários.



Fotografia 28 – A eira do Casal Novo (2004)

No Casal Novo é a inutilização do antigo chafariz da aldeia (segundo os inquiridos em consequência das obras de abastecimento de água ao domicílio) que preocupa alguns proprietários, tal como o problema da qualidade da água. De igual modo, podemos deduzir, a partir da opinião de vários inquiridos, que a fonte pública nunca funcionou como ponto de encontro dos residentes secundários. A vida social é pouco intensa, e daí a importância da casa como lugar de recolhimento e de convívio dos seus utilizadores.

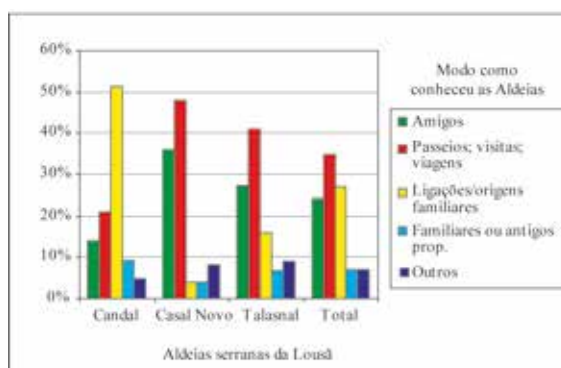
Se no passado as eiras e os fontanários foram os locais mais importantes de encontro e de sociabilidade dos seus habitantes, hoje ganham nova importância para uma população urbana que, não tendo raízes, nem pontes culturais nas aldeias serranas, carece de espaços públicos com qualidade que favoreçam o seu envolvimento com os lugares e o relacionamento mais estreito entre os vizinhos. Isto para que cada aldeia não seja sinónimo de condomínio fechado em que cada casa é um mundo encerrado em si próprio.

A apropriação de antigos edifícios que tiveram funções marcantes, como as escolas (Candal e Talasnal), os lagares (Talasnal e Candal) e os moinhos, por via da recuperação material e eventual transformação (ou adaptação de uso), ou ainda a utilização de antigas casas de habitação, estrategicamente localizadas (como, por exemplo, junto à eira cimeira do Talasnal), orientada para funções pedagógicas, de convívio e

de sociabilidade, são linhas de acção fundamentais para aprofundar o envolvimento e a participação comprometida da “nova” sociedade, na construção de vínculos com os lugares serranos.

9.2.6 A “descoberta” e os motivos de escolha das aldeias serranas

O modo como os actuais proprietários conheceram as aldeias serranas da Lousã (figura 91) permitiu agrupar as respostas da seguinte forma: passeios (34.8%); ligações ou origens familiares (26.8%); amigos (24.1%); informação, através de familiares ou de antigos proprietários (7.1%), e outros (7.1%). Assim, a descoberta das aldeias através de visitas revela-se mais importante entre os proprietários de imóveis no Casal Novo (48%) e no Talasnal (40.9%). Pelo contrário, entre os inquiridos com imóveis no Candal, são as ligações ou origens familiares (51.2%) que explicam o maior número de respostas.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

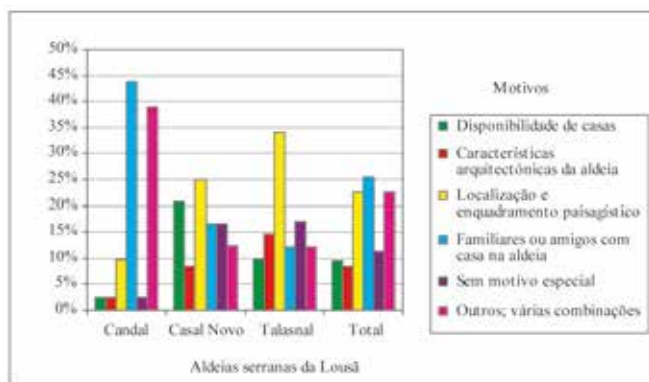
Figura 91 – Elementos de mediação da “descoberta” das aldeias serranas da Lousã

A análise da repartição das respostas, segundo os diferentes proprietários, (quadros XLIII e XLIV) permite sublinhar:

- O elevado significado das ligações ou origens familiares, entre os residentes secundários do Candal (62.1%) – apenas 30.8%, entre os proprietários de imóveis por recuperar.
- A insignificante expressão das ligações ou origens familiares (6%), entre os proprietários de imóveis recuperados no Casal Novo, aldeia em que é significativo o número de respostas relativas a “passeios”, entre os proprietários de imóveis recuperados (52.9%).

- O comportamento muito semelhante das duas componentes principais de proprietários de imóveis no Talasnal; aí as ligações familiares perfazem 12.5 e 20% das respostas apuradas, conforme se trata de residentes secundários, ou de titulares de imóveis ainda não recuperados.

Relativamente aos **motivos** que prevaleceram na escolha das aldeias serranas da Lousã (figura 92), os inquiridos responderam da seguinte forma: familiares ou amigos com casa na aldeia (25.5%); localização e enquadramento paisagístico (22.6%); outros motivos/várias combinações (22.6%); sem motivo especial (11.3%); disponibilidade de imóveis (9.4%) e características arquitectónicas da aldeia (8.5%).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 92 – Motivos que prevaleceram na escolha das aldeias serranas da Lousã

No Candal, são os familiares ou amigos com casa na aldeia que mais influenciaram a aquisição de imóveis (43.9%). De igual modo, a resposta “outros; várias combinações” assume aí grande peso, com quase 40% do total apurado. Expressões como: “aldeia mais habitada”; “aldeia mais limpa”; “aldeia ainda com moradores e com mais casas recuperadas”; “aldeia bem frequentada e cuidada”; “mais fácil acesso e estrada alcatroada”; “a sua paz e a sua espiritualidade”; “mantém as suas características quase inalteradas”; “ruralidade relativamente preservada”; “bucolismo”; “facilidade de acesso a partir dos grandes eixos de circulação”; “proximidade da Lousã”; “harmonia” e “silêncio” configuram o essencial dos “outros motivos” invocados pelos proprietários de imóveis na aldeia.

A localização e o enquadramento paisagístico estão na primeira linha dos motivos invocados pelos proprietários de imóveis no Casal Novo, tal como a disponibilidade

de imóveis (20.8%), os familiares e amigos com casa na aldeia (16.7%) e a ausência de motivo especial (16.7%). Entre as respostas que agrupámos em “outros motivos”, encontram-se “é a aldeia mais pequena e a que estava mais recuperada” e o seu “isolamento e difícil acesso”.

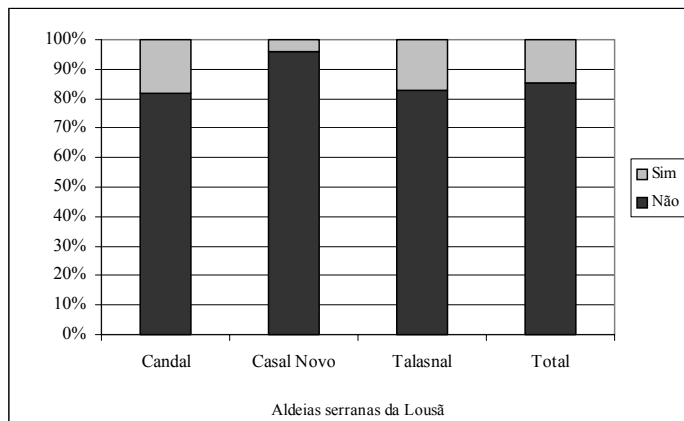
No Talasnal, a localização e o enquadramento paisagístico (34.1%) são os factores que mais influenciaram a escolha da aldeia. As respostas: “sem motivo especial” (17.1%) e as “características arquitectónicas da aldeia” (14.6%) têm ainda algum significado. Respostas como “contribuir para não se perder um património de valor nacional”, ou “pelo facto de não estar descaracterizada”, ou ainda “por ter sido a única em que os inquiridos encontraram habitantes com quem falar” expressam “outros motivos” invocados pelos inquiridos.

No plano da diferenciação de proprietários, importa assinalar certas singularidades (quadros XLV e XLVI). No Candal, destaca-se a influência dos familiares ou amigos com casa na aldeia (55.2%), entre os “residentes secundários”, e “outros motivos; várias combinações” entre os proprietários de imóveis por recuperar (45.5%) – no “universo” anterior também têm grande expressão (37.9%). A disponibilidade de imóveis, as características arquitectónicas e a ausência de qualquer motivo especial não fazem parte das respostas dos proprietários de residência secundária na aldeia. No Casal Novo, prevalece a importância da disponibilidade de imóveis, entre as respostas dos proprietários de imóveis não recuperados (50.0%), e a localização e o enquadramento paisagístico, bem como familiares ou amigos com casa na aldeia, com 23.5%, cada uma, entre os titulares de casas recuperadas para residência secundária. Por sua vez, no Talasnal, a localização e o enquadramento paisagístico (34.8%) e as características arquitectónicas da aldeia (21.7%) marcam o mais importante das respostas dos “residentes secundários”. A localização e o enquadramento paisagístico (33.3) e a ausência de motivo especial (22.2) são as respostas mais frequentes entre os proprietários de imóveis ainda não recuperados.

9.2.7 Planos de intervenção: os grandes desconhecidos!

Procurámos também saber se os proprietários de casas na Serra têm conhecimento dos **planos de intervenção para as aldeias**. Cerca de 85% dos inquiridos não conhecem os planos para as aldeias serranas (figura 93). Por outro lado, não existe qualquer diferença significativa entre as respostas dos proprietários de imóveis recuperados, em recuperação e por recuperar. O desconhecimento da iniciativa da Câmara Municipal da Lousã (no âmbito do *Programa Operacional da Região Centro*) é (ainda) mais elevado

entre os titulares de casas no Casal Novo (96%), onde apenas um proprietário (por sinal, a recuperar a sua habitação) mostrou conhecer a referida iniciativa, quando comparado com as respostas dos proprietários de imóveis no Candal (81.8%) e no Talasnal (83%).



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 93 – Informação acerca dos planos de intervenção para as aldeias serranas da Lousã

A explicação centra-se na falta de informação dada aos proprietários, sobre a intervenção planeada para as aldeias serranas, lacuna que percorreu a preparação das candidaturas, a elaboração dos documentos-base para a intervenção (trabalho realizado, após concurso público, por entidades externas ao município) e o trabalho do Gabinete Técnico Local da Lousã, instalado em finais de 2002, com o objectivo de apoiar a implementação das linhas de acção.

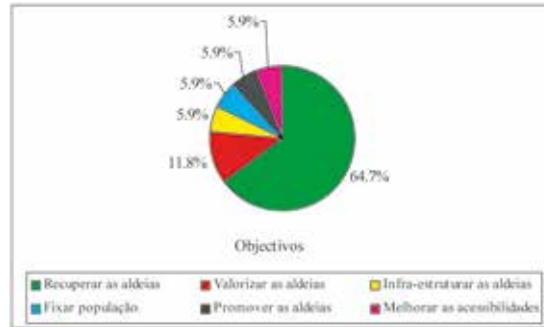
Se no trabalho de elaboração dos planos para as aldeias as entidades externas (de Lisboa e do Porto) não inquiriram os proprietários ausentes (que são a componente mais importante em quase todas as aldeias) e não deram a conhecer os objectivos da iniciativa, nem o modo como os proprietários seriam envolvidos, nos primeiros meses de trabalho do GTL essas tarefas também não foi consideradas prioritárias, embora seja necessário reconhecer os contactos que foram realizados com a população residente e a realização de inquéritos a essa componente demográfica (que não haviam sido efectuados no âmbito dos “Planos de Aldeia”).

Com efeito, grande parte dos proprietários continuou à margem do processo – como, aliás, demonstram os resultados do inquérito. Estamos certos que o nosso inquérito

contribuiu para dar a conhecer aos residentes secundários uma situação nova²¹¹, pelo menos a nível elementar da constatação de um facto que desconheciam por completo.

Aos que declararam conhecer os planos para as aldeias, perguntámos, ainda, quais são os **objectivos** da iniciativa programada e o **modo de participação da população**.

Em relação ao primeiro item, as respostas dos inquiridos repartem-se da seguinte forma: recuperação das aldeias (64.7%); valorização das aldeias (11.8%); dotar as aldeias de infra-estruturas básicas (5.9%); fixar população (5.9%); acções de promoção das aldeias (5.9%); melhorar as acessibilidades (5.9%), ou seja, temos onze respostas atinentes ao principal atributo, duas relativas ao segundo mais importante e as restantes (quatro) distribuídas por outras tantas opções (figura 94). Quanto ao segundo campo da questão, destaca-se o facto de oito inquiridos (75%) não saberem como vai participar a população. Os restantes referem a participação através da recuperação de casas.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

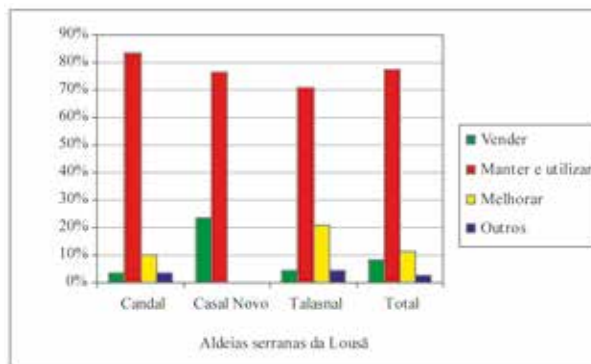
Figura 94 – Objectivos da intervenção programada nas aldeias serranas da Lousã

9.2.8 Cenários de curto/médio prazo: entre permanências e mutações

Visto que entendemos ser importante conhecer a perspectiva dos proprietários, sobre a permanência ou a alteração da sua situação de titulares de residência secundária, ou de imóveis destinados a residência secundária, introduzimos no inquérito a questão **“O que pensa fazer com a sua habitação na Serra da Lousã?”**. As respostas dos inquiridos foram agrupadas segundo o estado e a utilização dos imóveis.

²¹¹ Tivemos também algum *feed-back* por parte dos inquiridos (cerca de 15% da amostra), através de diversas solicitações de esclarecimento sobre os “Planos de Aldeia”, a quem, de resto, enviámos informações genéricas sobre a iniciativa e sugerimos o contacto com o GTL da Lousã.

Assim, em relação aos inquiridos na qualidade de proprietários de casas recuperadas (61.2% da amostra), quase 80% pretendem manter e utilizar a sua casa na Serra (figura 95). A variável percorre o intervalo de variação de 70.8% (Talasnal) até 83.3% (Candal). Cerca de 11% das respostas indicam a intenção, por parte do proprietário, de melhorar a sua casa na Serra, através da realização de obras (ampliação, conclusão de obras antes iniciadas, ou ainda nova recuperação), mais evidente no Talasnal (20.8%) do que no Candal (10%). No Casal Novo os inquiridos não assinalaram esta resposta. Um pequeno número de residentes secundários, cerca de 8.5% do total apurado, pretende vender a sua casa na Serra, objectivo mais importante entre os proprietários de imóveis no Casal Novo (23.5%). No Candal (3.3%) e no Talasnal (4.2%) esta opção foi assinalada por um único proprietário. A resposta “outros”, não sendo importante do ponto de vista quantitativo (representa menos de 3% do total apurado), revela o objectivo de dois proprietários (do Candal e do Talasnal), no sentido de alugar as casas obtendo, assim, algum rendimento para fazer face às despesas de manutenção das habitações.



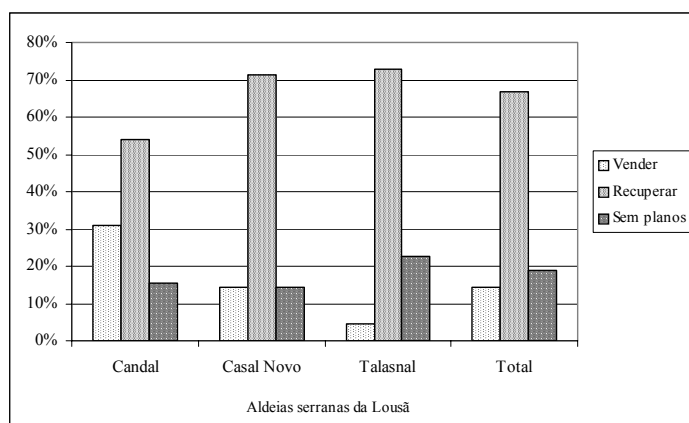
Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 95 – Cenários em torno das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã

A leitura a partir da segunda componente principal, proprietários de imóveis não recuperados (37.1% da amostra), revela que mais de 65% dos inquiridos pretendem recuperar a sua casa na Serra, embora esta resposta seja variável, conforme a aldeia: Candal (53.8%), Casal Novo (71.4%) e Talasnal (72.7%) – figura 96. Isto numa altura em que muito poucos (14.7%) sabiam, em concreto, da existência de planos de intervenção para as aldeias serranas, aprovados em Dezembro de 2002 e, em teoria, em fase de execução, embora praticamente imperceptíveis no terreno até ao início do segundo semestre de

2004. Quase 20% das respostas acusam a indecisão do proprietário, em relação ao futuro da sua casa na Serra.

A resposta “sem planos” apresenta pequena variação entre as aldeias: Candal (15.4%), Casal Novo (14.3%) e Talasnal (22.7%). Cerca de 15% dos inquiridos manifestam vontade de vender o seu imóvel na Serra, propósito com maior significado no Candal (30.8%), relativamente ao Talasnal (4.5%) e ao Casal Novo (14.3%). A este respeito, não encontramos qualquer nexó com a distância em relação ao domicílio principal ou com a existência de outra residência secundária. Portanto, os motivos estão ligados ao afastamento (normalmente, por um longo período de tempo) e ao desinteresse em relação à Serra, aos problemas estruturais das aldeias, ou ainda às condições económicas dos agregados familiares.



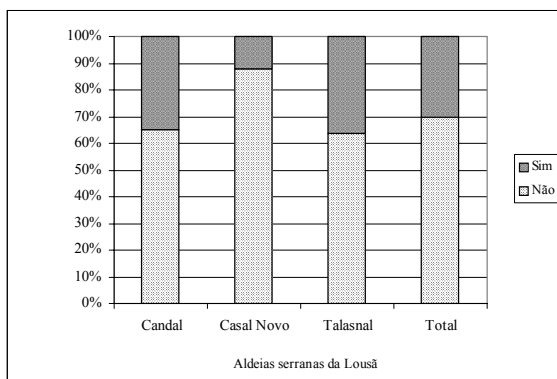
Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 96 – Cenários em torno das casas destinadas a residência secundária nas aldeias serranas da Lousã

9.2.9 Envolvimento dos proprietários com a Serra: uma presença expressivamente ausente!

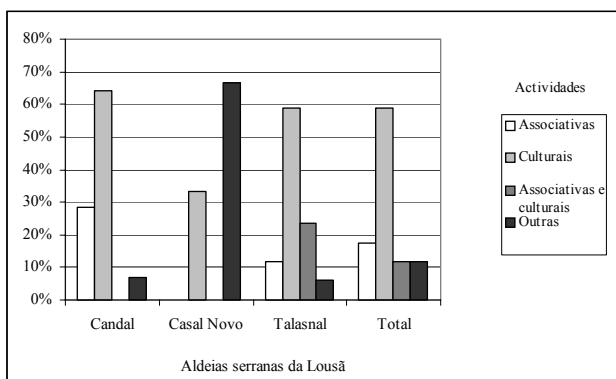
Finalmente, pretendemos conhecer a **eventual participação** dos proprietários de casas serranas em actividades na(s) aldeia(s), no concelho ou na área geográfica da Serra da Lousã (figura 97). As respostas permitem concluir que mais de dois terços dos proprietários não participam em qualquer actividade. A participação é mais insignificante entre os inquiridos com casa no Casal Novo (12%), quando comparada com o Candal (35%) e o Talasnal (36%). Dos inquiridos que estão envolvidos em actividades (apenas

30.4% do total apurado), mais de metade (58.8%) assinala as actividades culturais (figura 98). Um pouco menos de 20% referem a participação em actividades associativas e os restantes 23.6% repartem-se, de modo equitativo, entre actividades associativas e culturais, e outras actividades.



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 97 – Participação dos proprietários, de casas utilizadas ou a utilizar como residência secundária, em actividades na Serra da Lousã



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

Figura 98 – Espectro de actividades em que participam os proprietários de casas utilizadas ou a utilizar como residência secundária

No que concerne às aldeias serranas, a participação dos inquiridos é importante na organização das festas anuais (Candal e Talasnal) e nas associações de melhoramentos (Candal e Talasnal) – que por vezes organizam as referidas festas. A participação dos in-

quiridos é superior no caso dos proprietários de imóveis recuperados (32.9%) em relação aos proprietários de imóveis não recuperados (23.3%). A explicação decorre da presença relativamente regular dos utilizadores de casas recuperadas e do apelo ao envolvimento nas actividades que ainda subsistem nas aldeias, apelo esse mais intenso no Candal (35%) e no Talasnal (50%).

O Casal Novo é, como referimos, o exemplo de menor participação dos proprietários: mesmo entre os residentes secundários, a participação é inferior a 5.9% (corresponde a uma única resposta) do total apurado! De facto através de diversos itens do inquérito, podemos concluir que na aldeia não existe uma relação forte entre os proprietários de residência secundária, e que aquela não está organizada na óptica do associativismo ou da defesa dos interesses comuns (embora se saiba de tentativas em “marcha” para ultrapassar esse problema). Sugere um pequeno arquipélago, vivendo cada família mais ou menos isolada, ou estabelecendo uma relação privilegiada com outra(s) família(s) na mesma situação. O maior dinamismo em termos de titularidade dos imóveis e a menor utilização das habitações explicam, igualmente, esse afastamento.

9.2.10 À guisa de síntese: realidades e utopias...

As dinâmicas territoriais, em áreas vocacionadas para a ocupação dos tempos livres, envolvendo alterações mais ou menos profundas na função e utilização do território, estão frequentemente associadas a elevadas densidades de ocupação e um crescimento descontrolado, como acontece em especial em certas áreas do litoral. Ao invés, as áreas interiores e de montanha, salvo algumas excepções, são ainda marcadas por fenómenos pontuais de urbanismo, relacionado com o lazer e o turismo, quase sempre de baixa densidade.

De certo modo, assim acontece nas aldeias da Serra da Lousã, objecto desta análise. O facto de se tratar da reabilitação de estruturas edificadas, de carácter rústico e vernacular, praticamente sem possibilidade de novas construções, configura (desde logo, no plano teórico) um processo de patrimonialização da paisagem cultural serrana.

A residência secundária teve um papel destacado na identificação e valorização de um recurso até então “desconhecido”. O processo de reabilitação, no Casal Novo e no Talasnal, com forte dinâmica na primeira metade dos anos 80, por iniciativa de uma população urbana, sem ligação às aldeias e maioritariamente residente na cidade de Coimbra, está na génese da descoberta e da afirmação da Serra da Lousã, no âmbito dos tempos livres.

Fernanda CRAVIDÃO reconheceu, em 1989, que um dos factos mais positivos que acompanha o fenómeno da residência secundária na Serra da Lousã é a «(...) preocupação em preservar todo o património paisagístico e cultural onde se inserem os núcleos de Casal Novo e Talasnal» (*op. cit.*, 72). Referiu, ainda, a necessidade de «(...) melhorar as vias de acesso, os caminhos dentro das povoações e a instalação de telefone, pois trata-se de condições mínimas sem as quais não é possível prosseguir» (*idem*: 73).

Sendo assim, o processo de valorização do património construído foi lançado e protagonizado, em larga medida, a partir do exterior, por uma população pertencente a estratos sócio-profissionais elevados (nomeadamente médicos e professores universitários). Até ao final de 2003, existiam poucas marcas territoriais do interesse público pelas aldeias serranas, salvo o mínimo indispensável à permanência da população, e mesmo assim de forma incompleta e de realização muito tardia. Praticamente, toda a iniciativa de recuperação e valorização do património construído foi realizada a expensas dos proprietários que utilizam as casas na Serra para passar alguns dias por ano.

Também, durante uma década e meia, estiveram ausentes instrumentos de ordenamento do território, orientados para a reabilitação e a salvaguarda do património serrano, mesmo ao nível elementar da definição dos usos do solo e suas condicionantes. Isto quer dizer que até 1993, quando foi publicado em “Diário da República” o *Plano Director Municipal da Lousã*, as aldeias serranas da Lousã estiveram muito expostas, em teoria, aos processos espontâneos de intervenção urbanística.

O resultado do processo de reabilitação das aldeias não envergonha aqueles que, tendo usufruído de toda a liberdade, procuraram de forma séria e consciente valorizar o património cultural (que, assim, foi resgatado e activado). E que legitimidade existe, agora, para criticar, de forma mordaz, aqueles que indicaram um caminho, por entre as veredas da escuridão que invadiu as aldeias, e também as diversas entidades que tinham responsabilidade na matéria? As dissonâncias construtivas são, em boa parte, corrigíveis, logo que os proprietários sejam sensibilizados para a resolução desse problema e apoiados nesse sentido.

Por outro lado, não podemos esquecer o papel dos antigos moradores, bem evidente na aldeia do Candal. Uma vez que as intervenções nas estruturas edificadas foram, por norma, continuadas, com o objectivo de dotar progressivamente as casas de melhores condições de habitabilidade, compreendem-se, assim, as alterações arquitectónicas introduzidas nas últimas décadas (ou melhor, na última centúria). Na aldeia, um dos derradeiros bastiões da vida serrana, perduram os testemunhos arquitectónicos mais expressivos das transformações da sociedade camponesa. São, também, visíveis os resultados

dos investimentos de receitas próprias, nomeadamente relacionadas com os baldios – o arranjo dos caminhos da aldeia e a limpeza dos antigos campos de cultivo próximos do casario são disso exemplo.

Com efeito, no Candal, ao contrário do que aconteceu nas outras aldeias serranas, a população (em maior número) manteve-se até mais tarde e resistiu, com maior intensidade, ao apelo de venda dos imóveis, talvez alimentada pelas expectativas de um eventual retorno sazonal, num processo de afastamento mais lento que marcou as últimas décadas, envolvendo população com origem/raízes na Serra, mas a residir sobretudo na vila da Lousã. As condições favoráveis de acessibilidade e a presença desse pequeno grupo de residentes que manteve acesa uma chama de vida na aldeia exerceram, certamente, influência positiva sobre a população urbana que, entretanto, adquiriu algumas casas para residência secundária. Estes dois pequenos grupos, em harmonia de interesses, desenham uma convivência pacífica e profícua, aprofundada na estrutura associativa de melhoramentos da aldeia.

Relação semelhante a esta encontra-se no Talasnal, entre o casal (de idosos) residente na aldeia (o Senhor Manuel e a Dona Helena), alguns neo-rurais e uma parte significativa dos residentes secundários que utilizam com regularidade a sua casa na aldeia.

No quadro geral das aldeias serranas, uma vez que as intervenções estiveram centradas nos imóveis para habitação, permanecem descuidadas outras componentes da paisagem cultural, como os antigos campos de cultivo que parecem despenhar-se no fundo dos valeiros e os resquícios dos velhos bosques de folhosas caducifólias que resistem sobretudo perto das linhas de água. Também entregues ao abandono e ao avanço impetuoso dos matagais, durante grande parte do ano, estão os caminhos da aldeia (excepto no Candal) e os antigos caminhos de ligação entre a Serra e a Bacia da Lousã.

Portanto, as dimensões principais que testemunham a vertente funcional das aldeias serranas, e a sua profunda ligação ao anterior modelo geo-económico de base agro-silvo-pastoril, perderam significado, e desse facto resulta a sua (actual) expressão residual.

O diálogo entre as estruturas edificadas e os antigos campos de cultivo e parcelas de floresta, entretanto abandonadas, conheceu um corte tão radical que hoje as estruturas edificadas podem ser comparadas a pequenas ilhotas rodeadas de matéria combustível e, por isso, susceptíveis de ser engolidas por um onda de fogo.

A relevância destas componentes, no seu desenho original, mostra-se hoje, como no passado, essencial para salvaguardar a segurança dos bens e dos próprios investimentos a realizar. Seria um erro estratégico se as intervenções anunciadas para as aldeias

serranas descurassem a “cintura verde” que aperta (e em certos casos esmaga) as aldeias. Os problemas relacionados com os direitos de propriedade não podem ser desculpa para nada fazer. A limpeza dos campos e da floresta é essencial para a (re)definição das novas funções da paisagem serrana, tal como o seu ordenamento florístico, recorrendo a uma tentativa de renaturalização racional, conforme as características dos solos e as possibilidades de intervenção. E se em certas situações não é possível plantar folhosas tradicionais, então nesses casos é necessário preparar o caminho para a sua chegada, utilizando espécies de maior plasticidade ecológica, menos exigentes, e que podem desempenhar de forma exemplar esse papel. Com a mecanização das actividades, a manutenção e a limpeza da cintura agro-florestal torna-se menos onerosa e penosa, embora deva realizar-se de forma programada e continuada, sem sobressaltos e quebras de investimento que seriam contraproducentes.

No passado, o gado caprino desempenhou uma acção importante de “limpeza” dos terrenos envolventes das aldeias. O recurso ao gado, com introdução de novas variedades, representa uma actividade aparentemente benéfica, mesmo que parcialmente estabilizada, embora com problemas associados, nomeadamente no que diz respeito às instalações e condições sanitárias (também para o fabrico de queijo). A eventual delimitação de uma área de origem protegida, ligada ao cabrito serrano, com certificação oficial de denominação de origem protegida, englobando outros municípios serranos, seria um propulsor de grande significado para a re-introdução da cabra e, quiçá, um incentivo ao desenvolvimento da caprinicultura em algumas aldeias serranas, nomeadamente naquelas com população residente e já com alguma ligação a este tipo de actividade.

O domínio dos investimentos convoca a questão da utilização das receitas dos baldios, existentes na Serra, receitas essas que, salvo algumas excepções, não têm sido aplicadas de forma sistemática nas aldeias e na Serra, sobretudo no que concerne à obtenção de melhores infra-estruturas e equipamentos.

Componente fundamental do modelo de desenvolvimento local e da própria paisagem cultural é o Homem. Por esse motivo, a presença habitual de população nas aldeias serranas é condição necessária para a continuidade do processo de reabilitação, bem como para a dinamização das aldeias e a manutenção da paisagem, desde que esta se encontre ligada a práticas e actividades sustentáveis.

Recordamos que as opiniões dos inquiridos enfatizam o problema da segurança dos bens e da ausência de população residente em idade activa e com meios e poder para exercer tarefas de manutenção e conservação dos espaços públicos, vigilância da aldeia e apoio aos utilizadores das habitações. Esta questão preocupa em especial os proprietários

de imóveis no Casal Novo e no Talasnal. Como referiu um dos primeiros proprietários e utilizadores de residência secundária no Casal Novo, o problema foi equacionado por diversas vezes. Das reuniões de trabalho realizadas na Lousã, envolvendo as autoridades policiais e a autarquia, resultou o compromisso de reforçar o patrulhamento e a vigilância na aldeia, embora com pouco resultado prático. No decorrer de uma reunião de moradores, ainda foi pensada a possibilidade de contratar alguém para exercer o papel de zelador da aldeia, com ordenado pago a expensas dos residentes secundários, mas, por razões que desconhecemos, a ideia não passou disso mesmo. Vários inquiridos assinalaram o incremento desse tipo de acção nos últimos anos, embora em várias casas os prejuízos tenham passado para o domínio dos estragos relacionados com o arrombamento e com a utilização indevida da habitação durante algum tempo, quando antes o problema estava centrado no furto de bens²¹².

De igual modo, alguns inquiridos com casa recuperada no Candal assinalaram o desejo de ver instalada uma família na aldeia para desempenhar as funções acima referidas. A preocupação central não está relacionada com actos de vandalismo e assaltos, mas prende-se com a necessidade de realização de tarefas de manutenção e vigilância preventiva, e apoio aos utilizadores das residências secundárias e aos visitantes que, deambulando pela Serra, cruzam a aldeia.

O imóvel público recuperado na aldeia, com o apoio do Programa LEADER II, é assinalado como apresentando potencial para alojar os eventuais residentes, constituir a base logística de um posto de informação “turística”, e/ou um pequeno estabelecimento relacionado com a «(...) constituição da antiga tasquinha típica da aldeia, adaptada à nova realidade, com um espaço de restauração e de lazer tipo *pub*» (segundo a expressão de um inquirido). Tratar-se-ia, assim, de um espaço multifuncional.

Questão fundamental é o pagamento dos serviços e a forma de contratar os seus prestadores. Em nossa opinião, justifica-se iniciar a título experimental este tipo de iniciativa, recrutando indivíduos com perfil adequado às funções a desempenhar, e pagando o erário público as despesas relacionadas com o ordenado, bem como com outros incentivos e condições que é necessário oferecer. Não vemos qualquer dificuldade na implementação deste tipo de medida que, aliás, é pertinente sobretudo quando a requalificação

²¹² Este problema esteve na génese da tentativa de constituir uma associação de moradores do Casal Novo. Apesar dos esforços realizados – chegou a ser discutido o regulamento –, a associação não foi formalizada. A ideia foi retomada (em meados de 2003) e, como já se referiu, foi dada luz verde ao processo de formalização da associação.

das aldeias está programada e tem financiamento público assegurado (como explicamos de forma detalhada no capítulo seguinte).

Em certas situações, os residentes secundários mostraram receptividade em apoiar economicamente este tipo de iniciativa, participando no pagamento do salário a auferir pelas tarefas a desempenhar na aldeia, ou assegurando aos prestadores do serviço, através de pagamento adicional, a possibilidade de realizarem algumas tarefas complementares, relacionadas com a manutenção das suas propriedades na Serra.

Acima de tudo, seria um sinal positivo que poderia incentivar outros proprietários a recuperar os seus imóveis, sendo, assim, valorizadas as aldeias e a paisagem cultural serrana.

No entanto a paisagem cultural serrana, com as suas diversas componentes estruturais, não pode fechar-se sobre si própria! Apesar de constituir uma espécie de refúgio para aqueles que nela passam algum do seu tempo livre, ou ainda para os que aí vivem de forma permanente, ela é identificada por diversos cidadãos – incluindo os que residem na Lousã desde o final dos anos 90 – como um valor patrimonial. Também são reconhecidas as suas qualidades de fruição, lazer e recreio, bem como de documento vivo que testemunha a organização espacial, pelo menos desde o século XVI.

Por estes motivos, importa exteriorizar os valores desta paisagem e envolver a população que nela se reconhece, por via da identificação e interpretação do património, e da sua aproximação em relação aos cidadãos. Os caminhos para atingir estes objectivos passam pela definição de estratégias de educação informal e formal.

As primeiras podem aparecer associadas a iniciativas de preservação da memória do território, como, por exemplo, pequenos núcleos museológicos, ecomuseus, centros de interpretação da paisagem, preferencialmente no seu contexto original, envolvendo população com origem e vivências na montanha, e se possível residente, que pode desempenhar o papel de guia e orientador de percursos temáticos a realizar. O objectivo principal é ajudar a interpretar a paisagem e o património, enquanto os visitantes (cada vez mais participantes) desfrutam os seus tempos livres.

As estratégias formais de educação relacionam-se com a utilização do valor documental da paisagem e do património da montanha, envolvendo estabelecimentos de ensino, nomeadamente no âmbito de projectos multidisciplinares. De igual modo, a criação de condições logísticas *in situ*, de estudo e investigação, incentivará a presença de diversos especialistas que têm a montanha e o seu enquadramento geográfico como laboratório de trabalho. Escutar o silêncio, fruir horizontes paisagísticos soberbos, ou mergulhar na atmosfera dos povoados (qual convite a viajar no tempo) são condições únicas

que sugerem a instalação de uma casa para os artistas e os cultores da escrita (que tão importante foi no passado recente da vila da Lousã), que pode ser a mesma destinada aos cientistas. A designação “aldeia dos artistas”, como sugeriu um proprietário de residência secundária no Candal, aparecerá depois, em conformidade.

Por outro lado, a “abertura” da montanha e a afirmação das suas paisagens mais valorizadas dependem também da existência de projectos territorialmente alargados e estruturados segundo objectivos abrangentes (pedagógicos, patrimoniais, de lazer, entre outros). Este novo caminho de integração dos territórios tem como alicerce a partilha de informação, as parcerias e a definição de objectivos comuns, ultrapassando o ciclo histórico de isolamento que também envolveu as entidades públicas, nomeadamente as autarquias locais.

A aplicação dos fundos estruturais, em particular no âmbito do QCA III, tem incentivado a estruturação de projectos transversais, dirigidos preferencialmente aos municípios, sob coordenação das CCDR, entidades que recebem e avaliam as candidaturas apresentadas. Assim acontece com o “Programa das Aldeias do Xisto”, iniciativa que pretende articular um conjunto de aldeias serranas, sobretudo na Cordilheira Central, com intervenção a nível das estruturas edificadas, infra-estruturas básicas e espaços públicos, ou seja, conciliando a vertente patrimonial, social e económica.

É este programa relativamente inovador, que importa, agora, discutir, procurando explicar o interesse do poder político pelo património cultural da Serra, nomeadamente através de projectos e acções centradas na requalificação dos territórios que apresentam recursos relevantes a nível da paisagem e do património.

Deste modo, praticamente a concluir o trabalho, justifica-se a leitura interpretativa dos projectos anunciados e das iniciativas em execução ou a desencadear no âmbito dos actores institucionais, enfatizando o papel dos agentes públicos e o modo como pretendem desenvolver e dinamizar as “Aldeias do Xisto”.

10. A requalificação das aldeias serranas da Lousã, segundo os actores institucionais: entre projectos e (primeiras) realizações

«As aldeias do xisto são uma vertente da preocupação em conservar [o património] e que, posteriormente, originará uma marca que se pretende afirmar. Mas intervir numa aldeia implica planear, preparar projectos, envolver os habitantes (...), acompanhar a execução e aferir soluções»

CCDRC: Revista *Aldeias do Xisto*, n.º 2, 2004-a: 1.

10.1 A aurora do interesse público

O interesse de requalificar as aldeias serranas da Lousã, na perspectiva do envolvimento e da participação dos actores públicos, remonta aos meados dos anos 80 do século passado e teve o apoio de um Gabinete Técnico Local²¹³ (GTL). Pretendia-se estruturar intervenções a submeter a concurso para financiamento público, e para isso mostrava-se essencial diagnosticar, de forma exaustiva, a situação existente e fundamentar as linhas de acção das propostas a desenvolver²¹⁴.

Previa-se que em 1988 se realizassem «(...) acções concretas de modo a que a recuperação total das Aldeias da Serra (...)» (ANTUNES: 1988: 344) viesse a ser uma realidade. Ainda segundo ANTUNES (*op. cit.*, 345), «Também, para complemento dessa recuperação (...)» estava «(...) a ser estudada a possibilidade de se constituir uma sociedade mista entre a Câmara e os proprietários e inclusivamente uma entidade pública para fazer a gestão de todo o património reconstruído e o seu aproveitamento turístico».

O turismo aparece, desta forma, como uma espécie de alavanca para afirmar e dinamizar a nova vocação territorial da montanha, e as aldeias serranas, como expressão mais visível e dinâmica do sistema, configuram uma âncora fundamental em toda a estratégia delineada.

²¹³ As actividades desenvolvidas pelo GTL, em duas fases distintas, repartiram-se entre o centro histórico (1.ª fase, com apoio do PRU) e as aldeias serranas da Lousã (2.ª fase, no âmbito do PRAUD).

O PRAUD (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas), lançado em 1988, veio substituir o Programa de Reabilitação Urbana (PRU), que por sua vez foi instituído em 1985. O PRAUD manteve o objectivo e o sentido do PRU, mas alargou o seu âmbito de acção para além das áreas históricas, o que permitiu abranger bairros sociais degradados, áreas urbanas de génese ilegal, áreas industriais em declínio e núcleos de carácter rural, entre outros.

²¹⁴ Do trabalho realizado pelo GTL, nas aldeias serranas, ficaram os arquivos do levantamento (com as fichas de caracterização dos imóveis, as imagens e a cartografia desenhada) e os relatórios que caracterizam os lugares e explicam a intervenção proposta.

Apesar da escassez de informação sobre a candidatura das aldeias serranas, sabemos que o processo não obteve o financiamento superior necessário para a execução das intervenções programadas. Ainda assim, interessa analisar o conteúdo dos planos para as aldeias serranas – e para a Serra da Lousã.

O documento intitulado *Aldeias Serranas* (da autoria do GTL da Lousã) reflecte o intuito de intervenção nos capítulos da recuperação e preservação dos lugares e áreas envolventes, tendo em vista criar «(...) condições para uma exploração turística de qualidade». De forma genérica podemos resumir os objectivos estruturantes do estudo:

- «Preservação das características arquitectónicas dos povoados.
- Localização e enquadramento arquitectónico e paisagístico de eventuais edifícios cuja execução se verifique indispensável.
- Criação e reforço das infra-estruturas básicas (água, saneamento e electricidade).
- Pavimentação das estradas existentes entre aldeias e eventual construção de novas vias, de forma a facilitar a ligação entre lugares.
- Preservação da fauna e da flora locais.
- Demarcação de áreas de caça e pesca.
- Percursos de manutenção e percursos hípicas através da Serra da Lousã.
- Infra-estruturas desportivas de apoio.
- Estudo paisagístico que englobe toda a área, de forma que a vivência que venha a ser criada à Serra da Lousã não acabe por ser prejudicial em termos ecológicos» (CML, 1989, s/p).

Nos **estudos realizados** contemplou-se o sistema de distribuição de água, a solução de alimentação e o traçado da rede em todas as aldeias serranas. De acordo com o plano de recuperação previsto para as aldeias serranas, um adequado sistema de recolha de águas residuais surgia também como necessidade imperiosa. Embora as aldeias fossem dotadas de rede de distribuição de energia eléctrica (aérea) – excepto a Cerdeira –, considerava-se desejável proceder à sua substituição. Assim, toda a rede de baixa tensão passaria a ser do tipo subterrâneo. Por outro lado, a conveniente dotação em termos de infra-estruturas viárias adequadas assumia-se como um melhoramento fulcral no plano de recuperação das aldeias da Serra da Lousã. Daí a definição de três tipos fundamentais de melhoramentos necessários a este nível:

- Reparar, beneficiar e executar estradas de acesso inter-aldeias e de ligação à vila da Lousã.

- Executar a estrada de acesso ao sector mais baixo do Casal Novo, incluindo área de estacionamento.
- Recuperar os arruamentos internos das aldeias (em pedra de xisto assente ao cutelo).

Quadro 29 – “Projecto de Recuperação das Aldeias Serranas da Lousã”: áreas de intervenção e estimativa orçamental (1989)

Áreas de Intervenção	Custo (Milhares de Euros)	%
Recuperação de imóveis	334 412	24,28
Estradas e arruamentos	382 181	27,75
Centro hípico	32 771	2,38
Percurso de manutenção	28 531	2,07
Abastecimento de água	191 950	13,94
Esgotos e águas residuais	159 359	11,57
Infra-estruturas eléctricas	80 356	5,83
Águas pluviais	98 660	7,16
Muros de suporte e aquedutos	68 834	5,00
Total	1 377 054	100

Fonte: *Plano de Salvaguarda das Aldeias Serranas* (1989), C.M. da Lousã

Estas e outras tarefas foram orçamentadas e programadas. O quadro 29 permite observar a distribuição dos **custos previstos por áreas de intervenção**. O campo mais importante em termos de custo estimado é aquele que diz respeito às estradas e arruamentos (quase 28% da despesa prevista), logo seguido da verba destinada a apoiar a recuperação de imóveis²¹⁵ (24,3%). O abastecimento de água e o saneamento básico representam cerca de 25% do investimento. Por sua vez, o conjunto das infra-estruturas viárias, redes de água e saneamento tem um peso superior a 53% do total orçamentado para as sete aldeias serranas.

²¹⁵ Esta verba corresponde apenas a 20% do valor global das obras, pois tratava-se de uma quantia a ser concedida a título de subsídio aos proprietários que pretendessem recuperar os edifícios, de acordo com o *Plano de Salvaguarda das Aldeias Serranas*. Se considerarmos o valor global estimado do investimento em imóveis, a componente da hipotética participação dos proprietários é ligeiramente superior ao custo global do projecto para as aldeias.

A **intervenção paisagística** (proposta de intervenção) desenvolver-se-ia em duas vertentes principais: tratamento das áreas envolventes dos aglomerados e tratamento das áreas urbanas. De facto, com a saída da população e face ao abandono das terras, assistiu-se a uma mudança de paisagem, que descaracterizou completamente a envolvente paisagística inicial. Deste modo, os autores do *Plano* constataam o crescimento espontâneo de espécies arbóreas, sem qualquer nexo nem função, criando uma imagem de abandono total. Haveria ainda um terceira vertente, contudo já secundária, visto a maioria dos terrenos ser propriedade dos Serviços Florestais, e que se prende com as áreas que bordejam as vias de ligação entre aldeias. O objectivo central da intervenção seria primordialmente a recuperação, reabilitação e preservação da flora e valores paisagísticos existentes e a criar, de modo a estabelecer uma integração plena entre as aldeias e a Serra da Lousã.

Ainda no que se refere ao espaço envolvente, o plano indica que este teria uma área de intervenção aproximada de 25 ha, englobando a reposição de muros de suporte em xisto (e que já na altura se encontravam em ruína), o tratamento do terreno envolvente, a plantação de espécies arbóreas e sua ligação à mancha florestal existente. Contudo, a verba inscrita sob a designação de “Tratamento paisagístico com reconstrução de muros de suporte e aquedutos”, de 68.834 euros (5% do total estimado – quadro 29) reflecte o carácter limitado da intervenção.

Pretendia-se, assim, com esta proposta, «recuperar um Património que se encontra em contínua degradação, sendo poucos os casos de obras, recuperações erradas e sem acompanhamento técnico, de forma a manter as características arquitectónicas destes lugares.

Verifica-se, normalmente, que o património após a recuperação tão desejada acaba por ficar sem uma utilização devida, que possibilite criar na região condições para se implementar uma infra-estrutura viável e com resultados positivos no que se refere à economia local» (CML, *op. cit.*, 21).

No que concerne ao usufruto da Serra da Lousã, preconiza-se, para além da caça, pesca e tiro, a criação (numa das aldeias centrais) de um centro hípico, com percursos demarcados na Serra da Lousã, e ainda “percursos de marcha” e “percursos de manutenção”, que seriam desenvolvidos de forma a aproximar estes lugares o mais possível, criando laços entre os seus habitantes ocasionais.

Para além destes objectivos, pretendia-se fixar nas aldeias alguma população que contribuisse para o equilíbrio ecológico da Serra da Lousã e que desse apoio ao Turismo que fosse implementado, nomeadamente a «fixação de três famílias por lugar,

que se dedicariam à pastorícia²¹⁶, ao fabrico de queijos e ainda à exploração apícola» (*idem, ibidem*). Estas famílias viriam dar apoio à hotelaria a criar nas restantes habitações. Desta forma, teríamos 21 famílias a residir nas sete aldeias serranas da Lousã, constituindo uma base de população residente, que apoiaria as actividades turísticas a desenvolver.

No que se refere à exploração das “camas”, «deveria ser feita uma sociedade mista, em que a Câmara Municipal tivesse posição privilegiada, de forma a poder orientar e levar a bom termo a exploração turística destes lugares. Haverá que contar com habitações privadas, ligadas ou não a este tipo de exploração, e ainda com habitações propriedade da Sociedade a constituir» (*idem*).

Não só pela sua dimensão e população previsional, como também pela sua localização geográfica, deveria a aldeia do Talasnal ser o núcleo polarizador das aldeias serranas da Lousã. Para esta aldeia pensou-se também na instalação de um restaurante com funções de café, de modo a apoiar este local e as aldeias circundantes, bem como na criação de um pequeno mercado com os bens de primeira necessidade, a funcionar na mesma estrutura.

O trabalho realizado – diagnóstico e propostas de intervenção – não deu lugar a qualquer iniciativa consequente, o que se explica, em grande parte, pela falta de financiamento público exterior, dado que a dimensão do investimento a realizar ultrapassava claramente a capacidade financeira do município. Anos depois, mais concretamente em meados da década de 90, avançaram projectos semelhantes em aldeias medievais, algumas de matriz serrana, como, por exemplo, o Piódão, apoiados pelo *Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional* (QCA II). O facto de o município da Lousã não fazer parte das áreas prioritárias em termos de investimento turístico, segundo o *Plano Nacional de Turismo* (1986-1989) – instrumento estruturado segundo pólos de desenvolvimento turístico, eixos de desenvolvimento turístico e regiões específicas de aproveitamento turístico – poderá explicar a falta de apoio superior em relação às candidaturas apresentadas pela autarquia da Lousã, com o objectivo de garantir comparticipação financeira para os projectos de requalificação das suas aldeias serranas.

²¹⁶ As áreas a afectar à pastorícia seriam os terrenos circundantes das aldeias serranas que não estão sob a jurisdição dos Serviços Florestais. Pretendia-se, pois, o desenvolvimento harmonioso e a manutenção das aldeias e das áreas circundantes, com o objectivo claro de alteração da situação dos lugares abandonados, para uma situação de lugares com população residente fixa e ocasional.

10.2 “ARCIL-SERRA”: um projecto inovador

O Projecto “ARCIL-SERRA” foi apresentado no início dos anos 90 pela Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL), entidade privada, fundada em 1976, que desenvolve um conjunto de acções²¹⁷ que têm como objectivos principais reabilitar, formar e integrar os cidadãos portadores de deficiência, de forma a promover o seu bem-estar e, em simultâneo, a sua valorização pessoal e social.

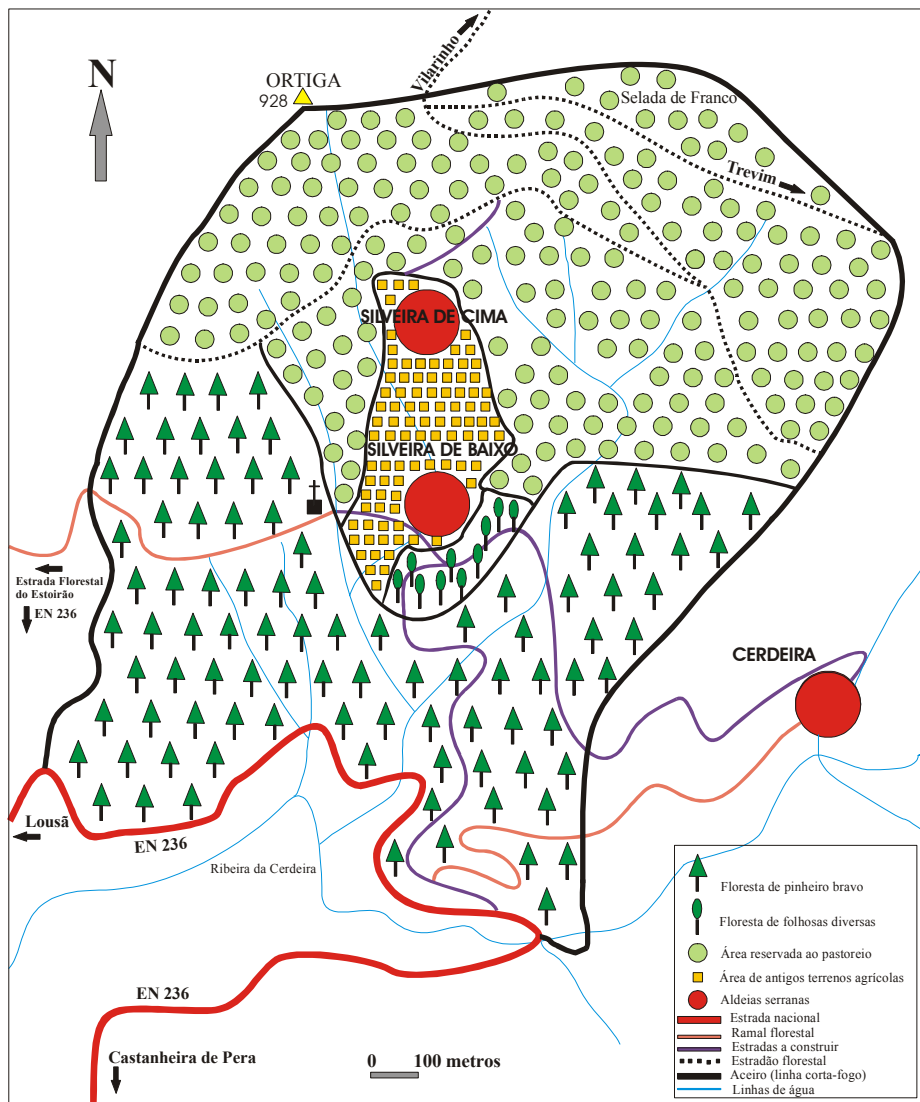
No contexto de diversificação das suas áreas de actividade que permitissem dar resposta a jovens e adultos portadores de deficiências, com aptidões para o desempenho de tarefas específicas, e no quadro do movimento ecológico generalizado de aproveitamento de recursos naturais com potencialidades turísticas, aparece o projecto “ARCIL-SERRA”, que tem como objectivo a recuperação de duas aldeias abandonadas (Silveira de Baixo e Silveira de Cima) e respectivas áreas do Casal (abrangendo cerca de 200 ha) – figura 99.

Assim, foi definido um conjunto de actividades a desenvolver como «(...) o Turismo de Montanha, a Silvicultura, a Silvopastorícia (e conseqüente aproveitamento e comercialização dos seus derivados – carne, leite, queijo), a Apicultura, a produção de espécies cinegéticas para repovoamento e consumo» que permitissem a «(...) criação e o aumento de postos de trabalho para pessoas com deficiência, em áreas como a construção civil, a agricultura, a pastorícia e a prestação de serviços (limpeza, lavandaria, restauração)» (ARCIL, 1993:2) – quadro 30. De modo mais pormenorizado, sabemos que as actividades a desenvolver nas Silveiras permitiriam apoiar, a nível laboral, um conjunto constituído por quase três dezenas de utentes da instituição, e que o investimento total previsto rondava 1.200.000 euros (a preços de 1993), repartidos por sete domínios de intervenção (quadro 31) – o mais importante, a recuperação de imóveis, absorvia cerca de metade do investimento previsto.

As iniciativas que se pretendiam levar a cabo exigiam trabalhos de intervenção nas aldeias, obras de carácter infra-estrutural e outras de reconstrução das estruturas habitacionais existentes, numa fase de implementação. Dando continuidade ao Projecto, pretendia-se «desenvolver um conjunto de estruturas de apoio às actividades de lazer, inseridas num espaço com potencialidades turísticas, proporcionando aos visitantes a prática de Campismo ou Turismo de Habitação, através de um Parque de Campismo ou

²¹⁷ Ao longo da sua existência, a instituição criou um conjunto de unidades de produção, em áreas como a carpintaria, olaria, serração, agricultura e edição de cartões magnéticos, destinadas ao emprego de alguns dos seus utentes. Essas unidades são financeiramente sustentáveis e inserem-se na economia local.

da utilização de um conjunto habitacional que manteria as características originais das casas desta área geográfica» (ARCIL, *op. cit.*, 2-3).



Fonte: Elaboração própria a partir do Projecto ARCIL-SERRA (1993)

Figura 99 – Área de intervenção territorial do projecto ARCIL-SERRA (1993)

Quadro 30 – Projecto “ARCIL-SERRA”: actividades previstas (1993)

Domínios de intervenção	Actividades a desenvolver
.Trabalhos de manutenção	.Recolha de lenhas .Roça de matos . Limpezas no interior das aldeias
.Silvopastorícia	.Acompanhamento de gado .Limpeza de instalações/estábulos
.Recepção e logística geral	.Bar/restaurante .Mini-mercado .Serviços administrativos
.Parque de campismo	.Vigilância . Manutenção e limpeza
.Limpeza e higiene das habitações	.Limpeza das habitações .Tratamento de roupa
.Manutenção de infra-estruturas	.Serralharia .Carpintaria

Fonte: *Projecto ARCIL-SERRA*, ARCIL, 1993

Quadro 31 – Projecto “ARCIL-SERRA”: áreas de intervenção e estimativa orçamental (1993)

Áreas de Intervenção	Custo (Milhares de Euros)	%
Intervenção no meio florestal	233 188	19,9
Recuperação de imóveis	629 608	53,8
Abastecimento de água	76 590	6,5
Esgotos de águas residuais	62 749	5,4
Infra-estruturas eléctricas	74 820	6,4
Infra-estruturas viárias	67 836	5,8
Campismo de montanha	24 940	2,1
Total	1 169 731	100

Fonte: *Projecto ARCIL-SERRA*, ARCIL, 1993

Mas em que condições se encontravam as aldeias e a sua área envolvente, no alvor dos anos 90? Como já se explicou, as Silveiras foram das primeiras povoações abandonadas na Serra da Lousã. Após o grande incêndio florestal de 1978, uma parte significativa dos imóveis ficou em ruínas, nomeadamente os da Silveira de Cima. Depois, em quase duas décadas de abandono, a vegetação tomou conta de tudo, invadiu a aldeia e os antigos campos de cultivo. O Casal encontra-se ocupado com floresta em cerca de

2/3 da sua área total, dominada pelo pinheiro bravo (resultante da regeneração natural, após o referido incêndio), e com pequenos núcleos de sobreiro, castanheiro e carvalho. Nas cotas mais baixas, próximo da E.N. n.º 236, a acácia prolifera de forma vigorosa, a ponto de dominar os povoamentos no ramal de acesso às aldeias, como acontece em toda a encosta setentrional da Serra cortada pela estrada florestal que corre até Vilarinho. A restante superfície, ocupada com matos, localiza-se nas cotas mais elevadas (700-900 metros), no domínio de solos esqueléticos e afloramentos rochosos.

As intervenções previstas na floresta, com um investimento superior a 230 mil euros (cerca de 20% do valor estimado da intervenção), seguiriam três linhas de acção:

1. «Valorizar o povoamento existente de pinheiro bravo, através de intervenção cultural adequada.
2. Manter e conduzir adequadamente as manchas existentes de outras espécies, designadamente sobreiro, castanheiro e carvalho, de forma a alargar tendencialmente a sua representatividade no local – e introduzir outras espécies nobres. Para isso seria necessário desmatar os terrenos envolventes das aldeias, antigos terrenos de uso agrícola, preservando as estruturas existentes, como muros de suporte de patamares, muros divisórios de propriedade e socalcos.
3. Maneio de matos com vista ao exercício do pastoreio. Como a área de matos é extensa e de fraco potencial para a produção de madeira, projectou-se a instalação de uma exploração de gado caprino (com 100 cabeças de gado, no início, aumentando depois até às cinco centenas de animais), de modo a retomar partido desses recursos, direccionada para a produção de carne e leite» (*idem*: 5).

No que diz respeito às intervenções na estrutura urbana, que correspondem a mais de 50% do total de despesa estimada (quadro 31), o projecto preconiza a recuperação de três dezenas de fogos, «(...) de forma cuidada e criteriosa, procurando a todo o momento a melhoria ou o restabelecimento das condições de segurança das construções, respeitando, todavia, integralmente a personalidade própria deste tipo de construções» (*idem*: 8). A orçamentação incidiu em unidades de dois pisos (cerca de 35 m² de área por piso), e o valor previsto para a recuperação de cada casa ultrapassava os 20.000 euros (portanto, mais de 600.00 euros no total).

A construção de 5.000 metros de caminhos de características florestais, em resposta ao problema (insuficiência) dos acessos²¹⁸, o estabelecimento de uma linha de

²¹⁸ O único acesso às aldeias faz-se pelo ramal que parte da estrada florestal do Estoirão (por sua vez lançada da estrada da Serra) até à capela de São Lourenço, junto à Silveira de Baixo. Não existe,

protecção de incêndios florestais numa extensão de 2.000 metros com uma largura de 50 metros, a construção em locais estratégicos de cinco tanques de armazenamento de água e instalações para recolha dos animais contavam-se entre as intervenções previstas no domínio florestal. A rede de infra-estruturas viárias, para além da referida construção de caminhos florestais alternativos ao ramal da estrada florestal do Estoirão, abrangia também a recuperação dos arruamentos internos das aldeias (em pedra de xisto assente ao cutelo).

A execução das redes de abastecimento de água e drenagem de esgotos afigurava-se como tarefa de primordial importância no plano de recuperação das aldeias serranas. A implementação de ambos os sistemas ficaria dependente da “força” da gravidade, uma vez que as aldeias estão situadas em encosta, com as cotas a decrescer de norte (e nordeste) para sul (e sudoeste). Quanto às infra-estruturas eléctricas seria necessário executar de forma integral a rede de abastecimento e distribuição de energia eléctrica.

O capítulo das “actividades de animação e rentabilização do meio” foi estruturado em dois níveis: “turismo de montanha” e “campismo de montanha”. A oferta de alojamento, localizado em plena Serra, com certas características tradicionais inalteradas, constitui, na perspectiva da ARCIL, um atractivo importante para um mercado turístico cada vez mais dirigido para o interior. A possibilidade de alojar visitantes iria naturalmente provocar uma apetência crescente para este tipo de turismo e animar um local abandonado, sem perspectivas de reanimação económica pelos processos tradicionais. As actividades de lazer, relacionadas com a Serra, como: montanhismo, campismo, caça, pesca, passeios equestres, entre outras, seriam complemento da estada e permitiriam ocupar o tempo de forma equilibrada e saudável. O objectivo, relativamente ao campismo de montanha, seria a criação de uma estrutura capaz de reunir as condições mínimas para exercer a prática campista, embora sem a pretensão de instalar uma estrutura concorrencial em termos de campismo.

Concluindo, podemos dizer que o projecto “ARCIL-SERRA” é uma abordagem integrada das aldeias serranas das Silveiras, abrangendo o espaço construído, os antigos campos de cultivo e a envolvente florestal do Casal. Trata-se de um plano ambicioso, estruturado em função de diversas componentes e valências de utilização do território, genericamente compatíveis e adequadas às suas características, e que procura conciliar

portanto, ligação entre as duas aldeias – e os caminhos antigos, pedestres, encontram-se intransitáveis e irreconhecíveis. A sul da Silveira de Cima atravessa o estradão florestal Lousã-Ortiga-Trevim, embora sem ramal de ligação às aldeias (figura 99).

a oferta de serviços de carácter turístico com o aumento da oferta de emprego para os seus utentes. No plano prático, o projecto deu lugar a acções preliminares de desmatção dos terrenos que envolvem as aldeias, obras de regularização hidráulica destinadas ao armazenamento de água, aquisição e trabalhos preliminares de recuperação de alguns imóveis. Dificuldades financeiras inesperadas no seio da instituição, relacionadas com o desvio particular de avultadas somas de capital, obstaram o avanço dos trabalhos.

Entretanto, após um período em que a instituição procurou encontrar parceiros interessados em investir no projecto, e ainda segundo notícias publicadas na imprensa local, o projecto está a ser reformulado, e serviu de base ao estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a instituição, a Câmara Municipal da Lousã e uma empresa privada de Lisboa. Segundo foi possível apurar, as alterações mais significativas face ao projecto inicial prendem-se com a construção de uma pista de esqui, com neve artificial, que se pretende vir a funcionar como âncora da recuperação arquitectónica das aldeias. A ARCIL cede os direitos de propriedade entretanto adquiridos, mas garante o objectivo de funcionar como entidade prestadora de serviços no âmbito do empreendimento turístico. Por sua vez, a autarquia compromete-se a melhorar os acessos às aldeias e a exercer um papel activo no quadro institucional do financiamento público a solicitar para o projecto. De qualquer forma, é a conjuntura dos projectos que marca ainda as duas aldeias.

10.3 A AIBT do Pinhal Interior e o “Programa das Aldeias do Xisto”: a fase dos investimentos públicos

Apesar das ideias e dos projectos estruturados, as propostas de intervenção para as aldeias serranas²¹⁹, sem apoio financeiro exterior, esbarraram na incapacidade dos promotores de disponibilizar e comprometer as avultadas verbas orçamentadas para esse efeito. Aliás, no plano nacional, as intervenções deste tipo mais conhecidas e conseguidas, levadas a efeito nos anos 90, nomeadamente as *Aldeias Históricas de Portugal*, só

²¹⁹ De entre as raras excepções de intervenção pública contam-se os projectos apoiados pelo LEADER II (Entre Lousã e Zêzere), como a recuperação dos caminhos na aldeia do Talasnal, a recuperação de um imóvel na aldeia do Candal (como já se referiu), a recuperação e o equipamento da antiga casa de cantoneiros da Fonte Fria (figuras 52 e 55). De modo indirecto, apoiando diversas acções de divulgação da imagem e iniciativas de promoção da área de intervenção, as iniciativas LEADER têm contribuído para projectar o património natural e construído da Serra da Lousã.

Na primeira metade dos anos 90, no âmbito do Programa Life Natureza, mediante o projecto “Do Litoral para o Interior”, foram apoiadas algumas iniciativas com incidência nas aldeias e na Serra, como, por exemplo, a marcação de uma rede de percursos pedestres.

foram concretizadas no quadro do apoio financeiro disponibilizado pela União Europeia, pois de outra forma muito dificilmente teriam avançado.

O *Programa Operacional da Região Centro* (2000-2006) reflecte a estruturação dos objectivos de desenvolvimento regional segundo eixos prioritários e, de modo inovador, pretende integrar as políticas sectoriais a um nível territorial. A linha de acção “infra-estruturas e equipamentos de promoção das potencialidades”, integrada na medida II.6 “Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior”²²⁰ (AIBT) – (FEDER)”, serve de suporte ao projecto de «(...) requalificação de um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infra-estruturação com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico» (CCRC, 2001: 38). Surgiu assim o *Programa das Aldeias do Xisto*.

A candidatura dos municípios teve subjacente a elaboração de *Planos de Aldeia*, documento de trabalho (que podemos equiparar a uma figura de gestão territorial com alguma proximidade aos *Planos de Pormenor*) que incide em micro-territórios, traduz a sua realidade territorial (através de estudos aprofundados) e define propostas de intervenção que visam requalificar os territórios, melhorar as condições de vida das populações, elevar a sua auto-estima e promover as suas potencialidades (originais e excepcionais).

Para responder ao desafio lançado (através da AIBT do Pinhal Interior), a Câmara Municipal da Lousã, no final de 2001, publicitou na imprensa a abertura de concursos públicos para a elaboração de Planos para sete aldeias serranas. A elaboração dos *Planos de Aldeia* relativos ao Casal Novo, Talasnal e Chiqueiro foi adjudicada à empresa “DH-VTECNOPOR – Consultores Técnicos Lda.”, com sede no Porto. Por sua vez, os Planos referentes ao Candal, Cerdeira, Catarredor e Vaqueirinho foram elaborados pela firma “Santos Pinheiro – Arquitectos Associados, Lda.”. Portanto, a partir do trabalho realizado por duas entidades externas, sem qualquer ligação e articulação, interessa perceber como essas entidades analisaram a situação existente nas aldeias serranas e que caminhos prefiguram para o desenvolvimento das mesmas, no âmbito das linhas estratégicas de intervenção delineadas pela entidade de coordenação e desenvolvimento regional.

²²⁰ A AIBT do Pinhal Interior abrange uma área territorial de 5100 km², que engloba 21 concelhos, com um total de 180 mil habitantes.

De acordo com CRISTÓVÃO *et al.* (2003: 2- 3), as doze Acções Integradas de Base Territorial criadas no continente constituem instrumentos específicos dirigidos para o interior do país no âmbito do III QCA e a sua apresentação insere-se no âmbito de uma política de discriminação positiva de territórios em que são manifestas as dificuldades endógenas de provir ao seu desenvolvimento sustentado.

10.3.1 Da análise da situação existente às propostas de intervenção

10.3.1.1 Casal Novo, Talasnal e Chiqueiro

Os *Planos* do Casal Novo, Talasnal e Chiqueiro, com data de Junho de 2002, foram estruturados da seguinte forma:

1. Enquadramento territorial e caracterização física.
2. Enquadramento no Plano Director Municipal.
3. Breve introdução histórica e caracterização sócio-económica.
4. Caracterização Arquitectónica.
5. Diagnóstico da situação existente.

Fixamos a nossa atenção nos pontos atinentes ao enquadramento das aldeias nos instrumentos de gestão territorial da Lousã, ao diagnóstico da situação existente (caracterização, problemas e potencialidades), bem como à definição das linhas genéricas de intervenção para as aldeias.

As aldeias serranas são identificadas no regulamento do *Plano Director Municipal da Lousã* como «áreas geográficas bem delimitadas e com personalidade própria que se pretende conservar, dadas as características tipológicas diferenciadas que possuem. Não se pretende fomentar, nestas aldeias, o crescimento da área edificada, mas, sim, a recuperação e conservação de imóveis existentes, com manutenção das características tipológicas e dos materiais habitualmente utilizados» (CML, 1993: 2260).

As aldeias serranas da Lousã foram, assim, identificadas e classificadas como “espaço urbano 3”. Como a área circundante às aldeias está classificada na Reserva Ecológica Nacional, o uso do solo, para além do perímetro urbano (muito apertado, pois ajustado ao núcleo central edificado), encontra-se muito condicionado.

Com base no levantamento local da estrutura edificada (apresentado de forma detalhada – através de fichas individuais para os imóveis – sob o título *Inventário dos Edifícios e Espaços Públicos Urbanos*), o grupo de trabalho criou uma base de dados que possibilitou, para o conjunto edificado de cada aldeia, uma breve análise dos parâmetros levantados²²¹ e a sua representação gráfica e cartográfica.

²²¹ De entre as variáveis estudadas encontram-se: o estado de conservação dos edifícios (avaliado em função do estado geral das paredes – critério mais relevante – e coberturas); o registo das ocupações (permanente, periódica e edifícios devolutos, isto é, de acordo com a periodicidade de utilização da construção); o uso (mediante o registo da função a que se destina a construção: habitacional, arrecadações, anexos agrícolas, etc.) e o número de pisos. Os elementos relativos ao proprietário e ao número matricial

Segundo a TECNOPOR (2002-a), o «Plano de cada aldeia deverá ser um instrumento que permita intervir da forma mais conveniente para preservar e valorizar o seu património cultural e ambiental. Definindo os princípios de actuação no edificado, disciplinando as intervenções e propondo acções concretas para a recuperação do espaço público e dinamização do aglomerado». Mas a eficácia da terapêutica depende fundamentalmente do rigor do diagnóstico e este procede do conhecimento e da observação. Desse facto decorre a realização do «(...) inquérito local que pretendeu, numa primeira aproximação, inventariar e caracterizar, nos seus aspectos fundamentais, todos os edifícios e espaços urbanos da área em estudo» (*idem*).

As fichas de inventariação e caracterização dos edifícios, acompanhadas pela localização cartográfica e fotográfica, fixam as características fundamentais de cada unidade edificada – segundo os campos anteriormente assinalados – que definem o estado no momento do levantamento. De igual modo, realizou-se a “caracterização epidérmica”, a partir dos elementos valorizadores ou dissonantes com referência a um estereótipo morfotipológico da construção tradicional local, construído com base na observação local de dominadores comuns à grande maioria das construções em presença, bem como à generalidade dos edifícios de outras aldeias serranas, nomeadamente as que se situam no concelho da Lousã. Entendeu o grupo de trabalho não atribuir valor arquitectónico aos edifícios, «(...) facto que deriva de não existirem construções que se destaquem qualitativamente das restantes, integrando-se num todo – a aldeia – que se define e valoriza pela uniformidade e valor de acompanhamento de cada unidade construída integrada no conjunto. Desta forma, o valor arquitectónico foi substituído pela análise dos aspectos da construção que aproximam ou afastam o edifício do modelo tipológico, registados nos campos dos elementos valorizadores ou dissonantes da construção» (*idem*). Salienta-se, também, o objectivo de estabelecer uma comparação com o levantamento realizado em 1989, no que diz respeito ao estado de conservação e número de pisos. Contudo, as diferenças de critério no levantamento das aldeias, e a alteração das estruturas edificadas, não permitem uma comparação nos termos desejáveis.

Em nosso entender, o afastamento e o desconhecimento em relação aos proprietários de imóveis nas aldeias, quer dizer, o facto de a entidade que elaborou os planos não ter contactado e inquirido a esmagadora maioria dos proprietários, é uma lacuna importante que atravessa todos os *Planos*. Podemos discutir se o momento mais indicado para estudar e envolver os proprietários na realização do diagnóstico e na programação da

(embora incompletos e desactualizados), e a apreciação de elementos valorizadores ou dissonantes, são outros campos que integram as fichas do edificado.

intervenção seria em simultâneo com a elaboração dos *Planos*, ou na fase seguinte, sob responsabilidade da equipa técnica constituída para dar apoio à sua execução. Agora, o que para nós não é concebível, é que essa tarefa permaneça por realizar, e que, portanto, apenas alguns proprietários tenham tido conhecimento da iniciativa, por exemplo através do nosso inquérito (de meados de 2003), ou por via da imprensa, nomeadamente quando a edilidade publicou (no último trimestre de 2003) os anúncios para a abertura do concurso de candidaturas (1.^a fase), no âmbito da recuperação de imóveis particulares (fachadas e coberturas). Importa, ainda, sublinhar a importância estratégica desse trabalho de base para o levantamento cadastral e a definição das linhas de acção a implementar em cada uma das aldeias serranas da Lousã.

Por outro lado, os estudos caracterizaram o **espaço público** em cada uma das aldeias, abordando alguns dos seus aspectos mais relevantes, como sejam a pavimentação, o estado de conservação e a urbanidade (mobiliário urbano, iluminação pública, vivência e apropriação, entre outros), com o objectivo de analisar e discernir sobre as especificidades de cada aldeia. Assim, no conjunto das aldeias, o espaço público caracteriza-se por arruamentos estreitos entre o edificado, por vezes com pendor muito acentuado, cujo número é variável em função da topografia e da extensão das aldeias. «Com excepção feita às eiras, cuja localização é sempre exterior ao conjunto edificado e quase sempre orientadas a poente, e de alguns locais mais amplos no interior dos aglomerados, o espaço público não apresenta condições favoráveis à interacção social. Ainda assim, apesar da existência destes espaços, passíveis de recuperação, as três aldeias carecem de um verdadeiro espaço público com um carácter aglutinador e de atracção para a população» (TECNOPOR, 2002-b: 13). A análise das redes de infra-estruturas básicas de abastecimento e drenagem está também incluída neste item.

No que diz respeito ao **diagnóstico** da situação do **Talasnal**, com base no trabalho de campo que realizámos em meados de 2003, podemos afirmar que o estado de conservação da estrutura edificada (incluindo as paredes, as coberturas e os revestimentos dos pisos) se reparte, em número quase igual de imóveis, entre o mau estado e a ruína e o estado mediano ou bom (figura 100). Assim, as situações problemáticas são em número muito significativo e marcam profundamente a imagem da aldeia. O grupo de construções mais degradadas localiza-se, de forma geral, a noroeste da aldeia e as classificadas em bom estado (que correspondem a edifícios sujeitos a intervenções de recuperação recente) encontram-se junto ao acesso central, polarizado ainda em dois grupos, um a norte e outro a sul da aldeia, preferência que está eventualmente relacionada com a abertura visual que o seu posicionamento permite (figura 100).



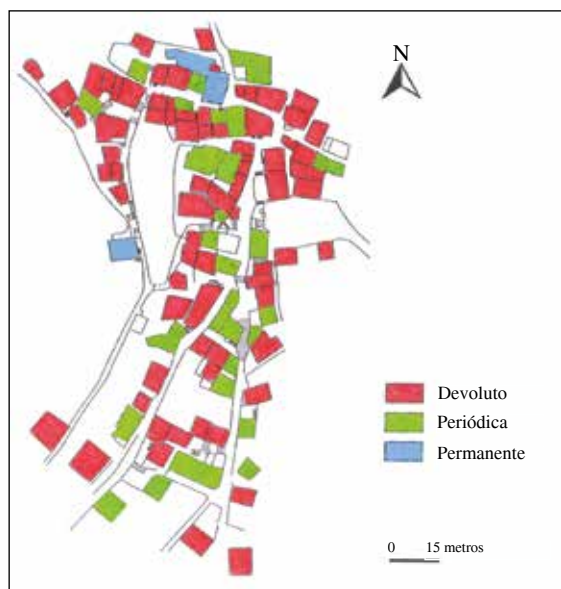
Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Junho de 2003)

Figura 100 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Talasnal, 2003

Verifica-se, de igual modo, que a maioria do edificado se encontra devoluto (quase 70%) – figura 101. Apenas três imóveis apresentam ocupação permanente, e os restantes (cerca de 27%) classificam-se como ocupações periódicas, isto é, edifícios que evidenciam sinais de habitabilidade, como, por exemplo, o bom estado geral do imóvel (paredes, coberturas, caixilharias, tratamento do espaço envolvente), independentemente da frequência da sua utilização (semanal, mensal, ou mesmo com um intervalo maior).

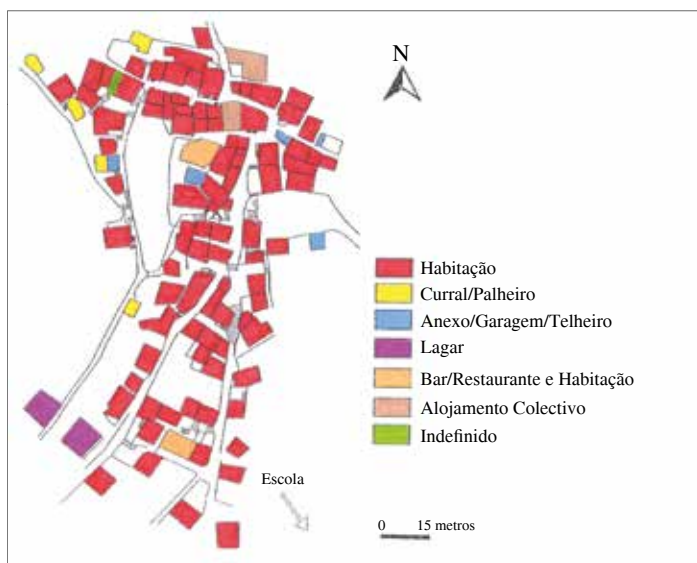
Relativamente ao uso (figura 102), predomina a habitação (mais de 80%); os anexos e os currais/palheiros representam cerca de 10%. Surgem ainda dois lagares, duas ocupações mistas que correspondem a uma habitação com um bar no piso inferior, uma habitação com bar e restaurante e duas casas utilizadas como alojamento colectivo (“Casa Abrigo” do Clube de Campismo e Caravanismo de Coimbra, e “Casa Abrigo” do MOCAMFE – Movimento de Campos de Férias).

A análise atinente ao **Casal Novo** revela que quase 60% do seu edificado está em bom ou razoável estado de conservação (figura 103). Os edifícios em mau estado de conservação e os edifícios em ruína repartem-se entre imóveis que tiveram alguma intervenção (de reabilitação) e situações de abandono desde largos anos. Regra geral encontram-se entre as casas mais pequenas da aldeia.



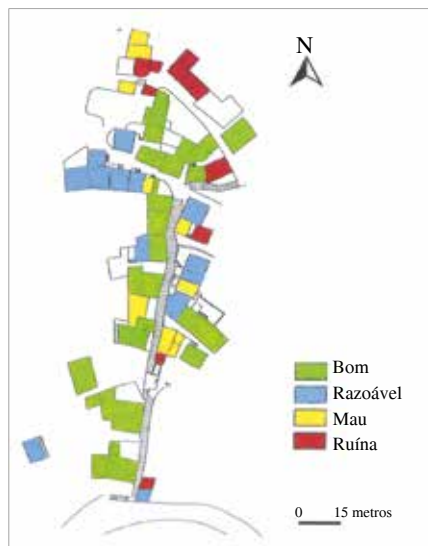
Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Junho de 2003)

Figura 101 – Tipologia de ocupação, Talasnal, 2003



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Junho de 2003)

Figura 102 – Utilização/função dos imóveis, Talasnal, 2003



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Junho de 2003)

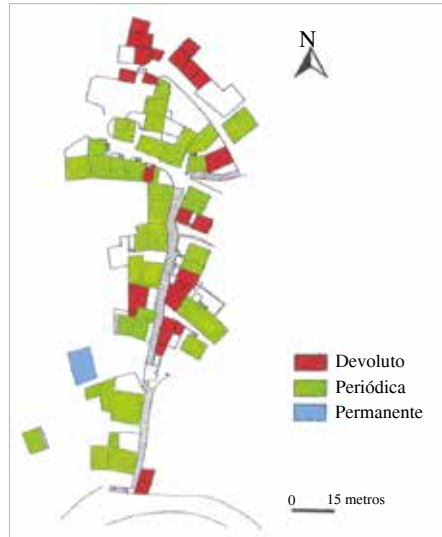
Figura 103 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Casal Novo, 2003

A pedra à vista e a telha serrana dominam a imagem dos imóveis do Casal Novo, tal como acontece nas outras aldeias serranas da Lousã, embora com algumas dissonâncias (coberturas e fachadas).

Nesta aldeia destacam-se os imóveis ocupados de forma periódica – os imóveis devolutos aparecem em número semelhante. Apenas um alojamento é utilizado de forma permanente – figura 104. Relativamente aos usos (figura 105), a grande maioria é habitacional (quase 75%); pouco mais de 20% encontram-se classificados com uso indefinido e os restantes 5% como anexo/telheiro, garagem ou arrecadação.

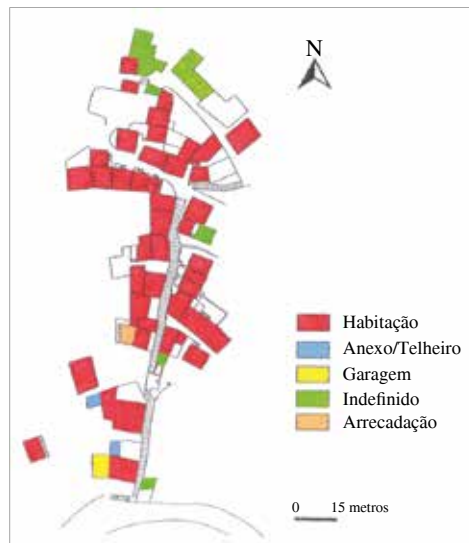
Por sua vez, a aldeia do **Chiqueiro** apresenta cerca de dois terços do seu edificado em médio estado de conservação, a nível das paredes e das coberturas (TECNOPOR, 2002-c). A tipologia de ocupação (figura 106) mais frequente é a periódica, com 40% do total; registam-se ainda 33% de alojamentos utilizados de forma permanente, sendo este o valor percentual mais elevado no conjunto das três aldeias em análise, encontrando-se, ainda, quase um terço dos alojamentos devolutos. O uso habitacional é o mais importante, com um pouco mais de 60%. Também é significativo o valor percentual alcançado pelos anexos agrícolas (palheiros e/ou currais) – 29%. Por fim, cerca de 72% dos edifícios têm dois pisos e 19% apresentam um piso (TECNOPOR, *op. cit.*). Apesar de se tratar do aglomerado em estudo de menor dimensão, apresenta um equipamento religioso

(comum às aldeias do Talasnal e Casal Novo), sendo também o único deste conjunto que mantém uma actividade económica (pastorícia) ligada ao contexto tradicional da Serra.



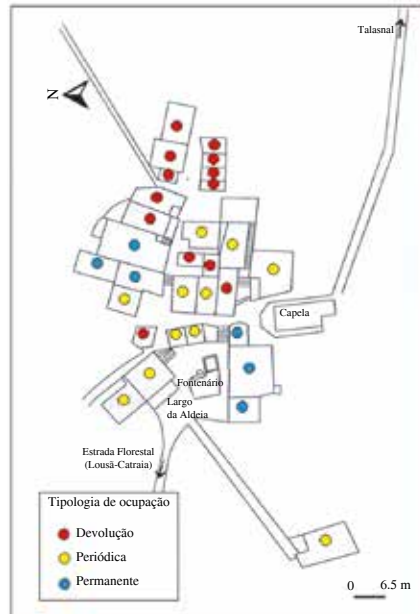
Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Junho de 2003)

Figura 104 – Tipologia de ocupação, Casal Novo, 2003



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Junho de 2003)

Figura 105 – Utilização/função dos imóveis, Casal Novo, 2003



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Junho de 2003)

Figura 106 – Tipologia de ocupação, Chiqueiro, 2003

Relativamente às potencialidades, debilidades e oportunidades destas três aldeias, podemos fixar o essencial dos Planos (TECNOPOR, 2002-a; 2002-b; 2002-c):

- **Potencialidades:** aldeias inseridas em área de interesse paisagístico; aglomerados com interesse turístico; aldeias integradas numa rede de percursos organizada e divulgada – rede de percursos da Serra da Lousã; aldeias integradas no projecto do “Ecomuseu da Serra da Lousã”; existência de complexo turístico de valor etnográfico, natural e ambiental (Castelo-Ermidas); existência de oferta de alojamento turístico; existência de espaços com carácter de vivência comum (eiras); predominância de edifícios com sistemas construtivos vernaculares; locais com interesse panorâmico (centrados nas eiras); existência de construções com valor etnográfico (dois lagares de azeite, no Talasnal; moinhos hidráulicos ao longo das ribeiras); existência de alojamento turístico (duas casas particulares no Casal Novo e as Casas-Abrigo do Movimento de Campo de Férias e do Clube de Campismo e Caravanismo de Coimbra, no Talasnal); existência de um bar e de um restaurante-bar (abertos ao fim-de-semana, ambos no Talasnal); prevalência de actividade económica tradicional – pastorícia (Chiqueiro).

- **Debilidades:** forte dependência exterior (vila da Lousã); fraca acessibilidade; inexistência de espaços públicos de convívio e lazer; reduzida vivência/esvaziamento populacional; inexistência e/ou insuficiência/incoerência das redes infra-estruturais; inexistência de regras de intervenção no edificado; progressiva degradação do edificado; ausência de tratamento/manutenção do espaço público; insegurança e vandalismo; reduzida dimensão da estrutura edificada (Chiqueiro).
- **Oportunidades:** financiamento do “III Quadro Comunitário de Apoio”; “Plano das Aldeias Serranas”; “Rede de Aldeias do Xisto”; “Projecto do Ecomuseu da Serra da Lousã”; “Rede de Percursos da Serra da Lousã”.
- **Ameaças:** existência de outros aglomerados em concelhos vizinhos (Góis e Miranda do Corvo), inseridos na Serra da Lousã e na “Rede de Aldeias do Xisto”, com apostas de desenvolvimento semelhantes, ou do mesmo tipo; apetência para aquisição e transformação das construções para residência secundária; recuperação de construções com critérios descaracterizadores do modelo morfotológico tradicional.

A **estratégia de desenvolvimento** foi traçada de acordo com as seguintes linhas de orientação (TECNOFOR, 2002-a: 16-17):

- Promover condições para a fixação de uma população permanente mínima e para a estada de população, através da implementação/beneficiação das redes de infra-estruturas básicas, da requalificação do espaço público e da recuperação do edificado, com condições para o turismo, aproveitando o enquadramento paisagístico das aldeias.
- Reabilitar e promover a identidade e visibilidade da *Aldeia Serrana da Lousã*
- *Aldeia de Xisto*, pela recuperação do edificado com recurso a técnicas construtivas tradicionais, conducentes à reposição da imagem aproximada à morfotologia do modelo construtivo tradicional local.
- Recuperar e promover valores culturais e etnográficos como factores catalisadores e sinérgicos de identidade e visibilidade exterior das aldeias serranas da Lousã, nomeadamente recuperando edifícios e estruturas de grande valor documental, como os lagares (Talsnal), reconvertendo-os em espaços de interesse cultural e de dinamização da aldeia, e retomando a tradição da romaria à Senhora da Guia, apoiada na recuperação da sua capela votiva, no Chiqueiro,

actuando isso simultaneamente como factor de indução de auto-estima e de identidade da população.

- Promover e contribuir para as acções de dinamização e visibilidade existentes, nomeadamente as redes de percursos e outros projectos mais abrangentes, pela implementação de sinalética identificativa, informativa e formativa.
- Promover e reabilitar a prática de actividades económicas tradicionais, a agricultura e a confecção de produtos artesanais com recurso a matérias-primas e potencialidades endógenas.
- Exponenciar as aberturas panorâmicas sobre a bacia da Lousã, criando as condições de estada nos locais com melhor visibilidade (como, por exemplo, as eiras), apoiadas por equipamento complementar.
- Recuperação de edifícios públicos abandonados, como é o caso da antiga escola do Talasnal, que, assim, pode ser integrada na malha de equipamentos da *Rede de Aldeias do Xisto*.
- Definição de regras de intervenção no edificado.

Ainda de acordo com os autores dos Planos, «a aposta para estas Aldeias passa pelo turismo, tanto ao nível da estadia como da cultura ou do lazer, criando estruturas, equipamentos-âncora, a definir no âmbito da *Rede de Aldeias do Xisto* a um nível actuan-te mais abrangente, e recorrendo ao aproveitamento dos recursos endémicos latentes. Com este fim deverá proceder-se a uma implementação coerente e funcional das redes infra-estruturais básicas, à recuperação do edificado e requalificação do espaço público, à implementação de sinalética de orientação, informativa e formativa e à melhoria de acessibilidade interna. A selecção do mercado turístico, conjuntamente com as condições cadastrais, determinará o aproveitamento do interior das edificações, bem como a selecção definitiva dos equipamentos para cada aldeia ao nível das redes de dinamização que estas integram» (*idem*: 18).

Em síntese, pretende-se **requalificar as aldeias serranas** – introduzindo melhorias significativas nos espaços públicos e privados – e também promover a fixação de população residente, a par da manutenção da residência secundária e do estímulo dirigido à atracção de visitantes. O alicerce da estratégia de desenvolvimento é o legado patrimonial das aldeias e a sua inserção, mantendo, na maioria dos casos, as características originais, quer a nível da estrutura da aldeia, quer do edificado, prevalecendo, também, espécies autóctones de flora e fauna.

Quanto às **acções da proposta de intervenção**, os *Planos* identificam quatro **domínios** prioritários (TECNOPOR, 2002-a; 2002-b; 2002-c):

- **Infra-estruturas:** instalação de redes infra-estruturais enterradas (abastecimento de água²²²; drenagem de águas residuais domésticas; drenagem de águas pluviais; distribuição de energia eléctrica, iluminação pública; telecomunicações e TV por cabo); uniformização das luminárias; localização de ecoponto (enquadrado com muro de xisto). Nos casos de renovação, está prevista a substituição e remoção dos sistemas existentes (como a tubagem da água, os postes e posteletes de iluminação).
- **Espaço público:** desmatção e limpeza de caminhos e muros; pavimentação em pedra de xisto de caminhos e espaços públicos; recuperação de fontanário e tanque (Casal Novo); “deslocalização” do fontanário com reenquadramento em muro de xisto, conjuntamente com o tanque anexo (Chiqueiro); ampliação e tratamento do espaço da eira (Talasnal e Casal Novo), apoiado por um equipamento/serviço, a instalar em edifício na proximidade, a recuperar para o efeito; melhoria de mobilidade interna pela implementação de novas ligações, ou beneficiação e tratamento das já existentes, entre os arruamentos desnivelados e paralelos localizados a poente (Talasnal); marcação de entrada nas aldeias por pavimentação em calçada de xisto (Casal Novo e Chiqueiro); instalação de papeleiras e mobiliário urbano; arborização pontual através de espécies arbóreas, arbustivas e/ou herbáceas.
- **Acessibilidade:** beneficiação de caminhos, nomeadamente para melhoria de acessibilidade às cotas inferiores das aldeias, com pavimentação e extensão do seu traçado; beneficiação e pavimentação a macadame do ramal de acesso ao Talasnal e Chiqueiro; criação de parques de estacionamento, enquadrados por arborização ou latada; limpeza e desmatção de muros; localização de placas informativas, formativas e orientadoras (sinalética).

²²² Após a realização do levantamento topográfico das aldeias, a elaboração dos projectos decorreu com base no número de edifícios de cada aldeia e na estimativa da população a servir. De acordo com os mesmos princípios, no Talasnal, Casal Novo e Chiqueiro, a rede terá capacidade de aduzir água a 260, 120 e 70 habitantes, respectivamente.

O horizonte do projecto é de 40 anos para tubagens e construção civil e duas dezenas de anos para o equipamento electromecânico.

- **Intervenção nas estruturas edificadas:** recuperação de imóveis para apoio aos espaços públicos, locais de estadia e observação da paisagem (bar, posto de informação, local de venda de produtos, etc.) – Talasnal e Casal Novo; recuperação de antigos lagares para espaços culturais (museu rural, museu etnográfico, actividades de dinamização da aldeia); recuperação da escola (do Talasnal) para posto de apoio à rede de percursos com equipamento a definir, de acordo com a grelha da própria rede (posto de informação, gestão de turismo, produtos de primeira necessidade e artesanato, restaurante, ...); recuperação da capela do Chiqueiro; correcção de dissonâncias e recuperação dos imóveis, ao nível das fachadas, coberturas e caixilharias.

10.3.1.2 Cerdeira, Candal, Vaqueirinho e Catarredor

Em relação ao trabalho desenvolvido por “Santos Pinheiro – Arquitectos Associados”, para as aldeias da Cerdeira (fotografia 29), Candal, Vaqueirinho e Catarredor (fotografia 30), importa analisar também o essencial da estrutura e conteúdo dos Planos respectivos.



Fotografia 29 – Vista parcial da Cerdeira (2004)



Fotografia 30 – Catarredor (2003); ao fundo, destaca-se o Trevim e o Santo António da Neve (em 2.º plano)

Os *Planos das Aldeias Serranas* foram organizados em duas partes distintas:

1. Levantamento e análise diagnóstico da situação existente (Maio de 2002).

Trata-se de uma descrição geral de cada aldeia, alicerçada nos principais aspectos que ajudam à sua caracterização urbana e arquitectónica, cujo levantamento, de modo mais detalhado, é apresentado através das fichas de caracterização e das peças desenhadas sobre a temática. Com grande vantagem para a leitura desta primeira parte, foi realizada uma síntese na forma de cinco quadros que permitem avaliar as condicionantes que actuam sobre o território e do conjunto de potencialidades e medidas que fundamentam a proposta de intervenção.

2. Propostas de intervenção (Junho/Julho de 2002).

Estas apresentam as linhas da intervenção preconizada, relacionam as acções com meios financeiros – orçamentando custos por imóvel e aldeia – e calendarizam as iniciativas a submeter a concurso no âmbito do financiamento da AIBT.

Centramos, por ora, a nossa atenção na **primeira parte dos Planos**.

A aldeia da **Cerdeira** é um dos exemplos de povoado serrano que apresenta maiores sinais de isolamento e abandono. Abrangendo uma superfície de aproximadamente 3.1 hectares, a aldeia desenvolve-se numa estrutura natural em forma de anfiteatro, apoiada nas encostas voltadas a sul e a poente. «O contexto vernacular da aldeia e as suas características revelam um entendimento harmonioso entre a forma urbana e o suporte natural

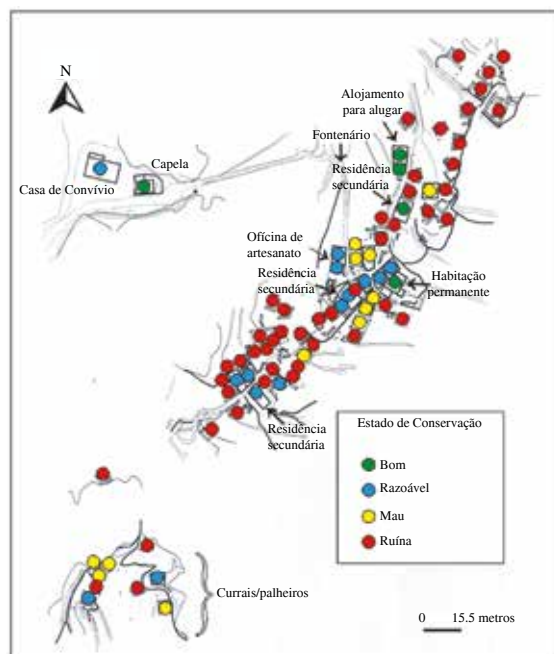
onde se desenvolve. O enquadramento paisagístico privilegiado, como recurso singular, merece ser favorecido, acompanhado e melhorado» (SANTOS PINHEIRO, 2002-a: s/p).

Tal como nas outras aldeias serranas da Lousã, «(...) existem traços evidentes de uma tipologia edificatória e construtiva que se repete e configura um modelo, possível de ser classificado como tradicional e vernacular, cuja qualidade obriga a uma devida valorização, protecção, conservação e reabilitação». Como as construções apresentam contornos pouco uniformes concorrem para a definição de uma imagem extremamente diversa e rica que «(...) associada ao facto de grande parte das construções se encontrar justaposta ou sobreposta, se torna capaz de conferir valores de excepção e singularidade ao conjunto» (*idem*).

A partir do nosso trabalho de campo, é possível afirmar que 60% dos edifícios da Cerdeira estão em ruína, valor que aumenta se considerarmos também os edifícios em mau estado de conservação (em conjunto, perfazem cerca de 75%) – figura 107. Em razoável estado de conservação podemos classificar 14 edifícios (17.8% dos 78 identificados na aldeia) e em bom estado apenas 6.4%. Importa sublinhar que a esmagadora maioria dos edifícios considerados em razoável estado de conservação não apresenta condições mínimas de habitabilidade, sendo apenas imóveis com possibilidade de recuperação, pois a análise e a classificação decorrem essencialmente da observação do estado das fachadas e das coberturas. Trata-se, então, de um indicador relacionado com as perspectivas de reconstrução dentro do perímetro urbano, incluindo currais, palheiros e ruínas ou vestígios de construção que reflectem essencialmente o potencial edificável da aldeia, e não as estruturas edificadas existentes na actualidade, equiparadas a alojamentos, segundo um critério rigoroso como o que é utilizado pelo Instituto Nacional de Estatística (*Censos 2001*, por exemplo).

A leitura atenta da estrutura edificada da aldeia²²³ permite afirmar que apenas são utilizadas sete casas: uma pela família de neo-rurais residente na aldeia; duas que a mesma família tem para arrendar; um edifício que serve de oficina de artesanato à dita família e três imóveis relacionados com a residência secundária.

²²³ Por outro lado, identificamos diversas construções, repartidas por antigos anexos de apoio às actividades agro-pastoris e casas de habitação, nas extremidades poente e nascente da aldeia. No primeiro caso, são edifícios constituídos por um piso e a sua área de construção oscila entre 15 e 30 m², embora quase todos em ruínas. Por sua vez, o núcleo localizado a nascente, é composto por alguns imóveis, outrora utilizados como habitação e currais, de alguns dos quais apenas restam ruínas ou vestígios de construção.



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Julho de 2003)

Figura 107 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Cerdeira, 2003

Relativamente ao equipamento, espaços públicos e mobiliário urbano assinalamos a capela (edificada no átrio da aldeia em 1954), a casa de convívio (construída em 1988) e o pequeno parque de merendas também instalados à entrada da aldeia.

Por sua vez, o **Vaqueirinho** constitui, de entre as aldeias serranas da Lousã, uma das que apresenta menor dimensão. O núcleo principal da aldeia atinge, em relação ao espaço construído, pouco mais de 0.5 ha, embora o perímetro desenhado a partir das construções isoladas em torno do núcleo principal seja de aproximadamente 1.5 ha. O isolamento da aldeia é, pois, uma marca vigorosa²²⁴, tal como a imagem de unidade do conjunto, reforçada pela envolvente paisagística. Por outro lado, os trilhos pedonais, os

²²⁴ O afastamento em relação à E.N. n.º 236 explica, em grande parte, o facto de a aldeia não apresentar grandes alterações e dissonâncias por entre a sua estrutura edificada. «Caracterizada por uma grande unidade física, a estrutura urbana de Vaqueirinho encontra-se extremamente valorizada pela forma e dimensão equilibradas dos seus limites, bem como pela celebração da simbiose visível entre as estruturas físicas e naturais, usufruindo de um enquadramento paisagístico que deve ser valorizado, acompanhado e melhorado» (SANTOS PINHEIRO, 2002-b: 4).

antigos caminhos da aldeia – integrados na rede de percursos pedestres da Serra – cruzam a área arborizada (soutos) envolvente e ligam ao Catarredor, a aldeia mais próxima. As qualidades estética e patrimonial da paisagem entre as duas aldeias assumem-se como relevantes no quadro das actividades de recreio a desenvolver na Serra.

As edificações «(...) encontram-se dispostas de um modo compacto, assumindo o conjunto dos espaços construídos uma imagem de grande gregaridade e unidade. Face à proximidade entre os edifícios, a dimensão dos espaços de passagem e caminhos torna-se, em alguns casos, extremamente reduzida e dificultada. Contudo, e apesar da aparente justaposição das edificações, a aldeia apresenta uma forma urbana que prima pela regularidade, evidenciada pelo modo como foram estabelecidos os critérios de distribuição e implantação das construções» (SANTOS PINHEIRO, 2002-b: 3).

Depois do abandono da população original, a aldeia foi ocupada por neo-rurais e manteve nas últimas duas décadas um número muito reduzido de residentes (em meados de 2003, havia apenas 4 habitantes permanentes). Entre os proprietários de casas contam-se alguns indivíduos com domicílio em outros lugares (no país e no estrangeiro), e que têm na aldeia uma residência secundária. Por isso, a maior parte dos edifícios que no passado serviu de habitação ou deu apoio às actividades agro-silvo-pastoris está desocupada.

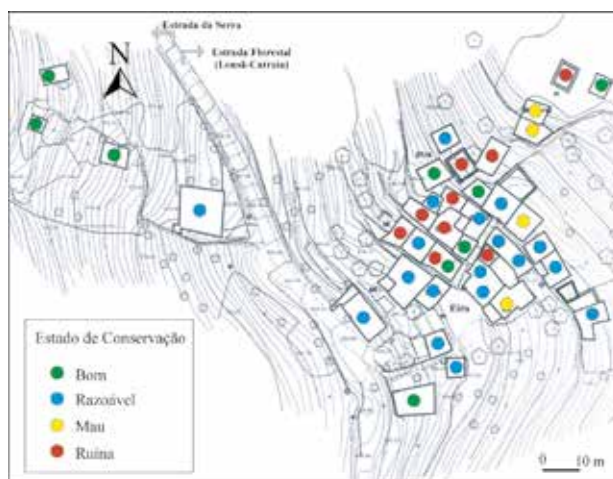
O estado de conservação da estrutura edificada (constituída por quatro dezenas de edifícios) reflecte a dinâmica dos últimos anos: razoável (45%); ruína (22.5%); mau (10%) e bom (22.5%) – figura 108.

Quanto aos espaços públicos podemos dizer que a eira é o principal espaço público da aldeia, onde existe, actualmente, o bar “O Fim do Mundo”.

Relativamente ao **Catarredor**, este topónimo sugere o desfrute de panoramas soberbos, como os que se avistam da eira da aldeia, uma espécie de miradouro natural, seja em direcção às cumeadas da montanha, seja espreitando de perto a aldeia vizinha de Vaqueirinho. Segundo o levantamento de SANTOS PINHEIRO (2002-c), a aldeia, balizada entre 630 e 680 metros, ocupa uma área ligeiramente superior a cinco ha, considerando apenas o espaço construído, valor que se aproxima de doze ha, atendendo a um perímetro mais alargado, com algumas construções isoladas em torno do núcleo principal. Os trilhos pedonais que partem da aldeia, atravessando uma área arborizada (folhosas) em direcção ao Vaqueirinho, são um elemento essencial, a valorizar em termos paisagísticos e patrimoniais.

O plano urbano do Catarredor reflecte uma disposição mais compacta da aldeia no sector setentrional, e assume uma maior dispersão no sector meridional, perto do

ramal de ligação à rede viária serrana. «Contudo, e apesar da relativa agregação das edificações, a aldeia apresenta uma forma urbana que prima pela regularidade (a norte) evidenciada pelo modo como foram estabelecidos os critérios de distribuição e implantação das construções, ou seja, em torno de um dos mais importantes percursos dentro da aldeia – aquele que conduz à eira» (*idem*: 6).



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Julho de 2003)

Figura 108 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Vaqueirinho, 2003

Tal como no caso da Cerdeira e do Vaqueirinho, deve-se aos neo-rurais, neste caso imigrantes da Europa Central (mais concretamente da antiga República Federal da Alemanha, Suíça e Holanda), a existência de população permanente (cerca de uma dezena e meia de habitantes, em meados de 2003), sendo ainda possível identificar alguns indivíduos que, de forma ocasional, passam aí algum do seu tempo de lazer²²⁵.

Ainda que na sua maioria abandonadas, uma parte das construções sofreu, nas últimas duas décadas, alterações que quebraram a harmonia e a integração no conjunto, criando uma configuração dissonante por entre a estrutura edificada da aldeia. Tal facto deve-se, sobretudo, aos processos de remodelação parcial ou profunda de algumas antigas habitações, mediante a utilização de materiais e técnicas de construção distintas das predominantemente utilizadas nos edifícios da aldeia. A falta de acompanhamento técni-

²²⁵ Segundo apurámos através dos inquéritos realizados, trata-se de proprietários de residência secundária, cujo domicílio principal abrange Lisboa, Lousã e Vila Nova de Poiares, não tendo ligações familiares à Serra. Uma das famílias declarou ter residido durante alguns anos na aldeia.

co e a eventual ausência de licenciamento das obras explicam também o resultado final (em muitos casos desastroso) de certas intervenções nas estruturas edificadas. Telhas de zinco, coberturas de fibrocimento, alumínio e chapas de ferro em portas e janelas e superfícies exteriores envidraçadas são algumas das alterações possíveis de identificar por entre o casario adulterado da aldeia. O caminho principal da aldeia é bem o espelho de um certo estado de abandono e degradação: diversas casas devolutas, arruinadas, cheias de lixo e de vegetação.

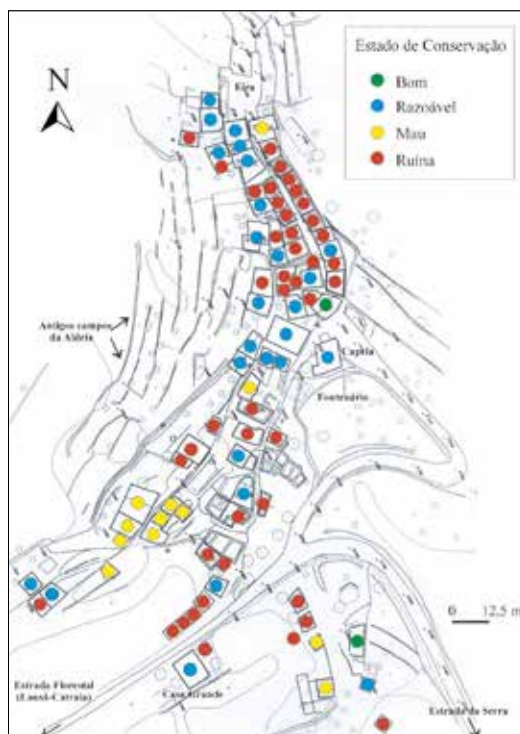
De acordo com o levantamento realizado, foi possível identificar 45 edifícios em ruína, e mais uma dúzia em mau estado de conservação, que perfazem quase 70% do total apurado (figura 109). Não deixa de ser importante referir o facto de a aldeia ter apenas dois imóveis em bom estado de conservação. De facto, a degradação progressiva do edificado²²⁶ é muito visível, e em numerosos casos o avançado estado de degradação dos elementos estruturais que restam (não oferecendo condições mínimas de estabilidade) dificilmente permitirá a recuperação desses edifícios. Pelo contrário, sugere a demolição do que resta dessas construções, que podem, eventualmente, ser substituídas por novas edificações, com características tipológicas e volumétricas semelhantes às da construção original.

Em relação aos espaços públicos, as limitações são evidentes: fontenário (tanque) e eira. Esta última, com uma exposição solar privilegiada, é o espaço público que mais se destaca na aldeia pelas suas características excepcionais. A capela, utilizada por ocasião dos festejos anuais (quando se realizam), configura o único equipamento colectivo. Por outro lado, não há edifícios públicos ou pertença de estruturas associativas na aldeia. A “casa grande”, à entrada do lugar, é um espaço com potencial para essa finalidade. Embora devoluto desde o início dos anos 80, o edifício apresenta boas possibilidades de recuperação, para além de marcar um percurso de ascensão social dos serranos emigrados (neste caso, nos EUA) – e uma época muito vencedora, em particular na estrutura edificada do Candal.

No que concerne ao *Plano de Aldeia* do **Candal**, podemos dizer que este abrange uma área urbana de 1.6 ha, correspondente ao núcleo principal do aglomerado, valor que

²²⁶ Dos 93 edifícios do Catarredor (referenciados no *Plano de Aldeia*), apenas 58 correspondem a alojamentos, embora em diferente estado de conservação, não apresentando alguns deles, por isso, em nosso entender, condições mínimas de habitabilidade. Em rigor, conseguimos identificar cerca de 80 edifícios, o que significa que houve casos de junção de alguns edifícios antes separados (pois existem ligações/passagens entre eles), em resultado de ampliação, ou ainda de transformação de antigos currais em espaços de logradouro das habitações.

é possível alargar quase até 8 ha, de acordo com a “área de influência” do Plano. As manifestações de entendimento entre a forma urbana e o suporte natural onde se desenvolvem são uma evidência na aldeia. Um dos elementos estruturantes do desenho espontâneo do Candal é a sua ribeira, ao longo da qual se foram instalando alguns moinhos e sistemas de rega. Outro elemento modelador do plano urbano é a estrada da Serra que faz da aldeia passagem (e paragem quase) obrigatória nos percursos rumo às cumeadas.



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Agosto de 2003)

Figura 109 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Catarredor, 2003

Cruzando os seus caminhos, encontram-se sinais de manutenção do casario e do espaço público²²⁷, embora sem população residente.

A composição vernacular do Candal perde alguma expressão junto da estrada nova da Serra, onde as marcas do triunfo da vida no estrangeiro (e em Lisboa) são muito

²²⁷ Mesmo nos meses mais castigados pelos rigores da invernia, encontramos quase sempre alguém na aldeia, de passagem, de visita às suas propriedades, a trabalhar na recuperação ou restauro de alguma casa, ou simplesmente fruindo alguns dias na tranquilidade da montanha.

expressivas – como acabámos de referir. Contudo, é preciso entender o contexto da edificação e o significado das novas construções no percurso social dos serranos. As rupturas e as continuidades das vivências na aldeia forjaram e deixaram memória nesses imóveis que, pertencendo a outro tempo e a outra categoria arquitectónica, não deixam de se fundir no conjunto edificado, com mais reboco ou menos reboco, certamente a pedir mais rigor na paleta de cores e variedade de materiais utilizados em portas e janelas, mas que acima de tudo se assumem como marcas vigorosas de uma sociedade que não se resignou e que procurou nos caminhos da (e)migração as oportunidades que faltavam nos confins de um Portugal rural de profunda miséria.

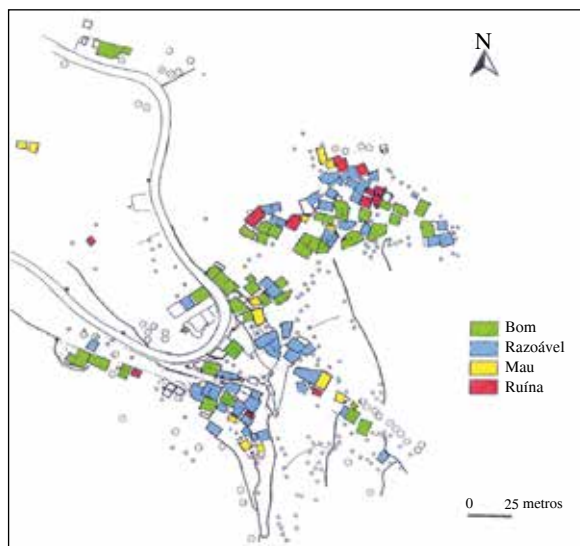
O trabalho por nós realizado permitiu identificar 105 edifícios que correspondem a mais de oitenta fogos, dos quais cerca de 12% se encontram em ruína (figura 110), embora alguns sejam, ainda assim, dados como recuperáveis²²⁸. O número de edifícios em razoável e em bom estado de conservação (cerca de 75%) é o mais elevado no quadro comparativo das aldeias serranas da Lousã.

A tipologia de ocupação revela que quase metade das casas é utilizada no âmbito da residência secundária – sensivelmente o mesmo número em relação aos imóveis desocupados (figura 111).

Tal como nas outras aldeias, é a habitação que marca o uso da esmagadora maioria dos edifícios (figura 112). A particularidade do Candal reside no número de edifícios destinados a currais/palheiros (20%), que é o mais elevado no conjunto das aldeias serranas.

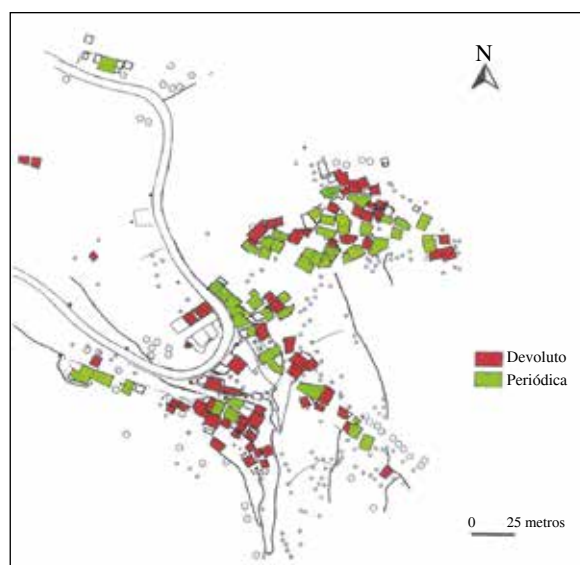
Quanto aos espaços públicos e mobiliário urbano, assinalamos algumas peças de mobiliário urbano tradicional, nomeadamente bancos de blocos de xisto, ou feitos em madeira, numa pequena área de lazer, junto da E.N. n.º 236, à saída da aldeia (em direcção à Catraia).

²²⁸ O núcleo de construções, a norte do Candal, separado do casario principal pela estrada nova da Serra, «apresenta fortes possibilidades de ser recuperado, principalmente considerando a possibilidade de aí existir um aglomerado habitacional para turismo, visto se encontrarem reunidas as condições favoráveis a esse tipo de ocupação. Boa exposição solar, bons acessos, encontrando-se, ainda, isolado da restante povoação» (SANTOS PINHEIRO, 2002-d), e próximo da ribeira que atravessa a aldeia e do trilho que conduz pelos velhos soutos em direcção ao interior do vale, a noroeste do Candal. É composto por cinco subgrupos (cerca de uma dezena e meia de edifícios, sem qualquer vínculo funcional), essencialmente currais de 12 a 40 m² de área de construção, maioritariamente de um só piso, e os edifícios apresentam poucas alterações negativas – embora o estado de abandono vá minando a estabilidade das paredes, pisos e coberturas. Vale sobretudo enquanto conjunto, pois de outra forma não parece viável a recuperação de imóveis a título individual, atendendo à carência de infra-estruturas básicas.



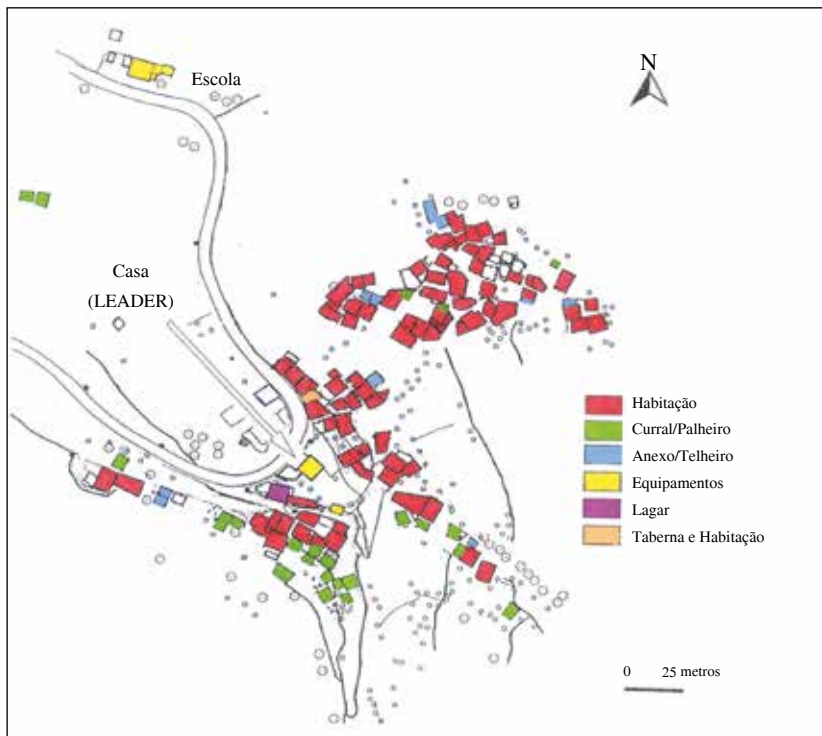
Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Agosto de 2003)

Figura 110 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Candal, 2003



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Agosto de 2003)

Figura 111 – Tipologia de ocupação, Candal, 2003



Fonte: Recolha própria (trabalho de campo, Agosto de 2003)

Figura 112 – Utilização/função dos imóveis, Candal, 2003

A água é um elemento marcante na vida da aldeia, e se foi muito importante no passado, como recurso fundamental para a presença humana e suporte da actividade agrícola, hoje não é menos estratégico o seu valor como recurso que empresta qualidade aos territórios. O aproveitamento da ribeira, através da construção de uma represa, com muros de xisto e adoçamento do leito, permitiu criar uma mini-albufeira. No Verão, a água corrente é represada e assim dá origem a uma piscina natural, muito frequentada pelos meninos da aldeia (residentes secundários, seus familiares e amigos). Trata-se, pois, de uma pequena obra (em termos de investimento, com receitas próprias provenientes dos baldios), mas com grande significado social e importância na construção e projecção da imagem da aldeia, para além de ser um equipamento único no quadro das aldeias serranas da Lousã.

Embora com grandes limitações em termos de área útil (e sem perspectivas de expansão), o fontenário da aldeia (construído em 1938), junto da estrada da Serra, de-

semprenha uma importante função de sociabilidade e convívio, principalmente entre os antigos moradores.

As alminhas, no topo nascente da antiga eira da aldeia, o lavadouro, a “casa nova” recuperada com o apoio do LEADER II, situada na área central junto da E.N. n.º 236, e a antiga escola (desactivada desde os anos 70, e, nos últimos anos, utilizada como sede da Associação de Melhoramentos da Aldeia) são outros equipamentos públicos do Candal. Aliás, é a aldeia serrana com mais recursos a este nível.

O antigo lagar, o anexo com utensílios antigos da vida na montanha e o moinho, próximo da estrada da Serra, são elementos patrimoniais únicos na aldeia e raros na Serra, e por isso deverão merecer o interesse e o apoio público para a sua recuperação, valorização e inserção em actividades de dinamização da aldeia.

Por último, importa reflectir em torno do conteúdo e das linhas gerais das “**Propostas de Intervenção**” para as aldeias serranas da Lousã.

Os **objectivos da intervenção** centram-se no «restabelecimento da população através de atractivos obtidos com a requalificação e adequação do espaço das aldeias às necessidades actuais, nomeadamente:

- Criação de unidades de alojamento autónomas dotadas de área edificada e logradouro, susceptíveis de serem servidas pelas redes básicas de infra-estruturas.
- Redefinição da estrutura funcional das aldeias com a criação e melhoramento das acessibilidades; circulações e áreas de estacionamento; tratamento e abastecimento de água; rede de esgotos domésticos e tratamento efluente; rede eléctrica e iluminação pública; telefones e instalação de cabo; tratamento e recolha de lixos domésticos; rede de incêndio e tratamento de áreas comuns.
- Criação de uma estrutura de espaços públicos de lazer, englobando miradouros, tanques multiusos, áreas de campismo e espaços de encontro; espaços de acolhimento dotados de unidade balneária.
- Criação de uma estrutura de espaços públicos operacionais, constituída por oficinas e estaleiros de materiais de construção tradicionais;
- Dotação de unidades de comércio e serviços a desenvolver de modo gradual, visando a criação de lojas polivalentes, postos para a venda de artigos artesanais e afins, espaços de restauração, espaços técnicos de apoio e áreas museológicas e expositivas» (SANTOS PINHEIRO, 2002-d: 1-2).

A **proposta de intervenção** para cada aldeia está organizada em quatro pontos e obedece a um esquema de **regulamento**.

Começa por definir que a área de intervenção é o espaço delimitado pelo perímetro de cada aldeia no qual se consideram interditas a construção de novas edificações, a reabilitação de edificações existentes com utilização de materiais dissonantes, assim como qualquer intervenção que não devidamente sustentada num projecto devidamente instruído e aprovado pelas entidades competentes.

Depois, enfatiza-se o preenchimento e a ocupação da área de intervenção e defende-se que face «à necessidade de criar as condições necessárias à fixação da população através da implementação de um modelo de gestão do espaço disponível que discipline o modo de intervir e de salvaguardar a actual estrutura edificada da aldeia, o preenchimento da área de intervenção deverá ser feito em função da definição de um conjunto de unidades de alojamento especialmente criadas para esse fim.

Do mesmo modo serão definidas, conjuntamente com as demais unidades de alojamento, «zonas específicas para a implantação de estruturas não habitacionais cuja finalidade passa por satisfazer as mais diversas necessidades da população, actualmente residente, e daquela que se espera vir a ocupar e usufruir do espaço da Aldeia» (*idem*: 1). Desta forma, a proposta é de que a «Aldeia constitua um espaço aprazível, dotado dos meios mínimos que assegurem o conforto da população, vocacionado para um uso fortemente marcado pela componente habitacional (sazonal, turística e permanente) bem como pelas suas características naturais e vernaculares, fundamentais à contrapartida turística que também se pretende ver assumida» (*idem*: 3).

A estratégia traçada tem subjacente a definição de **unidades de alojamento**²²⁹, isto é, espaços delimitados que integram uma ou mais áreas edificadas e um espaço não construído que lhe(s) servirá de logradouro. A delimitação das unidades de alojamento «procura a circunscrição das áreas de intervenção afectas a cada uma das edificações existentes e o estabelecimento de um conjunto criterioso de regras e acções que permitam disciplinar o uso do território, bem como definir as bases para uma metodologia de intervenção». A criação dessa figura, segundo os autores, é «também fundamental na reabilitação da estrutura física da Aldeia, assim como na redefinição de uma imagem harmoniosa, coesa e, sobretudo, adequada aos actuais modos de habitar» (*idem, ibidem*).

²²⁹ A definição das unidades de alojamento concretiza o cumprimento dos seguintes objectivos:

- Combater e resolver as discontinuidades físicas e espaciais da Aldeia.
- Assegurar a sustentabilidade dos espaços habitacionais.
- Disciplinar o modo de gerir as intervenções no edificado existente.

Finalmente, problematiza-se o dimensionamento das unidades de alojamento e os critérios de desenvolvimento, segundo a ideia de que as unidades de alojamento são definidas em função da conjugação dos seguintes critérios: área das edificações; necessidades ou possibilidade de ampliação das áreas edificadas; construção de uma imagem de unidade urbana; preenchimento dos espaços vazios residuais (por isso as unidades de alojamento deverão ser contíguas, por forma a evitar descontinuidades espaciais ou a criação de espaços residuais – conforme consta do *Regulamento do Plano*).

Por outro lado, a definição de uma unidade de alojamento pressupõe o estabelecimento de um espaço delimitado cujo tratamento deverá ficar a cargo dos proprietários das edificações nele contidas. Estas ficarão sujeitas às seguintes operações de desenvolvimento: fusão com outras construções (que lhe sejam contíguas ou próximas e dentro da mesma unidade de alojamento); ampliações por acréscimo de áreas de construção (resultantes de alterações de construções existentes, tendo em vista o aumento da sua área através de uma nova área edificada); demolição; mudança de uso; obras de recuperação/reabilitação que não envolvam a alteração da área de construção.

Segundo a proposta de *Regulamento do Plano*, as operações de fusão são preferenciais relativamente às restantes, são permitidas até um total máximo de 170 m² de área de construção e devem realizar-se de modo a integrar as construções envolventes que se encontram em estado de ruína. Os acréscimos de área de construção são permitidos quando a área de construção existente ultrapassar os 35 m² e, simultaneamente, não atingir 100 m² – com mais de 100 m², admite-se até mais 20% da área de construção.

A proposta de alteração/adequação das edificações existentes mais viável e coerente com o espírito de reabilitação das aldeias passa pela ampliação dos edifícios existentes por meio de operações de fusão com outras edificações e por meio de acréscimo controlado de área de construção. Isto decorre do facto de se considerar que «o espaço da aldeia corresponde a uma área cujas características de heterogeneidade aconselham à não viabilização de novas construções» (*idem*).

Tendo em conta a grande diversidade de volumes e de áreas de construção no actual cenário das aldeias, consideram os autores, como primeira medida no estabelecimento de critérios reguladores do desenvolvimento/ampliação dos edifícios, a definição de uma área mínima aconselhada para a definição de uma unidade de alojamento. Nesse sentido, defendem, como módulo base/mínimo de habitação, uma unidade de alojamento dotada de uma sala, um quarto, uma cozinha e uma casa de banho, correspondendo a uma área útil de aproximadamente 50 m² (cerca de 85 m² de área bruta de construção), que

«deve constituir a figura alvo de qualquer operação de ampliação que procure qualificar o espaço habitacional a que se refere» (*idem*).

A aplicação deste conceito, mesmo que integrado como medida regulamentar e com a necessária eficácia jurídica, será acompanhada por dificuldades relacionadas com a estrutura da propriedade e com a identificação rigorosa dos titulares de todos os artigos urbanos e eventualmente de alguns prédios rústicos, que no contacto com o perímetro urbano se mostram integráveis no esquema delineado. Por outro lado, é preciso averiguar que mecanismos operativos será necessário utilizar como alavanca para ajudar a formatação das unidades de alojamento, seja ao nível dos titulares de imóveis, seja para ultrapassar factores de bloqueio estruturais, como, por exemplo, a falta de informação sobre os proprietários/titulares de casas na Serra.

Portanto, esta proposta dependerá da dinâmica induzida na estrutura fundiária urbana, nomeadamente a disponibilidade de casas para recuperar. Na Cerdeira e no Cartarredor, o número de imóveis abandonados é muito elevado e a apropriação da aldeia é reduzida; deste modo, teoricamente, a disponibilidade para alterar e formatar as unidades de alojamento é mais elevada. Ao invés, no Candal, a propriedade urbana foi objecto de intensa apropriação, com importantes intervenções urbanísticas nos últimos anos, e por isso apenas pontualmente será possível alterar o formato das unidades de alojamento, a partir da ampliação ou fusão de construções existentes, às quais serão adicionadas áreas de logradouro adjacentes, pelo menos no plano do aproveitamento de unidades em mau estado de conservação ou arruinadas.

Em síntese, a requalificação das aldeias envolve a criação de condições que venham a permitir uma gradual fixação de habitantes e utilizadores, por via da constituição das unidades de alojamento, «bem como de novos espaços de equipamento dirigidos às áreas de lazer, laborais, serviços e comércio num dimensionamento adequado à extensão de cada aldeia por si e à relação de vizinhança que se prevê vir a incrementar com a concretização dos Planos» (*idem*: 6).

As unidades de alojamento são apoiadas a montante por redes de infra-estruturas (água, saneamento, energia eléctrica, telefone, cabo, gás) a introduzir ou a melhorar, que por sua vez impõem a reformulação de pavimentos de circulação, acessos e áreas de estacionamento, drenagem de águas pluviais, assim como a dotação de meios complementares, nomeadamente a recepção e recolha de resíduos sólidos urbanos, a distribuição postal e a toponímia.

«As dificuldades físicas e funcionais das áreas a intervencionar em conjugação com os objectivos traçados para a sua reabilitação apontam para a prática de **prin-**

cípios orientadores dos trabalhos que deverão ser respeitados no decurso da sua execução e futura exploração» (*idem*), nomeadamente a ocultação de órgãos das redes constituídos por materiais, de formato ou dimensão dissonantes; o abate de linhas aéreas no interior da aldeia; a exclusão de antenas aéreas; a condução de linhas/tubagem por caleira técnica enterrada; a criação do marco domiciliário de contadores integrado na construção ou muros de logradouros; a escolha adequada do tipo de dispositivos de iluminação, receptáculos de lixo, placas identificativas etc., e a sua implantação mais conveniente; a instalação integral das redes em empreitada única; o recurso a soluções funcionais que privilegiem no essencial a textura das aldeias e o módulo habitacional proposto.

Finalmente, o **Regulamento** explicita os conceitos básicos e os procedimentos/medidas a adoptar na implementação dos *Planos*. Sem entrar em detalhes fastidiosos, importa sublinhar a defesa do modelo construtivo tradicional e dos materiais originais, em interiores e exteriores, bem como diversas medidas de valorização do xisto, como, por exemplo, a interdição de reboco exterior e a interdição de elementos dissonantes (estores em janelas; alumínios em caixilharias e portadas; azulejos e pisos cerâmicos exteriores; portões e guardas metálicas; antenas e chaminés metálicas, entre outros). De igual modo foram identificados procedimentos a seguir em relação aos espaços livres; espaços lúdicos e de recreio; áreas comerciais; espaços oficiais e de produção artesanal.

Em jeito de resumo, podemos dizer que a estratégia de intervenção delineada para as aldeias serranas da Lousã se apoia no investimento público em infra-estruturas básicas, equipamentos e espaços públicos, e no incentivo (por via de comparticipação financeira) ao processo de reabilitação dos edifícios serranos. A compatibilização entre a fruição da paisagem e a permanência de um número mínimo de população é uma preocupação transversal dos Planos, embora sem a definição objectiva do modo de incentivo à fixação, para além da oferta de melhores condições que, sem dúvida, serão um estímulo para continuar a reabilitação e a valorização patrimonial e paisagística das aldeias serranas.

Uma vez que a estrutura conceptual da intervenção aponta também para a integração das aldeias num quadro territorial mais alargado (pretendendo configurar uma rede, segundo um novo método de acção e desenvolvimento), interessa explicar, de forma mais aprofundada, a iniciativa, com os contextos, as políticas, os instrumentos e os actores envolvidos e a envolver.

10.3.2 A “Rede das Aldeias do Xisto”

Como já se referiu com o *Programa Operacional da Região Centro* (“Quadro Comunitário de Apoio III”), definiu-se um novo caminho e uma nova estratégia para o desenvolvimento regional e local. No essencial, o PO Centro (integrado no Eixo 4 – “Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional” – do *Plano de Desenvolvimento Regional* para o período de 2000-2006) estabelece uma estratégia e disponibiliza meios para estruturar o território segundo **três eixos prioritários**:

- Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal.
- Acções integradas de base territorial.
- Intervenções da administração central regionalmente desconcentradas.

Estes eixos são estruturados em **medidas** de apoio ao investimento – nas quais se enquadram diversas linhas de acção.

No caso em análise, a medida II.6 “Acção Integrada de Base Territorial do Pícnhal Interior (FEDER)” é a referência de enquadramento da linha de acção “**Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades**”, que por sua vez configura a **requalificação de um conjunto de aldeias serranas** de forma a sustentar uma **rede de sítios de interesse turístico**, assim como dá suporte a projectos, de modo a estabelecer uma «rede de percursos activos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arquitectura tradicional, arqueologia), numa perspectiva integrada que promova a globalidade da região, a requalificação e o estabelecimento de novas praias fluviais, e o estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados, dispersos pelo território e preservados *in situ*» (CCRC, 2001: 38). Isto significa que os lugares são agora integrados em redes, segundo um plano de desenvolvimento (turístico) integrado de toda a região, do qual também fazem parte as estradas panorâmicas que ligam as aldeias prevendo-se, além de circuitos panorâmicos, parques de lazer e áreas de paragem com leitores de paisagem.

Este tipo de iniciativa tem pelo menos um precedente no panorama nacional: o “Programa das Aldeias Históricas de Portugal”, iniciado no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, e com continuidade no PO Centro através da AIBT “Acções Inovadoras das Aldeias” (que integrou mais duas aldeias, ficando a rede com doze lugares). O investimento total realizado em oito anos (1995-2002) ultrapassa os 35 milhões de euros, repartidos da seguinte forma: 26,4 milhões, no período de 1995-1999, e cerca

de 9 milhões em 2000-2002 (quadro 32). A distribuição geográfica do investimento é também muito desigual entre as aldeias: Linhares da Beira (quase 7 milhões de euros) e Castelo Novo (menos de um milhão de euros) são os extremos no intervalo de variação do investimento. Em termos comparativos podemos adiantar que as “Aldeias do Xisto” tinham, em Dezembro de 2002, investimento aprovado na ordem dos 9.5 milhões de euros.

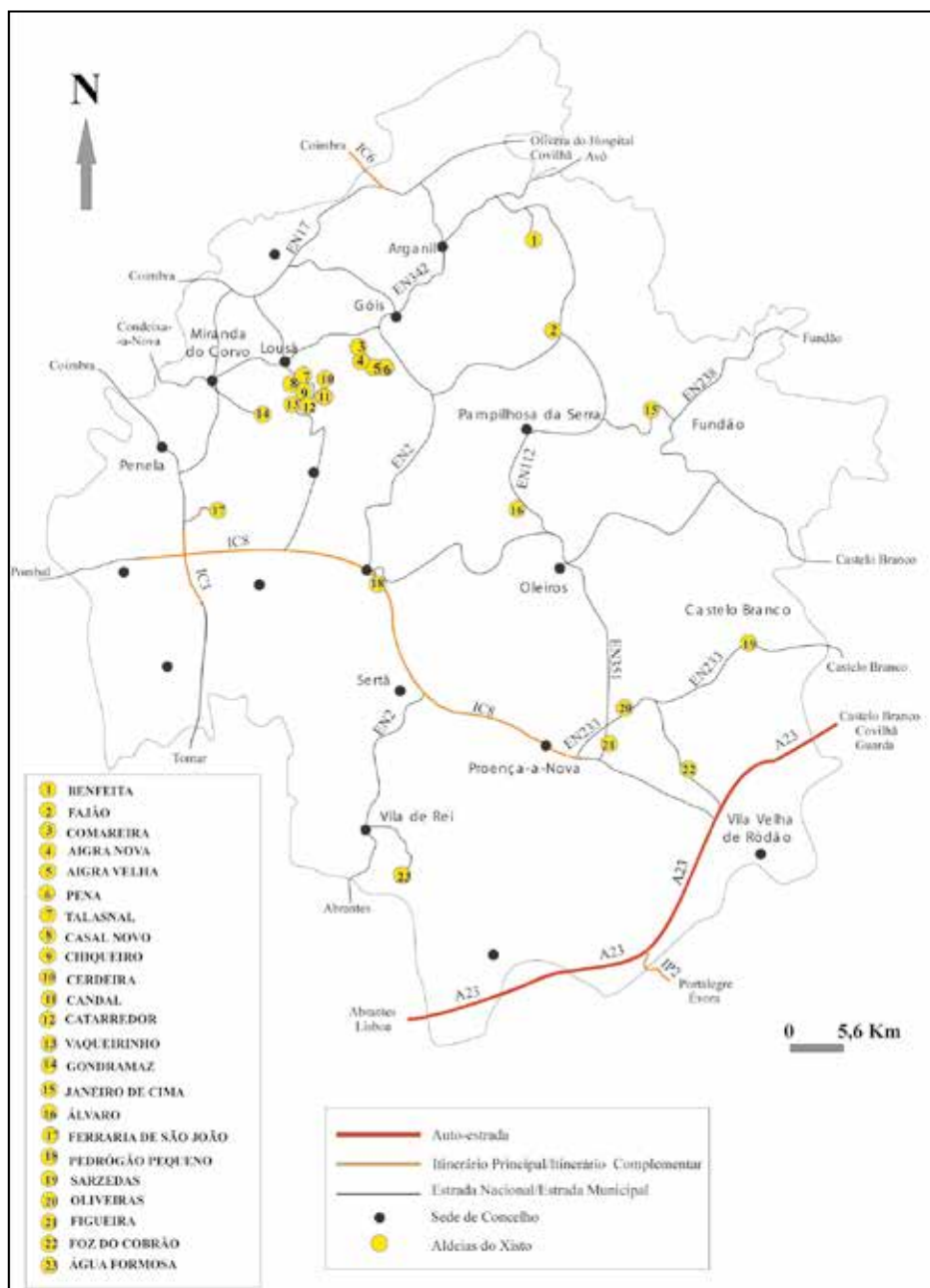
Quadro 32 – Investimento realizado nas “Aldeias Históricas de Portugal” (1995-2002)

Distribuição Geográfica	QCA II 1995-1999	QCA III 2000-2002	Total (euros)
Almeida	5 232 853	391 005	5 623 858
Castelo Mendo	1331 164	27 055	1 358 219
Castelo Novo	48 972	857 635	906 607
Castelo Rodrigo	2 606 873	322 303	2 929 176
Idanha-a-Velha	1587 530	1 568 632	3 156 163
Linhares da Beira	2 437 803	4 457 819	6 895 621
Marialva	2 243 556	152 655	2 396 211
Monsanto	1 482 858	273 498	1 756 355
Piódão	5 314 004	202 528	5 516 532
Sortelha	1 793 043	441 844	2 234 887
Projectos	2 374 815	241 325	2 617 140
Transversais			
Total (euros)	26 453 471	8 937 297	35 390 768

Fonte: *Aldeias Históricas de Portugal. Um Património com Futuro*. CCRC, 2003

O “**Programa das Aldeias do Xisto**” envolve 23 lugares serranos (figura 113) – cerca de metade na Serra da Lousã – repartidos por treze municípios (Arganil; Castelo Branco; Fundão; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oleiros; Pampilhosa da Serra; Penela; Proença-a-Nova; Sertã; Vila de Rei, e Vila Velha de Ródão) das sub-regiões do Pinhal Interior Norte e Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira.

Desde logo importa questionar os **objectivos** da iniciativa e os critérios de selecção das aldeias. Em relação aos primeiros, pretende-se requalificar e infra-estruturar um conjunto de aldeias serranas; preservar a sua identidade; melhorar as condições e a qualidade de vida das populações; estimular a auto-estima dos habitantes; promover as suas potencialidades (originais e excepcionais) e a sua integração numa rede de percursos.



Fonte: Elaboração própria (a partir de CCDRC, 2004-a)

Figura 113 – Aldeias do Xisto no âmbito da AIBT do PIN (2000-2006)

De igual modo, foi necessário estabelecer **critérios** através da definição de “exigências” em relação aos lugares, com o objectivo de moldar um todo coerente e original: «enquadramento em espaços vincadamente rurais; enquadramento em ambiente de montanha ou média montanha (dos 500 aos 900 metros de altitude); dominância da arquitectura rural tradicional local, com utilização de materiais construtivos, técnicas de construção, volumetrias, cores e ordenamento do aglomerado, característicos da região; aglomerados que utilizam recursos locais (pedra e madeira) como principal material construtivo; aglomerados não completamente abandonados pelos seus habitantes; aglomerados abandonados pelos seus habitantes, mas reocupados por outros que mantêm as actividades tradicionais; predomínio da primeira habitação; componente de alojamento turístico que não representa mais de 25% das residências existentes; enquadramento na rede de percursos global» (CCRC, s/d: 21). De igual modo, foram definidas “preferências” em relação aos «aglomerados em que o material de construção seja, predominantemente, o xisto e/ou quartzito, e também a desejável existência de imóveis para serviços (ponto de informação, valência museológica, alojamento turístico, venda de produtos locais» (*idem*).

Quanto ao tipo de **iniciativas elegíveis**, o citado documento da CCRC menciona a sinalização (de acesso, de informação e de identificação); a infra-estruturação (redes básicas, pavimentos, serviços em espaços exteriores e interiores), e os imóveis particulares (arranjo de fachadas, coberturas, substituição de portas, janelas e respectivas caixilharias).

Para justificar a escolha e identificar as necessidades específicas de cada intervenção foi necessário que os promotores (câmaras municipais da área geográfica da AIBT do Pinhal Interior) apresentassem, em relação a cada aldeia, um *Plano*. Tal como referimos no item anterior, trata-se de um documento de trabalho (de certo modo semelhante à figura de gestão territorial que configura o *Plano de Pormenor*) que obedeceu a um conjunto de “etapas metodológicas”: caracterização da área de intervenção; diagnóstico das necessidades; proposta de intervenção e plano de execução. Vale a pena reter o essencial de cada uma das fases do trabalho desenvolvido. Assim:

- A “caracterização da área de intervenção” envolveu a construção de uma narrativa geo-histórica dos territórios, centrada nas suas componentes demográfica, social e económica, assim como a análise da estrutura edificada de cada aldeia, na perspectiva urbanística (morfologia e estrutura urbana) e arquitectónica (como, por exemplo, o estado de conservação do imóvel, o tipo de cobertura e beirados e o revestimento do edifício). O levantamento da “situação

existente” operou-se no ambiente dos modernos suportes cartográficos digitais, com a construção de bases de dados georeferenciados à escala do imóvel, e fundamentou-se em trabalho de campo.

- O “diagnóstico das necessidades” configura uma etapa do Plano retratada a diversos níveis: imóveis particulares, equipamentos públicos, espaços públicos, população, infra-estruturas e actividades económicas, entre os mais importantes.
- A “proposta de intervenção”, por sua vez, definiu as acções a realizar e as componentes da aldeia que deveriam ser objecto de intervenção, como acontece com os edifícios particulares (fachadas e coberturas, currais e arrecadações), os imóveis públicos, os equipamentos públicos e os espaços públicos (requalificação de largos e arruamentos, melhoria/instalação das infra-estruturas básicas e mobiliário urbano).
- Finalmente, o “plano de execução” remete para a fase em que as diferentes tipologias de intervenção foram orçamentadas (segundo parâmetros definidos) e relacionadas com o tempo previsto para intervenção (programa de execução) e com os recursos económicos disponíveis (plano de financiamento).

Tendo em conta as fases de análise de recursos, diagnóstico e contacto com a população, a estratégia adoptada (em geral) é a definida pelo conceito de paisagem cultural (CARVALHO, 2003-a). Recordamos, segundo a definição estabelecida pela “Convenção Europeia da Paisagem” (Conselho da Europa, 2001), que o termo “paisagem” designa uma parte do território conforme é percebida pela população, cujas características são o resultado de factores naturais e humanos e das suas inter-relações, o que permite fazer um trabalho de desenvolvimento rural integrado, combinando o elemento humano e os recursos naturais e culturais do território. Por outro lado, permite desencadear um processo de dinamização social num contexto rural (em crise), ao definir-se o objectivo de qual a paisagem futura que se pretende para os territórios em questão, com população, actividade económica, recursos naturais, etc., quais os mecanismos de gestão necessários para conseguir essa futura paisagem e as actuações específicas necessárias para iniciar este processo, no espírito que reflecte os princípios da “Declaração de Cork” (Conferência Europeia de Desenvolvimento Rural, 1996).

O “Programa das Aldeias do Xisto”, ao convocar mais de duas dezenas de aldeias, tem inerente uma certa diversidade, isto é, não estamos perante lugares isotrópicos, dado que é possível identificar assimetrias territoriais que interessa explicar.

A primeira nota a destacar prende-se com a diferenciação dos títulos administrativos dos lugares, que corresponde também a quadros demográficos, económicos e sociais distintos. Estão envolvidas no Programa, pequenas aldeias (como, por exemplo, Aigra Nova, em Góis, Casal Novo, na Lousã, e Gondramaz, em Miranda do Corvo), mas também lugares que são sedes de freguesia: Benfeita; Sarzedas; Janeiro de Cima; Álvaro; Pedrógão Pequeno (fotografia 31) e Fajão – estas três últimas tiveram o título de vila e outrora foram cabeças de município.



Fotografia 31 – Pedrógão Pequeno (Sertã; 2004)

A dimensão demográfica destes lugares oscila entre a quase ausência de população residente (aldeias serranas da Lousã e da Serra da Lousã, em geral) e algumas dezenas de habitantes como acontece em Benfeita (Arganil), Foz do Cobrão (Vila Velha de Ródão), Pedrógão Pequeno (Sertã) e Álvaro (Oleiros).

A estrutura edificada das aldeias é também muito variável, dependendo de: número de imóveis; estado de conservação; tipologia e características arquitectónicas; tipologia de ocupação (habitação permanente, sazonal, e situações de “coabitação”). Como exemplo, em relação ao número de edifícios, a amplitude é definida no intervalo de variação balizado pelos valores extremos: de três dezenas, na aldeia de Chiqueiro (concelho da Lousã), a quase três centenas de edifícios em Foz do Cobrão (fotografia 32). As redes de infra-estruturas básicas (água, energia eléctrica, saneamento, recolha de lixo) indicam igualmente assimetrias territoriais. Contudo, a situação comum mais negativa é a ausência de sistemas de tratamento público de águas residuais domésticas.



Fotografia 32 – Vista parcial de Foz do Cobrão (Vila Velha de Ródão; 2004)

O investimento total aprovado pela CCRC (quadro 33), cerca de 9.5 milhões de euros (53% do investimento total apresentado pelos municípios), segundo as diversas componentes estruturais (imóveis particulares, imóveis públicos, espaços públicos e infra-estruturas), reflecte também as diferenças anteriormente assinaladas.

Este item sugere uma outra questão: a gestão do financiamento público obedecerá à repartição do investimento, tal como foi previsto nos *Planos*, segundo as modalidades relativas a imóveis particulares, imóveis públicos, espaços públicos e infra-estruturas, e será realizada de forma proporcional para o total de investimento aprovado, ou cada entidade local gestora poderá ajustar o investimento aprovado em função dos campos que entenda mais convenientes?

Isto leva-nos a questionar o apoio financeiro para a recuperação de imóveis particulares (regra geral muito expressivo no conjunto das candidaturas aprovadas) em função das características dos seus proprietários, nomeadamente as condições económicas diferenciadas e as distintas apetências para investir neste domínio, e, portanto, em algumas situações, serão aqueles que não necessitam de apoio financeiro que se encontram em situação privilegiada para investir na recuperação dos seus imóveis. Assim, consoante as aldeias, parece-nos útil incentivar de forma prioritária as situações que melhor garantam a presença da população e as funções que se espera possam vir a desempenhar.

Quadro 33 – Investimento aprovado nas “Aldeias do Xisto” (Dezembro de 2002)

Concelho	Lugar	Investimento Apresentado	Investimento Aprovado
Arganil	Benfeita	945,184.00	750,000.00
		945,184.00	750,000.00
Castelo Branco	Sarzedas	1,077,315.00	750,000.00
		1,077,315.00	750,000.00
Fundão	Janeiro de Cima	1,895,150.00	750,000.00
		1,895,150.00	750,000.00
Góis	Aigra Nova	530,241.87	250,000.00
	Aigra Velha	252,354.86	250,000.00
	Comareira	338,762.37	250,000.00
	Pena	472,030.78	472,030.78
		1,593,389.88	1,222,030.78
Lousã	Candal	1,600,000.00	250,000.00
	Casal Novo	479,644.00	250,000.00
	Catarredor	900,000.00	250,000.00
	Cerdeira	565,000.00	250,000.00
	Chiqueiro	419,196.00	250,000.00
	Talasnal	1,194,740.00	250,000.00
	Vaqueirinho	475,000.00	250,000.00
		5,633,580.00	1,750,000.00
Miranda do Corvo	Gondramaz	640,120.00	500,000.00
		640,120.00	500,000.00
Oleiros	Álvaro	849,980.00	500,000.00
		849,980.00	500,000.00
Pampilhosa da Serra	Fajão	630,400.01	630,400.01
		630,400.01	630,400.01
Penela	Ferraria de S. João	1,468,393.00	500,000.00
		1,468,393.00	500,000.00
Proença-a-Nova	Oliveiras	442,659.32	250,000.00
	Figueira	438,986.39	438,986.39
		881,645.71	688,986.39
Sertã	Pedrogão Pequeno	817,913.00	750,000.00
		817,913.00	750,000.00
Vila de Rei	Água Formosa	197,902.00	197,902.00
		197,902.00	197,000.00
Vila Velha de Ródão	Foz do Cobrão	1,001,629.00	500,000.00
		1,001,629.00	500,000.00
Total (euros)		17,997,997.58	9,489,319.18

Fonte: Planos das Aldeias Serranas e CCRC

A realidade social e económica das aldeias serranas reflecte a existência de famílias idosas com rendimento mensal ancorado, essencialmente, nas reformas ou pensões sociais (regra geral de reduzida expressão económica, na ordem dos 200 Euros *per capita*) e de outras com rendimentos consideravelmente mais elevados, fazendo parte da população (urbana) que tem em alguns desses lugares a sua segunda ou terceira residência. E daqui partimos para uma outra questão: se os primeiros exercem a sua actividade nos territórios rurais e são uma espécie de guardiães da paisagem, com toda a carga simbólica e sacrifícios pessoais que isso implica, a residência secundária, em certos casos, foi decisiva para travar e contrariar o abandono e a ruína que haviam tomado conta desses territórios (CARVALHO, 2003-a).

Mas se a grande aposta é mesmo a fixação de população residente, em especial nos lugares mais marcados pelo abandono, então a prioridade deverá passar também por outro tipo de incentivos públicos, como por exemplo estímulos económicos à recuperação de imóveis (através da comparticipação pública no pagamento dos juros bancários dos empréstimos ou incentivos a fundo perdido), e apoios dirigidos à população, reconhecendo o seu papel e valorizando a sua permanência nos territórios serranos. De igual modo, os imóveis públicos (alguns deles entretanto recuperados pelas autarquias) representam espaços potenciais, sobretudo para as associações de moradores ou para a instalação de alguma família, nos casos em que tal se justifique.

A imagem mais singular de algumas das aldeias serranas integradas nesta iniciativa (como acontece principalmente na Serra da Lousã) resulta da permanência dos traços da arquitectura vernacular (com as suas características tradicionais de construção – técnicas e materiais utilizados) e do contexto paisagístico, com caminhos tortuosos e irregulares, ladeados de muros de pedra solta, que conduzem às minúsculas parcelas de cultivo, também elas pedindo auxílio aos muros de pedra para evitar o desmoronamento e o arrastamento do solo para o fundo dos vales. O cenário completa-se com os resquícios da velha floresta caducifólia composta de castanheiros (*Castanea sativa*), carvalhos (*Quercus pirenayca*; *Quercus robur*) e algumas espécies ribeirinhas.

A presença do homem, na perspectiva de preservar e valorizar um património secular que “recebeu de empréstimo dos seus filhos” é, pois, inevitável, mas não de forma orquestrada, como boneco de uma representação ou peça de colecção de um qualquer museu bolorento, mas como actor participativo de uma paisagem marcadamente cultural (que é, ao mesmo tempo, uma escola de aprendizagem). Deverá ser a sociedade civil, em articulação com os órgãos de poder autárquico, a decidir que valor atribuir às aldeias serranas, o que fazer com esse património e agir em conformidade no capítulo dos inves-

timentos e da participação social activa, com o intuito de requalificar esses territórios e dignificar aqueles que lá permanecem. Caso contrário, será ainda a obra do acaso a ditar o destino das paisagens serranas. Aproximando-se do precipício, agiganta-se o fantasma do desaparecimento a muito curto prazo e com ele apagam-se os traços materiais que mantêm viva a chama da memória. E sem memória não há património!

Por sua vez, os estatutos de protecção das paisagens culturais e a sua expressão enquanto condicionantes da utilização e transformação do território são também diferenciados. A nível local²³⁰, os planos municipais de ordenamento do território revelam preocupações distintas, que vão desde a definição de perímetros urbanos mais ou menos alargados, o que significa a intenção de permitir mais construção, como acontece sobretudo nas sedes de freguesia e nas aldeias maiores (e mais descaracterizadas), até ao desenho da área urbana limitada ao espaço consolidado das aldeias, como acontece nas aldeias serranas da Lousã (CARVALHO, *op. cit.*). Neste último caso, o objectivo é não permitir novas construções, mas antes a reconstrução dos imóveis em mau estado ou em ruína, e se possível obter unidades de ocupação com áreas mais ajustadas às necessidades dos novos utilizadores (essencialmente residentes secundários e neo-rurais). No plano nacional e internacional importa considerar as propostas de classificação do património cultural e natural, das quais decorrem condicionantes (por exemplo em relação aos imóveis existe uma área de protecção). As listas nacionais de sítios (ao abrigo da Directiva Habitats), propostas para integrar a Rede Natura, e o processo de classificação das aldeias serranas da Lousã como património cultural são disso exemplo.

Por outro lado, podemos dizer que a elaboração (responsabilidade técnica) dos planos decorreu no seio de diferentes entidades: equipas multidisciplinares constituídas para o efeito (Gabinetes Técnicos Locais, instalados por um período de tempo limitado); empresas externas contratadas pelos municípios, geralmente com trabalho realizado na área do ordenamento do território e urbanismo e ainda, em alguns casos, trabalho da responsabilidade dos Gabinetes de Apoio Técnico (no seio de agrupamentos de municípios).

A aplicação dos planos, depois da aprovação pela ex-CCRC, vai ser, em certos casos realizada por entidades que não tiveram qualquer papel na sua elaboração, como acontece com o GTL da Lousã. Neste caso, não será legítimo questionar os Planos, no

²³⁰ No que concerne ao enquadramento biofísico das aldeias destacam-se elevados condicionamentos aos processos de transformação e ocupação do território que decorrem, em primeira instância, da Reserva Ecológica Nacional.

sentido de ajustar as acções programadas (e os meios financeiros entretanto disponibilizados) às ideias e orientações da nova equipa que no terreno os vai executar? Também se justifica, na prossecução desse objectivo, a auscultação da população (permanente e sazonal) enquanto co-actores principais na (re)construção dos lugares serranos. E depois de finalizadas as actividades por parte dos GTL's (instituídos por períodos limitados), quem vai acompanhar as obras e fazer a gestão desses territórios?

Antes de concluir este item, é oportuno esboçar uma tentativa de sistematização que pretende evidenciar os problemas, as potencialidades e as assimetrias territoriais dos lugares envolvidos no “Programa das Aldeias do Xisto”.

Assim, como principais **dificuldades** assinalamos:

- Acessibilidade viária.
- Baixos níveis de aptidão e conforto urbano.
- Incêndios florestais.
- (Insegurança de bens).
- Reduzida expressão ou ausência de verdadeiros espaços públicos.
- Nível muito fraco das redes de infra-estruturas básicas.
- Forte dependência exterior.
- Fragilidades demográficas.
- Progressiva degradação do edificado e dissonâncias construtivas.
- Falta de manutenção das áreas envolventes das aldeias.

As **potencialidades** prendem-se com:

- A inserção das aldeias em contextos de elevado valor paisagístico e patrimonial (como acontece com a Rede Natura).
- A definição de *conjuntos*, isto é, agrupamentos arquitectónicos rurais com unidade e bem integrados na paisagem.
- A integração em redes de percursos (organizados por entidades de expressão local, regional e nacional).
- A existência de sítios de elevado potencial para educação patrimonial.

As **oportunidades** decorrem do financiamento público (nacional e comunitário por via do QCA III), da possibilidade de articulação com outras iniciativas de desenvolvimento e do facto do património e da paisagem representarem preocupações estéticas e vivenciais das sociedades pós-modernas (BEAUDET, 1999; HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2002).

Numa palavra, importa sublinhar que estamos perante a primeira oportunidade de investimento público (com significativa expressão financeira e adequado suporte téc-

nico) para um conjunto formado por 23 aldeias serranas repartidas pelo Pinhal Interior, Beira Interior Sul e Cova da Beira.

Este processo, tendo partido de trabalhos com desigual profundidade e amplitude de investigação e análise, entrou, desde o início de 2003, em fase de execução. Nas aldeias serranas da Lousã, como fizeram parte do lote das aldeias que viram os seus projectos aprovados em Dezembro de 2002, as primeiras intervenções (centradas na recuperação de alguns imóveis particulares) iniciaram-se na Primavera de 2004. Em Outubro do mesmo ano iniciou-se a empreitada atinente às redes de infra-estruturas básicas no Talasnal (fotografia 33). Ao invés, avançaram algumas iniciativas em Comareira, Benfeita e Fajão (fotografia 34), nomeadamente no âmbito da requalificação do espaço público e da recuperação de imóveis particulares, ainda em 2003, e no primeiro trimestre de 2004 arrancaram intervenções nas aldeias de Aigra Nova e Foz do Cobrão, como, aliás, dá conta a recente publicação da CCDRC, intitulada “Aldeias do Xisto” (2003; 2004).



Fotografia 33 – Talasnal: intervenção no espaço público no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (Lousã, 2004)

Embora reconhecendo tratar-se de um processo complexo, não só pela natureza e dimensão das obras a realizar, nomeadamente infra-estruturas básicas e recuperação de imóveis, em condições técnicas de grande dificuldade e, portanto, mais exigentes do ponto de vista da capacidade de execução, mas também atendendo às características da população (“serranos”, neo-rurais e população urbana no âmbito da residência secundária) e ao modo de utilização dos edifícios, estamos convencidos da importância decisiva

do lançamento de bases estruturais também no capítulo da fixação de população e da utilização ou reutilização de edifícios públicos marcantes, com os serviços e os equipamentos que se mostrem mais ajustados a cada aldeia e na perspectiva da rede.



Fotografia 34 – Fajão: conjunto de casas recuperadas no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (Pampilhosa da Serra, 2004)

Deste modo, é importante alguma flexibilidade, no sentido de indicar caminhos e de ajudar os caminhantes, e um contínuo ajuste e avaliação das intervenções, com o imprescindível envolvimento de todos os actores que entendam não dever excluir-se ou marginalizar-se deste processo. Para que isso aconteça é preciso estimular a participação dos interessados. Tratando-se de um investimento singular, é de exigir o mesmo nível com os recursos humanos envolvidos (capacidade e disponibilidade de trabalho) para que não se esfume por entre as mãos uma oportunidade única (e que tão cedo não se repetirá).

A dinamização das aldeias, o papel dos guias de aldeia, os critérios de integração das aldeias na futura Rede, a operacionalidade dos suportes viários entre os lugares e a divulgação da iniciativa (recordamos que as “Aldeias Históricas” utilizaram 1.5 milhões de euros em acções de animação e promoção, e quase outro tanto em edição de publicações), a articulação das diversas vertentes e linhas de acção (e de financiamento) que se cruzam com os lugares e as paisagens serranas são algumas questões ainda em aberto (CARVALHO, 2004), devido à ausência de respostas objectivas por parte das entidades envolvidas, ou porque a nossa investigação e a redacção final deste trabalho, coincidindo com a preparação e o lançamento da iniciativa, não conseguiram ir mais longe.

11. Conclusões

«Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza»

Edgar Morin, 2000: 59

Nesta dissertação estudou-se a importância do património cultural, em particular o património construído, no âmbito do desenvolvimento local em áreas de montanha, utilizando-se como área de estudo a Serra da Lousã.

Na primeira parte da tese, apresentou-se uma revisão de literatura sobre esta temática, na qual se anotaram as principais orientações e questões levantadas no actual debate teórico. Através da análise de documentos orientadores e normativos, políticas, planos e projectos/acções, percorrendo e articulando várias escalas, pode-se destacar, em síntese, o que de mais significativo importa reter neste quadro conceptual.

Nos últimos anos as temáticas do ordenamento e do desenvolvimento territorial assumem expressiva centralidade no quadro conceptual das ciências, ao mesmo tempo que a sociedade mais exigente e esclarecida tem reclamado políticas e intervenções, por parte das instâncias nacionais, regionais e locais, cada vez mais ajustadas aos problemas e às especificidades dos territórios e das populações. A territorialização das políticas e das acções, a participação activa e comprometida da população e o alcance das abordagens integradoras são os traços mais expressivos das trajectórias recentes dos caminhos do desenvolvimento.

O território destaca-se como agente activo e dinâmico dos processos de desenvolvimento e como conceito vertebrador das políticas (planos e acções) correspondentes, da coesão dos territórios e dos processos de construção social, económica e política (como acontece em especial na União Europeia). De igual modo, a questão das externalidades do desenvolvimento – limitada aos problemas da redistribuição da riqueza e das conquistas materiais como aconteceu em grande parte das centúrias de oitocentos e novecentos – centrou-se finalmente nos efeitos nefastos do crescimento económico, sobretudo no que ao ambiente e ao ordenamento do território diz respeito. Assim, o ordenamento do território é cada vez mais indissociável de uma relação profunda e intimista com o conceito de desenvolvimento, e por isso pretende assegurar uma adequada organização e utilização do território, na óptica da sua valorização, não perdendo de vista o seu desenvolvimento económico, social, e cultural integrado, harmonioso e sustentável.

Por outro lado, os sistemas de ordenamento do território, considerados essenciais

para a execução das políticas de desenvolvimento sustentável, conheceram, nos últimos anos, um esforço de consolidação mediante abordagens de inspiração ecológica e o abandono progressivo de sistemas rígidos na afectação do solo. A utilização de metas e indicadores, o melhoramento dos sistemas de participação pública no planeamento e a ligação potencial entre essa dimensão e os processos da Agenda XXI marcam uma nova etapa nos processos de ordenamento e gestão do território na transição do milénio.

Os processos de reestruturação produtiva e globalização estão associados a importantes transformações que definem novas lógicas territoriais nas quais os diferentes âmbitos espaciais procuram activar os seus recursos para não ficar à margem, ou poder competir com êxito, num mundo cada vez mais conectado.

O património emerge nesse quadro de revalorização e identificação de recursos alternativos, embora sabendo-se que as capacidades para identificar e activar os valores patrimoniais são desiguais conforme as sociedades, bem como se reconhece a sua desigual distribuição geográfica (que é uma importante componente diferenciadora a considerar).

A evolução das doutrinas, orientações e compromissos políticos sobre património permite fixar, de entre as tendências recentes, a plasticidade temporal e espacial do conceito, que, partindo de uma perspectiva reducionista (pois centrada no monumento), integrou novas dimensões (imaterial, antropológica e territorial), bem como sublinhar o facto de a paisagem (valorizada do ponto de vista visual, estético e cultural) emergir como elemento integrador. Esta particularidade realça a importância da paisagem como espelho da prossecução das metas do desenvolvimento e do património como um recurso territorial relevante para a qualidade de vida da população.

Ao mesmo tempo, a divulgação e a interpretação do património, a vinculação com a sociedade, ou seja, a aproximação em relação aos cidadãos aparecem como preocupações centrais e objectivos operacionais no âmbito de projectos e iniciativas de promoção do desenvolvimento. Assim acontece com os ecomuseus e os parques culturais, entre outras propostas, de grande significado, quer para a conservação e valorização de diferentes elementos de património cultural, quer na perspectiva da participação activa da população.

Outra conclusão importante neste domínio é a de que as novas perspectivas de (des)envolvimento dos territórios, relacionadas com o património cultural, passam cada vez mais pela sua integração em redes, segundo temas de vinculação ou de afinidade cultural. A requalificação territorial (conciliando objectivos patrimoniais, económicos e sociais), acompanhada de acções de dinamização e articulação dos sítios/lugares, se-

gundo critérios que valorizam perfis patrimoniais relevantes, é um exemplo da aplicação recente desta estratégia.

O quadro conceptual que prefigura o património cultural como um recurso territorial percorre também as novas orientações e as políticas europeias de desenvolvimento rural. A passagem de um discurso produtivista e economicista a um discurso ambientalista e territorialista significa também que os espaços rurais europeus, com as suas fragilidades e respectivas propriedades difusas, deixaram de ser exclusivamente olhados e sentidos sob a óptica das suas potencialidades produtivas para, num contexto diferente, poderem ganhar complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade (CARVALHO, 2002). Neste contexto de (re)descoberta dos territórios rurais, o património emerge como um recurso importante que tem sido valorizado socialmente, e no âmbito de um novo figurino de políticas e instrumentos de desenvolvimento (cada vez mais territorializados).

No caso dos territórios mais periféricos ou marginalizados, como acontece com uma boa parte das montanhas, a dinâmica dos últimos anos, marcada pela crise e desarticulação da base económica tradicional, tem acentuado os processos de abandono e a degradação das estruturas edificadas e das paisagens rurais. No entanto, algumas delas são agora organizadas e apropriadas, principalmente por população urbana que valoriza os elementos culturais e paisagísticos, outrora subavaliados ou entendidos como sinal de arcaísmo, através de processos espontâneos de patrimonialização, ou a partir de iniciativas públicas com o objectivo de requalificar os territórios, promover a sua imagem e estimular dinâmicas demográficas e geo-económicas positivas, com ligação frequente a certas componentes do turismo cultural e do lazer informal.

Assim, a reconversão e a reorientação funcionais que procuram ultrapassar a crise social, económica e territorial das áreas de montanha aparecem relacionadas com a emergência de um novo sistema social de valores (ligado à sociedade urbana e aos tempos livres) que reconheceu como excepcionais as qualidades culturais (e naturais) que melhor identificam secularmente as montanhas, e com intervenções institucionais desenhadas na amplitude do quadro eurocomunitário.

Com efeito, na Europa Comunitária, em particular nas últimas três décadas, reconhecem-se preocupações políticas em relação aos territórios montanhosos, admitindo a sua especificidade e definindo medidas concretas para o seu relançamento social e económico. Em meados dos anos 70, a Comunidade Económica Europeia (através da Directiva 75/268) reconheceu pela primeira vez a situação de marginalidade em que se encontrava a grande maioria das áreas de montanha europeias e estabeleceu mecanismos específicos – na perspectiva da política agrícola – para a correcção dos desequilíbrios

mais alarmantes que apresentava. As leis de agricultura de montanha, aprovadas e aplicadas em diversos países, adoptaram e adaptaram esses princípios a cada uma das situações particulares. Portanto, o contexto eurocomunitário foi um dos factores mais importantes que impulsionou as mudanças de imagem e dinâmica dos territórios montanhosos. «Y lo ha hecho bien a través de ayudas directas proporcionadas por los distintos fondos estructurales y sus programas de aplicación (FEDER y FEOGA sobre todo), bien por nuevas directrices y orientaciones que para el mundo rural han ido emanando desde Bruselas (cambios en la PAC e introducción de nuevas medidas, promoción de la diversificación económica, impulso a nuevos programas de desarrollo rural y local, etc.)» (ARAQUE JIMÉNEZ e PLAZA GUTIÉRREZ, 2004: 5).

Na actual fase de alargamento da União Europeia, o desafio de engendrar uma política comum para as áreas de montanha está bem presente nas recomendações de diversos órgãos consultivos, em particular o Conselho Económico e Social.

Em Portugal os territórios montanhosos, muito marcados por problemas económicos, sociais e culturais (que reforçam a situação de periferismo e de uma certa marginalidade relacionada com as dificuldades físicas, nomeadamente as orográficas), permanecem afastados de medidas específicas de promoção do seu desenvolvimento. Reconhecem-se apoios indirectos, por via dos referidos programas comunitários de desenvolvimento regional/local, embora sem articulação e estrutura programática adaptada às suas especificidades. A recente iniciativa pública no âmbito das acções integradas de base territorial é um contributo positivo que deve ser tomado como exemplo e aprofundado nessa perspectiva.

A segunda parte da tese remeteu para o estudo empírico centrado na Serra da Lousã, na perspectiva do quadro conceptual que alicerçou a abordagem teórica. Pretendeu-se estabelecer uma ponte entre as teorias, os quadros orientadores e normativos (que se produzem no âmbito internacional e nacional) e as condições concretas de salvaguarda, valorização, activação e interpretação do património cultural, bem como mostrar o modo como os contextos locais interferem nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial que servem de matriz de análise e de fio condutor desta narrativa geográfica.

Os processos de construção e divulgação da imagem da Serra da Lousã aparecem ligados a diferentes contributos, como os olhares da ciência, literatura e arte, o papel dos primeiros viajantes e publicistas, e, mais tarde, de forma deliberada, as iniciativas da comissão municipal de turismo da Lousã. Estas últimas revelam que a acção se realizou, quase sempre, de modo isolado, procurando o município da Lousã apropriar a montanha e associar-se à renovação da sua imagem que por sua vez decorre também do papel dos

Serviços Florestais, através da arborização regular das encostas serranas, da abertura de caminhos e do embelezamento de certos trechos. Assiste-se, deste modo, na primeira metade do século XX, a uma mutação no discurso e na imagem da montanha: de paisagens até então hostis, selvagens, inacessíveis e feias (pois profundamente degradadas) a trechos cenográficos de grande beleza, acessíveis e convidativos.

No cenário de aproximação entre a Lousã e a Serra, os povoados serranos aparecem ainda como algo de pitoresco pela originalidade de permanência no tempo. Décadas depois, serão alguns desses lugares, por via da reabilitação de imóveis e do papel dinamizador da residência secundária (e dos neo-rurais) a contribuir para a renovação da imagem da Serra e a definir uma dimensão patrimonial inovadora.

Por outro lado, foi possível identificar diferentes trajectórias de desenvolvimento no quadro alargado da Serra, reconhecendo-se territórios fortemente polarizadores (como a vila da Lousã), outros em forte declínio, e ainda outros (semi)abandonados que, entretanto, foram reocupados e apropriados por via de novas funções e recursos recentemente identificados (como as aldeias serranas da Lousã que, embora próximas e com um passado comum de quase cinco séculos de existência documentada, são hoje diferentes por via daqueles). Exemplos próximos, ainda na Serra da Lousã, revelam lugares que conheceram dinâmicas semelhantes, esperando novos actores e projectos para sair do abandono e da degradação profunda em que se encontram²³¹, ou que permanecendo eternamente esquecidos, estarão condenados ao desaparecimento.

No que concerne ao primeiro caso, conclui-se que a expansão urbana e a renovação da imagem da vila estão fortemente relacionadas com processos de loteamento e edificação em altura que ocuparam antigas quintas. O património construído, nomeadamente a arquitectura civil classificada ou em vias de classificação, pouca influência exerceu nesse processo que é também marcado pela ausência ou pela desadequação dos instrumentos de planeamento territorial. Assim, o património construído tem estado relativamente afastado, quer dos instrumentos de planeamento, quer dos processos de decisão centrados nos mecanismos de regulação dos usos do solo, envolvendo loteamentos e licenças de construção, que são, afinal, um dos grandes motores de transformação da paisagem. Efectivamente, não se utiliza o território como um instrumento de política do

²³¹ Cadaval (Miranda do Corvo) é uma aldeia arruinada que se encontra à venda, conforme anúncio que circula em alguns portais imobiliários na Internet. Significa que foi possível adquirir um número significativo de imóveis urbanos e rústicos, pensando-se numa hipotética reconstrução da aldeia, o que não sendo um acontecimento inovador (Póvoa-Dão, próximo de Viseu, é disso exemplo), é, nas condições de ruína do Cadaval e no quadro de outras dificuldades estruturais, um cenário menos exequível.

património para a protecção e a valorização de bens culturais (neste caso imóveis) de interesse público.

O inquérito aos novos residentes permitiu identificar uma população jovem, em geral sem vínculos anteriores à Lousã, que na sua grande maioria chegou à vila nos últimos quatro anos, depois de algum tempo de residência em Coimbra. O preço da habitação aparece como a principal âncora de atracção, embora o património e a paisagem tenham sido referenciados em plano ainda relevante. Para esses residentes (que maioritariamente permanecem ausentes e desconhecem os instrumentos de gestão territorial), a Serra e as aldeias serranas são as imagens mais importantes da Lousã (e o ecoturismo a sua principal potencialidade), não aparecendo a vila (e o seu património construído) neste quadro de referências.

Em relação às aldeias serranas da Lousã, o interesse geográfico na perspectiva desta dissertação prende-se com o património cultural e a sua relação positiva com as trajectórias/perspectivas de desenvolvimento. A casa de xisto, reabilitada, no âmbito da residência secundária (e da fixação de alguns neo-rurais) é o símbolo mais expressivo do recente processo de patrimonialização e uma das componentes mais activas da renovação da imagem da Serra²³².

A leitura do processo (longo) de construção e o papel dos construtores da paisagem cultural serrana permitiram sublinhar o carácter vernacular, mas engenhosamente funcional, e a integração harmoniosa das edificações, dos campos de cultivo e dos bosques de folhosas na paisagem.

Desde meados dos anos 70, coincidindo com o final de um período de despovoamento e abandono extremo, as aldeias serranas deixam de ser interpretadas como espaços de produção e desenha-se uma via alternativa para algumas delas: a capacidade para atrair visitantes, acolher novas populações que têm na fruição da paisagem o principal motivo de permanência.

Ao lado da paisagem renegada, carregada de histórias de vida, de sacrifícios, de dificuldades extremas e até de tragédias, e em perigo de desaparecer, emergiu uma outra paisagem, de carácter idílico, sedimentada no culto social urbano de valores paisagísticos e patrimoniais. As estruturas edificadas, ganhando uma nova função, foram resgatadas e elevadas a símbolo material de um passado que poucos conheceram.

²³² Os desportos de aventura, nomeadamente as provas de Enduro/Trial e de BTT, frequentemente integradas no calendário de competições de nível europeu e mundial, organizadas pelo Montanha Club da Lousã, são outro contributo relevante que merecerá análise detalhada em momento oportuno.

Os inquéritos efectuados aos proprietários de casas nas aldeias serranas confirmam que Casal Novo e Talasnal foram as aldeias primeiramente procuradas para residência secundária e aquelas onde o fenómeno teve (e mantém) maior expressão, sendo que a maioria dos novos proprietários (pertencentes a estratos sócio-profissionais elevados e que nada têm em comum com a população original das aldeias) residia em Coimbra. A leitura em relação ao trabalho realizado no final dos anos 80 (CRAVIDÃO, *op. cit.*) permite concluir da maior plasticidade sócio-económica e geográfica (área de residência e localização de outra residência secundária) dos proprietários/utilizadores.

A presença até mais tarde de população residente e as melhores condições de acessibilidade explicam que o Candal tenha resistido mais ao despovoamento e ao abandono e tenha conservado os imóveis (na dupla perspectiva: estado físico e titularidade/propriedade), justificando, também, o facto de manter um número importante de antigos residentes/descendentes entre os actuais proprietários/utilizadores de casas na aldeia.

De igual modo, os resultados dos inquéritos permitem anotar um conjunto de conclusões, relativas ao desempenho do sistema de gestão territorial, aos problemas das aldeias e ao nível da informação e da participação dos proprietários/utilizadores de casas na Serra, no âmbito da intervenção pública (de requalificação territorial). O modelo de planeamento territorial, assente no PDM (desde 1993), definiu um conjunto de parâmetros e preocupações urbanísticas, relativas às aldeias serranas, tendentes a evitar a expansão dos aglomerados e a manter a imagem arquitectónica das estruturas edificadas vernaculares. Apesar das limitações operativas que decorrem deste tipo de instrumentos vinculados a regulamentos de usos do solo, e do carácter espontâneo que acompanhou durante largos anos a reabilitação dos imóveis, o resultado global é positivo e permite pensar que é possível e desejável melhorar alguns pormenores decorrentes de intervenções desenquadradas e despropositadas.

Quanto aos problemas, os vários grupos inquiridos (espectro constituído por habitantes originais, neo-rurais e população no âmbito da residência secundária) salientam a necessidade de melhorar as condições de acessibilidade às aldeias e as redes de infra-estruturas básicas, defendendo, igualmente, a dinamização económica e social dos lugares. As dificuldades relacionadas com furtos e actos de vandalismo aparecem associadas ao modo de ocupação sazonal de aldeias como Casal Novo e Talasnal. A gestão da área dos antigos casais e das receitas provenientes dos baldios integrados nos perímetros florestais destaca-se como questão de grande pertinência face ao movimento associativo dos moradores e ao rol de projectos e iniciativas (que carecem de apoio financeiro) a realizar nas aldeias serranas.

No momento de realização do inquérito, a esmagadora maioria dos proprietários de casas utilizadas (ou a utilizar) como residência secundária (que são em maior número, em relação aos titulares de imóveis destinados a habitação permanente) não tinha informação sobre os planos para as aldeias, o que se explica pelo facto de o trabalho de análise e diagnóstico (no âmbito da requalificação territorial) ter passado ao lado dessa dimensão (lacuna que se mantém no período de execução dos Planos de Aldeia). Contudo, é reduzido o número de proprietários/utilizadores que declarou a intenção de alienar os imóveis (recuperados ou para recuperar). É, ainda, segundo a mesma fonte, praticamente nula a possibilidade de alguma dessas casas se transformar, a curto prazo, em residência principal.

Embora se reconheçam algumas preocupações políticas e trabalhos de levantamento (análise e diagnóstico) realizados no final dos anos 80, apenas no início desta década, no âmbito da “Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior” (QCA III), apareceram condições de disponibilidade financeira para realizar intervenções específicas de requalificação das aldeias, conciliando objectivos patrimoniais, económicos e sociais. Definiram-se, para além disso, medidas susceptíveis de apoiar outro tipo de acções que se cruzam com as aldeias e a Serra.

Quase dois anos após a aprovação dos Planos para as sete aldeias serranas da Louçã (Dezembro de 2002), avançaram (desde a Primavera de 2004) algumas intervenções a nível da reabilitação de fachadas e coberturas (Talasnal e Candal) e estão a decorrer as primeiras empreitadas de infra-estruturas básicas (Cerdeira e Talasnal). Também o que está por realizar (e o que podia ser realizado) reclama acções de sensibilização da população/proprietários e de divulgação dos objectivos a alcançar, bem como a presença no terreno dos técnicos/gestores locais da iniciativa. Estas condições (basilares), sendo necessárias para o êxito da iniciativa, carecem de articulação com outros projectos e acções paralelas/complementares. A melhoria do acesso às aldeias do coração da montanha, a desmatação e a reflorestação da envolvente às aldeias, tal como acções de dinamização e promoção territorial no quadro da “Rede das Aldeias do Xisto”, configuram, a nosso ver, uma outra componente estrutural do programa, que, tal como as anteriores, está longe de ser uma realidade.

A terceira condição basilar para assegurar a viabilidade dos investimentos realizados ou a realizar e reforçar a dinâmica que se pretende desencadear está relacionada com a fixação duradoura (de um número mínimo de habitantes), onde isso é possível e desejável, recorrendo-se a incentivos e apoios específicos. Esta é uma componente

claramente negligenciada neste tipo de programas. Os resultados da iniciativa, que não podemos ainda avaliar em toda a sua extensão, dirão do sentido destas preocupações.

Uma outra conclusão que a análise empírica permite evidenciar está relacionada com o facto de os actores públicos trabalharem, de modo isolado, projectos e acções (e não apenas no âmbito cultural) que não se podem fechar nos seus limites administrativos. A Serra da Lousã é um exemplo clássico de falta de articulação entre diferentes entidades político-administrativas, embora seja preciso reconhecer algumas acções recentes, enquadradas (e talvez rebocadas) pelo QCA III, que procuram contrariar essa tendência pesada, ou pelo menos indicar um novo caminho.

Assim acontece com o *Protocolo intermunicipal de cooperação na Serra da Lousã*, assinado no final de 2002, entre os municípios de Castanheira de Pêra, Góis e Lousã. Segundo o texto do protocolo, transcrito na imprensa local, os municípios reconhecem que têm «(...) um bem comum a gerir e a preservar – a (...) serra» e comprometem-se a realizar, de modo partilhado, «acções de promoção turística, publicação de material informativo, desenvolvimento de diversas actividades de lazer e de educação ambiental, tendo em vista a criação de alternativas de emprego, o desenvolvimento de actividades económicas de carácter marcadamente regional – o artesanato e o turismo de montanha –, o uso correcto e organizado do espaço e a implementação de uma consciência ambiental» (“O Castanheirense”, 2003: 1).

As três autarquias, subscritoras do protocolo, comprometem-se, ainda, a «partilhar informação e conciliar projectos; definir e desenvolver projectos e programas comuns; divulgar conjuntamente os recursos e potencialidades de cada um dos municípios envolvidos; organizar conjuntamente eventos, que divulguem a Serra da Lousã, enquanto património comum; maximizar os recursos disponíveis, através de candidaturas conjuntas, a fundos e programas nacionais e comunitários» (*idem*).

Foi a primeira vez que a Serra, interpretada numa dimensão geográfica supra-municipal (embora ainda incompleta) e vista como património cultural comum, teve o dom de convocar a convergência de interesses dos municípios adjacentes, e de sentar à mesma mesa os seus representantes políticos²³³ para firmar, em letra de forma, um protocolo de cooperação.

²³³ Neste novo quadro conceptual, enquadra-se também a «assinatura inédita de um protocolo entre as Câmaras Municipais de Góis, Lousã e Castanheira de Pêra, para a constituição do Centro de Interpretação e Lazer da Serra da Lousã, que irá funcionar na casa dos cantoneiros existente naquele último concelho, perto do Coentral» (CCDRC, 2003: 18).

Finalmente, é tempo de reflectir, de forma alargada e integrada, de debater o futuro da Serra da Lousã, envolvendo (todos) os municípios que partilham a montanha, solicitando a colaboração de centros de estudo/investigação e de figuras consagradas do panorama académico, das artes e das letras, e estimular a participação das “forças vivas” da região. A Serra deve ser efectivamente assumida como património comum que urge proteger, valorizar, divulgar e aproximar das comunidades locais e daqueles que aí passam algum do seu tempo livre, através de ideias e iniciativas integradas, partilhadas e participadas. O património cultural, como cimento unificador, e as estratégias de interpretação que é possível desenvolver, aproveitando diversos projectos e iniciativas em curso centrados no património e na paisagem (como o Programa das Aldeias do Xisto e o Ecomuseu da Serra da Lousã) podem desempenhar um papel relevante neste desígnio.

Esta última iniciativa (confinada à jurisdição administrativa do município) pode ser um primeiro passo para a inevitável integração de outros sítios relevantes²³⁴ no quadro alargado da montanha, respondendo aos referidos requisitos de cooperação, diálogo institucional, participação da população e interpretação patrimonial – e apresentando vantagens evidentes em termos de escala, visibilidade e optimização dos meios envolvidos. A ideia é definir uma rede coerente de estruturas e de acontecimentos notáveis, tanto na perspectiva cultural, como ambiental, em que os vários exemplos de equipamentos culturais, serviços públicos e espaços museológicos, locais e percursos de qualidade ambiental/patrimonial, já existentes ou a constituir, estejam interligados através de indispensáveis itinerários de reconhecimento e divulgação, com estruturas logísticas adequadas e um programa comum de animação. Não será esta uma outra perspectiva válida (e possível) para o “Ecomuseu da Serra da Lousã”?

A avaliação das iniciativas em curso e a preparação de políticas, instrumentos e medidas para os próximos anos, no espectro de um novo QCA (com traços ainda mal

²³⁴ A indústria tradicional do barro vermelho de Miranda do Corvo, ainda uma espécie de museu vivo de uma arte secular; o potencial museológico da indústria têxtil de lanifícios de Castanheira de Pêra, da indústria papelreira em Lousã e Góis, e da extracção mineira que animou Góis e o Vale do Ceira; a expressão molinológica e paisagística/ambiental das ribeiras de Alge e de Pêra; o valor patrimonial, simbólico e cultural dos poços de neve, capela e terreiro do Santo António da Neve (que ultrapassa largamente as fronteiras de enquadramento administrativo); os centros históricos das vilas por onde se reparte a Serra; a sinfonia aquática das ribeiras da Pena e das Quelhas (CARVALHO e AMARO, 1996); a imponência das poderosas bancadas quartzíticas elevadas a mais de mil metros de altitude nos Penedos de Góis ou a forma espectacular (canhão) que assumem na Senhora da Candosa; o contraste arquitectónico entre os granitos no casario do Coentral e os xistos acastelados nas pequenas casas do Gondramaz são, enfim, alguns “sítios”, entre outros repartidos pela Serra da Lousã.

definidos), são objectivos estratégicos a curto prazo e motivos suficientes para promover sessões de discussão e preparar acções em conjunto. Assim a governação local, a gestão regional dos programas operacionais e a sociedade civil saibam interpretar esta oportunidade.

Pela nossa parte, através da investigação desenvolvida nos últimos anos e do trabalho agora apresentado, pensamos estar a contribuir, na perspectiva da orientação científica traçada, para o melhor conhecimento da Serra da Lousã, e assim deixar um contributo científico e social válido que possa suscitar novas reflexões e ajudar ao (des)envolvimento dos territórios serranos e das suas populações.

Bibliografia e fontes

Referências bibliográficas²³⁵

- AAVV (2000): *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa, IPM/OAC.
- AGREN, Per Uno (2002): “Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus”. In IPM/RPM: *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa, Instituto Português de Museus, pp. 17-24.
- AGUIAR, José (2000): “A conservação do património urbano e o lugar das novas arquitecturas”. In *Actas do 1º Fórum Internacional de Urbanismo. Estratégias de Reabilitação de Centros Históricos*. UTAD e URBE, Vila Real, pp. 27-46.
- ALARCÃO, Jorge de (1987): “Introdução ao estudo da história e do património locais”. In *Cadernos de Arqueologia e Arte*. FLUC, Coimbra, n.º 2, pp. 61-66.
- ALBERGARIA, Henrique e PIRES, Sara (2002): “O turismo e o desenvolvimento dos espaços rurais de fraca densidade”. In *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Actas do VII Encontro Nacional da APDR*. Coimbra, APDR, vol. I, pp. 441-459.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1976): “A bacia topográfica da Lousã: características físicas e ocupação do solo”. In *Finisterra*, Lisboa, vol. 21(2), pp. 187-212.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1990): A organização dos transportes em *Portugal (1850-1910)*. *As vias e o tráfego*. Memórias do C.E.G. n.º 12, Lisboa, Universidade de Lisboa/I.N.I.C., 560 pp.
- ALEXANDRINO, José A. Mello (2000): “Uma nova Lei de Bases para o Património”. In *Actas do 1º Fórum Internacional de Urbanismo. Estratégias de Reabilitação de Centros Históricos*. UTAD e URBE, Vila Real, pp. 15-26
- AMARO, Rogério Roque (1996): “O desenvolvimento local. Um caminho para a sociedade providência?”. In *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re) organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*. Coimbra, IEG/FLUC, pp. 591- 610.
- AMARO, Rogério Roque (1998): “O desenvolvimento local em Portugal. As lições do passado e as exigências do futuro”. In revista *A REDE para o Desenvolvimento Local*. Faro, Associação IN LOCO, pp. 59-64.
- AMIROU, R. (2000): *Imaginaire du tourisme culturel*. Col. “La politique éclatée”. Paris, PUF.

²³⁵ Apenas a bibliografia citada no texto.

- AMARAL, Alexandra M. E. de Oliveira (1994): *Contribuição para o estudo do néctar e pólen das principais plantas melíferas da região demarcada da Serra da Lousã*. Relatório final do curso de Engenharia das Operações Florestais. Coimbra, ESAC.
- ANDRADE, Carlos Santarém (2003): *Os dias de Coimbra na criação de Miguel Torga*. Coleção “Rota dos Escritores do Século XX”. Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra e Comissão de Coordenação da Região Centro, 215 pp.
- ANDRESEN, Teresa (1999): “A sustentabilidade da paisagem”. In *Actas do 1º e 2º Encontros em Tormes sobre Modernidade e Ruralidade*. Fundação Eça de Queiroz, pp. 79-89.
- ANTÓN CLAVE, Salvador (2000): “Los espacios del turismo”. In *Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*, Málaga, CEDMA, pp. 115-128.
- ANTUNES, Horácio (1988): “Abertura Solene das Jornadas de Cultura e Turismo, 1988”. In *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo (Comemoração do 150.º Aniversário da 1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã)*. Lousã, B.M.L./Câmara Municipal da Lousã, pp. 19-22.
- ARANHA, P. W. de Brito (1871): *Memórias histórico-estatísticas de algumas vilas e povoações de Portugal*. Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, pp. 80-147.
- ARANHA, P. W. de Brito (1872): “A vila e o castelo da Lousã”. In *Artes e Letras*, Lisboa, nº 8, pp. 123- 125.
- ARANHA, P. W. de Brito (1874): *Esboços e recordações*. Lisboa, Tipografia Universal, 229 pp.
- ARENGA, Rosa Ribeiro (1979): *Contribuição para o planeamento do aproveitamento florestal da grande mancha de incultos da Zona Centro, concelhos de Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra*. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- ASHWORTH, Greg J. (1994): “From history to heritage: from heritage to identity: in search of concepts and models”. In ASHWORTH, Greg J.; LARKHAM, P.J. (eds.): *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge, pp. 13-30.
- AUDRERIE, Dominique *et al.* (1998) : *Le patrimoine mondial*. Paris, PUF.
- AURÉLIO, Diogo Pires (2002): “Conceitos e Normas Internacionais” – Conferência proferida no âmbito do Seminário *Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos (4.º Fórum Internacional de Urbanismo)*, Lisboa, URBE.

- AVILLEZ, Francisco (1999): “Sustentabilidade económica e desenvolvimento rural”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp.117-123.
- BABO, Jorge e VILANOVA, Alberto (1954): “A paisagem humanizada da Lousã”. In *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, n^{os} 8 e 9, pp. 47-57.
- BACH, Richard (1985): *Não Há Longe Nem Distância*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- BACHELARD, Paul (1993) : “Le développement local”. In BACHELARD, Paul (dir.): *Les acteurs du développement local*. Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 11-23.
- BAILLY, Antoine et BEGUIN, Hubert (1991): *Introduction à la Géographie Humaine*. Paris, Masson, pp. 95-112.
- BALANABIAN, Olivier (1999): “Le tourisme vert : défi ou utopie? ”. In CAVACO, Carminda (coord): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, EPPRU n.º 50, CEG/UL, pp. 255-261.
- BALLART HERNÁNDEZ, Josef et al. (2001): *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona, Ariel, pp. 11-25.
- BAPTISTA, A. J. Mendes (1999): *Políticas para o desenvolvimento do Interior. Um Contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*. Série Estudos 2, Coimbra, CCRC.
- BARATA, Filipe Themudo e MASCARENHAS, José Manuel (2002): *Preserving the Land’s Memories. The Tourega/Valverde Cultural Park*. Évora, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, 164 pp.
- BARATA, Maria Filomena (2002): “Algumas reflexões sobre património”. In *Património/Estudos*, n.º 2, Lisboa, IPPAR, pp. 100-105.
- BARRETO, Kalidás (1989): *Monografia do concelho de Castanheira de Pêra*. C. M. de Castanheira de Pêra, pp. 122-123; 195-199.
- BARRETO, Kalidás (2001): “A Estrada Lousã/Castanheira de Pêra”. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, Câmara Municipal da Lousã, pp. 98-100.
- BARROS, Victor Coelho (1998): “Desenvolvimento rural na última década”. In *A Rede Para o Desenvolvimento Local. Dez Anos de Desenvolvimento Local em Portugal* (edição especial). Faro, Associação IN LOCO, pp. 9-13.
- BEAUDET, Gérard (1999) : “Paysage et investissement de valeur”. In GONIDEC-POULLAOUËC, Ph. et al. (dir.): *Le paysage: territoire d’intentions*. Paris, L’Harmattan, pp. 35-51.

- BECATTINI, Giacomo (1979): “Del settore industriale al distretto industriale. Alcune considerazioni sull’unità dell’economia industriale”. In *Revista di Economia e Politica industriale*, vol. 5, n° 1, pp. 303-313.
- BECKER, Bertha (2001): “Redefinindo a Amazônia: o vector tecnológico”. In CASTRO, Iná *et al.* (org.): *Brasil. Questões actuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, pp. 223-244.
- BENKO, A. e LIPIETZ, A. (1994): *Las regiones que ganan. Distritos y redes. Los nuevos paradigmas de la geografía económica*. Valencia, Institución Alfonso Magnánimo, pp. 39-58.
- BERDOULAY, Vincent (2003): “Sujeto y acción en geografía cultural: el retorno inacabado”. In *Boletín de la A.G.E.* (Associação de Geógrafos Espanhóis), n.º 34, 2002, pp. 40-58.
- BERQUE, Augustin (1984): “Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle”. In *L’Espace Géographique*, tomo XIII, n° 1, pp. 33-34.
- BERTONCELLO, Rodolfo *et al.* (2003): Turismo y patrimonio en Argentina. Hacia una conceptualización desde las Geografías Culturales”. In ABREU, Mauricio (Editor/Organizador): *Historical dimensions of the relationship between space and culture* (Rio Conference 2003). Rio de Janeiro, Commission on the Cultural Approach in Geography (International Geographical Union) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (edição em cd-rom).
- BONNEMAISON, Joel (2002): “Viagem em torno do território”. In CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.): *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 83-131
- BRAGA, Mário (1979): *Serranos*. Lisboa, Portugália Editora, 185 pp.
- BRITO, Joaquim Pais de (2003): “Museu, Memória e Projecto”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 265-277.
- BRITO, Paula Alexandra Gomes (1992): *Contribuição para o estudo e ordenamento florestal do concelho da Lousã*. Vila Real, UTAD, Relatório final de estágio para Licenciatura em Engenharia Florestal. (policopiado)
- BRYANT, Christopher (1999-a): “Community-based strategic planning, mobilisation and action at the edge of the urban field: the case of haliburton county”. In BOWLER, Ian *et al.* (eds): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. Lisboa, IGU Commission on “The Sustainability of Rural Systems”/Centro

- de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da UNL, série estudos n° 2, pp. 211-222.
- BRYANT, Christopher (1999-b): “Conclusion”. In BOWLER, Ian *et al.* (eds): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. IGU Commission on “The Sustainability of Rural Systems”/Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa, série estudos n° 2, pp. 223-224.
- BUTLER, Richard; HALL, C. Michael e JENKINS, John (1998): “Continuity and Change in Rural Tourism. Introduction”. In BUTLER, Richard *et al.*: *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons, pp. 3-16.
- BUTTIMER, Anne (1998): “Landscape and Life: Appropriate Scales for Sustainable Development”. In *Irish Geography*, vol. 31 (1), pp. 1-33.
- CABERO DIÉGUEZ (2001): “Espacios naturales protegidos y conservación del medio”. In GIL OCINA, Antonio e GÓMEZ MENDOZA, Josefina (coords.): *Geografía de España*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 207-221.
- CAETANO, Lucília (2003): “Introdução”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 11-19.
- CALADO, Luís Ferreira *et al.* (2001): “Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas”. In *Património/ Estudos*, n.º 1, Lisboa, IPPAR, pp. 103-107.
- CALADO, Luís Ferreira *et al.* (2002): “O regresso dos monges. Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos”. In *Estudos/Património*, n.º 2, Lisboa, IPPAR, pp. 5-22.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1988): “No «Altar do Trevim»”, In *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo* (Comemoração do 150.º Aniversário da 1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã). Lousã, B.M.L./Câmara Municipal da Lousã, pp. 71-73.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1989): “A Serra da Lousã. Do povoamento à desertificação”. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, C.M. Lousã, n.º 2, pp. 23-37.
- CALDEIRA, Maria José (1995): *Residência secundária na área metropolitana de Lisboa. Outros espaços, outras vivências*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Lisboa, 228 pp. (+ anexos).
- CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de (1989): *Foz de Arouce no século XVIII: economia agrária e reconversão agrícola*. Tese mestrado em História Moderna

- apresentada à Universidade de Coimbra. Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 217 pp.
- CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de (2003): *Redes de poder e sociabilidade. Lousã no século XVIII*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra.
- CAPELLÀ, Hugo (2002): “On the paths or remembrance in Quebec”. In *Perspectives on landscape, memory, heritage and identity (Dublin Conference 2002)*. Dublin, Cultural Study Group/ International Geographical Union (texto policopiado).
- CAPELLÀ i MITERNIQUE, Hugo (2003): “Los vínculos culturales, una riqueza para la región”. In *Boletín de la A.G.E.*, n.º 34, 2002, pp.159-170.
- CARNEIRO, Paula (1996): “Carlos Reis”. In IPM: *Museu Nacional de Soares dos Reis. Pintura Portuguesa: 1850-1950*, pp. 200-201.
- CARNEIRO, Virgílio Alexandre da Silva Oliveira (1998): *Ecologia do veado (Cervus elaphus, L. 1758) na Serra da Lousã: avaliação do sucesso de repovoamento*. Vila Real, Rel. Eng^a Florestal, Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro (Texto policopiado).
- CARRANCA, Carlos (1998): *Lousã em menino*. Lisboa, Universitária Editora, 36 pp.
- CARVALHO, Adriano José de (1911-a): *O regime florestal em Serpins. Exposição e crítica*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 224 pp (+ anexos).
- CARVALHO, Adriano José de (1911-b): *O regime florestal e a Câmara da Lousã*. Porto, Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 109 pp.
- CARVALHO, Armando Ferrão de e AMARO, Pedro Nuno Abrantes (1996): *Guia da rede de percursos da Serra da Lousã: Castanheira de Pêra, Góis, Lousã*. Coimbra, Quercus, 160 pp.
- CARVALHO, Paulo (1999-a): *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*. (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996). Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã, 419 pp.
- CARVALHO, Paulo (1999-b): “Lousã: Evolução de um Pequeno Espaço Urbano”. In *Cadernos de Geografia. Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra (1996)*. Coimbra, IEG/FLUC, pp.143-- 175.
- CARVALHO, Paulo (2001-a): “Património, Territórios, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã: Desafio ou Utopia?”. In CD-Rom do *1º Congresso de Estudos Rurais*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 22 pp.

- CARVALHO, Paulo (2001-b): “A Estrada da Serra (Lousã – Castanheira de Pêra). Notas para uma leitura geográfica”. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, Câmara Municipal da Lousã, pp. 81-95.
- CARVALHO, Paulo (2002-a): “Landscape and heritage as strategic resources for the rural development. The example of the Lousã Mountain (Central Portuguese Mountain Range)”. In Pre-proceedings *Farming and Rural Systems Research and Extension. Local Identities and Globalisation*, Florence (Italy), IFSA (International Farming Systems Association - European Group), pp. 336- 346.
- CARVALHO, Paulo (2002-b): “El Patrimonio y el Paisaje Rural en la (Re)construcción de las Memorias e Identidades. Reflexión en torno de algunas iniciativas e propuestas ecomuseológicas en la Cordillera Central Portuguesa”. In *Actas del XI Coloquio de Geografía Rural. Los espacios rurales entre el hoy y el mañana*. Santander, Universidad de Cantabria, Servicio de Publicaciones, pp. 89-100.
- CARVALHO, Paulo (2002-c): “Território e Desenvolvimento: tendências e perspectivas. Lousã: a Vila e a Serra – um olhar geográfico”. In *Arunce (Revista de Divulgação Cultural)*, n.º 16, 2001, Lousã, Câmara Municipal da Lousã, pp. 63-95.
- CARVALHO, Paulo (2003-a): “Do entendimento das paisagens culturais às iniciativas de desenvolvimento. Notas preliminares a propósito da “Rede de Aldeias do Xisto” (Região Centro de Portugal”. In ABREU, Mauricio (ed./org.): *The Historical Dimensions of the Relationship between Time and Culture* (Rio Conference 2003). Rio de Janeiro, IGU/Commission on the Cultural Approach in Geography e Universidade Federal do Rio de Janeiro, 30 pp. (edição em cd-rom).
- CARVALHO, Paulo (2003-b): “Património Cultural e Iniciativas de Desenvolvimento no Espaço Rural”. In CAETANO, Lucília (Coord.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*; Coimbra. Centro de Estudos Geográficos, pp. 199-227.
- CARVALHO, Paulo (2003-c): “Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável: Problemas e Desafios. Um estudo de caso no Centro de Portugal”. In *Cadernos de Geografia. Actas do III Colóquio de Geografia de Coimbra* (2001). Coimbra, IEG/FLUC, pp. 51-80.
- CARVALHO, Paulo (2004): “Património e desenvolvimento: dos lugares às redes”. In *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*. SPER/ESAB/AEEA, Bragança, 18 pp. (edição em cd-rom).

- CARVALHO, Paulo e FERNANDES, João Luís (2001): “Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Inovação e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 241-271.
- CARVALHO, Paulo e FERNANDES, João Luís (2002): “Paisagem e apropriação dos territórios. Reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a Serra da Lousã e o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Territórios, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 275-320.
- CAVACO, Carminda (1996): “Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia”. In *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re) organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra. IEG/FLUC. pp. 333-355.
- CAVACO, Carminda (1999-a): “O mundo rural português: desafios e futuros?”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 135-148.
- CAVACO, Carminda (1999-b): “O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal”. in CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 281-292.
- CAVACO, Carminda (1999-c): “Turismo rural e turismo de habitação em Portugal. in CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 293-304.
- CAVACO, Carminda (2003): “Ambiente e usos do território: reflexões incómodas”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 189-198.
- CCDRC (2003): *Aldeias do Xisto. Afirmar uma Identidade* (revista de acompanhamento do Programa das Aldeias do Xisto da AIBT do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro). Coimbra, n.º 1, 28 pp.
- CCDRC (2004-a): *Aldeias do Xisto. Álvaro, aldeia com Património* (revista de acompanhamento do Programa das Aldeias do Xisto da AIBT do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro). Coimbra, n.º 2, 32 pp.
- CCDRC (2004-b): *Aldeias do Xisto. O renascer de Fajão* (revista de acompanhamento do Programa das Aldeias do Xisto da AIBT do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro). Coimbra, n.º 3, 32 pp.

- CCRC (1999-a): *Uma região qualificada, activa e solidária: visão sobre a Região Centro para a próxima década*. Série Estudos Regionais n.º 5, Coimbra, 170 pp.
- CCRC (1999-b): *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*. Coimbra, 2.ª edição.
- CCRC (2001): *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra, 97 pp.
- CCRC (2002): *Aldeias Históricas de Portugal. Um Património com Futuro*. Coimbra.
- CCRC (s/d): *Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior – Plano Global de Intervenção*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CE (1998): *Cidades Europeias Sustentáveis* (Relatório do Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano, 1996). Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 247 pp.
- CE (1990): *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CHIVA, I. (1997): “Le patrimoine rural”. In NORA, Pierre (Dir.): *Science et Conscience du Patrimoine. Actes des Entretiens du Patrimoine*, Éditions du Patrimoine, 226-231.
- CHOAY, Françoise (1992-a): *L'Allégorie du patrimoine*. Paris, Editions du Seuil, 1992.
- CHOAY, Françoise (1992-b): “L'invention du patrimoine urbain. Quel patrimoine aujourd'hui? ”. In *Les Secteurs sauvegardés ont 30 ans* (Colloque International). Dijon, ICOMOS France.
- CLARO, Victor Mourisca (1957): *O concelho de Góis. Esboço geográfico* (Dissertação de licenciatura em geografia apresentada à FLUC). Coimbra.
- CLAVAL, Paul (1999): “A Geografia Cultural: o estado da arte”. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.): *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 59- 97.
- CLAVAL, Paul (2002-a): “Places of memory”. In *Perspectives on landscape, memory, heritage and identity* (Dublin Conference 2002). Dublin, Cultural Study Group/ International Geographical Union).
- CLAVAL, Paul (2002-b): “Campo e perspectivas da Geografia Cultural”. In CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.): *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 133- -196.
- CLAVAL, Paul (2003): “El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio”; in *Boletín de la A.G.E.* (Asociación de Geógrafos Españoles), nº 34 (2002), pp. 30-39.
- CML (Câmara Municipal da Lousã) (1863): *Relatório da situação em que se acha este concelho nas suas diversas relações administrativas, como dos melhoramentos*

- que reclama, e das providências a tomar para que se realizem.* (documento manuscrito).
- CML (Câmara Municipal da Lousã) (1865): *Relatório da gerência municipal camarária do biénio de 1864 a 1865.* (texto manuscrito).
- CML (Câmara Municipal da Lousã) (1895): *Petição dirigida do Governo para dotar de mais verbas a Estrada da Serra.* (texto manuscrito).
- CML (2000): *Ecomuseu da Serra da Lousã.* (Caderno policopiado).
- COELHO, Maria Ernestina (1954): “Montesinho”. In *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, nºs 8 e 9, pp. 17-30.
- COQUART, Dominique e POUZENC, Michael (2002): “Utilisation des aménités des territoires pour valoriser un produit alimentaire. L’analyse à partir du «packaging» du cas des fromages de chèvre”. In *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Actas do VII Encontro Nacional da APDR*. Coimbra, APDR, vol. I, pp. 187-195.
- CORDEIRO, António Manuel Rochette (2004): *Dinâmica de vertentes em montanhas ocidentais do Portugal Central*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC. Coimbra.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1999): “Geografia Cultural: passado e futuro – Uma Introdução”. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.): *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 49-58.
- CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHAL, Zeny (1998): “Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura”. In CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.): *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 7-11.
- CORREIA, Sérgio (1999): “O uso do fogo controlado na serra da Lousã”, in *Incêndios Florestais*, Ranholas, Escola Nacional de Bombeiros, pp. 13-16.
- COSGROVE, Denis (1978): “Place, Landscape and the Dialectics of Cultural Geography”. In *The Canadian Geographer*, v. XXI (1), pp. 666-72.
- COSGROVE, Denis (1999): “Geografia Cultural do Milénio”. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.): *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 17- 46.
- COSTA, Eduarda Marques (1999): “Urbanização e acessibilidades, factores chave no processo de integração dos espaços rurais – os casos da Guarda e da Covilhã”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 87-97.

- COSTA, Maria Emília Rodrigues Ferreira Pinto da (1992): *Metodologias de análise da estrutura de povoamentos mistos: instalação, recolha e análise de dados de parcelas permanentes na Serra da Lousã*. Lisboa, Tese doutoramento em Engenharia Florestal apresentada à Universidade Técnica de Lisboa (texto policopiado).
- COUCEIRO, João (1998): “Que fazer?”. In *Urbanidade e Património*. Lisboa, IGAPHE, p. 9.
- COVAS, António (1999): *As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas*. Col. Est.e Análises 8, Lisboa, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, 55 pp.
- CRAVEIRO, Maria Teresa (1999): “Desenvolvimento do plano integrado de qualidade ambiental de Lisboa – Agenda Local 21”. In *Urbanismo*, Lisboa, Associação dos Urbanistas Portugueses, nº 3, Lisboa, pp. 24-29.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1996): “Prefácio”. In SANTOS, Maria da Graça: *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*. Coimbra, CCRC, p. 7.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1989): *Residência secundária e espaço rural duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra: Faculdade de Letras, (Estudos, nº 10), 90 pp.
- CRAVIDÃO, Fernanda e LOURENÇO, Luciano (1994): “Cordilheira Central”. In *Livro-Guia das Excursões do II Congresso da Geografia Portuguesa*. Coimbra, APG/IEG, pp. 37-62.
- CRAVIDÃO, Fernanda *et al.* (1998): “Regional perceptions of marginality: a view from southern Europe”. In JUSSILA, H. *et al.* (orgs.): *Perceptions of Marginality (...)*. Ashgate, Aldershot, pp. 147-163.
- CRISTÓVÃO, Artur *et al.* (2003): “O espaço rural e os novos instrumentos de intervenção territorializada: o caso da AIBT-DOURO”. In *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*. SPER/ESAB/AEEA, Bragança, 20 pp. (edição em cd-rom).
- CUNHA, Lúcio (1988): *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de Geomorfologia*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresenta à FLUC. Coimbra, 329 pp.
- CUNHA, Lúcio (2003): “A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 175-191.

- CURADO, Maria de Fátima Correia (1995): *Contributo para a caracterização de algumas explorações de caprinos na Serra da Lousã*. Coimbra: I.P.C./E.S.A., (Relatório final do curso de bacharelato em Engenharia Agro-Pecuária).
- DAVEAU, Suzanne (1972): *Evolução morfológica da bacia da Lousã*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 38 pp. (policopiado).
- DAVEAU, Suzanne (1976) : *Le bassin de Lousã. Évolution sédimentologique, tectonique et morphologique*. Sep. Memórias e Notícias, 82, pp. 95-115.
- DAVEAU, Suzanne et colab. (1985-1986) : *Les bassins de Lousã et d'Arganil: recherches géomorphologiques et sédimentologiques sur le massif ancien et sa couverture à l'Est de Coimbra*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 8. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos - 1º vol.: Le bassin sédimentaire (1985); 2º vol.: L'évolution du relief (1986).
- DAVEAU, Suzanne (1988): “Contribuição para uma colectânea de antigas descrições geográficas da Lousã”. In *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo* (Comemoração do 150º aniversário da 1ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã). Lousã, B.M.L./C.M. da Lousã, pp. 89-111.
- DAVEAU, Suzanne (1989): *Geografia de Portugal*. Volume 2. Lisboa, Edições Sá da Costa, pp. 585- 617 (textos sobre a cobertura vegetal, de Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, com comentários e actualização de Suzanne Daveau).
- DEMAZIÈRE, Christophe (1996): *Du local au global: les initiatives locales pour le développement économique en Europe et en Amérique*. Paris, Éditions L'Harmattan, 384 pp.
- DEWAILLY, Jean Michel (1998): “Images of heritage in rural regions”. In BUTLER, Richard *et al.*: *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons, pp. 123-137.
- DGOT (1988): *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. MPAT-SEALOT.
- DIAS, Pedro e REBELO, Fernando (1985): *Lousã. A Terra e as Gentes*. Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 95 pp.
- DINIS, Isabel e MALTA, Miguel (2003): “Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 111-127.
- DIRY, Jean-Paul (2000): “La montagne française entre crise et renouveau”. In *Historiens & Géographes*, nº 370, Paris, pp. 353-359.
- DISLIVRO (2002): *União Europeia. Tratados Alterados pelo Tratado de Nice*. Lisboa, Dislivro.

- DONADIEU, Pierre (1999): “Campagnes urbaines : de la réalité aux symboles”. In GONIDEC-POULLAOUX, Ph. *et al.* (Dir.): *Le paysage: territoire d'intentions*. Paris, L'Harmattan, pp. 79-92.
- DOWER, Michael (1998): “Um trunfo para o desenvolvimento local: o recurso patrimonio”. In *LEADER Magazine (Revista trimestral do Programa Europeu LEADER II)*, nº 17, Primavera de 1998, pp. 7-12.
- DUARTE, Maria Teresa F. Vieira (1996): *Avaliação das potencialidades cinegéticas para a reintrodução do corço (Capreolus capreolus Lineu, 1758) na Serra da Lousã*. Relatório do trabalho de fim de curso de engenharia florestal. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- DUNCAN, J. (1994): “After the Civil War: Reconstructing Cultural Geography as Heterotopia”. In FOOTE, K. E. *et al.* (orgs.): *Re-reading Cultural Geography*. Austin. The University of Texas Press, pp. 401-408.
- DUNCAN, J. (1995): “Landscape Geography”. In *Progress in Humain Geography*. pp 414-422.
- EDWARDS, Richard (2001): “Mémoire et nouvel usage: du monument au projet”. In *Património/Estudos*, n.º 1, Lisboa, IPPAR, pp. 17-24.
- FARINHA, João; VASCONCELOS, Lia e SANTOS, Eduardo (2000): *Agenda 21 Local. Experiências em Portugal e Outros Casos de Estudo*. Lisboa, CIVITAS - Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, 48 pp.
- FENNEL, David (1999): *Ecotourism. An Introduction*. London, Routledge, pp. 29-64.
- FERNANDES, Gonçalo Poeta (1999): “A dinâmica do espaço montanhoso e o seu potencial turístico: uma avaliação para a Serra da Estrela”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 319-327.
- FERNANDES, João Luís (1998): “Factores imateriais na definição da Geografia de Portugal: Cultura, posição de Portugal no mundo e contrastes internos de desenvolvimento”. In *Cadernos de Geografia*. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, nº 17, pp. 65-71.
- FERNANDES, João Luís (2001): “A sustentabilidade na rede nacional de pequenos e médios lugares”, in *O Correio de Pombal*, 18 de Maio.
- FERNANDES, João Luís (2003): “Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas. Breve reflexão para o caso português. In CAETANO, Lucília (coord): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*, Coimbra, CEG, pp. 229-274.
- FERNANDES, João Luís e CARVALHO, Paulo (1998): “Heritage as a reintegration strategy in the frontier regions: an example from the luso-spanish borders (a study

- of Elvas)”. In *Book of Abstracts of the Second International Conference Urban Development: A Challenge for Frontier Regions*. Beer Sheva, Ben-Gurion University of Negev, pp. 56-57.
- FERNANDES, João Luís e CARVALHO, Paulo (2003): “Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 193-217.
- FERNANDES, João Luís; CARVALHO, Paulo e CRAVIDÃO, Fernanda (2002): “Portugal e os Portugueses na Demografia Europeia em finais de Milénio – uma Perspectiva Territorial”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico*. Lisboa, EPRU n.º 55, CEG, pp. 78-102.
- FERRÃO, João e MARQUES, Teresa Sá (2002): *Sistema Urbano Nacional – Síntese*. Lisboa, Coleção Estudos n.º 7, DGOTDU, p.14.
- FERREIRA, Carlos (1999): “Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de “novos e velhos” residentes”. “In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia* Lisboa, CEG, pp. 313-318.
- FERREIRA, Inês (1996): “José Malhoa”. In IPM: *Museu Nacional de Soares dos Reis. Pintura Portuguesa: 1850-1950*, pp. 122-125.
- FERREIRA, Maria Júlia *et al.* (1999): “Prospects for sustainable development in mountainous areas in Portugal : conceptual and poly-related issues”. In BOWLER, Ian *et al.* (eds.): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. IGU Commission on “The Sustainability of Rural Systems”/Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa, série estudos n.º 2, pp. 163-173.
- FERREIRA, Maria Júlia *et al.* (2001): *Condomínios habitacionais fechados: utopias e realidades*. Série Estudos n.º 4. Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, 157 pp.
- FERREIRA, Victor Matias (1998): “Património urbano: a memória da cidade”. In *Urbanidade e Património*. Lisboa, IGAPHE, pp. 53-61.
- FIDÉLIS, Teresa (2001): *Planeamento Territorial e Ambiente. O caso da envolvente à Ria de Aveiro*. Cascais, PINCIPIA (Publicações Universitárias e Científicas), 315 pp.
- FIGUEIREDO, Elisabete (1999): “Ambiente rural: a utopia dos urbanos?”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 263-279.

- FIGUEIREDO, Elisabete (2003): “Entre o vivido e o desejado: o papel do ambiente na nova dicotomia rural/ urbano”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 149-166.
- FILIPE, Graça (1998): “Ecomuseu Municipal do Seixal – das realizações aos problemas actuais na perspectiva do desenvolvimento local”. In *Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*. Seixal, Câmara Municipal do Seixal, pp. 173-195.
- FILIPE, Graça (2002): “A participação do Ecomuseu Municipal do Seixal em parcerias europeias no campo do património industrial”. In IPM/RPM: *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa, pp. 109-116.
- FIRMINO, Ana (1999-a): “Agriculture and landscape in Portugal”, In *Landscape and Urban Planning*, 46, Amsterdam, Elsevier.
- FIRMINO, Ana (1999-b): “Is Rural sustainability possible in Portugal?, in Ian BOWLER et al. (eds): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. IGU Commission on “The Sustainability of Rural Systems”/Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa, série estudos nº 2, pp. 110-119.
- FLORES, Joaquim de Moura (1998): “Património. Do Monumento ao Território”. In *Urbanidade e Património*. Lisboa, IGAPHE, pp. 11-18.
- FONSECA, Carlos (2004): “Berros na Serra”. In *National Geographic Portugal*. Lisboa, vol. 4, nº 38.
- FORTUNA, Carlos (1997): “Destradicionalização e imagem da cidade”. In FORTUNA, Carlos (org.): *Cidade, cultura e globalização. Ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora, pp. 231-257.
- FREITAS, José M. (1937): *Rio Sótão: dois casos de correcção especial na sua bacia hidrográfica*. Lisboa. Instituto Superior de Agronomia (Relatório final do curso de engenheiro silvicultor).
- FRÉMONT, André (1976): *La Région. Espace Vécu*. Paris, PUF.
- FRIEDMANN, J; WEAVER, C. (1979): *Territory and function: the evolution of regional planning*. London, E. Arnold Publ.
- GAGNON, Christiane (1994) : *La Recomposition des Territoires. Développement local viable: récits et pratiques d'acteurs sociaux dans une région québécoise*. Paris, Éditions L'Harmattan, pp.15-58.
- GALLEN, Nick; TEWDWR-JONES, Mark. (2000): *Rural Second Homes in Europe. Examining housing supply and planning control*. Aldershot, Ashgate, 166 pp.

- GAMA, Eugénio Sanches da (1932): *Pela vida fora*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 208 pp.
- GARCÍA MANRIQUE, Eusebio (2000): “Los espacios del turismo”. In *Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles. El Territorio y su Imagen*. Málaga, CEDMA, pp. 41-113.
- GARRIGÓS, R. C. (1998): *La gestión y el gestor del patrimonio cultural*. Murcia, Editorial KR.
- GASPAR, Jorge (2002): “Tendências de ocupação do território”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico*. Lisboa, EPRU n.º 55, CEG, pp. 63-77.
- GEOIDEIA/IESE (1999): *Estudo de Avaliação Intercalar do PIC LEADER II. Relatório Final*. Lisboa, 169 pp.
- GEOIDEIA/IESE (2002): *Avaliação Final (Ex-post) do PIC LEADER II*. Lisboa, 170 pp.
- GERBEAUX, Françoise (1979) : “Les discours de L’État et la montagne”. In GERBEAUX, Françoise : *La montagne. Espace délaissé, espace convoité*. Grenoble, Presses Universitaire de Grenoble, pp. 11-24.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1938): “Aspectos geológicos e geográficos da Serra da Lousã”. In *O Centenário Turístico da Serra da Lousã*. Lousã, C.M.L., pp. 7-17.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1955): “Acção do Homem e Morfologia do Solo”. In *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra, n.ºs 10 e 11, pp. 38-68
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1951): “Uma velha descrição geográfica do Centro de Portugal”. In *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra, n.ºs 2 e 3, pp. 3-11.
- GODINHO, Paula (2004): “Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema”. In *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*. SPER/ESAB/AEEA, Bragança, 20 pp. (edição em cd-rom).
- GONÇALVES, António Nogueira (1950): *A Lousã e o Turismo. Casas Nobres do século XVIII*. Lousã, Edição da Comissão de Turismo da Lousã, 38 pp.
- GONÇALVES, Rita Theriaga (2001): “A Protecção do Património paisagista – 1.ª parte”. In *Estudos/Património*, n.º 1, Lisboa, IPPAR, pp. 108-115.
- GOUVEIA, Henrique (2001): “Um contributo para a divulgação do pensamento ecomuseológico português”, In PESSOA, Fernando: *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 7-12.

- GRAÇA, Laura Larcher (2003): “Montanha: prioridades e políticas”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 373-385.
- GRANDE IBARRA, Julio e ÁLVAREZ SOLÍS, Cristina (1998): “Turismo cultural: análisis de la oferta; el producto y su comercialización”. In *Proceedings of European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, pp. 115-175.
- GUIMARÃES, M. T. (1988): *Plano integrado de repovoamento, recuperação e preservação da Serra da Lousã: proposta de intervenção*.
- HADJIMICHALIS, Costis (2002): “Imagining rurality in the new Europe and dilemmas for spatial policy”. In *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Actas do VII Encontro Nacional da APDR*. Coimbra, APDR, vol. I, pp. 37-48.
- HAMRIN, O. (1996): “The Bergslagen ecomusem – from idea to reality”. In *Nordisk Museology*, 2, pp. 27-34.
- HENRIQUES, Eduardo Brito (2003): *Cultura e território, das políticas às intervenções. Estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana. Lisboa, Faculdade de Letras, 596 pp.
- HENRIQUES, Júlio (1887): “Da Serra da Estrela à da Lousã”. In *Boletim da Sociedade Broteriana*. Lisboa, vol. V, pp. 192-195.
- HENRIQUES, Manuel Louzã (1989): *Etnografia da Serra da Lousã*. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, C. M. da Lousã, n.º 2, pp. 3-21.
- HENRIQUES, Manuel Louzã (1991): *A castanha e o mel: alimentos e elementos fundamentais da cultura serrana*. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, C.M. da Lousã, nºs5/6, pp. 75-84.
- HENRIQUES, Manuel Louzã (1996): *Tradições artesanais da Serra da Lousã*. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, C. M. da Lousã, nºs 7-10, pp. 3-14.
- HENRIQUES, Paulo (1996): *José Malhoa*. Col. Pintura Portuguesa do século XIX. Lisboa, Edições Inapa.
- HERCULANO, Alexandre (1934): *Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem* (coordenação e prefácio de Vitorino Nemésio). Lisboa, pp. 177-180.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (2002): *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Gijón, Ediciones Trea, 458 pp.
- HOLZER, Werther (1999): Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico”. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.): *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 149-168.

- HOPKINS, Jeffrey (1998): “Commodifying the countryside: marketing myths of rurality”. In BUTLER, Richard *et al.*(eds): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons.
- HOWARD, Peter (2003): *Heritage: management, interpretation, identity*. London, Continuum, pp. 1-13.
- HUDSON, K. (1996): “Ecomuseums become more realistic”. In *Nordisk Museology*, nº 2, pp. 11-20.
- IGLESIAS GIL, José Manuel (ed.) (2001): *Actas de los XII cursos monográficos sobre el patrimonio histórico*. Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 442 pp.
- INE/DGOTDU (1999): *Indicadores Urbanos do Continente*. Lisboa, 218 pp.
- INSKEEP, Edward (1991): *Tourism Planning. An integrated and Sustainable Development Approach*. New York, Van Nostrand Reinhold.
- IPPAR (1994): *Património Arquitectónico e Arqueológico. Informar para Proteger*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 28 pp.
- IPPAR (1996): *Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa, Direcção Regional de Lisboa do IPPAR, 111 pp.
- IPPAR (2000): *Antas de Elvas*. Roteiros da arqueologia portuguesa. Lisboa.
- JACINTO, Rui (1995): “O mundo rural e o seu desenvolvimento”. In *Cadernos de Geografia*. Coimbra, IEG/FLUC, nº 14, 143-145.
- JACINTO, Rui (1998): “A Região Centro e a recomposição da sua geografia: ensaio para uma leitura dos territórios e a interpretação das suas dinâmicas”. In *Cadernos de Geografia* (N.º de Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira), nº 17, Coimbra, IEG/FLUC, pp. 315-321.
- JANISKEE, R.; DREWS, P. (1998): “Rural festivals and community reimaging”. In BUTLER, Richard *et al.* (eds.): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley&Sons, pp. 157-175.
- JEUDY, H. P. (1990): “Introduction”. In JEUDY, H. P. (dir.): *Patrimoines en Folie*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, pp. 1-12.
- JOAQUIM, Graça (1999): “Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 305-312.
- JOHNSTON, R. J. *et al.* (2000): *Diccionario Akal de Geografía Humana*. Madrid, Ediciones Akal, 2000, pp. 434-436.

- JORDÃO, Nuno (1998): “LEADER II, uma iniciativa comunitária”. In *LEADER II – Semear desenvolvimento, colher futuro*. Suplemento do jornal *Público*, nº 2962, 24/04/1998. p. 4.
- JORGE, V. Oliveira *et al.* (2001): *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*. Porto, ADE-CAP, pp. 17-68.
- KAYSER, Bernard (1993) : “ Quelles perspectives pour le monde rural ?”. In KAYSER, Bernard : *Naissance de nouvelles campagnes*. DATAR. Éditions de l’Aube.
- LABORDE, Pierre (1998): “L’identité: valeur du futur de la ville”. In *Cadernos de Geografia* (Homenagem ao Doutor J.M. Pereira de Oliveira). Coimbra, IEG/FLUC, nº 17, pp. 191-193.
- LABORIE, Jean Paul (1989): “El marco institucional de las políticas de montaña en Francia”. In *Estudios Territoriales*, 29, pp. 159-174.
- LACOUR, C. (1996): “La Tectonique des territoires: d’une métaphore à une théorisation”. In PECQUER, B. (ed.): *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris, L’Harmattan.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia *et al.* (2002): “O conceito de «Rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas”. In IPM/RPM: *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa, Instituto Português de Museus, pp. 25-39.
- LAMY, Y. (1995): “Le creuset du patrimoine collectif”. In LAMY, Y. (dir.): *L’alchimie du patrimoine. Discours et politiques*. Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine.
- LAURENS, Lucette (1999): “Agriculture et environnement en France. Du patrimoine naturel au développement durable”. In BOWLER, Ian *et al.* (eds): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. IGU Commission on “The Sustainability of Rural Systems”/Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa, série estudos nº 2, pp. 81-88.
- LAZAREV, Grigori (1993): *Vers un eco-développement participatif*. Leçons et synthèse d’une étude thématique. Paris, L’Harmattan, 272 pp.
- LÁZARO RUIZ, Vicente (1998): “Un hito en el Itinerario Jacobeo (El desarrollo turístico de Santo Domingo de la Calzada en 1997)». In *Proceedings of European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, pp. 293-300.
- LEFORT, Isabelle (1997): *Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés*. Poche Géographie Concours, nº 3. Paris, Economica.

- LE BERRE, Maryvonne (1998): “Territoires”. In BAYLLI, Antoine *et al.*: *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, pp. 601-622.
- LEIMGRUBER, Walter (1998): “From highlands and high-latitude zones to marginal regions”. In JUSSILA, Heikki *et al.* (eds.): *Perceptions of marginality (...)*. Aldershot, Ashgate, pp. 27-33.
- LEIMGRUBER, Walter (2000): *Heritage conservation awards: stimuli to life for remote settlements?* (Paper presented to UGI Commission on the Dynamics of Marginal and Critical Regions joint meeting in Taegu, 08-13 August 2000).
- LEIMGRUBER, Walter (2003-a): “Actores, valores y cultura. Reflexiones acerca del papel de la cultura en Geografía”. In *Boletín de la AGE* (Asociación de Geógrafos Españoles), nº 34 (2002), pp. 91- 103.
- LEIMGRUBER, Walter (2003-b): “A paisagem humanizada face aos valores humanos”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 23-34.
- LEMOS, Álvaro V. (1906): *O Viajante na Lousã*. Lousã, Tipografia Lousanense, 15 pp.
- LEMOS, Álvaro V. (1913): *Roteiro Ilustrado do Viajante na Lousã*. Lousã, Tipografia Lousanense, 31 pp. (2ª edição).
- LEMOS, Álvaro V. (1951): *A Lousã e o seu concelho*. Coimbra, Imprensa de Coimbra, 170 pp.
- LOBO, Manuel da Costa (1995): “Planeamento urbano em Portugal”. In *Sociedade e Território*, n.º 21, Porto, Edições Afrontamento, pp. 8-17.
- LOBO, Manuel da Costa (1999): *Planeamento Regional e Urbano*. Lisboa, Universidade Aberta, nº 189, 221 pp.
- LOMBA GUTIÉRREZ, Clemente (2002): “Towards a cultural landscape”. In *Libro del I Congreso Internacional El Nuevo Pueblo. El futuro de los espacios rurales*. Santander, Universidad de Cantabria, p. 77.
- LOPES, António Simões (2003): “Retomando a questão rural”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 281-299.
- LOPES, Flávio (1996): “Património Arquitectónico. A evolução do pensamento contemporâneo através da leitura de documentos internacionais”. In IPPAR (1996): *Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa, Direcção Regional de Lisboa do IPPAR, pp. 8-21.
- LÓPEZ IGLÉSIAS, Edelmiro (2004): “El proceso de ajuste structural en la agricultura española durante la década de los 90: implicaciones para el modelo de agricultura”. In *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro*

- dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*. SPER/ESAB/AEEA, Bragança, 20 pp. (edição em cd-rom).
- LÓPEZ PALOMEQUE, Francisco (2001): “Espacios y destinos turísticos”. In GIL OCINA, António e GÓMEZ MENDOZA, Josefina (coords.): *Geografía de España*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 545-571.
- LOURENÇO, Luciano (1988): *Viagem de estudo às Serras do Açor e da Lousã (livro guia)*. Separata de “Jornadas Científicas sobre Incêndios Florestais”. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, 26 pp. (policopiado).
- LOURENÇO, Luciano Fernandes; MONTEIRO, Rui (1989): Quantificação da erosão produzida na serra da Lousã na sequência de incêndios florestais: resultados preliminares. Coimbra, Grupo de Mecânica de Fluídos, 45 pp. (policopiado).
- LOURENÇO, Luciano *et al.* (1990): *Avaliação da erosão dos solos produzida na sequência de incêndios florestais*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 10 pp.
- LOURENÇO, Luciano (1996): *As Serras de Xisto do Centro de Portugal*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 756 pp.
- LOWENTHAL, David (1998): *The heritage crusade and the spoils of history*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LUSO, João (1932): *Viajar*. Rio de Janeiro, Ed. Braz Lauria, pp. 87-91.
- MAJORAL, Roser e SÁNCHEZ-AGUILERA, Dolores (2001): “Assimetrias territoriais e áreas marginais em Espanha”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Inovação e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 215-239.
- MARIANO, Mário (1930): *Os meus Amores*. Lousã, Tipografia Lousanense, 97 pp.
- MARQUES, Helder e MARTINS, Luís (1998): “Memória, herança, património e paisagem”. In *Cadernos de Geografia* (Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira). Coimbra, IEG/FLUC, nº 17, pp. 123-128.
- MARTÍN, Marcelo (2001): “Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad. Reflexiones críticas sobre la Interpretación del Patrimonio”. In *Património/Estudos*, nº 1, Lisboa, IPPAR, pp. 25-37.
- MARTINS, Alfredo Fernandes (1949): *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um Estudo de Geografia Física*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 247 pp.
- MARTINÉZ de PISÓN, Eduardo (1998): “La dinámica natural del paisaje”. In *Actas El Territorio y su imagen* (XVI Congreso de Geógrafos Españoles). Málaga, CED-MA, pp. 9-26.

- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (2002): “Desenvolvimento rural, produtivismo e ambiente: uma abordagem a várias escalas”. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, globalização e trajectórias de desenvolvimento*. Coimbra, CEG, pp. 245-274.
- MATOS, Artur Teodoro de (1980): *Transportes e Comunicações em Portugal (1750-1850)*. Ponta Delgada, 650 pp.
- MAYNAR AGUILLAR, Manuel (1998): “Concepto de ruta turística (...)”. In *Proceedings of European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, pp. 311-317.
- McDONAGH, John (1998): “Rurality and Development in Ireland – the need for debate?”. In *Irish Geography*, volume 31 (1). Dublin, Geographical Society of Ireland, pp. 47-54.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1987): *Introdução à Geografia de Portugal*. Col. Imprensa Universitária. Lisboa, Editorial Estampa, pp. 125-152.
- MELO, Alberto (1996): “O Local como pólo de resistência ao totalitarismo economicista (ou da necessidade de uma nova economia política)”. In *Actas do Seminário Dinamismos sócio- económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, pp. 591-610.
- MELO, Vera (2001): “Paisagem e Simbolismo”. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.): *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 29-48.
- MEXIA, Fernando Carlos Magalhães (1936): *A vila da Lousã e o seu termo. Colecção de documentos antigos*. Lousã, Tipografia Lousanense, 420 pp.
- MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1999): *Plano de desenvolvimento regional 2000-2006*. Lisboa.
- MIRANDA, Jorge E. Rodrigues (1980): *Contribuição para o plano de utilização dos perímetros florestais de Alge e Penela*. Relatório de actividade do curso de engenheiro silvicultor. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- MIRÓ ALAIX, Manel (1998): “La interpretación como método para la planificación de nuevos productos turísticos: una propuesta para Cartagena (Murcia)”. In *Proceedings of European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, pp. 73-94.
- MIRÓ ALAIX, Manel e PADRÓ WERNER, Jordi (2001): “Patrimonio y Territorio: una reflexión sobre los proyectos de puesta en valor del patrimonio”. In *Património/Estudos*, nº 1, Lisboa, IPPAR, pp. 38-41.

- MONTEIRO, Nuno (2003): “A patrimonialização do espaço rural e o património edificado. Algumas notas”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 217-230.
- MONTEIRO, Paulo (1985): *Terra que já foi terra. A análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*. Col. Tempos Modernos nº 2. Lisboa, Edições Salamandra, 290 pp.
- MONTEIRO, Paulo (1987): “Luso-americanos no Connecticut. Questões de etnicidade e de comunidade”. In *Povos e Culturas*, nº 2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 765-913.
- MONTIEL MOLINA, Cristina (2002): “Tradición, renovación e innovación en los usos y aprovechamientos de las áreas rurales de montaña” (comunicação apresentada ao *XI Colóquio de Geografia Rural da Associação de Geógrafos Espanhóis*). Santander.
- MORALES MIRANDA, Jorge (1998): *Guía práctica para la interpretación del patrimonio. El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante*. Sevilla, E.P.G. Junta de Andalucía.
- MORENO, Luís (1999): “A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 395- 413.
- MORENO, Luís (2002): *Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminhanças*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 498 pp. (policopiada).
- MORENO, Luís (2003): “O LEADER em Portugal Continental: contexto e elementos de uma análise geográfica de conteúdos”. In *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*. SPER/ESAB/AEEA, Bragança. (edição em cd-rom).
- MORENO, Luís e MORENO, Maria do Rosário (1998): “Orientações recentes de uma Geografia Social: o desenvolvimento local em questão”. In *InforGeo (A interdisciplinaridade na Geografia portuguesa: novos e velhos desafios)*. Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, nºs 12/13.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1979): *A Terra e o Homem*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 97-98.
- MPAT/SEPDR (s/d): *Migrações Pendulares. Unidades Geográficas de Emprego*, Lisboa.
- NABAIS, A. (1998): “Ecomuseu Municipal do Seixal: Museu de Identidades”. In *Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*. Seixal, Câmara Municipal do Seixal, pp. 149-153.

- NAVE, Joaquim Gil (2003): “O rural e os seus duplos”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 129-148.
- NEVES, Carlos M. Baeta (1956): *A protecção da natureza*; Campanha Nacional da Educação de Adultos. Coleção Educativa, série N, nº 5; Lisboa, pp.55-56.
- NEWBY, H. (1980): “Green and Pleasant Land?”. Middlesex, Harmondsworth, Penguin.
- NEWBY, P. T. (1994): “Tourism. Support or threat to heritage?”. In ASHWORTH, Greg J.; LARKHAM, P.J. (eds.): *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge, pp. 206-228.
- OLIVEIRA, José Manuel Pereira de (2000): “Ideias e Cultura do Plano: o ordenamento do território na perspectiva dos espaços urbanos”. In FERREIRA, Maria Júlia (coord.): *Pensar o Ordenamento do Território: ideias, planos, estratégias* (Actas do Seminário). Lisboa, Universidade Nova, pp. 50- 53.
- OLIVIER, Valérie e SIMONNEAUX (2002): “Tourisme et agriculture: synergie et/ou concurrence dans la valorisation des aménités en espace rural”. In *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Actas do VII Encontro Nacional da APDR*. Coimbra, APDR, vol. I, pp. 431-440.
- OSÓRIO, António *et al.* (1989): “Aldeias da Serra da Lousã”. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, Câmara Municipal da Lousã, nº 2, pp. 39-48.
- PAIVA, Jorge (1988): *O coberto vegetal da Serra da Lousã*. In *Livro de Jornadas de Cultura e Turismo*. Lousã, B.M.L./C. M. da Lousã, pp. 75-84.
- PAIVA, Jorge (1990): *O Castanheiro em Portugal*. Cadernos Quercus, série A, nº 4. Coimbra, Quercus, 22 pp.
- PARDAL, Sidónio; CORREIA, Paulo V. D.; LOBO, Manuel Costa (1993): *Normas Urbanísticas – Vol. III. Elementos de Direito Urbanístico. Loteamentos Urbanos. Ordenamento Agro-florestal*. Lisboa, DGOTDU/Universidade Técnica de Lisboa, pp. 85-145.
- PARDAL, Sidónio e LOBO, Manuel Costa (2000): “O conceito de planeamento”. In LOBO, M. da Costa *et al.* (coords.): *Normas Urbanísticas – Vol. IV. Planeamento integrado do território: elementos da teoria crítica*. Lisboa, DGOTDU/Universidade Técnica de Lisboa, pp. 1-10.
- PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1999): *Introdução ao Ordenamento do Território*. Lisboa, Universidade Aberta, nº 177, 210 pp.
- PECQUER, Bernard (1996): *Introduction*. In PECQUER, B. (ed.) : *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris, L’Harmattan.
- PEREIRA, A. Nunes (1988): “Aldeias típicas da Serra da Lousã”. In *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo*. Lousã, B.M.L./C.M.L., pp. 113-125.

- PEREIRA, João V. da Silva (1988): *A Serra do Caramulo. Desintegração de um espaço rural*. Dissertação de doutoramento apresentada à FLUC. Coimbra, 611 pp.
- PEREIRA, José Carlos Seabra (1988): “A Ficção Literária na obra de João Luso”. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, C. M. da Lousã, n.º 11/12 (1996-1997), pp. 3-13.
- PEREIRA, Paulo (2000): “La musealización del patrimonio edificado. Algunos ejemplos”. In NOLASCO, M. L. (coord.): *Museos y museología en Portugal*”, (RDM; monografías, 01). Madrid, Asociación Española de Museólogos, pp. 119-125.
- PEREIRA, Paulo (2001): “«Lugares de passagem» e o resgate do tempo”. In *Património/Estudos*, n.º 1, Lisboa, IPPAR, pp. 6-16.
- PEREIRO PÉREZ, Xerardo (2001): “Patrimonialización y transformación de las identidades culturales”. In CD-Rom do *1º Congresso de Estudos Rurais*. Vila Real, Universidade da Trás-os-Montes e Alto Douro/Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 12 pp.
- PEREIRO PÉREZ, Xerardo (2003): “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 231- 247.
- PESSOA, Duarte (1995): “Mel da Serra da Lousã: projecto de denominação de origem”. In *Informação Florestal*, n.º 8 (Janeiro/Março), pp 13-15.
- PESSOA, Fernando (2001): *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Col. “Viver é Preciso” n.º 20. Porto, Edições Afrontamento.
- PINTO-COELHO, Maria João (1997): *Património Mundial*. Lisboa, Estar.
- PINTO-CORREIA, Teresa *et al.* (2001): “Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental”. In *Finisterra*, vol. XXXVI, n.º 72, Lisboa, CEG, pp. 195-206.
- PIRES, Iva (1986): “Génese e evolução de um centro produtor têxtil. A indústria de lanifícios em Castanheira de Pêra”. In *Finisterra*, 21(42), Lisboa, CEG, pp. 271-309.
- PLAZA GUTIÉRREZ, Juan Ignacio *et al.* (2003): “Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa”. In *Ería* (Revista Cuatrimestral de Geografía), n.º 61, Oviedo, pp. 227-249.
- PNUD (2003): *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*. Lisboa, 367 pp.
- PORTELA, José (2003): “Portugal-Chão: que futuro futurível?”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 3- 33.
- PRAT i SOLER, Jordi (1989): “La política de montaña en Cataluña”. In *Estudios Territoriales*, 29, pp. 117-130.

- PRATS, Josep (2001): “El proceso de elaboración del plan de ordenación del turismo en el parque natural de la zona volcánica de la garrotas, según la carta europea de turismo sostenible en los espacios protegidos”. In *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 31, pp. 205-213.
- PRENTICE, Richard (1999): *Tourism and Heritage Attractions*. London, Routledge, pp. 21-50.
- PRIMO, Judite (1999): “Pensar contemporaneamente a museologia”. In *Cadernos de Sociomuseologia*, 16, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- PUEBLA, Juan Miguel Albertos (2003): “Cultura, innovación y desarrollo local”. In *Boletín de la A.G.E.*, nº 34 (2002), pp. 229-244.
- PUENTE FERNÁNDEZ, Leonor (2002): “El paisaje agrário en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales”. In *Actas del XI Coloquio de Geografía Rural. Los espacios rurales entre el hoy y el mañana*. Santander, Universidad de Cantabria (Servicio de Publicaciones), pp. 234-242.
- PUJADAS, R. e FONT, J. (1998): *Ordenación y planificación territorial*. Madrid, Editorial Síntesis, pp. 265-283.
- QUEIRÓS, Rui (1979): A reserva florestal da Mata do Sobral: estudo para o seu estabelecimento. Relatório final do curso de engenheiro silvicultor. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- RAPOSO, Luís (2002): “A ação do Museu Nacional de Arqueologia no estabelecimento de parcerias e sistemas cooperativos em rede”. In *IPM/RPM: Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa, Instituto Português de Museus, pp. 91-108.
- REBELO, Elvira (2001): “As pessoas, as comunidades e os patrimónios: reflexões em torno da história de uma necessidade”. In *Estudos/Património*, n.º 1, Lisboa, IPPAR, pp. 116-121.
- REBELO, Fernando (1975): *Serras de Valongo. Estudo de Geomorfologia*. Dissertação de doutoramento em Geografia Física apresentada à FLUC. Coimbra, 194 pp.
- REIGADO, Felisberto Marques (2000): *Desenvolvimento e Planeamento Regional I*. Col. Referência n.º 25, Lisboa, Editorial Estampa, 356 pp.
- REIS, José (1996): “Nota de Apresentação”. In SANTOS, Maria da Graça: *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*. Coimbra, CCRC, p. 5.
- REIS, José (1998): “Interior, desenvolvimento e território”. In *Perspectivas de desenvolvimento do interior*; Debates Presidência da República Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- REIS, José (1999): “O rural e o urbano: as novas soluções institucionais e o problema da densidade dos meios”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Estudos Para o Planeamento Regional e Urbano n.º 50, Lisboa, CEG/UL, pp. 33-35.
- RIBAS VILÀS, Jordi (1992): “Planificación y gestión del paisaje rural”. In Maria de BOLÓS Y CAPDEVILA (dir.): *Manual de Ciência del Paisaje. Teoría, métodos y aplicaciones*, Colección de Geografía. Barcelona, pp. 3-11.
- RIBEIRO, Aquilino (1958): *Quando os lobos uivam*. Lisboa, Bertrand, 410 pp.
- RIBEIRO, J. Cadima et al. (2002): “O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal”. In *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Actas do VII Encontro Nacional da APDR*. Coimbra, APDR, vol. I, pp. 329-341.
- RIBEIRO, Manuela (2003): “Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 199-215.
- RIBEIRO, Maria Aparecida (1998): “O Brasil no jornalismo de João Luso”. In *Arunce* (Revista de Divulgação Cultural). Lousã, C. M. da Lousã, n.ºs 11/12 (1996-1997), pp. 15-26.
- RIBEIRO, Orlando (1945): *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Coimbra. Coimbra Editora, 245 pp.
- RIBEIRO, Orlando (1949): *Le Portugal Central* (Livret-guide de l’excursion C du XVI Congrès International de Géographie). Lisboa, pp. 121-146 (reimpressão da 1.ª edição; 1982).
- RICHARDS, Greg (1998): “Cultural tourism in Europe: recent developments”. In *Proceedings of European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, pp. 105-113.
- RODRIGUES, Ana Paula Santana (1985): *Industrialização em áreas rurais. Carregal do Sal, Gouveia, Miranda do Corvo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra, 234 pp.
- RODRIGUES, Ana Paula Santana (1993): *Acessibilidade e utilização dos cuidados de saúde: ensaio metodológico em Geografia da Saúde*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 520 pp.
- RIVA, Eduardo Ruiz de la (2002): “Thoughts about territorial heritage”. In *Libro del I Congreso Internacional El Nuevo Pueblo. El futuro de los espacios rurales*. Santander, Universidad de Cantabria, p. 79.

- RIVIÈRE, George Henri (1989): *La Muséologie*, Paris, Bordas (trad. cast., *La Museologia*, trad. de Antón Rodríguez Casal, Madrid, Akal, 1993).
- RODRIGO, Isabel (2003): “A questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas da União Europeia”. In PORTELA, José e CALDAS, João Castro (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 167-187.
- RODRÍGUEZ MARTINEZ, Francisco (2001): “Las montañas: poblamiento y sistemas agrarios”. In Antonio GIL OCINA, Antonio e GÓMEZ MENDOZA, Josefina (coords.): *Geografía de España*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 371-391.
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Fermín (1996): “El desarrollo local, una aplicación geográfica. Exploración teórica e indagación sobre su práctica”. In *Eria* (Revista Cuatrimestral de Geografía), nº 39-40, Oviedo, pp. 57-73.
- ROMANCINI, Sónia (2003): “Cuibá: seus espaços e memória”. In ABREU, Mauricio (ed./org.): *Historical dimensions of the relationship between space and culture* (Rio Conference 2003). Rio de Janeiro, Commission on the Cultural Approach in Geography/International Geographical Union e Universidade Federal do Rio de Janeiro (edição em cd-rom).
- ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (1999): “Apresentação”. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.): *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 7-13.
- ROSETA, Helena (1999): “A cidade insustentável ou as quatro condições da sustentabilidade urbana”. In *Urbanismo*. Lisboa, Associação dos Urbanistas Portugueses, nº 3, Lisboa, pp. 12-22.
- RUBIO ROMERO, Patricio (1997): “Tipos de modelos en la geografía del paisaje”. In *Revista de Geografía*, vol. XXX-XXXI, Barcelona, Universidade de Barcelona, pp. 35-52.
- SALES, Luísa M. S. Luz (1991): *Mata do Sobral: resumo de actividades para a exposição, visitas de estudo e mesa-redonda (...)*. Lousã, Escola Secundária da Lousã (policopiado).
- SALOM CARRASCO, Julia (2000): “Los lugares y los procesos de globalización”, in *Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*. Málaga, CEDMA, pp. 171-186.
- SAMPAIO, Adrião P. Forjaz de (1838): *Uma viagem à Serra da Lousã no mês de Julho de 1938*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 43 pp.
- SAMPAIO, Adrião P. Forjaz de (1938): *Uma viagem à Serra da Lousã no mês de Julho de 1938*. Lousã, Biblioteca Pública da Câmara Municipal. (4ª edição).

- SAMPAIO, Joaquim O. Martins (1998): *A residência secundária em Esposende. Estudo sobre o impacte da residência secundária na dinâmica e organização do território de um concelho do Litoral Norte de Portugal Continental e periférico à Área Metropolitana do Porto*, Porto, Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à FLUP, Porto, 205 pp.
- SANTANA, Ana Paula (1995): “Interpretação da imagem e qualidade ambiental de Barcelos”. In *Cadernos de Geografia*. Coimbra, IEG/FLUC, nº 14, pp. 17-36.
- SANTO, Maria do Espírito (1954): “A Lousã dos antigos”. In *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra, nºs 8 e 9, pp. 31-34.
- SANTOS, João Augusto *et al.* (1911): *A Câmara da Lousã e o regímen florestal*. Porto, Empresa Guedes.
- SANTOS, Jorge Serafim Reis dos (1999): *Estudo dos efeitos do fogo controlado nos componentes químicos do solo e na composição florística das comunidades vegetais da Serra da Lousã*. Vila Real, UTAD.
- SANTOS, Maria da Graça (1996): *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*. Coimbra, CCRC, 318 pp.
- SAUER, Carl (1998 [1925]): “A Morfologia da Paisagem”. In CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.): *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 12-74.
- SARAIVA, Maria da Graça (1999): *O rio como paisagem. Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Textos Universitário de Ciências Sociais e Humanas, Fundação para a Ciência e Tecnologia e Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 512 pp.
- SCOTT, Peter (1998): “Development issues in marginal regions”. In JUSSILA, Heikki *et al.* (eds.): *Perceptions of marginality (...)*. Aldershot, Ashgate, pp. 7-24.
- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1998): *Portugal. Uma visão estratégica para vencer o século XXI. Plano nacional de desenvolvimento económico e social 2000-2006*. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- SERRA, Maria Beatriz Alvão (1961): *A Bacia da Lousã. Estudo Geográfico*. Tese de licenciatura em Ciências Geográficas apresentada à FLUC. Coimbra, 72 pp.
- SERRANO CAÑADAS, Enrique (2000): “La montaña, pasión y erudición”. In *Ería* (Revista Cuatrimestral de Geografía), nº 52, Oviedo, pp. 190-194.
- SHUCKSMITH, Mark (2002): “Development and ruralities in Europe: processes and change and social exclusion in rural areas”. In *Desenvolvimento e Ruralidades*

- no Espaço Europeu*. Actas do VII Encontro Nacional da APDR. Coimbra, APDR, vol. I, pp. 15-35.
- SILLOS, Jacques (2003): “Valores e significados da paisagem através da análise morfológica do espaço urbano”; in ABREU, Mauricio (Editor/Organizador): *Historical dimensions of the relationship between space and culture* (Rio Conference 2003). Rio de Janeiro, Commission on the Cultural Approach in Geography/IGU e Universidade Federal do Rio de Janeiro (edição em cd-rom).
- SILVA, J. A. Matos da; COSTA, V. Maia e (1994): “Roteiro de Carlos Reis na Lousã”. In *Nova Augusta* (Revista de Cultura da Biblioteca Municipal de Torres Novas), n.º 8, pp. 101-117.
- SILVA, Carlos Nunes (1999): “Administração autárquica e *governance* local”. In CAVACO, Carminda (coord.). *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano n.º 50. Lisboa, CEG/UL, pp. 69-72.
- SILVEIRA, Carmen Beatriz (2003): “Centralidades no tecido urbano: a construção de identidades e os espaços de memória”. In ABREU, Mauricio (ed./org.): *Historical dimensions of the relationship between space and culture* (Rio Conference 2003). Rio de Janeiro, Commission on the Cultural Approach in Geography/International Geographical Union e Universidade Federal do Rio Janeiro (edição em cd-rom).
- SILVEIRA, Paulo Cardoso da (2000): “O género Festuca L. nas serras do Açor e Lousã”. *Sep. de Portugália e Acta Biol*, 19, Coimbra, FCTUC, pp. 361-372.
- SOARES, Elisa (1996-a): “Naturalismo. Pintores da Segunda Geração”. In IPM: *Museu Nacional de Soares dos Reis. Pintura Portuguesa: 1850-1950*, pp. 196-197.
- SOARES, Elisa (1996-b): “Naturalismo. Pintores da Primeira Geração”. In IPM: *Museu Nacional de Soares dos Reis. Pintura Portuguesa: 1850-1950*, pp. 69-71.
- STADELBAEUR, Jörg (1991): “Utilization and management of resources in mountain regions of the (former) Federal Republic of Germany”. In *Mountain Research and Development*, vol. 11, nº 3, pp. 231-238.
- STÖHR, W. (1974): *Regional development- experiences and projects in Latin America*. The Hague.
- STOREY, David (1999): “Issues of integration, participation and empowerment in rural development: the case of LEADER in the Republic of Ireland”. In *Journal of Rural Studies*, vol. 15, nº3; Pergamon Press; London.
- SYRETT, Stephen (1995): *Local Development. Restructuring, locality and economic initiative in Portugal*. Aldershot, Ashgate, 372 pp.

- TABORDA, Vergílio (1932): *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Dissertação de doutoramento em ciências geográficas apresentada à FLUC. Coimbra, Imprensa de Coimbra, 224 pp.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro (2002): “Prefácio”. In BARATA, Filipe Themudo e MASCARENHAS, José Manuel (2002): *Preserving the Land's Memories. The Tourega/Valverde Cultural Park*. Évora, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, pp. 8-9.
- TORGA, Miguel (1970): *A Criação do Mundo II (O Terceiro Dia)*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 4ª edição.
- TORGA, Miguel (1973): *Diário*, vol. IV, 3ª edição, p.166.
- TORGA, Miguel (1960): *Diário*, vol. II, 3ª edição, p.171.
- TORGA, Miguel (1983): *Diário*, vol. XIII, 1ª edição, p.157.
- TORGA, Miguel (1991): *Diário*, vol. X, 2ª edição, pp. 190-191.
- TORGA, Miguel (2007): *Cântico do Homem*. Paço de Arcos, Visão/JL 62 pp. (edição coordenada por José Carlos de Vasconcelos, a partir do original publicado em 1950).
- TREVIM (2003): “Os serranos, segundo Mário Braga”. In *Jornal Trevim*, 859 (22.05.03), p.3.
- TROITIÑO VINUESA, Miguel (1998): “Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas”. In *Eria* (Revista Cuatrimestral de Geografía), nº 47, Oviedo, pp. 211-227.
- TROUGHTON, Michael (1999): “Rural heritage and rural sustainability: an assessment of the linkages and an example from southern Ontario (Canada)”. In BOWLER, Ian et al. (eds): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. IGU Commission on “The Sustainability of Rural Systems”/Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, série estudos nº 2, pp. 27-39.
- VARETA, Nicole Devy (1985): “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a «Coutada Velha» do Rei”. In *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I série, vol. I, pp. 47-67.
- VARETA, Nicole Devy (1986): “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do renascimento (séc. XV e XVI)”. In *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I série, vol. I, pp. 5-37.
- VARETA, Nicole Devy (1993): *A floresta no espaço e no tempo em Portugal. A arborização da Serra da Cabreira*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 575 pp. (policopiado).

- VASCONCELOS, Lia (2003): “O território em contextos expandidos de participação. O desenvolvimento sustentável local”. In CAETANO, Lucília (coord): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, CEG, pp. 278-290.
- VASCONCELOS, Teresa (1995): *Efeitos da reflorestação com Eucalipto em populações de colêmbolos (Insecta, Collembola) de um pinhal da serra da Lousã*. Tese de mestrado em Ecologia Animal. Coimbra, FCTUC.
- VAZ, Leopoldo (1999): “O Esquema de desenvolvimento do Espaço Comunitário – EDEC”. In *Urbanismo*. Lisboa, Associação dos Urbanistas Portugueses, n.º 4, pp. 23-29.
- VAZ, Leopoldo e SACADURA, F. Cabral (2000): “Ideias e Cultura dos Planos: que influência no processo de Planeamento”. In FERREIRA, Maria Júlia (coord.): *Pensar o Ordenamento do Território: ideias, planos, estratégias* (Actas do Seminário). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, pp. 96-109.
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio (1999): “La política de desarrollo económico local en Europa”. In RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. (ed.): *Manual de Desarrollo Local*, Ediciones TREA, pp. 42-60.
- VIANA, José Isidoro (1967): *Uma digressão à Lousã em 1846*. Lousã. Tipografia Lousanense, 65 pp. (com introdução de Eugénio de Lemos).
- VILLALLÓN, Josefina Cruz (2002): *La ordenación del territorio en los espacios rurales* (comunicação apresentada ao XI Colóquio de Geografia Rural da Associação de Geógrafos Espanhóis). Santander.
- VINCENT, J.-M. (1997): “Instruments et enjeux de la connaissance du patrimoine urbain”. In NORA, P. (Dir.): *Science et Conscience du Patrimoine. Actes des Entre-tiens du Patrimoine*. Éditions du Patrimoine, pp. 196-230.
- VÍTOR, António (1955): *Poemas*. Lousã, Gráfica da Lousã, 64 pp.
- ZOIDO NARANJO, Florencio (1996): “Ordenación del territorio: evolución reciente de las principales estructuras y sistemas territoriales”. In *Boletim da A.G.E.*, nº 21-21, 1995-1996, pp. 67-79.
- ZOIDO NARANJO, Florencio *et al.* (GRUPO ADUAR) (2000): *Diccionario de geografía urbana, urbanismo y ordenación del territorio*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 244-248.
- WEARING, Stephen and NEIL, John (2000): *Ecotourism (impacts, potenciales and possibilities)*, Butterworth Heinemann, pp. 10-21; 130-138.

Bibliografia e fontes em páginas da Internet

- AEM (Associação Europeia dos Eleitos de Montanha) (2003): *Declaração relativa à integração das regiões de montanha nas políticas comunitárias e uma política europeia da montanha*.
(In <http://aem.com.htm>; consulta em 23.01.2004).
- AGE/Asociación de Geógrafos Españoles (2002): *Declaración Internacional sobre la Educación Geográfica para la Diversidad Cultural de la Comisión de Educación Geográfica de la UGI* (Seúl, Corea del Sur, Agosto de 2000).
(In <http://www.age.es>; consulta em 12.09.2002).
- APEP/Associação Portuguesa de Ecologia da Paisagem (2000): *Resoluções e Conclusões das I Jornadas Ibéricas de Ecologia da Paisagem* (Bragança, Portugal).
(In [www.http://paisagem.2001.esa.ipb.pt/webibept.htm](http://paisagem.2001.esa.ipb.pt/webibept.htm); consulta em 15.04.2002).
- ARAQUE JIMÉNEZ, Eduardo e PLAZA GUTIÉRREZ, Juan Ignacio (2004): *La imagen de la montaña. Principales manifestaciones de cambio y argumentos explicativos*.
(In <http://www.age.es/montañasespañolas>; consulta em 20.11.2004).
- BARRETO, Kalidás e CRAVINO, Ana (s/d): “Um Projecto de Museu Têxtil em Castanheira de Pêra”. In *Notícias da Região*.
(In <http://www.terravista.pt/portosanto/7302/noticias.html>; consulta em 03.05.2002).
- CEU (2001): *Nouvelle Carte*. (em <http://www.ceu-ectp.org>; consulta em 18.09.2001).
- CMFV (Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos) (2004): *José Malhoa*.
(In <http://www.cmfigueirodosvinhos.pt>; consulta em 12.01.2004).
- COMISSÃO EUROPEIA (2000): *Urban*.
(In <http://www.europe.int/comm/regional/policy/sources.html>; consulta em 12.09.2001).
- COMISSÃO EUROPEIA (2001): *Final Conclusions issued by the German Presidency at the close of Informal Council of the EU Ministers responsible for Spatial Planning held in Potsdam on 10-11 May 1999*.
(In <http://www.europe.int/comm/regional/policy/sources.html>; consulta em 27.06.2001).
- COMISSÃO EUROPEIA (2002): *Las acciones estructurales en beneficio de la ordenación del territorio*. (In http://www.europa.eu.int/comm/regional_policy/themes/spatial_es.htm; consulta em 12.09.2001).
- CONSEIL DE L'EUROPE (1995): *Recommendation relative à la Conservation des Sites Culturels Intégrée aux politiques du Paysage*. (In <http://www.coe.org.paysage.html>; consulta em 12.1.2003).

- CONSEIL DE L'EUROPE (2002-a) : *Patrimoine*. (In <http://www.coe.org/patrimoine.html>; consulta em 24.06.02).
- CONSEIL DE L'EUROPE (2002-b): *Patrimoine et Société*.
(In http://www.coe.org/patrimoine/patrimoine_et_société.html; consulta em 24.06.02).
- CONSEIL DE L'EUROPE (2002-c): *5th European Conference of Ministers responsible for the cultural heritage. Resolution on the role of cultural heritage and the challenge of globalization*.
(In <http://www.coe.org/heritage/resources.html>; consulta em 24.06.02).
- CONSEIL DE L'EUROPE (2002-d) : *Recommandation du Comité des Ministres aux États membres relative a la Pédagogie du Patrimoine (1998)*.
(In <http://www.coe.org/patrimoine/ressouces/textes.html>; consulta em 24.06.02).
- CONSEIL DE L'EUROPE (2002-e): *Quatrième Conférence européenne des Ministres responsables du patrimoine culturel : Déclaration d'Helsinki sur la dimension politique de la conservation du patrimoine en Europe (1986)*.
(In <http://www.coe.org/patrimoine/ressources/textes.html>; consulta em 24.06.03).
- EUROPEAN UNION (1999): *Cultural Heritage*.
(In <http://europe.eu.int/comm/culture.htm>; consulta em 20.01.03).
- EUROPEAN UNION (2001): *Final Conclusions issued by the German Presidency at the close of Informal Council of the EU Ministers responsible for Spatial Planning held in Potsdam on 10-11 May 1999*.
(In <http://europe.int/comm/regional/policy/sources.html>; consulta em 27.06.2001).
- EUROPEAN UNION (2003): *El patrimonio, factor desarrollo económico*.
(In <http://europe.eu.int/comm/culture.htm>; consulta em 20 de Janeiro de 2003).
- ICOM (2002): *Definition of a Museum*. (In <http://www.icom.org>; consulta em 12.09.02).
- IPPAR (2003): *Itinerários e Inventários Temáticos*. (In <http://www.ippar.pt>; consulta em 12/10/2003.)
- MADRP (2002): *Iniciativa Comunitária a favor do desenvolvimento rural: Programa LEADER+. Portugal – Relatório 2001*.
(In <http://www.madrp.pt>; consulta em 12 de Janeiro de 2004)
- MADRP (2003): *Relatório de execução do Programa LEADER+ em Portugal (2002)*.
(In <http://www.madrp.pt>; consulta em 12 de Janeiro de 2004)
- MESSNER, Reinhold (2001): *El decálogo de las montañas* (In <http://www.desnivel.com>; consulta em 3/6/2001).

- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Fermín (2004): *Grupo de trabajo sobre desarrollo local* de la AGE.
(In <http://www.uniovi.es/ccodet/gtdesarrollolocal.html>; consulta em 20.11.2004).
- SERRANO RODRÍGUEZ, Antonio (2003): *Nuevos territorios para nuevas sociedades: IV Congreso Internacional de Ordenación del Territorio*. (In <http://www.ciot2003.org/presentation.html>; consulta em 12.12.2002).
- UNESCO (1989): *Recomendação relativa à salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. (In <http://www.unesco.org.heritage.html>; consulta em 30 de Março de 2003).
- UNESCO (2000): *World Heritage*. (In <http://www.unesco.org.heritage.html>; consulta em 12 de Março de 2000).
- UNESCO (2003): *World Heritage*. (In <http://www.unesco.org.heritage.html>; consulta em 21 de Fevereiro de 2003).
- UNIÃO EUROPEIA (1995): *Parecer do Comité das Regiões sobre a “Carta Europeia das Regiões de Montanha (Cdr 59/95)”*.
(In <http://europe.eu.int/montanhas.htm>; consulta em 23 de Janeiro de 2004).
- UNIÃO EUROPEIA (2003-a): *Políticas do património cultural*.
(In <http://europe.eu.int/comm/culture.htm>; consulta em 30 de Março de 2003).
- UNIÃO EUROPEIA (2003-b): *Relatório do Comité das Regiões sobre «A política comunitária para as zonas de montanha» (2003/C128/05)*.
(In <http://europe.eu.int/montanhas.htm>; consulta em 23 de Janeiro de 2004).
- UNIÃO EUROPEIA (2003-c): *Parecer do Comité Económico e Social sobre «O futuro das regiões de montanha na União Europeia (2003/C61/19)*.
(In <http://europe.eu.int/montanhas.htm>; consulta em 23 de Janeiro de 2004).
- UNIÃO EUROPEIA (2004): *Conclusões da 2ª Conferência Europeia sobre o desenvolvimento rural* (Salzburgo, 12-14 de Novembro de 2003).
(In <http://europe.eu.int/agriculture/events/salzburg.htm>; consulta em 30 de Março de 2004).

Estatísticas e bases de dados

- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ: *Boletins Estatísticos (QC e QL) de Construção* (1990-2001). CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ: *Livros de registo de licenças de construção* (1950-2001).
- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ: *Livros de registo de licenças de habitabilidade/ utilização* (1955- 2001).

CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ: *Livros de registo de alvarás de loteamentos urbanos (1960- 2001)*.

DUECEIRA (2000): *Base de dados do LEADER/ELOZ (1994-2000)*.

DUECEIRA (2003): *Projectos aprovados no âmbito do LEADER+.ELOZ (31.12.2003)*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002): *Atlas das cidades de Portugal*. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1860-2001): *Recenseamentos da população e da habitação*. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999): *Indicadores Urbanos do Continente*. Série Estudos nº 80. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística e Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (colaboração), 218 pp.

Diplomas

- . Lei nº 13/85, de 6 de Julho. In *Diário da República*, I Série, n.º 153, 1865-1874. (Património cultural português).
- . Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro. In *Diário da República*, I Série-A, nº 19, pp. 271-277. (Rede nacional de áreas protegidas).
- . Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, em *Diário da República*, I Série-A, nº 222, pp. 6590-6622. (Sistema e instrumentos de gestão territorial).
- . Lei nº 48/98, de 11 de Agosto. In *Diário da República*, I Série-A, nº 184, pp. 3869-3875. (Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo).
- . Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro. In *Diário da República*, I Série-A, nº 209, pp. 5808-5929. (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural português).
- . Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2002, de 11 de Abril. In *Diário da República*, Série I-B, nº 85, pp. 3533-3536. (Programa nacional da política de ordenamento do território).

Projectos e instrumentos de gestão territorial

ARCIL (1993): *ARCIL-SERRA. Recuperação das aldeias de Silveira de Cima e Silveira de Baixo (Serra da Lousã)*. Lousã.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL (2001): *Plano de Aldeia: Benfeita* (elaborado pelo Gabinete Técnico Local de Arganil).

- CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO (2002): *Plano de Aldeia: Sarzedas*.
- CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO (2002): *Plano de Aldeia: Janeiro de Cima*.
- CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS (2002): *Planos de Aldeia: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena*. Góis, Gabinete Técnico Local de Góis.
- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ/Gabinete Técnico Local (1989): *Plano de Salvaguarda das Aldeias Serranas*.
- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ (1993): “Plano Director Municipal da Lousã”. In *Diário da República*, 1ª série-B, nº 103, 4-5-1993, pp. 2252-2266.
- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ (1992): “Plano Geral de Urbanização (PGU) da vila da Lousã”. In *Diário da República*, 2ª série, nº 244, 22-10-1992.
- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ (1997): “Plano de Pormenor da Zona da Avenida do Dr. José Maria Cardoso-Rua do Dr. Pedro de Lemos”. In *Diário da República*, 1ª série-B, nº 79, 4-4-1997, pp. 1521-1522.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO (2002): *Plano de Aldeia: Gondramaz*.
- CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS (2002): *Plano de Aldeia de Álvaro*.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA (2002): *Plano de Aldeia: Núcleo Histórico da Aldeia de Fajão*.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA (2002): *Plano de Aldeia. Ferraria de São João*.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PROENÇA-A-NOVA (2002): *Acção de Desenvolvimento Integrado. Os Planos de Aldeia (Figueira, Pedreira, Oliveiras e Cunqueiros)*.
- CÂMARA MUNICIPAL DA SERTÃ (2002): *Plano de Aldeia de Pedrógão Pequeno* (elaborado pelo Gabinete de Apoio Técnico dos municípios de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei).
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI (2002): *Plano de Aldeia de Água Formosa* (elaborado pelo Gabinete de Apoio Técnico dos municípios de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei).
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO (2002): *Plano de Aldeia: Foz do Cobreão*.
- DUECEIRA (2001): *Plano de Desenvolvimento Local da DUECEIRA (Candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+)*. *Plano de Desenvolvimento de Novas Ruralidades*. Lousã, Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça.
- SANTOS PINHEIRO (2002-a): *Plano das Aldeias Serranas. Cerdeira*.
- SANTOS PINHEIRO (2002-b): *Plano das Aldeias Serranas. Aldeia de Vaqueirinho*.
- SANTOS PINHEIRO (2002-c): *Plano das Aldeias Serranas. Aldeia de Catarredor*.

SANTOS PINHEIRO (2002-d): *Plano das Aldeias Serranas. Aldeia de Candal.*

TECNOPOR (2002-a): *Plano das Aldeias Serranas. Casal Novo.*

TECNOPOR (2002-b): *Plano das Aldeias Serranas. Talasnal.*

TECNOPOR (2002-c): *Plano das Aldeias Serranas. Chiqueiro.*

Suportes cartográficos

Carta Administrativa de Portugal, escala 1:250.000, Lisboa, Comissão Nacional do Ambiente, 1983.

Carta Corográfica de Portugal, escala 1:50.000, folha 19-D [Coimbra (Lousã)], Instituto Geográfico e Cadastral, Edição 2, 1992.

Carta Corográfica de Portugal, escala 1:50.000, folha 23-B (Figueiró dos Vinhos), Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, Edição 2, 1987.

Carta Corográfica de Portugal, escala 1:50.000, folha 20-C (Góis), Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, Edição 3, 1988.

Carta Corográfica de Portugal, escala 1:50.000, folha 24-A (Oleiros), Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, Edição 2, 1982.

Carta Hipsométrica de Portugal, escala 1:600.000, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1982.

Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 242 (Foz de Arouce/Lousã), Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, 1983 (edição 2).

Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 242 (Foz de Arouce/Lousã), Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2001 (edição 3).

Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 243 (Góis), Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, 1992 (edição 2).

Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 251 (Condeixa-a-Nova), Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2001 (edição 3).

Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 252 (Lousã), Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, 1983 (edição 2).

Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 252 (Lousã), Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2000 (edição 3).

Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 253 (Pampilhosa da Serra) Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 1993 (edição 2).

Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 263 (Espinhal/Penela), Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, 1984 (edição 2).

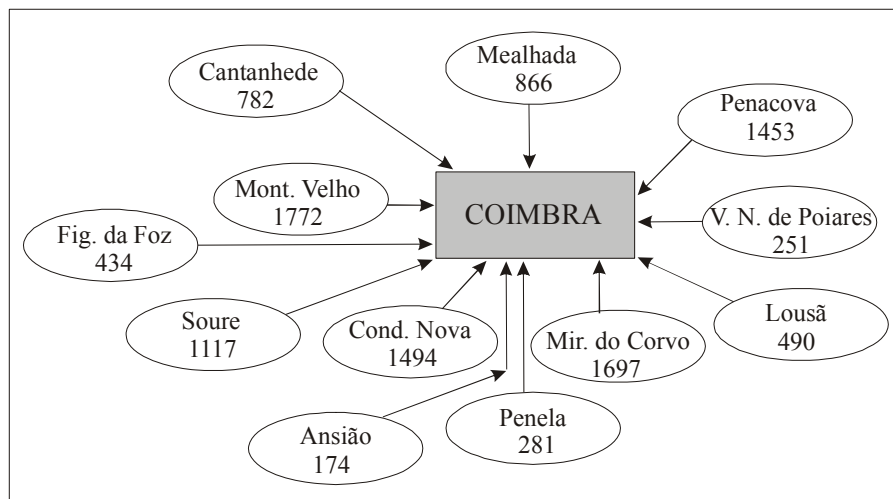
- Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 264 (Castanheira de Pêra), Lisboa, Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, 1984 (edição 2).
- Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 265 (Madeira/Oleiros), Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 1993 (edição 2).
- Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folha n.º 276 (Figueiró dos Vinhos), Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, 1984 (edição 2).
- Planta da Vila da Lousã (Álvaro Viana de Lemos), 1905, escala 1: 5000. Lousã, Arquivo Histórico.
- Planta da Vila da Lousã (João de Moura Coutinho), 1918. Lousã, Arquivo Histórico.
- Plantas da Vila da Lousã (SUFIL), 1945, escala 1:2000. Lousã, Arquivo Histórico.
- Planta da Vila da Lousã, 1994, escala 1:2000. Lousã, Gabinete de Apoio Técnico da Lousã.
- Planta da Vila da Lousã, 2002, escala 1:2000. Lousã, Câmara Municipal da Lousã.
- Plantas das aldeias serranas da Lousã (Candal; Casal Novo; Catarredor; Cerdeira; Chiqueiro; Talasnal; Vaqueirinho), 2002, escala 1:500. Lousã, Câmara Municipal da Lousã.

Fotografia e ilustrações

Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Lousã
Paulo Manuel de Carvalho Tomás

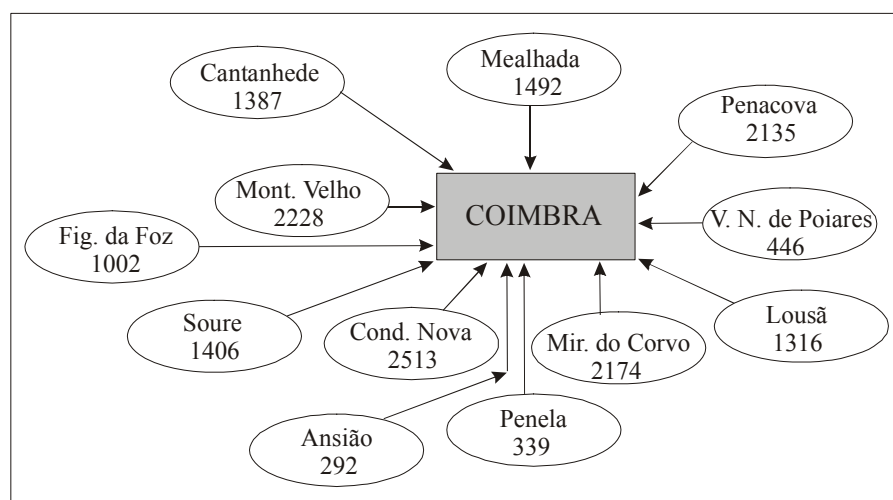
Anexos

Anexo 1 – Figuras



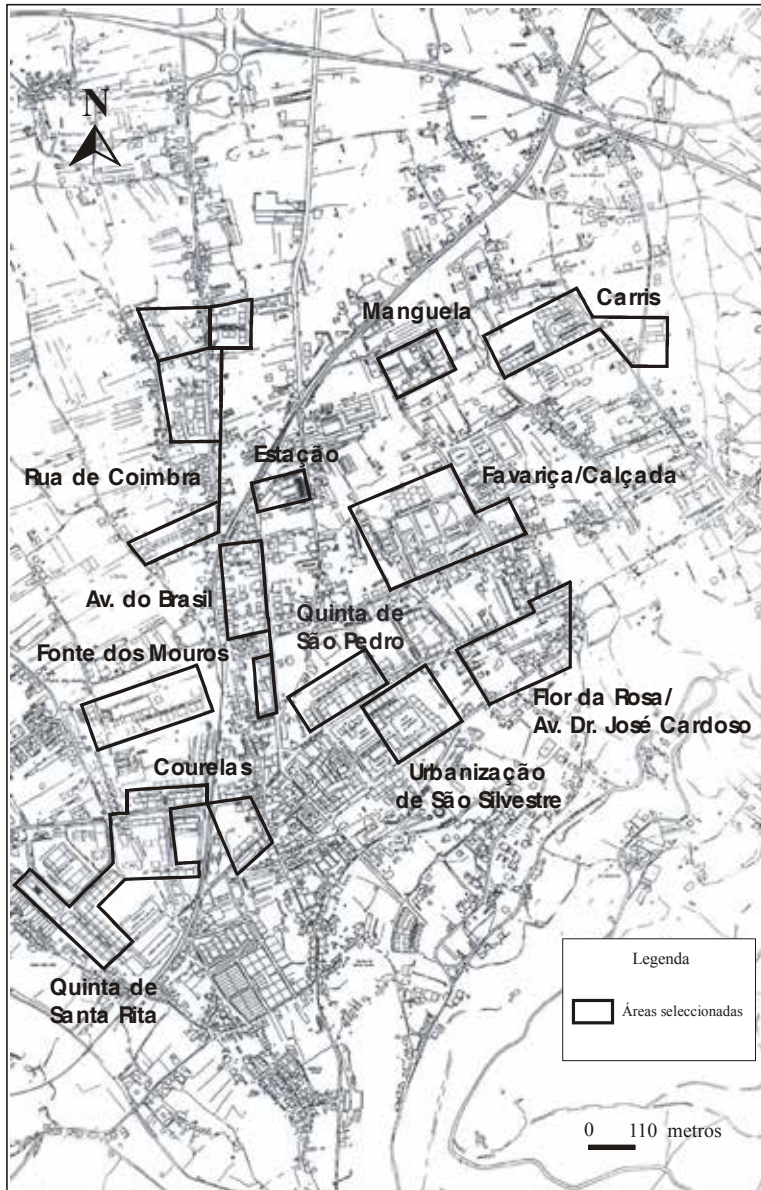
Fonte: *Censos 91*. Lisboa, INE. (elaboração própria)

Figura I – Principais fluxos pendulares de trabalhadores para Coimbra em 1991



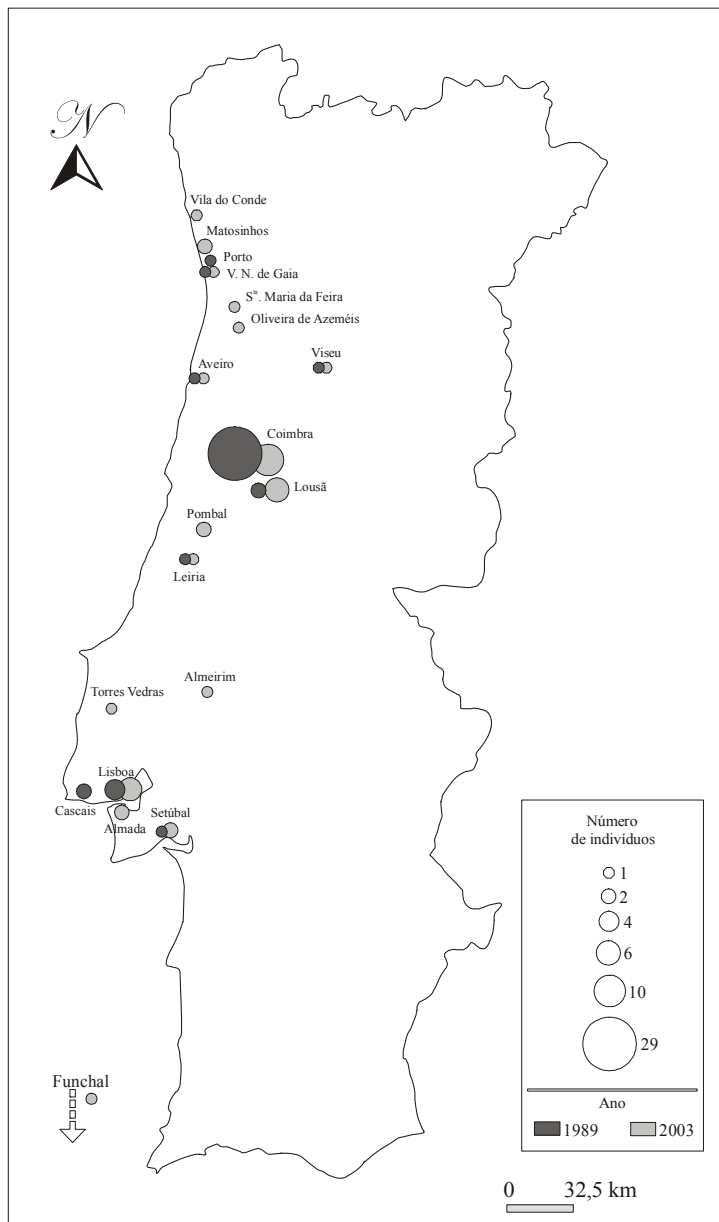
Fonte: *Censos 2001*. Lisboa, INE. (elaboração própria)

Figura II – Principais fluxos pendulares de trabalhadores para Coimbra em 2001



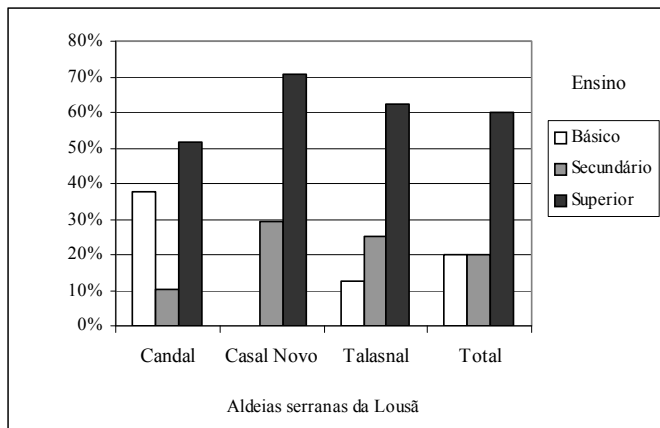
Elaboração própria

Figura III – Distribuição dos inquéritos na vila da Lousã (2003)



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas da Lousã (2003)

Figura IV – Residência dos Inquiridos, proprietários de residência secundária no Casal Novo e Talasnal, em 1989 e 2003



Fonte: Inquéritos às aldeias serranas da Lousã (2003)

Figura V – Nível de escolaridade dos proprietários de residência secundária nas aldeias serranas da Lousã

Anexo 2 – Quadros

Quadro I – Calendarização e síntese do “Ecomuseu da Serra da Lousã”

Fases	Iniciativas/Intervenções	Execução temporal	Custos
1ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Estabelecimento de Protocolos de Parceria * Recuperação e adaptação do edifício do Núcleo Sede * Implementação do Núcleo de Gastronomia e Doçaria Regional * Núcleo do Candal - Aquisição de equipamento 	<p>4º Trimestre de 2000</p> <p>e</p> <p>1º Trimestre de 2001</p>	623 500 €
2ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Intervenção nas Aldeias de Xisto * Recuperação e adaptação do edifício do Núcleo de Pintura Serrana * Promoção de Produtos Típicos 	<p>2º Semestre de 2001</p> <p>a</p> <p>2º Semestre de 2002</p>	623 500 €
3ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Recuperação e implementação do edifício para Núcleo de Investigação * Fornos de Cal * Moinhos de Água * Circuitos pedestres temáticos * Estudo - “Estrada Real” * Edição de Publicações 	<p>2º Semestre de 2002</p> <p>até final</p> <p>de 2003</p>	374 000 €

Fonte: Câmara Municipal da Lousã, 2000.
(Publicado em CARVALHO, 2001-a)

Quadro II – Rede Portuguesa de Museus (2004)

Nº	Designação	Morada	Tutela	Abertura
1	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	Lisboa	Instituto Português de Museus	1980
2	Museu da Água	Lisboa	Empresa Port. das Águas Livres	1919
3	Museu Arqueológico do Carmo	Lisboa	Ass. dos Arqueólogos Port.	1864
4	Museu de Arte Popular	Lisboa	Instituto Português de Museus	1948
5	Museu Calouste Gulbenkian	Lisboa	Fundação Calouste Gulbenkian	1969
6	Museu Nac. de Arte Contemporânea	Lisboa	Instituto Português de Museus	1911
7	Museu de Ciência da Univ. de Lisboa	Lisboa	Universidade de Lisboa	1985
8	Museu das Comunicações	Lisboa	Fundação Port. das Comunicações	1997
9	Museu Geológico	Lisboa	Instituto Geológico e Mineiro	1856
10	Museu da Música	Lisboa	Instituto Português de Museus	1994
11	Museu Nacional de Arqueologia	Lisboa	Instituto Português de Museus	1893
12	Museu Nacional de Arte Antiga	Lisboa	Instituto Português de Museus	1884
13	Museu Nacional do Azulejo	Lisboa	Instituto Português de Museus	1980
14	Museu Nacional dos Coches	Lisboa	Instituto Português de Museus	1905
15	Museu Nacional de Etnologia	Lisboa	Instituto Português de Museus	1965
16	Museu Nacional do Teatro	Lisboa	Instituto Português de Museus	1982
17	Museu Nacional do Traje	Lisboa	Instituto Português de Museus	1975
18	Museu de São Roque	Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	1898
19	Casa-Museu Guerra Junqueiro	Porto	Câmara Municipal do Porto	1934
20	Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio	Porto	Câmara Municipal do Porto	1978
21	Museu de Arte Cont. de Serralves	Porto	Fundação de Serralves	1989
22	Museu do Carro Eléctrico	Porto	Soc. de Transp. Colectivos do Porto	1992
23	Museu da Cidade	Porto	Câmara Municipal do Porto	Ind.
24	Museu da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Mesquita da Carvalho	Porto	Fundação M ^ª . Isabel Guerra Junqueiro e Luís Mesquita de Carvalho	2000
25	Museu Nacional da Imprensa	Porto	Ass. Museu de Imprensa	1997
26	Museu Nacional de Soares dos Reis	Porto	Instituto Português de Museus	1836
27	Museu do Papel Moeda	Porto	Fund. Dr. Ant. Cupertino de Miranda	1996
28	Museu dos Transportes e Comunicações	Porto	Ass. para o Museu dos Transp. e Com.	2000
29	Casa-Museu Abel Salazar	S. Mamede de Infesta	Ass. Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar e Universidade do Porto	1975
30	Casa-Museu de Camilo	S. Miguel de Ceide V. N. Famalicão	Cam. Mun. de V. N. de Famalicão	1922
31	Casa-Museu Teixeira Lopes/Galerias Diogo de Macedo	Vila Nova de Gaia	Gaia Nima - Equip. Municipais, E. M.	1933
32	Museu do Abade de Baçal	Bragança	Instituto Português de Museus	1915
33	Museu Agrícola de Entre Douro e Minho	Vairão	Dir. Reg. de Agr. de Ent. Douro e Minho	1989
34	Museu de Alberto Sampaio	Guimarães	Instituto Português de Museus	1928
35	Mus. de Arq. e Numismática de Vila Real	Vila Real	Câmara Municipal de Vila Real	1997
36	Museu Bernardino Machado	V. N. Famalicão	C. M. de Vila Nova de Famalicão	2001
37	Museu dos Biscaínhos	Braga	Instituto Português de Museus	1978
38	Museu da Casa Grande	Freixo de Numão	Ass. Cult. Desp. e Rec. de F. de Numão	1996
39	Museu da Fund. Cupertino de Miranda	V. N. Famalicão	Fundação Cupertino de Miranda	1964

Quadro II – Rede Portuguesa de Museus, 2004 (Continuação)

Nº	Designação	Morada	Tutela	Abertura
40	Museu de Lamego	Lamego	Instituto Português de Museus	1911
41	Museu Municipal Abade Pedrosa	Santo Tirso	Câmara Municipal de Santo Tirso	1989
42	Museu Mun. Amadeo de Souza-Cardoso	Amarante	Câmara Municipal de Amarante	1947
43	Museu Municipal de Esposende	Esposende	Câmara Municipal de Esposende	1993
44	Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	1937
45	Museu Municipal de Penafiel	Penafiel	Câmara Municipal de Penafiel	1948
46	Museu Municipal de Vale de Cambra	Vale de Cambra	C. M. de Vale de Cambra	1997
47	Museu Municipal de Viana do Castelo	Viana do Castelo	C. M. de Viana do Castelo	1926
48	Museu Nogueira da Silva	Braga	Universidade do Minho	1975
49	Museu de Olaria	Barcelos	Câmara Municipal de Barcelos	1963
50	Museu do Papel Terras de Santa Maria	Paços de Brandão	C. M. de Santa Maria da Feira	2001
51	Museu da Quinta de Santiago/ Centro de Arte de Matosinhos	Leça da Palmeira	Câmara Municipal de Matosinhos	1996
52	Museu Reg. de Arq. D. Diogo de Sousa	Braga	Instituto Português de Museus	1980
53	Museu Regional de Paredes de Coura	Paredes de Coura	C. M. de Paredes de Coura	1997
54	Museu da Terra de Miranda	Miranda do Douro	Instituto Português de Museus	1982
55	Museu de Vila do Conde	Vila do Conde	C. M. de Vila do Conde	1975
56	Tesouro-Museu da Catedral de Braga	Braga	Cabido Met. e Primacial Bracarense	1930
57	Museu de Aveiro	Aveiro	Instituto Português de Museus	1911
58	Museu do Caramulo	Caramulo	Fundação Abel de Lacerda	1959
59	Museu Escolar de Marrazes	Marrazes - Leiria	Junta de Freguesia de Marrazes	1997
60	Museu de Franc.Tav. Proença Júnior	Castelo Branco	Instituto Português de Museus	1910
61	Museu Grão Vasco	Viseu	Instituto Português de Museus	1916
62	Museu da Guarda	Guarda	Instituto Português de Museus	1940
63	Museu José Luciano de Castro	Anadia	Santa Casa da Mis. de Anadia	1997
64	Museu de Lanifícios	Covilhã	Universidade da Beira Interior	1992
65	Museu Monográfico de Conímbriga	Condeixa-a-Velha	Instituto Português de Museus	1962
66	Museu Nacional Machado de Castro	Coimbra	Instituto Português de Museus	1913
67	Museu da Pedra	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	2001
68	Museu da Villa Romana do Rabaçal	Rabaçal - Penela	Câmara Municipal de Penela	2001
69	Casa-Museu Leal da Câmara	Rio de Mouro	Câmara Municipal de Sintra	Ind.
70	Ecomuseu Municipal do Seixal	Seixal	Câmara Municipal do Seixal	1982
71	Museu Anjos Ferreira	Sintra	Câmara Municipal de Sintra	1976
72	Museu do Ar	Alverca do Ribatejo	FAP (Ministério da Defesa)	1971
73	Mus. Arq. de de S. Miguel de Odrinhas	Odrinhas - Sintra	SintraQuorum. EM	1999
74	Museu de Arte Sacra e Etnologia	Fátima	Inst. Missionário da Consola	1991
75	Museu de Cerâmica	Caldas da Rainha	Instituto Português de Museus	1983
76	Museu de Cerâmica de Sacavém	Sacavém - Loures	Câmara Municipal de Loures	2001
77	Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso	Nazaré	Instituto Português de Museus	1976
78	Museu Ferreira de Castro	Sintra	Câmara Municipal de Sintra	Ind.
79	Museu de José Malhoa	Caldas da Rainha	Instituto Português de Museus	1933
80	Museu Municipal de Alcochete	Alcochete	Câmara Municipal de Alcochete	1988
81	Museu Municipal de Benavente	Benavente	Câmara Municipal de Benavente	1981

Quadro II – Rede Portuguesa de Museus, 2004 (Continuação)

Nº	Designação	Morada	Tutela	Abertura
82	Museu Municipal Carlos Reis	Torres Novas	C. M. de Torres Novas	1937
83	Museu Municipal de Coruche	Coruche	Câmara Municipal de Coruche	2001
84	Museu Municipal Leonel Trindade	Torres Vedras	Câmara Municipal de Torres Vedras	1929
85	Museu Municipal de Loures	Loures	Câmara Municipal de Loures	1998
86	Museu Municipal de Santarém	Santarém	Câmara Municipal de Santarém	1876
87	Museu Mun. de Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	C. M. de Vila Franca de Xira	1951
88	Museu da Pólvora Negra	Barcarena - Oeiras	Câmara Municipal de Oeiras	1998
89	Museu de Setúbal/Convento de Jesus	Setúbal	Câmara Municipal de Setúbal	1961
90	Museu do Trabalho Michel Giacometti	Setúbal	Câmara Municipal de Setúbal	1995
91	Museu Biblioteca de Bragança Paço Ducal de Vila Viçosa	Vila Viçosa	Fundação da Casa de Bragança	1933
92	Museu de Évora	Évora	Instituto Português de Museus	Ind.
93	Museu de Mértola	Mértola	Câmara Municipal de Mértola	1989
94	Museu Municipal de Aljustrel	Aljustrel	Câmara Municipal de Aljustrel	2000
95	Museu Municipal de Moura	Moura	Câmara Municipal de Moura	1915
96	Museu Municipal Pedro Nunes	Alcácer do Sal	Câmara Municipal de Alcácer do Sal	1894
97	Museu Mun. de Santiago do Cacém	Sant. do Cacém	C. M. de Santiago do Cacém	1972
98	Museu Arq. e Lapidar Inf. D. Henrique	Faro	Câmara Municipal de Faro	1894
99	Museu Municipal de Arqueologia	Albufeira	Câmara Municipal de Albufeira	1999
100	Museu Municipal de Portimão	Portimão	Câmara Municipal de Portimão	1988
101	Museu Municipal de Tavira	Tavira	Câmara Municipal de Tavira	1940
102	Museu de Angra do Heroísmo	Ang. do Heroísmo	Dir. Reg. da Cultura dos Açores	1949
103	Museu Carlos Machado	Ponta Delgada	Dir. Reg. da Cultura dos Açores	1880
104	Museu das Flores	Sta. Cruz das Flores	Dir. Reg. da Cultura dos Açores	1985
105	Museu da Graciosa	Sta. Cruz da Graciosa	Dir. Reg. da Cultura dos Açores	1983
106	Museu da Horta	Horta	Dir. Reg. da Cultura dos Açores	1977
107	Museu do Pico	Lajes do Pico	Dir. Reg. da Cultura dos Açores	1988
108	Museu de Santa Maria	Santo Espírito	Dir. Reg. da Cultura dos Açores	1996
109	Museu de São Jorge	Calheta de S. Jorge	Dir. Reg. da Cultura dos Açores	1991
110	Casa Colombo	Porto Santo	Dir. Reg. dos Assuntos Cult. Madeira	Ind.
111	Casa-Museu Frederico de Freitas	Funchal	Dir. Reg. dos Assuntos Cult. Madeira	1988
112	Museu de Arte Contemporânea Fortaleza de São Tiago	Funchal	Dir. Reg. dos Assuntos Cult. Madeira	1992
113	Museu de Arte Sacra do Funchal	Funchal	Diocese do Funchal	1955
114	Museu Etnográfico da Madeira	Ribeira Brava	Dir. Reg. dos Assuntos Cult. Madeira	1996
115	Museu da Quinta das Cruzes	Funchal	Dir. Reg. dos Assuntos Cult. Madeira	1953
116	Fotografia - Museu "Vicentes"	Funchal	Dir. Reg. dos Assuntos Cult. Madeira	1982

Fonte: *Roteiro de Museus*, IPM/RPM, 2004

Quadro III – A importância das áreas de montanha na União Europeia

Países	Importância das zonas de montanha
Grã-Bretanha	<ul style="list-style-type: none"> . 50% do território nacional . 90,8% das florestas em zonas de montanha . 79,5% das pastagens em zonas de montanha . 46% dos terrenos agrícolas em zonas de montanha . 3293 povoações em zonas de montanha (59,8% do território nacional) . 10,2% da população nacional em zonas de montanha . Densidade de população das zonas de montanha: 36 hab/km2 média nacional: 74 hab/km2)
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> . 38% do território nacional . 88% das florestas do território nacional . 16% das terras agrícolas . 35,7% das povoações em zonas de montanha . Aproximadamente 6,3 milhões de habitantes em zonas de montanha (ou seja 16% da população nacional) . Densidade de população das zonas de montanha: 32,7 hab/km2
França	<ul style="list-style-type: none"> . 17,4% do território nacional . 33,7% das florestas do território nacional . 31,4% das terras agrícolas . 6 128 (17%) das povoações e 92 cidades em zonas de montanha . Aproximadamente 3,6 milhões de habitantes em zonas de montanha (ou seja 7,7% da população nacional) . Densidade de população das zonas de montanha: 31 hab/km2 (< 2/3 da média nacional)
Itália	<ul style="list-style-type: none"> . 35.2% do território nacional . 58,1% das florestas do território nacional . 24,4% das terras agrícolas . 2 605 (32,1%) das povoações em zonas de montanha . 7,5 milhões de habitantes em zonas de montanha (13,1% da população nacional) . Densidade de população das regiões de montanha: 70.7 hab/km2
Aústria	<ul style="list-style-type: none"> . 70% do território nacional . 57% das terras agrícolas . Aproximadamente 3 milhões de habitantes em zonas de montanha, ou seja, 37,5% da população nacional . Aproximadamente 1 170 municípios em zonas de montanha (quase 50%)
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> . 40% do território nacional . 50% das florestas e dos pastos nacionais em zonas de montanha . 50% das terras agrícolas cultivadas em zonas de montanha . 23% da população nacional em regiões de montanha
Finlândia	<ul style="list-style-type: none"> . 45% do território nacional . 95% dos pastos do território nacional . 85% das terras agrícolas em zonas desfavorecidas e 6% em regiões de montanha . 441 povoações em zonas desfavorecidas e isoladas, 94 cidades em zonas desfavorecidas e 10 cidades em zonas isoladas . 3,5 milhões de habitantes em zonas desfavorecidas (68% da população nacional, 9% em zona de montanha) . Densidade de população em zonas de montanha: 2,6 hab/km2 (média nacional: 16 hab/km2)
Suécia	<ul style="list-style-type: none"> . 5% da população em zonas de montanha . Densidade de população das zonas de montanha: 2 hab/km2

Fonte: Relatório do Comité das Regiões sobre a «Política comunitária para as zonas de montanha, 2003» (Jornal Oficial da UE, 29/05/2003)

**Quadro IV – População residente nos concelhos da Serra da Lousã (1911-2001),
por freguesia**

Concelhos/Freguesias	1911	1940	1960	1981	1991	2001
Castanheira de Pêra	5608	6411	5739	5137	4442	3733
Castanheira de Pêra	4947	5753	5385	4903	4261	3579
Coentral	661	658	354	234	181	154
Figueiró dos Vinhos	10201	12031	11545	8754	8012	7352
Aguda	2187	2447	2272	1940	1698	1394
Arega	1481	1972	2013	1440	1290	1154
Bairradas					760	610
Campelo	2024	2006	1479	648	465	359
Figueiró dos Vinhos	4509	5606	5781	4726	3799	3835
Góis	12466	12488	9744	6434	5372	4861
Alvares	4320	4667	3456	1626	1279	1007
Cadafáz	1102	1110	897	493	366	283
Colmeal	1554	1335	948	492	323	229
Góis	3793	3769	3081	2615	2330	2345
Vila Nova do Ceira	1697	1607	1362	1208	1074	997
Lousã	12358	14525	13900	13020	13447	15753
Casal de Ermio	468	758	418	339	338	362
Foz de Arouce	1533	1358	1259	1230	1078	1112
Lousã	6251	8201	8191	7626	8321	10395
Serpins	2228	2204	2032	1784	1489	1712
Vilarinho	1878	2004	2000	2041	2221	2172
Miranda do Corvo	12859	13558	12810	12231	11674	13069
Lamas	1274	1196	1100	1047	962	935
Miranda do Corvo	4598	5073	5103	5469	5508	7140
Rio de Vide	1375	1389	1216	1057	968	897
Semide	3448	3786	3349	3158	2922	2993
Vila Nova	2164	2114	2042	1500	1314	1104
Pedrógão Grande	7869	9250	8239	5842	4643	4398
Graça	1722	2384	2124	1435	967	908
Pedrógão Grande	4768	5018	4659	3399	2836	2788
Vila Facaia	1379	1848	1456	1008	840	702
Penela	11932	11088	9438	8023	6919	6594
Cumieira	1875	1992	1728	1511	1423	1273
Espinhal	3321	1997	1845	1399	1061	895
Santa Eufêmia	2497	2731	2097	1832	1596	1762
São Miguel	2662	2805	2451	2111	1863	1741
Podentes	939	912	796	694	611	584
Rabaçal	638	651	521	476	365	339

Fonte: *Recenseamentos da População* (1911-2001), Lisboa, INE.

Nota: Os valores a negrito correspondem ao registo estatístico de máximo demográfico

Quadro V – Estrutura da população empregada nos concelhos do Pinhal Interior Norte (2001)

Distribuição Geográfica	Principais sectores de emprego	%
Alvaiázere	Construção	22.8
	Comércio e reparação de automóveis	19.2
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	9.2
	Saúde e acção social	7.6
	Indústria têxtil	4.9
Sub-total		63.7
Ansião	Comércio e reparação de automóveis	16.1
	Construção	15.8
	Indústria têxtil	13.6
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	6.4
	Indústrias da madeira e da cortiça	4.4
Sub-total		56.3
Arganil	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	17.8
	Construção	14.4
	Comércio e reparação de automóveis	12.7
	Indústria têxtil	9.4
	Administração pública, defesa e segurança social	7.4
Sub-total		61.7
Castanheira de Pera	Indústria têxtil	21.2
	Administração pública, defesa e segurança social	14.9
	Construção	13.8
	Comércio e reparação de automóveis	11.2
	Saúde e acção social	7.3
Sub-total		68.4
Figueiró dos Vinhos	Construção	14.9
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	13.7
	Comércio e reparação de automóveis	13.6
	Administração pública, defesa e segurança social	10.5
	Indústria têxtil	6.6
Sub-total		59.3
Góis	Construção	16.4
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	16.3
	Administração pública, defesa e segurança social	10.9
	Comércio e reparação de automóveis	9.8
	Saúde e acção social	9.5
Sub-total		62.9
Lousã	Comércio e reparação de automóveis	17.4
	Construção	17
	Administração pública, defesa e segurança social	8.6
	Educação	6.9
	Indústria têxtil	6.6
Sub-total		56.5

Quadro V – Estrutura da população empregada nos concelhos do Pinhal Interior Norte, em 2001 (Continuação)

Distribuição Geográfica	Principais sectores de emprego	%
Miranda do Corvo	Construção	20.3
	Comércio e reparação de automóveis	16.7
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	7.4
	Administração pública, defesa e segurança social	7
	Saúde e acção social	6.7
Sub-total		58.1
Oliveira do Hospital	Indústria têxtil	18.2
	Construção	18
	Comércio e reparação de automóveis	17.6
	Educação	5.9
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	5.6
Sub-total		65.3
Pampilhosa da Serra	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	28.1
	Construção	18.6
	Saúde e acção social	12.4
	Administração pública, defesa e segurança social	11.4
	Comércio e reparação de automóveis	10.9
Sub-total		81.4
Pedrógão Grande	Comércio e reparação de automóveis	15.4
	Administração pública, defesa e segurança social	14.1
	Construção	11.2
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	10.1
	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	6.6
Sub-total		57.4
Penela	Construção	17
	Comércio e reparação de automóveis	14.2
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	8.8
	Indústria têxtil	8.5
	Saúde e acção social	7.8
Sub-total		56.3
Tábua	Construção	16.3
	Comércio e reparação de automóveis	16
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	9.4
	Administração pública, defesa e segurança social	7.5
	Indústria têxtil	6.9
Sub-total		56.1
Vila Nova de Poiares	Comércio e reparação de automóveis	23.1
	Construção	14.7
	Administração pública, defesa e segurança social	7.5
	Indústria têxtil	6.5
	Saúde e acção social	6.3
Sub-total		58.1

Fonte: *Censos 2001. Região Centro*, INE (elaboração própria)

Quadro VI – População empregada, residente em Castanheira de Pêra, a trabalhar em outros concelhos (91-01)

	Concelhos	Nº	%
1991	Pedrógão Grande	16	22.5
	Figueiró dos Vinhos	11	15.5
	Coimbra	10	14.1
	Lisboa	10	14.1
	Leiria	8	11.3
	Vila Nova de Poiares	2	2.8
	Miranda do Corvo	2	2.8
	Góis	2	2.8
	Sub-total	61	85.9
	Total	71	100
2001	Figueiró dos Vinhos	43	17.1
	Pedrógão Grande	36	14.3
	Pombal	28	11.2
	Lisboa	26	10.4
	Coimbra	19	7.6
	Ansião	14	5.6
	Leiria	13	5.2
	Alvaiázere	9	3.6
	Lousã	7	2.8
	Sertã	6	2.4
	Sub-total	201	80.1
Total	251	100	

Quadro VII – População empregada, residente em Figueiró dos Vinhos, a trabalhar em outros concelhos (91-01)

	Concelhos	Nº	%
1991	Ansião	186	34.6
	Coimbra	62	11.5
	Alvaiázere	55	10.2
	Tomar	32	5.9
	Lisboa	25	4.6
	Pombal	22	4.1
	Castanheira de Pêra	22	4.1
	Sertã	20	3.7
	Penela	19	3.5
	Leiria	19	3.5
	Pedrógão	16	3
Sub-total	478	88.8	
Total	538	100	
2001	Ansião	168	23.2
	Coimbra	73	10.1
	Alvaiázere	65	9
	Lisboa	55	7.6
	Castanheira de Pêra	43	5.9
	Pedrógão Grande	43	5.9
	Pombal	41	5.7
	Leiria	40	5.5
	Sertã	31	4.3
	Tomar	26	3.6
	Sub-total	585	80.9
Total	723	100	

Fonte: *Censos 2001 – Região Centro*, INE (elaboração própria)

Quadro VIII – População empregada, residente em Góis, a trabalhar em outros concelhos (1999-2001)

	Concelhos	Nº	%
1991	Arganil	51	31.5
	Lousã	26	16
	Coimbra	19	11.7
	Vila Nova de Poiares	18	11.1
	Pampilhosa da Serra	13	8
	Tábua	2	1.2
	Castanheira de Pêra	2	1.2
	Sub-total	131	80.9
	Total	162	100
2001	Coimbra	59	18.7
	Arganil	52	16.5
	Lousã	51	16.1
	Vila Nova de Poiares	20	6.3
	Pedrógão Grande	20	6.3
	Pampilhosa da Serra	18	5.7
	Lisboa	15	4.7
	Castanheira de Pêra	12	3.8
	Sub-total	247	78.2
Total	316	100	

Quadro IX – População empregada, residente na Lousã, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)

	Concelhos	Nº	%
1991	Coimbra	490	51.4
	Miranda do Corvo	161	16.9
	Vila Nova de Poiares	87	9.2
	Góis	60	6.3
	Arganil	20	2.1
	Lisboa	19	1.6
	Pampilhosa Serra	15	1.6
	Leiria	9	0.9
	Setúbal	8	0.8
	Pombal	5	0.5
	Cast. de Pêra	5	0.5
	Tomar	3	0.3
	Sub-total	882	92.5
Total	953	100	
2001	Coimbra	1316	57.1
	Miranda do Corvo	228	9.9
	Vila Nova de Poiares	161	7
	Lisboa	80	3.4
	Góis	55	2.4
	Leiria	36	1.6
	Aveiro	31	1.3
	Arganil	21	0.9
	Pombal	18	0.8
	Porto	13	0.6
	Sub-total	1959	85.1
	Total	2303	100

Fonte: *Censos 2001. Região Centro*, INE (elaboração própria)

Quadro X – População empregada, residente em Miranda do Corvo, a trabalhar em outros concelhos (91-01)

	Concelhos	Nº	%
1991	Coimbra	1697	83.1
	Lousã	122	6
	Lisboa	70	3.4
	Penela	26	1.3
	Figueira da Foz	22	1.1
	Vila Nova de Poiares	14	0.7
	Figueiró dos Vinhos	5	0.2
	Tomar	4	0.2
	Leiria	4	0,2
	Sub-total	1964	96.2
	Total	2042	100
2001	Coimbra	2174	75.5
	Lousã	223	7.7
	Lisboa	87	3
	Penela	49	1.7
	Condeixa	40	1.4
	Vila Nova de Poiares	30	1
	Figueira da Foz	26	0.9
	Leiria	21	0.7
	Aveiro	13	0.5
	Ansião	12	0.4
	Pombal	11	0.4
	Sub-total	2686	93.3
	Total	2880	100

Quadro XI – População empregada, residente em Penela, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)

	Concelhos	Nº	%
1991	Coimbra	281	39.6
	Ansião	166	23.5
	Condeixa	67	9.5
	Lisboa	57	8.1
	Miranda do Corvo	46	6.5
	Mealhada	6	0.9
	Leiria	5	0.7
	Pombal	5	0.7
	Lousã	5	0.7
	Sub-total	638	90
	Total	705	100
2001	Coimbra	339	37.7
	Ansião	168	18.7
	Condeixa	57	6.3
	Lisboa	53	5.9
	Miranda do Corvo	52	5.8
	Pombal	35	3.9
	Lousã	23	2.6
	Leiria	21	2.3
	Alvaiázere	13	1.4
	Figueiró dos Vinhos	11	1.2
	Figueira da Foz	10	1.1
	Sub-total	782	87
	Total	899	100

Fonte: *Censos 2001. Região Centro*, INE (elaboração própria)

Quadro XII – População empregada, residente em Pedrógão Grande, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)

	Concelhos	Nº	%
1991	Castanheira de Pêra	57	35.2
	Figueiró dos Vinhos	53	32.7
	Sertã	24	14.8
	Leiria	7	4.3
	Lisboa	6	3.7
	Coimbra	4	2.5
	Góis	2	1.2
	Sub-total	153	94.4
	Total	162	100
2001	Figueiró dos Vinhos	90	22.1
	Castanheira de Pêra	56	13.8
	Sertã	32	7.9
	Lisboa	29	7.1
	Leiria	13	3.2
	Pombal	12	2.9
	Tomar	11	2.7
	Aveiro	11	2.7
	Coimbra	10	2.5
	Pampilhosa da Serra	10	2.5
	Castelo Branco	8	2
	Sub-total	282	69.3
	Total	407	100

Fonte: *Censos 2001. Região Centro*, INE (elaboração própria)

**Quadro XIII – Edifícios novos concluídos para habitação, no Baixo Mondego
e no Pinhal Interior Norte, em 1991-2000**

Distribuição Geográfica	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Portugal	23421	20229	23129	22484	26691	25765	28064	35046	39000	243829
Região Centro	5513	4951	5591	5063	6312	5822	6239	8405	8980	56876
Baixo Mondego	779	687	893	878	958	919	897	1262	1374	8647
Cantanhede	133	108	163	136	166	146	149	201	234	1436
Coimbra	198	160	153	209	214	219	184	287	350	1974
Condeixa-a-Nova	47	43	48	51	69	61	63	103	106	591
Figueira da Foz	174	187	264	270	232	243	250	262	266	2148
Mira	85	57	73	46	85	79	75	109	100	709
Montemor-o-Velho	57	58	81	54	78	83	66	128	145	750
Penacova	39	36	53	37	54	37	56	80	91	483
Soure	46	38	58	75	60	51	54	92	82	556
Pinhal Interior Norte	368	372	408	387	563	528	522	725	834	4707
Alvaiázere	21	28	23	23	45	38	35	37	50	300
Ansião	40	41	41	46	69	55	50	71	103	516
Arganil	34	33	40	23	54	42	55	74	81	436
Castanheira de Pêra	7	8	9	6	8	5	5	15	8	71
Figueiró dos Vinhos	23	27	26	13	28	30	10	26	27	210
Góis	9	17	13	14	19	17	14	21	30	154
Lousã	41	34	29	56	64	60	72	101	119	576
Miranda do Corvo	31	41	30	33	42	52	64	72	82	447
Oliveira do Hospital	39	42	65	64	79	74	74	112	120	669
Pampilhosa da Serra	37	25	34	31	38	26	14	23	19	247
Pedrógão Grande	16	10	21	13	16	17	15	16	34	158
Penela	11	13	27	12	24	30	27	38	40	222
Tábua	39	33	31	31	49	40	48	69	64	404
Vila Nova de Poiares	20	20	19	22	28	42	39	50	57	297

Fonte: *Anuários Estatísticos da Região Centro (1992-2000)*, INE
(Publicado em CARVALHO, 2003-c)

**Quadro XIV – Fogos novos concluídos, no Baixo Mondego
e no Pinhal Interior Norte, em 1991-2000**

Distribuição Geográfica	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Portugal	63229	52185	63199	62082	65304	65607	68599	86899	105366	632470
Região Centro	11485	10232	11565	10458	12406	10895	11544	15197	15806	109588
Baixo Mondego	2110	1805	2326	2279	2510	2034	1944	2954	2566	20528
Cantanhede	194	139	235	216	191	175	172	293	280	1895
Coimbra	959	626	639	864	1048	818	660	902	893	7409
Condeixa-a-Nova	85	82	68	102	135	110	86	303	241	1212
Figueira da Foz	590	736	1025	777	668	631	737	907	660	6731
Mira	133	88	132	100	203	111	97	143	137	1144
Montemor-o-Velho	57	60	84	61	143	88	68	169	149	879
Penacova	39	36	63	53	55	42	70	103	103	564
Soure	53	38	80	106	77	59	54	134	103	704
Pinhal Interior Norte	540	587	671	566	840	879	941	1172	1568	7764
Alvaiázere	24	31	39	32	55	48	35	47	51	362
Ansião	48	62	71	54	87	74	56	92	123	667
Arganil	56	60	57	37	59	42	69	94	112	586
Castanheira de Pera	7	8	9	7	9	5	5	15	8	73
Figueiró dos Vinhos	28	34	31	36	31	30	16	29	34	269
Góis	10	30	21	16	27	19	19	37	41	220
Lousã	101	56	66	96	156	185	188	277	422	1547
Miranda do Corvo	45	80	81	56	89	100	155	158	246	1010
Oliveira do Hospital	75	103	118	101	98	179	139	163	197	1173
Pampilhosa da Serra	38	28	43	35	39	28	25	23	20	279
Pedrógão Grande	20	15	26	23	18	17	49	21	61	250
Penela	16	13	30	13	46	39	47	38	40	282
Tábua	44	38	60	33	97	56	91	108	126	653
Vila Nova de Poiares	28	29	19	27	29	57	47	70	87	393

Fonte: *Anuários Estatísticos da Região Centro (1992-2000)*, INE
(Publicado em CARVALHO, 2003-c).

Quadro XV – Loteamentos urbanos na Lousã, por freguesia, em 1993-2000

Freguesia	Área Terrenos	Área Construção	Nº de Lotes	Nº de Pisos	Nº de Fogos	Finalidade	Tipologia
C. Ermio	6 700	720	3	2	3	habitação	morad. unifam.
C. Ermio	1 000	672	3	2	3	habitação	morad. unifam.
C. Ermio	7 000	1 680	7	2	7	habitação	morad. unifam.
C. Ermio	8 301	3 600	15	2	15	habitação	morad. unifam.
C. Ermio	1 790	960	3	2	3	Habitação	morad. unifam.
	24 791	7 632	31	2	31	habitação	morad. unifam.
F. Arouce	2 360	720	2	2+1	2	habitação	morad. unifam.
F. Arouce	1 240	742	2	2	2	habitação	morad. unifam.
F. Arouce	12 997	3 900	13	2+sótão	13	habitação	morad. unifam.
	16 597	5 362	17	2+st	17	habitação	morad. unifam.
Lousã	23 987	13 860	13	5	156	habitação e comércio	prédios apart.
Lousã	2 467	600	2	2	2	habitação	morad. unifam.
Lousã	3 953	1 127	2	3	10	habitação e comércio	prédios apart.
Lousã	10 890	6 430	16	2	16	habitação	morad. unifam.
Lousã	8 462	900	5	2	5	habitação	morad. unifam.
Lousã	101 310	43 628	53	1 a 4	199	hab., com.+habit.; ind.	vários
Lousã	4 900	1000	2	2	2	habitação	morad. unifam.
Lousã	2 550	540	2	2	2	habitação	morad. unifam.
Lousã	11 920	1 960	8	2	8	habitação	morad. unifam.
Lousã	3 775	1 600	4	2	4	habitação	morad. unifam.
Lousã	9 050	8 192	11	5	72	hab, hab+com (4lts)	prédios apart.
Lousã	11 658	4 500	15	3	30	habitação	vários
Lousã	7 058	6 255	8	3	57	habit, habit+com (3 lts)	prédios apart.
Lousã	4 987	7 404	7	5	55	habitação e comércio	prédios apart.
Lousã	3 473	2 430	3	3	21	habitação	prédios apart.
Lousã	7 590	3 499	6	2*3	27	habitação	prédios apart.
Lousã	3 294	656	2	2	2	habitação	moradias unif.
Lousã	3 535	4 355	8	1*3	26	habit; habit+ com	prédios apart.
Lousã	1 420	850	5	2	5	habitação	morad. unifam.
Lousã	4 700	4 230	5	cv+3	39	habitação	prédios apart.
Lousã	1 500	875	5	2	5	habitação	moradias gem.
Lousã	2 175	612	2	2	2	habitação	morad. unifam.
Lousã	1 200	600	2	2	2	habitação	morad. unifam.
Lousã	33 000	43 492	29	5*6	377	hab+com, com, pt comb	prédios apart.
Lousã	22 198	24 434	23	5	232	hab, hab+com	prédios apart.
Lousã	8 565	3 686	25	2*3	25	habitação	morad. gem.
Lousã	10 090	10 425	11	3*4	95	hab, hab+com (4)	prédios apart.
Lousã	9 320	5 712	8	3	72	habitação	prédios apart.
Lousã	6 800	4 350	12	3+sótão	36	habitação	mor., préd. apart.
Lousã	2 175	612	2	2	2	habitação	moradias
Lousã	9 293	6 294	8	1*3	48	com, habit, hab+com	prédios apart.
Lousã	4 833	6 290	7	3*4	62	habit, habit+com	prédios apart.
Lousã	41 100	22 985	72	2*3*3+1	211	habit, habit+com (3lts)	morad. + apart.
Lousã	6 225	4 425	5	3	50	habitação	prédios apart.
Lousã	1 762	2 372	3	3	21	habit, habit+com/serv (1lt)	prédios apart.
Lousã	2 550	608	4	2	4	habitação	morad. gem.
Lousã	7 195	9 639	6	3	96	habitação	prédios apart.
Lousã	670	632	3	2+1	6	habitação	morad. gem.
Lousã	6 100	7 827	7	3*4	52	comércio+habitação	prédios apart.
	407 730	269 886	411	4*5	2136	habitação, habit+com	prédios apart.

Quadro XV – Loteamentos urbanos na Lousã, por freguesia, em 1993-2000 (Cont.)

Freguesia	Área Terrenos	Área Construção	Nº de Lotes	Nº de Pisos	Nº de Fogos	Finalidade	Tipologia
Serpins	16 035	8 600	22	2*3	50	habitação	morad. + apart.
Serpins	1 200	630	2	2+1	2	habitação	morad. unif.
Serpins	24 465	14 130	39	2*3	86	habit, habit+com	morad. + apart.
Serpins	5 835	3 555	5	3	34	habitação	prédios apart.
Serpins	4 550	2 492	14	1	14	habitação	moradias unif.
Serpins	49 083	17 658	58	2*3	96	habit, habit+com (1 lt)	moradias + apart.
Serpins	2 485	2 358	3	3	21	habitação	prédios apart.
	103 653	49 423	143	2*3	303	habitação	morad. + apart.
Vilarinho	970	460.	2	2	2	habitação	moradias unif.
Vilarinho	3 100	800	2	2	5	habitação	moradias unif.
Vilarinho	2 023	510	3	2	3	habitação	moradias unif.
Vilarinho	4480	750	3	2	3	habitação	moradias unif.
Vilarinho	14 387	9 270	19	2	47	habitação	mor. unif./pluri.
Vilarinho	2 657	619	5	1*2	5	habitação	moradias unif.
Vilarinho	2 218	1 421	3	2*3	13	habitação; hab. + com	prédios apart.
Vilarinho	2 465	2 155	3	3	18	habitação	prédios apart.
Vilarinho	8 500	780	3	2	3	habitação	moradias unif.
Vilarinho	2 430	870	3	2	3	habitação	moradias unif.
Vilarinho	6 616	2 200	11	2	11	habitação	moradias unif.
Vilarinho	9 100	1 000	3	2	3	habitação	moradias unif.
Vilarinho	800	468	2	1+2	6	habitação	
Vilarinho	8 986	2 695	17	2	17	habitação	moradias unif.
Vilarinho	4 729	2 232	3	3	16	habit.; habit. e comércio	prédios apart.
Vilarinho	2 430	1 260	8	cv+2	8	habitação	(moradias gem.)
Vilarinho	1 112	604	2	2	2	habitação	moradias unif
Vilarinho	1 886	756	3	2	3	habitação	moradias unif.
Vilarinho	4 417	4 929	6	3+1	35	habitação	prédios apart.
Vilarinho	14 577	13 770	18	3	126	habitação	prédios apart.
Vilarinho	3 425	4 865	5	3+1	43	habitação	prédios apart.
	103 653	52 414	124	3	372	habitação	prédios apart.

Fonte: Livro de Registo de Alvarás de Loteamentos Urbanos, Câmara Municipal da Lousã (Publicado em CARVALHO, 2003-c)

Quadro XVI – Elementos do património cultural da Lousã, segundo os Inquiridos

Património cultural	Nº de respostas	%
Alameda Carlos Reis	3	0.5%
Aldeias Serranas	76	13.1%
ARCIL	2	0.3%
Arquivo Municipal	1	0.2%
Artesanato	7	1.2%
Biblioteca	13	2.2%
Campo Rugby	1	0.2%
Casa de Fiscal	1	0.2%
Casa de Santa Rita	1	0.2%
Casa de Foz de Arouce	1	0.2%
Casas Brasonadas	42	7.3%
Castanha	1	0.2%
Castelo	96	16.6%
Centro Histórico	10	1.7%
Cinema	14	2.4%
Colóquios Culturais	1	0.2%
Equipamentos Culturais	1	0.2%
Ermidas	41	7.1%
Escolas	2	0.3%
Exposições	2	0.3%
Fabrica de Papel do Boque	1	0.2%
Fanfarra	1	0.2%
Feiras	2	0.3%
Feiras de Artesanato	1	0.2%
Festas	4	0.7%
Filarmónica	7	1.2%
Fontes	1	0.2%
Gastronomia	22	3.8%
Grutas	1	0.2%
História	2	0.3%
Igrejas	3	0.5%
Jardins	1	0.2%
Licor Beirão	4	0.7%
Marchas	1	0.2%
Mel	6	1.0%
Mel e Castanhas	1	0.2%
Misericórdia	17	2.9%
Museu Etnográfico	11	1.9%
Museu Palmira Sales	2	0.3%
Muscus	15	2.6%
Música	1	0.2%
Nave de Exposições	6	1.0%
Paços do Concelho	11	1.9%
Paisagem	6	1.0%
Palácio	25	4.3%
Parques	1	0.2%
Património Construído	4	0.7%
Pelourinho	14	2.4%
Pintores e Escritores	1	0.2%
Piscinas	17	2.9%
Quinta de Santa Rita	2	0.3%
Ranchos Folclóricos	4	0.7%
Serra	26	4.5%
Serranitos (Bolos)	2	0.3%
Santo António da Neve	2	0.3%
Teatro	1	0.2%
Total	578	100.0%

Fonte: Inquérito aos residentes na vila da Lousã (2003)

Quadro XVII – Naturalidade dos Inquiridos

Concelho	Casal Novo		Talasnal		Candal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ÁGUEDA					1	2.4%	1	0.9%
ALJUSTREL			1	2.2%			1	0.9%
(ANGOLA)			1	2.2%			1	0.9%
AVEIRO			1	2.2%			1	0.9%
BARREIRO					1	2.4%	1	0.9%
BRAGANÇA			1	2.2%			1	0.9%
CAMPO MAIOR			1	2.2%			1	0.9%
CASCAIS	1	4.0%					1	0.9%
CASTANHEIRA DE PÊRA					1	2.4%	1	0.9%
CASTRO DE AIRE			1	2.2%			1	0.9%
COIMBRA	5	20.0%	10	22.2%	5	11.9%	20	17.9%
COLÓNIA (ALEMANHA)	1	4.0%					1	0.9%
CONDEIXA-A-NOVA			1	2.2%			1	0.9%
ESTARREJA	1	4.0%					1	0.9%
FARO	1	4.0%			1	2.4%	2	1.8%
FIGUEIRA DA FOZ	1	4.0%			1	2.4%	2	1.8%
GÓIS					1	2.4%	1	0.9%
GUARDA			1	2.2%			1	0.9%
GUIMARÃES			1	2.2%			1	0.9%
LEIRIA					1	2.4%	1	0.9%
LISBOA	4	16%	6	13.3%	2	4.8%	12	10.7%
LOUSÃ	2	8%	9	20.0%	20	47.6%	31	27.7%
MIRANDA DO CORVO					1	2.4%	1	0.9%
MIRANDELA	1	4.0%					1	0.9%
(MOÇAMBIQUE)			1	2.2%			1	0.9%
MONTALEGRE	1	4.0%					1	0.9%
MONTEMOR-O-VELHO			1	2.2%	2	4.8%	3	2.7%
OLIVEIRA DE AZEMÉIS			1	2.2%			1	0.9%
PALMELA					1	2.4%	1	0.9%
PAMPILHOSA DA SERRA			1	2.2%			1	0.9%
PINHEL	1	4.0%					1	0.9%
POMBAL			2	4.4%			2	1.8%
PORTO	1	4.0%	2	4.4%	1	2.4%	4	3.6%
REGUENGOS MONSARAZ					1	2.4%	1	0.9%
SÃO PAULO (BRASIL)	1	4.0%					1	0.9%
SANTA MARIA DA FEIRA	2	8.0%					2	1.8%
SANTARÉM	1	4.0%					1	0.9%
SEIA					1	2.4%	1	0.9%
SETÚBAL	1	4.0%					1	0.9%
VILA NOVA DE GAIA	1	4.0%					1	0.9%
VILA REAL			1	2.2%			1	0.9%
VISEU			2	4.4%			2	1.8%
Total	25	100.0%	45	100.0%	42	100.0%	112	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

**Quadro XVIII – Naturalidade dos titulares de casa recuperada
nas aldeias serranas da Lousã**

Concelho	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
(ANGOLA)					1	4.5%	1	1.5%
AVEIRO					1	4.5%	1	1.5%
BARREIRO	1	3.6%					1	1.5%
CAMPO MAIOR					1	4.5%	1	1.5%
CASTANHEIRA DE PÊRA	1	3.6%					1	1.5%
COIMBRA	3	10.7%	3	17.6%	3	13.6%	9	13.4%
COLÓNIA (ALEMANHA)			1	5.9%			1	1.5%
FARO			1	5.9%			1	1.5%
GUIMARÃES					1	4.5%	1	1.5%
LEIRIA	1	3.6%					1	1.5%
LISBOA	1	3.6%	2	11.8%	3	13.6%	6	9.0%
LOUSÃ	17	60.7%	2	11.8%	5	22.7%	24	35.8%
MIRANDELA			1	5.9%			1	1.5%
(MOÇAMBIQUE)					1	4.5%	1	1.5%
MONTEMOR-O-VELHO	1	3.6%					1	1.5%
OLIVEIRA AZEMÉIS					1	4.5%	1	1.5%
PALMELA	1	3.6%					1	1.5%
PAMPILHOSA DA SERRA					1	4.5%	1	1.5%
PINHEL			1	5.9%			1	1.5%
POMBAL					1	4.5%	1	1.5%
PORTO			1	5.9%	1	4.5%	2	3.0%
S. PAULO (BRASIL)			1	5.9%			1	1.5%
STA. MARIA DA FEIRA			2	10.8%			2	3.0%
SANTARÉM			1	5.9%			1	1.5%
SEIA	1	3.6%					1	1.5%
SETÚBAL			1	5.9%			1	1.5%
VILA NOVA DE GAIA			1	5.9%			1	1.5%
VISEU					2	9.1%	2	3.0%
Total	28	100.0%	17	100.0%	22	100.0%	67	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

**Quadro XIX – Naturalidade dos titulares de casa para recuperar
nas aldeias serranas da Lousã**

Concelho	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ÁGUEDA	1	7.7%					1	2.3%
ALJUSTREL					1	4.3%	1	2.3%
BRAGANÇA					1	4.3%	1	2.3%
CASCAIS			1	14.3%			1	2.3%
CASTRO DE AIRE					1	4.3%	1	2.3%
COIMBRA	2	15.4%	2	28.6%	7	30.4%	11	25.6%
CONDEIXA-A-NOVA					1	4.3%	1	2.3%
ESTARREJA			1	14.3%			1	2.3%
FARO	1	7.7%					1	2.3%
FIGUEIRA DA FOZ	1	7.7%	1	14.3%			2	4.7%
GÓIS	1	7.7%					1	2.3%
GUARDA					1	4.3%	1	2.3%
LISBOA	1	7.7%	2	28.6%	3	13.0%	6	14.0%
LOUSÃ	3	23.1%			4	17.4%	7	16.3%
MIRANDA DO CORVO	1	7.7%					1	2.3%
MONTEMOR-O-VELHO	1	7.7%			1	4.3%	2	4.7%
POMBAL					1	4.3%	1	2.3%
PORTO					1	4.3%	1	2.3%
REGUENGOS MONSARAZ	1	7.7%					1	2.3%
VILA REAL					1	4.3%	1	2.3%
Total	13	100.0%	7	100.0%	23	100.0%	43	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XX – Local de residência dos Inquiridos

Concelho	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ÁGUEDA	1	2.3%					1	0.9%
ALMADA			1	4.2%	1	2.2%	2	1.8%
ALMEIRIM			1	4.2%			1	0.9%
AMADORA	1	2.3%					1	0.9%
AVEIRO					1	2.2%	1	0.9%
CASCAIS			1	4.2%			1	0.9%
CASTANHEIRA DE PÊRA	1	2.3%					1	0.9%
COIMBRA	12	27.3%	7	29.2%	20	44.4%	39	34.5%
FIGUEIRA DA FOZ	2	4.5%					2	1.8%
FUNCHAL					1	2.2%	1	0.9%
LEIRIA	1	2.3%			1	2.2%	2	1.8%
LISBOA	2	4.5%	4	16.7%	5	11.1%	11	9.7%
LOURES	1	2.3%					1	0.9%
LOUSÃ	17	38.6%	3	12.5%	7	15.6%	27	23.9%
MATOSINHOS					2	4.4%	2	1.8%
MIRANDA DO CORVO	1	2.3%					1	0.9%
MONTEMOR-O-VELHO	1	2.3%					1	0.9%
OLIVEIRA AZEMÉIS					1	2.2%	1	0.9%
PENAFIEL			1	4.2%			1	0.9%
POMBAL					3	6.7%	3	2.7%
PORTO					1	2.2%	1	0.9%
REGUENGOS MONSARAZ	1	2.3%					1	0.9%
STA. MARIA DA FEIRA			1	4.2%			1	0.9%
SETÚBAL			2	8.3%			2	1.8%
SINTRA					1	2.2%	1	0.9%
TAVIRA	1	2.3%					1	0.9%
TORRES VEDRAS			1	4.2%			1	0.9%
VILA NOVA DE GAIA	1	2.3%	1	4.2%			2	1.8%
VILA DO CONDE			1	4.2%			1	0.9%
VILA FRANCA DE XIRA	1	2.3%					1	0.9%
VISEU					1	2.2%	1	0.9%
Total	44	100.0%	24	100.0%	45	100.0%	113	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXI – Local de residência (freguesias) dos Inquiridos

Freguesia	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
ALBERGARIA DOS DOZE					3	6.8%	3	2.8%
ALMEIRIM			1	5.0%			1	0.9%
ANTANHOL					1	2.3%	1	0.9%
ARADAS					1	2.3%	1	0.9%
ASSAFARGE	1	2.3%					1	0.9%
BENFICA	1	2.3%			1	2.3%	2	1.9%
BUARCOS	1	2.3%					1	0.9%
CAMPOLIDE			1	5.0%			1	0.9%
CANIDELO	1	2.3%					1	0.9%
CARNIDE	1	2.3%					1	0.9%
COENTRAL	1	2.3%					1	0.9%
COLARES					1	2.3%	1	0.9%
CORAÇÃO DE JESUS					1	2.3%	1	0.9%
DOIS PORTOS			1	5.0%			1	0.9%
EIRAS			1	5.0%			1	0.9%
FEIJÓ					1	2.3%	1	0.9%
FORTE DA CASA	1	2.3%					1	0.9%
FOZ DE AROUCE					1	2.3%	1	0.9%
GÂNDARAS	1	2.3%			1	2.3%	2	1.9%
LEÇA DO BALIO					1	2.3%	1	0.9%
LEIRIA					1	2.3%	1	0.9%
LISBOA					1	2.3%	1	0.9%
LOUSÃ	14	31.8%	3	15.0%	5	11.4%	22	20.4%
MACINHATA DO VOUGA	1	2.3%					1	0.9%
MAFAMUDE			1	5.0%			1	0.9%
MIRANDA DO CORVO	1	2.3%					1	0.9%
MONSARAZ	1	2.3%					1	0.9%
OLIVEIRA DE AZEMÉIS					1	2.3%	1	0.9%
PENA			1	5.0%			1	0.9%
PENAFIEL			1	5.0%			1	0.9%
PEREIRA	1	2.3%					1	0.9%
POUSOS	1	2.3%					1	0.9%
REBOLEIRA	1	2.3%					1	0.9%
S. BARTOLOMEU					1	2.3%	1	0.9%
S. DOMINGOS DE BENFICA					1	2.3%	1	0.9%
S. ANTÓNIO DOS OLIVAIS	8	18.2%	1	5.0%	5	11.4%	14	13.0%
S. GONÇALO					1	2.3%	1	0.9%
S. JULIÃO			1	5.0%			1	0.9%
S. MAMEDE INFESTA					1	2.3%	1	0.9%
S. PAULO DE FRADES			1	5.0%			1	0.9%
S. MARIA DA FEIRA			1	5.0%			1	0.9%
SACAVÉM	1	2.3%					1	0.9%
SANTA CLARA	1	2.3%	3	15.0%	4	9.1%	8	7.4%
SANTA CRUZ	1	2.3%			2	4.5%	3	2.8%
SANTIAGO	1	2.3%					1	0.9%
SÉ NOVA	1	2.3%	1	5.0%	7	15.9%	9	8.3%
SOBREDA			1	5.0%			1	0.9%
SANTO CONDESTÁVEL					2	4.5%	2	1.9%
TAVAREDE	1	2.3%					1	0.9%
VILA DO CONDE			1	5.0%			1	0.9%
VILARINHO	2	4.6%					2	1.8%
Total	44	100.0%	20	100.0%	44	100.0%	108	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXII – Local de residência dos titulares de casas recuperadas nas aldeias serranas da Lousã

Concelho	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ALMADA			1	6.3%	1	4.3%	2	2.9%
ALMEIRIM			1	6.3%			1	1.4%
AVEIRO					1	4.3%	1	1.4%
CASTANHEIRA DE PÊRA	1	3.3%					1	1.4%
COIMBRA	10	33.3%	4	25.0%	6	26.1%	20	29.0%
FUNCHAL					1	4.3%	1	1.4%
LEIRIA					1	4.3%	1	1.4%
LISBOA	1	3.3%	2	12.5%	3	13.0%	6	8.7%
LOURES	1	3.3%					1	1.4%
LOUSÃ	16	53.3%	2	12.5%	4	17.4%	22	31.9%
MATOSINHOS					2	8.7%	2	2.9%
OLIVEIRA AZEMÉIS					1	4.3%	1	1.4%
POMBAL					2	8.7%	2	2.9%
SANTA MARIA DA FEIRA			1	6.3%			1	1.4%
SETÚBAL			2	12.5%			2	2.9%
TORRES VEDRAS			1	6.3%			1	1.4%
VILA NOVA DE GAIA			1	6.3%			1	1.4%
VILA DO CONDE			1	6.3%			1	1.4%
VILA FRANCA DE XIRA	1	3.3%					1	1.4%
WISEU					1	4.3%	1	1.4%
Total	30	100.0%	16	100.0%	23	100.0%	69	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

**Quadro XXIII – Local de residência dos titulares de casas para recuperar
nas aldeias serranas da Lousã**

Concelho	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ÁGUEDA	1	7.7%					1	2.4%
AMADORA	1	7.7%					1	2.4%
CASCAIS			1	14.3%			1	2.4%
COIMBRA	2	15.4%	3	42.9%	14	63.60%	19	45.2%
FIGUEIRA DA FOZ	2	15.4%					2	4.8%
LEIRIA	1	7.7%					1	2.4%
LISBOA	1	7.7%	2	28.6%	2	9.10%	5	11.9%
LOUSÃ	1	7.7%			3	13.60%	4	9.5%
MIRANDA DO CORVO	1	7.7%					1	2.4%
MONTEMOR-O-VELHO	1	7.7%					1	2.4%
PENAFIEL			1	14.3%			1	2.4%
POMBAL					1	4.50%	1	2.4%
PORTO					1	4.50%	1	2.4%
REGUENGOS MONSARAZ	1	7.7%					1	2.4%
SINTRA					1	4.50%	1	2.4%
TAVIRA	1	7.7%					1	2.4%
Total	13	100.0%	7	100.0%	22	100.0%	42	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXIV – Estrutura etária dos agregados familiares dos Inquiridos

Grupos etários	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 a 9	23	19.3%	5	6.2%	19	15.7%	47	14.6%
10 a 19	10	8.4%	8	9.9%	12	9.9%	30	9.3%
20 a 29	12	10.1%	14	17.3%	17	14.0%	43	13.4%
30 a 39	18	15.1%	11	13.6%	13	10.7%	42	13.1%
40 a 49	16	13.4%	9	11.1%	19	15.7%	44	13.7%
50 a 59	18	15.1%	20	24.7%	30	24.8%	68	21.2%
60 e mais anos	22	18.5%	14	17.3%	11	9.1%	47	14.6%
Total	119	100.0%	81	100.0%	121	100.0%	321	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXV – Estrutura profissional dos titulares de casas recuperadas nas aldeias serranas da Lousã

Profissão	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Docentes	3	10.0%	4	23.5%			13	18.3%
Quadros superiores e profissionais liberais	8	26.7%	7	41.2%	6	25.0%	20	28.2%
Empresários e trabalhadores por conta de outrem	3	10.0%	4	23.5%	5	20.8%	11	15.5%
Trab. por conta de outrem (excepto func. públicos)	2	6.7%			4	16.7%	8	11.3%
Domésticas	2	6.7%			6	25.0%	3	4.2%
Reformados	10	33.3%			1	4.2%	12	16.9%
Estudantes			1	5.9%	2	8.3%	1	1.4%
Funcionários públicos	2	6.7%	1	5.9%			3	4.2%
Total	30	100.0%	17	100.0%	24	100.0%	71	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXVI – Modo de obtenção das residências secundárias

Origem	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aquisição	21	70.0%	17	100.0%	23	95.8%	61	85.9%
Herança	9	30.0%			1	4.2%	10	14.1%
Total	30	100.0%	17	100.0%	24	100.0%	71	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXVII – Factores de mediação da aquisição das “residências secundárias”

Factores	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amigos	11	52.4%	5	29.4%	3	13.6%	19	31.7%
Familiares	4	19.0%	2	11.8%	2	9.1%	8	13.3%
Antigos proprietários ou moradores	4	19.0%	5	29.4%	3	13.6%	12	20.0%
Agência imobiliária; anúncio no local			4	23.5%	1	4.5%	5	8.3%
Pesquisa no local	1	4.8%			11	50.0%	12	20.0%
Outros	1	4.8%	1	5.9%	2	9.1%	4	6.7%
Total	21	100.0%	17	100.0%	22	100.0%	60	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXVIII – Evolução da aquisição de casas para residência secundária nas aldeias serranas da Lousã

Ano	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1977			1	4.0%			1	1.0%
1978			1	4.0%	2	4.7%	3	2.9%
1979			2	8.0%	1	2.3%	3	2.9%
1980	2	5.7%	1	4.0%	7	16.3%	10	9.7%
1981					2	4.7%	2	1.9%
1982	1	2.9%	1	4.0%	4	9.3%	6	5.8%
1983					1	2.3%	1	1.0%
1984			4	16.0%	4	9.3%	8	7.8%
1985	3	8.6%	2	8.0%	2	4.7%	7	6.8%
1986					3	7.0%	3	2.9%
1988			2	8.0%			2	1.9%
1989	1	2.9%			1	2.3%	2	1.9%
1990	4	11.4%					4	3.9%
1991					4	9.3%	4	3.9%
1992			3	12.0%	1	2.3%	4	3.9%
1993	2	5.7%	1	4.0%	2	4.7%	5	4.9%
1994	3	8.6%			1	2.3%	4	3.9%
1995	4	11.4%	1	4.0%	1	2.3%	6	5.8%
1996	2	5.7%	1	4.0%	2	4.7%	5	4.9%
1997	6	17.1%	2	8.0%			8	7.8%
1998	2	5.7%	1	4.0%	1	2.3%	4	3.9%
1999	1	2.9%					1	1.0%
2000			1	4.0%			1	1.0%
2001	2	5.7%			2	4.7%	4	3.9%
2002	2	5.7%			2	4.7%	4	3.9%
2003			1	4.0%			1	1.0%
Total	35	100.0%	25	100.0%	43	100.0%	103	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXIX – Número de divisões das casas serranas utilizadas como residência secundária nas aldeias serranas da Lousã

Nº de divisões	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	3	10.7%	1	7.1%	5	25.0%	9	14.5%
3	6	21.4%			6	30.0%	12	19.4%
4	9	32.1%	6	42.9%	7	35.0%	22	35.5%
5	6	21.4%	3	21.4%	2	10.0%	11	17.7%
6	3	10.7%	1	7.1%			4	6.5%
7			2	14.3%			2	3.2%
8	1	3.6%	1	7.1%			2	3.2%
Total	28	100.0%	14	100.0%	20	100.0%	62	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXX – Número de divisões das casas serranas destinadas a residência secundária nas aldeias serranas da Lousã

Nº. de divisões	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	1	9.1%	1	16.7%	5	26.3%	7	19.4%
2	3	27.3%	2	33.3%	5	26.3%	10	27.8%
3	2	18.2%	1	16.7%	6	31.6%	9	25.0%
4	3	27.3%	1	16.7%	3	15.8%	7	19.4%
6	2	18.2%	1	16.7%			3	8.3%
Total	11	100.0%	6	100.0%	19	100.0%	36	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXXI – Evolução da recuperação das casas destinadas a residência secundária nas aldeias serranas da Lousã

Ano	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1978	2	6.9%					2	2.9%
1979					1	4.2%	1	1.4%
1980			4	23.5%			4	5.7%
1981			1	5.9%			1	1.4%
1983			1	5.9%	1	4.2%	2	2.9%
1984					1	4.2%	1	1.4%
1985	2	6.9%	1	5.9%	2	8.3%	5	7.1%
1986			2	11.8%			2	2.9%
1987	1	3.4%			2	8.3%	3	4.3%
1989	1	3.4%			2	8.3%	3	4.3%
1990			2	11.8%	3	12.5%	5	7.1%
1992					1	4.2%	1	1.4%
1993	4	13.8%	1	5.9%	1	4.2%	6	8.6%
1994	1	3.4%					1	1.4%
1995	4	13.8%	1	5.9%	2	8.3%	7	10.0%
1996	2	6.9%					2	2.9%
1997	3	10.3%					3	4.3%
1998	3	10.3%	1	5.9%	1	4.2%	5	7.1%
1999			1	5.9%	2	8.3%	3	4.3%
2000	2	6.9%			1	4.2%	3	4.3%
2001	1	3.4%	1	5.9%	1	4.2%	3	4.3%
2002	1	3.4%			2	8.3%	3	4.3%
2003	2	6.9%	1	5.9%	1	4.2%	4	5.7%
Total	29	100.0%	17	100.0%	24	100.0%	70	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXXII – Aquisição e recuperação de casas para residência secundária nas aldeias serranas da Lousã

Ano de aquisição	Ano de recuperação																							Total	
	1978	1979	1980	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1989	1990	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003		
1977			1																					1	
1978			1																					1	
1979		1	1	1																				3	
1980			1				1				1				1									4	
1981					1		1																	2	
1982					1		1																	2	
1983						1																		1	
1984							1	1		1	2								1					6	
1985							1	1	1		2					1							1	7	
1986									2															2	
1988																								0	
1989										1										1				2	
1990													2										1	3	
1991												1	1								1			3	
1992																			1					1	
1993													1		1				1					3	
1994														1		1				1		1		4	
1995															4		1							5	
1996																		1						1	
1997																	2	2						4	
1998																		1			1			2	
1999																								0	
2000																						1		1	
2001																						1		1	
2002																							2	2	
2003																							1	1	
Total	0	1	4	1	2	1	5	2	3	2	5	1	4	1	6	2	3	4	3	3	3	3	2	4	62

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXXIII – Frequência de utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã

Número de dias/ano	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3					1	4.5%	1	1.6%
4					1	4.5%	1	1.6%
8	1	3.6%	1	7.1%			2	3.1%
10	3	10.7%	3	21.4%	2	9.1%	8	12.5%
12			1	7.1%			1	1.6%
15			1	7.1%	2	9.1%	3	4.7%
17					1	4.5%	1	1.6%
20	2	7.1%	2	14.3%	5	22.7%	9	14.1%
25	2	7.1%	2	14.3%			4	6.3%
30	2	7.1%			2	9.1%	4	6.3%
40	2	7.1%	1	7.1%	1	4.5%	4	6.3%
45	1	3.6%			1	4.5%	2	3.1%
50	5	17.9%	1	7.1%	2	9.1%	8	12.5%
60	4	14.3%			1	4.5%	5	7.8%
75					1	4.5%	1	1.6%
90	2	7.1%					2	3.1%
100	2	7.1%	1	7.1%	2	9.1%	5	7.8%
120	2	7.1%	1	7.1%			3	4.7%
Total	28	100.0%	14	100.0%	22	100.0%	64	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXXIV – Frequência de utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã segundo o local de residência dos Inquiridos

Aldeias	Nº dias	Concelhos																							TOTAL									
		ÁGUEDA	ALMADA	ALMEIRIM	AMADORA	AVEIRO	CASCAIS	CAST. PÊRA	COMBRA	FIG FOZ	FUNCHAL	LEIRIA	LISBOA	LOURES	LOUSÃ	MATOSINHOS	MIR. DO CORVO	MONT. -O-VELHO	OLIV. DE AZEMÉI	PENAFIEL	POMBAL	PORTO	REG. MONSARAZ	S.M.FEIRA		SETÚBAL	SINTRA	TAVIRA	TORRES VEDRAS	VN.GAIA	VILA CONDE	V.FRANCA.XIRA	VISEU	
Candal	8							1																										1
	10							1							2																			3
	15											1																					1	
	20														2																		2	
	25							1							1																		2	
	30							1							1																		2	
	40							1							1																		2	
	45							1																										1
	50							1							3																			5
	60						1								2																			4
	90							1							1																			2
	100														2																			2
120							1							1																			2	
Total		0	0	0	0	0	1	9	0	0	0	1	1	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	29	
Casal Novo	8											1																					1	
	10													1																			2	
	12																																1	
	15							1																1									2	
	20							1																									2	
	25							1				1																					2	
	40		1																														1	
	50																								1									1
	100														1																			1
	120							1																										1
	Total		0	1	0	0	0	0	4	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	1	1	0	0	14	
	Talasnal	3									1																							1
4												1																					1	
10																																	2	
15															1																		2	
17						1																											1	
20									1				2		1	1																	5	
30																						1											2	
40																																		1
45																																		1
50																																		2
60																																		1
75			1																															1
100																																	1	
Total		0	1	0	0	1	0	5	0	1	1	3	0	3	2	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	21		
TOTAL		0	2	0	0	1	0	18	0	1	1	6	1	21	2	0	0	1	0	2	0	0	1	2	0	0	0	1	1	1	1	64		

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXXV – Localização de outra residência secundária dos proprietários de casas recuperadas nas aldeias serranas da Lousã

Concelhos	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ALBUFEIRA	3	33.3%					3	12.0%
ALCOBAÇA			1	11.1%			1	4.0%
CASTRO MARIM			1	11.1%			1	4.0%
COIMBRA								
COIMBRA / FIG. DA FOZ								
CONDEIXA-A-NOVA								
COVILHÃ			1	11.1%			1	4.0%
FARO			1	11.1%			1	4.0%
FEIRA			1	11.1%			1	4.0%
FIGUEIRA DA FOZ	4	44.4%			1	14.3%	5	20.0%
FUNCHAL					1	14.3%	1	4.0%
ÍLHAVO					1	14.3%	1	4.0%
LAGOA					1	14.3%	1	4.0%
LAGOS	1	11.1%					1	4.0%
LEIRIA								
LOUSÃ								
MAFRA								
MIRA								
NAZARÉ			1	11.1%			1	4.0%
OLEIROS					1	14.3%	1	4.0%
OLIVEIRA DO HOSPITAL					1	14.3%	1	4.0%
PAMPILHOSA DA SERRA								
PENACOVA								
PENACOVA/SABROSA								
PONTE SOR			1	11.1%			1	4.0%
PORTIMÃO	1	11.1%					1	4.0%
SANTA COMBA DÃO			1	11.1%			1	4.0%
SETÚBAL					1	14.3%	1	4.0%
SINTRA								
TAVIRA								
VIANA DO CASTELO			1	11.10%			1	4.0%
Total	9	100.0%	9	100.0%	7	100%	25	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXXVI – Relação entre a aquisição de casa (para residência secundária) nas aldeias serranas da Lousã e a aquisição de outra residência secundária

Ano de aquisição de casa nas aldeias serranas	Ano de aquisição de outra residência secundária	Candal	Casal Novo	Talasnal	Total
		Nº	Nº	Nº	Nº
1977	1990		1		1
1978	1981		1		1
1979	1974		1		1
	1983		1		1
1980	1996			1	1
	1997			1	1
1981	2002			1	1
1982	1992			1	1
	1994			1	1
	1997	1			1
1984	1997		1		1
	2001		1		1
1985	1980			1	1
	1998	1			1
1986	2000			1	1
	2002			1	1
1989	1999	1			1
1990	1982	1			1
	1996	1			1
	2000	1			1
1991	2000			1	1
	2002			2	2
1992	1988		1		1
	1995		1		1
1993	1995		1		1
	1999			1	1
1995	1997	1			1
1996	1988		1		1
1997	1990	1			1
	1998	1			1
1998	2002		1		1
2001	1999			1	1
2002	1995	1			1
	2001			1	1
Total		10	11	14	35

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXXVII – Utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã e sua relação com a titularidade de outra residência secundária

Outra residência secundária	Número de dias/ano	Candal	Casal Novo	Talasnal	Total de respostas
		Nº respostas	Nº respostas	Nº respostas	
Não	8	1			1
	10	1	1	2	4
	15	1	1	1	3
	20	1	1	5	7
	25		1		1
	30	2		1	3
	40	1	1	1	3
	45	1		1	2
	50	4	1	2	7
	60	4			4
	75			1	1
	90	1			1
	100	2	1	1	4
	120	2			2
Sub-total		21	7	15	43
Sim	3			1	1
	4			1	1
	8		1		1
	10	2	2		4
	12		1		1
	15		1	1	2
	17			1	1
	20	1	1		2
	25	2	1		3
	30			1	1
	40	1			1
	50	1			1
60			1	1	
90	1			1	
100			1	1	
120		1		1	
Sub-total		8	8	7	23
Total		29	15	22	66

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XXXVIII – Utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã e sua relação com a localização de outra residência secundária

Nº dias	Concelhos																																
	ALBUFEIRA	ALCOBAÇA	CASTRO MARIM	COMBRA	COMBRA / FIG. DA FOZ	CONDEIXA-A-NOVA	COVILHÃ	FARO	FEIRA	FIGUEIRA DA FOZ	FUNCHAL	ÍLHAVO	LAGOA	LAGOS	LEIRIA	LOUSÃ	MAFRA	MIRA	NAZARÉ	OLEIROS	OLIVEIRA DO HOSPITAL	PAMPILHOSA DA SERRA	PENACOVA	PENACOVA/SABROSA	PONTE DE SOR	PORTIMÃO	SANTA COMBA DÃO	SETÚBAL	SINTRA	TAVIRA	VIANA DO CASTELO	Total	
3											1																						1
4																																	1
8							1																										1
10	1					1				1																							4
12																																	1
15								1					1																				2
17											1																						1
20	1	1																															2
25										2																							3
30																																	1
40														1																			1
45																																	0
50	1																																1
60										1																							1
75																																	0
90																																	1
100																																	1
120			1																														1
Total	3	1	1	0	0	0	1	1	1	4	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	23

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

**Quadro XXXIX – Motivos para a aquisição de “residências secundárias”
nas aldeias serranas da Lousã**

Motivos	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ocupação dos tempos livres	3	14.3	2	11.8	1	4.3	6	9.8
Descanso	5	23.8	6	35.3	10	43.5	21	34.4
Tempos livres e descanso	4	19	4	23.5	6	26.1	14	23
Investimento; património	1	4.8			1	4.3	2	3.3
Casa em “ambiente” mais agradável	1	4.8			2	8.7	3	4.9
Outros; várias combinações	7	33.3	5	29.4	3	13	15	24.6
Total	21	100	17	100	23	99.9	61	100

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

**Quadro XL – Principais potencialidades das aldeias serranas da Lousã,
segundo os “residentes secundários”**

Potencialidades	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Turismo	3	11.5%	1	6.3%	6	33.3%	10	16.7%
Ecoturismo	5	19.2%	6	37.5%	4	22.2%	15	25.0%
Tempos livres	3	11.5%	3	18.8%	3	16.7%	9	15.0%
Paisagem e/ou património	1	3.8%	1	6.3%	1	5.6%	3	5.0%
Ambiente saudável	10	38.5%	2	12.5%	2	11.1%	14	23.3%
Outros; várias combinações	4	15.4%	3	18.8%	2	11.1%	9	15.0%
Total	26	100.0%	16	100.0%	18	100.0%	60	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

**Quadro XLI – Principais potencialidades das aldeias serranas da Lousã,
segundo os proprietários de casas para recuperar**

Potencialidades	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Turismo	3	11.5%	1	6.3%	6	33.3%	10	16.7%
Ecoturismo	5	19.2%	6	37.5%	4	22.2%	15	25.0%
Tempos livres	3	11.5%	3	18.8%	3	16.7%	9	15.0%
Paisagem e/ou património	1	3.8%	1	6.3%	1	5.6%	3	5.0%
Ambiente saudável	10	38.5%	2	12.5%	2	11.1%	14	23.3%
Outros; várias combinações	4	15.4%	3	18.8%	2	11.1%	9	15.0%
Total	26	100.0%	16	100.0%	18	100.0%	60	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XLII – Imagens relevantes das aldeias serranas da Lousã, segundo os “residentes secundários”

Imagens	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casario de xisto	16	66.7%	6	35.3%	5	21.7%	27	42.2%
Paisagem natural e cultural	3	12.5%	4	23.5%	3	13.0%	10	15.6%
Isolamento; refúgio; tranquilidade	1	4.2%	4	23.5%	3	13.0%	8	12.5%
Beleza; harmonia; grandiosidade					4	17.4%	4	6.3%
Contacto/(re)encontro com a natureza	1	4.2%	1	5.9%	7	30.4%	9	14.1%
Outros; várias combinações	3	12.5%	2	11.8%	1	4.3%	6	9.4%
Total	24	100.0%	17	100.0%	23	100.0%	64	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XLIII – Elementos de mediação da “descoberta” das aldeias serranas da Lousã, segundo os “residentes secundários”

Modo como conheceu as Aldeias	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amigos	3	10.3%	5	29.4%	6	25.0%	14	20.0%
Passeios; visitas; viagens	5	17.2%	9	52.9%	10	41.7%	24	34.3%
Ligações/origens familiares	18	62.1%	1	5.9%	3	12.5%	22	31.4%
Familiares ou antigos prop.	2	6.9%	1	5.9%	3	12.5%	6	8.6%
Outros	1	3.4%	1	5.9%	2	8.3%	4	5.7%
Total	29	100.0%	17	100.0%	24	100.0%	70	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XLIV – Elementos de mediação da “descoberta” das aldeias serranas da Lousã, segundo os titulares de casas para residência secundária

Modo como conheceu	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amigos	3	23.1%	4	57.1%	6	30.0%	13	32.5%
Passeios; visitas; viagens	4	30.8%	2	28.6%	8	40.0%	14	35.0%
Ligações/origens familiares	4	30.8%			4	20.0%	8	20.0%
Familiares ou antigos prop.	1	7.7%					1	2.5%
Outros	1	7.7%	1	14.3%	2	10.0%	4	10.0%
Total	13	100.0%	7	100.0%	20	100.0%	40	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XLV – Motivos que prevaleceram na escolha das aldeias serranas da Lousã, segundo os “residentes secundários”

Motivos	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Disponibilidade de casas			2	11.8%	1	4.3%	3	4.3%
Características arquitectónicas da aldeia			2	11.8%	5	21.7%	7	10.1%
Localização e enquadramento paisagístico	2	6.9%	4	23.5%	8	34.8%	14	20.3%
Familiares ou amigos com casa na aldeia	16	55.2%	4	23.5%	4	17.4%	24	34.8%
Sem motivo especial			2	11.8%	3	13.0%	5	7.2%
Outros; várias combinações	11	37.9%	3	17.6%	2	8.7%	16	23.2%
Total	29	100.0%	17	100.0%	23	100.0%	69	100.0%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Quadro XLVI – Motivos que prevaleceram na escolha das aldeias serranas da Lousã, segundo os titulares de casas para recuperar

Motivos	Candal		Casal Novo		Talasnal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Disponibilidade de casas	1	9%	3	50%	3	17%	7	20%
Características arquitectónicas da aldeia	1	9%		0%	1	6%	2	6%
Localização e enquadramento paisagístico	1	9%	2	33%	6	33%	9	26%
Familiares ou amigos com casa na aldeia	2	18%		0%	1	6%	3	9%
Sem motivo especial	1	9%	1	17%	4	22%	6	17%
Outros; várias combinações	5	45%	1	0%	3	17%	8	23%
Total	11	100%	6	100%	18	100%	35	100%

Fonte: Inquérito às aldeias serranas da Lousã (2003)

Anexo 3 – Inquéritos

Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Coimbra

INQUÉRITO I

O presente inquérito tem por base uma investigação científica que procura conhecer a **população** residente na **vila da Lousã** e analisar a sua **participação** nos processos de **dinamismo territorial** recente.

O seu conteúdo tem apenas interesse académico e, portanto, a informação nele contida tem salvaguardada a confidencialidade, o sigilo e o anonimato, apenas servindo os objectivos científicos da pesquisa. Por isso, peço-lhe que responda a todas as questões.

Muito Obrigado.

1. **Idade:** ____ Anos
2. **Sexo:** 2.1 Masculino 2.2 Feminino
3. **Nacionalidade:** 3.1 Portuguesa 3.2 Outra 3.2.1 Qual? _____
4. **Naturalidade (Concelho):** _____
5. **Habilitações Literárias:**
 - 5.1 Ensino Básico 5.2 Ensino Secundário 5.3 Ensino Superior
 - 5.3.1 Bacharel 5.3.2 Licenciado 5.3.3 Mestre 5.3.4 Doutorado
 - 5.4 Outro 5.4.1 Qual? _____
6. **Agregado familiar:** 6.1 Nº de elementos _____ 6.2 Idade(s) _____
7. **Profissão** _____
8. **Local de Trabalho (Concelho):** _____
9. **Modo de transporte que utiliza regularmente:**
 - 9.1 Transportes públicos: 9.1.1 Autocarro 9.1.2 Automotora
 - 9.2 Transporte particular: 9.2.1 Automóvel 9.2.2 Moto, Motociclo
 - 9.3 Pedestre
10. **Há quanto tempo reside na Lousã?** 10.1 ____ anos 10.2 ____ meses
11. **Onde residia anteriormente?**
 - 11.1 Concelho _____ 11.2 Freguesia _____ 11.3 Lugar _____
12. **Motivo(s) que o/a levou/aram a escolher a Lousã?**
 - 12.1 Preço da habitação 12.2 Profissionais 12.3 Acessibilidades
 - 12.4 Qualidade de vida 12.5 Património e paisagem
 12. Outro(s) _____
13. **Reside em habitação própria?**
 - 13.1 Não 13.1.1 Arrendada
 - 13.2 Sim
14. **Ano de aquisição** _____
15. **Como adquiriu a sua habitação?**
 - 15.1 Mediação imobiliária
 - 15.2 Directamente ao Construtor
 - 15.3 Outra _____
16. **Características da habitação**
 - 16.1 Tipologia
 - 16.1.1 T1 16.1.2 T2 16.1.3 T3 16.1.4 T4 ou maior
 - 16.1.5 Moradia 16.1.5.1 Isolada 16.1.5.2 Geminada
 - 16.2 Garagem 16.3 Aparcamento

17. Grau de satisfação com a sua habitação

17.1 Muito Bom 17.2 Bom 17.3 Médio 17.4 Reduzido 17.5 Fraco

18. Tem outra(s) residência(s)?

18.1 Não 18.2 Sim

18.3 Carácter/Destino: 18.3.1 Habitação Periódica 18.3.2 Habitação Permanente

18.4 Localização:

18.4.1 Concelho(s) _____

18.4.2 Lugar(es) _____

18.4.3 Desde quando (data/s) _____

19. Opinião sobre o seu bairro/rua:

19.1 Principais problemas

20. Grau de satisfação com o comércio e os serviços da Lousã:

20.1 Muito Bom 20.2 Bom 20.3 Médio 20.4 Reduzido 20.5 Fraco

21. Grau de satisfação com os equipamentos da Lousã:

21.1 Muito Bom 21.2 Bom 21.3 Médio 21.4 Reduzido 21.5 Fraco

22. Opinião sobre a Vila da Lousã:

22.1 Principais Problemas:

22.2 Principais Potencialidades:

23. Pensa mudar de local de residência?

23.1 Não 23.2 Sim 23.3 Quando? _____ 23.4 Para Onde? _____

24. Que imagem ou imagens melhor identifica(m) a Lousã?

25. Conhece algum instrumento de ordenamento e gestão do território da Lousã?

25.1 Não 25.2 Sim 25.3 Qual/is? _____

26. Participou na discussão ou apresentação pública de algum deles?

26.1 Não 26.2 Sim 26.3 Qual/is? _____

27. Nos tempos livres participa em actividades na vila ou na Serra da Lousã?

27.1 Não

27.2 Sim

27.3 Qual/is? _____

28. Indique três exemplos do património cultural da Lousã:

1. _____

2. _____

3. _____

Notas ou comentários:

Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Coimbra

INQUÉRITO II

O presente inquérito tem por base uma investigação científica que procura conhecer a **população residente nas aldeias serranas da Lousã** e analisar a sua **participação nas dinâmicas territoriais** recentes.

O seu conteúdo tem apenas interesse académico e, portanto, a informação nele contida tem salvaguardada a confidencialidade, o sigilo e o anonimato, apenas servindo os objectivos científicos da pesquisa. Por isso, peço-lhe que responda a todas as questões.

Muito Obrigado.

Aldeia: _____ **Data:** _____

1. Idade _____ Anos

2. Sexo: 2.1 Masculino 2.2 Feminino

3. Nacionalidade _____

4. Naturalidade _____

5. Habilitações Literárias

5.1 Ensino Básico 5.2 Ensino Secundário 5.3 Ensino Superior

5.3.1 Bacharel 5.3.2 Licenciado 5.3.3 Mestre 5.3.4 Doutorada

5.4 Outro _____

6. Profissão _____

7. Agregado familiar

7.1 Número de elementos _____

7.2 Parentesco _____ 7.2.1 Idade _____ 7.2.2 Profissão _____

7.3 Parentesco _____ 7.3.1 Idade _____ 7.3.2 Profissão _____

7.4 Parentesco _____ 7.4.1 Idade _____ 7.4.2 Profissão _____

8. Local de Trabalho _____

9. Este alojamento é a sua residência principal?

9.1 Não 9.2 Sim

10. Residência habitual/principal

10.1 País _____

10.2 Região ou Concelho _____

10.3 Lugar _____

11. Tem outra(s) residência(s)?

11.1 Não 11.2 Sim

11.3 Localização

11.3.1 País _____

11.3.1 Região/Concelho(s) _____

11.3.2 Lugar(es) _____

11.4 Ano(s) de aquisição _____

12. Há quanto tempo reside na Serra da Lousã? _____ Anos _____ Meses

13. Onde residia anteriormente?

13.1 País _____ 13.2 Região/Concelho _____

13.3 Lugar _____

14. Quanto tempo (meses) passa, por ano, na Serra? _____ (meses)

15. Onde passa o restante tempo? _____

16. Motivos que o/a levaram a escolher a Serra da Lousã?

16.1 Disponibilidade/preço da habitação

16.2 Profissionais

16.3 Acessibilidades

16.4 Tranquilidade

16.5 Isolamento

16.6 Património e paisagem

16.7 Outro(s) _____

17. Como teve conhecimento da disponibilidade de casas na Serra?

18. Ano de aquisição/ocupação _____

19. Características da habitação

19.1 N° de divisões _____

19.2 Tipologia: _____ Quartos; _____ Sala; _____ Cozinha; _____ Inst. Sanitárias; _____ Outras

19.3 Infra-estruturas básicas:

19.3.1 Água

19.3.2 Electricidade

19.3.3 Telefone

19.3.4 Saneamento básico

19.3.5 Recoha de lixo

19.4 Intervencionou a sua habitação? 19.4.1 Sim 19.4.2 Não

19.5 Teve algum apoio?

19.5.1 Sim 19.5.2

19.5.3 De que tipo _____

20. O que faz na Serra?

20.1 Nos tempos de trabalho _____

20.2 Nos tempos de lazer _____

21. Que espaços considera mais importantes (a valorizar) na Aldeia?

22. Qual o futuro que pensa dar à sua habitação na Serra da Lousã?

23. Opinião sobre a Aldeia:

23.1 Problemas:

23.2 Potencialidades:

24. Quais os lugares fora da Aldeia onde vai mais vezes e com que propósito?

25. Conhece os “Planos das Aldeias Serranas”

25.1 Não 25.2 Sim

25.3 O que lhe sugere(m)?

26. Qual o seu sonho para as aldeias serranas?

27. A “Serra da Lousã”

27.1 Como delimita, em termos geográficos, a Serra da Lousã?

27.2 Problemas

27.3 Potencialidades

28. Observações

Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Coimbra

INQUÉRITO III

O presente inquérito tem por base uma investigação no âmbito da elaboração de uma dissertação de doutoramento em Geografia, que procura analisar a importância da **residência secundária** na transformação da **paisagem** e do **património rural nas aldeias serranas da Lousã**, e o seu contributo para o desenvolvimento local.

O seu conteúdo tem apenas interesse académico e, portanto, a informação nele contida tem salvaguardada a confidencialidade, o sigilo e o anonimato, apenas servindo os objectivos científicos da pesquisa. Por isso, peço-lhe que responda a todas as questões.

Muito Obrigado.

I. Proprietário

1. Nacionalidade: 1.1 Portuguesa: 1.2 Outra 1.2.1 Qual? _____
2. Naturalidade: 2.1 Concelho _____
3. Residência habitual/principal
 - 3.1 Concelho _____
 - 3.2 Freguesia _____
 - 3.3 Lugar, Bairro ou Rua _____
4. Idade: _____ anos
5. Habilitações Literárias:
 - 5.1 Ensino Básico 5.2 Ensino Secundário 5.3 Ensino Superior
 - 5.3.1 Bacharel 5.3.2 Licenciado 5.3.3 Mestre 5.3.4 Doutorado
 - 5.4 Outra: _____
6. Profissão: _____
7. Agregado familiar:
 - 7.1 Número de elementos _____
 - 7.2 Parentesco _____ 7.2.1 Idade _____ 7.2.2 Actividade/Ocupação _____
 - 7.3 Parentesco _____ 7.3.1 Idade _____ 7.3.2 Actividade/Ocupação _____
 - 7.4 Parentesco _____ 7.4.1 Idade _____ 7.4.2 Actividade/Ocupação _____

II. Imóvel e suas características

1. Propriedade:
 - 1.1 Origem:
 - 1.1.1 Aquisição 1.1.2 Herança 1.1.3 Doação 1.1.4 Outra _____
 - 1.2 Ano _____
 - 1.3 Em caso de aquisição, como teve conhecimento do imóvel?

2. Estado anterior do imóvel: 2.1 Ruína 2.2 Mau estado 2.3 Recuperado
3. Residência do anterior proprietário
 - 3.1 Concelho _____ 3.2 Freguesia ou Lugar _____
4. Número e tipo de divisões da casa _____
5. Logradouro ou pátio 5.1 Não 5.2 Sim 5.2.1 Área (m2) _____
6. Já recuperou a sua habitação? 6.1 Não 6.2 Sim 6.2.1 Ano(s) _____
7. Em caso afirmativo, como recuperou a sua habitação?
 - 7.1 Empreitada 7.2 Administração directa 7.3 Com a participação do próprio
8. Teve algum apoio para a recuperação da sua habitação
 - 8.1 Não 8.2 Sim 8.3 De que tipo e dado por quem? _____

III. Frequência e tipo de utilização

1. Época(s) do ano _____
2. Número de dias por ano _____
3. Quem utiliza a habitação: 3.1 Família 3.2 Filhos 3.3 Amigos 3.4 Outro(s) _____

IV. Motivo(s) para a compra:

- 1.1 Investimento imobiliário
- 1.2 Ocupação dos tempos livres
- 1.3 Descanso
- 1.4 Outro(s) _____

V. Como ocupa o tempo livre na Serra:

VI. Tem outra(s) residência(s) secundária(s)?

- 1. Não
- 2. Sim
- 3. Localização
 - 3.1 Concelho(s) _____
 - 3.2 Freguesia(s) _____
 - 3.3 Lugar(es) _____
- 4. Desde quando (ano/s) _____

VII. As aldeias serranas da Lousã

- 1. Problemas (indique os principais):

- 2. Potencialidades (indique as principais):

- 3. Que imagem ou imagens melhor identifica(m) as aldeias serranas?

- 4. Qual o espaço mais importante na sua aldeia: _____
- 5. Como conheceu as aldeias serranas?

- 6. Motivo(s) para a escolha da aldeia?

VIII. Conhece os “Planos para as Aldeias Serranas”?

- 1. Não 2. Sim
- 2.1 Quais são os objectivos :

- 2.2 Como vai participar a população das aldeias?

IX. O que pensa fazer com a sua habitação na Serra da Lousã?

X. Participa em actividades na sua aldeia serrana, no concelho da Lousã, ou na Serra da Lousã?

- 1. Não
- 2. Sim
- 3. Qual/is? _____

Notas ou comentários do inquirido:

Índices

Índice de Figuras

	Página
Figura 1 – A paisagem como quadro de conflitos entre atitudes ético-filosóficas diferenciadas.....	28
Figura 2 – Modelo de desenvolvimento difusionista.....	45
Figura 3 – Modelo territorialista de desenvolvimento.....	46
Figura 4 – Modelo de planeamento ambiental integrado.....	53
Figura 5 – O ciclo do processo de planeamento.....	54
Figura 6 – Planos Directores Municipais em Portugal: situação em 15-10-2003...	65
Figura 7 – Território, interpretação do património e produto cultural.....	80
Figura 8 – Interpretação do património: uma proposta para Cartagena.....	81
Figura 9 – A Rede Portuguesa de Áreas Protegidas (Continente).....	96
Figura 10 – Museologia tradicional e nova museologia.....	109
Figura 11 – Ecomuseus na Europa: os exemplos de Valles d’Aneu, Alsácia e Bergslagen.....	111
Figura 12 – Alguns projectos e iniciativas ecomuseológicas em Portugal.....	114
Figura 13 – Rede Portuguesa de Museus (2004).....	123
Figura 14 – Circuitos arqueológicos Antas de Elvas.....	127
Figura 15 – “Programa das Aldeias do Xisto”: enquadramento municipal.....	128
Figura 16 – Áreas Urbanas em Portugal Continental.....	134
Figura 17 – A Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal Continental: Entidades Locais.....	147
Figura 18 – Estrutura orgânica da PIC LEADER II em Portugal.....	148
Figura 19 – Os componentes do produto “turismo cultural”.....	158
Figura 20 – A evolução da relação turismo/património.....	159
Figura 21 – Funções das regiões montanhosas (o exemplo da ex-RFA).....	183
Figura 22 – Carta hipsométrica e orográfica de Portugal Continental.....	187
Figura 23 – A pluralidade de usos das áreas de montanha (União Europeia).....	191
Figura 24 – Esquema simplificado da dinâmica territorial das montanhas portuguesas.....	204
Figura 25 – Cartaz publicitário “Lousã: Zona de Turismo” (Álvaro V. de Lemos, 1938).....	236
Figura 26 – Folheto de propaganda turística da Lousã (anos 30).....	236
Figura 27 – Folheto de propaganda turística da Lousã (final dos anos 20).....	237

Figura 28 – Selo da Comissão Municipal de Turismo da Lousã (anos 20)	237
Figura 29 – Cartaz publicitário da Quinta de Alfocheira (Lousã, 1939)	238
Figura 30 – Pinhal Interior Norte: enquadramento regional e nacional.....	240
Figura 31 – Mapa hipsométrico simplificado e de localização da Serra da Lousã.	243
Figura 32 – Serras de Xisto da Cordilheira Central: principais unidades e sub-unidades morfo-estruturais	246
Figura 33 – Serra da Lousã: enquadramento administrativo	247
Figura 34 – Estrutura viária da Serra da Lousã (2001).....	255
Figura 35 – Representação esquemática do povoamento da Serra da Lousã (2001)	262
Figura 36 – Repartição da população por lugar na Serra da Lousã (2001).....	264
Figura 37 – Plano urbano da Lousã: visão de síntese	280
Figura 38 – As quintas e as operações de loteamento urbano na vila da Lousã	292
Figura 39 – Síntese espacial dos loteamentos urbanos na vila da Lousã.....	293
Figura 40 – Património construído da vila da Lousã: principais referências.....	299
Figura 41 – Naturalidade dos Inquiridos	306
Figura 42 – Local de trabalho dos Inquiridos	308
Figura 43 – Local de residência anterior dos Inquiridos.....	309
Figura 44 – Principais problemas das áreas de residência dos Inquiridos.....	313
Figura 45 – Principais problemas da Lousã.....	314
Figura 46 – Principais potencialidades da Lousã.....	315
Figura 47 – Utilização dos tempos livres dos Inquiridos.....	316
Figura 48 – Conhecimento em relação aos instrumentos de gestão territorial	317
Figura 49 – Participação na discussão ou apresentação pública dos instrumentos de gestão territorial.....	318
Figura 50 – Imagens relevantes da Lousã.....	320
Figura 51 – Referências de património cultural da Lousã	322
Figura 52 – Mapa de localização das aldeias serranas da Lousã	329
Figura 53 – A degradação das bacias hidrográficas e a desregulação dos caudais: destruição a montante, assoreamento a jusante. O exemplo do rio Mondego	348
Figura 54 – Esboço do perímetro florestal e dos casais na área das aldeias serranas da Lousã.....	353
Figura 55 – Casas florestais e de cantoneiros na Serra da Lousã.....	357
Figura 56 – Casa serrana da Lousã: desenho esquemático	361
Figura 57 – Antigas relações de sociabilidade nas aldeias serranas da Lousã: representação a partir das práticas festivas e religiosas.....	365
Figura 58 – Tipologia de ocupação das aldeias serranas da Lousã.....	368

Figura 59 – Naturalidade dos Inquiridos	380
Figura 60 – Local de residência dos Inquiridos	382
Figura 61 – Estrutura etária dos Inquiridos.....	385
Figura 62 – Estrutura etária dos “residentes secundários”.....	386
Figura 63 – Estrutura etária dos Inquiridos (Casal Novo e Talasnal)	387
Figura 64 – Distribuição dos Inquiridos por sexo.....	388
Figura 65 – Estrutura etária dos utilizadores das residências secundárias nas aldeias do Casal Novo e Talasnal, em 1989 e 2003.....	389
Figura 66 – Escolaridade dos Inquiridos	390
Figura 67 – Nível de ensino dos Inquiridos, nas aldeias do Casal Novo e Talasnal, em 1989 e 2003.....	391
Figura 68 – Estrutura sócio-profissional dos Inquiridos	393
Figura 69 – Modo de obtenção das “residências secundárias”	395
Figura 70 – Factores de mediação da aquisição das “residências secundárias”	397
Figura 71 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo e Talasnal	398
Figura 72 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo e Talasnal, por período	399
Figura 73 – Evolução da aquisição de casas recuperadas e utilizadas como residência secundária nas aldeias serranas da Lousã, por período	400
Figura 74 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária, ainda não recuperadas, nas aldeias serranas da Lousã, por período	401
Figura 75 – Número de divisões das casas serranas utilizadas ou a utilizar como residência secundária	409
Figura 76 – Área dos logradouros dos imóveis utilizados ou a utilizar como residência secundária nas aldeias serranas da Lousã.....	412
Figura 77 – Estado de conservação dos imóveis (antes da sua obtenção por parte dos actuais titulares)	413
Figura 78 – Recuperação das casas destinadas a residência secundária nas aldeias serranas da Lousã, por período	414
Figura 79 – Processo de recuperação das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã.....	415
Figura 80 – Frequência de utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã.....	417
Figura 81 – Titularidade de outra residência secundária	419
Figura 82 – Localização de outra residência secundária dos Inquiridos	421
Figura 83 – Evolução da aquisição das “outras residências secundárias”, por período	423

Figura 84 – Utilizadores das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã	424
Figura 85 – Motivos para a aquisição das “residências secundárias” nas aldeias serranas da Lousã.....	424
Figura 86 – Utilização dos tempos livres pelos residentes secundários	426
Figura 87 – Principais problemas das aldeias serranas da Lousã	427
Figura 88 – Principais potencialidades das aldeias serranas da Lousã	435
Figura 89 – Imagens relevantes das aldeias serranas da Lousã	436
Figura 90 – “Espaços” mais importantes nas aldeias serranas da Lousã.....	439
Figura 91 – Elementos de mediação da “descoberta” das aldeias serranas da Lousã)	441
Figura 92 – Motivos que prevaleceram na escolha das aldeias serranas da Lousã.	442
Figura 93 – Informação acerca dos planos de intervenção para as aldeias serranas da Lousã.....	444
Figura 94 – Objectivos da intervenção programada nas aldeias serranas da Lousã..	445
Figura 95 – Cenários em torno das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã.....	446
Figura 96 – Cenários em torno das casas destinadas a residência secundária nas aldeias serranas da Lousã	447
Figura 97 – Participação dos proprietários, de casas utilizadas ou a utilizar como residência secundária, em actividades na Serra da Lousã	448
Figura 98 – Espectro de actividades em que participam os proprietários de casas utilizadas ou a utilizar como residência secundária.....	448
Figura 99 – Área de intervenção territorial do projecto ARCIL-SERRA (1993) ...	463
Figura 100 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Talasnal, 2003.....	472
Figura 101 – Tipologia de ocupação, Talasnal, 2003.....	473
Figura 102 – Utilização/função dos imóveis, Talasnal, 2003	473
Figura 103 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Casal Novo, 2003	474
Figura 104 – Tipologia de ocupação, Casal Novo, 2003	475
Figura 105 – Utilização/função dos imóveis, Casal Novo, 2003.....	475
Figura 106 – Tipologia de ocupação, Chiqueiro, 2003.....	476
Figura 107 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Cerdeira, 2003	483
Figura 108 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Vaqueirinho, 2003	485
Figura 109 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Catarredor, 2003..	487
Figura 110 – Estado de conservação das estruturas edificadas, Candal, 2003.....	489
Figura 111 – Tipologia de utilização, Candal, 2003	489
Figura 112 – Utilização/função dos imóveis, Candal, 2003	490
Figura 113 – Aldeias do xisto no âmbito da AIBT do Pinhal Interior (2000-2006)	498

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1 – Património histórico-arquitectónico classificado, segundo o tipo de imóvel, em Portugal Continental (2000)	106
Quadro 2 – Objectivos específicos do PIC LEADER+ em Portugal.....	150
Quadro 3 – Temas, ícones, símbolos e mitos associados aos espaços rurais canadianos	164
Quadro 4 – Evolução da oferta de alojamento de turismo em espaço rural (Portugal, 1990-2000).....	167
Quadro 5 – Número de estabelecimentos e capacidade de alojamento de turismo em espaço rural, em 2001, por regiões (Portugal).....	169
Quadro 6 – Principais desafios e potencialidades das áreas de montanha europeias	182
Quadro 7 – Classificação das montanhas e das zonas árticas, segundo a definição adoptada pela União Europeia de regiões de montanha e de regiões que são abrangidas pelos objectivos prioritários dos Fundos Estruturais	185
Quadro 8 – Indicadores territoriais e demográficos gerais do Pinhal Interior Norte (2001)	241
Quadro 9 – População residente no Pinhal Interior Norte, entre 1864 e 2001, por concelho.....	257
Quadro 10 – População residente no PIN, em 1981-2001, por concelho.....	257
Quadro 11 – Índice de envelhecimento no PIN, em 1991 e 2001, por concelho....	258
Quadro 12 – População residente na Serra da Lousã, segundo a dimensão dos lugares, em 2001, por concelho	260
Quadro 13 – Lugares e população da Serra da Lousã (1991-2001).....	263
Quadro 14 – Estrutura da população empregada no PIN, em 1991-2001, por concelho.....	267
Quadro 15 – População empregada, residente nos concelhos do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, a exercer actividade em outros concelhos (1991 e 2001).....	270
Quadro 16 – População empregada, residente nos concelhos do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, a exercer actividade em Coimbra (1991 e 2001)	271
Quadro 17 – População residente no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 1981-2001, por concelho	282
Quadro 18 – Famílias, edificios e alojamentos no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 1991-2001, por concelho	283
Quadro 19 – Indicadores da dinâmica de construção efectiva, no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 1991-1999.....	285
Quadro 20 – “Especificações Técnicas” dos loteamentos urbanos, aprovados pela C. M. da Lousã, em 1993-2000	289

Quadro 21 – Estimativa das construções novas para habitação na Lousã, em 2000, por freguesia	290
Quadro 22 – Inventário do património arquitectónico classificado, no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 2000.....	298
Quadro 23 – Distribuição dos inquéritos nos sectores urbanos da vila da Lousã (2003).....	304
Quadro 24 – Origem, perfil, trajectórias e motivações dos Inquiridos(2003)	305
Quadro 25 – Evolução da população nas aldeias serranas da Lousã (1885-2003).	332
Quadro 26 – Proprietários nas aldeias serranas do Casal Novo, Candal e Talasnal: situação de partida (2003).....	375
Quadro 27 – Distribuição dos proprietários, segundo a situação dos imóveis, nas aldeias serranas da Lousã (2003).....	376
Quadro 28 – Inquéritos realizados nas aldeias serranas da Lousã (2003)	376
Quadro 29 – “Projecto de Recuperação das Aldeias Serranas da Lousã”: áreas de intervenção e estimativa orçamental (1989).....	459
Quadro 30 – Projecto “ARCIL-SERRA”: actividades previstas (2003)	464
Quadro 31 – Projecto “ARCIL-SERRA”: áreas de intervenção e estimativa orçamental (1993).....	464
Quadro 32 – Investimento realizado nas “Aldeias Históricas de Portugal” (1995-2002).....	497
Quadro 33 – Investimento aprovado nas “Aldeias do Xisto” (Dezembro de 2002)	503

Índice de Fotografias

	Página
Fotografia 1 – Núcleo de (gastronomia e) doçaria regional do Ecomuseu da Serra da Lousã	117
Fotografia 2 – “Aspecto de jardim com tocador de viola” (portal do Casal da Lagartixa; Carlos Reis).....	226
Fotografia 3 – Carlos Reis (1938) terminando a tela “A Lenda da Fundação da Lousã”.....	228
Fotografia 4 – Casa-casulo de José Malhoa (Figueiró dos Vinhos, 2004).....	230
Fotografia 5 – “As Padeiras” (Mercado de Figueiró dos Vinhos; José Malhoa, 1898).....	230
Fotografia 6 – Representação da Lousã na Exposição Regional de Coimbra (1950).....	235
Fotografia 7 – Pousada da Quinta de Alfocheira (1973).....	238
Fotografia 8 – Bacia e Serra da Lousã (Pico da Ortiga, 928 m)	244
Fotografia 9 – Planalto da Neve (1174 m) e Coentrais – Serra da Lousã.....	244
Fotografia 10 – Vista parcial do sector oriental da vila da Lousã (2003)	281
Fotografia 11 – Sector ocidental da vila da Lousã (2003)	281
Fotografia 12 – Palacete Dias Anastácio (Lousã)	296
Fotografia 13 – Palácio da Viscondessa do Espinhal (Lousã)	297
Fotografia 14 – Castelo de Arouce e Ermidas (Lousã, 2003)	321
Fotografia 15 – Casa recuperada no Casal Novo; em segundo plano, a bacia da Lousã	322
Fotografia 16 – Vista geral do Talasnal, com o Trevim em pano de fundo (2003).	327
Fotografia 17 – Candal (Serra da Lousã, 2003).....	328
Fotografia 18 – Organização espacial do sector setentrional do Candal, atravessado pela estrada nova da Serra, no final dos anos 40	339
Fotografia 19 – Vista parcial da aldeia do Candal (em meados do século XX).....	339
Fotografia 20 – A carvoeira das aldeias serranas da Lousã, segundo imagem antiga (final de Oitocentos/alvor do século XX).....	344
Fotografia 21 – Imagem das vertentes (em geral sem vegetação), no sector entre as aldeias serranas e a Lousã (1920/30).....	349
Fotografia 22 – Imagem do interior da Serra da Lousã, captada nos anos 30; ao centro destaca-se o Catarredor e ao fundo a silhueta das Silveiras	349
Fotografia 23 – Casa serrana na aldeia do Candal (2003)	358
Fotografia 24 – Alçado principal de um imóvel no Candal; note-se a evolução do modelo das janelas (2003).....	359

Fotografia 25 – Casa em obras no Talasnal (2003).....	408
Fotografia 26 – Pormenor de uma cozinha recém reconstruída (Talasnal, 2004)...	410
Fotografia 27 – O casario do Candal (2003).....	437
Fotografia 28 – A cira do Casal Novo (2004).....	440
Fotografia 29 – Vista parcial da Cerdeira (2004).....	480
Fotografia 30 – Catarredor (2003); ao fundo, destaca-se o Trevim e o Santo António da Neve (em 2º plano).....	481
Fotografia 31 – Pedrógão Pequeno (Sertã; 2004).....	501
Fotografia 32 – Vista parcial da Foz do Cibrão (Vila Velha de Ródão; 2004).....	502
Fotografia 33 – Talasnal: intervenção no espaço público no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (Lousã, Outubro de 2004).....	507
Fotografia 34 – Fajão: conjunto de casas recuperadas no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (Pampilhosa da Serra, 2004).....	508

Índice de Figuras (Anexo)

	Página
Figura I – Principais fluxos pendulares de trabalhadores para Coimbra em 1991..	561
Figura II – Principais fluxos pendulares de trabalhadores para Coimbra em 2001	561
Figura III – Distribuição dos inquéritos na vila da Lousã (2003).....	562
Figura IV – Residência dos Inquiridos, proprietários de residência secundária no Casal Novo e Talasnal, em 1989 e 2003.....	563
Figura V – Nível de escolaridade dos proprietários de residência secundária nas aldeias serranas da Lousã	564

Índice de Quadros (Anexo)

	Página
Quadro I – Calendarização e síntese do “Ecomuseu da Serra da Lousã”	565
Quadro II – Rede Portuguesa de Museus (2004)	566
Quadro III – A importância das áreas de montanha na União Europeia	569
Quadro IV – População residente nos concelhos da Serra da Lousã (1911-2001), por freguesia	570
Quadro V – Estrutura da população empregada nos concelhos do Pinhal Interior Norte (2001)	571
Quadro VI – População empregada, residente em Castanheira de Pêra, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)	573
Quadro VII – População empregada, residente em Figueiró dos Vinhos, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)	573
Quadro VIII – População empregada, residente em Góis, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)	574
Quadro IX – População empregada, residente na Lousã, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)	574
Quadro X – População empregada, residente em Miranda do Corvo, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)	575
Quadro XI – População empregada, residente em Penela, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)	575
Quadro XII – População empregada, residente em Pedrógão Grande, a trabalhar em outros concelhos (1991-2001)	576
Quadro XIII – Edifícios novos concluídos para habitação, no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 1991-2000	577
Quadro XIV – Fogos novos concluídos, no Baixo Mondego e no Pinhal Interior Norte, em 1991-2000	578
Quadro XV – Loteamentos urbanos na Lousã, por freguesia, em 1993-2000	579
Quadro XVI – Elementos do património cultural da Lousã, segundo os Inquiridos	581
Quadro XVII – Naturalidade dos Inquiridos	582
Quadro XVIII – Naturalidade dos titulares de casa recuperada nas aldeias serranas da Lousã	583
Quadro XIX – Naturalidade dos titulares de casa para recuperar nas aldeias serranas da Lousã	584
Quadro XX – Local de residência dos Inquiridos	585
Quadro XXI – Local de residência (freguesias) dos Inquiridos	586
Quadro XXII – Local de residência dos titulares de casas recuperadas nas aldeias serranas da Lousã	587

Quadro XXIII – Local de residência dos titulares de casas para recuperar nas aldeias serranas da Lousã	588
Quadro XXIV – Estrutura etária dos agregados familiares dos Inquiridos	589
Quadro XXV – Estrutura profissional dos titulares de casas recuperadas nas aldeias serranas da Lousã	589
Quadro XXVI – Modo de obtenção das residências secundárias	590
Quadro XXVII – Factores de mediação da aquisição das “residências secundárias”	590
Quadro XXVIII – Evolução da aquisição de casas para residência secundária nas aldeias serranas da Lousã	591
Quadro XXIX – Número de divisões das casas serranas utilizadas como residência secundária nas aldeias serranas da Lousã	592
Quadro XXX – Número de divisões das casas serranas destinadas a residência secundária nas aldeias serranas da Lousã	592
Quadro XXXI – Evolução da recuperação das casas destinadas a residência secundária nas aldeias serranas da Lousã	593
Quadro XXXII – Aquisição e recuperação de casas para residência secundária nas aldeias serranas da Lousã	594
Quadro XXXIII – Frequência de utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã	595
Quadro XXXIV – Frequência de utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã segundo o local de residência dos Inquiridos	596
Quadro XXXV – Localização de outra residência secundária dos proprietários de casas recuperadas nas aldeias serranas da Lousã	597
Quadro XXXVI – Relação entre a aquisição de casa (para residência secundária) nas aldeias serranas da Lousã e a aquisição de outra residência secundária	598
Quadro XXXVII – Utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã e sua relação com a titularidade de outra residência secundária..	599
Quadro XXXVIII – Utilização das residências secundárias nas aldeias serranas da Lousã e sua relação com a localização de outra residência secundária..	600
Quadro XXXIX – Motivos para a aquisição de “residências secundárias” nas aldeias serranas da Lousã	601
Quadro XL – Principais potencialidades das aldeias serranas da Lousã, segundo os “residentes secundários”	601
Quadro XLI – Principais potencialidades das aldeias serranas da Lousã, segundo os proprietários de casas para recuperar	601
Quadro XLII – Imagens relevantes das aldeias serranas da Lousã, segundo os “residentes secundários”	602
Quadro XLIII – Elementos de mediação da “descoberta” das aldeias serranas da Lousã, segundo os “residentes secundários”	602

Quadro XLIV – Elementos de mediação da “descoberta” das aldeias serranas da Lousã, segundo os titulares de casas para residência secundária	602
Quadro XLV – Motivos que prevaleceram na escolha das aldeias serranas da Lousã, segundo os “residentes secundários”	603
Quadro XLVI – Motivos que prevaleceram na escolha das aldeias serranas da Lousã, segundo os titulares de casas para recuperar	603

Índice Geral

	Página
Apresentação da 2. ^a Edição.....	7
Nota de Apresentação	9
Prefácio	11
Resumo	13
Abstract.....	15
Agradecimentos	17
Dedicatória.....	19
1. Introdução	21
1.1 Tema e objectivos da investigação.....	21
1.2 Âmbito da investigação	23
1.3 Metodologia.....	33
1.4 Estrutura da dissertação	33
2. Território, ordenamento e desenvolvimento sustentável.....	37
2.1 Uma nova visão e valorização do território	39
2.2 Desenvolvimento local: o território e a população em contexto de participação.....	43
2.3 Ordenar para desenvolver... de modo sustentável	51
2.3.1 O ordenamento do território como instrumento da política de desenvolvimento sustentável.....	51
2.3.2 Políticas de ordenamento territorial: o exemplo de Portugal	57
2.3.2.1 Bases estruturais.....	57
2.3.2.2 Instrumentos de gestão territorial.....	60
3. Património cultural: das preocupações de salvaguarda e valorização aos processos de activação e interpretação.....	69
3.1 Património, território e cultura.....	69
3.1.1 Do monumento... ao território	69
3.1.2 Património como representação; patrimonialização como processo	76
3.1.3 Interpretação e pedagogia do património: caminhos para a vinculação sociedade-território	78
3.2 Documentos orientadores, políticas e instrumentos de defesa e valorização patrimonial.....	82
3.2.1 UNESCO	83
3.2.2 Conselho da Europa e União Europeia.....	87
3.2.3 Portugal.....	94
3.2.3.1 Das primeiras preocupações patrimoniais à Lei do Património Cultural (1985).....	97
3.2.3.2 O novo regime de protecção e valorização do património cultural (2001).....	101

3.3 Património, paisagem e cultura: algumas propostas de interpretação e de participação.....	107
3.3.1 Ecomuseus: a paisagem como matriz cultural.....	108
3.3.1.1 Distribuição geográfica: exemplos a várias escalas	111
3.3.2 Parque cultural e “território-museu”: defesa, fruição e interpretação de valores culturais e naturais	118
3.4 Dos lugares às redes: novas perspectivas de (des)envolvimento.....	121
4. Os territórios rurais e as perspectivas de desenvolvimento na era pós- -produtivista	131
4.1 Nota introdutória.....	131
4.2 Do agrícola ao rural: os (novos) caminhos do desenvolvimento.....	135
4.2.1 A via produtivista.....	135
4.2.2 A abordagem territorial e ambiental	137
4.2.2.1 Documentos orientadores e de enquadramento estratégico	139
4.2.2.2 A emergência dos valores paisagísticos e patrimoniais.....	143
4.2.3 O PIC LEADER: um instrumento inovador.....	145
4.3 Lazer e redescoberta dos territórios rurais.....	153
4.3.1 Lazer, cultura e património.....	153
4.3.2 TER, património e sociedade rural: que “matrimónio”?	161
4.3.2.1 Contexto social e apoio das políticas públicas	161
4.3.2.2 Valorização patrimonial: o efeito mais visível	167
4.3.3 Residência secundária, reabilitação e patrimonialização	171
5. A(s) montanha(s): da sobrevivência à integração territorial	181
5.1 Territórios frágeis/deprimidos; valores patrimoniais/paisagísticos relevantes.....	181
5.2 Ordenamento territorial e políticas de desenvolvimento	189
5.2.1 Compatibilizar usos e funções; inverter tendências pesadas	189
5.2.2 Políticas nacionais	193
5.2.2.1 Espanha e França.....	193
5.2.2.2 Portugal	199
5.2.3 Alguns exemplos de iniciativas internacionais.....	204
5.2.4 Rumo a uma política comum?.....	207
6. Serra da Lousã: retrato e dinâmicas territoriais	215
6.1 Os processos de construção da imagem e divulgação das paisagens serranas.....	215
6.1.1 Os olhares da ciência, da literatura e da arte.....	215
6.1.1.1 Olhares geográficos	216
6.1.1.2 Outros contributos científicos.....	218
6.1.1.3 Literatura	221
6.1.1.4 Pintura Naturalista.....	225

6.1.2	Projecção de uma certa imagem da Serra da Lousã... a partir da Lousã!.....	231
6.1.2.1	O papel dos primeiros visitantes e publicistas	231
6.1.2.2	O interesse e as iniciativas públicas de base municipal	234
6.2	O mosaico serrano e as suas trajectórias de desenvolvimento.....	239
6.2.1	As vilas e as serras.....	239
6.2.2	Territórios periféricos e persistentemente marginalizados	245
6.2.2.1	Por caminhos e veredas: o isolamento secular dos povoados serranos	249
6.2.3	Dinâmicas territoriais e perspectivas de desenvolvimento.....	256
6.2.3.1	Evolução e dinâmica da população	256
6.2.3.2	Estrutura do povoamento	259
6.2.3.3	Estrutura económica.....	266
6.2.3.4	Movimentos pendulares	269
6.2.3.5	Desafios, mudanças e caminhos para o desenvolvimento... ..	274
7.	Questionando as trajectórias territoriais recentes e as (des)preocupações patrimoniais e paisagísticas - o exemplo da vila da Lousã.....	277
7.1	Das antigas quintas à pequena cidade.....	277
7.2	Instrumentos de planeamento territorial: que respostas?.....	294
7.3	O retrato e o olhar dos novos residentes	303
7.3.1	Origem, perfil, trajectórias e motivações.....	304
7.3.2	Problemas, potencialidades e presenças maioritariamente ausentes	312
7.3.3	Percepção da imagem territorial e do património cultural	319
7.4	Mais algumas propostas para a sustentabilidade do desenvolvimento e a valorização do património e da paisagem	323
8.	A construção e os construtores das paisagens culturais: uma viagem no tempo, em torno das aldeias serranas da Lousã.....	327
8.1	Génese e evolução dos lugares serranos	328
8.2	Suportes geo-económicos: fragilidades e “derrocada”	336
8.2.1	A componente agro-silvo-pastoril.....	336
8.2.2	O problema dos baldios e da sua florestação.....	345
8.3	Património construído, imagem e identidade serranas	358
8.3.1	A componente edificada: uma imagem marcante e singular	358
8.3.2	A construção da identidade: os lugares e os territórios.....	363
9.	O regresso à montanha e a patrimonialização das aldeias serranas da Lousã.....	367
9.1	Serranos e neo-rurais: chamadas por entre “fogos apagados”.....	367
9.2	Residência secundária, reabilitação e patrimonialização das aldeias serranas.....	373
9.2.1	Base metodológica e objectivos	373
9.2.2	Caracterização dos proprietários e dos utilizadores	378

9.2.3 Imóveis serranos: características e utilização.....	394
9.2.4 Problemas, potencialidades e imagens: das aldeias à montanha...	425
9.2.5 Velhos e novos “espaços”: as metamorfoses das vivências	438
9.2.6 A “descoberta” e os motivos de escolha das aldeias serranas	441
9.2.7 Planos de intervenção: os grandes desconhecidos!.....	443
9.2.8 Cenários de curto/médio prazo: entre permanências e mutações .	445
9.2.9 Envolvimento dos proprietários com a Serra: uma presença ex- pressivamente ausente!	447
9.2.10 À guisa de síntese: realidades e utopias... ..	449
10. A requalificação das aldeias serranas da Lousã, segundo os actores insti- tucionais: entre projectos e (primeiras) realizações	457
10.1 A aurora do interesse público	457
10.2 “ARCIL-SERRA”: um projecto inovador	462
10.3 A AIBT do Pinhal Interior e o “Programa das Aldeias do Xisto”: a fase dos investimentos públicos	467
10.3.1 Da análise da situação existente às propostas de intervenção.....	469
10.3.1.1 Casal Novo, Talasnal e Chiqueiro	469
10.3.1.2 Cerdeira, Candal, Vaqueirinho e Catarredor	480
10.3.2 A “Rede das Aldeias do Xisto”	496
11. Conclusões.....	509
Bibliografia e fontes	521
Anexos	561
Anexo 1 – Figuras	561
Anexo 2 – Quadros.....	565
Anexo 3 – Inquéritos.....	605
Índices	611
Índice de Figuras	611
Índice de Quadros	615
Índice de Fotografias	617
Índice de Figuras (Anexo).....	619
Índice de Quadros (Anexo).....	621
Índice Geral.....	625

PAULO CARVALHO é Professor Associado do Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (Universidades de Coimbra e Porto). É membro de diversas organizações científicas nacionais e internacionais, e autor (ou coautor) de uma centena e meia de publicações (livros, capítulos de livros, artigos em revistas e atas) editadas em Portugal e no estrangeiro – para além de oito dezenas de notas, resumos e notícias, e duas dezenas de relatórios técnicos. Orientou seis dezenas de dissertações/teses já concluídas, participou em mais de uma centena de júris de provas académicas, e coordenou cerca de duas dezenas de prestações de serviços especializados. Na atualidade desenvolve atividade científica nas áreas de ordenamento do território; desenvolvimento rural; áreas protegidas; ambientes de montanha; património cultural; lazer ativo e turismo de natureza.

O património cultural e, em particular, o património construído emergem nos últimos anos, em contextos geográficos de geometria variável, como importantes recursos para o desenvolvimento sustentado dos territórios e das populações. Uma vez que é recente a vinculação do património às estratégias públicas de desenvolvimento regional e local, torna-se pertinente investigar também os resultados de intervenções, tendo em vista definir orientações e recomendações para novas políticas e instrumentos de gestão territorial.

Nas áreas rurais de montanha, muito marcadas por fragilidades estruturais, desequilíbrios e situações de “marginalidade”, as quais suscitam preocupações prioritárias de ordenamento e desenvolvimento territorial, a refuncionalização assim como a revitalização económica e social são indissociáveis de um novo sistema social de valores, ligado à sociedade urbana, aos tempos livres e ao “culto” do património.

Baseado numa rigorosa e atualizada abordagem teórico-conceitual, em que a estrutura analítica reflete a integração de escalas e a transversalidade dialética da trilogia património construído, desenvolvimento rural e ambientes de montanha, este livro oferece ao leitor uma aprofundada análise geográfica da temática com a particularidade de incluir, como estudo de caso, a Serra da Lousã (extremidade ocidental da Cordilheira Central).

ISBN 978-972-8572-30-3

